

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**Suportes do medo, fronteiras da (des)ordem:  
deslocamento de cangaceiros nos limites do território  
cearense e o discurso do medo na imprensa (1912-1928)**

**Francisco Wilton Moreira dos Santos**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SUPORTES DO MEDO, FRONTEIRAS DA (DES)ORDEM:  
DESLOCAMENTO DE CANGACEIROS NOS LIMITES DO  
TERRITÓRIO CEARENSE E O DISCURSO DO MEDO NA  
IMPRESA (1912-1928)**

**FRANCISCO WILTON MOREIRA DOS SANTOS**

*Sob a Orientação do Professor*

**Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile**

Tese submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de (Doutor(a) **em**  
**História**, no Curso de Pós-Graduação em  
História, Área de Concentração Relações  
de Poder e Cultura

Seropédica, RJ  
Maio de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 Santos, Francisco Wilton Moreira dos, 1992-  
s Suportes do medo, fronteiras da (des)ordem:  
deslocamento de cangaceiros nos limites do território  
cearense e o discurso do medo na imprensa (1912-1928)  
/ Francisco Wilton Moreira dos Santos. - Seropédica,  
Rio de Janeiro, 2025.  
309 f.: il.

Orientador: Marcello Otávio Neri de Campos Basile  
. Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,  
2025.

1. Cangaço. 2. Fronteiras. 3. Medo. 4. Imprensa  
Cearense. I. Basile , Marcello Otávio Neri de Campos  
, 1970-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO Nº 317 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.023546/2025-28**

**Seropédica-RJ, 09 de maio de 2025.**

Nome do(a) discente: FRANCISCO WILTON MOREIRA DOS SANTOS

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 08 de maio de 2025

Banca Examinadora:

Dr. MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA, UFRJ Examinador Externo à Instituição

Dr. MARCÍLIO LIMA FALCÃO, UERN Examinador Externo à Instituição

Dra. MARIANA FLORES DA CUNHA THOMPSON FLORES, UFSM Examinadora Externa à Instituição

Dra. SURAMA CONDE SA PINTO, UFRRJ Examinadora Interna

Dr. MARCELLO OTAVIO NERI DE CAMPOS BASILE, UFRRJ Presidente

*(Assinado digitalmente em 09/05/2025 13:31 )*  
MARCELLO OTAVIO NERI DE CAMPOS BASILE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1542563

*(Assinado digitalmente em 18/05/2025 16:51 )*  
SURAMA CONDE SA PINTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1636115

*(Assinado digitalmente em 09/05/2025 10:12 )*  
MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 548.439.797-91

*(Assinado digitalmente em 13/05/2025 19:48 )*  
MARCILIO LIMA FALCÃO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 519.740.963-00

*(Assinado digitalmente em 09/05/2025 11:03 )*  
MARIANA FLORES DA CUNHA THOMPSON FLORES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 000.968.860-99

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **317**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/05/2025** e o  
código de verificação: **f3bcf3ae13**

Dedico este trabalho, como das outras vezes, à minha querida mamãe, Maria Lúcia (*In Memoriam*), minha primeira professora, que me ensinou, acima de tudo, o amor.

## AGRADECIMENTOS

Esta é a seção dedicada àqueles que encontramos em nossa caminhada e sem os quais tornaria muito mais penoso esse processo. Cada linha desse texto tem um pouco de vocês. Ao mesmo tempo, corremos o risco de registrar também os nossos esquecimentos, pois sabemos que ao citar nomes podemos deixar alguns de fora. Acreditem, não seriam poucas as páginas se eu mencionasse todos aqui. Sintam-se todas e todos carinhosamente abraçados.

Reconheço os passos dados no que tange as políticas públicas sociais e a expansão e acesso ao Ensino Superior dos primeiros anos do projeto democrático popular. Sou filho desse momento e tenho a esperança de que possamos melhorar mais e mais. No entanto, não posso deixar de mencionar como é difícil ser pesquisador/a no Brasil, lembrando a necessidade avançar em investimento, estrutura e conhecimento. Apesar disso, foi uma aventura prazerosa escrever este trabalho que mais do que um exercício solitário é uma realização coletiva.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”. Agradeço, imensamente, todo o apoio e pela oportunidade de cursar o doutorado com bolsa. Isso foi fundamental para que me dedicasse integralmente aos estudos, além de poder cobrir os custos com material e viagens aos arquivos para a coleta das fontes.

Agradeço aos meus pais, Maria Lúcia (*In Memoriam*), Antônio, à minha irmã Lucilane e meu sobrinho Anthony, pelo apoio e incentivo a seguir em frente apesar das adversidades. Agradeço também pela formação inicial e todo o carinho. Amo vocês!

Às minhas queridas tias Marilene (*In Memoriam*) e Leninha (*In Memoriam*).

Agradeço também à minha nova família que tão bem me acolheu nos últimos anos: Olívia, Dona Nanã, Lila, Lera, Letícia, Nanim e, de forma especial, Sammya Ferreira, minha companheira de vida, que “deixou de ser nome e virou sentimento meu”! Muito obrigado pelo carinho, amor, paciência e cuidado.

Aos amigos que sempre me deram forças dedicando palavras amáveis, sorrisos sinceros e abraços calorosos: Rafaela Cavalcante, William Prudêncio, Wesley Martins, Klinsmann Maia, Alisson Moreira, Daíse Felipe, Erika Mendonça, Elis Gonçalves, Heldemir Moreira, Eduardo Florêncio, Nádia Santos, Emanuel Ferreira, Edilene Sena, Rafaela Mendes, Felipe Paulino, Janaína Borges, Ana Cleivanete, Rafael Pinheiro, Rayane Fernandes e tantas outras pessoas que, por este espaço diminuto, não poderei citar. Estendo os meus agradecimentos aos familiares de todos os amigos aqui mencionados, por me receberem em suas casas com alegria e muitas histórias para contar.

À querida Lays, amiga de longa data, por todo carinho e incentivo e ao Mateus, pelo apoio. Ao amigo Wendel Kassio e ao meu professor de espanhol Wagner Souza pelo olhar cuidadoso na revisão do *Abstract* e *Resumen*, respectivamente, e paciência em relação a outras dúvidas com traduções, evitando maiores constrangimentos. Também agradeço à Priscila Lima e Mariana Rocha, pelo cuidado e profissionalismo na revisão o texto.

*Muchas gracias a mis compañeros del curso de español en la Casa de Cultura Hispánica (UFC) que me escucharon hablar mucho de esta investigación en nuestras clases. ¡Un abrazo!*

Meu abraço ao professor Expedito pelas indicações de leituras e por me apresentar ao professor Linhares Neto, quem muito contribuiu na defesa da dissertação e aos professores Tyrone Cândido e Manoel Carlos, por todas as dicas importantes para avançar em meus estudos.

Agradeço aos amigos do curso de doutorado, especialmente ao Jucélio Regis, ao Raimundo Carvalho, ao Rodrigo Flores, a Francismara Lelis e a Tainara Cezar, pela imensa ajuda, pelas boas discussões e partilha de ideias.

À Maria Lúcia, pessoa sempre disposta a ajudar e a quem perturbei bastante durante o início do curso. Agradeço, ainda, a imensa ajuda que recebi do amigo Assis Junior, por acreditar nessa ideia e por muito me encorajar a cursar um doutorado em outro estado.

Ao professor Cid Augusto pela ajuda com as fontes sobre a imprensa Rio Grande do Norte; Nádia Santos, com fontes do Piauí; Marília Gomes e Emerson Lucena com fontes de Pernambuco, o que possibilitou maior equilíbrio às análises. Ao professor Wesley Dutra, pelo entusiasmo e as indicações de leituras.

Ao amigo Lucas Oliveira, pela ajuda, parceria e encorajamento.

Aos professores e estudantes do CEJA de Quixadá pela experiência ímpar.

Ao Alan Philipe, amigo que tive a honra de conhecer e que tanto me ajudou, ora lendo meus textos e sugerindo ideias, ora mediando contatos com pessoas e fontes. Meu abraço, camarada!

Ao Jhonnys Jorge, por afinar o diálogo com o Instituto Cultural do Cariri, possibilitando a coleta de fontes tão caras para a construção da tese. E ao professor Pereira, pela ajuda com material especializado sobre o cangaço.

Agradeço à FECLESC/UECE instituição na qual me formei e iniciei os meus primeiros passos na pesquisa. Espaço que me proporcionou bastante aprendizado e contato com profissionais incríveis. Meu abraço aos professores Sander Castelo, Expedito Ximenes, Edmilson Junior, Lídia Santos, Eudésia Nobre, Gilberto Gilvan e Vilarin Barbosa. E a felicidade se tornou ainda maior, pois voltei a esta casa para atuar como professor temporário do curso de História.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU, onde tive a felicidade de cursar uma disciplina como aluno especial e ao professor Deivy Carneiro, pela partilha do conhecimento e

por nos proporcionar aulas com grandes estudiosos da Micro-História, como o professor Christian G. De Vito, a quem também estendo meu abraço.

Aos professores do PPHR em especial os responsáveis pelas primeiras disciplinas: Jean Sales, Luís Edmundo Moraes, Luis Guilherme Kalil, Yllan de Mattos; destaco também as contribuições gigantes das discussões em disciplinas com as professoras Letícia Pumar Alves e Regina de Carvalho, quando realizavam seu estágio de pós-doutoramento na instituição.

À coordenação do PPHR nos nomes de Maria da Glória de Oliveira e Fabiane Popinigis e, também, ao Paulo César Longarini, pela paciência e disponibilidade na ajuda com a burocracia; Ao meu orientador, Marcello Basile, pela leitura atenta de cada capítulo e pela condução cuidadosa durante as reuniões de orientação. Sua experiência no trato com a imprensa e sensibilidade na escrita da História proporcionam-me boas reflexões e o desejo de aprender sempre mais. Sou grato pela partilha do conhecimento e pelas indicações preciosas de leitura. Agradeço à professora Surarma Sá Pinto e professor Marcílio Falcão pelas valiosas contribuições no momento da qualificação. Reforço meu sentimento de felicidade pelo pronto aceite em compor a banca de defesa.

À professora Mariana Thompson Flores e ao professor Marcos Bretas por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa e toda generosidade em apontar possibilidades de melhorias para o nosso trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras de todos os arquivos pela recepção e disposição em ajudar. Este trabalho (não me canso de repetir) é nosso!

Por fim, não podemos deixar de mencionar que esta tese é o resultado de muitos encontros, inúmeros abraços, vários sorrisos e também de medos e incertezas. Cursar o doutorado durante a crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19) que vitimou mais de 700 mil brasileiros (parentes, amigos, vizinhos) e poder concluir esse ciclo tem um significado muito maior e mais forte. Este texto contém as marcas desse tempo e, de alguma forma, é uma maneira de lembrar de cada uma dessas pessoas.

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!  
Não sou da nação dos condenados! Não sou  
do sertão dos ofendidos! Você sabe bem:  
Conheço o meu lugar!”

(*Conheço o meu lugar*, Belchior, 1978).

“Pelas notícias de ontem, publicadas hoje, devemos  
temer o jornal de amanhã”

(Carlos Drummond de Andrade, 1990, p. 85).

“Cumprida (...) restabelecer a ordem pública profundamente alterada no interior, onde campeavam impunes, numerosíssimos e sinistros, “cangaceiros” (...) da mais perigosa espécie, reduzindo comarcas inteiras a uma situação lastimável, muito próxima da barbárie”

(*Folha do Povo*, março de 1912, p. 01)

“O bando sinistro, num alarde de crimes, espalha o terror por todo Nordeste”

(*O Sitiá*, maio de 1926, p. 01)

“BARBALHA, 5 (10hs.) – Lampeão penetrou ontem nas fronteiras do Ceará, pelo sítio “Pissara”, município de Porteira (...). As fronteiras estão completamente desguarnecidas. Faltam pormenores”

(*O Povo*, março de 1928, p. 01).

“O Estado, sem administração, foi arrastado a anarquia: o banditismo impera nos sertões, onde apenas o soar do trabuco, de hora em hora anuncia o baque de um cearense, a quem faltou a proteção legal (...). No interior, municípios investem contra municípios, chefes de cangaço investem contra chefes de bandidos”

(*A Esquerda*, março de 1928, p. 01).

## RESUMO

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. **Suportes do medo, fronteiras da (des)ordem: deslocamento de cangaceiros nos limites do território cearense e o discurso do medo na imprensa (1912-1928)**. 2025 309p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025

Esta pesquisa apresenta discussões sobre o deslocamento de cangaceiros nas fronteiras do Ceará e a construção discursiva do medo elaboradas pela imprensa local e de Estados vizinhos entre os anos 1912 e 1928. Ao estudar os discursos sobre esses sujeitos, nos deparamos com descrições que destacam a sua audácia, a violência e a crueldade. Muitos trabalhos dedicaram-se a comentar as suas ações, mas o espaço onde elas aconteceram não receberam a devida atenção e em alguns casos, foram naturalizados e apreendidos como algo dado. Nossa proposta é desnaturalizá-los encarando-os como espaços de poder, como construtores de discursos e identidades. Atentamos para as particularidades, os usos dos espaços limítrofes e as estratégias adotadas na repressão ao banditismo descritas nos jornais. Os discursos presentes nos impressos apontavam para terror contínuo que ameaçava as propriedades e as vidas, fomentados a partir movimentação pelos espaços de fronteiras. Desse modo, este trabalho buscou compreender os discursos de medo disseminados pela imprensa e discutir como o medo foi mobilizado para atender a interesses e usos do espaço, (re)construindo discursivamente práticas e sujeitos. Para esta pesquisa, selecionamos jornais do Ceará e de estados vizinhos, bem como as mensagens dos presidentes de Estados à Assembleia entre os anos 1910 a 1920. O que nos permitiu mapear a urgência que o tema ganhou na década de 1920 e analisar os diversos discursos que apontavam para uma ameaça de invasão e destruição nas cidades, pensando assim, em uma espacialização do medo a partir do deslocamento de cangaceiros pelas fronteiras e as múltiplas possibilidades que elas ofereciam.

**Palavras-chaves:** Cangaço. Fronteiras. Medo. Imprensa Cearense.

## ABSTRACT

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. **Pillars of fear, frontiers of (dis)order: displacement of cangaceiros on the borders of Ceará and the discourse of fear in the press (1912-1928)**. 2025. 309p. Thesis (Doctorate in History) – Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025

This research presents discussions about the movement of cangaceiros on the borders of Ceará and the discursive construction of fear elaborated by the local press and that of neighboring states between 1912 and 1928. When studying the discourses about these individuals, we come across descriptions that highlight their audacity, violence and cruelty of their actions. Many works have focused on commenting on their actions, but the space where they took place has not received due attention and, in some cases, has been normalized and understood as something given. Our proposal is to break away from the normalization of these spaces by viewing them as sites of power, actively shaping discourses and identities. We focus on the particularities, the uses of border spaces, and the strategies adopted in the repression of banditry as described in newspapers. The discourses found in the printed material pointed to a continuous terror that threatened property and lives, fueled by movement across border spaces. The discourses present in the printed material pointed to continuous terror that threatened property and lives, fueled by movement across border spaces. Thus, this study aimed to understand the discourses of fear disseminated by the press and to discuss how fear was mobilized to serve interests and spatial uses, discursively (re)constructing practices and subjects. For this research, we selected newspapers from Ceará and neighboring states, as well as messages from state presidents to the Assembly between 1910 and 1920. This allowed us to map the urgency that the issue gained in the 1920s and to analyze the various discourses that pointed to a threat of invasion and destruction in cities, thus considering a spatialization of fear based on the displacement of cangaceiros across borders and the multiple possibilities they offered.

**Keywords:** Cangaço. Borders. Fear. Ceará Press.

## RESUMEN

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. **Soportes del miedo, fronteras del (des)orden: desplazamiento de “cangaceiros” en los límites del territorio cearense y el discurso del miedo en la prensa (1912-1928)**. 2025. 309p. Tesis (Doctorado en Historia). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Esta investigación presenta un análisis sobre el desplazamiento de “cangaceiros” en las fronteras de Ceará y la construcción discursiva del miedo elaborada por la prensa local y de Estados vecinos entre los años 1912 y 1928. Al estudiar los discursos sobre esos sujetos, nos deparamos con descripciones que destacan a su atrevimiento, la violencia y la crueldad. Muchos estudios se han dedicado a comentar sus acciones, pero el espacio en el que esas se pasaron no ha recibido la debida atención y, en algunos casos, fueron naturalizados y aprehendidos como algo dado. Nuestra propuesta es desnaturalizarlos, encarándolos como espacios de poder, como constructores de discursos e identidades. Atentamos para las particularidades, los usos de los espacios limítrofes y las estrategias adoptadas en la represión al bandidismo descrita en los periódicos. Los discursos presentes en los impresos señalaban un terror continuo que amenazaba las propiedades y las vidas, fomentados a partir del desplazamiento por los espacios fronterizos. De esa manera, esta investigación buscó comprender los discursos de miedo diseminados por la prensa y discutir de qué manera el miedo ha sido movilizado para atender a los intereses y usos de los espacios, (re)construyendo discursivamente prácticas y sujetos. Para esta investigación, seleccionamos periódicos de Ceará y de estados vecinos, así como los mensajes de los presidentes de Estados a la Asamblea entre los años 1910 y 1920. Lo que nos ha permitido mapear la urgencia que el tema adquirió en la década de 1920 y analizar los diversos discursos que apuntaban a una amenaza de invasión y destrucción en las ciudades, pensando, de este modo, en una espacialidad del miedo a partir del desplazamiento de “cangaceiros” por las fronteras y las múltiples posibilidades que ofrecían.

**Palabras clave:** Cangaço. Fronteras. Miedo. Prensa Cearense.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1 –</b>	<b>Limites do Ceará e os “domínios do cangaço” nos impressos .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 2 –</b>	<b>Fluxograma da Espacialização do Medo .....</b>	<b>133</b>
<b>Figura 3 –</b>	<b>Principais cidades e deslocamento de cangaceiros .....</b>	<b>153</b>
<b>Figura 4 –</b>	<b>Deslocamento de cangaceiros no Vale do Jaguaribe (1927) .....</b>	<b>218</b>
<b>Figura 5 –</b>	<b>Deslocamento de cangaceiros no Sertão Central do Ceará (1927) .....</b>	<b>223</b>
<b>Figura 6 –</b>	<b>Tipologia dos assuntos dos boatos e rumores presentes nos jornais do Ceará .....</b>	<b>230</b>
<b>Figura 7 –</b>	<b>Antonio Silvino fotografado na Casa de Detenção de Recife .....</b>	<b>251</b>
<b>Figura 8 –</b>	<b>Lampião e outros cangaceiros posam para fotografia .....</b>	<b>252</b>
<b>Figura 9 –</b>	<b>Lampião seu irmão, Antônio (1926) .....</b>	<b>253</b>
<b>Figura 10 –</b>	<b>Lampião em Juazeiro (1926) .....</b>	<b>253</b>
<b>Figura 11 –</b>	<b>Beija-Flor na Penitenciária de Recife .....</b>	<b>254</b>
<b>Figura 12 –</b>	<b>Fotografia de João Donato, o Gavião .....</b>	<b>254</b>
<b>Figura 13 –</b>	<b>Cangaceiros em frente à Casa de Detenção .....</b>	<b>255</b>
<b>Figura 14 –</b>	<b>Fotografia do bando de Lampião em Limoeiro .....</b>	<b>256</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Notícias sobre o cangaço na Imprensa Cearense (1914-1928) .....</b>	<b>90</b>
<b>Gráfico 2 – Percentual dos crimes cometidos por cangaceiros noticiados na imprensa .....</b>	<b>135</b>
<b>Gráfico 3 – Percentual de notícias sobre o cangaço reproduzidas de outros jornais pela imprensa cearense (1912-1928) .....</b>	<b>242</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Jornalismo – Anuário Estatístico (Ceará, 1912 - 1928) .....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro 2 – Jornais cearenses: perfil e periodicidade na década de 1910 .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 3 – Jornais cearenses: perfil e periodicidade na década de 1920 .....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 4 – Acusados de associação ao cangaço .....</b>	<b>158</b>
<b>Quadro 5 – Vencimentos da Força Pública do Ceará (1918) .....</b>	<b>183</b>
<b>Quadro 6 – Lista das fazendas rota de cangaceiros no Vale do Jaguaribe (1927) .....</b>	<b>219</b>
<b>Quadro 7 – Lista das fazendas rota de cangaceiros no Sertão Central (1927) .....</b>	<b>224</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Crimes de cangaceiros noticiados na imprensa (1915-1928) .....</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 2 – Quantidade de notícias sobre o cangaço na imprensa cearense na década de 1910 .....</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 3 – Quantidade de notícias sobre o cangaço na imprensa cearense na década de 1920 .....</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 4 – Características atribuídas aos cangaceiros pela imprensa cearense</b>	<b>117</b>
<b>Tabela 5 – Menções ao fuzilamento de cangaceiros (1920-1928) .....</b>	<b>166</b>
<b>Tabela 6 – Despesas do Estado do Ceará com a Força Pública (1917-1928) .....</b>	<b>180</b>
<b>Tabela 7 – Notícias sobre a atuação policial no combate ao banditismo (1920)...</b>	<b>197</b>
<b>Tabela 8 – Quantidade de notícias sobre a prisão de cangaceiros na década de 1920 .....</b>	<b>209</b>
<b>Tabela 9 – Boatos e rumores sobre o cangaço publicados na imprensa cearense (1922-1928) .....</b>	<b>229</b>
<b>Tabela 10 – Fotografias de cangaceiros publicadas em jornais do Ceará e de Estados vizinhos .....</b>	<b>250</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
BECE	Biblioteca Pública do Estado do Ceará
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
BP	Batalhão de Polícia
FPC	Força Pública Cearense
ICC	Instituto Cultural do Crato
PRC	Partido Republicano Conservador
PRD	Partido Republicano Democrático
PRL	Partido Republicano Liberal
PU	Partido Unitário
RVC	Rede de Viação Cearense

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
------------------	----

### PARTE I – SUPORTES DO MEDO

#### CAPÍTULO I

HISTÓRIA E IMPRENSA: O JORNALISMO NOS SERTÕES .....	44
1.1 – História, ideias e imprensa no início do século XX .....	44
1.2 – Imprensa e política: sujeitos, forma e função .....	55

#### CAPÍTULO II

NOTÍCIAS SOBRE O CANGAÇO NA IMPRENSA .....	71
2.1 – Sangue e sensações: a notícia como folhetim .....	71
2.2 – O lugar das notícias sobre o cangaço .....	82

#### CAPÍTULO III

FABRICAÇÃO DO MEDO E IDENTIDADES ESPACIAIS .....	103
3.1 – Políticas do medo: o sertão e a fabricação de um espaço temível .....	103
3.2 – (Ser)tão violento: a cor e a classe do medo nos impressos .....	114
2.3 – Espacialização do Medo: em busca de uma noção .....	125

### PARTE II – FRONTEIRAS DA (DES)ORDEM

#### CAPÍTULO IV

DESLOCAMENTOS DE CANGACEIROS NOS LIMITES DO CEARÁ .....	139
4.1 – (Des)ordens: convênios contra o banditismo nos limites do Ceará .....	139
4.2 – Deslocamentos: fugas e outras possibilidades .....	152
4.3 – Topografias da morte .....	162

#### CAPÍTULO V

OUTRAS FACES DO MEDO: A REPRESSÃO AO BANDITISMO NOS SERTÕES	176
5.1 – Força Pública: organização e policiamento nos limites interestaduais .....	176
5.2 – Faces da repressão: ordem pública e violência policial .....	188
5.3 – A polícia sertaneja entre o medo, a morte e a esperança .....	199

#### CAPÍTULO VI

“ESPAÇOS IMAGINADOS”: UMA CARTOGRAFIA DO MEDO NA IMPRENSA ..	213
6.1 – O sertão e a geografia do medo: singularidades e conexões .....	213
6.2 – A produção social do boato: do visível ao invisível do medo .....	226
6.3 – Narração e repetição: tempos e memórias do medo .....	240

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>261</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>269</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>272</b>
<b>APÊNDICE A – Detalhamento das Folhas Analisadas .....</b>	<b>292</b>
<b>APÊNDICE B – Percentual das notícias sobre o deslocamento de cangaceiros e policiamento (Ceará e Estados vizinhos) .....</b>	<b>295</b>
<b>ANEXO A – Mapa da área de atuação de Lampião e seu grupo (1920-1928) .....</b>	<b>297</b>
<b>ANEXO B – Mapa baseado nos registros policiais das operações contra o cangaço .....</b>	<b>298</b>
<b>ANEXO C – Mapa com as cidades cearenses ameaçadas pelo cangaço (1912-1928) .....</b>	<b>299</b>
<b>ANEXO D – Quadro de despesas do Ceará com a Força Pública (1917-1928) .....</b>	<b>300</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo das narrativas sobre o fenômeno do banditismo e, em especial, os grupos de cangaceiros que andaram pelos sertões nordestinos, é um tema bastante discutido pela historiografia e vem descortinando histórias, apontando possibilidades, abordagens, lançando novas perguntas diante dessa temática e explorando novos espaços e suas particularidades<sup>1</sup>, contrapondo-se, assim, à pesquisas nas quais os grupos estudados foram representados por sua audácia, violência, crueldade desmedida e seus agentes descritos como ferozes, bestializados e animalizados, sem observar a produção social dos espaços.

Em trabalhos anteriores, enfatizaram-se as ações, mas, às vezes, os espaços nos quais elas aconteceram não receberam a devida atenção e, em alguns casos, foram naturalizados e apreendidos como algo dado. No entanto, é preciso historicizá-los, atentar para suas possibilidades, encará-los como um lugar de poder, como construtores de discursos e identidades. Esta noção nos permite olhar para as relações espaciais e entendê-las como relações políticas e, para os discursos ali produzidos, como “discurso da política dos espaços”.<sup>2</sup> Desse modo, eles segregam, demarcam e classificam.

Discutimos, neste trabalho, a produção de ideias a partir da imprensa, nos atentando para a construção discursiva elaborada pelos jornais do Ceará e estados vizinhos (Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), ancoradas no medo, e sua contribuição para a construção e a fixação de identidades regionais através da atuação de grupos de cangaceiros nos limites interestaduais. Nesta perspectiva, situamos nossa pesquisa na grande área de História social do Crime e dialogamos com campos da História que se interessam pela aproximação com as espacialidades, as suas relações de poder e suas práticas culturais, em uma interface com a História Política, a História Social da Cultura, e seguindo uma abordagem interdisciplinar com a Análise do Discurso, apoiados ainda em uma história micro-espacial.<sup>3</sup>

Nossa pesquisa colabora com a área de estudos ao apresentar outras nuances sobre este tema, uma vez que, ao se estudar sobre o discurso dos jornais e sua diversidade de narrativas com ênfase no cangaço, é preciso lembrar que, como uma prática da linguagem, como narrativa, os periódicos têm sua construção amalgamada em condições históricas e sociais particulares

---

<sup>1</sup> Há, portanto, uma bibliografia mais ampla dedicada a discutir o banditismo em múltiplos espaços com renovação teórica e metodológica. Ver: FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

<sup>3</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

que dependem do imaginário e da memória coletiva para consolidarem uma ideologia a partir da fala/escrita. Os impressos, portanto, atuaram na forma de ver e dizer sobre as espacialidades tecida em suas páginas, apontando para uma construção marcada, ora pelo perigo, ora pelo medo, ora como possibilidade de progresso e incorporação à nação.<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, os cangaceiros fabricavam, em seus deslocamentos, sentidos para o espaço praticado. Desse modo, entendemos os espaços dentro de sua historicidade como fruto de relações de poder, práticas e discursos mobilizados na construção de identidades e alteridades sociais.

Nesse sentido, o discurso da imprensa é permeado de retóricas expressas pelos inúmeros recursos da linguagem, com metáforas e apelos aos sentimentos (como o medo), mobilizados para convencer (ou provocar) o público diante dos argumentos apresentados. Uma vez que o leitor tenha aderido à tese proposta, o resultado esperado é que se desperte uma propensão para a ação, pois aquele que “percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira como é autor de novos argumentos espontâneo, o mais das vezes não expressos, mas que ainda assim, intervirão para modificar o resultado da argumentação”.<sup>5</sup>

Os jornais do início do século XX, apesar de atingirem grupos diversos, eram direcionados a um público específico e tinham objetivos e pessoas bem definidas como alvos dos comentários dispostos em colunas naquelas folhas. Os termos utilizados e o lugar que as notícias ocupavam também são marcas discursivas. Os detalhes dos horrores perpetrados pelos cangaceiros, para além de sinalizar o medo da pequena elite (rural ou citadina) diante da expansão do cangaço, apontam a insegurança cotidiana, a ineficácia do policiamento e o fracasso do estado na promoção de resguardar a vida e os bens da população. Assim, o protocolo de leitura e a adesão por parte do público não são produzidos apenas pelas marcas textuais. Conforme demarca M. Barbosa (2007), “as marcas da edição são profundamente significativas”.<sup>6</sup>

Analisamos a fabricação e circulação dos discursos de medo na imprensa cearense e estados limítrofes a partir da atuação dos bandos de cangaceiros nos sertões, descritos como espaços privilegiados da ação destes grupos e, portanto, como *locus* dos mais bárbaros crimes. Percebemos a intrínseca relação entre os deslocamentos pelos espaços limítrofes do Ceará e a intensificação das notícias de constante ameaça de ataque e destruição, imersas nas agitações políticas protagonizadas pela elite rural e sujeitos da política local, extrapoladas para o cotidiano

---

<sup>4</sup> SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. BOTELHO, A; STARLING, H. **República e Democracia**: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 299-316.

<sup>5</sup> PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina de Prado Galvão. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 213.

<sup>6</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 56.

através da batalha de ideias levantadas por intelectuais e homens de imprensa, o que nos coloca a importância dos espaços de fronteiras para ambos os grupos.

O espaço não deve ser encarado como algo dado e natural, mas passível de mudanças e de transformações, imerso em tensões e disputas. Se antes ele era apenas tomado como referência geográfica, onde se desenrolavam as ações, e o seu olhar esteve bastante atento às temporalidades, rupturas e permanências, hoje é preciso desnaturalizá-lo, historicizá-lo e perceber os “fenômenos temporais como fenômenos que também atingem, constroem e modificam espacialidades”.<sup>7</sup> Defendemos essa inter-relação por pensarmos nas espacialidades como um conjunto de tensões, de trocas, de lutas, de conflitos e de diferenças. Logo, buscamos compreender como elas foram forjadas.

Partindo da ideia de que os espaços são também construídos a partir de práticas e discursos, analisamos como se deram os usos das narrativas de violência e medo sobre o cangaço na constituição dos espaços limítrofes do estado na defesa do ideário do progresso e da eliminação do que era visto como bárbaro e inadequado aos chamados novos tempos. As menções indicam interesses e exercícios de dominação mediante o momento que segrega, que delimita e impõe sentidos para o outro. Dito de outra forma, eles são frutos de desejos sociais, estabelecem normas e nos permitem visualizar seus sistemas de valores.<sup>8</sup>

Ante o exposto, explicitamos a principal hipótese que norteia este trabalho: o medo tem um importante papel na elaboração do espaço sertanejo a partir da atuação de grupos de cangaceiros nas fronteiras do Ceará. Assim, na esfera pública, os jornais e as mensagens dos governadores de estados (re)elaboram imaginários a partir dos discursos de temor aos cangaceiros, impactando, nesse processo, os usos de espaços e identidades, mobilizando-os ainda no debate da ordem, da civilização e da barbárie.

Os jornais consultados mencionam o constante embate entre os potentados rurais, o deslocamento de bandidos pelos limites do território cearense e seu trânsito entre os estados vizinhos. O medo surge nos impressos como traço definidor do que mais tarde veio a se chamar de Nordeste, em especial como um demarcador dos sertões. Este argumento conduz-nos à nossa segunda hipótese: as notícias operaram na construção de alteridades sociais, no lugar do Outro, contribuindo, assim, para a elaboração da identidade regional, na qual os sertões e os sujeitos que o habitam são cartografados pela violência, pela seca e pelo caos. O terror, sugerem os

---

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nos destinos de fronteira**: História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, p. 102.

<sup>8</sup> CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

jornais, não é elemento constitutivo só da geografia, mas atravessa os corpos sertanejos (nos aspectos físicos, na psicologia etc.).<sup>9</sup>

As notícias de violência e medo, nesse contexto, foram usadas com fins políticos e como fundamento para discursos civilizatórios (nos quais era preciso incorporar os sertões). De um lado, na arena política, as notícias sobre o cangaço converteram-se em armas de papel e tinta, usadas para desqualificar os adversários, por exemplo, em especial nos momentos de pleito. Em alguns períodos, percebemos o aumento de menções aos candidatos denunciando seu envolvimento com cangaceiros. Do outro lado, jornais de oposição atacavam a inoperância do governo no combate ao banditismo, ou mesmo sua tolerância com os “facínoras”. Assim, a política do medo elaborada na imprensa indicava o fracasso das instituições governamentais, e sua força repressora (polícia) é descrita como débil e corrupta, constituindo, assim, um entrave à civilização e um imenso atentado à moral, à honra familiar e ao Estado.

A produção sobre o cangaço é vasta produzida desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX<sup>10</sup>. Ela materializa-se em inúmeros suportes, além dos discursos presentes nos jornais analisados, destacando-se os textos literários<sup>11</sup> e trabalhos acadêmicos que se dedicaram a refletir sobre a temática. Entre os muitos títulos que tivemos acesso, ressaltamos, inicialmente, os textos publicados ainda no período de maior atuação dos grupos de cangaceiros, escritos no formato de ensaios.<sup>12</sup> Estes textos aturaram na forma de ver e dizer sobre os sertões e os sujeitos que habitavam este espaço ao longo dos anos.

Na década de 1910, dois livros de Gustavo Barroso – *Terra de Sol* (1912) e *Heróis e Bandidos: os cangaceiros de Nordeste* (1917), são um bom exemplo para iniciar o mapeamento da construção discursiva do espaço sertanejo. No primeiro livro, as marcas das teorias europeias se apresentam como forma de explicação dos problemas sertanejos. Além disso, mobiliza a dicotomia sertão/cidade civilização e atraso. No livro seguinte, as teorias

---

<sup>9</sup> As fotografias são elementos de cristalização nesse processo, uma vez que ajudaram a consolidar uma imagem dos sujeitos, da violência e do medo nos sertões.

<sup>10</sup> Aqui nos referimos ao conto *Folhas Secas*, escrito por Juvenal Galeno e publicado originalmente no ano de 1871 em *Cenas Populares*, livro de sua autoria. Para o autor, o termo referia-se à exteriorização da violência e à condução de armamentos. Ver mais detalhes em GALENO, J. **Cenas populares**. 4. ed. Fortaleza: Secult, 2010.

<sup>11</sup> Para ficarmos em alguns exemplos, podemos citar: *Os Cangaceiros* (1914), de Carlos Dias Fernandes; José Lins do Rego com *Menino de Engenho* (1932); *Coiteiros* (1935), de José Américo de Almeida; *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado, e José Lins do Rego, mais uma vez, com *Pedra Bonita* (1938). Além disso, há romances pioneiros que, apesar de apresentarem o banditismo como forma de ação, discute-se se seriam, de fato, romances sobre o cangaço, são eles: Franklin Távora, com *O Cabeleira* (1876) e *Os Brilhantes* (1895) de Rodolfo Teófilo.

<sup>12</sup> Nesse caso, mencionamos os textos escritos do final do século XIX e início do século seguinte. Isto é, até 1940. Uma catalogação robusta pode ser encontrada na tese de Wesley Dutra (2022). Para mais informações, consultar DUTRA, W. R. **Teses e valores constitutivos da imagem pública do cangaço e de Lampião entre 1876 e 1953**. 2022. 344f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2022.

raciais (hereditariedade, miscigenação) também estão presentes e a cisão entre os dois mundos é ainda mais demarcada no discurso do autor. Para Gustavo Barroso, o “tipo social do cangaceiro”, era uma “(...) alma feita de contrastes”, “uma anormalidade” constantemente presente “(...) na primitiva e estiolada sociedade sertaneja”.<sup>13</sup>

Na década de 1920, destacam-se Érico de Almeida e Leonardo Mota, que apresentam a biografia e os crimes de Lampião em *Lampeão, sua história* (1926) e *Violeiros do Norte/ Sertão Alegre* (1925/1928), respectivamente.<sup>14</sup> Uma das primeiras tentativas de se biografar Lampião, o trabalho de Almeida (1926), é marcada pelos elementos das “notícias de sensação”<sup>15</sup> e se sobressai como espécie de reportagem ou relatório destinado a defender o governo da Paraíba.<sup>16</sup> Interessa-nos pensar nessa aproximação com a imprensa e na descrição que faz dos lugares, da violência e das vítimas do já famoso cangaceiro.<sup>17</sup> As obras do folclorista L. Mota indicam os versos do cancionero popular como instrumento de denúncias ao cangaço, isto é, mais um suporte que nos permite entrever como outros sujeitos narravam o assunto.<sup>18</sup>

Ainda nos anos 1920, *Beatos e Cangaceiros* (1920), de Xavier de Oliveira<sup>19</sup>, e *Cangaceiros do Nordeste* (1929), de Pedro Baptista, discutiram o banditismo de modo geral na época de atuação de cangaceiros pelos sertões e teceram explicações e soluções para o fenômeno. O primeiro elenca uma série de causas para a perpetuação do banditismo nos sertões – o meio físico, o “analfabetismo”, a falta de trabalho e salários justos, a “politicagem” e o quase inexistente acesso à justiça.<sup>20</sup> O segundo, apesar de reforçar a dicotomia entre civilização/litoral e desordem/sertão, rompe com as ideias deterministas (físicas e biológicas) e sinaliza para discursos com teses que colocam o cangaço como fenômeno social.<sup>21</sup>

Durante a década de 1930, continuam o surgimento de trabalhos destinados a pensar na atuação e na perpetuação do cangaço no Nordeste brasileiro. Gustavo Barroso, em *Almas de Lama e de Aço* (1930), ao atenuar as discussões sobre as teorias raciais<sup>22</sup>, elenca como tese

<sup>13</sup> BARROSO, G. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 15.

<sup>14</sup> Posteriormente, Leonardo Mota publicou *No Tempo de Lampião* (1930).

<sup>15</sup> Érico de Almeida foi repórter do jornal paraibano *O Norte* e funcionário público federal.

<sup>16</sup> Há também, do mesmo autor, o ensaio *A Parahyba e seus problemas* (1923).

<sup>17</sup> ALMEIDA, É. de. **Lampeão, sua história**. (1926) 2 ed. Natal, Sebo Vermelho, 2013. Edição facsimilar de 1926.

<sup>18</sup> Ver MOTA, L. **Violeiros do Norte**. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962 [1925]. Conferir, também, MOTA, L. **Sertão Alegre**. 3 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976 [1928].

<sup>19</sup> Posteriormente, como reunião de artigos publicados na imprensa, o autor lançou *O Exército e o Sertão* (1932).

<sup>20</sup> OLIVEIRA, X. de. **Beatos e cangaceiros**: História real, observação pessoal sobre e impressão psicológica de alguns dos mais célebres cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro, 1920, p. 245.

<sup>21</sup> BAPTISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Paraíba do Norte: Livraria São Paulo, 1929.

<sup>22</sup> Nesse período, outros textos seguiram essa linha de raciocínio, como o de Abelardo Pereira. Em *Sertanejos e Cangaceiros* (1934), é nítido o impacto negativo que o autor atribuiu à miscigenação, em especial com a população indígena. Ver PARREIRA, A. **Sertanejos e Cangaceiros**. São Paulo: Ed. Paulista, 1934.

central o processo civilizador como único elemento capaz de neutralizar “a energia bárbara do sertão nordestino”, evitando, assim, que os que vivem “naquelle meio atrasado e pobre” não acabem por “naturalmente perder-se no crime”.<sup>23</sup> Já o livro *Os Dramas Dolorosos do Nordeste* (1930), de Pedro Vergne de Abreu, busca denunciar os abusos dos cangaceiros e a ineficácia do governo em seu combate. Para ele, seu estado (Bahia) era composto de pessoas ordeiras. O grande problema, porém, era a atuação de “forasteiros corvos”, sob proteção de pessoas de relevo, como o Padre Cícero, informa o autor, vindos dos “(...) sertões do Cariry, no Ceará”.<sup>24</sup>

Estas obras são interessantes para pensarmos como tema ganhou espaço e amplitude, requerendo urgência em seu debate e combate, haja vista que muitos desses escritores eram colaboradores em diversos jornais<sup>25</sup>, o que ajuda na propagação de suas visões e versões sobre banditismo nos sertões, fornecendo pistas para pensarmos na construção de culturas políticas no período, demarcando temas e opiniões. Além disso, mesmo que de forma indireta, em todas elas, o medo aparece como elemento construtor da identidade espacial sertaneja. A constante preocupação que o cangaço galga no cotidiano aparece materializada nos discursos jornalísticos, devendo ser analisada em suas particularidades e motivações simbólicas concretas.

A ampliação de textos sobre o cangaço ganhou maior ênfase a partir dos anos 1960, após a superação de uma “memória maldita”, como escreve Dutra (2022), sobre o cangaço. Nos anos anteriores, em especial as décadas 1940 e 1950, o cangaço foi tratado como um capítulo sensível da história, portanto, um “tema que precisava ser esquecido e relegado ao passado”.<sup>26</sup> Nesse sentido, há um número extenso de textos que se dedicaram, de forma mais verticalizada, a pormenorizar a vida de Lampião, como os trabalhos de pesquisadores internacionais, a saber, Billy Jaynes Chandler (1980) e Élise Grunspan-Jasmin (2016). No Brasil, além de Nertan Macedo (1972), podemos citar Pernambucano de Mello (1993) e Cincinato Ferreira Neto (2016).<sup>27</sup>

<sup>23</sup> BARROSO, G. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012, p. 11.

<sup>24</sup> ABREU, P. V. de. **Os Dramas Dolorosos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1930, p. 07.

<sup>25</sup> Ou ainda experimentam o contato direto com cangaceiros, como os relatos de major Moysés de Figueirêdo no livro *Lampeão no Ceará 1927*, escrito como resposta e defesa das acusações de facilitar a fuga de Lampião no referido ano; ou o livro *História do Banditismo da família Santos Chicote* (1928), uma defesa da família Amaro, acusada de oferecer proteção a cangaceiros. Ambos os livros são originados da reunião de artigos publicados na imprensa da época. Nesse mesmo caminho, podemos incorporar o ensaio denominado *Como dei Cabo de Lampião* (1940), do ex-comandante da Força Volante alagoana, capitão João Bezerra.

<sup>26</sup> DUTRA, W. R. **Teses e valores constitutivos da imagem pública do cangaço e de Lampião entre 1876 e 1953**. 2022. 344f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2022, p. 29.

<sup>27</sup> Além dos já mencionados CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; GRUNSPAN-JASMIN, E. **Lampião, senhor do sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo:

Não podemos esquecer as contribuições de Eric J. Hobsbawm com os livros *Rebeldes Primitivos*<sup>28</sup> e *Bandidos*.<sup>29</sup> No primeiro livro, o autor formula a teoria do “banditismo social”, ampliada na segunda obra, inclusive com menção aos cangaceiros Antonio Silvino e Lampião. E. Hobsbawm chamou atenção para esta face pouco simpática da história, situando a participação dos bandidos e sua atuação em vários lugares do mundo. Nesta perspectiva, o banditismo foi associado aos movimentos populares e interpretado com característica de luta de classes.

As críticas, ao longo dos anos, recaíram no modelo teórico universalizante, além do caráter evolucionista, pré-político, inconsciente, “símbolo de protesto social”, que lutava em prol da população pobre contra a opressão dos fazendeiros. As fontes usadas pelo autor também foram questionadas por reproduzirem imagens idealizadas dos cangaceiros.<sup>30</sup> Hobsbawm, por sua vez, rebateu algumas delas em uma nova edição da obra, dizendo estar mais interessado no imaginário social sobre os bandidos.<sup>31</sup>

Nos anos 1980, o diálogo com as ideias marxistas e a perspectiva do banditismo social aparecem na obra *O Cangaço* (1981), de C. Alberto Dória. Sua leitura segue a linha interpretativa de Hobsbawm, enquadrando o cangaço como uma forma de banditismo social, apesar de apontar a dificuldade de definir Lampião como “modelo” na tipologia proposta pelo autor de *Bandidos*.<sup>32</sup> Talvez envolvido pelas análises anteriores, as influências climáticas, com as “sucessivas secas”, aparecem como forma de explicação do surgimento de grupos independentes.<sup>33</sup>

Outra pesquisa que merece destaque é o trabalho pioneiro de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Para a autora, em sua análise de caráter sociológico, o cangaço dividia-se em dois grupos, um formado pelo que chamou de cangaço dependente, e outro compondo o cangaço

---

Editora da Universidade de São Paulo, 2016; FERREIRA NETO, C. **A misteriosa vida de Lampião**. 2 ed. Fortaleza, Premium, 2016 e MACÊDO, Nertan. Capitão Virgolino Ferreira: Lampião. 4. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972 e MELLO, Frederico Pernambucano de. Quem foi Lampião. Recife: Editora Stahli, 1993, podemos acrescentar à lista os trabalhos de ARAÚJO, A. A. C. de; FERREIRA, V. **O espinho do quipá**: Lampião, a história. São Paulo: Oficina Cultural Monica Buonfiglio Ltda., 1997; ARAÚJO, A. A. C. de; ARAÚJO, C. E. C. **Lampião: Herói ou Bandido?** São Paulo: Claridade, 2009; DANTAS, S. A. de S. **Lampião entre a Espada e a Lei**: considerações biográficas e análise crítica. Natal: Cartgraf, 2008 e IRMÃO, José Bezerra Lima. Lampião a raposa das caatingas. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2014, para ficarmos apenas em alguns exemplos.

<sup>28</sup> HOBBSAWM, E. **Rebeldes Primitivos**: estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. 3º ed., Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 1983.

<sup>29</sup> HOBBSAWM, E. **Bandidos**. São Paulo: Forense, 1975.

<sup>30</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>31</sup> HOBBSAWM, E. **Bandidos**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. (recurso digital)

<sup>32</sup> No entanto, sua percepção sobre Jesuíno Brilhante é aquela que se assemelha ao ladrão nobre, digno e honrado, destoando “de ‘facinoras monstrosos’ como Lampião...”. Ver DÓRIA, C. A. **O cangaço**. 2ed, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 41.

<sup>33</sup> DÓRIA, C. A. **O cangaço**. 2ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

independente. A principal característica do primeiro era sua subordinação aos fazendeiros e outros poderosos da região em troca de alimento e proteção, sendo uma espécie de jagunço de serviço dos potentados rurais. O segundo grupo caracterizava-se pela presença de um líder e pela vida errante, sem ligação fixa aos chefes locais. Era composto, inicialmente, de sujeitos que se organizavam para pilhar fazendas em decorrência da desorganização das suas vidas após a estiagem ou para resolver uma afronta familiar.<sup>34</sup>

Em 1990, o jornalista J. Chiavenato publicou o livro *Cangaço: a Força do Coronel*.<sup>35</sup> Na obra, o autor se propõe a desmistificar a percepção romântica sobre o cangaço, apresentando a dominação de classe, a miséria, a proteção política e a violência como formas de manutenção do banditismo.<sup>36</sup> O livro tece inúmeras críticas a intelectuais, jornalistas e cineastas, acusando-os de reforçar mitos.<sup>37</sup> Algumas informações, no entanto, aparecem de forma taxativa, categórica e aparentemente sem fundamento na historiografia, que, na percepção de Wiesebron (1996), é incompleta.<sup>38</sup>

Pernambucano de Mello (2011), por sua vez, nos oferece informações interessantes para pensarmos na ampliação do banditismo e da violência no Nordeste, especialmente por chamar atenção para o caráter heterogêneo do movimento, isto é, a existência de cangaços no cangaço, o que o levou à elaboração da tese do “Escudo Ético”.<sup>39</sup> Sua obra é norteadora ao salientar a variedade de grupos e as motivações para se fazer e permanecer cangaceiro. Entretanto, seu tom, por vezes anedótico, de certa forma, acaba reforçando alguns mitos. Além disso, a escrita determinista e a escolha de algumas das palavras (endêmico e epidêmico), ao se referir ao aumento de grupos de cangaceiros, podem indicar uma metáfora do banditismo com a contaminação de doenças.

Ao lado de P. de Mello, o livro de B. Pericás (2010) também apresenta contribuições significativas. Ele nos ofereceu uma extensa discussão que vai da teoria do banditismo social às questões raciais e à presença das mulheres no cangaço. Um ponto de destaque na obra é a crítica aos trabalhos que viam no cangaceiro um proto-revolucionário, com

---

<sup>34</sup> QUEIROZ, M. I. P. de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. Ver também: QUEIROZ, M. I. P. de. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1982. (História popular).

<sup>35</sup> O livro ganhou uma segunda edição pela editora Noir em 2020 com o título *Cangaço, a milícia do coronelismo*.

<sup>36</sup> CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço: a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>37</sup> O próprio autor, em determinado momento, reproduz alguns, como quando menciona a entrada das mulheres no cangaço como uma “revolução feminista”, exemplo de emancipação e liberdade.

<sup>38</sup> WIESEBRON, M. L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 24, n. Z p. 417-444, jul/dez., 1996.

<sup>39</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011.

viés de classe e de guerrilha popular.<sup>40</sup> Estas obras e suas análises pioneiras, afirma o autor, não deram conta de explicar satisfatoriamente as complexidades das motivações e da atuação dos sujeitos que ingressavam no cangaço.<sup>41</sup>

Com a popularização dos cursos de pós-graduação e a ampliação ao seu acesso, os trabalhos sobre a temática receberam novo fôlego.<sup>42</sup> Nesta nova leva de trabalhos, ganha relevo as análises que se valeram da imprensa como fonte e/ou objeto de estudos. A dissertação de Wesley Dutra (2011) e as teses de Henrique Barbosa (2014) e Marcílio Falcão (2018) são bons exemplos de textos que tensionam as discussões sobre o cangaço a partir dos impressos.<sup>43</sup> A partir delas, observamos a construção do imaginário em torno de Lampião, a produção do medo a partir do ângulo das forças de repressão do estado e os usos políticos das notícias sobre o cangaço na imprensa sertaneja.

A dissertação de Wesley Dutra (2011) parte das representações sobre Lampião elaboradas pelos jornais do Nordeste com foco em sua “legalização”, isto é, sua participação como integrante dos Batalhões Patrióticos para perseguir e combater a Coluna Prestes em 1926 e, também, no ataque à cidade de Mossoró em junho de 1927. Chamam atenção os discursos mobilizados pela imprensa na construção de imagens de Lampião, em especial sua violência e estratégias, marcando o imaginário social da época.<sup>44</sup> Henrique Barbosa (2014) discutiu a formação da Força Pública cearense e sua atuação nos sertões no combate ao banditismo durante a Primeira República (1889-1930). O autor ofereceu uma visão do deslocamento da força policial pelos estados limítrofes do Ceará, direcionando nosso olhar para os discursos oficiais, destacando o papel da imprensa na narrativa dos sucessos e insucessos da Polícia Volante.<sup>45</sup>

Outro trabalho que toma a imprensa como fonte privilegiada é a tese de Marcílio Falcão (2018), ao analisar a fabricação e os usos do passado como estratégia de poder diante da

---

<sup>40</sup> São exemplos listados pelo autor os trabalhos de FACÓ, R. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 (publicado originalmente em 1963) e, também, os de MACHADO, C. M. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

<sup>41</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>42</sup> Para se ter uma ideia dessa amplitude, Wesley Dutra (2022) mapeou, visitando os repositórios institucionais entre 1990 e 2022, cerca de 100 textos (dissertações e teses) que versaram sobre o cangaço com análises em diferentes fontes em diversas áreas do conhecimento. Podemos acrescentar, como produção recente, os trabalhos de Isabela Zaniboni (2023), Leandro Dirschnabel (2023), Benedito Renan Brito (2024) e Ana Cruz (2024). Nenhum destes, no entanto, trabalhou com enfoque no medo a partir do discurso da imprensa.

<sup>43</sup> Aqui situamos também o texto desenvolvido no mestrado, que analisou o cangaço, a violência e o medo a partir das notícias publicadas nos jornais do Ceará.

<sup>44</sup> DUTRA, W. R. **Nas trilhas do “rei do cangaço” e de suas representações (1922 – 1927)**. 2011. 176f. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

<sup>45</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

narrativa da resistência da cidade de Mossoró ao ataque de Lampião em junho de 1927. Sublinha-se o movimento retórico de construção de Mossoró como cidade heroica ao expulsar os cangaceiros, e o Ceará como território simpático ao banditismo por receber os sujeitos em fuga.<sup>46</sup>

O deslocamento pelas fronteiras, aliás, tem ganhado destaque ultimamente. Obras recentes têm dedicado atenção à atuação de criminosos nos espaços limítrofes.<sup>47</sup> Um bom exemplo é o livro organizado por Fonteles Neto, Luiz Bretas e Thompson Flores lançado em 2019. O capítulo de Thompson Flores apresenta questões interessantes quanto ao deslocamento de bandidos na porção territorial meridional brasileira no século XIX.<sup>48</sup> Estudando a atuação dos cangaceiros nas fronteiras do Ceará no século XX, algumas observações se assemelham e outras se afastam das contribuições da autora. Ao pensarmos nos limites cearenses, analisamos as práticas e as significações estabelecidas pelos cangaceiros durante suas passagens por ali. Este espaço é marcado por fugas emblemáticas e improváveis. Assim, uma das contribuições desta obra para nossa pesquisa é pensarmos nas possibilidades de negociações nos limites interestaduais.

Guerhansberger Sarmiento (2019) lançou mão de algumas obras para cartografar os espaços do cangaço lampiônico. Entendendo a produção do espaço como permeada por relações de poder, podemos tecer as táticas e técnicas utilizadas por Lampião e por outros tantos grupos de cangaceiros e seus deslocamentos, transformando em espaços os lugares por eles apropriados.<sup>49</sup> Além da rede de apoio e das conexões que o cangaceiro estabeleceu com sujeitos e lugares, analisamos como a construção discursiva elaborada pelos jornais do Ceará e regiões vizinhas, ancorados no medo, contribuíram para a elaboração de uma fixação de identidade regional através da atuação de grupos de cangaceiros nas fronteiras dos cinco estados. O constante deslocamento foi amplamente explorado pelos impressos como fonte de medo e poder.

Apesar do destaque à imprensa como construtora de imaginários e importante elemento atuante na arena do poder, estes textos não exploram a circulação do medo e seu papel

---

<sup>46</sup> FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.

<sup>47</sup> As teses de Sueny Souza (2016) e Wania Viana (2019) também podem ser mencionadas como exemplo de trabalhos que se dedicaram às reflexões sobre o movimento pelas fronteiras.

<sup>48</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. Bandidos de Fronteira: o fluxo de criminosos num espaço limítrofe. *In*: FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil**: novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019b.

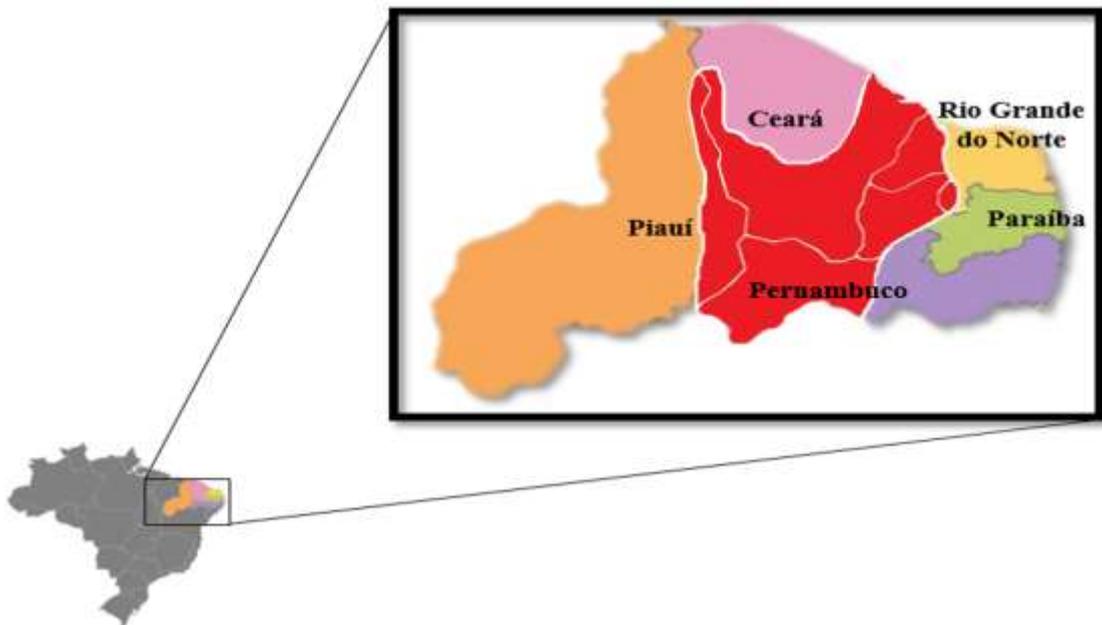
<sup>49</sup> SARMENTO, G. T. A. **Virgulino cartografado**: relações de poder e territorializações do cangaceiro Lampião (1920-1928). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

na produção de memórias e identidades espaciais. Isto posto, nos instiga a avançar nesta discussão e ampliar o debate. Convém aqui nos perguntarmos: quais os interesses diante dessas denúncias de violência nos impressos? Como as notícias que se valem do medo podem ser mobilizadas para alcançar fins moralizantes, políticos e civilizatórios?

\*\*\*

O cangaço foi um dos temas mais debatidos, publicados e replicados na imprensa, ganhando maior visibilidade durante os anos 1920.<sup>50</sup> Os periódicos do Ceará publicaram diuturnamente inúmeras matérias sobre o fenômeno. Os motivos de sua perpetuação na sociedade sertaneja e as soluções para se extinguirem as várias formas de banditismo ganharam igualmente espaço prolongado nos impressos. Buscamos analisar o lugar das notícias sobre o cangaço nos jornais cearense e em folhas dos estados limítrofes, a saber, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, durante as primeiras décadas do século XX. A seguir, elaboramos um mapa para apresentarmos visualmente o espaço analisado.

**Figura 1**  
**Limites do Ceará e os “domínios do cangaço” nos impressos**



**Fonte:** elaborada pelo autor.

<sup>50</sup> Mapeamos mais de 900 menções à temática (em notícias, contos, cônicas, marchinhas, cordéis, anúncios publicitários, cartas, fotografias, versos) apenas nos jornais do Ceará aqui estudados.

Marcamos para o início das análises o ano de 1912, data do primeiro convênio de maior vulto contra o banditismo assinado entre Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte no período republicano. Com reunião realizada em Recife, os representantes dos governos citados buscaram estabelecer metas para o extermínio dos grupos de cangaceiros que campeavam as zonas limítrofes, sempre buscando refúgio em outro estado quando perseguidos pelas Forças Públicas do local onde estavam atuando. Prática recorrente, como mostram os documentos oficiais e as inúmeras narrativas dos jornais do período.

Encerramos as análises no ano de 1928, quando as notícias vão se concentrar na atuação do cangaceiro Lampião, de forma que acaba por omitir a atuação de grupos menores no espaço destacado para estudo. Ao dedicarmos tinta ao “cangaço lampeônico”, desloca-se, a partir desse ano, a atenção para o novo espaço de atuação: o outro lado do Rio São Francisco, nas zonas baianas, sergipanas e alagoanas. Ademais, esta migração se deu, dentre outros motivos, pela intensificação do combate ao cangaço reforçado por novo convênio estabelecido dois anos antes, em 1926, deslocando o centro de atuação do grupo do sul-cearense e adjacências para a outra margem do São Francisco. Além disso, interessa-nos seguir as práticas sociais, ideias e representações de outros grupos, e não apenas Lampião.

Os jornais selecionados estão dispostos da seguinte forma: do Ceará, *A Lucta* (1914-1924), *A Ordem* (1916-1928) e *A Imprensa* (1924-1928) de Sobral, e *O Sitiá* (1924-1927), de Quixadá; *Gazeta do Cariry* (1917-1918, 1928) e *O Araripe* (1919-1920) do Crato; da capital cearense destacamos o *Unitário* (1912-1913), *Folha do Povo* (1912-1913), o *Diário do Ceará* (1915), *O Nordeste* (1922-1928), *O Imparcial* (1927), *O Povo* (1928) e *O Ceará* (1925-1928); da Paraíba, são as seguintes folhas: *O Norte* (1912-1922) e *O Jornal* (1923-1924); *Jornal Pequeno* (1912-1928) e *Jornal do Recife* (1913-1928) são os jornais de Pernambuco; do Piauí, selecionamos o *Diário do Piahy* (1912-1914) e *A Imprensa* (1926-1928), e, por fim, do Rio Grande do Norte, temos *O Mossoroense* (1912-1928), *A República* (1923-1928) e *Correio do Povo* (1927).

Os jornais selecionados são: I) partidários e/ou ligados a alguma entidade mantenedora; II) independentes, apartidários e noticiosos (sem ligação direta com instituições e/ou partidos mantenedores), e III) religiosos (que têm compromissos com a ideologia cristã-católica, podendo ou não ser mantida por uma instituição religiosa). Esta maneira de proceder nos permite mapear seus discursos atentando para sua linha editorial, sua perspectiva histórica, como concebem o tempo e como o periodizam. Isto é, como propõem os diagnósticos sociais e

as perspectivas de futuro em uma dada conjuntura e como se posicionam no campo da memória social, ou seja, como lidam com o passado.<sup>51</sup>

Metodologicamente, mapeamos e organizamos as notícias que versam sobre o cangaço na imprensa cearense e de estados vizinhos. Isso nos permite perceber a urgência que o tema ganha ao longo dos anos, bem como seu perfil e sua movimentação política. Este cuidado metodológico buscou ainda compreender as “indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado”, atentando para os “alinhamentos sociais em cada conjuntura”<sup>52</sup>, uma vez que a imprensa não só incorpora elementos das estruturas de poder, sendo, como ela própria, um “espaço privilegiado da articulação desses projetos”.<sup>53</sup>

Parte significativa das fontes analisadas foi digitalizada e está disponível em formato virtual, como alguns jornais do Piauí e do Rio Grande do Norte.<sup>54</sup> Além disso, na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), podemos ter acesso a jornais da Paraíba, do Pernambuco e do Ceará.<sup>55</sup> As demais folhas que compõem nosso corpus de análise foram coletadas e fotografadas em arquivos do Instituto Histórico e bibliotecas do Ceará. Apesar da possibilidade de busca por palavras-chaves em alguns periódicos digitalizados, seguimos na tentativa de ler os jornais na íntegra, pois pensamos que esta forma de trabalho nos permite uma aproximação com a ambiência na qual as notícias estavam inseridas.

Pretendemos uma análise calcada na materialidade das folhas, atentando para as menções ao cangaço e o seu lugar nos jornais, isto é, quais páginas ocupavam e quais os principais gêneros textuais em que eram expressas (notícias, telegramas, anúncios publicitários, reportagens). Além disso, uma análise qualitativa das matérias também foi mobilizada, visando entender a construção da notícia a partir das palavras empregadas na sua composição, objetivando o contexto de produção, as condições materiais de reprodução, as marcas discursivas historicamente construídas, o estilo e a retórica ao se referir à temática.

Neste ponto, nos apropriamos de uma análise quantitativa como ponto de partida para buscarmos repetições, padrões de comportamento e de ideias presentes nas fontes e, em seguida, partimos para a análise qualitativa do material coletado. Estes procedimentos nos

---

<sup>51</sup> VIEIRA, L. S. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método. **Revista de recensões de comunicação e cultura**, 2013; CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>52</sup> CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007, p. 264.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 259.

<sup>54</sup> Este material é disponibilizado para consulta no site do Projeto Memória do jornalismo piauiense (<http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>) e no site da Biblioteca Central Zila Mamede (<http://www.bczm.ufrn.br/jornais/>).

<sup>55</sup> Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

permitiram mapear as múltiplas folhas do Ceará e dos estados vizinhos, suas notícias e como as matérias foram construídas, além de traçar uma rota da área de atuação dos vários grupos de cangaceiros mediante as menções sobre seus deslocamentos nas fontes analisadas.

\*\*\*

Defendemos para esta pesquisa uma abordagem micro-histórica sensível à espacialidade como aporte metodológico. A proposta de C. De Vito parte de um olhar para as singularidades, sem perder de vista as suas inúmeras conexões. A história micro-espacial avança em proposições levantadas por G. Levi e C. Ginzburg, e o caminho proposto por C. De Vito aparece como alternativa à superação binária da divisão local/global e/ou micro/macro ao propor uma “história sem escalas”. Para o autor, fugir de “qualquer referência ontológica à ‘escala’” foi o caminho encontrado pela história micro-espacial para incorporar, na análise dos fenômenos históricos, as práticas sociais em lugares singulares, mas conectados.<sup>56</sup>

É importante lembrar que a ideia de redução de escala dos mencionados autores em nada tem a ver com uma redução espacial, ou uma dimensão “pequena” do objeto de estudos, mas, sim, com a produção social e histórica dos lugares, enfatizando as mudanças e as complexas conexões.<sup>57</sup> Ao abolir a ideia de escalas, De Vito pretende superar as divisões entre global e local, e entre agência e estrutura, pois as escalas reforçam as divisões, impedindo formas mais produtivas diante da construção dos processos históricos.

Levi já havia observado que era quase inevitável, com o passar do tempo, que a Micro-História fosse interpretada de forma diferente, direcionando o foco para as coisas pequenas, ou o local.<sup>58</sup> Na verdade, a micro-história “(...) coloca o foco nos questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos”.<sup>59</sup> Todavia, ao associá-la exclusivamente ao estudo “das pequenas coisas”, pode-se perder o caráter inovador de um método que buscava evidenciar aquilo “que não seria imediatamente visível

---

<sup>56</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

<sup>57</sup> DE VITO, C. G. History without scale: the micro-spatial perspective. **Past and Present**, v. 242, Supplement 14, 2019.

<sup>58</sup> LEVI, G. Micro-história e história global. VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 20.

sem o uso de uma lente de aumento”.<sup>60</sup> Portanto, não se trata de uma história do menor, da história local, ou do regional.<sup>61</sup>

A. Torre também reforça a diferença entre micro e local, asseverando que não se referem a objetos “pequenos”, assim como o macro e global não estão relacionados, necessariamente, ao “grande”. Precisa-se superar a ideia do espaço como dimensão cartesiana e encará-lo em sua complexidade de construção mental e social. Para o autor, não é a soma de inúmeros “locais” que formam o “global”. Na verdade, há uma rede mais complexa que leva em conta a sua própria realidade, constituída de práticas e categorias próprias dos atores que as usam, portanto, um enfoque êmico.<sup>62</sup> É a partir do olhar para a documentação, levando-se em conta as categorias dos protagonistas, refletindo sobre a gênese do documento e conectando espaços específicos, que se pode alcançar resultados que não seriam perceptíveis em outras abordagens.<sup>63</sup>

A perspectiva da história micro-espacial analisa as localidades em suas particularidades e conexões em múltiplos tempos. Mediante a translocalidade, De Vito enfatiza a circulação dos indivíduos, de práticas, de saberes e de ideias<sup>64</sup>, o que nos permitiu o olhar pormenorizado às particularidades, aos detalhes e ao trato com as fontes, além das ligações entre os espaços estudados em suas singularidades. Este procedimento, ancorado na ideia de singularidades conectadas<sup>65</sup>, nos possibilitou entrever a rede de conexões envolvendo homens de imprensa, intelectuais e notícias sobre o cangaço no período estudado.

Ao combinar a análise dos múltiplos usos das fronteiras com as propostas microanalíticas anteriormente citadas, podemos obter outras percepções acerca do local e do lugar. O local, nessa compreensão, é um espaço de intensa interação, ainda que em uma perspectiva espacializada de investigação. Os lugares poderiam ser investigados a partir da sua produção histórica e social, ampliando nossas percepções das suas conexões. Isso posto, conforme salientam Carneiro e Dias, teríamos ao nosso alcance “uma abordagem microanalítica

---

<sup>60</sup> LEVI, G. Micro-história e história global. VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 21.

<sup>61</sup> Estas questões foram tensionadas em um artigo onde analisamos as potencialidades da micro-história para se pensar nas espacialidades. Mais detalhes, conferir: SANTOS, F. W. M. dos. Ofício de historiador: apontamentos sobre Micro-História e Espacialidade. **Ofício. Revista de história e interdisciplina**, México, n. 19, p. 263–278, jul./dez., 2024.

<sup>62</sup> TORRE, A. **Production of Locality in the Early Modern and Modern Age**: Places. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2020.

<sup>63</sup> TORRE, A. Comunidade e Localidade. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 147-186.

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

que investiga as conexões e relações entre lugares, especialmente aqueles marcados pelas trocas comerciais e pelas migrações”<sup>66</sup>, no nosso caso, pelo intenso deslocamento de cangaceiros pelas fronteiras interestaduais.

Nos aproximamos também de alguns aportes teóricos e metodológicos da Análise do Discurso.<sup>67</sup> Os elementos descritos anteriormente só fazem sentido no momento em que são constituídos como uma prática dentro de uma sociedade, quando são discutidos e classificados discursivamente. As marcas discursivas negativas presente nas matérias sobre o cangaço e o constante bombardeio de notícias de violência e medo ajudam na (re)elaboração de espaços, dos sujeitos e identidades. Cada palavra escolhida e como estas aparecem no texto jornalístico nos oferecem pistas para pensarmos na construção da imagem dos indivíduos e dos espaços ali narrados.

A imprensa se coloca como mediadora entre os acontecimentos e seu público leitor. Os jornais político-partidários apontam os acontecimentos a partir do viés do partido, a ponto que outros jornais (religiosos, apartidários, operários) narram os acontecimentos igualmente pelo prisma de seus interesses. O poder da palavra e dos discursos, a forma e a função dos periódicos devem ser observadas, pois partem de um lugar de legitimidade e buscam produzir efeitos de verdade.<sup>68</sup> Analisar a construção do texto ajuda-nos a perceber as tensões e os projetos de poder de grupos hegemônicos, uma vez que o discurso contribui para a manutenção de uma determinada estrutura de poder.

\*\*\*

Até o início dos anos 1920, o Ceará contava com um parque gráfico consolidado e diversificado com várias folhas (políticas, religiosas, apartidárias, noticiosas) e com um público leitor igualmente heterogêneo e exigente.<sup>69</sup> As novas tecnologias presentes aceleraram a produção, a impressão e a circulação dos jornais. Não bastava anunciar o que acontecia no mundo, era imprescindível informar de forma rápida.<sup>70</sup> O jornal se consolida como símbolo da

---

<sup>66</sup> CARNEIRO, D. F; DIAS, D. R. B. **A Forma e o Tempo**: decifrando Carlos Ginzburg. São Paulo: Alameda, 2022, p. 219.

<sup>67</sup> Dialogamos principalmente com ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005; FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008; FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996; CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010, e CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>68</sup> CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>69</sup> NOBRE, G. da S. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

<sup>70</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

modernidade, construído, pouco a pouco, “como conformador da realidade e da atualidade”, colocando-se como “os olhos e ouvidos da sociedade”.<sup>71</sup> O jornalismo desse período foi marcado pela atenção dada aos noticiários de crimes, explorando, assim, as sensações do público leitor. Os longos artigos cederam espaços a questões cotidianas, deixando o domínio das elites.<sup>72</sup>

A ampliação das “notícias de sensação”<sup>73</sup>, ou das “notícias diversas”<sup>74</sup>, marca a consolidação dos *fait divers* como gênero jornalístico. Nele, notícias do cotidiano foram transpostas para os jornais, recorrendo ao apelo dramático, às sensações e ao mistério. Com sua estrutura própria, o *fait divers* se aproxima dos folhetins, guardando algumas diferenças. De acordo com D. Kalifa (2019), ele corresponde a uma produção social e cultural de surgimento de uma literatura específica, atenta aos crimes e mistérios que cercam o cotidiano. Assim, os relatos de crime contribuíram para aproximar o público destes textos, isto é, dedicando espaço para “(...) as representações que falam de crimes e mortes violentas, de milagres, de desastres, enfim, de tudo que foge a uma ideia de ordem presumida, instaurando a desordem e um modelo de anormalidade”.<sup>75</sup>

Não se pode perder de vista que os impressos estabelecem novas relações sociais, proporcionando a circulação de ideias e sentimentos, configurando novas redes de comunicações nos sertões. Inserido nas mudanças técnicas e de produção e nas novas formas de se fazer jornalismo, atento às “notícias de sensação” e seu impacto, o cangaço ganha espaço especial na imprensa. Os discursos são responsáveis por disseminarem uma imagem de sertão: o espaço do atraso, incivilizado e perigoso, onde seus habitantes eram brutais, animalizados e violentos, um espaço da barbárie, do caos, da desordem e do medo. Isto posto, o medo foi mobilizado para atender a interesses e usos do espaço.

A atenção que o cangaço como ênfase noticiosa ganhava na imprensa está intimamente ligada ao crescimento do banditismo nos sertões. No início do século XX, houve uma ampliação considerável no número de grupos de cangaceiros<sup>76</sup>, o que aponta também para o crescente número de pedidos de ajuda dos presidentes de estados ao governo federal para o

<sup>71</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 24.

<sup>72</sup> FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

<sup>73</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>74</sup> GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013.

<sup>75</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 53.

<sup>76</sup> Ver PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, e MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

combate aos “cruéis facínoras”, encontrando eco na imprensa, difundido amplamente um cenário de caos, associando o espaço de atuação dos cangaceiros à desordem.

Concebendo o espaço para além do natural, como uma construção cultural, social, histórica e imersa em relações de poder, os cangaceiros experimentaram e reelaboraram os espaços sertanejos. Da mesma forma, intelectuais e homens de imprensa o fizeram a partir de discursos na produção de sentidos. Isto posto, estes espaços são, seguindo a perspectiva de M. Certeau (2004), lugares praticados.<sup>77</sup> Entendendo o lugar como o estático, onde os elementos estão dispostos, o espaço simboliza o movimento, as mudanças, as práticas e os discursos que o ressignificam. Ideia que lembra a concepção de M. Santos (2008) sobre o espaço, que aponta as estratégias e as técnicas adotadas pelos agentes sociais na produção do espaço<sup>78</sup>, colaborando, assim, para a noção de espacialidade da qual nos aproximamos. A instabilidade e a transgressão da norma são alguns dos exemplos de ressignificação dos espaços de fronteiras.

Estes espaços limítrofes são estudados mediante suas possibilidades, troca de experiências e, também, como espaço de morte. Para o cangaceiro, ele tem um caráter especial que não pode ser desprezado: a sua constante mobilidade. Estes sujeitos, habituados à vida nômade, não respeitavam fronteiras estaduais, que possuíam um valor estratégico na prática criminosa para os sujeitos que ali agiram e foi igualmente mobilizada pela imprensa no debate no espaço público da ordem, da civilização e da barbárie. O caráter conflitivo e violento da fronteira é sempre mencionado nos jornais. Buscamos caracterizar os espaços limítrofes do Ceará a partir de suas relações sociais, o que nos leva ao entendimento do caráter móvel e flexível deste espaço, extrapolando a dimensão física e natural.

Ao explorar a “noção de que existe o ‘outro lado’ para onde se pode fugir e esconder a si ou o objeto do roubo”<sup>79</sup>, as alianças e as redes que cruzam as fronteiras ali estabelecidas ganham ainda maior peso.<sup>80</sup> Ao atuar no espaço fronteiriço, o cangaceiro poderia se valer das possibilidades que a fronteira oferecia, como fugas, contrabandos de armas e munições e negociações com pessoas de relevo da sociedade, fora do alcance das vistas e das mãos dos policiais. Isto leva aos acordos interestaduais (1912, 1922 e 1926), estabelecidos para a perseguição de bandos que adentravam em outro espaço administrativo.<sup>81</sup>

<sup>77</sup> CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>78</sup> SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>79</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteiras**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 106.

<sup>80</sup> GRIMSON, A. **La Nación en sus límites**. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina/Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

<sup>81</sup> Escrevemos recentemente um pequeno texto abordando estas questões. Ver: SANTOS, F. W. M. dos. Medo e (des)ordem nas fronteiras: convênios contra o banditismo nos limites do Ceará (1912-1926). In: DARÓZ, C. R. C;

Entretanto, apesar da mobilidade e da possibilidade de crimes diversos, os espaços limítrofes também foram usados como lugar de morte e de silenciamento perpetrados por parte da força legal. Jornais da capital cearense discutiram por dias os casos de fuzilamento de cangaceiros que estavam recolhidos na prisão. Com a desculpa de transferi-los para o presídio de Fortaleza, prisioneiros foram executados nos limites da região sul do Ceará. Vários periódicos publicaram matérias comentando a “pena de morte no Ceará” entre defesas (justificada, pois, em nome da civilização) e repúdio (em defesa do direito à vida e pagar pelos crimes na cadeia) diante do acontecimento.

Como os jornais construíram as notícias e seu constante bombardeio (quase diário, quando somamos todos os periódicos) ajudam na construção e cristalização de um espaço em suspenso, ameaçado pelos “terríveis cangaceiros”, elaborando a sensação de que o medo estava presente em toda parte, operando uma espacialização do medo. O deslocamento de cangaceiros é ponto importante, mais uma vez, para pensarmos nas suas áreas de atuação e na elaboração do medo pela imprensa. Com isso, podemos traçar uma cartografia do medo, na qual a imprensa classifica e demarca os sertões como o ponto de partida desse mapa do medo, grafando os sertões como espaço do inculco e do bárbaro e, portanto, ameaçando a civilização.

Os jornais de cidades do interior do estado ou da capital, ou seja, aqueles, longe da área de atuação dos grupos de cangaceiros, vão mobilizar tinta em nome de uma pretensa ameaça de invasão e destruição dos lares. Rumores e boatos serão empenhados na elaboração de uma cartografia da ameaça também nas cidades, sempre em alerta máximo. Este espaço, embebido nesta tensão, nos apresenta uma “geografia circunstancial”, em que os elementos podem ser alterados não pela extensão ou pela localização, mas pela situação e pela preocupação para o ataque ou a defesa.<sup>82</sup> As cidades aqui se inserem como o ápice do desenvolvimento, sentindo-se sitiadas e imobilizadas pelo avanço do banditismo.

Esta espacialização do medo elaborada pela imprensa, mapeando os deslocamentos e cartografando o medo nos sertões e nas cidades a partir das formas de olhar, de pensar nestes espaços, nas práticas, nos usos e nas ressignificações opera na construção de identidades e alteridades regionais. Aliás, a própria ideia de sertão surge amparada no medo, atrelada a práticas e discursos que separam e demarcam o lugar do outro (a seca, a fome, o cangaço, o messianismo, as artes). A criação de um inimigo que precisa ser combatido é o primeiro passo.

---

CARVALHO, K. de B; SILVA FILHO, E. G.da. (Org.). **Fronteiras e Nações**: estudos sobre migração, segurança e defesa. 1ed.Rio de Janeiro: igualdade, 2024, v.1. p. 63-81.

<sup>82</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nos destinos de fronteira**: História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

O discurso de combate ao cangaço nos impressos tem cor e classes sociais bem demarcadas. Como arautos do progresso, intelectuais e homens de imprensa traçaram a linha que une e separa sujeitos e identidades. Como uma construção simbólica e imaginária atrelada ao pertencimento e à identificação com o todo<sup>83</sup>, aquele que não se enquadra é definido em oposição, como o mal, o perverso e quem necessita ser afastado em nome da norma.

As notícias sobre o cangaço nos dão uma ideia da construção, nesse caso, de distanciamento do outro. É interessante perceber as palavras utilizadas na composição da notícia quando se trata de qualificar estes indivíduos: “terríveis bandidos”, “facínoras”, “malfeitores” e a sua “horda”, indicando, além do posicionamento do periódico, o possível caminho traçado para a sua interpretação, uma vez que estes adjetivos apontam uma construção de indivíduos cujas ações são descritas como abomináveis.

O discurso do medo na imprensa insere o cangaço em um quadro mais amplo de discussão sobre as transformações e as crises do sistema republicano, sinalizando fissuras nas relações construídas no período da Primeira República (1889-1930). O combate ao cangaço emerge, dessa maneira, como discurso de superação do atraso das oligarquias e para potencializar a vocação agrícola sertaneja, colocando-se em permanente diálogo com questões nacionais.

\*\*\*

Visando melhor compreensão da nossa proposta e para melhor desenvolvimento, dividimos a presente tese da seguinte forma: no primeiro capítulo, atentamos para as evoluções técnicas da imprensa cearense, sua formação e a consolidação como empresa focada nos lucros. Apresentamos as principais folhas em circulação, suas orientações, filiações e ideias difundidas nos sertões por meio dos impressos. Além disso, discutimos os principais sujeitos envolvidos na produção e circulação de jornais no estado, seu perfil político, além da forma e da função dos jornais, nos observando três grupos específicos: a imprensa político-partidária, a religiosa, e a noticiosa apartidária. Nossa preocupação foi entender o poder dos impressos no período e como as notícias sobre o cangaço aparecem na discussão acerca do sentimento de crise denunciado nas folhas.

O segundo capítulo pretende discutir o lugar das notícias sobre o cangaço na imprensa do Ceará e dos estados vizinhos. Para tanto, analisamos as notícias em sua

---

<sup>83</sup> PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

materialidade nos jornais: o seu local nas folhas (quando aparecem e em quais páginas), os principais gêneros textuais mobilizados (telegramas, colunas específicas, anúncios publicitários, versos, marchinhas de carnaval etc.) e as palavras empregadas na sua composição (as marcas discursivas ao se referirem à temática em estudo). A partir das inovações técnicas, observamos um novo trato da imprensa com a notícia pelos novos apelos linguísticos e exploração de sensações, estreitando sua ligação com o público e ampliando as suas vendas. A discussão sobre a amplitude cultural e circulação destas notícias aponta uma preferência do público, colocando a violência como um espetáculo.

No terceiro capítulo, analisamos como o medo é construído para atender aos interesses e usos do espaço, uma vez que a primeira área a ser circunscrita sob o signo do medo é o sertão e encaramos os discursos que se valem do medo como estratégia política de definição dos espaços, das práticas e dos sujeitos, pois percebemos bem demarcadas a cor e a classe das ameaças nos impressos. Esta política do medo encontra sua materialidade nos deslocamentos dos cangaceiros pelos sertões cartografados mediante a potencial ameaça que representa ao projeto de civilização almejado. Mediado pelo contato com as fontes, verificamos como as narrativas de medo se expandem, colocando toda a região do que se entende como Nordeste em volta desta paixão. As cidades também são descritas como violentas e constantemente ameaçadas por eles, operando uma Espacialização do Medo, inscrevendo-se em práticas e sujeitos e construindo-se também como identidades regionais.

No quarto capítulo, voltamos nossa atenção especificamente para as particularidades e usos dos espaços de fronteiras nos limites do Ceará em uma perspectiva micro-espacial. O espaço de atuação dos grupos de cangaceiros é múltiplo, por isso não podemos perder de vista sua constante mobilidade pelos sertões em cidades próximas às fronteiras. Ademais, mesmo que estejamos analisando a prática de crimes em um espaço delimitado (leis e acordos que definem os territórios), ele é sempre reconstruído pelos usos, pelas apropriações, pelos contatos e pela circulação de pessoas e ideias.<sup>84</sup> Podemos falar de uma “fronteira de estado”, concebida pelos documentos oficiais e homens públicos, e de uma “fronteira manejada”<sup>85</sup> (ao pensarmos a sobreposição de soberanias), pelos diversos grupos de cangaceiros. O espaço de fronteira, além de servir para a prática de crimes diversos e oferecer

---

<sup>84</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

<sup>85</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteiras: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

a possibilidade de fuga para os que os praticam, podia também ser espaço de morte para policiais e cangaceiros (combates e “queima de arquivo”).

O quinto capítulo é destinado a refletir sobre a atuação policial nos sertões do Ceará e, mais diretamente, o deslocamento e atuação da polícia volante pelos limites do estado após os grandes acordos interestaduais estabelecidos entre 1912 e 1926. Apontamos a situação dos efetivos policiais nos estados analisados (armamento, remuneração, treinamento) e as práticas adotadas na perseguição e captura de cangaceiros, iniciando com o detalhamento das estratégias adotadas para a atuação no espaço de fronteira elaborado pelos estados e a sua repercussão na imprensa cearense. Além disso, discutimos também o uso da força, da violência e do abuso de poder das polícias volantes narrados pela imprensa, descritos como “cangaceiros de farda”. Espancamento, saques, furtos, desvios de munições e outros crimes foram apresentados com intuito de denunciar a linha tênue que separa a ordem pública dos excessos em nome da lei. Por fim, traçamos um levantamento dos dissabores da atuação policial nas fronteiras e as inúmeras baixas envoltas na tensão que a profissão exigia. O baixo soldo, a falta de garantias e o medo da morte em combate marcaram fortemente o policiamento nos limites do Ceará.

O sexto capítulo parte da imagem constantemente replicada pela imprensa através das “notícias de sensação”. Como espaços permeados pela criminalidade, os sertões são inseridos dentro de uma “geografia do crime”, e a imprensa ajuda na elaboração de imaginários, construindo um conjunto de mapas do medo. A constante inserção de narrativas de violência e o medo nos jornais do Ceará e estados vizinhos imprimem uma sensação de “eterno presente” nas formas de sentir e narrar o tempo. Com a repetição das notícias, bem como a sua circularidade, percebemos a elaboração de uma memória do medo, especialmente a partir da construção social do boato presente nas folhas. Desse modo, as notícias sobre o cangaço aqui mobilizadas vão além da topografia das fronteiras.

\*\*\*

**PARTE I**

**SUPORTES DO MEDO**

# 1 HISTÓRIA E IMPRENSA: O JORNALISMO NOS SERTÕES

## 1.1 História, ideias e imprensa no início do século XX

No desempenho do nosso programma iniciamos, hoje, de accordo com as nossas forças, a ardua tarefa de despertar no animo dos nossos desfavorecidos pela sorte o gosto pela leitura dos jornaos que, em regra, offerecem campo vasto para regular instrucção.<sup>86</sup> José de Alencar, compreendendo bem a força educadora do jornal, em seu estilo elegante, disse um dia: “O jornal é a toalha com que a civilização enxuga o rosto todas as manhãs”.<sup>87</sup>

O decorrer da Primeira República (1889-1930) marca o período de modernização e diversificação da imprensa no território brasileiro. Em todo o país, inúmeros foram os esforços para se travar contato com a palavra impressa na tentativa de disseminar as ideias e os valores de seu tempo. Em especial, nas primeiras décadas do século XX, a imprensa se consolida como grande empresa com um público consumidor sólido nas cidades e nos sertões também. A evolução técnica da imprensa orquestrada ao longo dos anos iniciais da jovem República se deu de forma diferente nos diversos estados brasileiros. O campo gráfico de Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, já contava com inúmeras folhas em circulação e uma gama de leitores diversificados e fidelizados. Tais mudanças estão associadas às transformações estruturais e sociais da própria cidade, sinalizando “para o ingresso em um mundo marcado por mutações de natureza tecnológica”.<sup>88</sup>

O mesmo acontece em outras partes do país. Ainda que em proporções com intensidade diferente do Sul, o espaço que hoje corresponde à região Nordeste mobilizou ideias e paixões por meio da palavra impressa. Pernambuco destaca-se pela grande quantidade de folhas em circulação e pela durabilidade de jornais e oficinas espalhadas pelo estado, destacando-se o *Diário de Pernambuco*. Fundado em Recife, em 7 de novembro de 1825, está em circulação até hoje. Mas este não é um caso isolado: da Paraíba, temos o jornal *A União*, com sua primeira edição em 2 de fevereiro de 1893 e, também, ainda em circulação. E, por fim, no Ceará, é destaque o jornal *O Povo*, que começou a circular em 7 de janeiro de 1928, também em funcionamento.

---

<sup>86</sup> Usamos aqui a grafia original dos jornais consultados.

<sup>87</sup> O ECHO, 16/05/1912, p. 03.

<sup>88</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 18.

Estas e muitas outras folhas desenvolveram-se no lume das transformações que acompanharam seus estados, “o jornal, a revista e o cartaz (...) aliam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem”.<sup>89</sup> Todavia, conforme chama-nos atenção R. Williams (2007), não se pode perder de vista as mudanças políticas e socioculturais nas quais estavam inseridas, uma vez que a ideia é não as isolar e as considerar meramente como uma fase dentro de todo o processo.<sup>90</sup> Buscamos, na verdade, nos aproximar da complexidade das redes de relações, dos múltiplos tempos e espaços nas quais elas se inserem.<sup>91</sup>

No relatório dirigido à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o então presidente (governador), Marco Franco Rabelo, em 1º de julho de 1913, lamenta a imprecisão dos dados e a dificuldade em colher as informações sobre a população cearense por falta de um registro civil mais organizado. Mesmo na capital do estado, era impossível “(...) dizer, com segurança absoluta, quantos indivíduos nascem e morrem, dos que nascem muitos não são registrados; dos que morrem, muitos são enterrados clandestinamente. No interior do Estado podeis imaginar o que se dá”.<sup>92</sup> Anos mais tarde<sup>93</sup>, temos uma noção da distribuição populacional a partir da densidade demográfica cearense, que era de 10, 701 hab/km<sup>2</sup>, em contraste com Pernambuco (28,040 hab/km<sup>2</sup>), Paraíba (22,848 hab/km<sup>2</sup>) e Rio Grande do Norte (13, 624 hab/km<sup>2</sup>); superando o Piauí, que contava com 3, 197 hab/km<sup>2</sup>.<sup>94</sup>

Longe do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, cidades que receberam grande leva de imigrantes do final do século XIX e início do XX, graças à consolidação econômica no centro-sul do brasileiro, a porção que corresponde ao atual Nordeste enfrentou suas crises e o declínio da economia açucareira, sua principal atividade econômica.<sup>95</sup> Seu território, apesar de extenso, ainda guardava maior exploração e fixação populacional ao longo do litoral, ao passo que o seu interior, os grandes sertões, apesar de relativamente povoado, destacavam-se por sua baixa densidade demográfica. Pela lógica, os centros urbanos com maior contingente populacional tendem a apresentar um maior número de jornais e outros periódicos, inclusive, com folhas com

---

<sup>89</sup> ELEUTÉRIO, M. de L. *Imprensa a serviço do progresso*. In: LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 01, p. 84.

<sup>90</sup> WILLIAMS, R. *A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica*. In: Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n.35, p. 15-26, dez. 2007.

<sup>91</sup> DE VITO, C. G. *Por uma micro-história translocal (micro-spatial history)*. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

<sup>92</sup> AL-CE, 1913, p. 24.

<sup>93</sup> Os dados são publicados no relatório de José Carlos de Matos Peixoto (1884-1976) à Assembleia Legislativa no ano de 1929 e são referentes à estatística realizada no ano anterior, 1928.

<sup>94</sup> AL-CE, 1929, p. 49.

<sup>95</sup> FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 3ª ed. atual. ed. ampl. São Paulo: Edusp, 2015.

maior duração e tiragem em número mais expressivo. No entanto, o significado que ganha, pouco a pouco, a divulgação de ideias pelos impressos e seu ideal civilizatório leva inúmeras cidades do interior a ampliarem seu contato com a cultura escrita. Nos sertões do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, não foi diferente.

Seguindo a proposta de C. De Vito (2018) de uma história micro-espacial, buscamos encontrar as “singularidades conectadas”, fornecendo um caminho para entrever as relações e as mudanças existentes entre os vários pontos e conexões nos lugares<sup>96</sup>. Assim, ao observarmos a formação do parque gráfico dos jornais analisados, percebemos as particularidades que cada estado guarda, mas também o que os une e os aproxima, possibilitando uma análise mais precisa das mudanças entre estes espaços ao longo dos anos e uma compreensão mais completa da circulação de pessoas e ideias, bem como das suas conexões.<sup>97</sup>

A proposta de que lançamos mão possibilita uma renovação da perspectiva cultural e social através de um olhar que repele as abstrações generalizantes e contextos homogêneos pela soma de dados, tipicamente eurocêntrico e globalizante, focando, ao contrário, nas estratégias e relações de indivíduos e, assim, acessando “(...) uma visão multissituada da atuação singular, reconhecendo em cada fenômeno histórico o produto da ação e do pensamento de indivíduos presentes em vários lugares, incluídos em múltiplas redes sociais e com diferentes níveis de poder”.<sup>98</sup> Observar a construção do parque gráfico nos estados estudados nos ajuda a compreender melhor as “singularidades conectadas” que os envolvem: as principais folhas, as ideias em voga, a distribuição das notícias e as estratégias e os apelos linguísticos usados na composição das notícias.

O estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, torna-se um importante centro comercial em franca expansão ao longo das primeiras décadas do século XX. A cidade de Natal, assim mesmo, conservava ares provincianos e um cotidiano pouco agitado. Segundo C. Cascudo (1999), as mudanças vão se dando lentamente e “(...) tão devagar que o século XIX ficou nos hábitos até depois de 1922”, prevalecendo a “irresistível doçura de um ambiente que se tornara casa de família, com cadeiras na calçada”<sup>99</sup>. Superando este ar nostálgico, Cascudo comenta que a cidade crescia de forma assustadora, mas lamenta a pouca movimentação

---

<sup>96</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

<sup>97</sup> *Idem*.

<sup>98</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 115.

<sup>99</sup> CASCUDO, L. da C. **História da cidade do Natal**. Natal: Edição Instituto Histórico e Geográfico (RN), 1999, p. 400.

intelectual. Para ele, era “(...) inferior a 1910. Nenhuma revista literária, nenhuma seção nos quatro jornais”. Destaca ainda o interesse pelas notícias políticas, faltando, ao seu ver, até aquela data, “o jornal de informação”.<sup>100</sup>

A introdução do jornal na capital acompanha o desejo de movimentar ideias e interesses políticos, como as folhas *Jornal da Manhã* (1913); *Jornal do Norte* (1921); *O Rebate* (1923). Havia também aquelas interessadas em difundir e discutir questões religiosas (em especial católica), como os jornais *A Cruz* (1913), *A Catedral* (1921) e o *Diário de Natal* (1924). Posteriormente, os jornais “noticiosos” e “apartidários” se destacaram, como o *Diário de Notícias* (1914) e *A Opinião* (1919), apresentando fatos “mundanos” ou cotidianos, destinados a um público mais amplo e diverso.<sup>101</sup> Já na cidade de Mossoró, destacam-se o periódico literário *A Palavra* (1926) e o jornal editado pela Liga Operária, *O Trabalho* (1926). E podemos citar ainda outros jornais importantes, como *O Mossoroense* (1912-1930), *Correio do Povo* (1926) e *O Nordeste* (1916), para ficarmos em apenas alguns exemplos.

De forma mais tímida, se comparado aos outros estados, o Piauí também diversificava as suas folhas. De acordo com Pinheiro Filho (1997), a imprensa piauiense se alarga no período republicano com o surgimento dos jornais *Oitenta e Nove* (1889), *O Democrata* (1890), *A República* e o *Estado do Piahy*, que surge como órgão oficial. Nas primeiras décadas do século XX, destacam-se *A Luz* (1890-1908), folha da maçonaria, e ainda *O Apóstolo* (1910) e *A Cidade de Terezina* (1912), ambas folhas ligadas à diocese. Em 1909, surge *Alvorada*, uma revista literária e, em 1923, aparece o *Almanaque da Parnaíba*. Além destes, merece destaque também *A Imprensa* (1920), sobressaindo-se nele notícias locais e o noticiário policial.<sup>102</sup> O destaque se deu apenas nos anos iniciais da República pelo fato de oligarquias locais reprimirem duramente a oposição. Some-se a isso as poucas condições materiais e de capital humano para gerir uma atividade oposicionista coesa.<sup>103</sup>

Na década de 1920, o Piauí experimentou, em várias cidades, a ferocidade do governo Artur Bernardes<sup>104</sup> com a censura à imprensa como uma forma de assegurar o seu poder e permanência no cargo. Este mecanismo já havia sido operado por Epitácio Pessoa na

<sup>100</sup> CASCUDO, C. Natal. EMERENCIANO, J. G. D. (Org). *Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Nata Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística*, 2007.

<sup>101</sup> Não podemos deixar de mencionar a imprensa mobilizada pelos trabalhadores com as folhas *O Operário* (1914), *O Labor* (1922), *O Comércio* (1924) e o *Jornal do Comércio* (1926), e, também, os jornais e revistas literárias, como o *Aeroporto* (1915), *Atualidade* (1920) e *Bacurau* (1923). Para mais detalhes, consultar o *Dicionário da imprensa do Rio Grande do Norte (1909-1987)*, de Manoel Rodrigues de Melo (1987).

<sup>102</sup> PINHEIRO FILHO, C. *História da Imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Zodiaco, 1997.

<sup>103</sup> *Idem*.

<sup>104</sup> Artur da Silva Bernardes (1875-1955) nasceu em Viçosa, Minas Gerais, e morreu no Rio de Janeiro, aos 79 anos. Foi presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926, quando foi sucedido por Washington Luís (1869-1957).

repressão às muitas revoltas em seu mandato. Segundo C. Castro (2008), a “censura à imprensa já havia se manifestado durante as greves de 1917 e 1919, quando os órgãos de repressão voltaram os seus olhos para a chamada pequena imprensa”.<sup>105</sup> Com perseguição aos jornais operários, aos olhos dos governantes, eram eles os representantes e “fonte de desordem e uma ameaça à ordem pública”.<sup>106</sup> Fato que não impediu a fundação de novos jornais. À medida que se ampliavam as conexões entre as cidades, os meios de transporte e de comunicações, a imprensa transformava-se e expandia-se no Piauí.

O parque gráfico também se diversificava na Paraíba das primeiras décadas do século passado. O jornal *A verdade* (1900) era editado pela Diocese da Paraíba; *O Combate* (1902), órgão republicano. Também se destacam em sua segunda fase *A Imprensa* (1912), *O Norte* (1908), *O Rebate* (1915) e *O Jornal* (1923). A década de 1920 marca o aparecimento de uma nova leva de periódicos, bem como a sua diversificação, inclusive no interior, quando “começaram a imitar os padrões da imprensa do Rio de Janeiro, época em que os grandes diários daquele Centro-Sul começaram a entrar aqui com maior facilidade, devido ao progresso dos sistemas de comunicação e dos transportes”.<sup>107</sup> De Campina Grande, são desse período: a folha humorística e noticiosa *A Lanterna*; *A Palavra* (1925), ligado ao Gabinete de Leitura, e a *Gazeta do Sertão* (1923, em sua segunda fase), dentre outras que movimentam o cenário político com intensos debates políticos e ideológicos, marcados por críticas ao governo.<sup>108</sup>

Conforme dissemos anteriormente, Pernambuco destaca-se na configuração do seu parque gráfico e com a multiplicidade de jornais e leitores consolidados. O exaustivo trabalho de Luiz do Nascimento (1967, 1975) elenca uma extensa quantidade de periódicos que circularam na capital e no interior, bem como sua orientação política. Destacamos o já mencionado *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Recife* (1859-1938) e o *Jornal Pequeno* (1898-1955) em finais do XIX. E do início do século XX chamamos atenção para a *Folha do Povo* (1902), o *Correio do Recife* (1903) e a *Gazeta do Norte* (1906). Na década de 1910, ênfase para os literários *A Escola* (1910), *A Semana* (1910) e o humorístico *A Plateia* (1912). Além destes, o *Correio do Norte* (1914), *Imprensa Oficial* (1916) e os “independentes” e “noticiosos” como *A Noite* (1917), *A Ordem* (1917) e *A Tarde* (1919). Por fim, na década seguinte, merecem

<sup>105</sup> CASTRO, C. **A Coluna Prestes no Piauí**: (a república do vintém). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. (Edições do Senado Federal; v. 90), p. 122.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>107</sup> ARAÚJO, F. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**: dados históricos e técnicos. João Pessoa: A União, 1983, p. 74.

<sup>108</sup> GAUDÊNCIO, B. R. de A. A palavra impressa: uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de Campina Grande (1913-1953). In. **Anais...** XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. Campina Grande, 2014. p. 255-267.

menção os seguintes jornais: *A Notícia* (1922), *Diário do Estado* (1924), *Diário da Manhã* (1927) e *O Combate* (1929).<sup>109</sup>

Bares e cafés movimentavam as noites de Recife. De alguns bairros, era possível ouvir o som dos ensaios dos blocos carnavalescos. Outros, por ficarem próximos aos centros estudantis, como a Faculdade de Medicina ou a Faculdade de Engenharia, facilitavam a reunião de estudantes, funcionando como espaço de debates e ações. O bairro Santo Antônio, por exemplo, era o preferido dos intelectuais. Lá ficavam situadas as sedes dos principais jornais em circulação: *Diário da Manhã*, *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno* e o *Jornal do Commercio*, além do *Diário de Pernambuco*, um pouco mais afastado.<sup>110</sup> Desse modo, os “pensadores que ali chegavam tomavam informação das notícias que eram fixadas nas paredes das redações, sendo comentadas com os jornalistas no momento de folga nos bares e cafés que ficam ali por perto”.<sup>111</sup>

Por fim, compondo o panorama sobre a organização da imprensa no espaço que nos propomos estudar, passearemos sobre os principais títulos do estado do Ceará. *A União* (1906), *A Centelha* (1909), *O Movimento* (1912) e o *Caixeiro* (1919) foram órgãos representantes dos Caixeiros.<sup>112</sup> *O Pão dos Pobres*, o *Horizonte Católico* e o *Eclesiástico da Diocese* defendiam os interesses da Igreja Católica (NOBRE, 2006). Na década de 1920, aparecem outros periódicos pleiteando um lugar ao público em Fortaleza. São eles: *Diário do Ceará* (1920), *A Tribuna* (1921), *O Nordeste* (1922), *Jornal do Comércio* (1924), *O Ceará* (1925), *Gazeta de Notícias* (1927), *A Esquerda* (1928) e *O Povo* (1928).

Consultando os números do *Anuário Estatístico* de 1916 a 1928, podemos ter uma noção da distribuição espacial e, também, do valor médio das assinaturas e tiragem dos principais jornais em circulação no estado até o supracitado ano. Cruzando as informações levantadas por Eusébio de Sousa<sup>113</sup> e Barão de Studart<sup>114</sup> sobre a imprensa cearense, chegamos

---

<sup>109</sup> Para mais informações sobre os periódicos citados, conferir NASCIMENTO, L. do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) Diários do Recife (1901-1954)**. V. III. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

<sup>110</sup> PARAÍSO, R. **A Esquina do Lafayette e Outros Tempos do Recife**. Recife: Rostand Paraíso, 2001.

<sup>111</sup> MOURA, C. A. S. de. Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920 – 1937). **Resgate**, v. XX, n. 23, p. 97-107, jan./jun. 2012, p. 103.

<sup>112</sup> GONÇALVES, A. SILVA, E. J. (Org.). **A Imprensa Libertária no Ceará 1908 -1922**. São Paulo: Imaginário, 2000.

<sup>113</sup> Filho de José Nery de Sousa e Maria Galdina de Sousa, nasceu em Recife em 1883, onde cursou o primário. Depois estudou no Ginásio Pernambucano. Mais tarde, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, atuando no Ceará como juiz de Direito nas comarcas de Assaré (1913) e Ipu (1913 a 1918), neste último, fundou o jornal *Correio do Norte*; posteriormente, seguiu para São Bernardo de Russa (1920 a 1922), “onde fez circular a *Gazeta Jaguaribana*” e, em Quixadá (1922 a 1927), fundou *O Sitiá*. Ver MARTINS FILHO, A; AGUIARNA, O. Eusébio de Sousa. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. Acervo do Instituto do Ceará - ANNO LXI – 1947.

<sup>114</sup> Filho de John William Studart e de Leonísia de Castro Barbosa, Guilherme Chambly Studart, nasceu em Fortaleza no ano de 1856. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará, presidindo-o por um tempo.

ao número de aproximadamente 427 periódicos (jornais e revistas) em circulação durante nosso recorte temporal.<sup>115</sup> Esta quantificação é apenas uma ponta do fio condutor, o ponto de partida para análises qualitativas.

**Quadro 1**  
**Jornalismo – Anuário Estatístico (Ceará, 1912 - 1928)**

Jornais	Municípios	Matéria	Periodicidade	Assinatura	Tiragem média
<b>Diário do Ceará</b>	Fortaleza	Org. oficial	Diário	30\$000	1.000
<b>O Ceará</b>	Fortaleza	Noticioso	Diário	30\$000	900
<b>O Nordeste</b>	Fortaleza	Notic. e Rel.	Diário	30\$000	1.400
<b>A Esquerda</b>	Fortaleza	Noticioso	Diário	40\$000	?
<b>A Ordem</b>	Sobral	Politico	Semanário	10\$000	600
<b>A Lucta</b>	Sobral	Politico	Semanário	20\$000	500
<b>Gazeta do Cariry</b>	Crato	Noticioso	Semanário	10\$000	1.500
<b>O Sitiá</b>	Quixadá	Noticioso	Semanário	15\$000	300
<b>Folha do Povo</b>	Fortaleza	Politico	Diário	20\$000	1.200
<b>Unitário</b>	Fortaleza	Politico	trissemanal	16\$000	1.000

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará (1912 - 1928). Adaptado pelo autor.

A partir dos dados do quadro acima, temos uma ideia da profusão de títulos que se estendiam para além da capital, alcançando também cidades do interior, como Quixadá, no Sertão Central cearense. *O Sitiá* circulou entre os anos 1924 e 1927 no citado município sob a direção de Eusébio de Sousa, também seu fundador. Com colaboradores de diversas partes do estado, o jornal chegava pelos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) em cidades como Senador Pompeu, Pedra Branca e Mombaça. Apesar de uma tiragem abaixo dos grandes jornais da capital, *O Sitiá* aproximava-se em números de exemplares publicados do jornal *A Lucta*, de Sobral, que já funcionava há pelo menos dez anos. E seu valor médio por assinatura<sup>116</sup> superava *A Ordem*, periódico igualmente consolidado e atuante em Sobral, principal opositor d'*A Lucta*.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> Segundo o levantamento de Studart, desde o aparecimento do primeiro jornal até 1928, teriam existido no Ceará cerca de 1531 jornais. Maiores detalhes na *Revista do Instituto do Ceará* de 1933.

<sup>116</sup> O que pode evidenciar também os custos para manter um jornal no interior, por se dizer “apartidário” e “noticioso”, portanto, sem instituição mantenedora. O clamor em suas folhas era para que “as assinaturas” fossem “pagas adiantadas”.

<sup>117</sup> LIMA, J. L. F. ESPECTROS DE LUTADORES: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. *Outros Tempos*, Maranhão: v. 13, n. 21, 2016 p. 65-83. jan. 2016.

No Ceará, as bibliotecas e os gabinetes de leitura multiplicavam-se, assim como subiam o número de tipografias na capital e no interior do estado.<sup>118</sup> Em Fortaleza, destacam-se a Biblioteca Pública do Estado, a Biblioteca do Seminário Arquiepiscopal e Biblioteca da Phenix Caixeiral. Além das mais de 7.000 obras em português presentes na Biblioteca Pública do Estado, estavam à disposição 1.741 obras em francês, 13 em italiano, 21 em espanhol, 31 em latim, 47 em alemão e 285 em língua inglesa.<sup>119</sup> Com uma variação de 416 entre 1927-28 e 432 em 1929, a média de leitores anuais, por outro lado, pode revelar a discrepância entre letrados na capital.

Nesse período, a população do Ceará passou de 849.127 em 1900 para 1.319.228 no ano de 1920 e, oito anos depois, chegou a 1.590.003. Segundo os dados do recenseamento de 1920, a cada mil crianças de 7 a 14 anos, apenas 131 sabiam ler no Ceará. Se tomarmos as pessoas de 15 anos ou mais a partir do mesmo coeficiente, 728 pessoas não sabiam ler e escrever no estado.<sup>120</sup> Para fins comparativos, tomando os dados referentes a cada mil habitantes, em Pernambuco, entre pessoas de 15 anos ou mais, era de 747. Já na Paraíba, chega-se a 802; no Rio Grande do Norte, este número era de 736 e, no Piauí, aproximava-se de 813. Os dados levantados pelo censo de 1920 evidenciam o lento caminhar do processo de alfabetização no Brasil até então.<sup>121</sup>

Cidades e costumes diferentes e com níveis distintos de instrução pública, mas que mantiveram presentes o vibrante desejo de se aproximar das palavras impressas. Inúmeros grupos sociais se mobilizaram para fazer circular seus jornais, defender e divulgar ideais, como os interesses políticos, literários, humorísticos e religiosos. O jornal aparece como uma forma de instrução. Socorro Barbosa (2010) observou que a “concepção de que o suporte jornal poderia servir a literatura – no seu sentido mais amplo – sedimentou o hábito da leitura dos jornais, sobretudo com base no ideal de civilização que a imprensa brasileira tomou para si a partir da década de 1820”.<sup>122</sup> João Luiz Alves, em um discurso no congresso de jornalistas do

---

<sup>118</sup> Biblioteca do Gabinete de Leitura do Ipu (450 obras); Biblioteca do Gabinete de Leitura de Camocim (688 obras); Biblioteca do Gabinete de Leitura de Viçosa (582 obras) e a Biblioteca do Gabinete de Leitura de Barbalha (134 obras). Para mais detalhes, consultar o Anuário Estatístico do Ceará (1928).

<sup>119</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO-CE, 1928, p. 133.

<sup>120</sup> Para mais detalhes, conferir o *Recenseamento Geral do Brasil 1920* - vol. IV – 4 parte – População. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>121</sup> Segundo Ana Maria de Oliveira Galvão (2007), em 1920, 71, 2% das pessoas no Brasil eram analfabetas, caindo para 61,1% no ano de 1940. Os dados informados dialogam com as informações presentes no *Recenseamento Geral do Brasil 1920*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>122</sup> BARBOSA, S de F. P. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: BRAGANÇA, A; ABREU, M (orgs). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010, p. 208-209.

Rio de Janeiro, ocorrido no ano de 1918, falou sobre a circulação dos jornais no interior. Segundo ele:

E' nella, senhores, que os povos dos nossos sertões aprendem a ler: é por ella que os habitantes de longinquas zonas do nosso territorio tomam contacto com a civilização! (...) ali, o caboclo, o caipira, o jagunço, o gaúcho lêem as notícias que lhe dão os jornaes da sua terra e do seu municipio. Estes são os guias da sua opinião e os orientadores da sua mentalidade!<sup>123</sup>

Não se pode descartar a defesa e a justificativa de um grupo em franca expansão, como os jornalistas daquele período e a necessidade de se ampliar o público leitor de uma atividade que remunerava homens e mulheres. Também não podemos perder de vista o papel da imprensa na união e o desejo por modernidade e civilidade de que devia ser ela a portadora. O jornal *O Echo*, de Natal, ilustra bem esse desejo, recorrendo ao já famoso literato José de Alencar para justificar “a força educadora do jornal”, colocando o bom jornal como “(...) a toalha com que a civilização enxuga o rosto todas as manhãs”.<sup>124</sup> *O Echo* põe a imprensa como a bússola que orienta “diariamente a marcha evolutiva dos povos, do progresso das nações”, contribuindo para processo de gestação e solidificação da comunidade imaginada que em muito deve à ação da imprensa.<sup>125</sup>

O periódico ainda nos permite entrever a dinâmica de preços entre livros e jornais, ao mencionar que “(...) nem todos podem comprar livros para a sua educação, mas também sabemos que o jornal de boa orientação, forte intemerato, ensinando ao povo o caminho do dever e a felicidade”.<sup>126</sup> Demarca ainda a correria da vida dos trabalhadores na sociedade moderna, pois estaria “ao alcance de qualquer operario que deverá tê-lo a mão para ler com atenção nos curtos momentos de descanso”.<sup>127</sup> Barbearias, cafés e praças públicas funcionavam com espaços de socialização de leituras.<sup>128</sup>

Esta tensão também se faz notar na primeira edição do jornal *O Povo*, uma vez que, segundo o periódico, a “complexidade da vida moderna, agitada e vertiginosa, já por si, justificaria a preferencia dos periodicos sobre os livros. A vista não mais se apura no estudo

<sup>123</sup> A LUCTA, 04/12/1918, p. 01.

<sup>124</sup> O ECHO, 16/05/1912, p. 03.

<sup>125</sup> ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>126</sup> O ECHO, 16/05/1912, p. 03.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 03.

<sup>128</sup> Aqueles que tinham de pouca leitura ou não sabiam ler recorriam a estratégias diversificadas para entrar em contato com os jornais, uma delas, a socialização das leituras das folhas. Mesmo contando com uma população majoritariamente analfabeta no Ceará desse período, não impedia a população de se empenhar “à tarefa de decifração do mundo” ver GONÇALVES, A. BRUNO, A. (Org.). **O Trabalhador Gráfico**. Edição fac-similar. Fortaleza: Editota UFC, 2002, p. 07.

paciente e methodico dos gabinetes, mas limita-se a percorrer títulos e a deter-se onde encontra o assumpto escolhido (...)”<sup>129</sup>, de acordo com as suas necessidades, desvelando o papel da informação como nova forma de comunicação na modernidade.<sup>130</sup>

O contato com os impressos promove novas relações sociais nas cidades e nos sertões, potencializando a circulação de ideias e fomentando novas redes de comunicação no Ceará. Na primeira edição do *O Nordeste*, por exemplo, é possível reforçar essa ânsia de contato com a palavra impressa por parte de todas as classes. Quem bem observa, diz o jornal, nota “(...) uma fome de leitura se alastrando no seio de todas as camadas sociaes. Nos bondes, nos trens, nos vapores, nas praças, nas ruas e nas casas, por toda a parte encontramos os nossos semelhantes com livros, jornaes e revistas”.<sup>131</sup> Mais do que isso, ela evidencia uma prática consolidada e com um público fiel estabelecido e cada vez mais exigente.

As menções ao jornal como fomentador da leitura e da literatura, tanto no *A Lucta*, *O Echo*, em *O Nordeste* e no *O Povo* nas décadas de 1910 e 1920, são exemplos de conexões que se estabelecem entre as folhas em lugares distintos, mas marcados por sua forma de se fazer e pensar o jornal e o jornalismo daquele período. Os sujeitos exerceram suas funções nestes jornais, muitas vezes, trabalhando em tipografias que confeccionavam outros jornais ou de sujeitos, que, ao longo dos anos migraram de jornal e/ou de cidade, adequando-se aos mais variados escopos nas relações em que exerceram suas funções.

Nesse sentido, é importante destacar o papel dos tipógrafos como homens das letras comprometidos com o saber.<sup>132</sup> No entanto, tentar (re)compôr a história desses sujeitos e desvelar o emaranhado de relações e estratégias individuais que compõem estas configurações sociais é uma tarefa complexa, uma vez que raramente se mencionavam seus nomes nas folhas em que trabalhavam. Alguns talvez nunca tenham tido seus nomes grafados nos jornais. Na ausência de outras fontes, buscamos nos aproximar de suas experiências através dos rastros presentes na imprensa.<sup>133</sup>

Nas colunas sociais, podemos encontrar pistas sobre alguns deles, sempre acompanhados por suas qualidades como forma de destaque no meio em que atuavam. Em

---

<sup>129</sup> O POVO, 07/01/1928, p. 01.

<sup>130</sup> BENJAMIN, W. O Narrador. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. I, 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. cap. 14, p. 213-240.

<sup>131</sup> O NORDESTE, 05/07/1922, p. 01.

<sup>132</sup> BARBOSA, S de F. P. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: BRAGANÇA, A; ABREU, M (orgs). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros bralheiros. São Paulo: Unesp, 2010. p. 205-220.

<sup>133</sup> Uma boa possibilidade de sabemos mais informações sobre esses sujeitos é a partir dos jornais operários. Nessas folhas, conseguimos obter informações sobre as condições de trabalho ou do ordenado diário de um artista tipográfico.

1913, sabemos do aniversário do inteligente e “habilidoso artista tipographo” Petronillo de Freitas do *Diário de Pernambuco*. Em 1917 e mais uma vez por conta de seu natalício, podemos ler no *Jornal Pequeno* que ele é “laborioso” e, “na classe, um dos mais competentes e activos. Nesta casa é elle muito distinguido pelos seus companheiros”.<sup>134</sup> Além dele, o distinto Horacio Martins (1905); Antonio Maciel Sobreira (1905) e Cyrillo Ribeiro, artista tipográfico do *Jornal do Recife* e presidente da União Thytophica Pernambucana (1905) e, também, Raymundo Evangelista Fontelles, tipografo d’A *Razão* (1929), que também ocupava o cargo de tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos em 1931.

Com a ampliação das tipografias, exigia-mse pessoas capacitadas para efetuar o trabalho, sendo comum anúncios de empregos nos jornais, como da *Folha do Litoral* (1919), informando que, na Typographia Littoral, no Ceará “precisa-se de um [tipógrafo] habilitado em trabalhos de chapas”.<sup>135</sup> Ou ainda o *Diário de Natal*: “nessa typographia precisa-se de 2 bons typographos”.<sup>136</sup> Além disso, destaca-se o papel educacional que a atividade exercia: as oficinas acabavam servindo de escolas para o ofício de tipógrafos mediados pelos trabalhadores mais experientes.<sup>137</sup>

Não era incomum encontrarmos nas folhas menções a essa atividade e os frutos que delas se colhiam. No Ceará, por exemplo, somos informados de que os clichês presentes no segundo número do jornal *O Trabalhador Graphico* (1930) “foram confeccionados na Escola de Aprendizes Artifices”.<sup>138</sup> Por fim, em Pernambuco, se oferecia a oportunidade de se capacitar com aulas gratuitas na Escola de Aprendizes Artificies de Pernambuco. O curso diurno era voltado para pessoas com idades entre 10 e 16 anos e oferecia capacitação como carpinteiro, marceneiro, modelador, decorador e tipógrafo. O que, mais uma vez, coloca em cena a importância dos impressos na circulação e divulgação de ideias.<sup>139</sup>

Como se pode observar, há uma série de sujeitos envolvidos na produção e circulação de impressos no Ceará das primeiras décadas do século XX. Alguns jornais ligados a instituições e/ou partidos políticos tiveram maior duração, enquanto outros, especialmente os independentes, tiveram vida mais efêmera. No entanto, esta diversidade de folhas (política, noticiosa, independente, religiosa) agitou o debate em torno de inúmeros temas, como

<sup>134</sup> JORNAL PEQUENO, 31/05/1917, p. 02.

<sup>135</sup> FOLHA DO LITTORAL, 15/06/1919, p. 03.

<sup>136</sup> DIARIO DO NATAL, 22/09/1906, p. 01.

<sup>137</sup> GONÇALVES, A. BRUNO, A. (Org.). **O Trabalhador Gráfico**. Edição fac-similar. Fortaleza: Editota UFC, 2002.

<sup>138</sup> O TRABALHADOR GRAPHICO, 19/04/1930, p. 17.

<sup>139</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

civilização, barbárie, educação, cangaço, violência e medo. Para melhor compreendermos essa dinâmica, observemos, a seguir, sua coloração ideológica e suas posições nas relações de poder.

## 1.2 Imprensa e política: sujeitos, forma e função

Em geral, o Unitário é tecido de mentiras e não se pode estar a toda hora contestando as invencionices do fecundo Quaresma que as edita. Mas, para que nosso silêncio não pareça acquiescencia, declaramos, devidamente autorizados, que é mentira tudo quanto se acha no editorial do Unitário.<sup>140</sup>

A imprensa cearense mostrou-se bastante diversificada, com grupos diversos que buscaram difundir suas ideias através dos impressos. Observamos ainda sua tiragem e valor médio da assinatura, tecendo os possíveis grupos aos quais eram destinadas as palavras ali organizadas e dispostas em colunas. É importante ressaltar que os jornais ligados a partidos políticos ou entidades religiosas apresentaram uma vida mais longa e tiragem mais expressiva. Em contraposição, as publicações de alguns periódicos independentes tiveram menores tiragens e, possivelmente, um menor alcance.<sup>141</sup> Todavia, alguns jornais ditos “independentes” e “noticiosos” sem filiação partidária lograram êxito, mas o caráter político não é abandonado.

Ao longo da década de 1910, a imprensa do Ceará passava por transformações e, em meados da década seguinte, alcançava o formato de empresa capitalista atenta às vendas e preocupada com os lucros de forma mais delineada.<sup>142</sup> Essa mudança decorre de câmbios políticos, sociais e econômicos que o estado experimentava. Nesse contexto, observam-se as alterações da forma de se noticiar e do que era noticiado, chegando nas páginas impressas assuntos dos mais variados. Isto possibilitou o surgimento de novos gêneros e temáticas, além de uma escrita mais fluída e ágil.<sup>143</sup>

Nesta seção, analisaremos três conjuntos de jornais em circulação no período, a saber, os “jornais partidários”, as “folhas religiosas” e os “periódicos independentes”. Nossa intenção é observar as conjunturas das notícias a partir das filiações dos jornais, a forma e a função de cada um deles e os sujeitos envolvidos na sua produção. A imprensa como produto

<sup>140</sup> FOLHA DO POVO, 28/09/1912, p. 01.

<sup>141</sup> É possível acompanhar as dinâmicas também no interior do estado, mesmo jornais ligados a partidos políticos ou instituições religiosas apresentavam menor tempo de existência e tiragem modesta. Os periódicos independentes tinham vida breve e, também, podiam encontrar dificuldades para manter seu funcionamento.

<sup>142</sup> SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

<sup>143</sup> ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 01, p. 83-102.

coletivo é fruto de interesses diversos, nela se propõe diagnósticos sobre o presente, afirma memórias coletivas e se articula perspectivas sobre o futuro em um constante jogo com a temporalidade.<sup>144</sup> Esta operação nos ajudou a perceber a dinâmica das notícias sobre o cangaço presentes nos jornais aqui analisados.

Em verdade, o primeiro decênio por nós analisado é marcado pelo discurso político bem definido nas folhas, e muitas delas seguem orientações dos partidos aos quais estão filiadas. Os principais sujeitos envolvidos nestas publicações eram os chamados “políticos-jornalistas”, destacando-se Agapito Jorge dos Santos, Waldemiro Cavalcanti e João Brígido na oposição ao governo aciolino, e Antonio Arruda e Graco Cardoso, defensores da atuação do oligarca.<sup>145</sup> Podemos citar também Godofredo Maciel, Hermenegildo Firmeza, Mário Linhares, Deolindo Barreto e Gustavo Barroso. Muitos desses sujeitos atuaram como deputados ou senadores e lecionaram ou dirigiram instituições educativas e, também, colaboraram ativamente com muitos jornais da nascente República e chegaram a fundar seus próprios jornais para difundir seus ideais.<sup>146</sup>

Da chegada de Antônio Pinto Nogueira Accioly como presidente do estado em 1896, passando pelo seu segundo e terceiro mandatos (1904-1908 e 1908-1912, respectivamente), sua queda (em 1912), além disso, a ascensão de Franco Rabelo à presidência do estado (1912-1914), sua deposição (1914), a “Sedição de Juazeiro” (1914), a intervenção federal que colocou o general Setembrino de Carvalho (1914-1915) no poder, a seca de 1915 e o governo de Benjamin Barroso (1915-1916), a política cearense passou por uma fase conturbada, percorrendo uma fase mais estável com a eleição de João Thomé de Sabóia, fruto de acordo entre “Rabelistas” e “Marretas”.<sup>147</sup>

É interessante pincelarmos a composição dos partidos políticos vigentes nesse período. O partido Rabelista foi uma agremiação criada para defender a permanência de Franco Rabelo no poder, mudando seu nome para Partido Republicano Democrático (PRD) e contava, “além dos clãs familiares dissidentes do aciolismo”, com membros dos “setores representativos do comércio da capital e frações das camadas médias urbanas”<sup>148</sup>, principal responsável pelas rixas e tensões políticas locais e principal rival do Partido Republicano Conservador (PRC).

<sup>144</sup> CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>145</sup> NOBRE, G. da S. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

<sup>146</sup> A exemplo João Brígido com a fundação do *Unitário* (1903), Waldemiro Cavalcanti fundando o *Jornal do Ceará* (1904) e Hermenegildo Firmeza, fundador da *Folha do Povo* (1912).

<sup>147</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

<sup>148</sup> *Idem*, p. 21.

O Partido Republicano Conservador (PRC) foi criado no Rio de Janeiro, cabendo a presidência a Quintino Bocaiúva. Conforme Aroldo Mota (2000), os estados foram orientados para que o partido fosse fundado, bem como ocorreu no Ceará. Com a queda de Nogueira Accioly, o PRC se desorganiza e, com o intuito de reestruturá-lo, chega ao Ceará o general Tomás Cavalcanti. Sob sua organização, forma-se uma corrente partidária que se dominada Marreta.<sup>149</sup> Todavia, é importante lembrar que muitos continuaram fiéis à oligarquia. Assim posto, no ano de 1916, “os aciologistas finalmente reorganizaram o seu antigo partido, o PRC, e a partir dele se apresentaram como herdeiros políticos do antigo líder”.<sup>150</sup>

Ainda de acordo com Aroldo Mota (2000), destacava-se a regionalidade dos partidos políticos, o que, muitas vezes, favorecia a formação de novas alianças que se registravam e concorriam às eleições.<sup>151</sup> Após a deposição de Rabelo, por exemplo, alguns adeptos remanescentes do aciologismo aproximaram-se de Benjamin Barroso. Assim, conforme observou Abelardo Montenegro, a “facção *marreta* ficava de cima, realizando aliança com os rabelistas (...) para a chapa governista ao Congresso”.<sup>152</sup>

De modo geral, podemos apontar que, na dinâmica política estadual, “(...) os políticos cearenses se resumiram em dois partidos: o conservador dirigido pelo Dr. José Acioli, e o democrata chefiado pelo Dr. Moreira da Rocha”, organização que sobreviveu até meados dos anos 1930. As duas facções apoiavam o governo “(...) mas teciam nos bastidores, renhida luta para conservar ou atingir os mais elevados cargos e postos na administração pública”.<sup>153</sup> As alianças, conchavos e lutas internas podem ser bem observados a partir do chamado “Pacto dos Coronéis”, firmado no Cariri cearense.

Em meio à toda tensão que se desenrolava no sul do estado, uma articulação entre os chefes políticos locais levou à produção de um documento que visava o apoio múltiplo entre eles no combate ao banditismo.<sup>154</sup> Contando com representantes de dezessete municípios região, ocorreu no dia 04 de outubro de 1911 a reunião que buscou fazer com que “se

---

<sup>149</sup> MONTENEGRO, A. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980.

<sup>150</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018, p. 128.

<sup>151</sup> Foi o que aconteceu, mais tarde, na eleição que elegeu José Moreira da Rocha para o governo do estado (1924-1928). Membro do PRC, o desembargador foi eleito a partir de um acordo entre Conservadores e Democratas.

<sup>152</sup> MONTENEGRO, A. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980, p. 89.

<sup>153</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018, p. 345.

<sup>154</sup> DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução De Maria Yedda Linhares. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; MACEDO, J. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. 3ed. Fortaleza: UFC, 1990.

estabelecesse definitivamente uma solidariedade política entre todos, a bem da organização do partido, os adversários se reconciliassem e ao mesmo tempo lavrassem todos um pacto de harmonia política”. O documento, que ficaria conhecido como “Pacto dos Coronéis”, foi assinado na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte em sessão presidida pelo padre Cícero Romão Batista. Entre seus pontos, saltam-nos especialmente as referências ao cangaço, como se observa nos seguintes artigos

Art. 1º - Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar na captura destes, de acordo com a moral e o direito.

Art. 2º - Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese.

Art. 7º - Cada chefe, a bem da ordem e da moral política, terminará por completo a proteção a cangaceiros, não podendo protegê-los e nem consentir que os seus municípios, seja sob que pretexto for, os protejam dando-lhes guarida e apoio.<sup>155</sup>

O documento é uma revelação pública da imbricada relação existente entre coronéis, política, administração pública e cangaceiros, conforme criticou Gustavo Barroso (1917), apontando que os esforços do pacto foram nulos. Segundo ele, ao optar pelo convênio, o governo “declarou, implicitamente, não ter forças para reagir e nunca ter cuidado de remediar o mal. Porque jamais poderia acreditar na palavra, embora escrita, daqueles que por necessidade, hábitos e interesse somente podem fomentar o crime”.<sup>156</sup> Ou ainda a leitura de Facó (1976), que via no pacto o indício da decadência e da debilidade do coronelismo tradicional.<sup>157</sup>

Jornais que apoiaram o “pacto de harmonia política”, como o *Correio do Cariri*, não hesitaram em anunciar aos seus leitores as “boas intenções daqueles que, esquecendo antigos ressentimentos, se congraçaram” para cumprir “santos deveres sociaes”, promovendo um “novo horizonte mais amplo e mais claro, aos públicos negócios desta opulenta e próspera parte de nosso Estado”.<sup>158</sup> O que se pouco comenta é que, em outubro de 1912, o já presidente Franco Rabelo, recebeu telegrama de importantes chefes políticos da região mencionando uma “importante reunião na zona do Cariry” para tratar da “extinção cangaço, espalhado zona” e “realisar obra grandiosa regeneração costume moralidade administração (...) consoante verdadeiros ideaes republicanos”<sup>159</sup>, oferecendo a sua versão do pacto. Estas lutas ecoaram na

<sup>155</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 451-453.

<sup>156</sup> BARROSO, G. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 80.

<sup>157</sup> FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>158</sup> CORREIO DO CARIRI, 29/10/1911.

<sup>159</sup> FOLHA DO POVO, 28/10/1912, p. 01.

imprensa, amplificando suas vozes. Desse modo, as notícias ali encontradas podem ser lidas como uma perspectiva dos fatos atravessada pelos interesses dos partidos políticos.<sup>160</sup>

Durante os anos 1912 a 1919, há uma intrínseca relação entre o partido político e o jornal. Os jornais foram, nesse período, uma forma palpável e pública através da qual os partidos políticos podiam difundir ideias, atacar adversários e arregimentar eleitores, apresentando uma forma e função bem definidas que se transformam e readaptam as conjunturas experimentadas ao longo dos anos. Destacam-se, nesse período, os jornais da capital cearense *Folha do Povo*, ligado ao Partido Republicano Democrático (PRD); o *Unitário* (jornal do Partido Unitário – PU)<sup>161</sup>; *A Lucta*, também do Partido Republicano Democrático (PRD) de Sobral, e seu principal opositor, *A Ordem*, como voz do Partido Republicano Conservador (PRC). O quadro a seguir nos ajuda a ter uma ideia da posição desses jornais.

## Quadro 2

### Jornais cearenses: perfil e periodicidade na década de 1910

Periódico	Cidade	Perfil	Órgão ligado (a) o	Periodicidade
<b>O Araripe</b>	Crato	Independente	J Alves de Figueiredo	Semanal
<b>Gazeta do Cariry</b>	Crato	Noticioso e independente	Bruno Menezes	Semanal
<b>A Lucta</b>	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Democrata	Semanal (1916), Bissemanal (1921 -1923)
<b>A Ordem</b>	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Conservador	Semanal
<b>O Unitário</b>	Fortaleza	Político	Independente	trissemanal
<b>Folha do Povo</b>	Fortaleza	Político Partidário	Partido Republicano Democrático	Diário

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará; BECE, Biblioteca Nacional-RJ. Elaborada pelo autor.

<sup>160</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

<sup>161</sup> Pequeno partido político catalisador da oposição no período. Após a queda de Nogueira Accioly, acolhe alguns políticos remanescentes do aciolismo, não sobrevivendo a década de 1920, segundo, Amaral, (2018). Alrodo Mota (2000) fala ainda do Partido Unionista, que reuniu João Brígido, Floro Bartolomeu, Aurélio Lavor e o próprio Nogueira Accioly em um acordo para “derribar pela força o presidente Franco Rabelo”, ver MOTA, 2000, p. 156.

O jornal *Unitário* começou a circular em 1903, tendo como fundador e redator João Brígido, constantemente lembrado como jornalista de postura combativa e por sua escrita ácida. O *Unitário* era uma folha crítica ao governo e de ferrenha oposição à oligarquia de Nogueira Accioly. Suas posições políticas renderam-lhe inimizades e consequências, uma delas foi o empastelamento de seu jornal por mais de uma vez.<sup>162</sup> Episódios que não o desencorajou, pois o *Unitário* seguiu dizendo as coisas pelo seu nome sem eufemismos.<sup>163</sup>

O periódico contava também com a colaboração de Hermenegildo Firmeza nas redações, jornalista que, mais tarde, por desavenças com João Brígido, fundaria seu próprio jornal, o *Folha do Povo*. Além de H. Firmeza, o *Unitário* contou com Rodolpho Ribas na gerência, sendo substituído posteriormente por Armando Monteiro, genro do fundador do jornal.<sup>164</sup> Situado à rua José de Alencar, o jornal funcionou sob sua direção até fevereiro de 1918, quando, por problemas de saúde, João Brígido não pôde mais continuar com a atividade.<sup>165</sup>

As edições às quais tivemos acesso e nos concentramos para análise são dos anos 1912 e 1913. No período estudado, podemos observar no frontispício do jornal, em letras maiúsculas, o seu nome e logo abaixo lemos se tratar de um “Orgão do Partido Republicano Liberal”<sup>166</sup>, que permanece até a edição de 05 de setembro de 1912. Nas próximas edições, a partir de 14 do mesmo mês, esta frase é substituída pelas informações sobre a gerência, a redatoria e a secretaria do jornal com os respectivos nomes de seus responsáveis.<sup>167</sup> Em 31 de dezembro de 1913, a folha chegava a edição de número 1612. Quando foi empastelado em janeiro de 1914, “por uma malta de desordeiros”<sup>168</sup>, o *Unitário* já contava com 1630 edições publicadas.

No jornal, encontramos várias notícias pedindo para que se intensifique o combate ao banditismo nos sertões, em especial da região sul do estado. João Brígido criticava a ação

---

<sup>162</sup> SOUSA, E. de. A Imprensa do Ceará dos seus primeiros dias ao atuais. **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

<sup>163</sup> UNITÁRIO, 1904; STUDART, G. de. Para uma História do Jornalismo Cearense (1924-1932). **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

<sup>164</sup> STUDART, G. de. Para uma História do Jornalismo Cearense (1924-1932). **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

<sup>165</sup> SOUSA, E. de. A Imprensa do Ceará dos seus primeiros dias ao atuais. **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

<sup>166</sup> Enquanto partido político, ele só foi criado em 1913. Resultado da Segunda Convenção civilista, a ideia era propor uma agremiação com programa nas bases defendidas por Rui Barbosa em sua campanha presidencial em 1910, pretendendo lançá-lo novamente à presidência em 1914. Dentre suas propostas, destacam-se a luta contra os privilégios das oligarquias locais concedidos pela União e a forte oposição às candidaturas militares.

<sup>167</sup> UNITÁRIO, 1912.

<sup>168</sup> STUDART, G. de. Para uma História do Jornalismo Cearense (1924-1932). **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

do governista na repressão aos cangaceiros, estranhando que os homens “do governo d’esta feliz terra” continuem “batendo ruidosas palmas pela extinção do cangaço no interior do Estado”<sup>169</sup>, quando, na verdade, estão preocupados apenas em prender desafetos da oposição. Essa tensão se desdobra em embates travados entre o *Unitário* e a *Folha do Povo*.<sup>170</sup>

Fundado no ano de 1912, a *Folha do Povo* surge com o fim do jornal *A República* após a queda de Nogueira Acioli. Seu material tipográfico foi todo adquirido após o esfacelamento d’*A República* e a venda de suas máquinas. A *Folha do Povo* teve como diretor Hermenegildo Firmeza e como secretário o dr. Adonias Lima até julho de 1912, substituído por Guilherme de Souza Pinto e Clovis Mattos. Além disso, atuou como jornal oficial do governo Franco Rabelo e, também, funcionou como órgão do Partido Republicano Democrata (PRD). O jornal estendeu suas atividades até o ano de 1920, quando foi incorporado ao *Estado do Ceará*, reaparecendo com o título *Diário do Ceará*.<sup>171</sup>

A *Folha do Povo* apresenta alto índice de notícias sobre o cangaço, em especial enfatizando os esforços do então presidente do estado, Franco Rabelo, na luta pelo fim do cangaceirismo. No ano de 1913, observamos a maior quantidade de notícias desse tipo, em especial na coluna “Chefatura de Polícia do Ceará” e “Diligencias Policiaes – repressão ao banditismo”. Esta é uma das principais discussões travadas entre a *Folha do Povo* e o *Unitário*. Aliás, a *Folha* apressou-se em desmentir que o município de Senador Pompeu estivesse sofrendo com a ação de cangaceiros e seus chefes. Para H. Firmeza, “Ha muito tempo que á falta de materia para o ‘Unitario’, o sr. J. Brígido repete uma serie de invencionices sobre a florescente e ordeira cidade de Hurnaytá”.<sup>172</sup>

As divergências nem sempre ficavam no plano das ideias. Na verdade, as “disputas acirradas, na área política, eram um fermento de malquerença e ódio”,<sup>173</sup> que podiam caminhar para o terreno pessoal e se desenrolar de forma desleal. Não havia, pois, clima favorável para associação<sup>174</sup>, comprometendo, assim, “a formação de uma consciência profissional”.<sup>175</sup> Essa

---

<sup>169</sup> UNITÁRIO, 04/03/1913.

<sup>170</sup> Em vários momentos, o jornal de H. Firmeza é mencionado como “Folha da canalha”. As trocas de acusações são constantes tanto no *Unitário*, quanto na *Folha do Povo*.

<sup>171</sup> STUDART, G. de. Catálogo de Jornais de grande e pequeno porte publicados no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, ANNO XVIII. Fortaleza, Ceará, 1904; NOBRE, G. da S. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

<sup>172</sup> FOLHA POVO, 21/08/1912, p. 01.

<sup>173</sup> ARARIPE, J. C. A. Jornais e associações de imprensa no Ceará. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 52-57, 1971, p. 55.

<sup>174</sup> Nesse sentido, boa parte das publicações que não pertencia aos agrupamentos partidários, mas era fruto de sociedades literárias. Ver ARARIPE, 1971.

<sup>175</sup> ARARIPE, J. C. A. Jornais e associações de imprensa no Ceará. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 52-57, 1971, p. 55.

tensão provocou o empastelamento de muitos jornais. Em outros jornais, levou a agressões físicas e assassinatos, como o que se deu em Sobral.

Fundado por Deolindo Barreto Lima, *A Lucta* insere-se no cenário local dizendo-se um jornal “independente” e “apartidário” em seus primeiros números. Seu jornal, posteriormente, mostrou-se simpatizante das propostas do PRD, atuando ao longo de sua existência como rival de outro periódico sobralense, *A Ordem*, ligado ao PRC. Seu prelo foi montado a partir do antigo material que possuía, quando atuava no Pará. Barreto deixou o estado por conta de problemas advindos da luta entre oligarquias.<sup>176</sup> A folha começou a circular em 1º de maio de 1914 e, em seu primeiro número, informava que estava “disposto a trabalhar com critério e discernimento” pela cidade de Sobral, “infelicitada por uma politicagem torpe egoísta que a aniquilava”.<sup>177</sup>

Diagramado em quatro colunas dispostas em quatro ou seis páginas em cada edição, encontramos seções como *Ultimas Notícias do Mundo Inteiro*, *Aqui*, *Alli*, *Acolá*, vindas do telégrafo. Além delas, as colunas *Registo social* e *Boatos* continham informações locais e mundiais que estampavam a terceira página do periódico, e sua quarta página era destinada aos anúncios publicitários. A literatura marcava presença nas páginas com a publicação de contos, crônica e poemas no jornal de Deolindo, que, mais tarde passou a ser bissemanário.

As críticas ácidas tecidas por Deolindo tonaram-se intolerantes no quadro político local que mostrava o avanço dos democratas para a insatisfação dos conservadores.<sup>178</sup> A postura combativa e o pensamento liberal disseminado em seu jornal podem ter contribuído para a tragédia que o vitimou. Some-se a isso o acirrado clima político local. Nestas circunstâncias, Chrislene Cavalcante (2015) afirmou que “a eleição de um deputado e de um senador se tornou o cenário escolhido para o estopim dos conflitos entre ‘conservadores’ e ‘democratas’: assassinato de Deolindo Barreto Lima”.<sup>179</sup> O atentado, com disparos de vários tiros, se deu na comarca municipal em maio de 1924. Agonizante, Deolindo faleceu três dias depois.<sup>180</sup>

<sup>176</sup> LIMA, J. L. F. de. **Cultura letrada e caminhos da memória**: intelectuais, leitura, imprensa e memória na Zona Norte do Ceará (1870-1890, 1907-1932, 1984-2003). 2018. 262f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

<sup>177</sup> A LUCTA, 01/05/1914, p. 01.

<sup>178</sup> O jornalista converteu-se em inimigo de setores ligados à igreja católica, pois negou apoio à candidatura de Belizário Távora, candidato apoiado pela maioria dos sobralenses. A partir de então, ele é pintado por tais setores como “ateu, maçom, blasfemo, pornográfico, a fim de facilitar sua liquidação física”. Ver COSTA, 1987, p. 141). Deolindo também entrou em embates com José Sabóia de Albuquerque, juiz de direito da cidade e nome de relevo na política local junto ao Partido Republicano Conservador.

<sup>179</sup> CAVALCANTE, C. C. dos S. P. Crime no sertão cearense: política, narrativas e assassinato (Sobral 1910-1924). In: ANAIS do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis –SC, 2015, p. 02.

<sup>180</sup> SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo**: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938). 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a.

As notícias sobre o cangaço aparecem ligadas ao cenário político e, durante a década de dez, elas aparecem principalmente nos telegramas que dão conta da ação dos bandos nos sertões. No decênio seguinte, estas notícias migram para a primeira página e recebem mais atenção, ganhando mais espaço. Isso acontece porque, na primeira fase, o jornal priorizava a agenda política em comparação com a parte noticiosa. Elas aparecem associadas aos chefes locais, o que gerou insatisfação de muitos oligarcas e simpatizantes da oposição, recebendo inúmeras críticas do jornal *A Ordem*, por exemplo.

O jornal *A Ordem* foi uma folha política que circulou semanalmente com tiragem média de 600 exemplares. Sua assinatura anual, inicialmente, custava 10\$000, podendo o assinante optar por um plano trimestral no valor de 2\$500. Com redação e oficinas próprias, o jornal, nas dimensões de 39x29 cm, era diagramado inicialmente em quatro colunas e cada edição saía em média com quatro páginas, o que podia variar em datas comemorativas.<sup>181</sup> Suas últimas edições circularam no início da década de 1940.

*A Ordem*, fundado em sete de setembro de 1916, fazia intensa oposição ao jornal *A Lucta*, constituindo-se como seu maior adversário, além de servir como órgão oficial ao Partido Republicano Conservador de Sobral. Nos primeiros anos de funcionamento, o dr. Plínio Pompeu dirigiu a folha sob gerência de Craveiro Filho e com Newton Craveiro como redator.<sup>182</sup> Posteriormente, a direção e a propriedade do jornal passam para Craveiro Filho, e a redatoria ficou a cargo de Pimentel Gomes. O jornal contava com um grupo diverso de colaboradores e matérias diversificadas ao longo de sua existência.

O combate ao banditismo é um assunto pertinente nas suas publicações, mas só ganha maior relevância na década de 1920, especialmente a partir da atuação do cangaceiro Lampião. Além disso, podemos encontrar no jornal artigos com posições de proteção e defesa da Igreja Católica. Inclusive, algumas matérias apontam para uma leitura das notícias sobre o cangaço sob o viés moralizante e da falta de fé. Em momentos de pleito local, o cangaço aparece como problema que reclama solução urgente e é mobilizado para atacar e desmoralizar adversários.

A imprensa de orientação religiosa, ou mesmo aquela mantida diretamente pela Igreja Católica, fez circular suas ideias no intento de colaborar para a elevação moral da nação. Em seu programa, combatia os jornais de posição mais liberal, denominados de “má imprensa”, e lutava pela manutenção da ordem, da hierarquia e dos valores da família. Além disso, pontua-

---

<sup>181</sup> A ORDEM, 1916; SOUSA, E. de. A Imprensa do Ceará em 1918. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XXXIII. Fortaleza, Ceará, 1919.

<sup>182</sup> A ORDEM, 1917.

se que a separação entre Igreja e Estado com o advento da República causou mudanças legislativas que atingiram a hierarquia católica. Muitos setores se organizaram durante a Primeira República, pleiteando “o retorno de valores do catolicismo à Administração Pública”.<sup>183</sup> O perfil dos jornais desse período pode ser observado o quadro a seguir:

**Quadro 3**  
**Jornais cearenses: perfil e periodicidade na década de 1920**

Periódico	Cidade	Perfil	Órgão ligado (a)o	Periodicidade
<b>A Imprensa</b>	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Democrata	Semanal
<b>O Sitia</b>	Quixadá	Apartidário Noticioso	Independente	Semanal
<b>O Nordeste</b>	Fortaleza	Noticioso	Arquidiocese de Fortaleza	Diário
<b>A Esquerda</b>	Fortaleza	Político	Independente	Diário
<b>O Ceará</b>	Fortaleza	Noticioso	Independente	Diário

Fonte: BNDigital; Instituto do Ceará; BECE. Elaborada pelo autor.

É imerso nessas conjunturas que o jornal *O Nordeste* surge em Fortaleza em 1922. O periódico foi fundado por dom Manoel da Silva Gomes (1874-1950), era ligado à arquidiocese da capital e defendia em suas páginas os interesses da Igreja e a importância da circulação dos ideais católicos no Ceará. Seu fundador ressalta que, apesar de não se tratar de “um jornal puramente religioso”, a folha nascia “sob os auspícios da Religião, a cujos sublimes interesses se vae dedicar”.<sup>184</sup>

Na primeira página, o jornal contava com seções destinadas aos “avisos eclesiásticos” e festas relacionadas à Igreja e algumas transcrições de mensagens enviadas à Assembleia Legislativa. A poesia cearense também tinha espaço na folha. Na segunda página, trazia assuntos diversos, em especial, os telegramas. Algumas notas menores ocupavam a

<sup>183</sup> PARGA, F. R. Católicos em ação: Imprensa Católica Militante – Fortaleza: 1922-1930. **ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 02.

<sup>184</sup> O NORDESTE, 29/06/1922, p. 01.

página seguinte, com notícias sobre o trânsito de navios, as exposições no teatro e no cinema local e as colunas sociais. Os anúncios ocupavam a quarta página do periódico. As notícias sobre o cangaço mudaram de lugar ao longo do tempo, indo da terceira para a primeira folha.

Associar o cangaço ao padre Cícero foi uma forte arma política usada pelo jornal *O Nordeste* e outras folhas ligadas à Igreja.<sup>185</sup> Essa imagem ganha ainda mais fôlego e força quando Lampião, “com um grupo de 50 cangaceiros”<sup>186</sup>, estiveram em Juazeiro do Norte. O pároco aparece nas páginas do jornal como mentor intelectual da visita e como protetor de cangaceiros. Tais críticas, “ainda que apontassem para o programa ao qual se filia o jornal representante da Igreja, a favor da família e dos bons costumes, se inserem também nos ideais de civilização e progresso”.<sup>187</sup> Os ideais republicanos são mobilizados para acusar esta simbiose como atestado de fracasso da política local e do processo civilizador.<sup>188</sup>

Havia ainda casos de jornais sustentados diretamente por seus proprietários e o resultado de suas vendas. Neste caso, citamos *O Sitiá*, *O Ceará* e *A Esquerda*, o primeiro do interior do estado e os dois últimos da capital cearense.<sup>189</sup> Geralmente, estas folhas denominadas de “jornal de ideias” tinham uma menor tiragem e talvez menor circulação. Ao público leitor, já não interessava tanto as discussões de teor filosófico e abstrato.<sup>190</sup> Isto posto, muitas folhas se abriram para assuntos mais mundanos, explorando as notícias de violência e mistério. No entanto, estes jornalistas tinham mais liberdade para expor suas ideias com maior intensidade.

No sertão central cearense, destacou-se, na cidade de Quixadá, o jornal *O Sitiá*, folha dirigida por Eusébio Nery Alves de Sousa (que também era seu proprietário). Seu primeiro número saiu em agosto de 1924 e a última publicação em julho de 1927, após três anos “de árdua lida na faina da imprensa”.<sup>191</sup> Da Typografia Quixadaense, saíam seus números com quatro páginas diagramadas em quatro ou cinco colunas. Nele, encontramos as “Colunas Sociais”, onde se publicavam informes sobre casamentos, mortes e aniversários. Além disso, o

---

<sup>185</sup> O clérigo já estava imerso na política oligárquica e, também, se encontrava suspenso de ordem, o que gerava suspeitas de sujeitos de postos mais altos da Igreja Católica cearense.

<sup>186</sup> O NORDESTE, 06/03/1926, p. 01.

<sup>187</sup> SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938)**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a, p. 98.

<sup>188</sup> Folhas simpáticas ao padre Cícero saíram em sua defesa, como *O Sitiá*, que tentou inocentá-lo das acusações.

<sup>189</sup> É importante mencionar que, mesmo em casos assim, o projeto de isenção partidária não impede a filiação a projetos de poder da elite, do comércio e da Igreja, como se evidencia em alguns momentos no jornal *O Sitiá*.

<sup>190</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

<sup>191</sup> O SITIÁ, 31/07/1927, p. 01.

jornal dedicava bom espaço para ideias da Igreja Católica.<sup>192</sup> Apesar disso, *O Sitiá* declarava-se “apartidário”, “independente” e “noticioso”, destoando de alguns jornais que analisamos até agora. O destaque político, no entanto, também estampava suas páginas. Em algumas matérias, por exemplo, era nítida a sua defesa do desembargador Moreira da Rocha, então presidente do Ceará.<sup>193</sup>

Na seção “Queixas do Povo” e na “Echos”, publicavam-se reclames locais da população e adjacências. Já na seção “Livro & Jornaes”, sabemos das publicações em circulação no Ceará. O jornal também reportava os livros, revistas e jornais doados à redação. Era comum, em alguns casos, repetir o número do jornal, dependendo da importância das matérias.<sup>194</sup> Havia espaço para o comércio local (feira do gado) e para o cinema de Quixadá, o Cine Parochial. A seção “Telegrammas” trazia os últimos acontecimentos de relevância para a população. Em 1925, o jornal publicou um suplemento literário chamado de *Quixadá – Ilustrado: Suplemento de Sciencias, Artes, Letras e... Futurismo*. Também sempre havia referências a datas cívicas, marcas da forma de pensar e fazer história daqueles tempos e indícios do *metier* do historiador Eusébio de Sousa.

O cangaço foi tema presente nas páginas d’*O Sitiá* com inúmeros telegramas, reportagens e manchetes que estamparam a primeira página do semanário. Não há economia de palavras nas matérias dedicadas a comentar as ações dos “terríveis bandos armados” que “dominavam sertões”. Naquelas paragens, o cangaceirismo era o maior mal que pesava, destruindo lares, famílias e bens materiais. Um mal, portanto, “peor que a sêcca”.<sup>195</sup> A maior ênfase foi dedicada ao cangaço lampiônico, descrevendo as atrocidades, a violência desmedida, as fugas emblemáticas e crueldade das ações de Lampião e seu grupo, narradas com elementos do sensacional, do medo e do mistério.

O jornal *O Ceará* insere-se no grupo de folhas que não dependem de partidos ou da Igreja Católica para a sua manutenção. Ele se firma como um veículo destinado a disseminar a ideias sociológicas de seu fundador, Júlio de Matos Ibiapina.<sup>196</sup> Natural de Aquiraz, no Ceará, ele fundou o periódico em 1925, no qual buscou “(...) fazer uma análise dos fenômenos políticos da época, vinculando-os a temas sociais e rejeitando qualquer explicação circunstancial dos

<sup>192</sup> NOBRE, G. da S. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

<sup>193</sup> O SITIÁ, 1925.

<sup>194</sup> VITORIANO, L. da S. **Visões da natureza: a paisagem ambiental de Quixadá na década de 1920**. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2023.

<sup>195</sup> O SITIÁ, 1925.

<sup>196</sup> Foi também deputado estadual pelo PRC (1917-1920). Posteriormente, teve contato com as ideias fascistas durante viagens por Alemanha, França e Inglaterra, tornando-se simpatizante da ideologia.

fatos”.<sup>197</sup> Para tal posição, isto é, não se situar no mesmo caminho dos demais jornais políticos, o jornalista angariava inimigos e colocava seu jornal na mira dos que dele discordavam.

O primeiro número do diário circulou com 20 páginas, mas normalmente se editava com quatro que, dependendo da discussão levantada, chegava a seis, oito ou dez páginas.<sup>198</sup> No ano de 1928, aqui por nós analisado, o jornal teve uma tiragem média de 900 exemplares e era diagramado em três ou quatro colunas, com a primeira página destinada aos comentários locais, retratando a situação política dos municípios do interior e as disputas eleitorais. A segunda página apresentava entrevistas, cartas de leitores e as notícias sobre o cinema e o teatro. Na terceira folha, telegramas, notícias diversas e algumas “enquetes”. Como ocorria em muitos outros jornais do período, a última página era destinada aos anúncios de serviços e produtos.

O cangaço aparece como tema de destaque no jornal e era posto como um problema que deveria ser tratado nacionalmente. A permanência de Lampião e suas andanças pelo Ceará foram os maiores alvos das críticas e da ênfase das notícias, mas havia espaço para o noticiário de ações de grupos menores agindo no interior do estado. Em colunas intituladas como “o problema do banditismo”, “para a história do cangaceirismo no Nordeste brasileiro” e “aspectos do cangaceirismo no Ceará”<sup>199</sup>, demoradamente se discutia o assunto com textos que se estendiam para além da página de abertura do jornal.

Para Ibiapina, o pensamento cearense era marcado pelo provincianismo, e os interesses dos intelectuais locais eram limitados, confundindo na política os interesses públicos e privados. Era um crítico dos partidos cearense<sup>200</sup>, rejeitava as duas “facções” existentes e lastimava a imprensa partidária. Para ele, o intelectual deveria ocupar a administração da sociedade, pois o país só conseguiria se regenerar se os problemas nacionais fossem enfrentados científica e tecnicamente. Montenegro (2002) descreve-o não como imparcial, mas como jornalista comprometido com a justiça e a reforma social.

O jornal *A Esquerda* começou a circular em 25 de janeiro de 1928 com direção do quixadaense Jáder Moreira de Carvalho<sup>201</sup> (1901-1985). Este periódico destaca-se em um

---

<sup>197</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018, p. 100.

<sup>198</sup> O CEARÁ, 1925.

<sup>199</sup> O CEARÁ, 1928.

<sup>200</sup> Pensamento compartilhado por homens de imprensa de pensamento ligado à esquerda, como Jáder de Carvalho e Joaquim Pimenta. Ver AMARAL (2018).

<sup>201</sup> Advogado, jornalista, professor, romancista e poeta, Jáder se destacou ainda como um dos pioneiros do movimento modernista no Ceará, com o livro *Canto Novo da Raça* (1927), obra que contou com Franklin Nascimento, Mozart Firmeza e Sidney Neto. Ele publicou também *O Problema Demográfico* e *O Índio Brasileiro* em 1930 e *O Povo sem Terra* (1935); os romances *Classe Média* (1937), *Doutor Geraldo* (1937), *A Criança Vive* (1945) e *Eu Quero o Sol* (1946), além de *Toda a Poesia* (1973), *Terra Bárbara* (1982).

período de solidificação do jornal como empresa e por suas inovações gráficas. Outro ponto de relevo é o tom combativo que estampou suas páginas, demarcando seu posicionamento na arena política contra a corrupção, as injustiças sociais e a opressão.<sup>202</sup> Jáder fundou outros jornais de menor longevidade, como o *Correio de Iguatu* (1917), *O Combate* (1921) e o *Diário do Povo* (1947-1961), este último de maior longevidade.

*A Esquerda* nasceu fruto dos ideais comunistas de Jáder de Carvalho. Apesar disso, declarava não concordar com a postura, muitas vezes ortodoxa do Partido Comunista, preferindo, pois, caminhar sob suas próprias convicções.<sup>203</sup> Com uma escrita ácida e combativa comparada à pena de João Brígido, Jáder fez inúmeras inimizades. O seu jornal foi empastelado e fechado em agosto de 1928 e só voltou a ser impresso na década de 1930. Posteriormente, o jornalista foi preso, permanecendo detido por quase um ano sob acusação de difundir ideias marxistas.

Independente e noticioso, o diário era diagramado em colunas e com uma média de quatro páginas em cada edição. O jornal, cujas redação e oficina situavam-se à Rua Major Facundo nº 256, contava com L. Torres de Mello na secretaria e redação e com F. de Hollanda na gerência. Mais tarde, Mario de Andrade (do Norte) e Adolpho Carvalho passaram a integrar a equipe como secretário e gerente. Seu número do dia podia variar entre \$200 e \$400 réis e sua assinatura anual custava 40\$000. Nas primeiras edições, abaixo do título da folha, pode-se ler: “Diário de Combate”.<sup>204</sup>

A primeira edição do jornal *A Esquerda* demarca seu escopo e a proposta política do jornal era se constituir como “mais uma voz a erguer-se, mais um protesto a levantar-se no pântano em que nos afundamos, explorados por uma sucia de espertalhões e gatunos, que na indiferença popular guindou aos mais altos postos da Republica”.<sup>205</sup> Dos muitos problemas discutidos no jornal, o cangaço destaca-se como um dos mais preocupantes. Jáder denunciava a ineficácia da segurança pública, o estreito laço entre a força policial e cangaceiros e o apoio de coronéis ao banditismo, além de mencionar a péssima fase política que vivia o Ceará, acusando o governo de Moreira da Rocha de envolvimento com o cangaço. As críticas também não pouparam o presidente da nação, Washington Luís, que, segundo o jornalista, não

---

<sup>202</sup> MACEDO, F. C. de. **Jáder de Carvalho e o Nordeste: literatura, jornalismo e região**. Fortaleza: EdUECE, 2019; ver também AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

<sup>203</sup> ANDRADE, A. M. T. **Deslocamento e denúncia no romance Sua Majestade, o Juiz, de Jáder de Carvalho**. 2012. 191f. – Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza (CE), 2012.

<sup>204</sup> A ESQUERDA, 1928.

<sup>205</sup> A ESQUERDA, 25/01/1928, p. 01.

via que o “Estado, sem administração foi arrastado a Arnachia” e que “o banditismo impera nos sertões”.<sup>206</sup>

Em todas as folhas aqui citadas, percebe-se o desejo de sanar os problemas da sociedade dentro dos mais variados anseios em cada grupo que se filia o discurso do jornal. Os periódicos formulam seus significados partindo de suas experiências e imaginários gestados coletivamente, organizados dentro de uma ordem discursiva, afinal, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.<sup>207</sup> Isto implica dizer que refletir sobre uma ordem do discurso é buscar ter acesso a uma sociedade pensada a partir das suas representações no universo impresso. Ela deseja e busca que as pessoas pensem da mesma forma, ou seja, dentro da mesma ordem.

Cada jornal apontou, a seu modo, um sentimento de crise e suas possíveis causas diante da sua percepção e filiação. Em alguns periódicos de alinhamento político partidário, existe o desejo, em uma ala mais conservadora, da unidade da classe política. Este desejo mudou de acordo com os interesses vigentes e cada conjuntura. De um modo geral, a imprensa partidária visava, em prol da manutenção dos seus privilégios, atacar e humilhar seus adversários, espalhar boatos e arregimentar eleitores. Assim, cada grupo político lançou mão das notícias sobre o cangaço para mobilizar os seus leitores contra seus rivais na arena política.

Nas folhas de viés religioso (mantidas ou simpatizantes pela Igreja Católica), a crise é descrita como moral e emerge como símbolo dos novos tempos, desse tempo moderno que ameaça a ordem social familiar e os bons costumes. A subversão das tradições é uma ameaça que vem de muitas frentes: do materialismo, do laicismo, do individualismo. O cangaço é outra ameaça que se soma às demais como elemento destruidor das famílias, como sinal da desmoralização estatal e seu fracasso na tarefa civilizadora.

O que se observa é que, tanto no jornal *A Esquerda*, quanto n’*O Ceará*, a crise e suas demandas assumem conotações que superam as discussões simplórias associadas muitas vezes à personalização política. O cangaço aparece como um problema de ordem social com análises mais complexas, e os ataques são direcionados ao sistema republicano como um todo (visto como falho), e não apenas ao chefe político local. O foco no cangaço pode indicar novas dinâmicas sociais que não mais condizem com a relação de ambiguidade entre cangaceiros e sujeitos de relevo da sociedade sertaneja, apontados como o entrave civilizatório e como um atraso na realidade social de então.

---

<sup>206</sup> A ESQUERDA, 20/03/1928, p. 01.

<sup>207</sup> FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 10.

A popularização dos jornais levou a novas configurações, novos temas e outras táticas na composição das notícias, fruto do processo de modernização ao longo dos anos nas duas primeiras décadas do século XX. Nesse movimento, as notícias de crimes, de grandes catástrofes e os detalhes pormenorizados em sua cobertura apelando para as sensações do leitor ganharam destaque nesse período. A seguir, analisamos como o sensacional e o misterioso ao se noticiar sobre o cangaço contribuíram para a construção de imaginários, fidelizaram leitores e ampliaram a venda das folhas.

## 2 NOTÍCIAS SOBRE O CANGAÇO NA IMPRENSA

### 2.1 Sangue e sensações: a notícia como folhetim

Infelizmente, o bando de Lampeão continua a praticar no interior do Estado toda a sorte de miserias, de horrores, confiados na impunidade em que ficam. Agora nos chegaram ao conhecimento, as depredações de Lampeão, no município de Flores, onde os seus crimes no espaço de menos de vinte horas se repetiram sucessivamente, como se se tratasse de um extermínio.<sup>208</sup>

As transformações que foram implementadas ao longo dos primeiros anos do século XX ajudaram na propagação dos jornais na sociedade. O avanço das técnicas de produção e o seu barateamento ampliaram o número de folhas em circulação, com maior tiragem e duração no mercado. As novas técnicas de comunicação permitiram encurtar a distância entre o fato e a publicação entre a notícia e o público leitor. Com isso, novas sensibilidades, subjetividades e sociabilidades marcaram a inserção destes novos meios no cotidiano: “eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tornou-se parte ativa nesse processo de aceleração”.<sup>209</sup> Nessa mesma linha de argumentação, M. Eleutério (2018) nos diz que o telefone e o telégrafo apareceram como “agilizadores dos dados que convergiam para as redações”.<sup>210</sup>

Dentro deste cenário, as “notícias do mundo inteiro” e “das primeiras horas” chegavam em pouquíssimo tempo, como os “Despachos tlegraphicos do interior” do Rio Grande do Norte, informando “haver sido assaltada, às primeiras horas da manhã de ante-hontem, por um grupo de cerca de vinte cangaceiros chefiados pelos celebre Francisco Pereira (...)”.<sup>211</sup> Folheando o *Diário do Piahy* de 1912, nos deparamos com telegramas que informam diariamente com atualizações de poucas horas. Em sua primeira página, lemos sobre o ataque de cangaceiros na noite do dia 28 de agosto, em telegrama enviado à 4h da manhã da cidade de Jaicós. No dia seguinte, às 8h45, sabemos do alarme em que se encontrava a cidade por medo da invasão e, às 10h desse mesmo dia, outro telegrama informava que fora organizada uma “resistencia na cidade, construindo barricadas em todas as ruas”.<sup>212</sup>

<sup>208</sup> JORNAL DO RECIFE, 05/09/1926, p. 04

<sup>209</sup> LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 04, p. 150.

<sup>210</sup> ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 01, p. 84.

<sup>211</sup> A REPÚBLICA, 12/05/1927, p. 1.

<sup>212</sup> DIARIO DO PIAUHY, 30/08/1912, p. 01.

Era cada vez maior a pressa para se publicar a chegada dos vapores à capital e o conteúdo das embarcações: pessoas, livros, víveres; os viajantes ilustres, os crimes e as últimas notícias da Europa e do mundo. Segundo Tania de Luca (2018), “já não se podia esperar até amanhã seguinte; daí a multiplicação de edições sucessivas e das folhas vespertinas, lançadas no decorrer da tarde para dar conta do que se passara no próprio dia”.<sup>213</sup> Além disso, os impressos “independentes”, “apartidários” e “noticiosos” se multiplicaram<sup>214</sup>, deixando de lado as longas digressões políticas e abarcando questões cotidianas e mundanas<sup>215</sup>, alcançando, assim, outros públicos e deixando de focar puramente nos interesses de grupos elitistas locais.

A rigor, os jornais cearenses com maior longevidade e tiragem, em um primeiro momento, priorizavam os assuntos de teor político e, em grande parte, eram destinados a comentar os fatos ligados ao partido político ao qual estava associado, ou o sustentava. Característica marcante de muitos jornais do século XIX, seu objetivo mais imediato era funcionar como instrumento do partido. Nesse sentido, o chamado “jornal político” estava preocupado com assuntos como “o da mobilização partidária, a do ataque ao adversário, a da arregimentação do correligionário e o do convencimento do eleitor”.<sup>216</sup> O caráter “noticioso” era secundário e foi incorporado aos poucos nas folhas cearenses.

Em finais do século XIX, o processo de barateamento nos custos de produção já se observava em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, com a introdução dos chamados “livros do Povo”.<sup>217</sup> Isto porque um novo tipo de redação mais dinâmica surgia e o “gosto do público passou a falar mais alto, e os editores, por sua vez, em busca não só de uma independência financeira, mas sobretudo de um lugar de destaque no concorrido mercado editorial que se formava no Rio de Janeiro, atentavam cada vez mais às predileções em voga”.<sup>218</sup> Processo semelhante acontece nas folhas cearenses, que, desde a década de 1910, apresenta inúmeras notícias de crimes. O que nos ajuda a questionar interesses e paixões, nuanças e desejos da sociedade materializados na imprensa que proporcionaram tamanha amplitude de narrativas desse tipo. Predominam nos jornais o que M. Barbosa (2007) chamou de “notícias de sensação”:

<sup>213</sup> LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 04, p. 149-175.

<sup>214</sup> São os casos dos jornais *Correio do Ceará*, *A Esquerda*, *O Sítia* e *O Ceará*, por exemplo.

<sup>215</sup> FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

<sup>216</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018, p. 79.

<sup>217</sup> EL FAR, A. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, A; ABREU, M (orgs). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010, p. 89-99.

<sup>218</sup> *Idem*, p. 94.

A sociedade parece de tal forma contida nessas narrativas que o leitor tem a impressão de participar daquela realidade. Compondo o texto a partir de um mundo, o repórter gera um novo mundo: um mundo que mescla realismo, romance, uma vez que a estrutura narrativa lembra a dos romances folhetins, ainda que os personagens sejam retirados da realidade.<sup>219</sup>

Frases de efeito, como “crimes de sangue”, “bárbaro assassinato”, “O facinora e a sua horda” e “sangue e luto”, por exemplo, passaram a estampar os títulos de livros e, também, as manchetes jornalísticas em letras garrafais. Estas técnicas e recursos estéticos também foram incorporados à imprensa do Ceará, ganhado maior expoente durante a década de 1920. No Brasil republicano daquele período, o crime excede os espaços de discussão de juristas e policiais, alcançando também as páginas diárias dos grandes jornais.<sup>220</sup> Prática constantemente explorada pela imprensa quando “as notas sensacionais invadem as páginas das principais publicações”.<sup>221</sup>

Segundo M. Barbosa (2007), ao apostar nas “notícias de sensação”, nos temas de crimes e nas tragédias, os jornais passam a alcançar outros públicos além das elites, o que acabou impulsionando também as vendas das folhas, garantindo uma maior fidelidade de público leitor. De acordo com a autora, estas notícias

Descrevem conteúdos imemoriais, que aparecem e reaparecem periodicamente sob a forma de notícias. Mudam os personagens, não as situações. De tal forma que podemos dizer que existe uma espécie de fluxo do sensacional que permanece interpelando o popular a partir da narrativa que mescla ficcional com a suposição de um real suprimido.<sup>222</sup>

Fonte fecunda de exploração do sensacional, uma das vertentes que podem ser exploradas das notícias de crime, são os *fait divers*. Conforme V. Guimarães (2013), *fait divers* é um termo francês mobilizado pela primeira vez por Moise Millaud, editor de um jornal popular e de baixo custo em 1886. No seu jornal, *Le Petit Journal*, Millaud explorava notícias

<sup>219</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 -2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 50.

<sup>220</sup> Há trabalhos no Brasil que destinaram sua observação para os crimes nas cidades, como as teses de Fonteles Neto (2015b), sobre a visão caótica e os crimes na cidade de Fortaleza dos anos 20, e A. Ottoni (2012), sobre as notícias de crime e as sensações na construção do crime e do criminoso na imprensa carioca no início do século XX, além do trabalho pioneiro de Boris Fausto (2001). Ver, respectivamente, FONTELES NETO, F. L. O lugar do crime na imprensa brasileira. In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M. L; ROSEMBERG, A. (orgs). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015b; OTTONI, A. V. “**O paraíso dos ladrões**”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012, e FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ed. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>221</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 -2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 49.

<sup>222</sup> *Idem*, p. 53.

do cotidiano, contando-as de fora dramática, aproximando-as da fórmula folhetinesca.<sup>223</sup> Este gênero é associado ao “horror e ao drama, vinculando nas páginas dos jornais também notícias de suicídios, de acidentes, de personagens anormais, de erros jurídicos, de anedotas, dentre outros”.<sup>224</sup> Segundo Fonteles Neto (2015a), “este recurso já vinha auxiliando também no processo de criação e imaginação dos romancistas brasileiros que, por volta de 1870, inserem no país uma literatura pautada nos romances de sensação, recheados de mistério e suspense”.<sup>225</sup>

Estas narrativas e suas análises ganharam espaço na historiografia francesa do crime e da imprensa, contribuindo para o desvelamento de outras interações sociais ao explorarem a relação criminalidade e mídia na perspectiva da História Cultural. R. Barthes (1966) destaca-se com seu olhar pioneiro na análise dos *fait divers*.<sup>226</sup> Para o autor, o gênero se estruturava de maneira que não requeria uma memória prévia, o que o possibilitava ser compreendido fora de qualquer contexto.<sup>227</sup> Esta perspectiva foi criticada por abolir o contexto histórico de produção e análise de tais notícias.

D. Kalifa, com sua tese de doutoramento, trouxe contribuições significativas ao incorporar suas análises ao processo histórico, apontando para as transformações técnicas da imprensa, novas práticas de leitura, popularização dos jornais e formação de uma cultura de massa francesa. Para Kalifa (2019), o *fait divers* é uma produção social e cultural de surgimento de uma literatura específica, atenta aos crimes e mistérios que cercam o cotidiano.<sup>228</sup> Carneiro (2015) reforça que seu aparecimento está intimamente ligado à popularização das folhas, uma vez que “são as novas técnicas de jornalismo, aplicadas aos *fait divers* que transformaram suas descrições sangrentas e selvagens em discursos metódicos com uma retórica, contudo, repetitiva”<sup>229</sup>, apontando para o consumo dos discursos de violência, detalhados e particularizados pelos grandes jornais. Este tipo de notícia apareceu bastante nas folhas

<sup>223</sup> GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013.

<sup>224</sup> CARNEIRO, D. História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos. In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. (orgs). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015, p. 67.

<sup>225</sup> FONTELES NETO, F. L. **Crimes impressos**: uma História Social dos noticiários criminais em Fortaleza nos anos 1920. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015a. p. 91.

<sup>226</sup> BARTHES, R. **Structure du Fait Divers**. Essais Critiques. Paris: Seuil, 1996.

<sup>227</sup> CARNEIRO, D. História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos. In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. (orgs). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015. Ver também: MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

<sup>228</sup> KALIFA, D. **A tinta e o Sangue**. Narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque. São Paulo: UNESP, 2019.

<sup>229</sup> CARNEIRO, D. História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos. In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. (orgs). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015, p. 69.

cearenses e estados vizinhos com um ingrediente que ampliava a sensação de tensão, o medo e a insegurança: o cangaço.<sup>230</sup> Na tabela a seguir, distribuimos os principais crimes cometidos por cangaceiros presentes na imprensa cearense.

**Tabela 1**  
**Crimes de cangaceiros noticiados na imprensa (1915-1928)**

CRIMES	JORNAIS (1915-1928)						Subtotal
	<i>A Esquerda</i>	<i>A Ordem</i>	<i>O Nordeste</i>	<i>O Sitiá</i>	<i>A Lucta</i>	<i>O Ceará</i>	
Roubos e furtos	09	06	41	02	03	09	70
Mortes/assassinatos	10	07	22	23	04	12	78
Contrabando	02					02	04
Incêndios	03	02	14	01		06	26
Estupros		01		06		03	10
Invasão/destruição de lares	05	01	16			04	26
Sequestros/reféns	01	02	13	04	03	02	25
Saques/pilhagem	02	04	23	01	02	07	39
Outros	02	01				02	05
<b>Total</b>	<b>283</b>						

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará; BECE, elaborada pelo autor.

As notícias sobre o cangaço se enquadram no que chamamos de notícias de violência e medo. São notícias que expõem o sadismo e a brutalidade, explorando em exagero e com minúcias os assassinatos, os roubos, os estupros, os incêndios, as torturas e outros crimes, sempre apresentados por sua crueldade desmesurada. Páginas *manchadas de sangue* chegavam às mãos do leitor quase diariamente.<sup>231</sup> Chamadas em letras grandes e recorrendo às novas técnicas e recursos linguísticos mais aprimorados estampavam as folhas direcionando o olhar do leitor para os horrores cotidianos das ações dos cangaceiros, sempre descritas pela ousadia e a violência desproporcionais, exibidas nos “placards” dos jornais em suas redações. Estas estratégias fidelizam o público e buscam trazê-lo para dentro da narrativa. O leitor, de certa

<sup>230</sup> Apesar de guardar elementos que podem facilmente serem enquadrados à fórmula dos *fait divers*, não podemos classificar todas as notícias sobre o cangaço nesse gênero.

<sup>231</sup> Dizemos isto pelo grande número de jornais circulando pelo Ceará no período e sua dinâmica de circulação. As notícias aparecem em vários momentos nos impressos, não obedecendo apenas à atuação dos bandos nos sertões.

forma, passa também a fazer parte da trama e ele teme que seu fim seja semelhante ao narrado.<sup>232</sup>

As notícias do interior do estado de Pernambuco nos oferecem uma ideia. Na década de 1920, é o grupo de Lampião quem estampa em grande parte as folhas de todo o Nordeste. E a imprensa soube bem aproveitar as narrativas sobre seus horrores: “‘Lampeão’ e o seu grupo, semelhantemente aos hunos resuscitados, vão talhando os campos, saqueando as fazendas, roubando, matando deshonrando”. O apelo às sensações fica mais nítido no restante da matéria, que nos alerta que os cangaceiros “por toda parte espalham o luto, a miséria, o pranto a magua a e dôr, com um requinte de barbaridade até agora desconhecida”.<sup>233</sup>

As notícias sobre o cangaço exploram ainda, de forma direta e indireta, os medos sociais, o visível e o invisível do medo: o medo da morte, do ataque a qualquer instante, a vulnerabilidade pessoal e a ineficácia do Estado na segurança pública coletiva. Apelando para as sensações, estas notícias objetivavam apontar para uma face caótica dos sertões, cartografando este espaço como um cenário instável, incivilizado e pior: com grupos de salteadores que ameaçavam a vida das populações dos sertões e das cidades. Este sentimento foi ampliado pelos usos de ilustrações diversas, como as charges, as fotografias e as caricaturas. Alinhada a interesses diversos, coube a imprensa estimular este medo, além de nomeá-lo e de dotá-lo de significados.

Outro exemplo emblemático é a notícia da morte de José Alves, narrado por seu irmão ao jornal *A Esquerda*: “Amoladas as facas, Zequinha manda sangrar e esfaquear o meu infeliz irmão, que recebeu além da sangria, 36 ferimentos de faca e 17 tiros de fuzil”.<sup>234</sup> Estas notícias, afirma Barbosa (2007), podem inserir o leitor em ambientes estranhos, ou “retomar a realidade como um conto folhetinesco ou como uma cena dos cinematógrafos”<sup>235</sup>, produzindo identificação e aproximação do público. De acordo com Fonteles Neto (2017), a intenção

(...) era criar manchetes jornalísticas que provocasse a expectativa nos leitores, os quais acompanhavam com afinco o desenrolar dos acontecimentos publicizados. A introdução desses elementos nas matérias de crimes pretendia fazer com que estas, além de informar, chocassem os leitores, provocando-lhes um misto de sensações, entre elas, o espanto e a sede de justiça.<sup>236</sup>

<sup>232</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>233</sup> JORNAL DO RECIFE, 15/01/1926, p. 01.

<sup>234</sup> A ESQUERDA, 08/03/1928, p. 01.

<sup>235</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 -2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 50.

<sup>236</sup> FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017, p. 31.

O jornal *A Esquerda* também nos põe a par do clima de insegurança no interior do estado, sem deixar de lançar mão do “fluxo do sensacional”, mencionando os “assassinatos horríveis”, os “hediondos crimes de Aurora”, os “desmandos incalculáveis de Missão Velha” e a “situação bellica do Coronel Zequinha, de Miguel Calmon”.<sup>237</sup> Assim, os periódicos atuaram, a partir da repetição e da naturalização de alguns temas, na elaboração de memórias e operaram esquecimentos também na tentativa de influenciar seus leitores na visão imediata da realidade<sup>238</sup>, apontando para um sertão bárbaro, cruel e instável. Nunca é demais lembrar que “(...) a redação de matérias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre a ‘matéria’”.<sup>239</sup>

As narrativas continuam a acentuar o horror diante de fatos como “o crime de Cabaceiras” e apontando como igualmente bárbaro os sujeitos e os espaço onde eles ocorriam “Os Criminosos no sertão”, são exemplos presentes no jornal paraibano *O Norte* nos anos 1912 e 1913, respectivamente. O órgão sobralense *A Ordem*, sob o título de “Crime horroroso”, nos oferece mais uma dimensão desse jornalismo que apela aos sentimentos. O telegrama publicado em agosto de 1927 conta que “diversos cangaceiros” atacaram e roubaram a casa do agricultor João Cruz, de Miguel Calmon, Senador Pompeu, no Ceará. Além de espancar a família e lhes subtrair joias e dinheiro “praticando maiores barbaridades”, os cangaceiros estupraram a filha do agricultor, atirando-se “(...) à infeliz moça, como feras, sendo Maria Cruz vítima da mais torpe violentação dos seis *cabras*”<sup>240</sup>, que não pareciam entes humanos”.<sup>241</sup>

Nos exemplos mencionados, são destacados os sujeitos que têm relevância no universo sertanejo daquele período. O primeiro deles, Lampião, que passou a ser alvo da ênfase noticiosa estampando quase diariamente as folhas de todos os estados do Nordeste a partir de 1925. O outro, o Coronel Zequinha, particularmente importante para a região do Sertão Central cearense, foi lembrado por sua atuação violenta e autoritária, apontado nas folhas como “chefe

<sup>237</sup> A ESQUERDA, 28/07/1928, p. 06.

<sup>238</sup> SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo**: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938). 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a.

<sup>239</sup> DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 92.

<sup>240</sup> Estudando o Cariri cearense do século XIX, Ana Sara C. Irffi aponta para um grupo que destituído de sua função de camponês, expropriada de suas terras e direitos, levando a esta população à “formação de uma categoria que designava homens e mulheres pobres e de cor, fossem eles livres, libertos ou escravos, como *cabra*”. Conferir: IRFFI, A. S. C. Na contramão do Império do Brasil: o sertão do Cariri cearense e a invenção do “cabra”. In: CÂNDIDO, T. A. P.; NEVES, F. de C. **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de leitura Editorial, 2017. Cap. 04, p. 74. Em outro texto, a autora menciona que estas impressões foram “compartilhadas por aqueles que descreveram o cangaço” criminalizando sertanejos livres e pobres. Ver: IRFFI, A. S. C. “Cabra assassino de profissão, matador”: mobilidade e poder nos sertões da (des)ordem. In: IRFFI, A. S. C. [et. al.] (Orgs). **Sertões da (des)ordem**: crimes, revoltas e outras agências. [livro eletrônico]. Ananindeua, PA: Cabana, 2023. Cap. 01, p. 16.

<sup>241</sup> A ORDEM, 20/08/1927, p. 02 (Grifo nosso).

de cangaço”.<sup>242</sup> Em vários outros casos, as notícias se encarregavam de pormenorizar desastres de pessoas comuns e desconhecidas, só sendo reveladas ao grande público por conta da catástrofe na qual estavam inseridas. Correndo até a cena do crime ou até as delegacias, o repórter de polícia buscava mais informações para compor seu texto. Na ausência de alguns pontos, havia espaço para inclusão de elementos ficcionais na construção da notícia, revelando o papel dos *fait divers* na inserção do jornal dentro da lógica da imprensa moderna.<sup>243</sup>

Vale lembrar que esse tipo de jornalismo era visto como uma imprensa baixa<sup>244</sup>, portanto, criticada por muitos homens das letras, que a via como uma narrativa literária que corrompia “o projeto iluminista de educação universal”, mesmo tal proposta sendo ofuscada pelo projeto da grande imprensa que se arvorava visando o lucro, e não a “missão educativa”.<sup>245</sup> Uma característica desse tipo de narrativa é o seu papel na ampliação na venda das folhas em face a um público que se mostrava cada vez mais interessado por esse tipo de matéria. É preciso, portanto, pensar também na potência da notícia desde o seu nascedouro: o mergulho da penatinteiro e a experiência dos profissionais que a elaboram. Precisamos questionar o papel e o lugar dos intelectuais e homens das letras no momento aqui analisado.

M. Eleutério (2018) nos informa que, a partir do processo de modernização e barateamento das despesas com os impressos, favoreceu-se a multiplicação de novos lançamentos nas cidades e interior dos estados, e ampliaram-se também as oportunidades para aqueles que buscavam viver do labor das letras. Escrever para um jornal ou revista “(...) tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político”.<sup>246</sup> Muitos literatos e literatas começaram seu trabalho publicando seus textos na imprensa em formato de folhetins, ou como colaboradores redigindo anúncios, como as peças publicitárias ou o apoio ao desenvolvimento econômico do jornal.<sup>247</sup> São exemplos as cearenses Rachel de Queiroz no *O Povo* (1928), Alba Valdez para os jornais *Correio do Ceará*

---

<sup>242</sup> A ESQUERDA, 1928.

<sup>243</sup> É importante reforçar que o *fait divers* “é uma narrativa que comporta a invenção, embora se baseie muitas vezes em referências verdadeiras”. Ver GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013, p. 171. Posto assim, cabe tencionar seu lugar nos jornais dentro de um modelo que se preocupava em vender suas folhas.

<sup>244</sup> Essa visão mais sisuda partilhada por alguns intelectuais e homens de imprensa encontra seu oposto em outros grupos que viam a apropriação das notícias do cotidiano na fórmula do *fait divers* como expressão da modernidade, já que era um modelo explorado com bastante atenção pela imprensa internacional. Para mais detalhes, conferir FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

<sup>245</sup> GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013, p. 59.

<sup>246</sup> ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 01, p. 94.

<sup>247</sup> *Idem*.

(1921-1922), *O Nordeste* (1927) e *Diário do Recife* (1935), além de Jáder de Carvalho, Machado de Assis e Olavo Bilac.<sup>248</sup>

Nesse sentido, este era o espaço em que tinham a oportunidade de exercer a sua criatividade literária<sup>249</sup>, e as notícias de crime contribuíram sobremaneira para este processo. Manchetes como “O crime de Miguel Calmon”<sup>250</sup> ou “Aspectos interessantes da tragédia de Aurora”<sup>251</sup> são alguns dos exemplos que encontramos na imprensa cearense. Quando o assunto era o cangaço, ares mais dramáticos podiam ser adicionados na construção da notícia.<sup>252</sup> No Piauí, ao comentar um ataque de cangaceiros, a folha local assim o descreve: “(...) o barbaro criminoso, que banhou as mãos no sangue do distinto capitão (...), honrado pai de família e querido em todo o município”.<sup>253</sup> Assim, conforme Barbosa (2007), mobilizam-se “os ingredientes fundamentais do jornalismo sensacional, que apela para valores culturais, para o imaginário e para as sensações de uma memória social e coletiva”.<sup>254</sup>

Quando se tratava de descrever Virgolino Ferreira, o “Lampeão”, os adjetivos carregados de marcas discursivas negativas não eram poupados: “o monarca selvagem dos sertões” ou ainda acrescentando características animais, como o “jaguar bravo” e “fera bípede” por exemplo, apareciam na crônica impressa com páginas e mais páginas destinadas aos “episódios romanescos da vida do quadrilheiro famoso”.<sup>255</sup> Extrapola-se o simples noticiar estampado na manchete, logo, se faz necessário particularizar, informar, detalhar. Assim, “na escrita a significação está diretamente vinculada ao receptor da mensagem. A forma é também fundamental para esta significação”.<sup>256</sup> Afinal, o jornal é um empreendimento coletivo que reúne pessoas em torno de interesses e paixões.<sup>257</sup>

Diante disso, pensar no impacto das notícias no universo do leitor é também importante, uma vez que “há sempre um espaço entre o que o texto propõe e o que o leitor faz

<sup>248</sup> MELO, C. A. de; SANTOS, J. A. S; SOUZA, K. S. F. de. Alba Valdez na imprensa brasileira. In: **Jangada**, Viçosa-MG, v. 1, n. 16, jun/dez, 2020.

<sup>249</sup> Havia casos de algumas imposições e limitações postas pela linha editorial da folha na qual o colaborador estava vinculado, o que poderia apontar para certo “tolhimento” na liberdade de criação. No entanto, pode-se entrever paixões e interesses desses sujeitos nas linhas de cada artigo escrito, sua visão de mundo, ideias de progresso e orientações morais.

<sup>250</sup> A ESQUERDA, 08/03/1928, p. 01.

<sup>251</sup> A ESQUERDA, 14/08/1928, p. 01.

<sup>252</sup> Ampliar a venda das tiragens significava lucro e apreciação profissional de seus pares em um mercado que se torvava bastante competitivo. Comportamento que contribuía para a solidificação de sua posição social e reconhecimento como membro de uma classe distinta.

<sup>253</sup> O APOSTOLO, 30/10/1910, p. 04.

<sup>254</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 55-56.

<sup>255</sup> O POVO, 04/06/1928, p. 05.

<sup>256</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 51.

<sup>257</sup> LUCA, T. R de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio de periódicos. In. PINKSY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 05, p. 111-153.

dele”.<sup>258</sup> Todavia, conforme M. Barbosa (2007), é justamente o papel de libertar o autor do próprio texto e as suas múltiplas significações que importa.<sup>259</sup> As tragédias cotidianas apelam para o imaginário e caminham entre sonho e realidade, e as ênfases às singularidades ajudam a cristalizar as imagens das narrativas: “o fato e a trama evocam uma realidade, tragédias que não puderam ser presenciadas, mas que foram sentidas através da narrativa produzida pelos repórteres, que passam a ver e ouvir por delegação e outorga desses mesmos leitores”.<sup>260</sup> Nesse sentido, o autor da notícia torna possível ao leitor ver e dizer lugares e sentimentos a partir de seu texto, inserindo-se dentro do “fluxo do sensacional”.

É preciso, pois, considerar essas publicações e seu conteúdo no espaço da recepção, já que é nesse universo que as mensagens adquirem sentidos. O receptor constitui um universo cultural complexo, explorados pelos veículos de comunicação de massa. Mas não são apenas as marcas textuais que produzem o protocolo da leitura. As marcas da edição são profundamente significativas. O leitor recebe um segundo tipo de instrução contido no próprio texto: a edição. A disposição na página, a ilustração, os cortes produzidos na narrativa, a tipologia empregada, a diagramação, tudo indica um leitor e uma forma de leitura.<sup>261</sup>

As fontes nos apontam para uma insistência da imprensa em criar alarmismo diante do cangaço, difundindo-o no imaginário social da época. No entanto, algumas das dificuldades em se trabalhar com o imaginário reside na tarefa de dimensioná-lo. É preciso estar atento para equacionar as diferenças entre a sensação de medo de que os jornais passam e o que se apresentava socialmente para os sujeitos que viveram naqueles tempos. Para tentarmos dimensionar empiricamente o medo, recorreremos às cartas de leitores presentes nas folhas analisadas. Este caminho nos parece viável para compreender como uma parte da sociedade estava experimentando o medo.

Deparamo-nos com 35 cartas publicadas na imprensa cearense e de estados vizinhos. São 18 cartas mapeadas nos jornais do Ceará com a maior concentração no ano de 1928 nos jornais *O Ceará* e *A Esquerda*, com sete e quatro, respectivamente. Encontramos mais três no jornal *A imprensa*, uma em 1925 e duas em 1926; no jornal *O Imparcial*, temos duas cartas durante o ano de 1927; já em 1925, temos mais uma presente no jornal *O Sitiá*, e outra n’*A Lucta* de 1920.<sup>262</sup> As missivas falaram muitos assuntos, mas o ponto de encontro entre elas

<sup>258</sup> CHARTIER, R. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, jan, 1995, p. 186.

<sup>259</sup> BARBOSA, M. *História cultural da imprensa*: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>260</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>261</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>262</sup> Nos estados vizinhos, encontramos 17 cartas de leitores assim distribuídas: jornal *O Norte*, da Paraíba, temos oito cartas, sendo seis de 1912, uma de 1914 e outra de 1918. Ainda na Paraíba, *O Jornal* apresenta duas cartas no

foi a temática do cangaço, dedicando-se a narrar os horrores cotidianos do avanço do banditismo nos sertões.

Algumas dessas cartas eram assinadas, informando ser de leitor assíduo ou de morador de determinada localidade, descrevendo como insuspeito o seu testemunho. Em outras, preferia-se manter o anonimato, preservando a identidade do missivista. Dessa forma, é comum encontrar nessas matérias a reclamação de autoria de “um leitor”, “pessoa respeitável e fidedigna”<sup>263</sup>, atribuindo o peso a mais de seriedade às informações citadas. Dentre aqueles que têm seus nomes grafados nos jornais, estacam-se os comerciantes, negociantes, estudantes, médicos, juristas e políticos (da situação e oposição).<sup>264</sup>

Em muitas matérias, os jornais anunciam que receberam “importante carta”, apresentando-a em seguida aos leitores. Há momentos de transcrição integral do conteúdo das missivas e, também, ocasiões em que se resume o seu teor, oferecendo ao leitor os principais pontos de relevância para o noticiário. Não são raros os casos de pedidos para que o “o ilustrado Redator” tenha o “obsequio de dar publicidade” a carta que se segue nas “columnas do vosso valoroso” jornal, acrescentando ser *O Ceará* um “esteio forte da imprensa cearense”.<sup>265</sup> Além disso, em muitas das edições em que se publicaram cartas de leitores, não se deixa de imputar o caráter de credibilidade, informando que a portadora da carta era “pessoa respeitável e fidedigna”.<sup>266</sup>

De Pernambuco, sabemos por carta publicada no *Jornal Pequeno* da ameaça de assalto a Garanhuns pelo cangaceiro Manoel Soares, “muito conhecido em os nossos sertões”. A população se armou e se preparou para revidar em caso de ataque.<sup>267</sup> Ação frequente, visto que o policiamento era deficitário. Outra missiva, encontrada no jornal *O Norte*, impresso paraibano, informava que os bandos de cangaceiros estão “tomando proporções espantozas” e se o presidente do estado não tomar providências urgentes, veremos “todo sertão na posse dos bandidos” aniquilando “as classes laboriosas”.<sup>268</sup>

Movimento semelhante ocorreu na imprensa cearense. Em carta publicada no jornal sobralense *A Imprensa*, ficamos sabendo que um grupo de cangaceiros incendiou a “residência

---

ano de 1924. De Pernambuco, temos duas cartas em 1912 e uma em 1913 no *Jornal Pequeno*, e mais cinco no *Jornal do Recife*, sendo uma de 1925 e quatro de 1926.

<sup>263</sup> A ESQUERDA, 1928; O CEARÁ, 1928.

<sup>264</sup> É importante lembrar que os comentários se referem especialmente a uma ala letrada e com certo poder aquisitivo. No entanto, não podemos descuidar das estratégias retóricas e da construção de muitas missivas que chegam a lembrar as próprias linhas editoriais das folhas nas quais figuram.

<sup>265</sup> O CEARÁ, 11/07/1928, p. 08.

<sup>266</sup> A ESQUERDA, 18/05/1928, p. 04.

<sup>267</sup> JORNAL PEQUENO, 14/04/1913, p. 03.

<sup>268</sup> O NORTE, 19/01/1912, p. 01.

do eleitor democrata Raymundo Theodoro, deixando toda sua família exposta ao campo”<sup>269</sup>, evidenciando a tensão entre grupos políticos rivais. Em periódicos da capital “cartas de diversos pontos da região sertaneja e do valle do Cariry”, falam do “abandono de propriedades agricolas e do exodo dos respectivos proprietarios, por absoluta falta de garantias”.<sup>270</sup>

Não há como mapearmos com precisão a recepção da leitura das folhas analisadas, mas podemos ter uma noção dos sentidos que elas buscam atribuir ao discutir o cangaço. Recorrer às cartas de leitores aparece como uma estratégia viável que nos permite entrever estas experiências. Há ainda várias chaves de interpretações e significados possíveis diante das leituras sobre essas notícias, boa parte delas valendo-se do apelo à civilização, à ordem e ao progresso. Outras são direcionadas aos governos e seu fracasso no combate ao banditismo. Mas elas também eram mobilizadas em momentos de pleitos para atacar e desqualificar adversários políticos. Há ainda matérias que buscam tecer explicações sobre o fenômeno, bem como sugerir formas de exterminá-lo, cruzando teorias (lombrosianas, religiosas, o meio e a raça,), ampliadas pela circulação de ideias e de novas técnicas.<sup>271</sup> Todos os elementos aqui descritos fazem sentido a partir do momento em que são discutidos, classificados e materializados em uma sociedade que encarcera o discurso sobre o cangaço dentro de uma ótica republicana civilizante, ameaçada pela ação dos bandos.

O historiador que trabalha com as narrativas de crime na imprensa precisa estar atento às motivações que levaram às suas publicações em detrimento de outras. Explorando as “notícias de sensação”, noticiar sobre o cangaço poderia servir como uma forma de fidelizar leitores e, também, ampliar a venda de jornais. Fruto ainda do contexto de ampliação dos grupos de cangaceiros nas zonas sertanejas, as notícias sobre o cangaço ultrapassam o enfoque financeiro, uma vez que elas foram mobilizadas também para atingir fins políticos, morais e civilizatórios. A partir das informações sobre o contexto de produção das notícias de crimes na imprensa do Ceará, em especial as narrativas de violência e medo quando nos referimos ao cangaço, discutimos na próxima seção o lugar ocupado por estas notícias nos jornais analisados.

## 2.2 O lugar das notícias sobre o cangaço

(...) Agora, ao que parece, vigorará a “indústria lampeonica”. Esta começou pelos jornaes, que nas últimas semanas têm arrancado nickeis “á beça” da

<sup>269</sup> A IMPRENSA, 29/12/1926, p. 01.

<sup>270</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01.

<sup>271</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

incauta população cidadina, avida por informes a respeito ao “ultimo cerco” do quasi lendário salteador nordestino.<sup>272</sup>

O início da experiência republicana foi marcado por mudanças políticas e sociais no cenário nacional. A posse de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902) como presidente do Brasil é, para R. Lessa (2019), um marco de ordenamento e rotinização da República.<sup>273</sup> Eleito durante um período de transição marcado pela instabilidade econômica, Sales buscou recuperar a confiança do comércio internacional e equilibrar o tesouro nacional.<sup>274</sup> Ademais, idealizou a chamada “política dos governadores”<sup>275</sup>, que oferecia apoio aos estados e fazia amplas concessões aos interesses regionais, buscando “chegar a um acordo básico entre a União e os estados”.<sup>276</sup> Esta postura objetivava ainda impedir as instabilidades políticas ao “confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intraoligárquicos transcendessem as fronteiras regionais”, além de tentar pôr um fim “às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, através do controle da escolha de deputados e senadores”.<sup>277</sup>

Entretanto, esta medida pode ser lida como responsável pelo fortalecimento de muitas oligarquias, visto que a sustentação dos grupos dominantes passou para o governo federal<sup>278</sup>, que, em troca, votava com o governo, ajudando a eleger seus candidatos e mantendo a oposição longe do poder.<sup>279</sup> Nesse jogo, os municípios ganhavam prestígio, e os coronéis dominavam o cenário político local, controlando os votos por meio de fraudes, ou da violência em benefício do presidente. Assim, ocorria a manutenção dos interesses dos grupos dominantes, ampliando as alianças e as redes de favores.<sup>280</sup>

Esta relação aponta para a manutenção de alguns quadros específicos da primeira fase da experiência republicana, como o caso, pensando nos sertões, da aproximação entre

<sup>272</sup> O IMPARCIAL, 06/06/1927, p. 01.

<sup>273</sup> LESSA, R. Campos Sales e a rotinização da República. In: BACHA, E. *et. al.* **130 Anos**: em busca da República. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

<sup>274</sup> LESSA, R. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 3ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

<sup>275</sup> É preciso atentar, conforme observa C. Viscardi (2001), para algumas leituras que apontam certa idealização da Política dos Governadores e o controle dos conflitos no interior dos estados. Some-se a isso as críticas a ideia de “esvaziamento da soberania do Legislativo”, o que na prática, não aconteceu, sustenta autora. Mais detalhes ver VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte, Ed. Arte, 2001, p. 33.

<sup>276</sup> FERREIRA, M. de M.; SÁ PINTO, S. C. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In.: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – vol. 1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 375.

<sup>277</sup> *Idem*, p. 375.

<sup>278</sup> *Idem*, p. 376.

<sup>279</sup> SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo**: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938). 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a.

<sup>280</sup> SCHWARCZ, L. M. STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

cangaceiros e chefes de potentados rurais. Com a relativa autonomia e relevância política que os municípios assumiam, ganhavam espaço e força as ações dos coronéis. Este poder, fruto da junção “de formas desenvolvidas do regime representativo” e “uma estrutura econômica e social inadequada”<sup>281</sup>, era exercido ao sabor dos desejos dos chefes locais, que gozavam “de uma ampla autonomia *extralegal*”<sup>282</sup>, fazendo prevalecer a sua opinião “em tudo quanto respeite ao município, mesmo em assuntos que são da competência privativa do Estado ou da União”.<sup>283</sup>

É possível dizer que havia certa tolerância à atividade cangaceira, inclusive sendo requisitados os seus serviços pelos coronéis para o exercício da dominação pela violência. Afinal, “organizar cangaço” foi uma estratégia recorrente por parte de “homens de certas responsabilidades” e de “famílias importantes”, conforme observamos na mensagem enviada à Assembleia do Estado do Ceará.<sup>284</sup> Argumentamos que esta relação de simbiose reflete nas notícias sobre o cangaço publicadas na imprensa ao longo da primeira década do século passado. A crítica, em especial ao modelo republicano, é expressa nas matérias que versavam sobre a temática. Nas tabelas a seguir (Tabelas 2 e 3), podemos ter uma ideia da distribuição das notícias entre os anos 1912 e 1920.

**Tabela 2**

**Quantidade de notícias sobre o cangaço na imprensa cearense na década de 1910**<sup>285</sup>

JORNAIS	PERÍODO (1912-1920)								SUBTOTAL
	1912	1913	1914	1915	1917	1918	1919	1920	
A Lucta			01	05			04	07	17
A Ordem					02		05		07
Gazeta do Cariry					01	04			05
O Araripe							02	03	05
Unitário	27	80							107
Folha do Povo	23	117							140
<b>Total</b>									<b>281</b>

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará; BECE, Biblioteca Nacional-RJ. Elaborada pelo autor.

<sup>281</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43.

<sup>282</sup> *Idem*, p. 69

<sup>283</sup> *Idem*, p. 69. Grifo do original.

<sup>284</sup> AL-CE, 01/07/1915, p. 13.

<sup>285</sup> Não encontramos notícias durante o ano 1916 nos jornais estudados.

As notícias sobre o cangaço estão distribuídas de inúmeras formas ao longo dos jornais selecionados para nossa análise. Elas aparecem em uma profusão de gêneros textuais, demarcando a grande variedade de exploração possível no jogo de construção das notícias publicadas na imprensa cearense. Nesta seção, buscamos observar estas narrativas em sua materialidade: a sua distribuição nas folhas (quando aparecem e em quais páginas, possui coluna fixa?); quais os principais gêneros textuais mobilizados (notícia, telegramas, crônicas, anúncios publicitários, reportagens) e, também, as palavras empregadas na sua composição (as marcas discursivas ao se referir ao tema).

Há uma série de questões que podem ser levantadas para pensarmos na quantidade diminuta do noticiário sobre o cangaço durante a mencionada década. O primeiro ponto a ser destacado é o caráter lacunar dos jornais analisados, isto é, não terem sido preservadas todas as suas edições, ou estas apresentarem páginas desgastadas, impossibilitando o manuseio e a leitura. Além disso, as notícias podem variar de acordo com o processo histórico na qual elas estão inseridas. A agitação causada pelo aumento dos grupos independentes colocou o cangaço nas primeiras páginas dos principais jornais em circulação.

Outros eventos, como a Sedição de Juazeiro (1914) no Ceará e o constante movimento de deposição de chefes de potados rurais, também causaram debates calorosos nas folhas de toda região durante toda a década de 1910, como se pode notar pela quantidade de notícias presentes no jornal *Unitário* e na *Folha do Povo*. Enquanto o segundo publicava notas falando sobre a repressão ao banditismo no governo de Franco Rabelo, em especial no ano de 1913, o primeiro dedicou inúmeras críticas à campanha, acusando-as de fajuta e ineficiente, haja vista o crescimento dos grupos de cangaceiros nos sertões noticiados com frequência pelo periódico. Na década seguinte, a movimentação da Coluna Prestes (1926), o ataque à cidade de Mossoró (1927) e as façanhas atribuídas a Lampião recolocam o cangaço em evidência.

Outro ponto ao qual devemos estar atentos é considerar também o processo de consolidação dos jornais e seus interesses mais imediatos e o seu lugar na arena política do período (situação, oposição, político, noticioso). Além disso, um jornal que é diário tende a apresentar mais notícias do que um que é semanário. Para termos uma ideia, vejamos o caso d'*A Gazeta do Cariry*, que publicou apenas uma matéria durante todo o ano de 1917. Talvez isso tenha se dado, entre outras coisas, pelo fato da folha ter voltado as suas publicações para os problemas em torno da “Grande Guerra”<sup>286</sup> e da “influenza hespanhola”. Já no jornal *O*

---

<sup>286</sup> Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

*Araripe*, encontramos cinco menções ao cangaço entre 1919 e 1920. Todavia, o periódico esteve durante a maior parte desse período preocupada com os efeitos da seca de 1919 no “oásis do sertão”. Havia a preocupação de se construir na imprensa uma imagem diferenciada para esta região em contraponto ao que se anunciava em outros jornais do Ceará.<sup>287</sup> A maioria das notícias visava afastar a ideia de que o Cariri cearense era uma terra dominada pelas “forças nefastas do cangaço”.

Durante a década de 1920, a quantidade de notícias ampliou-se consideravelmente (um crescimento de mais de 130%), se comparada aos anos anteriores. Este movimento nos permitiu perceber a urgência que o tema ganhou ao longo dos anos nos jornais do Ceará, indo da pequena menção no pé da quarta página à manchete em “letras redondas”, com chamadas sensacionais na página de abertura do jornal.

**Tabela 3**  
**Quantidade de notícias sobre o cangaço na imprensa cearense na década de 1920**

JORNAIS	PERÍODO (1921-1928)								SUBTOTAL
	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	
A Lucta	3	14	6	03					26
A Ordem			3	2	9	1	13	10	38
O Sitiá					02	10	8		20
A Imprensa					12	19	14		45
O Nordeste		11	26	12	02	64	213	09	337
O Ceará								113	113
A Esquerda								78	78
Gazeta do Cariry			1					11	12
<b>Total</b>									<b>669</b>

Fonte: BNDigital; Instituto Cultural do Ceará; BECE, elaborada pelo autor.

É possível notar que, durante os anos vinte, houve uma grande ampliação das notícias de violência e medo quando se tratava de noticiar sobre o cangaço, fruto, entre outras coisas, dos aperfeiçoamentos técnicos e dos recursos linguísticos indispensável às “notícias de

<sup>287</sup> ALENCAR, J. J. G. **Intelectuais no Sertão: O Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910)**. 1ª ed - Fortaleza: Quitanda Soluções Criativas, 2021.

sensação”<sup>288</sup> de uma imprensa consolidada e que caminhava para os contornos de empresa capitalista.<sup>289</sup> Além disso, como nos alerta Darnton (1995), o jornalista tende a escrever “para causar impressão em seus pares”<sup>290</sup>, buscando galgar um espaço profissionalmente.

Esta ampliação pode ser relacionada densamente com a conjuntura do sistema político dos anos 1920. O início da supracitada década foi marcado por transformações intensas e pela crise no modelo republicano. M. Ferreira e Sá Pinto (2018) apontaram que 1922 foi um ano de significativas mudanças no cenário cultural e político do Brasil, com a Semana de Arte Moderna, as tensões em torno das eleições para presidência da República, a fundação do Partido Comunista, o movimento tenentista e o centenário da Independência, que “foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República”.<sup>291</sup>

Não se pode perder de vista a insatisfação de estados de “segunda grandeza” e o papel que desempenhavam naquele cenário político, potencializado pela concentração do poder entre São Paulo e Minas. A Reação Republicana, como ficou conhecido o movimento, criticava a imposição dos nomes de Artur Bernardes e Urbano Santos para as eleições presidenciais, “lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e J. J. Seabra à presidência e vice-presidência da República em convenção realizada em 24 de junho de 1921”.<sup>292</sup> Longe de ser uma ruptura direta com o sistema, vista a ideia de modernização conservadora que conduzia as transformações nacionais capazes de conviver com o autoritarismo político e o conservadorismo social<sup>293</sup>, este movimento representou muito mais a “construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação” de grupos oligárquicos de “segunda grandeza” no poder.<sup>294</sup>

Sobre esta sub-representação, o jornal *A Esquerda* lamenta, anos mais tarde, que, mesmo diante das múltiplas crises que avassalam o Ceará, o estado, “infelizmente, não conta no Rio senão cães esqualidos e insaciáveis cujas dentuças vivem abocanhando o erário e cujas

---

<sup>288</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>289</sup> SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

<sup>290</sup> DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 85.

<sup>291</sup> FERREIRA, M. de M; SÁ PINTO, S. C. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In.: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – vol. 1**. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 373.

<sup>292</sup> *Idem*, p. 378.

<sup>293</sup> CARVALHO, J. M. de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: CARVALHO, J. M. de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2021.

<sup>294</sup> FERREIRA, M. de M; SÁ PINTO, S. C. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – vol. 1**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 379.

linguas, em baboujar peçonhento, passam o tempo a lambar as sandalias assetinadaas”<sup>295</sup> dos poderosos, fingindo não ver suas ações por mais degradantes que sejam.

A crítica ao modelo oligárquico já vinha se construindo ao longo do tempo em vários setores. Um bom exemplo é o *Manifesto Acadêmico à Nação Brasileira*, publicado ainda em 1904, no *Jornal do Ceará*, assinado por diversos acadêmicos de escolas superiores da capital federal, clamando que era “preciso salvar o Brasil” e isso passava pela extinção das “oligarchias odientas e sem escrúpulos, creadas por uma federação que nos deshonra”.<sup>296</sup> A insatisfação com a República vinha justamente da manutenção de antigos problemas residuais do Império. Afora isso, soma-se a imagem saudosa e paternalista do imperador, ainda incrustada no imaginário.

O banditismo apresenta um dos principais elementos ligados a esta herança. No jornal *A Esquerda*, encontramos que o bandido, fruto “de questões políticas, de família ou de terra”, desempenhou importante papel tanto no Império, quanto na República, sendo figura indispensável nas eleições e nas empreitadas sinistras.<sup>297</sup> Estava evidente para os críticos do modelo que o banditismo “(...) estava intimamente relacionado às alianças com os poderes políticos” e que “havia uma estreita relação de interesses entre bandidos, chefes locais e representantes da ordem”.<sup>298</sup>

Com os dados da Tabela 3, podemos nos questionar até que ponto o aumento das notícias tem a ver com as mudanças e com as crises dos anos 1920? Dentro deste quadro mais amplo, o combate ao cangaço ganhou força na década de 1920, destacando-se como mais um aspecto da crise do modelo oligárquico, sendo um ponto de fissura do poder dos coronéis e marca de sua decadência. A aproximação entre chefes políticos e cangaceiros passou a ser duramente criticada nos impressos, especialmente a partir da atuação de Lampião e seu grupo. Portanto, observando as demandas dos estados nordestinos, o cangaço era uma marca do atraso oligárquico e um entrave à civilização.<sup>299</sup>

Pensando nas singularidades da região, é possível perceber a sua relação e diálogo com questões de interesse nacional, como as disputas em torno das ideias de modernização e diversificação do mundo rural brasileiro. Este ruralismo, na concepção de S. R. Mendonça

<sup>295</sup> A ESQUERDA, 07/03/1928, p. 02.

<sup>296</sup> JORNAL DO CEARÁ, 08/06/1904, p. 01.

<sup>297</sup> A ESQUERDA, 25/04/1928, p. 01.

<sup>298</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 197.

<sup>299</sup> Esta ideia, desde o século XVIII (a partir do Iluminismo, quase como sinônimo de progresso), desponta como argumento de autoridade, presente em vários discursos políticos, apresentando-se como um valor incontestável, marca de transformação positiva, acabamento e melhoramento nacional. Ver SÁ, M. E. N de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação – Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

(1997), deve ser entendido como “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre divergentes”,<sup>300</sup> dentro da ideia da vocação agrícola do país e seus agentes disciplinadores (o trabalhador nacional, a educação) e a construção da ideia de atraso do campo, que aparecem com frequência nos impressos. Na nossa leitura, o cangaço emerge como um grave problema que impedia os processos de transformação e as potencialidades que os sertões ofereciam.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, as notícias sobre o cangaço ganham contornos que ultrapassam o simples noticiar. As matérias que versavam sobre o tema serviram também de arma política, uma vez que associar este ou aquele sujeito de envolvimento ao cangaço era uma forma de lhe tolher o prestígio perante a sociedade. Afinal, como escreve o jornal de Natal *A República*, “Uma das pechas mais deprimentes que o povo nordestino pôde atirar as faces dum administrador é a protecção ou complacência para com o banditismo”.<sup>301</sup> Não por acaso há um aumento das notícias sobre o cangaço e sua associação aos grandes fazendeiros e aos chefes locais de prestígios durante os momentos de pleitos.

Some-se a isso o desejo de se explicar os problemas sociais no espaço sertanejo, que passaram a ser direcionados a explicações que partiam dos “desajustados”, dos “anormais”, das “classes perigosas”, encontrando no cangaceiro o seu principal expoente. Nesse momento, os grandes jornais em circulação passaram a estampar em suas páginas inúmeras matérias com entrevistas concedidas por médicos e juristas, elaborando teorias que buscassem explicar e expurgar dos sertões esses sujeitos. Ganham força as explicações deterministas associadas ao darwinismo social e às teorias lombrosianas<sup>302</sup>, destacando-se, assim, além da circulação de sujeitos e práticas, a constante movimentação de ideias ao longo do tempo nos espaços analisados.<sup>303</sup>

Conforme anunciamos, as páginas dos jornais apresentam uma enorme variedade de gêneros textuais, nos quais encontramos materializada a temática do banditismo sertanejo. Nestas folhas, estão presentes inúmeros contos, crônicas, notícias, versos, literatura de cordel, cartas, telegramas, reportagens, fotografias, anúncios publicitários, marchinhas de carnaval e canções espalhadas nos periódicos cearenses. Na tentativa de oferecer uma melhor visualização

---

<sup>300</sup> MENDONÇA, S. R. de. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo, Hucitec, 1997.

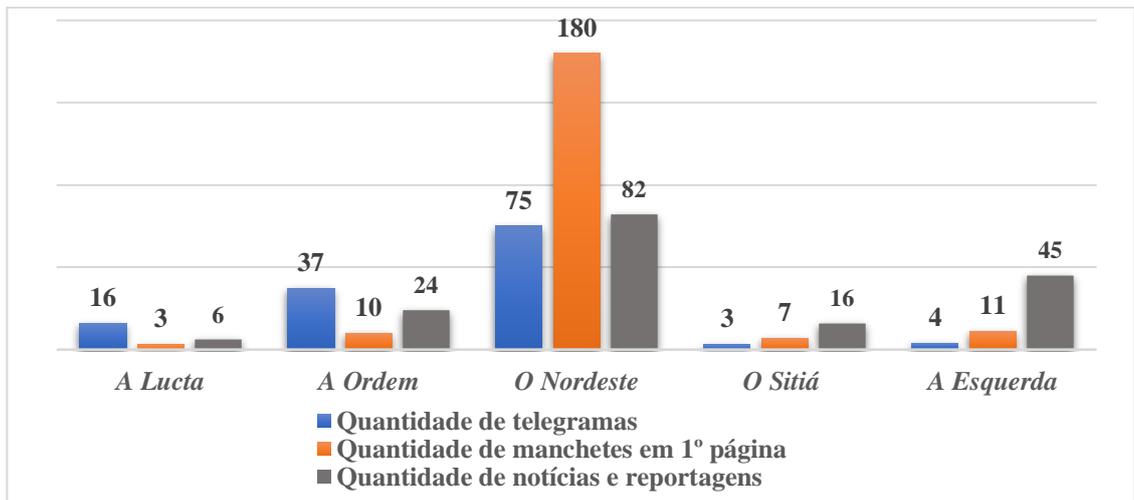
<sup>301</sup> A REPÚBLICA, 23/03/1928, p. 01.

<sup>302</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>303</sup> DE VITO, C. G. History without scale: the micro-spatial perspective. **Past and Present**, v. 242, Supplement 14, 2019.

do movimento e distribuição das notícias sobre o cangaço encontradas na imprensa cearense, elaboramos, a seguir, um gráfico quantificando os telegramas, as notícias, as reportagens e o espaço ocupados por eles nos jornais.

**Gráfico 1**  
**Notícias sobre o cangaço na Imprensa Cearense (1914-1928)**



**Fonte:** BNDigital; BECE, elaborado pelo autor.

Ao observarmos o gráfico, percebermos que a forma como se comportam as notícias varia bastante de um jornal para outro.<sup>304</sup> Em um primeiro momento, um elemento nos chama atenção: dos cinco jornais que aparecem no gráfico, três deles apresentam uma grande quantidade de telegramas em suas páginas.<sup>305</sup> Desta feita, este será o primeiro ponto de nossa análise. O telegrama possui uma função social muito bem definida, isto é, o seu caráter informativo e direto, geralmente usado quando se deseja comunicar informações urgentes em um curto espaço de tempo e de forma sucinta. Assim, os gêneros são formas de ação e interação sociais ligados de múltiplas formas ao trato cotidiano da língua.<sup>306</sup>

Entre os anos 1914 e 1920, o número de telegramas que mencionavam a ação e/ou prisão de cangaceiros foi de apenas seis no jornal *A Lucta*. Ele levou em conta principalmente

<sup>304</sup> Aqui levamos em conta apenas os telegramas, as notícias em primeira página e as reportagens.

<sup>305</sup> É possível, ainda, traçar um perfil de parte dos autores dos telegramas, composto em sua maioria de informações oficiais, partindo de Chefes de Polícia dos Estados estudados. Outros eram de políticos locais, fazendeiros, comerciantes e outros atores sociais. Sobressaiu-se, no entanto, o anonimato, com apenas algumas referências a situação do autor, “um infeliz pai de família”, como se observa na edição de 30 de maio de 1926 d’*O Sitiá*.

<sup>306</sup> MILLER, C. R. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis 1994. p. 23-42. (Originalmente publicado em: *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, p. 151-167, 1984). Ver também: MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

as incursões de bandoleiros no Ceará vindos dos estados limítrofes. Quando avançamos na década de 1920, ou seja, de 1921 até 1924, o número de telegramas sobe para dez.<sup>307</sup> A maioria aparece na seção “Últimas Notícias do Mundo Inteiro”, responsável pelos telegramas e notícias curtas. O telegrama de final de setembro informa a chegada do comandante do 23º BP e inspetor da polícia militar, Felipe Galvão, à cidade de Guaramiranga, “onde encontrará [Justiniano] Serpa para conversar sobre a repressão do banditismo no Cariry”.<sup>308</sup>

Movimento semelhante aconteceu no jornal *A Ordem*, quando durante os anos de 1916 até 1920, a quantidade de telegramas foi de apenas seis, para 31 entre os anos 1921 e 1929. Aparecendo um grande volume em 1927, em decorrência do malfadado ataque à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, quando, segundo se lê na seção “Telegrammas”, por exemplo, “na lucta Lampeão perdeu oito homens e os restantes fugiram aterrorizados”.<sup>309</sup> No ano anterior, o jornal alertava as autoridades e a comunidade que “Os cangaceiros continuam dominando toda zona sul do Estado”.<sup>310</sup>

Já no jornal *O Nordeste*, da capital cearense, de sua fundação em 1922 até 1928, foram registrados 75 telegramas com menções sobre o cangaço, boa parte delas em dois momentos específicos. A primeira com a visita de Lampeão ao “Joazeiro do Padre Cícero”, no ano de 1926: “Crato 5 – Desde ontem encontra-se no Joazeiro, com um grupo de 50 cangaceiros, o célebre bandido Lampeão. Não tem, porém, provocado absurdos”<sup>311</sup>, informa o telegrama. A segunda, sobre a marcha de Massilon Leite, Lampeão e Sabino Gomes pelos limites do estado do Ceará em fuga após o ataque ao município de Mossoró no ano seguinte, em 1927.<sup>312</sup>

O crescente número de telegramas nos anos vinte pode ser explicado por pelo menos duas razões. A primeira delas diz respeito ao aumento da ação de grupos independentes nos sertões. B. Pericás (2010) comenta esse aumento nos espaços sertanejos com ações sempre descritas por sua assustadora violência. Com mais de 50 grupos agindo nos sertões entre 1919 e 1927, com líderes mais destacados e com importantes redes de relações contando com pessoas de relevo da sociedade, podemos ter uma dimensão da quantidade indivíduos e sua dilatada área de atuação. Diante disso, os estados preocupavam-se principalmente em “se defenderem das

---

<sup>307</sup> O ano de 1924 marca a data de fechamento d’*A Lucta* em decorrência do assassinato de seu diretor, Deolindo Barreto.

<sup>308</sup> *A LUCTA*, 27/09/1920, p. 03.

<sup>309</sup> *A ORDEM*, 16/06/1927, p. 01.

<sup>310</sup> *A ORDEM*, 18/06/1926, p. 04.

<sup>311</sup> *O NORDESTE*, 06/03/1926, p. 01.

<sup>312</sup> *O Jornal do Recife*, de Pernambuco, apresenta 80 telegramas coletados. No *Diário do Piauí*, constam apenas três durante o ano de 1912. No *O Jornal*, da Paraíba, são 21 entre os anos 1923 e 1924. Ainda estamos coletando o material referente ao jornal *A República*, do Rio Grande do Norte, nos deparamos com 19 notícias durante os anos 1923 e 1928.

ameaças à sua dominação, que grassavam na própria região, como a representada pelo cangaço, que nos anos 20 alcança, com o grupo de Lampião, maior visibilidade e parece representar um perigo cada vez maior para a ordem social”.<sup>313</sup>

E aqui chegamos à segunda explicação: a partir de 1925, em especial nos jornais do Ceará, a ênfase noticiosa recairá em Lampião e seu grupo. Com ações cada vez mais violentas e audaciosas, as menções ao cangaço lampeônico são um exercício para desenvolver as “notícias de sensação”. Como esta publicada pelo jornal *O Sitiá*: “É de domínio publico a serie interminável de proezas praticadas por uma horda de malfeitores que, nas paragens nordestinas, obedece ao mando do maior bandoleiro dos nossos dias – o famigerado Virgulino Ferreira da Silva, por antônimo, LAMPEÃO!”<sup>314</sup>

P. de Mello (2011) também alude à década de 1920 com seu auge no ano de 1926, com o “(...) cangaço do mosquetão, do ‘parabellum’, da bala de aço furando pé-de-pau (...) do bando de cento e cinquenta homens, do ataque a cidade de luz elétrica, das primeiras páginas quase diárias dos jornais, da orgia – até financeira – dos trovadores populares”.<sup>315</sup> Em maio de 1927, no jornal *A República*, de Natal, lamentava que o estado não estivesse tão inume à ação dos bandoleiros, citando as invasões constantes durante aquele ano em comparação aos anos anteriores. O inesperado ataque, escreve o jornal, causou “sensíveis danos” e a “morte de um commerciante”. Além disso, “Vários estabelecimentos commerciaes daquela cidade foram incendiados”.<sup>316</sup> Em 1928, n’*A Esquerda*, podemos ler que “o cangaço firmou o seu império no Nordeste, só faltando exigir que o reconheça o governo na União. Pelos modos, não há de tardar”<sup>317</sup>, tamanhas eram as ações dos novos grupos.

Em jornais de estados vizinhos, a dinâmica é semelhante.<sup>318</sup> No *Jornal do Recife*, de Pernambuco, boa parte das notas mais rápidas encontra-se na seção “Notícia diversas”. O *Diário do Piauí*, órgão político a serviço do estado, apresenta uma quantidade menor de notícias, algumas figurando na seção “Várias Notícias”. *O Jornal*, da Paraíba, traz inúmeros comentários em seus “Ineditoriais”, além de muitas notas na seção “Chefeatura de Policia”. E, por fim, *A República* do Rio Grande do Norte tem várias notícias espalhadas em diversas partes

<sup>313</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nordestino, uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013a, p. 140.

<sup>314</sup> O SITIÁ, 15/11/1925, p. 03.

<sup>315</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 96-97.

<sup>316</sup> A REPÚBLICA, 13/05/1927, p. 01.

<sup>317</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01.

<sup>318</sup> No jornal *O Norte*, da Paraíba foram coletadas cerca de 70 notícias e reportagens em primeira página; De Pernambuco no *Jornal Pequeno* catalogamos 18; no *Jornal do Recife* o número sobre para 45; em contraste com o jornal *Diário do Piauí*, contando apenas 05;

da folha, destacando-se a cobertura ao ataque de Lampião à cidade de Mossoró, “(...) defendida por cerca de 300 homens, entre soldados da policia e civis”.<sup>319</sup>

É durante a década de 1920 que veremos a migração das notícias, normalmente na terceira e quartas páginas mudarem para a primeira folha. Foram inúmeras manchetes em primeira página que exploraram, com chamadas sensacionais, as ações dos grupos de cangaceiros que grassavam os sertões, em especial Lampião e seu bando. Em letras garrafais, podemos ler n<sup>o</sup> *A Esquerda*: “O IMPERIO DE LAMPEÃO”.<sup>320</sup> No jornal *A Ordem*, lemos sobre “Um conflicto em Missão Velha” e que “Lampeão ataca a villa de Maurity”<sup>321</sup> e *O Sitiá* lembra do “inqualificável bandido”, Lampião e sua “actuação maléfica”<sup>322</sup> em Pernambuco, na Paraíba e no Ceará.

Quando se trata das narrativas presentes em *O Nordeste*, a tensão parece ser ainda maior. Isso porque, em 1927, o jornal passou a contar com duas edições diárias e a sensação era a de que o medo se fazia presente constantemente. Ao folhear as páginas do jornal, sabemos que, no dia 10 de agosto, “Sabino Ameaça Limoeiro”. Em seguida, na edição da tarde, continuam as narrativas: “Barbalha é atacada por um grupo de malfeitores”, e o interior está refém da “sanha do bandoleirismo”.<sup>323</sup> Nesta mesma edição, o periódico informa que o Baixo Jaguaribe estava apavorado, pois “Massilon continua sua obra de vandalismo”.<sup>324</sup>

Nesse mesmo período, se intensificam as reportagens sobre o cangaço, boa parte delas também ocupando a primeira página, e traziam as últimas atualizações sobre o tema e o motivo para sua perpetuação e extinção do banditismo na sociedade sertaneja.<sup>325</sup> O jornal aparece como um espaço privilegiado para este debate. Nas folhas do Ceará e estados vizinhos, o saber médico e o saber jurídico ditavam os caminhos para se entender o fenômeno. Os discursos destes dois grupos estavam especialmente voltados para o direcionamento da nação, seus problemas e as melhores soluções para saná-los.<sup>326</sup>

O historiador e sociólogo Oliveira Viana, o professor e jurista Jader de Carvalho, o médico Barreira Cravo e o escritor Gustavo Barroso, por exemplo, são responsáveis por algumas dessas matérias. “Guerra de morte ao banditismo”, “O Problema do Cangaço” e “O Exército e o Sertão”, estiveram presentes em *O Sitiá*, *A Esquerda* e *O Nordeste*, além de serem

<sup>319</sup> A REPÚBLICA, 14/06/1927, p. 01.

<sup>320</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01.

<sup>321</sup> A ORDEM, 31/10/1925, p. 01.

<sup>322</sup> O SITIÁ, 16/03/1927, p. 01.

<sup>323</sup> O NORDESTE, 10/08/1927, p. 01.

<sup>324</sup> O NORDESTE, 10/08/1927, p. 04.

<sup>325</sup> *A Esquerda* apresenta 45 notícias e reportagens só no ano de 1928, de janeiro a agosto.

<sup>326</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

replicados em folhas de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo. Geralmente estas reportagens são compostas em colunas fixas e assinadas, com ênfase para os “Editoriais”, no caso do jornal *A Esquerda*. Aqui destacamos estes espaços nas folhas, pois é um dos raros momentos a que temos acesso aos nomes dos envolvidos na construção da matéria: “geralmente identificam a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas”.<sup>327</sup>

Em primeira página, a matéria intitulada “Guerra de morte ao banditismo” é anunciada com letras enormes e trata-se de uma carta do seu colaborador Dráurio Barreira Cravo, um médico “com profundo conhecimento de causa”.<sup>328</sup> São dele as primeiras contribuições publicadas no jornal *O Sitiá* sobre o Lampião e o aspecto nocivo do banditismo nos sertões. A reportagem informa os bons frutos colhidos pelo governo paraibano em sua empreitada no combate ao “famigerado salteador” e tece uma crítica ao presidente cearense, Moreira da Rocha, pedindo uma ação mais contundente como a de seu vizinho. Após a publicação da carta, podemos ler os comentários do diretor, que questiona algumas das informações do médico, em especial a quase displicência do governo do Ceará com relação ao extermínio do banditismo. O texto preenche todas as cinco colunas da primeira página, na qual podem-se observar ao centro fotos do presidente da Paraíba, João Suassuna e de Barreira Cravo, terminando na página seguinte.

No ano seguinte, o médico, sociólogo, político e escritor Xavier de Oliveira e, também, colaborador do jornal *O Nordeste* expunha seu pensamento apontando caminhos para a extinção da “praga do cangaceirismo”. O autor comenta em entrevista um projeto que visava colocar batalhões do exército nos sertões do Nordeste<sup>329</sup>, alegando que “para civilizar o sertão são necessários dois elementos: a cruz e a espada, símbolos das duas forças que governam o mundo: – a fé e a lei”.<sup>330</sup> É interessante perceber na matéria o “apelo ao ‘O Nordeste’” (uma folha religiosa) e a constante recorrência aos elementos da fé católica como uma forma de justificar e defender a implantação do batalhão “para o bem do Nordeste, do Ceará e do seu sempre querido Cariri”.<sup>331</sup> Três dias antes, isto é, em primeiro de setembro de 1927, o referido jornal já estampava em primeira página uma discussão sobre o projeto e seus ganhos.

<sup>327</sup> CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007, p. 262.

<sup>328</sup> O SITIÁ, 20/12/1925, p. 01.

<sup>329</sup> Apesar de duramente criticado, o autor já vinha defendendo este pensamento em livros de sua autoria como o *Beatos e Cangaceiros* (1920). Além disso, publicou artigos defendendo esta tese em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>330</sup> O NORDESTE, 03/09/1927, p. 01.

<sup>331</sup> *Idem*, p. 01.

Em 1928, o artigo intitulado “O Problema do Cangaço”, ocupou três das cinco colunas da primeira página do jornal *A Esquerda*. A discussão se estendeu e foi concluída na quarta página. Nesse artigo, há uma tentativa de explicação para o fenômeno não pelo viés educacional ou da “politiquice”, como pode-se ler na folha: “é uma questão econômica, agravada e aprofundada por aqueles factores”.<sup>332</sup> O articulista Elias Malmann elenca o fenômeno como um grave problema social a ser resolvido. Os apelos para uma melhor distribuição de terras e educação são evidentes. No entanto, apesar de apontar para este caminho, o autor se dirige para visões deterministas ao mencionar que o sertanejo pobre e de poucas letras é mais facilmente seduzido pela vida cangaceira ao demonstrar sua tese.<sup>333</sup>

Aparecem ainda nos jornais cearenses dois gêneros textuais de destaque: as marchinhas de carnaval e os anúncios publicitários.<sup>334</sup> As primeiras tecem críticas ao governo cearense, à carestia e à inoperância da segurança pública e outros elementos que são trabalhados em versos e com humor nas folhas. No segundo, percebemos também a leitura da realidade histórico-social, dessa vez preocupada com a compra/venda de serviços e produtos. Dessa forma, diante da atenção que o cangaço ganhou dentro da imprensa, ele acabou tornando-se tema dos mencionados gêneros textuais nas folhas cearenses.

Dos jornais analisados, *O Ceará* é o que apresenta marchinhas de carnaval nas quais são mencionados elementos ligados ao cangaço ou à vida cangaceira. Destacam-se três marchinhas presentes nas edições de 06 e 08 de janeiro e na edição de 17 de fevereiro, todas no ano de 1928. A primeira delas cantada pelo grupo “Vapor Paulo”, no Benfica, comemorando o seu “desalmado assalto carnavalesco”, diz:

A estratégia do Carlos foiou!  
Isaias o cercado queimou!  
Lampeão de escova o azulou!  
E Moysés nesse caso bufou!<sup>335</sup>

A marchinha do “audacioso grupo” faz referência ao rompimento do cerco ao cangaceiro Lampeão, que, mesmo diante de intensa perseguição por polícia de quatro estados,

<sup>332</sup> A ESQUERDA, 27/01/1928, p. 01.

<sup>333</sup> É importante frisar que muitos dos chefes mais célebres de cangaço provinham de famílias de posses, ou seja, não é uma exclusividade da população sertaneja pobre.

<sup>334</sup> Os cordéis estão presentes em enorme quantidade em jornais de Juazeiro do Norte nos anos 1909 a 1911. No jornal *O Rebate*, por exemplo, eles aparecem em coluna fixa chamada *Lyra Popular*. Boa parte dos versos faz menção ao cangaceiro Antônio Silvino, como os versos do cordelista Leandro Gomes de Barros presentes no periódico. Outros são encontrados no jornal *A Razão*, na seção “Favos & Travos” na década de 1930, ver SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938)**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a.

<sup>335</sup> O CEARÁ, 08/01/1928, p. 06.

ainda conseguiu escapar, deixando o Major Moisés Figueiredo desmoralizado. Nessa mesma linha, segue a marchinha cantada pelo “Grupo do seu Chiquinho”, que anunciava as marchinhas que seriam tocadas na sua grande folia. No trecho de uma delas, podemos encontrar mais uma menção ao cangaço:

O Nordeste Mirim se acabô  
Na ózença do seu Déretô  
A pulisça volante matô  
Vinte e dois, do sertão o terrô<sup>336</sup>

No caso da marchinha acima, a ação policial que terminou com a morte de João Marcelino, o João 22, que é cantada na estrofe destacada. Percebe-se ainda o elemento do horror materializado também nos versos carnavalescos. A festa era um momento no qual se estabelecia, em certa medida, uma anulação da hierarquia existente na cidade, dominando o que podemos chamar de “anarquia tolerável”. Os foliões festejavam o “pandemônio carnavalesco” e faziam “grandes assaltos”, esquecendo momentaneamente os problemas presentes em suas vidas.<sup>337</sup> Uma inversão da ordem, “confusão, desordem, alegria, berros” para espantar a tristeza e reinar a alegria, escreveu o jornal.

O outro gênero textual que chamou atenção foi o anúncio publicitário. Conforme destacado anteriormente, os elementos do cotidiano são importantes para a construção da publicidade e para que ela atinja seu fim. Normalmente dispostas na quarta página dos periódicos, inúmeros serviços e produtos são oferecidos apelando para estratégias discursivas que visam convencer o leitor a comprar o que está sendo vendido. Segundo J. da Silva (2009), o discurso publicitário,

Desde sua concepção até a circulação, (...) essa evidencia da cultura – carrega consigo uma infinidade de padrões (da estética, da moda, da música, do corpo, das artes visuais...) que, por fim, trazem à tona elementos significativos para a compreensão de valores arraigados na sociedade e construídos e construtores de nossas subjetividades.<sup>338</sup>

Nesse sentido, voltamos nossa atenção para a potencialidade do cangaço como um tema vendável, portanto, apropriado pela imprensa do Ceará em seus anúncios. São três

<sup>336</sup> O CEARÁ, 08/01/1928, p. 09.

<sup>337</sup> A esse respeito, a marchinha também de 17 de fevereiro é bastante ilustrativa. Na edição de 17/02/1928 do jornal *O Ceará* (p. 08), a composição de Anrique Cirigola diz que “Tudo isquece a vida crua / A carne cara e o pão, / A sebozêra das rua / E a policia e a Lampião”.

<sup>338</sup> SILVA, J. P. da. **Um Brasil em pílulas de 1 minuto: História e cotidiano nas publicidades das décadas de 1960-80.** 2009. 237f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

anúncios de produtos diferentes que se aproveitam de elementos do cangaço e/ou da vida cangaceira para expor a potencialidade do produto que está sendo vendido. Os anúncios que encontramos estão nos jornais *A Lucta*, *O Sitiá* e *A Ordem* buscaram vender, respectivamente, ferragens e quinquilharias, um automóvel *Ford* e uma peça de tecido. Por mais distante que sejam entre si os produtos, a retórica e o apelo ao tema de constante presença na imprensa são a mesa em ambas as folhas.

O primeiro está presente no jornal sobralense *A Lucta* na edição de primeiro maio de 1924. O anúncio aparece na segunda página do jornal, ao lado dos telegramas. A edição em questão continha seis páginas e comemorava os dez anos da publicação do primeiro número do jornal.<sup>339</sup> Na quinta coluna, entre uma chamada aos votos para presidente do estado e uma propaganda da “Emulsão de *Scott*”, encontramos a chamada com o título “Legítima Defesa”. O anúncio fala que legítima defesa não é somente torcer “o braço e o pescoço do cangaceiro que o agrediu de punhal em riste”. Aqueles que resistem aos “reclames e poiocas de outros ferragistas” compram o que precisam na Casa Fogareiro, de Mário Cialdine. O anúncio termina dizendo que quem ali compra de “ferragem, quinquilharia a livros” está agindo em “legítima defesa de sua algibeira, hoje depauperada pelas dificuldades da vida”.<sup>340</sup>

O segundo anúncio pode ser lido no jornal quixadaense *O Sitiá* na edição de dois de maio de 1926. O texto aparece na quarta página do jornal em meio às chamadas da Aliança Artística e Proletária de Quixadá e dos reclames do “Elixir de Nogueira” com depoimento de Felipe Nery, “curado do reumatismo e inflamação do fígado”.<sup>341</sup> Ocupando pouco mais de ¼ da quinta coluna, podemos ler sua chamada alertando para as “Proezas de Lampeão”:

Lagoa de Baixo, 29 – Lampeão em viagem para Mambarra, conseguiu escapar milagrosamente, da acção da polícia, pelo simples facto de viajar num automóvel Ford, o único que ainda não encontrou obstáculo para vencer estradas, seja qual for a sua natureza.

Pois é desta celebre marca de carros que estão expostos á venda, nesta cidade, por preço baratisimo, dois automóveis em bôas condições de funcionamento. Quem pretende fazer negócio, dirija-se ao seu proprietário, no hotel Vianna.<sup>342</sup>

O texto apela para o cangaço, “assumpto do momento”, e suas audaciosas ações, com o objetivo de conduzir a atenção do leitor para este espaço do jornal, explorando o “fluxo

<sup>339</sup> No dia 01 de maio de 1914, foi fundado o jornal *A Lucta*, com direção de Deolindo Barreto. O jornal nasce como importante órgão político destinado a ouvir “o echo das queixas, o echo das lagrimas do povo”, conferir: *A LUCTA*, 01/05/1914, p. 01.

<sup>340</sup> *A LUCTA*, 01/05/1924, p. 02.

<sup>341</sup> *O SITIA*, 02/05/1926, p. 04.

<sup>342</sup> *Idem*, p. 04.

do sensacional”. Além disso, foi escrito em formato de telegrama, o que nos chama atenção para a exploração tanto do próprio gênero textual, quanto da figura de Lampião, eleito na segunda metade dos anos 1920 como ênfase noticiosa.<sup>343</sup> Esta é a complexa rede de possibilidades que o anúncio oferece: o impulso à compra e ao consumo em meio à linguagem e metáforas empregadas.<sup>344</sup> Esta múltipla exploração do tema evidencia a riqueza do trabalho com a imprensa como fonte e objeto de estudos.

É preciso atentar ainda para a composição das notícias, as palavras empregadas, o ritmo do texto, isto é, a forma como é apresentada para o leitor. É importante lembrar que há sempre um pouco de experimentação e ficção na elaboração das notícias, uma vez que “a ficção conserva sempre o vestígio do mundo prático e reorienta o olhar para traços da experiência que inventa, ao mesmo tempo, um mundo, ainda que não possa romper com as amarras do mundo fictício de onde vem e para onde ele retorna”.<sup>345</sup> Nesse caso, a ênfase aos detalhes e ao singular ajuda a melhor construir o mundo do leitor.

A dimensão retórica também merece destaque em boa parte das matérias que aparecem nos jornais analisados. Na produção intelectual, a forma, o teor, o modo como se diz determinadas coisas e de como os discursos são produzidos tem grande importância. O fazer jornalístico desse período é em muito herdeiro do jornal político em seu modo de se pensar e fazer jornal.<sup>346</sup> Mesmo jornais autointitulados como “noticioso” ou “apartidário”, recorriam a estratégias marcadamente retóricas, tais como repetições e redundâncias em um texto floreado e lapidado, o que apontava para a permanência de um estilo de pensamento e de discurso.<sup>347</sup> Na imprensa cearense – como *O Nordeste* e *A Esquerda*, por exemplo –, o apelo recaía na retórica fundada no declínio moral e político.

---

<sup>343</sup> O outro anúncio apareceu no jornal *A Ordem*, de Sobral, e utilizou a mesma estratégia. Na segunda página da edição de dezembro de 1930, lemos em letras de forma que “FOI PRESO LAMPEÃO”, motivo suficiente para despertar empolgação no leitor. No entanto, quando continuamos a leitura do texto, descobrimos que “Depois de renhido tiroteio, foi preso, para fugir depois, porque trajava tecido da ‘A PERNAMBUCANA’ o famigerado Lampeão. Até nisso o tecido que não desbota, tem influencia...”. O anúncio faz referência à tecnologia utilizada na coloração dos fios na confecção dos tecidos vendidos na loja, o que dificulta que ele desbote.

<sup>344</sup> CARESIA, R. M. **Ícones da vida moderna: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955)**. 2002, 147f. Dissertação (Mestrado História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

<sup>345</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 132.

<sup>346</sup> Se muitos jornalistas (e ou donos de jornais) eram também políticos, isto posto, o jornal era uma forma de se fazer política. Assim, seu debate ultrapassava o debate abstrato de princípios e valores, mas a ação política adversária e a sua própria. Ver CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-152, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003> Acesso em: 03 mai. 2023.

<sup>347</sup> CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-152, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003> Acesso em: 03 mai. 2023.

Metáforas e figuras de linguagens foram mobilizadas em textos com marcas e referências intelectuais que trazem indícios de que esses escritos foram feitos para serem declamados e, assim, serem mobilizados como uma arma na arena política. P. Charaudeau (2018) chama atenção para o discurso político como ato de comunicação quando se pretende “influenciar as opiniões” e buscar “obter adesões, rejeições ou consensos”<sup>348</sup> para a construção de imaginários comunitários em prol de um comportamento comum a partir da persuasão. Nos jornais do Ceará, a arte retórica foi mobilizada sob a égide de extermínio “da praga do banditismo profissional”<sup>349</sup>, como recurso de denúncia de inoperância dos governos e, também, como ataque frontal a inimigos políticos.

Para C. Perelman (2014), a noção de acordo é central em sua teoria de uma racionalidade contingente e negociada nas construções discursivas retóricas. Ele defende dois modos de raciocínio: por demonstração e por argumentação. No primeiro caso, recorre à lógica, à razão e às premissas de verdades incontestáveis a partir da análise. No outro, se sustenta no verossímil, em premissas prováveis em um movimento dialético. Na tarefa de persuadir, a retórica mobiliza argumentos além da racionalidade.

Nos jornais analisados, o argumento de autoridade é presença constante. Característica marcante do discurso retórico, a autoridade do orador (jornalista), seu prestígio e honestidade são pontos imprescindíveis para a convicção do auditório (os leitores). Nesse sentido, o ataque à pessoa e ao discurso do adversário se confundia em uma linguagem violenta, dura e direta. Não foram raros os ataques pessoais e acusações de envolvimento com o cangaço presentes em jornais do Ceará. Muitas vezes o ataque se apoiava no anonimato ou sob a forma de cartas de leitores, mas que carregavam as marcas de seus editoriais.<sup>350</sup>

Além das cartas, as fotografias publicadas nos jornais potencializam o medo e a curiosidade nos leitores. Toda a amplitude cultural que o tema recebe na imprensa é potencializada com o aparecimento de um elemento novo: as fotos dos cangaceiros. Em nosso recorte temporal, elas aparecem desde 1914 (com a prisão de Antônio Silvino e com a Sedição de Juazeiro) e, posteriormente, durante a década de 1920. Dos estados vizinhos, destaca-se

---

<sup>348</sup> CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 40.

<sup>349</sup> O CEARÁ, 01/04/1928, p. 01.

<sup>350</sup> Devido ao número de letrados na época, é de se supor que muitos desses discursos sejam voltados para o consumo de um público leitor composto pelos próprios jornalistas-políticos, como afirma M. de Carvalho (2000), ao comentar a realidade do Rio de Janeiro do século XIX. No Ceará das primeiras décadas do século XX, esta realidade não era muito diferente.

*Jornal Pequeno*, de Pernambuco e, no Ceará, os jornais *O Povo* e *O Nordeste*.<sup>351</sup> Estas imagens, aliadas aos boatos, apontam para a construção e gestação de uma atmosfera de insegurança e medo em momentos de instabilidade política.<sup>352</sup>

Durante esse período, há uma série de mudanças e aprimoramentos das técnicas do fazer jornal e, também, no refinamento “das lentes, o aumento da sensibilidade dos filmes, a agilidade das pequenas câmeras”, o que possibilitou à fotografia – nas ciências e no fotojornalismo – “um alto grau de confiabilidade, tida como documento testemunhal”.<sup>353</sup> Isto porque, “nas primeiras décadas do século, as fotografias eram dispostas (...) de modo a traduzir em imagens um fato, sem muito tratamento de edição”.<sup>354</sup> A fotografia oferece outras formas de leitura que dispensam o conhecimento formal, ampliando seu impacto na imaginação histórica.<sup>355</sup>

É interessante lembrar os critérios que Jorge Sousa (2004) lista ao analisar a importância da fotografia para a imprensa, ou seja, a credibilidade que fornece à informação textual, visto que ela expõe, denuncia e opina.<sup>356</sup> Mais ainda, elas são testemunhas das visões, das maneiras de ver e pensar no passado e não no mundo social diretamente.<sup>357</sup> No jornal *O Nordeste*, a fotografia publicada em agosto de 1927 seguia de uma listagem das fazendas saqueadas em Riacho do Sangue pelo grupo. Já a fotografia que aparece na edição inaugural do jornal *O Povo*, em janeiro de 1928, denuncia o fuzilamento de cangaceiros capturados pela força pública cearense.<sup>358</sup> Isto posto, estas fotografias ajudam no processo de elaboração da identidade regional, uma vez que contribuíram para consolidar uma imagem dos sujeitos, da violência e do medo nos sertões.

Em se tratando das notícias sobre o cangaço, o medo foi um elemento constantemente mobilizado. A combinação de descrição dos pormenores pelo jornal ajuda a

---

<sup>351</sup> Encontramos poucas fotografias de cangaceiros nos jornais do Ceará e apenas a partir dos anos 1920. Nos periódicos dos estados vizinhos, elas começam a aparecer antes, como o *Jornal Pequeno*, que traz uma imagem em 1914, uma em 1925 e três em 1926. As folhas do Ceará apresentam uma quantidade maior nos 1930.

<sup>352</sup> FARGE, A. **Subversive Words**: public opinion in Eighteenth-century France. Pennsylvania State University Press, 1994. Estas questões serão discutidas com maior detalhe no último capítulo.

<sup>353</sup> LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Fotografia: usos da Sociais e Historiográficos. In.: **O Historiador e Suas Fontes** (org.) PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. Contexto, São Paulo, 2012. cap. 03, p. 39.

<sup>354</sup> MAUAD, A. M. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, L. M. B. P. das; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. da C. (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006, p. 366.

<sup>355</sup> BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

<sup>356</sup> SOUSA, J. P. **Fotojornalismo**: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na Imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

<sup>357</sup> VIEIRA, L. S. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método. **Revista de recensões de comunicação e cultura**, 2013.

<sup>358</sup> Na edição de setembro de 1928 do jornal *O Povo*, há uma publicação de foto da força policial da capital, em denúncia de violência cometida contra o jornalista Demócrito Rocha.

cristalizar o horror e o sofrimento das vítimas; as cenas e cenários são detalhados em complementadas em notícias semelhantes. Dentro do “fluxo do sensacional”, a forma é de extrema importância, por isso, as marcas discursivas negativas na construção das notícias se fizeram presentes. “Fera bípede”, “facínora”, “celerado”, “sicário” são algumas das marcas discursivas usadas para descrever os cangaceiros.

O jornal *A Ordem* informava sobre a ação de “bandoleiros sombrios, crueis, taciturnos, sempre pilhando”.<sup>359</sup> E *O Sitiá*, comentando a passagem de cangaceiros pelos limites do Ceará, falava de uma “columna sinistra” que “aterra os sertões” em “incursão pela Zona Jaguaribana”.<sup>360</sup> E *A Esquerda* seguia a mesma tônica: “Não era que ignorassemos a sua indole perversa e sanguinária”.<sup>361</sup> Estão, conforme M. Barbosa, “em cena os ingredientes fundamentais do jornalismo sensacional, que apela para valores culturais, para o imaginário e para as sensações de uma memória social e coletiva”.<sup>362</sup>

Um medo que pode servir como motor da coesão social<sup>363</sup>, isto é, pensar em uma articulação entre medo e política implica “(...) partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma”<sup>364</sup> na sociedade cearense. O temor das rebeliões, do povo anônimo e da morte, era alimentado pela imprensa, inclusive pelos rumores de toda espécie trabalhada por memórias individuais e coletivas<sup>365</sup> bombardeadas quase diariamente pelas narrativas de violência e medo dos jornais.

Seguindo esta lógica e, pensando em uma gama de leitores citadinos e/ou de uma pequena elite rural que se sentia acuada, havia um espaço privilegiado para a ação dos cangaceiros (os sertões) e outro espaço que estaria em constante ameaça (a cidade). Símbolo do sucesso da civilização, a cidade era mencionada como se estivesse em iminente risco de destruição pelas mãos do “terrível cangaço”, eleito por intelectuais e homens de imprensa como elemento destruidor e entrave para a civilização.

No capítulo seguinte, buscamos apontar como a ideia de sertão é fundada no medo, que se estende desde a natureza até os seus habitantes. O medo serve como motor de dominação física e simbólica, traçando nos sertões contornos sombrios e de temor em todos os seus espaços. Em seguida, argumentamos que esta cartografia perpassa os corpos dos sujeitos, a

<sup>359</sup> A ORDEM, 19/09/1923, p. 01. Grifo nosso.

<sup>360</sup> O SITIÁ, 21/06/1927, p. 01. Grifo nosso.

<sup>361</sup> A ESQUERDA, 08/03/1928, p. 01. Grifo nosso.

<sup>362</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 55-56.

<sup>363</sup> SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

<sup>364</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>365</sup> DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

partir das teorias raciais construídas social e historicamente. Elas serão o mote para discutir a existência e a permanência do banditismo na sociedade sertaneja. Por fim, apresentamos a noção de Espacialização Medo, a partir da ampliação e circulação dos jornais e do imaginário social da época.

### 3 FABRICAÇÃO DO MEDO E IDENTIDADES ESPACIAIS

#### 3.1 Políticas do medo: o sertão e a fabricação de um espaço temível

Os nossos poetas, quasi que geralmente, quando se dispõem a falar do Ceará, tornam isto sequíssimo, sem gota d'água, sem arvore, todo poeira, garranchos seccos, gente fomelica, pedrouços... Nessas condições que acontece com o paulista que deseja saber o que é o Ceará? Compra livros de autores cearenses e só vê descrições de miserias, de seccas, de bandidos.<sup>366</sup>

Os espaços sertanejos da região que hoje correspondem ao Nordeste foram descritos ao longo dos anos em documentação oficial, nos discursos da imprensa, nas artes plásticas, na música e na literatura. Eles nos foram apresentados marcados sob o signo da violência, do caos, da barbárie, da valentia, da saudade, da luta em defesa da honra, do poder do coronel, da astúcia, da seca e do cangaço. Nos mais diversos suportes, formas de ver e dizer sobre este espaço foram talhadas, escritas e reescritas, contribuindo para a construção e solidificação de uma dada imagem calcada, muitas vezes em marcas discursivas negativas.

O Nordeste, dentro da perspectiva apresentada por Albuquerque Jr (2011), se configura como um espaço físico-imagético criado por uma elite decadente.<sup>367</sup> Os elementos acima dispostos formam alguns dos discursos mobilizados na construção histórica da região e imersos nessa ambiência que se experimentam os sujeitos e os espaços onde são tecidos os fios que compõem as ações que nos propomos estudar, frutos de uma forma de ser e existir social e historicamente com “(...) características que configuram um espaço como culturalmente peculiar”.<sup>368</sup> Dito isso, a nossa proposta é desnaturalizar estes espaços encarando-os como um lugar de poder, como construtores de discursos e identidades regionais.

Os elementos mobilizados por Albuquerque Jr (2011) para construção dos argumentos de invenção do Nordeste aparecem dispostos antes da definição do recorte espacial regional estudado pelo autor.<sup>369</sup> Assim, defendemos que os discursos que marcam a construção

<sup>366</sup> A ORDEM, 19/09/1923, p. 01.

<sup>367</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição, São Paulo: Cortez. 2011.

<sup>368</sup> NEVES, F. de C. O Nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr./out. 2012, p. 07.

<sup>369</sup> Essa perspectiva é compartilhada pelo autor, que aponta a seca de 1877-1879 como marco dos discursos regionalistas, aglutinando-se, posteriormente, a outros. Além disso, em artigo recente, Albuquerque Jr (2019) discute a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista, chegando a confundir-se com a própria região Nordeste.

deste espaço têm início nos sertões, nos sujeitos e nas práticas que o encarnam. Isto posto, antes mesmo da invenção do Nordeste, é preciso pensar em uma “invenção dos sertões” e sua fabricação como um espaço temível, calcada no medo como demarcador e definidor de identidades e alteridades.

Três momentos são contemplados nesse texto para pensarmos na fabricação dos sertões como um espaço temível. O primeiro deles diz respeito ao discurso de medo em relação à natureza como estratégia de dominação. O espaço precisa ser domesticado e ordenado segundo a lógica e civilização eurocêntrica. Por isso, a terra é descrita como áspera, a vegetação, como decadente e rústica, lar e esconderijo de facinorosos. Em seguida, o medo se estende aos sujeitos que habitam os sertões, descritos como incultos, rudes e violentos. Associados às imagens da natureza, os bandidos sertanejos encarnam os discursos de crueldade, de violência exacerbada, pintando com a cor rubra do sangue as páginas da imprensa. O terceiro momento diz respeito aos usos políticos da seca como entrave civilizatório. Constantemente mencionada nos jornais cearenses, a seca aparece como aglutinadora dos discursos sobre a natureza e as pessoas do sertão. Estes discursos são frutos de relações de poder, e as representações são tecidas a partir de conflitos, de interesses e de políticas espaciais.

A própria definição de sertão está imersa em relações de poder e diz respeito a exercícios de controle, demarcação, ordenamento e dominação. Já em documentos do século XV, a palavra sertão aparece grafada de várias formas (*sartão*, *sertaão*, *ssertaão*, *sertão*), como menciona Euclides da Cunha (2016).<sup>370</sup> Nas crônicas de conquista de Guiné, ela aparece como “interior do continente africano”. Significado semelhante também presente em alguns dicionários antigos, como o elaborado pelo padre Rafael Bluteau (1728): o sertão é interior, longe do mar, distante das povoações, imagem que prevalece até a primeira metade do século XIX.<sup>371</sup> Desse modo, o sertão estava em toda parte, haja vista que, em todas as províncias, havia terras que se enquadravam nessa definição.<sup>372</sup>

Em relatos de viagens, crônicas de “descobrimientos”, diários, cartas e relatos missionários do tempo da colonização, as representações do sertão revelam elementos da exploração mercantil e religiosa daquele período. Em fase de expansão e incorporação de novos

<sup>370</sup> CUNHA, E. da. **Os Sertões**. (Edição Especial). São Paulo: Martin Claret, 2016.

<sup>371</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. O raptó do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, mai/nov. 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. p. 21-35.

<sup>372</sup> Walnice Nogueira Galvão (1986) definiu o sertão como “(...) uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país”, ver: GALVÃO, W. N. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 25.

espaços, o sertão ainda era desconhecido ou desordenado, portanto, dentro de seu imaginário, um território vazio.<sup>373</sup> Este vazio será preenchido por imagens do universo cultural do momento colonizador, de ocupação, de dominação e ordenamento, ou seja, um território de imaginação social.<sup>374</sup> Partindo das experiências sociais dos agentes, projetam seus medos, angústias, sonhos e esperanças para o futuro.

Na carta de Pero Vaz de Caminha, encontramos a ideia de sertão associada à imensidão, à vastidão. Ao longo do processo de colonização, no entanto, o sertão parece ser empurrado para o interior. Nesse sentido, Noronha Sá (2017) opõe sertão à noção de Região Colonial. O conceito de Região Colonial refere-se à relação estabelecida entre colonos e colonizadores e o espaço socialmente construído durante a colonização. Ela estabelece os limites e a dominação do colonizador. Corresponde, assim, ao espaço “cheio”, ao espaço da ordem, do conhecido. Em oposição, o sertão é o território do desconhecido, do vazio, da desordem, da selvageria e da barbárie, que poderia ser dominado com o avanço da colonização. Portanto, tornar-se Região Colonial.<sup>375</sup>

Fruto também do domínio religioso, a dualidade de opostos da visão maniqueísta entre bem e mal, Deus e o diabo, orientou o imaginário e as concepções de vários colonizadores. O Brasil era visto na oposição entre paraíso e inferno, espaço, inclusive, de punição para onde eram enviados degredados indesejáveis da coroa portuguesa. O sertão também é marcado pela dualidade de imaginários. Se, de um lado, há relatos que apontam o sertão como o lugar da riqueza a ser descoberta, das montanhas de ouro e prata, do outro, podemos encontrar narrativas de medo, do sertão do caos, do vazio de cristãos, do “inculto”, da morte e da insegurança.

Os medos e ameaças que descreviam os sertões são revelados, principalmente, pelas cartas de cronistas e de jesuítas em seu trabalho de conversão dos indígenas. A demonização do espaço (o sertão) e de seus habitantes (os gentios) se estendia pela condenação de “seus maus costumes” e também das “práticas mágicas e na feitiçaria”<sup>376</sup> por eles praticados. O projeto de colonização demarcava o lugar do outro impondo discursos, normas, vigilância e medo, dispositivos de destruição física e ideológica.<sup>377</sup> Posteriormente, os impressos se encarregam de exercer esta função mantendo viva a memória do medo.

---

<sup>373</sup> SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, A; STARLING, H. **República e Democracia**: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

<sup>374</sup> *Idem.*

<sup>375</sup> *Idem.*

<sup>376</sup> *Idem*, p. 304

<sup>377</sup> FERRAZ, S; BARBOSA, B. F. **Sertão**: fronteira do medo. Recife: EDUFPE, 2015.

Pensar no medo como estratégia de dominação, de definição do outro e seu espaço nos conduz ao tratamento teórico e metodológico do medo como fenômeno social elaborado pelas relações de poder. Esse medo produz imagens distorcidas dos sujeitos (descrevendo-os como bárbaros, bestiais, demoníacos) e dos sertões<sup>378</sup>, preenchendo-os com imagens “(...) que vão construindo uma ‘grafia’ capaz de ordenar o espaço encontrado”.<sup>379</sup> Desse modo, o medo aparece como elemento-chave nas relações de contato, marcadas por desconfiança e constante vigilância em um espaço pouco povoado, desconhecido e, em muito, imaginado, cartografado e reelaborado pelo medo.<sup>380</sup>

Estas marcas se apresentam de várias formas, sobressaindo-se a natureza e paisagem.<sup>381</sup> Nos relatos de viajantes, as cartas e as crônicas de “descobrimento”, encontramos constante menções à vastidão da natureza brasileira e, a partir do avanço para o interior, a descrição da imensidão da natureza dos sertões é mencionada. No século XIX, a natureza sobressai como interesse científico e econômico. São ricos de possibilidades de análises os relatos de viajantes naturalistas que estiveram no Brasil, em especial, nos sertões brasileiros, descritos em um misto de exuberância, medo e desconfiança.<sup>382</sup>

As imagens sobre a natureza têm sua historicidade, e elas estão relacionadas a projetos políticos e interesses diversos. Devemos lembrar que, frequentemente, a natureza aparece como objeto portador de representações carregada de ideias e imagens que compõem múltiplos discursos mobilizados na construção (local e/ou nacional) de identidades espaciais.<sup>383</sup> Pensadores europeus e americanos compartilhavam da ideia da “(...) influência da natureza

---

<sup>378</sup> Não se trata aqui de minimizar as violências protagonizadas pelos cangaceiros, mas de tencionar o debate sobre as imagens, discursos e práticas que fazem ver e dizer o sertão fruto de projetos políticos.

<sup>379</sup> SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, A; STARLING, H. **República e Democracia: impasses do Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 305.

<sup>380</sup> FERRAZ, S; BARBOSA, B. F. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: EDUFPE, 2015.

<sup>381</sup> Esta última entendida como resultado da ação humana, ordenada, classificada, subjugada e controlada. Diferente da perspectiva do cronista Mateus Albuquerque, que descrevia, no início do século XX, paisagem como “o domínio da natureza sobre os signos da civilização, do poder, da técnica e da modernidade”. MURARI, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 15.

<sup>382</sup> Aqui destacam-se Koster, Mawe ou Wied-Neuwied, Saint-Hillaire e Langsdorff, mencionados na historiografia. Além disso, privilegiamos narrativas sobre os sertões que corresponde hoje à região Nordeste, isto é, o Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, nosso recorte espacial. Ver BONATO, T. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)**. 2010.190 f. Dissertação (Mestrado em História). Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

<sup>383</sup> PRADO, M. L. C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e Textos**. São Paulo: Edusp, 1999. Conferir também MÄDER, M. E. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 3, p. 262-270, Set/Dez, 2008.

como fator de explicação para a história de uma nação e para a constituição de particulares identidades nacionais”<sup>384</sup>, pensamento que estudiosos e literatos brasileiros partilharam.<sup>385</sup>

Albuquerque Jr (2011) destaca que o discurso regionalista ganhou outras proporções com a seca de 1877-1879. Apesar de se tratar de um fenômeno climático, os seus usos políticos foram marcantes, pois ela se deu em momento de crise e debilidade da economia das províncias do Norte. A produção de açúcar e de algodão caíram com a estiagem. A escassez levou à migração para o litoral, surgindo, assim, o retirante. Nessa conjuntura, a seca passou a ser usada como argumento ou justificativa para pedir recursos e criar instituições, obras e cargos públicos, inaugurando o que passou a se chamar de “indústria da seca”<sup>386</sup>, oferecendo uma imagem instável, calamitosa e perigosa da natureza sertaneja.<sup>387</sup>

Dento do projeto de construção da nação e da identidade nacional, o sertão ganha outros contornos no imaginário social, mais frequentemente associado às ideias de barbárie e selvageria, de deserto, em oposição à civilização e a ordem estabelecida. Os sertões representam o atraso, a desordem, a ponto que as cidades representam o ordenamento e o progresso. Nesse momento, ganhou ênfase a oposição litoral *versus* sertão.<sup>388</sup> Mais uma vez, literatos, como José do Patrocínio, Rodolfo Teófilo, Franklin Távora e Domingos Olímpio e Adolfo Caminha, forneceram dispositivos discursivos para estes espaços, inclusive colocando a seca como entrave à civilização.<sup>389</sup>

No entanto, há outro elemento que, mais uma vez, se faz presente nas múltiplas imagens da natureza que aparecem na passagem do século XIX para o século XX: o medo, ponto de partida e justificativa de projetos e políticas de controle social autoritárias.<sup>390</sup> Nesse ponto, não seria exagero afirmar que “o medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas no campo econômico, político ou social”.<sup>391</sup> Os medos, gestados historicamente pelas elites

<sup>384</sup> MÄDER, M. E. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 3, p. 262-270, Set/Dez, 2008, p. 264.

<sup>385</sup> Se tomarmos como exemplo as obras *Iracema* (1865) e *O Sertanejo* (1875), o espaço é descrito como idílico, de natureza exuberante e inóspita.

<sup>386</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>387</sup> A “Grande Seca” foi amplamente noticiada pela imprensa e seguida de fotografias que davam eco aos “horrores do Norte”, passando a ser um problema a ser tratado nacionalmente. Ver ALBUQUERQUE JR, D. M. de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, mai/nov. 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.

<sup>388</sup> SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, A; STARLING, H. **República e Democracia**: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

<sup>389</sup> SANTOS, F. W. M. dos. A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 588-602, jan./abr. 2020b.

<sup>390</sup> Lembremos, por exemplo, os abarracamentos e campos de concentração nos anos de 1915 e 1932, implementados pelos governos cearenses.

<sup>391</sup> BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 23.

conservadoras desde a colonização, marcam as visões do espaço sertanejo e dos sujeitos que nele habitam.

As imagens da seca marcaram o imaginário nacional, projetadas em textos que trazem a ideia de uma natureza estática e em decadência. Nesse sentido, a exuberância cede lugar ao inóspito e ao perigo, ou seja, a natureza passa a ser descrita sob o signo do medo como selvagem, refúgio de feras e perigosos bandidos.<sup>392</sup> Em especial, os sertões, vistos como o espaço da valentia, do uso da força, dos mandões, da defesa da honra e do crime, portanto, marcado pela frágil presença do estado.<sup>393</sup> O presidente do estado Benjamin Liberato Barroso relata que era comum “(...) homens de certas responsabilidades, de famílias importantes mesmo (...) têm a preocupação de organizar cangaço”.<sup>394</sup>

O medo aparece nos escritos como traços de definição do dos sertões. Ele age como mediador entre o sujeito e o seu mundo. Desse contato, se estabelecem significados sobre este espaço mediado pela experiência, fundando imagens topofóbicas<sup>395</sup>, isto é, imagens que indicam aversão, repulsa e horror. Um sertão topofóbico é evocado com frequência em discursos de jornais do Ceará e estados vizinhos no começo do século XX. As notícias podem operar na construção de alteridades sociais, no lugar do Outro, contribuindo, assim, para a elaboração e fixação de dada identidade regional. Estas elaborações não são ingênuas, mas fruto de relações de poder, portanto, precisam ser desnaturalizadas.

O jornal *Diário do Piauí* traz, no ano de 1912, uma sequência de matérias intituladas “Narrações do Sertão”. Nelas, José Amavel, então auxiliar meteorologista da Diretoria de Agricultura, fazia um percurso pelos sertões à procura do melhor lugar para tratar de sua saúde, gozando dos três meses de licença concedidos pelo governo do Piauí.<sup>396</sup> Ao todo são quatro publicações destinadas a narrar seu itinerário de viagem e, também, as suas impressões sobre os locais por onde esteve.<sup>397</sup> Na primeira publicação vemos como narra a sua percepção sobre a natureza. Observemos o início de suas “narrações” e os comentários sobre o Ceará.

---

<sup>392</sup> Na obra *Memórias de um Sargento de Milícias* (1853), a terra aparece como lugar de gente rude, primitiva e violenta, movida pelos sentimentos.

<sup>393</sup> Organizar e armar um exército pessoal foi prática recorrente nos sertões do século passado, como bem se observa a partir do “Pacto dos Coronéis”. A novidade, talvez, seja a insurgência e/ou surgimento de bandos independentes que alteram a ordem usual do monopólio da força e da violência.

<sup>394</sup> AL-CE, 01/07/1915, p. 13.

<sup>395</sup> TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

<sup>396</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, 1911.

<sup>397</sup> A primeira publicação data de 14 de julho de 1912, e a última foi publicada no dia 31 de outubro do mencionado ano. Inúmeros temas estão presentes nos relatos, desde os aspectos naturais ao banditismo, à violência e à questão racial no Ceará, mobilizados a partir de ideias deterministas que vigoravam no período.

Depois de permanecer por muito tempo no valle de Cratheús, dirigi-me para o Inhamuns. O Inhamuns é uma região accidentada, formaando apertados valles. Pequenos regatos banham-lhe o solo. Nas elevações brotam fontes de água crystalina. É refúgio predileto das poucas e dispersas onças, da temida raposa e da terrível cascavel (*crotalus horridus*), o flagelo do sertão. O caçador perdido, hallucinado pela sede, ahí encontra o balsamo da vida – a água. A vegetação acanhada e espessa, torna-se, na estação invernosa, quasi impenetravel. Situada em uma elevada altitude, o ar é puro, o clima saluberino e o céu de um expendor sugestivo.<sup>398</sup>

O ambiente idílico é ressaltado, apontando o “ar puro”, o “expendor sugestivo” do céu e as “fontes de água crystalina” que brotam nas elevações banham o solo. No entanto, o perfeito contraste é inserido: fora do tempo do inverno, a vegetação é “acanhada e espessa”, hostil, lar de animais perigosos, como onças e raposas “e da terrível cascavel (*crotalus horridus*), o flagelo do sertão”.<sup>399</sup> O narrador encontrou o temido réptil de “corpo escamoso e flexível” e “todo enrolado, (...) oscillando a cabeça, lança, entre os caninhos longos e pontiagudos, a sua lingua bipartida. Os seus olhos encovados, o tilintar do seu chocalho – tudo lhe imprimia um tom sinistro e tenebroso”.<sup>400</sup> Afastando-o e fugindo da “horriavel volupia dos seus instinctos”,<sup>401</sup> Amavel seguiu sua viagem pelo Ceará.

Nas “narrações” de José Amavel, as asperezas da terra se estendem aos sujeitos que ali habitam. Descritos como perigosos, sem afeição à lei, portanto, pouco civilizados. Impera a força e a ignorância, o ódio e a vingança. Para o autor,

Nessa região habita um povo rude e simples, altivo e affeito à luta. É o habitat dos ‘cangaceiros’, o asylo bonnaçoso dos assassinos. É onde vigora a lei do calibre 44. Os jurisconsultos não a conhecem? Foi creada sem debates, sem essas mil e uma formalidades dos paizes ultra-civilizados. É filha de uma trindade: heroísmo, força e ignorância. A sua gênese tem ares de santidade, participa da natureza divina, embora pagan. É posta em vigo pelos Moirões, Feitosas e tantos outros que arte de matar são notórios.<sup>402</sup>

Notemos a presença de dualidades no texto: o sertão é composto por um “povo rude e simples”, “altivo e affeito à luta”. Luta esta que não segue os ditames da justiça, sobressaindo-

<sup>398</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 14/07/1912, p. 01.

<sup>399</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>400</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 26/09/1912, p. 01.

<sup>401</sup> Quase um ano depois, o jornal paraibano *O Norte* em 05/09/1913 (p. 01) evoca imagens de terror da natureza sertaneja, dessa vez para agradecer as façanhas de um cascavel. O animal teria, segundo a reportagem, sido o responsável pela morte do cangaceiro Mariano Veado, picando-o enquanto ele dormia à sombra das árvores na caatinga. Assim podemos ler no jornal: “Não crêa a Natureza ser nenhum sem dada utilidade, ainda que transitoria! Tal cascavel merece a honra destas linhas e o perdão misericordioso do senhor São Bento”.

<sup>402</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 14/07/1912, p. 01.

se o peso das vontades impostas pela “lei do calibre 44”. Aqui a narrativa lembra a do viajante inglês Henry Koster, ao mencionar em seu relato que sertanejo é gente hospitaleira e sincera. No entanto, seu olhar vestido pelos ideais civilizatórios europeus alerta sobre o aspecto vingativo do povo que dificilmente perdoa as ofensas “(...) e, em falta de lei, cada um exerce a justiça com as suas próprias mãos”.<sup>403</sup>

José Amavel não deixa de mencionar as famílias “Moirões” e Feitosa, recorrentemente envolvidas em pelepas nos sertões. Segundo o relato do auxiliar de meteorologista, “O rifle lá é tudo: o sustentáculo da justiça, a execução fiel da lei; o factor da vingança de ódios e afrontas, a onda impetuosa que arruína, quebra e despedaça os diques da justiça”.<sup>404</sup> Este recurso nos leva ao projeto que constrói discursivamente o sertão como espaço da barbárie, da violência costumeira, distante da civilização, marcada por práticas personalistas, místicas, despovoado e incapaz de civilizar-se por conta própria.<sup>405</sup>

Merece destaque a ênfase na descrição que José Amavel faz deste espaço como “o habitat dos ‘cangaceiros’” e “o asylo bonnaçoso dos assassinos”. Os sertões são apresentados também por sua geografia irregular e vegetação espinhosa. A caatinga oferece um escudo quase impenetrável para aqueles que não estão acostumados. Muitas das ações da polícia em perseguição a bandoleiros alegam terem malogrado em função do difícil acesso e o pouco conhecimento do espaço.<sup>406</sup> O *Jornal Pequeno*, de Recife, reclama a necessidade de um “(...) bravo official, conhecedor da topographia dos nossos sertões” para dar combate aos bandidos que se escondem em “terrenos alcantilados, cheios de serranias escarpadas, catingas com atalhos e encruzilhadas que são armadilhas fulminantes para quem as palmilha pela primeira vez”.<sup>407</sup> Este é mais um exemplo de como o medo aparece na composição da topografia sertaneja.

No ano de 1928, Dante Delmanto escreveu suas “impressões do Norte”, matéria publicada pelo *Diario Nacional* de São Paulo, e reproduzida pelo jornal *O Ceará*. Ao comentar sobre “A Terra”, Delmanto elenca que há riquezas, progresso e possibilidades, mas pouco se

---

<sup>403</sup> KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

<sup>404</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 14/07/1912, p. 01.

<sup>405</sup> CÂNDIDO, T. A. P; NEVES, F. de C. (Orgs.) **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

<sup>406</sup> Boa parte do contingente policial que perseguia os cangaceiros é composta de soldados da capital, portanto, pouco afeitos ao deslocamento nos ambientes acidentados e vales apertados das caatingas. “Quem já viajou os nossos sertões”, podemos ler na edição de abril de 1919 do *Jornal Pequeno* (p. 01), “conhece a sua configuração topographica, bem sabe avaliar a desvantagem das forças policiaes toda vez que entram em combate com o banditismo alli reinante”.

<sup>407</sup> JORNAL PEQUENO, 09/04/1919, p. 01.

falam delas. Por isso, “o sul desconhece quasi que completamente as condições políticas, economicas e sociaes” dos sertanejos. O pouco que se sabe dessa região, escreve, é através “(...) dos ‘sertões’ de Euclides e outras obras sobre o assumpto. Fala-se no cangaço que corróe largo trecho da zona sertaneja, graças á má propaganda de certos escriptores e aos commentarios dos jornaes”.<sup>408</sup> Nessa mesma linha, o jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, por exemplo, escreve que “O cangaço prolifera” no Nordeste, informando ser “esta a impressão que dá da leitura dos telegramas precedentes de diversos pontos do sertão nordestino”.<sup>409</sup>

Todavia, em sua defesa, acaba mobilizando a dualidade sertão x litoral, descrevendo o “coração do norte” como sinônimo de “lamentavel atraso”. A imagem de deserto, de terra despovoada, seca, de higiene ausente, sem trabalho organizado e “outros males congenitos” é mobilizada outra vez. O sertão propriamente dito, segundo Delmanto, estaria “no interior, onde a vida é semi-barbara e impera o cangaço”.<sup>410</sup> O medo do cangaço, que ele diz ser obra da má imprensa e de literatos, também aparece em seu texto. “Exemplo flagrante e triste dessa situação é o que se passa no Piauhly, onde em um terço do Estado, compreendido nessa zona, não póde o governo sequer cobrar os impostos, devido ao cangaço (...). A miseria ahi é profunda”. Por fim, o jurista termina por culpar a ausência do governo e um maior interesse em resolver os problemas do Norte que aguardam solução faz um século.<sup>411</sup>

Convém lembrar que, mesmo tratando-se de um sujeito que experimenta a vida no espaço que hoje corresponde à região Nordeste, as “narrações” de Amavel são vestidas de valores de um homem cidadão (da capital, Teresina), servidor público e letrado que compartilha com concepções de civilização, ordem e progresso aos moldes franceses. O mesmo vale para Dante Delmanto. É um olhar vestido de valores “estrangeiros” que se consolidou e difundiu a ideia de sentido único para os sertões.

Raymundo Pimentel Gomes escreveu, em 1923, no jornal sobralense *A Ordem*, que a culpa do sertão ser lembrado (especialmente pelos paulistas) como “íngrato, doentio, quentissimo, barbarizado” é dos literatos cearenses, que passam uma má ideia de sua própria terra. É dele o trecho que abre esta seção e tece crítica à produção literária e acadêmica cearense. Para Pimentel, nossos autores tornam o Ceará “sequissimo, sem gota d’água, sem arvore, todo

---

<sup>408</sup> O CEARÁ, 10/10/1928, p. 08.

<sup>409</sup> O IMPARCIAL, 07/03/1928, p. 01.

<sup>410</sup> O CEARÁ, 10/10/1928, p. 08.

<sup>411</sup> *Idem*, p. 08.

poeira, garranchos seccos, gente fomelica, pedrouços”.<sup>412</sup> Assim, quem compra estes livros “(...) só vê descrições de miserias, de seccas, de bandidos”.<sup>413</sup>

Pimentel Gomes lamenta que, em suas obras, Rodolfo Teófilo não tenha falado “da fertilidade de nossas serras e (...) dos aguaceiros que caem nos bons invernos”.<sup>414</sup> Ou que os trabalhos de Gustavo Barroso<sup>415</sup> tenham falado horrores da seca e pouco sobre os invernos “para só tratar de sertões seccos”, ou ainda se dedicar a falar “apenas dos bandidos sem conta que vivem no Ceará, empobrecendo-o, desolando-o”<sup>416</sup>, ampliando as visões topofóbicas sobre os sertões.

Esta estreita ligação entre literatos e imprensa é marcante na construção de traços que apontam para a construção de imagens com marcas discursivas negativas sobre os sertões do Ceará. Notemos a importância dos escritos na fabricação e circulação dessas imagens. Tanto que a solução para as superar, segundo Pimentel, seria o governo patrocinar um livro “muito ilustrado mostrando photographias de cidades de edificio e principalmente de florestas, de cascatas (...), de serranias, de cafezaes, de culturas outras, de açudes, de valles irrigados, de inundações, etc etc”.<sup>417</sup>

É essa imagem outra que o Cariri cearense tenta apresentar na imprensa. Descrito como uma “zona à parte”, um “oásis do sertão”, intelectuais cearenses buscaram estratégias para afastar desse espaço as ideias de fome, seca e cangaço. As estratégias de construção de sua identidade espacial ancoram-se na ideia “de natureza bela e com fartura das águas em pleno sertão”.<sup>418</sup> No entanto, como bem observou Alencar (2021), os intelectuais encontraram maneiras de entrar e sair dos sertões no sul do estado, mobilizando elementos climáticos, naturais, letrados e políticos para representar a si e aos espaços que estavam inseridos, oferecendo e fazendo circular sentidos outros.<sup>419</sup>

Como observamos, o sertão aparece também como artefato discursivo, como dispositivo de usos políticos para a construção da nação. Nesse sentido, o sertão é visto como espaço de realização de projetos, de possibilidades, de superação do vazio e incorporação à

---

<sup>412</sup> A ORDEM, 19/09/1923, p. 01.

<sup>413</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>414</sup> O autor refere-se às obras *A Fome* (1890) e *Secas do Ceará* (1901).

<sup>415</sup> São mencionadas as obras *Terra de Sol* (1912) e *Heróis e bandidos* (1917).

<sup>416</sup> A ORDEM, 19/09/1923, p. 01.

<sup>417</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>418</sup> REIS JR, D. de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 25.

<sup>419</sup> ALENCAR, J. J. G. **Intelectuais no Sertão: O Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910)**. 1ª ed - Fortaleza: Quitanda Soluções Criativas, 2021.

ordem nacional. Tudo isto implica um modelo de consciência histórica pautadas nas ideias de civilização, ordem e progresso. Portanto, seguindo um tempo linear.<sup>420</sup> Dentro dessa lógica, o espaço precisa ser modificado, ordenado e civilizado, fora disso, ele é um problema para a nação. Mais uma vez, imagens duais são evocadas: o sertão que aparece como hostil e desabitado é visto como expectativa de incorporação ao todo. Para o fugitivo das autoridades, o sertão era sinônimo de liberdade e esperança.<sup>421</sup> Seus usos se modificam de acordo com os interesses e necessidades.

Segundo Noronha de Sá (2017), nessa conjuntura, o sertão aparece como um conceito imerso em múltiplas temporalidades, indo além da noção espacial.<sup>422</sup> O sertão se insere na tensão entre as inúmeras mudanças na qual estavam imersas as nações e os dilemas que, na perspectiva da época, carregavam como as marcas do atraso e barbaridade. É a elite letrada quem ficará encarregada de preencher este vazio com seus projetos e políticas civilizatórias desde o século XIX. Isto posto, o medo tem papel importante na criação dos espaços imaginados, no debate da ordem, civilização e barbárie elaborado pela imprensa. Os jornais e as mensagens dos governadores de estados (re)elaboraram imaginários a partir dos discursos de temor aos cangaceiros e impactaram de forma decisiva no processo e usos de espaços e identidades.

A oposição sertão *versus* cidade, bárbaro *versus* civilizado, constantemente mobilizada nas folhas, faz parte de um projeto nacional. Os sertões aparecem como uma “fronteira interna” ou “derradeira fronteira” a ser vencida em nome do progresso. Conforme M. Serje (2011), “O conjunto de representações que surgem do jogo entre essas duas imagens focais está na base dos discursos (...) que as configuram como regiões e a partir dos quais se articula o projeto nacional”.<sup>423</sup> Assim, atrelada à ideia de produção da região Nordeste como estratégia imagético-discursiva elaborada por uma elite decadente<sup>424</sup>, da qual nos fala Albuquerque Jr (2011), podemos ver antes desse espaço, uma fabricação dos sertões ancorada

<sup>420</sup> SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, A; STARLING, H. (Org). **República e Democracia**: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 299-316.

<sup>421</sup> AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 145-151, 1995, p. 149-150.

<sup>422</sup> SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, A; STARLING, H. **República e Democracia**: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 299-316.

<sup>423</sup> No original “El conjunto de representaciones que surgen del juego entre estas dos imágenes focales está en la base de los discursos (...) que las configuran como regiones, y a partir de los cuales se articula el proyecto nacional.”. SERJE, M. **El revés de la nación**: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011, p. 19.

<sup>424</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição, São Paulo: Cortez. 2011.

no medo, elemento constantemente mobilizado pelos jornais do Ceará, estados vizinhos e de outras partes do país.

### 3.2 (Ser)tão violento: a cor e a classe do medo nos impressos

Chapeu Grande, como chamavam o assassino (...), um negro espadaúdo, de beiços extremamente grossos e cahidos, os olhos a sahir das orbitas e mosqueados de sangue. O Chapeu Grande era um criminoso nato, da grande e perigosa familia dos degenerados. As mortes que tinha feito, não as sabia mais.<sup>425</sup>

Entre o final do século XIX e o início do século XX, destaca-se no Brasil a discussão em torno da nacionalidade, sobretudo com a chegada das teorias científicas europeias e a tentativa de incorporá-las para responder aos problemas da realidade brasileira. Por volta da década de 1870, conforme aponta Lilia Schwarz (1993), predominou na comunidade científica o pensamento “positivo-evolucionista”, no qual os “modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental”<sup>426</sup>, transformando as desigualdades sociais em matérias da natureza e, portanto, deterministas.<sup>427</sup>

Nesse caminho, alguns intelectuais tentavam implementar tais ideias, adaptando-as a uma realidade bem diversa do modelo de sociedade eurobranca em espaço que convivía com um modo de vida baseado na escravidão. Além disso, a tarefa se estendia para a composição de seu povo, amplamente miscigenado, em contraponto às teorias que postulavam uma raça “pura”.<sup>428</sup> Portanto, os argumentos raciais levantados pelos pensadores brasileiros vão além das definições biológicas. Para efetivação e incorporação desse discurso, esses elementos foram construídos social, política e historicamente.<sup>429</sup>

O grande problema da incorporação dessas ideias no debate era a realidade brasileira ser bastante diversa da sociedade europeia, na qual elas foram gestadas. A teoria de degeneração, elaborada pelo naturalista francês Georges-Louis Leclerc (1707- 1788), não era

<sup>425</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 11/10/1912, p. 01.

<sup>426</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 19.

<sup>427</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>428</sup> Lembremos que boa parte da Europa é fruto de contatos e trocas, inclusive, de miscigenação. O que salta do texto é o discurso que advoga para si uma ideia de pretensa superioridade em relação a outros povos.

<sup>429</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

flexível com a possibilidade de cruzamento entre raças diferentes.<sup>430</sup> Todavia, como dissemos, ocorreu uma releitura no Brasil.<sup>431</sup> Aqui, posteriormente, “negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração, conforme previa o modelo original”<sup>432</sup>, acreditando que a miscigenação pudesse ser positiva, desde que o resultado fosse o embranquecimento.<sup>433</sup> Fora desse pressuposto, ela resultava em um atestado da falência nacional.

As ideias acima mencionadas foram amplamente discutidas na imprensa de todo o país. Jornais e revistas de médio e grande porte não se furtaram de apresentar em suas páginas os principais problemas e as soluções viáveis para a melhor condução e definição identitárias da jovem nação. Ao longo do século XX, as teorias científicas foram incorporadas, ganhando eco até os anos 1930. Dentre os inúmeros problemas caros ao debate, o cangaço se destacou como tema de recorrente urgência na imprensa. Os jornais do Ceará deram especial atenção aos elementos ligados à cor, à raça e ao meio físico para responder sobre sua emergência e apontar o seu fim.<sup>434</sup>

Nas folhas analisadas, destacam-se os discursos médicos e jurídicos. As matérias são construídas de um lugar de saber que demanda para si determinada ideia de cultura, de civilização e progresso.<sup>435</sup> O saber médico era de fundamental importância, pois, além da sua função de cura e de conhecer o corpo humano, conhecia igualmente o corpo social.<sup>436</sup> Partia dele discursos de controle social de determinados sujeitos, dedicando atenção especialmente para aqueles à margem da sociedade.<sup>437</sup> O saber jurídico, marcado pelo pensamento eclético, pela vida acadêmica agitada, pelos círculos e associações acadêmicas, tinha como tarefa de

---

<sup>430</sup> Também conhecido como Conde de Buffon, ele restringia a ideia degeneração ao mundo animal. Todavia, no Brasil, ela se estendeu às sociedades.

<sup>431</sup> Destacam-se, nessa perspectiva, os trabalhos de Raymundo Nina Rodrigues, Tobias Barreto e Silvio Romero.

<sup>432</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 39.

<sup>433</sup> Reside desta tensão as discussões apresentadas por João Batista Lacerda no I Congresso internacional das Raças (1911). O então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro apresentou um ensaio que previa o desaparecimento do negro e do mestiço no século seguinte.

<sup>434</sup> Publicamos no ano de 2020 um artigo na revista *Outras Fronteiras* sobre o cangaço e as explicações e soluções presentes na imprensa cearense, muitas delas associadas às ideias atreladas ao meio ambiente, à raça, ao desvio da moral cristã católica ou à má distribuição de terras, de renda e à falta de investimento na educação. Para mais detalhes ver Santos (2020c). Aqui aprofundamos a discussão e apontamos outros matizes.

<sup>435</sup> A união desses dois discursos apontou para a o nascimento da Medicina Legal e a composição da Antropologia Cultural, nas quais se buscava as desigualdades pelo viés evolucionista. Dito de outra forma, o desenvolvimento cultural das sociedades deveria passar por estágios sucessivos. Ver <sup>435</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>436</sup> REIS, C. A. A caminho do progresso: raça e identidade nacional no Brasil. In: IX Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF, 2008, FRANCA. **ANAIS** do IX Encontro de pesquisadores do Uni-FACEF. Franca: Centro Universitário de Franca, 2008.

<sup>437</sup> SANTOS, F. W. M. dos. “O problema do cangaço”: explicações e soluções na imprensa cearense (1920-1930). **Revista outras fronteiras**, Cuiabá, n. 1, v. 7, p. 36–55, jan\jul, 2020c.

disciplinar a sociedade. Eleito como importante intelectual, a figura do bacharel se torna prestigiada no Brasil.<sup>438</sup>

O excerto que abre esta seção faz parte dos relatos de José Amavel, publicados no jornal *Diário do Piauí*, em 1912, ao qual já nos referimos anteriormente. Na terceira parte de suas “Narrações do Sertão”, Amavel fala da sua caminhada pela Serra da Joanhina, proximidade das nascentes do rio Jaguaribe “o maior rio cearense”, da exuberância da natureza, de outros rios e do “valle do Cratheús”.<sup>439</sup> Acordado de seu devaneio pelo seu “cicerone”, José Amavel é informado de uma tragédia consumada naquelas imediações.

No sopé da serra, ficava a residência do “Casusa da Joanhina”, descrito como homem “abastado e corajoso”, dono de extensa criação de gado e de dilatado domínio de terra. Para proteger suas propriedades das investidas da família Feitosa<sup>440</sup>, o Casusa “começou a reunir ‘cangaço’”.<sup>441</sup> Certa feita, enquanto caminhava, ele foi visto e ameaçado por Chapeu Grande, “como chamavam o assassino predilecto dos Feitosas”.<sup>442</sup>

Nesse momento, são tecidas as descrições de Chapéu Grande com as marcas discursivas típicas do período, muitas vezes mobilizadas para se referirem à população preta sertaneja. A sua descrição física, é reveladora de preconceitos ao falar do que se pensava ser um corpo disforme e quase animalesco: “espadaúdo” e com “beijos extremamente grossos e cahidos”, com os seus olhos “mosqueados de sangue” e quase “a sahir das orbitas”. Mais do que isso, seguindo a descrição do “terrível assassino”, José Amavel o classifica como “criminoso nato”, pertencente à “grande e perigosa família dos degenerados”.<sup>443</sup>

A matéria presente no *Diário do Piauí* é reflexo de um longo processo que buscou explicar a questão racial brasileira. As ideias de predestinação ao crime, de degenerescência e de doenças hereditárias, associadas ao meio físico e à instrução educacional, foram largamente utilizadas como postulados científicos que visavam entender a sociedade sertaneja do período e a nação brasileira como um todo. Estes discursos deram a tônica e tiveram especial relevância para a discussão racial nas explicações sobre o cangaço nos primeiros anos do século XX.

---

<sup>438</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>439</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 11/10/1912.

<sup>440</sup> A família Feitosa é mencionada fartamente na literatura sobre o cangaço por suas constantes desavenças na região, em especial com os Montes e a recorrência ao elemento cangaceiro. O brasilianista Billy Jaynes Chandler (1980) dedicou uma extensa obra sobre a família Feitosa e o sertão dos Inhamuns. Na historiografia nacional, Bernardo Pericás (2010) e Pernambucano de Mello (2011) também tecem comentários sobre eles em seus trabalhos.

<sup>441</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 11/10/1912, p. 01.

<sup>442</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>443</sup> *Idem*, p. 01.

Não se trata de colocar o cangaceiro como vítima, a nossa tarefa é refletir como se deu o processo de racialização dos sujeitos e discutir como aspectos relacionados à cor de pele são associados à violência e à criminalidade nos sertões. Esse aspecto aponta, mais uma vez, para o medo como protagonista, cartografando, agora, os corpos dos sujeitos. O medo da morte e da destruição das cidades está circunscrito em um agente específico, o cangaceiro, e ele vem de um espaço também delimitado, os sertões. Nesse sentido, a imprensa colabora para o fortalecimento das fronteiras simbólicas entre os representantes da ordem e da civilização e os responsáveis pelo caos, barbárie e desordem. No estado moderno, a violência e o crime têm cor e classe bem demarcados.

Na tabela a seguir, listamos as menções presentes na imprensa cearense com as características atribuídas aos cangaceiros alinhadas às teorias raciais do período. Na medida em que avançamos na análise das fontes, apareceram notícias que buscavam explicar a existência do cangaceiro e sua permanência nos sertões. Elas apontaram estes sujeitos como “anomaes”, “degenerados” e como “delinquentes” repletos de “taras”. Muitas descreveram o “typo físico” e a cor da pele, apontando ainda outros elementos para se identificar o “criminoso nato” e seu comportamento.<sup>444</sup>

**Tabela 4**  
**Características atribuídas aos cangaceiros pela imprensa cearense**

Características	JORNAIS (1914-1928)						Subtotal
	<i>O Nordeste</i>	<i>O Sitiá</i>	<i>A Esquerda</i>	<i>O Ceará</i>	<i>A Ordem</i>	<i>A Lucta</i>	
<b>Anormais</b>				<b>01</b>		<b>01</b>	<b>02</b>
<b>Cor</b>	<b>02</b>	<b>01</b>		<b>03</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>08</b>
<b>Criminoso nato</b>		<b>01</b>					<b>01</b>
<b>Degenerado</b>				<b>03</b>			<b>03</b>
<b>Delinquente</b>			<b>01</b>	<b>03</b>			<b>04</b>
<b>Hereditariedade</b>				<b>01</b>			<b>01</b>
<b>Tarados</b>			<b>01</b>	<b>03</b>			<b>04</b>
<b>Tipo físico</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>05</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>10</b>
<b>TOTAL</b>				<b>33</b>			

**Fonte:** BNDigital, elaborada pelo autor.

<sup>444</sup> Nos periódicos dos estados vizinhos, a maior expressividade se apresenta no jornal *Diário do Piauí*, com 11 referências. Em seguida, aparece Paraíba, com nove e Pernambuco com oito notícias. Na imprensa potiguar, catalogamos apenas três menções.

Há dois aspectos que merecem atenção nesse processo. O primeiro deles diz respeito à construção histórica, social e política da população sertaneja, associada diretamente e de forma negativa à miscigenação. Estudada e descrita com distanciamento por médicos e juristas e reforçado pela imprensa, é sobre ela que se recairá, ao longo do tempo, o estigma da criminalidade. Há uma ausência da cor quando se fala desses sujeitos em assuntos diversos. No entanto, em temas relacionados à criminalidade e violência no sertão, essa marca é sempre destacada nas matérias.<sup>445</sup>

Em segundo lugar, uma parcela da pequena elite rural que controlava os sertões não soube lidar com o fim da escravidão e sempre tratou de relegar a estes sujeitos um lugar de subalternidade. A população pobre, especialmente a população preta e mestiça, necessitava de ser contida e controlada. Há, nesse sentido, um medo das revoltas das classes populares e medo da revolta do pobre. Ainda que alguns chefes de cangaceiros pertençam à elite rural antes de entrar na vida do crime e não ensejar a revolução em nome de uma população oprimida – como já pensou uma tradição historiográfica marxista especialmente nos anos 1970 –, a imprensa vai relacionar estes sujeitos às classes pobres, descritos com incultos, incivilizados e portadores de uma violência inata.<sup>446</sup>

Começemos por examinar com mais atenção o primeiro caso. As características que aparecem listadas na tabela acima convergem para análises que tentam enclausurar os cangaceiros na teoria de Cesare Lombroso e da Antropologia Criminal. Os seus pressupostos baseavam-se na ideia de que certos indivíduos portavam características (físicas e mentais) que os inclinavam ao crime. Para alguns desses teóricos de tão evidentes e previsíveis, era possível traçar o perfil de um criminoso por seu “tipo físico”, como é o caso de Lombroso, que elaborou uma minuciosa tabela detalhando cada aspecto que possibilitava “identificar” o delinquente. No Brasil, estas ideias são inseridas e adaptadas para explicar o banditismo sertanejo.

O primeiro grande problema que se apresenta para a compreensão do cangaço residia na própria formação social daquela população, marcada pela miscigenação. Nesse caminho, vários intelectuais e homens de imprensa que refletiram sobre o cangaço defenderam

---

<sup>445</sup> F. Conceição (1988) aponta que, entre os anos 1980 e 1990, a imprensa brasileira omitia a cor da pele, exceto quando se queria “destacar valores positivos que a atribuição da cor ressalta”, isto porque, há no imaginário social bem delineado a cor da vítima e do violador. Ver CONCEIÇÃO, F. C. da. Qual a cor da imprensa? In: OLIVEIRA, D. D. de. *et al.* (Orgs). **A cor do medo**. Brasília: EdUNB; Goiânia: EdUFG, 1988. p. 155.

<sup>446</sup> Benjamin Liberato Barroso teria dito ao delegado especial, o tenente Peregrino de Albuquerque Montenegro, quando da Sedição de Juazeiro, para liquidar “(...) todo criminoso nato”. MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 364.

a mestiçagem como um dos fatores da existência de cangaceiros no sertão. O jurista Crisólito Chaves de Gusmão afirmava que “o cruzamento entre do português, selvícola e negro já é em si patogênico.”<sup>447</sup> Assim posto, era um dos responsáveis por “um misto de taras”, representado nos *cabras*, jagunços e cangaceiro o “reflexo vivo do desequilíbrio étnico do mestiço”<sup>448</sup>, afirmava. Estaria, portanto, associado ao processo de degeneração dos sujeitos, e alguns seriam hereditariamente predispostos ao crime, perceptível a partir de determinados estigmas atávicos, manifestando-se estimulados pelo meio físico e social específicos do território sertanejo.<sup>449</sup>

Os “traços lombrosianos” foram constantemente mobilizados pela imprensa no início do século XX. Não eram raros os casos de se dirigir aos sujeitos supostamente portadores destas características como “lombroso”. Para se referir aos cangaceiros, por exemplo, ele aparece bastante. O jornal *A União*, da Paraíba, referia-se assim a Antonio Silvino; *O Mossoroense* também mencionou que foi “gravemente ferido o lombrosiano Jararaca”.<sup>450</sup> Outros elementos eram bastante disseminados “(...) tanto entre a comunidade ‘científica’ como entre a população em geral”.<sup>451</sup>

Joaquim de Araújo Lima<sup>452</sup> (Joaquim Amaro) acusa a família Lucena (os Chicotes), em matéria publicada no jornal *O Ceará*, mobilizando todos os elementos acima mencionados. Para ele, na família Chicote, encontravam-se “todos os typos anormaes” e “productos da escoria social”.<sup>453</sup> Além disso, ele chamou o patriarca, e então prefeito de Brejo dos Santos, de “degenerado por hereditariedade” que “sabe como ninguem preparar adeptos e discipulos, que se sentem empolgados na pratica de todas as miserias”. Mais do que isso, Joaquim Amaro classifica-o como um “prototypo do bandido, homem tarado, machiavelico, vulpino, e sedento de sangue”.<sup>454</sup>

<sup>447</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 260.

<sup>448</sup> A mestiçagem como causa dos problemas da nação e do atraso do povo brasileiro também aparecem nos trabalhos de Cruz Filho e Alcides Bezerra. Para Filho “a mestiçagem sertaneja é a base psíquica do flagelo que nos amesquinha e nos avilta”. Já Bezerra afirmava que uma das razões primordiais para o banditismo residia “na mistura de raças mui diversas”, asseverando ainda que “o delinquente sertanejo é o selvagem aparecido pelas leis fatais da hereditariedade no seio de nossa sociedade”. Conferir MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 260.

<sup>449</sup> MENDONÇA, E. G de. **Literatura, História e Ciência no século XIX**: a visão naturalista de Rodolfo Teófilo sobre o povo cearense. 2020. 163f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2020.

<sup>450</sup> O MOSSOROENSE, 19/06/1927.

<sup>451</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 127.

<sup>452</sup> Figura de renome na região, Joaquim Amaro teve um desentendimento com Chico Chicote e seu irmão. Os conflitos entre as suas famílias renderam inúmeras matérias na imprensa cearense, em especial, no jornal *O Ceará*.

<sup>453</sup> O CEARÁ, 15/02/1928, p. 04.

<sup>454</sup> *Idem*, p. 04.

Essa perspectiva se estende para o pensamento de literatos, como Gustavo Barroso. Ele compartilhou a ideia de que maldade e ferocidade dos cangaceiros vinham da genética indígena. Para o autor, “o índio contribuiu com inclinações para a ferocidade, emboscadas e vinganças”.<sup>455</sup> Na obra *Terra de Sol*, Barroso classifica os cangaceiros como tipos anormais e diz que eles, em sua maioria, são “infames”, “degenerados completos”, “nevropatas ignóbeis”, “perversos”, “covardes” e

(...) crivados de todas as taras, atupidos de todas as psicopatias, raramente brancos, sempre mestiços de ínfimo cruzamento, braquicefálicos, prognatas, assimétricos, malformados, faces horrendas simiescas, com contrações de orango e um abrir de mandíbulas, desmensurado, bestial, os olhos baixos num alquebramento de tigre farto ou fuzilando torvos, sob as pálpebras grossas, de revés (...). As perturbações nervosas tumultuam e tempesteiam nesses cérebros, incentivando o crime. São verdadeiros monstros (...). Cada um deles é um rosário de torturas, sevícias, barbaridades daomeanas (...).<sup>456</sup>

Mais uma vez, os elementos que nos permitem pensar nesses indivíduos apresentados dentro da perspectiva da Antropologia Criminal. Barroso não perdeu tempo em elencar e mobilizar todas as características físicas dos cangaceiros, enquadrando-as dentro da teoria lombrosiana.<sup>457</sup> Além da descrição “do famigerado Chapeo Grande”, presente no *Diário do Piauí*, a imprensa do Ceará também relacionou a prática criminal às teorias de Lombroso e inúmeras vezes fez menção ao “tipo físico” dos cangaceiros como determinante em suas ações. Em 1926, por exemplo, quando Lampião vai ao Juazeiro do Norte, o jornal *O Nordeste* narrou a impressão daqueles que residiam na capital e foram “visitar” o “famoso bandoleiro”, informando “(...) ser ele um typo de baixa estatura magro e feio”<sup>458</sup>, apesar de aparentar “muita amabilidade”.<sup>459</sup>

É importante destacar que os aspectos da teoria apresentada pelo criminalista italiano também eram questionados. Aliás, os jornais traziam em seu interior embates e contradições para além da linha editorial. As folhas possibilitavam publicações de matérias

<sup>455</sup> BARROSO, G. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 56.

<sup>456</sup> BARROSO, G. **Terra de Sol**. 8ed. Apresentação de Braga Montenegro. Rio-São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 56.

<sup>457</sup> Djacir Menezes (2018) argumenta que o cangaceiro é um tipo normal e se deveria fugir das explicações lombrosianas e de anormalidades biológicas para explicar as práticas criminais. Para o autor, seria a realidade social, associada ao meio, a promotora do banditismo.

<sup>458</sup> NORDESTE, 09/03/1926, p. 01.

<sup>459</sup> Leonardo Mota, em seu livro *No tempo de Lampião* (2002), faz uma descrição da “fera nordestina” pintando-o como sendo “amulatado e de estatura meã: magro e semicircunda; barba e nuca ordinariamente raspados (...); o olho direito, branco e cego, escondido pelos óculos pardacentos, de aros dourados”. MOTA, L. **No tempo de Lampião**. 3ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC, 2002, p. 17.

daqueles que podiam pagar por suas colunas, o que possibilita apontar outras leituras. No ano de 1921, por exemplo, *A Lucta* trouxe um artigo do professor Claudio Regis Nogueira, cujo título era *A criminalidade e suas causas*. Nogueira critica a teoria de Lombroso e aponta outras saídas diante dos problemas levantados pelo estudioso italiano. Entretanto, interessa-nos tencionar como essas teorias estavam persentes povoando o imaginário da época.<sup>460</sup>

Não é exagero dizer que, naquele período, preto era a cor do medo. Os estigmas da criminalidade foram associados, em grande medida, a pessoas de peles pretas.<sup>461</sup> Nos sertões, ela ganha especial atenção para ser direcionada ao banditismo. Nas notícias analisadas, frisar que o sujeito criminoso tinha “pelle negra” era quase sempre sinônimo de acentuar a gravidade do crime, da violência cometida. Como exemplo, destacam-se as atrocidades cometidas pelo “negro Chapeo Grande”, que invade a casa de um sertanejo, amarra-o e o dependura “(...) em um torno do quarto”, abusa de sua mulher e depois o mata “debaixo dos gritos, supplicas e lamentações da esposa!”<sup>462</sup>

Esse imaginário se estende para além da cor da pele, e as marcas discursivas negativas aparecem em diversas situações sociais. Em 1912, o jornal paraibano *O Norte* chama as violações que sofre a população de “uma serie de scenas negras, hediondas, selvagens” que se reproduzem e dificultam o desenvolvimento do estado<sup>463</sup>. E que é digno de pena “a sorte do povo sertanejo atormentado pela negra visão da anarchia e da morte”.<sup>464</sup> Mais tarde, o *Jornal do Recife* diz que, em todo o Brasil, se conhecem “(...) as negras façanhas do banditismo nestes quatro Estados: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Parahyba, onde se dão os crimes mais hediondos e mais covardes”.<sup>465</sup>

A administração pública e sua falência na perseguição e destruição do banditismo também aparece na imprensa cearense com as mesmas conotações negativas. *A Esquerda*, ao comentar o governo de Moreira da Rocha, sentencia que “ninguem sabe o que foi felicidade neste quadriennio tarjado de negro e salpicado de sangue”.<sup>466</sup> E *O Ceará* promete, diante de

---

<sup>460</sup> No jornal *A Lucta* de 21/02/1920, mais uma vez, encontramos menção a “um typo exquisito, de aspecto suspeito” na cidade de Viçosa, descrito como “Pequenino, com idade de 45 a 50 annos, olhar desvairado, barba em desalinho, zigomas proeminentes, maxillas anormaes, orelhas em azas”. E complementa falando de seus “gestos violentos e desabridos, formando todo um conjunto que Lombroso se envaideceria de ter entre os seus observadores”.

<sup>461</sup> O estudo de Boris Fausto (2001) apresentou, com base em dados de 1916, que negros e mulatos eram presos em proporções superiores, mais de duas vezes em comparação com a população geral da cidade, fruto de uma política de controle social da ordem pública de São Paulo.

<sup>462</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 11/10/1912, p. 01.

<sup>463</sup> O NORTE, 13/12/1912, p. 01.

<sup>464</sup> O NORTE, 30/01/1913, p. 01.

<sup>465</sup> JORNAL DO RECIFE, 17/03/1922, p. 02.

<sup>466</sup> A ESQUERDA, 09/05/1928, p. 01.

uma série de reportagens sobre o banditismo, “(...) trazer o publico no par do que houve durante essa phase negra da nossa historia”.<sup>467</sup> São todas construções que reforçam a cor do medo difundido pela elite e ampliado pela imprensa.

A mestiçagem marca a população sertaneja e se estende, pois, aos cangaceiros, imersos na mesma constituição ética desta região. No entanto, a história social sertaneja é marcada por uma elite (financeira, intelectual), que não se identifica com seu povo, nem gosta do que vê e classifica como povo. Gustavo Barroso, por exemplo, afirmava que o sertanejo possuía um estado intelectual primitivo que o impedia de “sentir todas as sensações que sentimos”, por conta da sua “vida meio selvagem”. Some-se a isso o preconceito racial bastante presente e difundido em todas as classes sociais, evidenciando uma pretensa superioridade em relação à população dos sertões.

Aqui chegamos ao nosso segundo argumento que sustenta e reforça o medo apregoadado pela imprensa cearense. Como observamos, o sertão é descrito como espaço da barbárie e do primitivismo, características que atravessam a sua população. O “populacho” sertanejo era visto como inculto, violento, selvagem, frutos do meio e da mestiçagem, assim posto, contando com um contingente populacional pobre e rural, era visto pela elite como uma classe vadia, ociosa, incapaz de trabalhar por suas próprias mãos e portador natural da violência. Esta imagem das “classes perigosas” oitocentista se estende também para o século seguinte.<sup>468</sup>

Se não podiam trabalhar por conta própria, então precisavam obedecer e subordinar-se aos poderosos.<sup>469</sup> Era uma nova forma de dominação dos corpos que se estendia às famílias que precisavam de trabalho e proteção. É nesse agrupamento de agregados, apadrinhados, que se observa em muitos chefes locais e chefes políticos ao longo do tempo se rodearem de guarda-costas, os jagunços, que lhe juravam fidelidade. Alguns desses sujeitos, por motivos variados, se distanciaram do seu chefe e apostaram na vida errante do crime. E justamente por se distanciar e compor as fileiras do “cangaço independente” é que passaria a ser rechaçado veementemente.<sup>470</sup>

Não é exagero falarmos em uma boa relação entre os grandes fazendeiros, políticos e cangaceiros. Lembremos que, apesar da mensagem do presidente do estado do Ceará,

---

<sup>467</sup> O CEARÁ, 7/07/1928, p. 01.

<sup>468</sup> CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>469</sup> REIS JR, D. de O. As “classes perigosas” no sertão dos Oitocentos: justiça, conflitos sociais e violência. In: CÂNDIDO, T. A. P; NEVES, F. de C. **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de leitura Editorial, 2017. cap. 05, p. 91-103.

<sup>470</sup> São sujeitos que, em determinado momento, além de trabalhar para alguns chefes locais, conheciam os domínios sertanejos e tinham costume de transitar entre os estados durante a realização de suas ocupações.

Benjamin Liberato Barroso, lamentando a situação de penúria por conta da seca de 1915, não lhe parecia surpresa que homens de “responsabilidades” e famílias importantes, como “(...) fazendeiros, lavradores, criadores e doutores”, tenham “a preocupação de organizar cangaço”.<sup>471</sup> Por mais de uma vez, nos lugares por onde passou, José Amável não deixou de registrar a quase onipresença do cangaço. Nas proximidades do Inhamuns, por exemplo, ele mencionou a fazenda do Coronel Augusto, “chefe supremo” da região e “senhor de grande ‘cangaço’”.<sup>472</sup> Depois, na fazenda Muquem, pertencente aos “Moirões”, ele sentenciou: “Nessa fazenda existia ‘cangaço’”.<sup>473</sup> E por último, não nos esqueçamos que o Casusa, ao pé da Serra da Joantina, “começou a reunir ‘cangaço’”. Mais do que isso, tal atitude “era a primeira demonstração de home abastado e corajoso”.<sup>474</sup> Uma relação, portanto, aceitável.<sup>475</sup>

Outro ponto interessante reside no fato de alguns dos principais chefes de cangaço serem provenientes de famílias com posses relevantes. Antonio Silvino, por exemplo, era fazendeiro. Sinhô Pereira também vinha de família abastada, dona de latifúndios no Cariri cearense. Ulisses Liberato, famoso por suas incursões nas divisas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba entre os anos 1918 e 1922, viveu em São Paulo por muitos anos, era letrado e sem muitas dificuldades, falava francês e inglês.<sup>476</sup> Ou seja, a organização do cangaço não foi exercida apenas pela população pobre. Além disso, estes sujeitos gozavam de certos prestígios possibilitados por suas classes sociais, como as relações de proximidade e amizade com os outros poderosos da região.<sup>477</sup>

O fortalecimento e a ampliação dos “bandos independentes” causam estranhamento e amedrontam as elites locais porque elas passam a depender, em alguns casos, dos grupos de cangaceiros que aumentavam pelos sertões. Estes homens, antes senhores do mando, passam a sentirem-se reféns do medo diante dessa nova forma “profissional” de banditismo que se ampliava. No Ceará, esse medo do cangaço pode ser captado especialmente após término da Sedição de Juazeiro, em 1914, e os seus desdobramentos, expandindo a carga de negatividade que o termo carrega.

---

<sup>471</sup> AL-CE, 01/07/1915, p. 13.

<sup>472</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 14/07/19120, p. 01.

<sup>473</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 26/09/1912, p. 01.

<sup>474</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 11/10/1912, p. 01.

<sup>475</sup> Esse tensionado jogo de interesses fica explícito a partir do “Pacto dos Coronéis” realizado em 1911, em Juazeiro.

<sup>476</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>477</sup> No entanto, não podemos descartar que muitos dos sertanejos menos assistidos ingressaram no cangaço. As motivações foram variadas, desde vingança ou refúgio até a possibilidade de ascensão social, fama, aventura ou dinheiro que girava em torno do imaginário do cangaço na época.

O medo contrapõe-se à familiaridade, ao conhecido, tornando movediço o terreno das seguranças construídas. Os crescentes ajuntamentos de bandidos nos sertões somam-se aos demais medos já conhecidos pela população, como as secas, as doenças e as sedições. Aliás, esta é um antigo fantasma que assombra há tempos as elites rurais. Esse medo foi imputado ao cangaço como representante da insatisfação popular. Havia, portanto, o medo de que as ações dos bandoleiros seduzissem e levassem às classes menos favorecidas ao cangaço. Medo da revolta, medo de perder o controle do julgo e do mando. Dessa forma, afasta-se o cangaço, ao menos no discurso público, das elites e associado, pejorativamente ao “populacho”.

Esta história, no entanto, é bem mais antiga. Ana Sara Cortez Irffi (2023), ao analisar a descrição feitas aos *cabras* do Cariri cearense, elenca marcas preconceituosas, como “homens de cor”, “criminosos” e “facinorosos” a eles imputados, compartilhadas, mais tarde, ao se descrever o cangaço, como uma preocupação da falta de controle e domínio do estado sobre aquela população, “enquanto criminalizavam as experiências dos homens livres e pobres que percorreram e habitaram os sertões do Ceará”.<sup>478</sup> A autora aponta ainda que, desde a segunda metade do século XIX, a “pecha” de “cangaceiro” não era aceita por causa da denotação negativa do termo. Quem era acusado negava veementemente e usava tal epíteto para se dirigir aos seus inimigos.

Durante os períodos de pleito, a ligação do cangaço aos que concorriam a uma vaga no poder público era uma poderosa arma carregada e disparada pelos impressos. Qualquer associação de alguém aos bandos de cangaceiros deveria ser condenada energicamente. Logo, sob a égide do discurso público, do discurso respeitável, o combate ao cangaço era a bandeira levantada. Isso posto, mais uma vez, encontra-se na população empobrecida a permanência da atividade pelas armas, acusando-a perpetuar o banditismo nos sertões. Interessante atentar para, não sem certo tom retórico, a pergunta lançada no jornal *O Ceará*: “Então só elles, os pobres cabras, é que eram os criminosos? E os mandões; o que era feito delles?”.<sup>479</sup>

Como podemos observar, os dois aspectos se complementam, oferecendo sentido para a dinâmica social do período. O medo da perda de privilégios das elites locais, associado ao temor de perder o controle sobre a população mais vulnerável, somado às teorias raciais difundidas no período, ajudou no processo de racialização dos sertanejos, em consequência, os cangaceiros. Nesse caminho, há, certamente, espaço para a contradição, haja vista que os

---

<sup>478</sup> IRFFI, A. S. C. “Cabra assassino de profissão, matador”: mobilidade e poder nos sertões da (des)ordem. In: IRFFI, A. S. C. [et. al.] (Orgs). **Sertões da (des)ordem**: crimes, revoltas e outras agências. [livro eletrônico]. Ananindeua, PA: Cabana, 2023. Cap. 01, p. 16.

<sup>479</sup> O CEARÁ, 04/08/1928, p. 08.

cangaceiros, sendo eles mesmos mestiços, “ainda que tivessem algum ressentimento racial, se identificavam com o patronato ‘branco’ e reproduziam seus preconceitos e suas formas de agir”.<sup>480</sup> Nesse sentido, a ideia de raça é uma construção social, histórica e cultural, marcadora da diferença, construtora de hierarquias, exercendo influência na vida material “por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas”.<sup>481</sup>

Atravessando os espaços e circunscrevendo os corpos, o medo ao cangaço se fez presente no Ceará da primeira metade do século XX. A imprensa foi seu principal expoente, em narrativas cotidianas, assombrosas, bárbaras, detalhando e dotando de significados os múltiplos medos. Presente a todo instante e em todos os lugares, o discurso do medo se ramifica e se presentifica através dos impressos. Analisemos, a seguir, o imaginário do medo e a sua espacialização na sociedade cearense.

### 3.3 Espacialização do Medo: em busca de uma noção

De sorte que, em faces de taes noticias, uniformes e de varias procedencias, transmittidas por correspondentes de jornaes e agencias telegraphicas e por particulares, fica-se sabendo e envergonhado de saber que o cangaço firmou o seu imperio no Nordeste, só faltando exigir que o reconheça o governo na União.<sup>482</sup>

Observando a discussão anterior, quando analisamos a formação do parque gráfico dos jornais selecionados, a importância política e cultural que os impressos exerceram e o impacto no cotidiano de diversos setores, temos uma noção da sua abrangência. Estratégias várias foram adotadas por trabalhadores e por grupos de poucas letras na tarefa de decifração do mundo.<sup>483</sup> Nas cidades e nos sertões, inúmeros grupos buscavam formas de manter o contato com o mundo escrito.<sup>484</sup>

As décadas de 1910 e 1920 marcaram a consolidação do jornal como um empreendimento que visava o lucro, constituído com empresa.<sup>485</sup> Mais do que isso, o jornal se consolida como um espaço de poder que aparece na sua relação com o Estado e/ou com a Igreja,

<sup>480</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 122.

<sup>481</sup> SCHWARZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 34.

<sup>482</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01.

<sup>483</sup> GONÇALVES, A. BRUNO, A. (Org.). **O Trabalhador Gráfico**. Edição fac-similar. Fortaleza: Editota UFC, 2002.

<sup>484</sup> Um exemplo foi a leitura em voz alta em casas, barbearias e praças públicas.

<sup>485</sup> SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

a sua atuação política, agregando partidos políticos, juristas e médicos. As redações eram *locus* importantes de sociabilidade intelectual. Fruto do processo de modernização, acolhia temas diversos em suas páginas, convidando novos clientes. Em Fortaleza, uma imprensa diversificada difundia-se e alcançava cada vez mais leitores fiéis e exigentes.<sup>486</sup>

A circulação e a difusão de ideias se estendiam para além dos grandes centros urbanos. Graças ao aumento do número de colaboradores que os jornais possuíam, podemos ter uma ideia do alcance dessas folhas. Cidades como Quixeramobim, Pedra Branca, Morada Nova, Santa Quitéria, Ipu, Vila do Espírito Santo, Tamboril, Granja, Sobral, Camocim, Acarape, Pacatuba e Quixadá, por exemplo, compunham a rede de correspondentes em finais do XIX do jornal *O Cearense*. Nas praças, multiplicavam-se os vendedores de jornais e os periódicos noticiavam a crescente demanda por crianças para percorrerem as ruas, funcionando como um dos principais meios de distribuição dos impressos.<sup>487</sup>

Movimentando o interior do estado no século XX, pelo trem, chegavam exemplares d'*O Ceará* e d'*A Esquerda* em Senador Pompeu. *O Nordeste* circulou por Quixeramobim e adjacências. Assim como *O Sitiá*, que extrapolou o espaço quixadaense, a imprensa interiorana se fortalece e obtém êxito, destacando-se as cidades de Sobral, Aracati, Crato e Baturité.<sup>488</sup> Desse modo, podemos notar que os debates levantados nos impressos e a circulação de ideias no interior estavam presentes em múltiplos espaços, fazendo circular os discursos materializados nos jornais.<sup>489</sup>

É importante não confundir: não estamos fazendo um estudo do leitor individual, pois a leitura de um jornal é singular e não obedece a um roteiro preestabelecido, “ao contrário, sua leitura pode ser fragmentada, a escolha das seções, aleatórias, e o conteúdo chega ao leitor de formas as mais diversas”.<sup>490</sup> E ainda é difícil saber quem leu, como leu e o que foi lido. Entretanto, as formas de distribuição do jornal (tiragem e configuração), além da repetição e replicação constantes, nos oferecem pistas, indícios para pensarmos na circulação e mobilização dos impressos.

---

<sup>486</sup> SOUSA, E. de. A Imprensa do Ceará em 1918. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XXXIII. Fortaleza, Ceará, 1919.

<sup>487</sup> CHAGAS, V. **Extra! Extra!** Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios. Tese (doutorado) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2013.

<sup>488</sup> STUDART, G. de. Para uma História do Jornalismo Cearense (1924-1932). **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

<sup>489</sup> É possível ter uma ideia da circulação e dos colaboradores, bem como suas respectivas cidades, a partir das informações que o próprio jornal fornece aos seus leitores.

<sup>490</sup> GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013, p. 41.

Nos interessa pensar, diante da amplitude cultural da imprensa no Ceará, como se mobilizaram discursos de medo ao cangaço em suas páginas, fomentando o imaginário social na gestação de uma sociedade paranoica. Desordem e caos, terror e medo são palavras utilizadas na definição do espaço sertanejo e de sujeitos que habitam os sertões. A imprensa cearense elege o cangaço e a violência a ele relacionado como tema noticioso presente quase (obrigatório) diariamente nas folhas. Como nos informa a edição do jornal *A Esquerda* que abre esta seção, “(...) em faces de taes noticias, uniformes”, recorrentes e encorpadas, provenientes “de varias procedências”, e “transmittidas por correspondentes de jornaes”, pelas “agencias telegraphicas e por particulares”<sup>491</sup>, o império do cangaço estava firmado no Nordeste tal quase uma instituição.

Através da repetição e naturalização de algumas temáticas (violência, crimes, cangaço), os periódicos atuam na construção de memórias coletivas e, também, de esquecimentos, influenciando a visão imediata da realidade por parte dos seus leitores. Assim, diante da imbricada relação com o público leitor, os jornais formulam sentidos diante do fato noticiado, atuando diretamente no universo do imaginário da sociedade na qual esse veículo estava inserido. Como já apontamos, o cangaço foi tema bastante explorado pela imprensa.

A partir das narrativas cotidianas de medo presentes na imprensa e sem perder de vista os ideais dos programas dos jornais analisados, isto é, de mobilizar seus leitores contra a administração das gestões governamentais e/ou do sistema republicano como um todo, nos parece ser possível falarmos da fabricação de uma noção aqui chamada de Especialização do Medo no Ceará e nos estados limítrofes a partir da circulação dos impressos. Nesse sentido, podemos discutir a existência um imaginário do medo no Ceará? Partamos primeiro de algumas divergências entre os conceitos de mentalidade e de imaginário.

Os estudos sobre o medo podem ser alocados na dimensão História das Mentalidades<sup>492</sup>, uma vez que se interessam pelos modos de sentir coletivos, inserindo-os na longa duração. Assim, os historiadores das mentalidades preocuparam-se com a permanência alongada de alguns modos de sentir, como os trabalhos Michel Vovelle (1982) e Philippe Ariès (1981) sobre os sentimentos diante da morte<sup>493</sup> ou os estudos de Jean Delumeau (2009) sobre o medo no Ocidente.<sup>494</sup>

---

<sup>491</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01.

<sup>492</sup> BARROS, J. D'A. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

<sup>493</sup> VOVELLE, M. **Le mort et l'Occident de 1300 à nos jours**, à paraître fin 1982, Gallimard, Paris, 1982 ; ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

<sup>494</sup> DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A História das Mentalidades gerou certas suspeitas por parte de alguns historiadores, principalmente por seus aportes teóricos e metodológicos. A sua proposta teórica estava aliada ao pressuposto de uma história total braudeliana, que investigava os modos de sentir e os modos de pensar coletivos de determinada sociedade, buscando encontrar uma base comum presente nos sentimentos investigados. Desse modo, valendo-se de uma abordagem serial aliada a uma análise extensiva de variadas fontes, o historiador das mentalidades parte de um recorte privilegiado na tentativa de intervir a projeção de interesses e atitudes coletivos, na tentativa de traçar a percepção de uma mentalidade coletiva<sup>495</sup>. Como fez Michel Vovelle, analisando iconografias como fonte para se examinar a mentalidade medieval.<sup>496</sup>

Um exemplo interessante é o trabalho de Jean Delumeau (2009). A sua extensa obra *História do Medo no Ocidente* examina a constituição do complexo de medos (modos de sentir de uma mentalidade coletiva) em um período que vai da Idade Média ao século XVIII (longa duração). Delumeau observou que a multiplicidade de medos operava como fronteiras internas diante desse mundo em expansão. Seu estudo observou estas longas permanências, os produtores de medo, e suas manipulações são características da História das Mentalidades.<sup>497</sup>

Outra obra importante é *O grande medo de 1789*, de Georges LeFebvre, na qual podemos apontar relações com os estudos sobre História das Mentalidades.<sup>498</sup> LeFebvre analisou em sua obra como a disseminação de notícia falsas<sup>499</sup>, caracterizando, durante a Revolução Francesa, o chamado Grande Medo, foi mobilizada pelas elites, visto que se caracteriza como um estudo que busca descortinar os rumores que ganharam ares de verdades para justificarem o medo diante de uma multidão convulsionada.<sup>500</sup>

O cangaço ganhou bastante destaque, como vimos, nas folhas cearenses, ocupando o debate em torno da ordem, do progresso e da civilização, elencado com um entrave ao bem viver por inúmeros homens de imprensa e intelectuais da época. Durante todo o período estudado, ele aparece nos jornais analisados como elemento destruidor, um atraso no imaginário social da época. Perspectiva que só mudou por volta dos anos 50, 60 do século passado<sup>501</sup>,

---

<sup>495</sup> Pode-se citar os trabalhos de Laura de Melo e Souza (1982) e João José Reis (1991) como exemplo da historiografia brasileira inspirada na história das mentalidades.

<sup>496</sup> VOVELLE, M. **Imagens e imaginário na história: fantasmas e cecrtezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

<sup>497</sup> DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>498</sup> LEFEBVRE, G. **O Grande Medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>499</sup> Dedicaremos especial atenção aos rumores e notícias falsas sobre os ataques de cangaceiros no último capítulo.

<sup>500</sup> João de Paula Santos (2022) coloca LeFebvre como um precursor dos estudos da chamada História vista de baixo, uma vez que foge de análises que caracterizam as multidões como irracionais.

<sup>501</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nordestino, uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013a; ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **“O morto vestido**

quando se inverte a ordem, colocando o cangaceiro como um proto-revolucionário<sup>502</sup>, um tipo da cultura popular nordestina ou como herói do sertão.

Cabe, nesse momento, apontarmos alguns elementos que separam os estudos das mentalidades das pesquisas que se valem dos imaginários. A História do Imaginário está preocupada com as imagens gestadas pela sociedade (verbais, visuais e mentais), isto é, estas imagens são tão reais e presentes quanto a vida concreta. Nesse sentido, o imaginário reestrutura e oferece sentidos às sociedades que os produzem. Além disso, uma distinção importante entre a História das Mentalidades e a História do Imaginário reside no fato de o segundo se amparar na mobilidade, nas mudanças, nas transformações.

Os historiadores do Imaginário não se dedicam à longa duração, nem à estrutura mental coletiva, antes, dentro dos pressupostos teóricos do Imaginário, observamos a fabricação de imagens verbais, mentais ou visuais e suas interferências nas sociedades nas quais são produzidas.<sup>503</sup> Assim, interessam as imagens socialmente produzidas e seus usos, passando por não cair na tentação de descrever as imagens por elas mesmas. É preciso problematizá-las e equacionar símbolos, políticas e culturas, ou seja, a partir dos elementos do imaginário para tentar desvelar questões da vida prática, porque, “uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e o domínio do tempo coletivo sobre o plano simbólico”.<sup>504</sup>

Entendemos que o imaginário pode ser acessado de forma mais direta por meio de uma análise do discurso presentes nos escritos ou nas visualidades. É o que pretendemos ao analisarmos o discurso da imprensa em sua materialidade. Desse modo, verticalizamos nossa análise nos múltiplos gêneros textuais presentes nos jornais (telegramas, notícias, reportagens, fotos, crônicas, versos etc.), visto que cada um desses gêneros tem uma finalidade própria que lhes são inerentes. Buscamos analisar como o medo é gestado, significado e mobilizado nas páginas de periódicos cearenses, bem como seus usos políticos na definição das identidades espaciais e sociais.

É importante destacar que temos no Brasil uma vasta produção com trabalhos interessantes que se valeram de estudos do medo e suas implicações sociais. Nos repositórios institucionais (CAPES, UFC, UECE), detectamos que boa parte deles foi realizada nas áreas da

---

**para o ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.

<sup>502</sup> Um bom exemplo é a análise construída por Rui Facó (1976).

<sup>503</sup> Foi o que fez Kappler em seu trabalho *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média* (1994).

<sup>504</sup> No original: “una de las funciones de los imaginarios sociales consiste en la organizacion y el dominio del tiempo colectivo sobre el plano simbólico”. BACZKO, B. **Los imaginarios sociales**: memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999, p. 09.

Filosofia, da Comunicação Social, da literatura, da psicologia, dentre outros.<sup>505</sup> Para nossa proposta, destacamos aqui quatro obras norteadoras para a compreensão de medo que empregamos nesta tese.

Socorro Ferraz e Bartira Barbosa nos apresentam o processo de exploração dos indígenas e os sertões durante a violência da colonização, com análises da ocupação fundamentadas no domínio pelo discurso, pelas vigilâncias, as leis e o medo. No texto das autoras, o medo aparece como um fenômeno social gestado nas relações de poder e dominação, como ferramenta de destruição física e, também, ideológica dos nativos. O sertão e seus habitantes são, portanto, construídos a partir do medo desde os tempos coloniais, configurando-se como “uma fronteira física e, ao mesmo tempo, imaginária para as populações do litoral”.<sup>506</sup> Imagem presente nas formas de ver e dizer os sertões durante o início do século XX.

Partindo do projeto de destruição física e ideológica das quais nos falam as autoras, notamos que a presença indígena praticamente desaparece ao longo dos anos das discussões, dos noticiários, das relações sociais. Há, de fato, um processo de relegar estes sujeitos ao esquecimento. No entanto, prevalece o medo como sujeito, como nome próprio, como fundante dos sertões, com seus espaços imaginados, descritos e recriados pelo medo.<sup>507</sup> Esse exercício de dominação está presente nos medos elaborado pela imprensa cearense, visando atender interesses das elites locais e em nome dos ideais de progresso e de civilização vigentes, portanto, um projeto político.

Vladimir Safatle (2018) nos oferece uma proposta para equacionarmos medo e política a partir de uma leitura hobbesiana. Para o autor, o medo como afeto político é um importante mecanismo de controle e fundamental para a coesão social. Safatle nos fala que a metáfora do corpo político requer encarnação, que pode surgir na materialidade de um líder, uma classe ou ideia, isto é, ela é “um dispositivo de expressão de afetos”.<sup>508</sup> Vale lembrar ainda que há diferenças entre as corporeidades, algumas são simbólicas, outras são imaginárias, além de operarem mudanças em tempos distintos.

O medo como afeto político nos ajuda a compreender as narrativas sobre o cangaço e os interesses diante da gestação de uma sociedade paranoica, imersa no risco de perder sob a

---

<sup>505</sup> No repositório institucional da UFC, encontramos alguns trabalhos sobre o medo, com destaque para uma dissertação sobre a relação entre a lepra e a cidade no Ceará da primeira metade do século XX, e uma tese sobre medos e resistências diante da Inquisição no Ceará dos séculos XVI a XVIII, ambas do programa de História social e defendidas em 2016 e 2022, respectivamente.

<sup>506</sup> FERRAZ, S; BARBOSA, B. F. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: EDUFPE, 2015, p. 11.

<sup>507</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>508</sup> SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 20.

força da violência bens individuais e coletivos que se inscreve nos modos de se fazer política nos sertões da primeira metade do século XX. Aqui concordamos com a ideia de Safatle de que é possível “(...) pensar a política a partir da maneira como afetos determinados produzem modos específicos de encarnação”.<sup>509</sup> A imprensa cearense ajuda a construir essa ambiência de medo e tensão e de ameaça constante à vida social, que se intensifica pela circulação e repetição das notícias de violência e medo presentes também nos jornais de estados vizinhos, ajudando na presentificação do medo nos sertões e nas cidades.

O trabalho de Vera Malaguti Batista (2003) analisa a difusão do caos e do medo na cidade do Rio de Janeiro em dois tempos. A autora se dedica aos medos urbanos contemporâneos, materializados nos discursos sobre a segurança pública dos 1990, e os medos da Revolta dos Malês, rebelião ocorrida no ano de 1835, na Bahia, equacionando permanências e rupturas nos medos de hoje. Na hipótese de Batista, o medo serve como partida para decisões não só no campo social, mas também no campo político e no econômico.<sup>510</sup>

Vera Batista lança mão de análises de fontes como os discursos da imprensa e os discursos médicos, jurídico penal e políticos para compreender como o medo das “classes perigosas” apresenta consequências na vida concreta. São discursos que segregam, que naturalizam práticas e hierarquizam os espaços, cartografando a cidade do Rio de Janeiro pela desordem e a violência. O trabalho de Batista sensibiliza nosso olhar para os discursos nos impressos que pretendem validar medos de uma elite rural que não soube lidar com o fim da escravidão e que via nos sertões e seus sujeitos as marcas da barbárie.<sup>511</sup>

A pesquisa de Letícia Matheus (2011) estuda as narrativas de medo na mídia, partindo da perspectiva de que o “medo midiático” repercute para além dos meios de comunicação, e suas motivações estão relacionadas com fatores socioculturais. A autora se dedica à cobertura do jornal *O Globo* sobre dois fatos violentos ocorridos no Rio de Janeiro. O medo aparece como personagem central nas reportagens policiais, e as “notícias de sensação” são mobilizadas na fabricação, difusão e perpetuação do medo.

Nos chama atenção a ideia de continuidade, de presentificação do medo, articulada pelo jornal produzindo uma memória do medo e da constante violência na cidade. Medo sempre

---

<sup>509</sup> SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 20.

<sup>510</sup> BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

<sup>511</sup> Dizemos isso, pois, como alerta Pernambucano de Mello (2011), o cangaço passa de “endêmico e tolerado” para “epidêmico e repellido” a partir do momento em que fogem do controle das elites e surgem numerosos bandos independentes. Todavia, não é uma análise que mascara a violência perpetrada pelos cangaceiros nos sertões.

atualizado, disseminado temporal e espacialmente.<sup>512</sup> É interessante pensar na continuidade do medo, explorada pelas reportagens do *O Globo*. Nos casos analisados, são revisitados “alguns fantasmas específicos do imaginário de determinados grupos sociais”<sup>513</sup>, a saber: a alteridade, o outro como inimigo, a morte imprevisível e a fragilidade da cidade.

Extrapolada para a ambiência de ampliação dos bandos e o crescimento do número notícias sobre o cangaço na imprensa cearense, os trabalhos anteriormente citados nos conduzem à noção aqui defendida e definida como Espacialização do Medo, que parte da ideia que a partir da análise dos periódicos do Ceará e o cotejamento com jornais de estados vizinhos, juntamente das mensagens dos governadores, o medo disseminado nos impressos ultrapassava as fronteiras geográficas.

Trabalhos de áreas variadas, como dissertações e teses do Urbanismo,<sup>514</sup> da Saúde Coletiva<sup>515</sup> e da Sociologia,<sup>516</sup> por exemplo, apresentaram uma discussão sobre o medo espacializado nas cidades, sempre discutindo a sua relação com a segurança pública, questões de gênero e traumas psicológicos que envolvem a prática de crimes em espaços urbanos. No entanto, a noção apresentada não é especificada, pedindo uma maior atenção e detalhamento. Além disso, o medo espacializado ao qual se referem estas pesquisas se restringem às discussões sobre o espaço citadino e mais frequentemente a um recorte temporal mais recente.

Para o nosso trabalho, a noção de Espacialização do Medo tem a função específica que aponta para uma cartografia dos espaços sertanejos inscritos forjados pelo crime e pela violência constante. Ou seja, há tanto a construção topofóbica, marcada pelo temor de transitar por aqueles espaços, como o medo, por parte dos sujeitos, de sucumbir à violência que ali podem ser submetidos. Desse modo, a dinâmica de divulgação das notícias pela imprensa desempenha um importante papel na produção e na espacialização do medo.<sup>517</sup>

---

<sup>512</sup> MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

<sup>513</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>514</sup> Rafael Verissimo (2012) discutiu em sua dissertação os espaços públicos e a segurança pública, atentando para estratégias de prevenção do crime e violência no perímetro urbano.

<sup>515</sup> Ramon Ferreira (2021) observou como o trauma psicológico se tornou autônomo, a ponto de ser fenômeno essencialmente corporal.

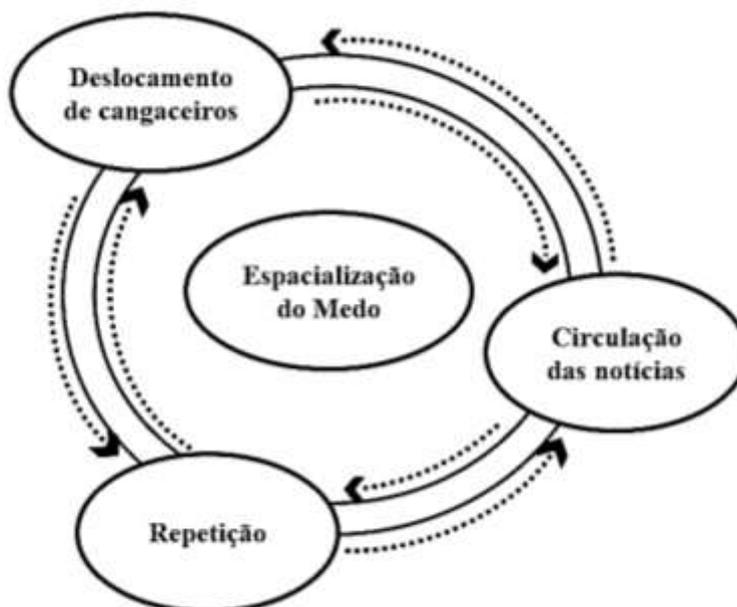
<sup>516</sup> Erna Barros (2020) analisou em sua tese os espaços hostis à presença feminina a partir da leitura de *graffitis* enquanto fenômeno social urbano imerso nas cidades, seus espaços e disputas a partir do ponto de vista do gênero.

<sup>517</sup> GOMES, P. I. J. **Reação social e vitimização em Montes Claros/MG**: um diagnóstico do perfil das vítimas de crime e da subnotificação entre junho de 2008 e julho de 2009. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Unimontes. Montes Claros, 2010. Ver também SOARES, G. A. D. O Sentimento de Insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 108-125.

A espacialização do medo se apresenta, a partir do diálogo com as fontes, como fator também de definição de identidades espaciais. O discurso de medo amplificado pelos impressos se firma como um dos traços definidores que aparece em oposição ao Sul, civilizado, o espaço outro, marcado pelo grande número de intelectuais que discursivamente pensam a identidade dos sertões.<sup>518</sup> Afinal, como nos lembra Albuquerque Jr, “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso”.<sup>519</sup> Agora, não são apenas “os fatores naturais que definem, que dão identidade (...). São os fatores históricos e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e desenvolvimento como ‘consciência’”<sup>520</sup>.

Destacamos três elementos que caracterizam a espacialização do medo na imprensa cearense: o deslocamento dos cangaceiros, a circulação das notícias e a repetição da temática diuturnamente. É importante perceber que os elementos aqui listados que nos permitem falar em uma espacialização do medo no Ceará do início do século XX estão interligados e se retroalimentam, conforme observamos na figura a seguir.

**Figura 2**  
**Fluxograma da Espacialização do Medo**



**Fonte:** elaborada pelo autor

<sup>518</sup> Uma imagem consumida e assumida, inclusive, muitas vezes pelos próprios agentes da região.

<sup>519</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nos destinos de fronteira:** História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, p. 198.

<sup>520</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** 5ª edição, São Paulo: Cortez. 2011, p. 89-90.

Observando a figura 2, o primeiro elemento diz respeito à ampliação dos bandos e suas andanças pelos sertões, sua movimentação e seu rápido deslocamento pelos espaços fronteiriços dos estados do Ceará, como Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Nos relatórios enviados para a Assembleia Legislativa, os cinco estados envolvidos são unânimes em reclamar da movimentação de cangaceiros em seus espaços limítrofes. João Lopes Machado, presidente do estado da Paraíba, escrevia que, por meio das notícias da imprensa, se sabia da ameaça de invasão de criminosos reunidos em pontos estratégicos do território do estado vizinho.<sup>521</sup> Nas mensagens do presidente João Thomé, sabemos das expedições para pacificar os sertões na busca de dispersar os cangaceiros que debandam para os estados limítrofes.<sup>522</sup>

O segundo está intimamente ligado ao processo de consolidação do parque gráfico cearense, das novas técnicas de impressão e escrita, do barateamento das folhas e, portanto, da circulação das notícias.<sup>523</sup> A edição dezembro de 1925 do jornal *O Sitiá* nos oferece uma ideia: o cangaço é o “assumpto do mais palpitante interesse”<sup>524</sup> da população e sempre presente nas folhas do Brasil. Além do já mencionado trecho d'A *Esquerda* que se refere à quantidade de notícias “uniformes e de varias procedências”<sup>525</sup>, o jornal *O Ceará* também comenta a variedade de “notícias espalhadas” tanto nas folhas da capital como outras inúmeras “vindas do interior”.<sup>526</sup>

Por fim, o terceiro elemento que se sobressai é a repetição da temática explorada, quase sempre apelando para a mesma construção textual, os mesmos jargões, a mesma situação e o mesmo problema a ser resolvido. Prática comum nos periódicos com seus correspondentes em várias partes do país, era comum encontramos uma matéria replicada em outras folhas nas quais se coincidem os colaboradores. Ademais, reproduzir notícias de outros periódicos, seja para reforçar uma informação, seja para criticar o texto citado, era uma prática bastante usual no período.

No jornal *O Ceará*, por exemplo, encontramos constantes menções às transcrições de jornais, como *Gazeta do Cariry*, do Crato e *Diario da Manhã* de Recife. Ou ainda a folha sobralense *A Ordem*, que menciona transcrições do jornal *O Povo*.<sup>527</sup> Dessa dinâmica, resulta a

---

<sup>521</sup> AL-PB, 01/03/1912.

<sup>522</sup> AL-CE, 01/07/1918.

<sup>523</sup> Como vimos, a aproximação das narrativas de violência, medo e cangaço faz parte também do *metier* jornalístico do período atento e afeito às “notícias de sensação”.

<sup>524</sup> O SITIÁ, 20/12/1925, p. 01.

<sup>525</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928.

<sup>526</sup> O CEARÁ, 1928.

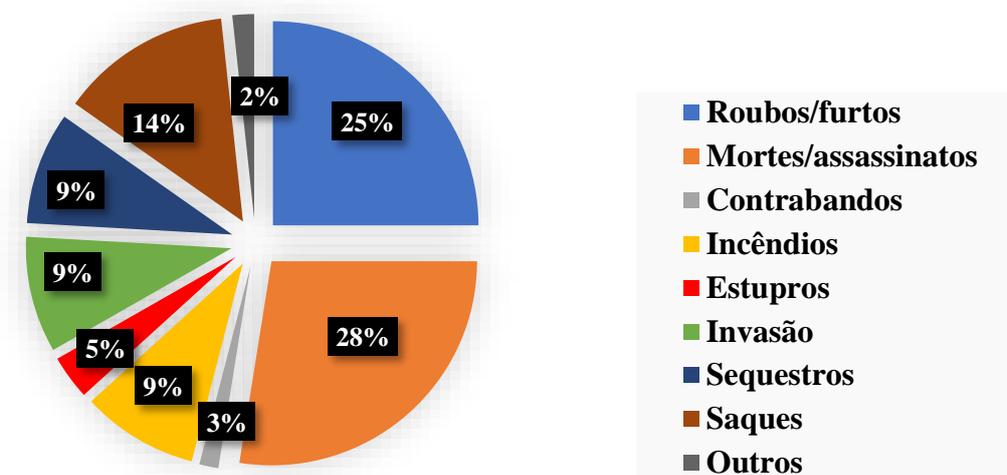
<sup>527</sup> O CEARÁ, 1928; A ORDEM, 1927.

sensação de atualização perpétua do problema, de um eterno presente, de uma constante agonia, de medo infinito e ameaças sem fim, mobilizando o que Delumeau (2007) chamou de medo fundamental, isto é, o medo da morte.<sup>528</sup>

Nas matérias jornalísticas, o medo aparece para além da palavra grafada. Aqui analisamos a ambiência apresentada pelo texto e as palavras empregadas na construção das notícias. A sensação da permanência de um “elemento destruidor” e do iminente ataque aos lares, mantinha aflita toda a população. Basta recorrer Tabela 1, apresentada anteriormente. Nela listamos os tipos de crimes presentes na imprensa cearense atribuídos aos cangaceiros e perceberemos que aqueles que atentam contra a vida e contra a propriedade privada aparecem em maior proporção.

### Gráfico 2

Percentual dos crimes cometidos por cangaceiros noticiados na imprensa<sup>529</sup>



Fonte: BNDigital, elaborado pelo autor

A grande proporção de espaço dada às coberturas de mortes e assassinatos aponta para a exploração das “notícias de sensação” e sua possibilidade, dentre outras coisas, de ampliação do número de venda das folhas. “Jardim cercada por cangaceiro” ou “Scenas de revoltante barbaria”, são exemplos que se podem ler em *O Nordeste* e *O Sitiá*, respectivamente (são 28% do total). As notícias sobre as violações dos corpos (estupros (3,5%), sequestros

<sup>528</sup> DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. In. NOVAIS, A. **Ensaio sobre o Medo**. São Paulo: Senac, 2007.

<sup>529</sup> Os valores presentes no gráfico são aproximados.

(8,9%) e torturas) seguem esse mesmo caminho, explorando detalhada e demoradamente estes crimes.

Em seguida, correspondendo a 25% das notícias, temos os crimes contra as propriedades – bens coletivos e individuais –, nas quais sobressaem-se uma defesa voltada, sobretudo, para o olhar das elites. Aliás, o medo das elites orientou muitos dos editoriais dos jornais da capital e do interior também. A ambiência de insegurança gerada pela imprensa foi um caminho trilhado pelas elites para justificar o expurgo da vida cangaceira dos sertões. As notícias de invasão (9,2%), saques (13,5%) e incêndios (9,2%) as complementam.

A circulação de ideias a partir dos discursos de medo presentes em múltiplos espaços (interestaduais) e suportes (impressos) aproxima a noção de Espacialização do Medo da proposta de C. De Vito (2019) de uma história micro-espacial, uma vez que as integramos política, linguística e culturalmente. Nosso olhar para o medo ao cangaço nos jornais buscou entender a produção e a circulação de ideias, técnicas e sujeitos, atentando para como “eles influenciaram de forma diferente as experiências de indivíduos imbricados em outros locais”.<sup>530</sup> Desse modo, o medo, em sua dinâmica e expansão, com sua capacidade de chegar a inúmeros locais e temporalidades, associado à prática microanalítica sensível às espacialidades, se apresentou como diferencial teórico e metodológico.

Nossa operacionalização com a noção de Espacialização do Medo leva em conta ainda dois conceitos: *formação discursiva*<sup>531</sup> e *interdiscurso*.<sup>532</sup> No primeiro caso, a partir das matérias materializando os discursos de medo ao cangaço, porque todos os elementos que apontamos só fazem sentido mediante o momento em que são discutidos e classificados discursivamente. Boa parte das matérias gravitou em torno da perspectiva republicana civilizante, ameaçada, portanto, pela ação dos cangaceiros. Estas notícias povoaram o imaginário da população sertaneja, cristalizando, a partir da memória, a imagem de terror que adjetiva os sertões. E este é o segundo caso, a memória, como parte do discurso, influencia na sua produção e tem efeito direto naquilo que está sendo dito, construindo sentidos de acordo com o nosso posicionamento enquanto sujeitos, o que nos ajuda a compreender os discursos em sua historicidade. Afinal, o imaginário do medo passa pela forma como o narramos, como

---

<sup>530</sup> No original: “how they differently influenced the experiences of individuals imbricated in other sites” (Tradução nossa). DE VITO, C. G. History without scale: the micro-spatial perspective. **Past and Present**, v. 242, Supplement 14, 2019.

<sup>531</sup> FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>532</sup> ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2005.

ordenamos e conferimos sentidos a determinado processo social. É por meio dele que se estabelece o vocabulário usado para narrar nossas aflições.<sup>533</sup>

Este discurso aparece materializado constantemente tanto na imprensa, quanto em documentos oficiais, como as mensagens enviadas à Assembleia Legislativa de seus respectivos estados. Nelas podemos entrever as táticas adotadas por inúmeros grupos de cangaceiros pelos sertões, recorrendo às incursões pelos limites interestaduais. As fronteiras aparecem com espaço privilegiado de crimes diversos, de fugas, de negociações e de morte para os sujeitos que a elas recorrem. No capítulo a seguir, operacionalizando a noção de Espacialização do Medo, discutiremos as múltiplas possibilidades de usos deste espaço, suas singularidades e conexões possíveis.

---

<sup>533</sup> CORRÊA, F. B. **Imaginário do medo**: imprensa e violência urbana. Rio de Janeiro: Multifoco, 2009.

**PARTE II**

**FRONTEIRAS DA (DES)ORDEM**

## 4 DESLOCAMENTOS DE CANGACEIROS NOS LIMITES DO CEARÁ

### 4.1 (Des)ordens: convênios contra o banditismo nos limites do Ceará

Só um accordo lealmente executado entre os Estados limitrophes (...) guarnecendo-se com forças numerosas as respectivas fronteiras, poderá concorrer para o exterminio das quadrilhas que assolam especialmente a Parahyba e Pernambuco.<sup>534</sup>

A prática de crimes e a evasão pelos limites dos estados onde os delitos foram consumados foi uma estratégia promissora, recorrente e utilizada por número considerável de criminosos. Desde o princípio da colonização, há relatos sobre esta movimentação, ganhando mais contornos e preocupação com as fronteiras no século XIX pelo constante deslocamento de bandidos pelas províncias limítrofes. Com a intensa mobilidade de criminosos entre o Ceará e os estados vizinhos, era preciso traçar estratégias para perseguir estes sujeitos sem violar a soberania de cada estado. Assim, o primeiro ponto a se pensar é sobre os significados dos espaços limítrofes presentes nos documentos oficiais, “as fronteiras de Estado”. Nesse sentido, a primeira noção clássica mobilizada é a de limite. Isto é, a percepção acordada mutuamente de uma linha que separa territórios em seus contornos políticos e que define o domínio que circunscreve e salvaguarda uma comunidade.<sup>535</sup>

Com a Proclamação da República (1889), a proposta de divisão dos estados em unidades federadas buscava dar maior autonomia para os territórios das antigas províncias. Some-se a isso, algumas questões envolvendo disputas de limites ou reclamações de territórios, fruto de imprecisões das fronteiras interestaduais que remetem ao passado colonial. Assim, o artigo 4º do texto constitucional de 1891, “atribuía aos estados autoridade para passar por processos de incorporação, subdivisão ou desmembramento de suas áreas para se anexarem a outros territórios ou formarem novos estados”.<sup>536</sup> Além disso, oferecia leitura dúbia, ao atribuir no artigo 34, n. 10 ao “Congresso Nacional a capacidade para julgar as questões de limites

<sup>534</sup> JORNAL PEQUENO, 08/10/1912, p. 02.

<sup>535</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. o conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. ROMANI, C; MENEGAT, C; ARANHA, B. **Fronteiras e Territórios**: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, 2019a.

<sup>536</sup> SOUZA, V. da S. **As divisas interestaduais brasileiras**: uma análise sobre a permanência do litígio territorial entre o Ceará e o Piauí. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020, p. 52.

interestaduais”.<sup>537</sup> Esta interpretação dúbia contribuiu, em certa medida, para episódios de instabilidades no território nacional, como exemplo o caso de litígio entre Ceará e Piauí.<sup>538</sup>

Pernambucano de Mello reforça que no âmbito internacional, foram mobilizadas questões jurídicas em torno da “delicada noção de soberania”, pensamento que se estendeu para os espaços provinciais e, mais tarde, estatais. Para o autor,

as incompreensões e caprichos (...) dos primeiros governadores de Estados, empenhados uns e outros, por orgulho ou por política, na tarefa de levar às últimas consequências a arrogância de uma autonomia federativa ensejada ensejadora de excessiva concentração de poder, tornaram igualmente delicadas as questões de fronteiras.<sup>539</sup>

O intenso fluxo de movimentação de cangaceiros pelos limites interestaduais e a noção de soberania e autonomia que regia o regime federalista que impedia a perseguição imediata desses sujeitos em outros territórios “gerava o paradoxo de se oferecer combate de âmbito exclusivamente estadual a uma criminalidade regional de mobilidade vertiginosa”<sup>540</sup>, sendo, portanto, apontadas como causas de favorecimento ao banditismo.

As mensagens dos presidentes de estados à Assembleia Legislativa (AL) da jovem República demonstram a constante preocupação com a “repressão ao banditismo” em nome da “ordem social” e o controle das fronteiras, clamando por ajuda coletiva interestadual para “expurgar os sertões desses Estados de grande numero de malfeitores”.<sup>541</sup> Um convênio entre os estados era uma possibilidade levantada pelo presidente da Paraíba recém-eleito, Castro Pinto: “Só um accordo lealmente executado entre os Estados limitrophes (...) guarnecendo-se com forças numerosas as respectivas fronteiras, poderá concorrer para o exterminio das quadrilhas que assolam especialmente a Parahyba e Pernambuco”.<sup>542</sup>

Estas ideias encontraram eco na imprensa e, em 14 de novembro daquele ano, o jornal *O Norte*, periódico paraibano, noticiou que “no dia 24 do corrente deverá seguir para Recife o secretário geral de Estado, dr. Rodrigues de Carvalho. (...) como representante do governo da Parahyba”, onde se “fará um acordo para o combate ao banditismo”.<sup>543</sup> A matéria

---

<sup>537</sup> SOUZA, V. da S. **As divisas interestaduais brasileiras**: uma análise sobre a permanência do litígio territorial entre o Ceará e o Piauí. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020, p. 52.

<sup>538</sup> Na verdade, as discussões de 1920 na Conferência de Limites Interestaduais só resolveu em definitivo duas dessas questões, ficando acordado que caberia a União resolvê-las dentro das normas constitucionais.

<sup>539</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 259

<sup>540</sup> *Idem*, p. 259.

<sup>541</sup> AL-CE, 01/07/1913, p. 08.

<sup>542</sup> JORNAL PEQUENO, 08/10/1912, p. 02.

<sup>543</sup> O NORTE, 24/11/1912, p. 01.

nos faz saber ainda do envio do representante do Ceará, o escritor José Getúlio da Frota Pessoa, e que o presidente cearense, “o coronel Franco, em telegrama que dirigiu ao presidente deste estado, também opinou que o Piauí deveria entrar no referido acordo de combate ao banditismo”.<sup>544</sup>

O final de 1912 guardava outras tensões. Com a queda de Nogueira Accioly<sup>545</sup> (1840-1921), depois de intensas manifestações com barricadas erguidas perto do Palácio do Governo, grupos armados de operários e funcionários do comércio<sup>546</sup>, chega ao poder o coronel Marcos Franco Rabelo. O novo presidente do estado tratou de desarticular os adeptos de Accioly. Como forma de lidar com a oposição política composta principalmente de coronéis da região do Cariri cearense, ele resolveu enviar para o Crato duzentos homens da força policial do estado com a justificativa de acabar com o cangaceirismo no sertão, atitude vista com bons olhos por considerá-la “como esforço humanitário e politicamente desinteressado no sentido de livrar o estado de elementos criminosos”.<sup>547</sup>

O governo cearense tenta mostrar que os acordos estabelecidos entre os estados estavam dando resultados. O chefe de polícia do Crato comunicava em seu relatório que comerciantes de Pernambuco, Piauí e outros estados já podiam andar desarmados pelos sertões, ressaltando o controle da ordem pública do Cariri, como lia-se na edição de 22 de março de 1913 da *Folha do Povo*, órgão situacionista. Enquanto este jornal elogiava a campanha de repressão ao banditismo, o jornal *Unitário*, folha oposicionista dirigida por João Brígido, a ridicularizava.<sup>548</sup> Os soldados prenderam jagunços ligados a chefes políticos da oposição, sendo alguns membros do poder público destituídos de seus cargos sob a acusação de envolvimento com bandidos. A *Folha do Povo* publicou telegramas que informavam as providências que os municípios do sertão estavam tomando contra cangaceiros. O *Unitário*, por sua vez, atacava os soldados e o governo de Franco Rabelo, acusando-os de estar interessado em destruir apenas os seus opositores.<sup>549</sup>

---

<sup>544</sup> O NORTE, 24/11/1912, p. 01.

<sup>545</sup> Antônio Pinto Nogueira Accioly foi eleito presidente do estado do Ceará e governou por dois mandatos (1904 e 1908). O oligarca atuava da mesma maneira que o governo federal agia com os estados, isto é, dando “plenos poderes aos chefes políticos locais, que agiam conforme desejavam em seus municípios, oferecendo, em troca, sua solidariedade partidária. Isso contribuía para o acirramento de disputas violentíssimas entre grandes famílias poderosas pelo governo municipal, buscando também galgar participação nas rendas municipais”. SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938)**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a, p. 28).

<sup>546</sup> TEÓFILO, R. **Libertação do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

<sup>547</sup> DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 233.

<sup>548</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

<sup>549</sup> *Idem*.

De toda forma, a postura de Franco desagradou a padre Cícero, cada dia mais convencido de que o rabelismo iria destruir Juazeiro.<sup>550</sup> Em dezembro de 1913, tem-se início a marcha das tropas posicionadas no Crato em direção a Juazeiro, cercando a cidade em poucos dias. A defesa da cidade ficou ao cargo dos fiéis e de cangaceiros sob o comando de Floro Bartolomeu.<sup>551</sup> Os sediciosos avançaram e seguiram em direção à Fortaleza, exigindo a destituição de Franco do cargo e causando destruições por onde passavam, como informam os jornais situacionistas. O conflito só terminou em março de 1914, quando o Franco Rabelo fugiu para Rio de Janeiro, assumindo em seu lugar Fernando Setembrino de Carvalho<sup>552</sup> (1861-1947) como interventor federal.<sup>553</sup>

Thompson Flores (2019b) nos chama atenção para o caráter violento, instável e conflituoso de regiões de fronteiras e as constantes disputas que as envolve, mesmo que seus limites já estejam bem delimitados, como podemos observar anteriormente.<sup>554</sup> É o caso da porção espacial que vai desde uma parte do que hoje corresponde à mesorregião Sertões do Ceará, à mesorregião do Jaguaribe e às mesorregiões do Centro-Sul Cearense e do Sul Cearense, pontos de contatos (entrada e saída) com Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Ali, em especial no início do século XX, foi palco de intensas lutas políticas e deposições e, em muitos casos, contando com a arregimentação de jagunços e cangaceiros da região e adjacências.

A prática cangaceira se reinventa constantemente. As investidas se tornam mais audaciosas e constantes. Como alerta o presidente do Piauí, Antonino Freire da Silva, temendo a segurança no seu estado, “inteiramente entregue a numerosos bandos de cangaceiros”<sup>555</sup> que dada a diligência em seu encaço debandam “para os Estados limitrophes”.<sup>556</sup> O início do século XX é um período de considerável expansão dos grupos, como observou B. Pericás (2010) com notícias da atuação de, em média, 54 grupos no intervalo de oito anos (1919 e 1927) em

---

<sup>550</sup> DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>551</sup> Floro Bartholomeu da Costa foi um médico baiano que se encontrava em Juazeiro desde maio de 1908. As habilidades políticas do novo morador aos poucos conquistaram a confiança do padre Cícero.

<sup>552</sup> Setembrino de Carvalho nasceu no Rio Grande do Sul, em Uruguaiana, em 13 de setembro de 1861. Seus pais eram Felicidade Ferreira de Carvalho e Fernando Vieira de Carvalho. Militar, foi ministro da Guerra e promovido a coronel em 1911, durante o governo do marechal Hermes da Fonseca na presidência do Brasil. Atuou como interventor federal no Ceará (1914) e na campanha do Contestado (1914-1915).

<sup>553</sup> DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>554</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. Bandidos de Fronteira: o fluxo de criminosos num espaço limítrofe. In: FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil**: novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019b

<sup>555</sup> AL-PI, 01/06/1918, p. 12.

<sup>556</sup> AL-PE, 01/07/1918, p. 23.

atividade nos sertões.<sup>557</sup> A década de 1920 não se iguala a nenhum outro momento com relação à ousadia, ao poder de fogo e ao número de grupos autônomos.<sup>558</sup>

Esta é a tônica que se estabelece também nas páginas de inúmeros periódicos cearenses e de estados vizinhos. Uma matéria do jornal *O Norte*, da Paraíba, informava a organização de “grupos armados nas cidades limitrophes dos Estados da Parahyba e do Ceará, sob o commando dos cangaceiros José Pereira e Santa Cruz”.<sup>559</sup> No jornal *Diário de Natal*, publica-se uma entrevista do tenente Joaquim Teixeira de Moura, na qual ele falou da “perseguição ao grupo de Lampião no território cearense”.<sup>560</sup> Do Piauí vem a notícia de que a polícia, na diligência “a malfeitores”, seguiu “até os limites com o Ceará, não conseguindo alcançá-los”. E a edição de fevereiro de 1928 d’*A Esquerda*: “o cangaço firmou o seu império no Nordeste (...) que bem merece o nome de Estados Unidos do cangaço”.<sup>561</sup> Estas matérias nos oferecem uma dimensão da importância dos espaços de fronteiras para estes grupos e reforçam a noção de Espacialização do Medo aqui defendida.

Na imprensa, situação e oposição se digladiavam através das páginas de seus respectivos jornais. No governo de João Tomé<sup>562</sup> (1870-1945), por exemplo, a acusação que pesava era a de que membros influentes estavam de conluio com bandidos e que o governador não podia exterminar o banditismo, pois necessitava dele para fins eleitoreiros. Além disso, os “adversários políticos do governo passavam telegramas alarmantes ao presidente da República e à imprensa Carioca”.<sup>563</sup> O *Diário do Ceará*, órgão oficial, tentava afastar qualquer possibilidade de crise, informando que o que afetava o Ceará era a incursão de bandoleiros dos estados vizinhos.<sup>564</sup>

Estas são algumas das imagens que marcam o imaginário dos sertões como território bárbaro, anárquico e sem lei. Ideias que se retroalimentam a partir de práticas e discursos elaborados em cada estado e seus contextos diversos, isto é, nas suas singularidades locais constituídas “pelas intersecções de múltiplas redes sociais e conexões e da mudança delas no tempo”.<sup>565</sup> A construção do espaço sertanejo como selvagem e violento diz não sobre o seu

<sup>557</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>558</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

<sup>559</sup> O NORTE, 06/02/1918, p. 01.

<sup>560</sup> DIÁRIO DE NATAL, 24/08/1927, p. 01.

<sup>561</sup> A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01.

<sup>562</sup> João Tomé de Saboia e Silva nasceu em Sobral, no Ceará. Filho de José Tomé da Silva e de Ana Benvenida de Saboia e Silva, tomou posse como presidente do estado em 12 de julho de 1916, ficando no cargo até o fim do seu mandato, em 1920.

<sup>563</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 361

<sup>564</sup> DIÁRIO DO CEARÁ, 24/02/1922.

<sup>565</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 111.

isolamento, mas das suas conexões e circularidades que se cruzam e se (re)constroem ao longo do tempo.<sup>566</sup>

A necessidade de defender as fronteiras asseguradas a partir dos acordos firmados entre os estados ao longo dos anos (1912, 1922 e 1926) expressa a construção de um espaço marcado pela intensa mobilidade e investida de múltiplos grupos em diferentes tempos, além de revelar as tensões que os constituem. Pensar nos convênios interestaduais dentro da noção de Espacialização do Medo antecipa os espaços limítrofes como uma provável rota do cangaço, ou busca remediar a partir do estado como instrumentos para repelir as ações criminosas e a demarcação de um território instável e desordenado, estabelecido pelas conexões que seguem os fios dos deslocamentos por onde os cangaceiros passavam.

Na década seguinte, permanecem os discursos sobre os sabores e dissabores das administrações do estado, como relata Antonio Jose de Mello Sousa em mensagem à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, acerca da perturbação da paz e da ordem pública em seu estado “pelo terror, logo generalizado, duma possível incursão de bandoleiros procedentes de certa zona dos Estados vizinhos”.<sup>567</sup> A dificuldade em exterminar o cangaço, “segundo flagello do Nordeste”, como descreve João Suassuna, é retificada, fruto da inércia dos governos, da proteção de poderosos e da “falta de repressão ao crime”, contribuindo para a perpetuação do espírito de “anarchia, indisciplina e desobediência”<sup>568</sup>, de grupos mais numerosos e com ações de maior vulto e aviltantes para os governos.

Todavia, este olhar exige cuidado, pois, como alerta S. Cerutti (2021), boa parte dos documentos não foi produzida com a preocupação de construção do conhecimento de natureza sociológica. Estas motivações, escreve ela, “surgiram muito mais de preocupações de ordem jurídica, jurisdicional ou judiciária que se encontram na origem da produção de um documento que se tornará, posteriormente, uma fonte”.<sup>569</sup> Assim, o documento expressa uma ação (enviesada, interessada) de seus formuladores. Ao falarmos que os documentos (ações) criam uma espacialidade a partir do estabelecimento de normas que visam controlar as fronteiras, argumentamos em defesa de uma demarcação do espaço e das conexões específicas

---

<sup>566</sup> São imagens que transpõem as fronteiras geográficas de atuação destes indivíduos. Grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo também noticiavam, com certa frequência, os “problemas do Nordeste”. Indo mais além, estas imagens chegam, mais tarde ao noticiário internacional por meio de colaboradores brasileiros, como Sergio Buarque de Holanda. De Berlim, o *Kasseler Tageblatt* e *Kolnische Zeitung* e, dos EUA, o *New York Times*, escreveram sobre Lampião na década de 1930.

<sup>567</sup> AL-RN, 01/11/1922, p. 31.

<sup>568</sup> AL-PB, 1926.

<sup>569</sup> CERUTTI, S. “A Contrapelo”: diálogo sobre o método. In: CARNEIRO, D. F; VENDRAME, M. I. (orgs). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

entre contextos colocadas em primeiro plano de análise.<sup>570</sup> O constante deslocamento de cangaceiros pelos limites do Ceará, bem como os acordos entre estados, criou múltiplas redes de contato.

Na linha sugerida por C. De Vito (2018), pensar em “centralidades” e “descentralizações” nos oferece outro caminho para as relações e as mudanças existentes entre os vários pontos e conexões, “dependendo do tempo, mudando relações de poder e o objeto específico que está sendo pesquisado”<sup>571</sup>, pontuando ainda para cada singularidade dos espaços estudados. O Piauí não entra no acordo estabelecido em 1912. Este é um dos pontos singulares na construção dos espaços de fronteiras do Piauí e Ceará. A documentação policial sobre as ações nas fronteiras é parca. Nos jornais, são igualmente poucas as menções feitas ao combate ao banditismo nos limites do Piauí. Isto se explica, em partes, pelo fato de boa parte das ações de grupos agir com maior frequência nas divisas do estado com a Bahia e Goiás.<sup>572</sup> O sul e sudeste piauiense marcam a maior intensidade de atuações de bandoleiros, “principalmente no alto sertão, onde o cangaço [erige] em terror”.<sup>573</sup>

Esta singularidade também pode nos ajudar a compreender a constituição do Piauí como importante ponto de fuga. Na divisa com o Ceará, se sobressaem Pedro II, Castelo e, mais afastado, Alto Longá; nas divisas do Pernambuco, aparecem nas fontes Paulista e Simplício Mendes; já na divisa com a Bahia, temos menções a São Raimundo Nonato, Caracol, Correntes e Parnagua. São estas cidades parte das três áreas de penetração no Piauí: a leste, pelo Ceará, e ao sul, por Pernambuco e Bahia. Privilegiados por seu difícil acesso e perseguição menos intensa neste estado, vários cangaceiros fizeram a travessia das serras da Ibiapaba, Grande, Vermelha e dos Irmãos. Valendo-se da norma que impedia que a polícia volante transpusesse desse caça aos bandoleiros em estados vizinhos, “(...) cangaceiros que atuavam no Cariri Cearense migravam com muita facilidade para não serem perseguidos pelos policiais cearenses e se embrenhavam no território piauiense”.<sup>574</sup>

---

<sup>570</sup> DE VITO, C. G. *Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800)*. In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

<sup>571</sup> No original “depending on time, changing power relationships and the specific object being researched”. DE VITO, C. G. *Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800)*. In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018, p. 174.

<sup>572</sup> DIAS, A. B. **Em nome do poder, da força e da honra: banditismo e violência nos confins do sertão sul piauiense**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012; ver também BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

<sup>573</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 14/12/1913, p. 1-2.

<sup>574</sup> GASTÃO, P. M. O cangaço no Piauí: em busca das “navegações”. Mossoró, RN: SBEC, 2015, p. 38-39.

Na imprensa do Ceará, encontramos algumas menções que colocam o estado do Piauí na rota de grupos de cangaceiros. A primeira delas aparece em outubro de 1917, no jornal *A Ordem*, com a publicação de um telegrama que menciona a passagem pela cidade de Quixadá “um grupo de [?]0 cangaceiros vindos da cidade de Leopoldina, Estado de Pernambuco em direcção a São Raymundo Nonato, no Estado do Piauí”.<sup>575</sup> A historiografia não registra grande atuação de cangaceiros neste município<sup>576</sup>, mas menciona as depredações causadas por jagunços que atuaram na deposição de Franco Rabelo durante a Sedição de Juazeiro, em 1914. O vigário da cidade, na época o cônego Antonio Lucio Ferreira (1863-1915), dirigiu uma carta-protesto ao “cel. Setembrino de Carvalho, a mais alta autoridade militar do Estado, ao tempo em que Quixadá foi invadida pela horda dos jagunços do Juazeiro”.<sup>577</sup>

Esta não é a primeira vez que sabemos da incursão de bandidos no território piauiense. O Estado já serviu de rota de fuga para os quirinos, guabirabas e calangros. Além deles, citamos também Luiz Padre e Sebastião Pereira.<sup>578</sup> No decorrer da década de 1920, as incursões continuam. Em abril de 1927, sabemos da prisão de Emiliano Novaes, um dos lugares-tenentes de Lampião, pela polícia pernambucana. O bandido, após forte combate com os soldados, “saiu [em] debandada pelas caatingas, ruman[do] a[té] as fronteiras do Piauí”.<sup>579</sup> A fuga para o estado foi cogitada também, sugerem telegramas publicados no jornal *O Nordeste* (1927), por Lampião e seu grupo após o desastroso ataque à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Telegramas de Tauá e Arneiroz dão conta do rompimento ao cerco feito pelo bandido que “(...) debandado procura atravessar este município destino Piauí”.<sup>580</sup>

É possível imaginar que havia a noção dos benefícios de cruzar a fronteira para além da evasão. A legislação brasileira da época assegurava que o criminoso deveria ser julgado no lugar em que cometeu o delito, o que trazia um ganho ao criminoso que cruzava os limites políticos do estado de sua atuação.<sup>581</sup> Outro exemplo dessa lógica vem de um telegrama publicado no jornal *O Ceará* sobre a prisão de Cansação e Balão, integrantes do bando de Lampião. Quando os “(...) dois individuos, com trouxas ás costas, chegaram nesta villa, arrancharam-se numa ponta de rua, dizendo-se trabalhadores que seguiam para o Estado do

<sup>575</sup> A ORDEM, 12/10/1917, p. 01.

<sup>576</sup> Entrementes, isto não exclui a possibilidade da passagem destes indivíduos pela região. No entanto, outra hipótese razoável é que possa se tratar de um erro de grafia na composição da palavra, sendo, na verdade, do município de Quixerá, que se localiza no sul do estado do Ceará.

<sup>577</sup> SOUSA, J. B. **Quixadá & Serra do Estêvão**. Fortaleza: UFC / Casa José de Alencar, 1997, p. 47.

<sup>578</sup> GASTÃO, P. M. O cangaço no Piauí: em busca das “navegações”. Mossoró, RN: SBEC.

<sup>579</sup> JORNAL PEQUENO, 21/04/1927, p. 03.

<sup>580</sup> O NORDESTE, 02/07/1927 p. 04.

<sup>581</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. o conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. In: ROMANI, C; MENEGAT, C; ARANHA, B. **Fronteiras e Territórios**: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, 2019a.

Piauí”.<sup>582</sup> Estas práticas, além de colocar o Piauí como rota de fuga, reforçam a intensa mobilidade entre os estados, os contatos, as conexões e as estratégias adotadas pelos sujeitos ao longo do tempo em contextos diversos.<sup>583</sup>

Entrementes, ao longo da década de dez e toda a década de vinte, como se pode observar nas fontes, as incursões interestaduais pelos sertões se intensificaram. A perseguição da polícia não conseguiu dar conta de bandos bem estruturados e com redes de relações estabelecidas em quase todo território do que hoje corresponde à região Nordeste. Se pensarmos no grupo de Lampião e seus subgrupos, por exemplo, percebemos uma rede de coteiros estabelecida nos quatro estados envolvidos no primeiro convênio de 1912. Desta feita, ainda havia muito o que ser feito para conseguir êxito na repressão ao banditismo. Isto levou aos chefes de polícia do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte a reunirem-se mais uma vez novo acordo “afim de concertarem providencias extinção do arraizado banditismo”.<sup>584</sup>

Uma reunião com os chefes da polícia cearense e paraibana aconteceu no início do ano de 1922 em Lavras da Mangabeira, combinando a estratégias para combater o banditismo. Pouco depois, os chefes de cada estado trocaram uma série de correspondências. Em telegramas enviados pelos presidentes do Rio Grande do Norte e da Paraíba, propunham ao Ceará o estabelecimento de forças nas fronteiras de cada um dos estados. Do Ceará, um telegrama de abril de 1922 sugeria que Pernambuco também fosse conveniado e guarnecessem as suas fronteiras para evitar a fuga de bandoleiros por ali.

Em avanço nas discussões, no dia 8 de abril, vinha do Rio Grande do Norte a sugestão de que as forças policiais do Ceará fossem fixadas em Milagres; as da Paraíba guardassem Pombal e Piancó e que a sua polícia ficasse em Caicó e Martins. Na semana seguinte, em 15 do corrente, Justiniano Serpa sugeria em telegrama que o comando da campanha fosse confiado “à autoridade civil de um único Estado, a qual, fixando-se na Região que escolhesse, atuaria sem preocupações com as fronteiras e daria ordem direta a todas as forças em movimento”.<sup>585</sup>

Os termos estabelecidos em 15 de dezembro de 1922 em Recife foram formalizados e assinados pelos chefes de polícia dos quatro estados envolvidos. No *Jornal do Recife*, em edição de 17 de dezembro, podemos ler as “bases estabelecidas para o accordo”:

---

<sup>582</sup> O CEARÁ, 14/01/1928, p. 01.

<sup>583</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G.; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

<sup>584</sup> A LUCTA, 08/11/1922, p. 03.

<sup>585</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 365-366.

1º — As autoridades policiaes e commandantes de forças dos municipios e districtos limitrophes dos referidos Estados, prestar-se-ão mutuo auxilio na perseguição e captura dos bandidos e criminosos pronunciados, exhibindo o mandado ou requisição da autoridade competente.

2º — Para este fim poderão as autoridades limitrophes e os commandantes de forças em perseguição, começada dentro do Estado que representam, entrar no territorio do limitrophe, communicando immediatamente á respectiva autoridade e mais breve possivel ao chefe de policia do seu Estado.

3º — Realisada a prisão por força ou autoridade de um Estado, em territorio de outro, será o detido ou detidos immediatamente apresentados ou entregues á autoridade policial local, que pelo mesmo responderá até que seja convenientemente requisitado.

9.º — Os chefes de policia dos Estados accordantes, ou quem suas vezes fizer, providenciarão para que se tornem effectivas as disposições do codigo penal contra os azyladores de bandidos ou malfeitores

12.ª — Cada um dos Estados accordantes manterá nas respectivas fronteiras forças volantes nos pontos abaixo mencionados, podendo em caso de necessidade, reunirem-se todas as forças sob a direcção do official mais graduado presente, prevalecendo a antiguidade ou idade no caso de igualdade de patente (...).

13.ª — Os Estados de Pernambuco e Ceará obrigam-se a manter alem dos destacamentos locaes, [ilegível] forças volantes de 15 a 30 praças cada uma e os da Parahyba e [Rio] Grande do Norte, nas mesmas condições, 2 forças volantes de 15 a 20 praças cada uma.

14.ª — As forças volantes do Estado de Pernambuco terão por base os municipios de Triumpho e Belmonte agindo em todos os municipios limitrophes dos Estados da Parahyba e Ceará; as do Ceará terão por base o municipio de Brejo dos Santos e as da Parahyba os de são José de Pyranha e Conceição e agirão em todos os municipios limitrophes dos Estados accordantes; as do Rio Grande do Norte terão por base os municipios de Luiz Gomes e Jardim de Pyranhas, agindo em todos os municipios limitrophes da Parahyba e Ceará (...).

17.ª — O presente accordo será observado emquanto convier, podendo qualquer dos Estados, em todo tempo, retirar-se do mesmo, avisados os demais.<sup>586</sup>

Dezessete pontos são listados no documento, dos quais destacam-se o auxílio mútuo na perseguição e captura dos criminosos e a livre circulação pelos estados limítrofes mediante a exibição de mandato e o aviso o mais rápido possível às autoridades de cada estado.<sup>587</sup> Além disso, os estados comprometem-se em policiar as fronteiras, dividindo forças policiaes em diversos pontos. Os discursos no restante da década vão ser o clamor pela atenção também às forças policiaes, acusadas de cometer inúmeras arbitrariedades nos territórios por onde passam em nome das bases do acordo. Além disso, são acusados de contrabando de armas e munições, fortalecendo, assim, os cangaceiros.

O Ceará aparece nas fontes como o estado “simpático” ao banditismo, portanto, um dos grandes responsáveis pelo fracasso na luta pelo extermínio do cangaço, eleito pela imprensa como grande inimigo da civilização. Esta visão ganha especial atenção durante as lutas pela autonomia de Juazeiro e as crises com o Crato. Ambas mobilizaram jagunços e cangaceiros

<sup>586</sup> JORNAL DO RECIFE, 17/12/1922, p. 05.

<sup>587</sup> *Idem*, p. 05.

durante os conflitos. Os jornais das duas cidades recorreram à notícias sobre estes sujeitos, situando sempre o adversário como protetor e aliciador destes grupos descritos como perverso e destruidor.<sup>588</sup> Ao comentar o segundo convênio contra o banditismo (1922), a crítica tecida pelo jornal paraibano *O Jornal* segue esta linha, expondo a posição cearense em desagrado aos demais estados:

O orgam official annuncia a existencia de mais um convenio interestadual recém firmado para a perseguição aos cangaceiros no territorio deste e dos vizinhos Estados do norte e do sul. (...) negociado sob necessidade premente e por via telegraphica, parecendo tratar-se de medidas de urgencia para obstar a invasão talvez imminente de nossa fronteira, fez agora estranhavel ausencia o governo do Ceará, o que retira ao mesmo pacto a melhor garantia de exito, pois que é sempre nos sertões cearenses que se refugiam os bandoleiros batidos e perseguidos no territorio parahybano.<sup>589</sup>

A crítica é tecida na reta final do governo de Justiniano Serpa, que se afastou pouco depois do cargo para cuidar da saúde, dando lugar ao seu vice Idelfonso Albano. Em maio daquele mesmo ano, as eleições colocaram no poder Moreira da Rocha, cuja administração foi marcada por inúmeras tensões, sendo um dos governos mais acusados de proteção ao banditismo pela imprensa local.<sup>590</sup> Ademais, todas estas acusações devem ser compreendidas dentro das suas conjunturas de produção com interesses específicos. É importante perceber que as relações estabelecidas aqui não são mais postas de forma inteiramente verticais. Com o fortalecimento do *cangaço independente*, podemos falar em relações mais horizontalizadas, uma vez que certos grupos podem exercer de forma mais equilibrada os seus interesses frente a alguns coronéis, construindo novas singularidades, colocando em destaque a “dialética entre a especificidade e a conectividade de cada local”.<sup>591</sup>

---

<sup>588</sup> Seja por conta do baixo contingente policial e seu poderio bélico em defasagem, seja ainda pela contínua relação de simbiose entre fazendeiros e cangaceiros, a repressão só atingiu mesmo os pequenos grupos menos organizados. Os ecos do acordo de 1912 só se farão mais firmes no Ceará três anos depois. A pressão posta agora pelo presidente Benjamin Barroso leva em conta o temor de novos levantes pelo Cariri semelhantes à “guerra santa”, à Sedição Juazeiro, em 1914, quando muitos dos envolvidos foram armados e municados pelas facções locais. Eis um momento de maiores prisões, assassinatos e/ou expulsões de cangaceiros da “terra do Padre Cícero”. ver DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Trad. de Maria Yedda Linhares. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>589</sup> O JORNAL, 21/03/1924, p. 03.

<sup>590</sup> Somam-se a tudo isso as agitações provocadas pela Coluna Prestes em caminhada pelos sertões e o absurdo, como noticiam algumas folhas, da convocação de Lampião para chefiar os “batalhões patrióticos” no combate aos avanços dos “revoltosos”. A estadia pacífica, porém, acintosa para “qualquer cidade civilizada”, como coloca o jornal *O Nordeste* em março de 1926, sobre a passagem de Lampião em Juazeiro do Norte, é recebida com muito barulho pela imprensa do país. O encontro com a Coluna Prestes não se efetivou, mas os cinquenta cangaceiros deixaram a “terra do Padre Cícero” bem armados e bem-vestidos.

<sup>591</sup> No original: “the dialectics between the specificity and connectedness of each site”. DE VITO, C. G. *Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800)*. In: DE VITO, C. G.; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018, p. 172.

Exemplo interessante pode ser percebido nas relações estabelecidas nos territórios dominados por Isaías Arruda, que atuou como delegado em Aurora e foi prefeito de Missão Velha. Isaías era talentoso “na arte de colecionar desafetos”<sup>592</sup>, prosperando “na prática da desordem”<sup>593</sup>, convertendo-se, segundo a imprensa da época, em “um dos chefes mais renomados do banditismo sertanejo”.<sup>594</sup> Para J. Macedo (1990), dentro do sistema coronelístico, Isaías Arruda era dali senhor absoluto<sup>595</sup>, pois “se o juiz não se submetesse às suas ordens, ele o escorraçava, e ao oficial de polícia, intolerante com os desregramentos, mandava assassinar”.<sup>596</sup> Desse modo, a perspectiva micro-espacial observa as discontinuidades e as desigualdades em “suas ligações com a distribuição do poder desigual no espaço e nos grupos sociais”.<sup>597</sup>

A produção do medo, portanto, não é hegemônica, convertendo a cidade de Aurora em espaço pacificado e ordeiro. Esta imagem é tecida por Isaías em vários momentos nas entrevistas que forneceu aos jornais do interior e da capital. O repórter da *Gazeta do Cariry* reforça este argumento, informando que foi até o município e não encontrou por lá nenhum cangaceiro, apesar das acusações serem as mais terríveis.<sup>598</sup> O contraponto é fornecido pelos jornais da capital, acusando-o de ser o mentor do roubo em Apodi, do incêndio na ponte Salgado e do ataque a Mossoró<sup>599</sup>, indicando ainda toda uma rede de colaboração de agentes públicos, como os delegados João Macêdo e José Gonçalves, intermediários entre o prefeito e os cangaceiros.<sup>600</sup>

Os jornais atuam como reorganizadores simbólicos de um universo desordenado, operando novas ordens para a sociedade a partir da sua narratividade. Assim, o medo é

---

<sup>592</sup> CALISTO, JUNIOR, J. T. **Vida e morte de Isaías Arruda**: Sangue dos Paulinos, abrigo de Lampião. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, p. 64.

<sup>593</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>594</sup> A ESQUERDA, 28/07/1928, p. 01.

<sup>595</sup> O jornal *A Esquerda* menciona que era conhecido também por expulsar “as autoridades, inclusive o proprio juiz, que se encontra nesta Capital” (A ESQUERDA, 26/05/1928, p. 01), questionando a inércia do governo diante de tais abusos. Por sua vez, Isaías Arruda nega todas as acusações e diz que são invenções de seus inimigos (O CEARÁ, 1928).

<sup>596</sup> MACEDO, J. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. 3ed. Fortaleza: UFC, 1990, p. 225.

<sup>597</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 258.

<sup>598</sup> GAZETA DO CARIRY, 1928.

<sup>599</sup> Acusações semelhantes foram publicadas em jornais de outros estados, como a imprensa norte-rio-grandense, quando o prefeito de Missão Velha “(...) aparece no jornal *O Mossoroense* como o responsável pela chegada de Lampião às terras potiguares”. FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018, p. 69.

<sup>600</sup> A ESQUERDA, 1928; O CEARÁ, 1928.

mobilizado para atender a estes interesses, formulando também outros sentidos.<sup>601</sup> Uma construção singular diz respeito aos sentidos narrativos formulados pela imprensa do Rio Grande do Norte. O medo coletivo elaborado inicialmente pela imprensa local fora, então, substituído pelas narrativas em torno da defesa da cidade “(...) na memorável tarde de 13 de junho, repelindo, com desassombro, o sinistro bando lampeônico, cuja nefasta acção, nos diversos rincões nordestinos, tem assumido as desastrosas proporções de um terrível cataclysmo”.<sup>602</sup>

Diante da crescente expansão do banditismo na década de vinte, um novo acordo é estabelecido também em Recife, em dezembro de 1926. Desde janeiro do mencionado ano, várias negociações vinham sendo feitas pela Bahia, a fim de adentrar nos mesmos termos políticos-jurídicos-administrativos que os quatro estados celebravam no convênio anterior. Esta intenção foi estendida também aos governos de Sergipe e Alagoas.<sup>603</sup> A intensa movimentação e articulação entre as forças de sete estados aponta um momento de maior tensão no combate ao cangaço (inúmeras prisões e assassinatos de cangaceiros são registrados). Além disso, este ímpeto colabora, inclusive, para o deslocamento da atuação de Lampião para o outro lado do Rio São Francisco a partir de finais de 1928, o que indica novas redes e conexões estabelecidas atuando na construção neste novo espaço.<sup>604</sup>

Com os acordos interestaduais demarcando o território como instável e caótico nas fronteiras, coube à imprensa ampliar o barulho de tais eventos recorrendo a elementos linguísticos, técnicas e táticas de publicação existentes no momento e a sua condição de produção. O cangaço foi um dos temas mais publicados, debatidos e replicados por outros jornais, ganhando maior destaque durante os anos 1920. Este aumento pode ser relacionado ao maior número de jornais em circulação com vida mais longa e melhores condições para se manter sem depender diretamente de uma entidade mantenedora, fosse ela um partido político, fosse uma igreja, por exemplo.<sup>605</sup> Multiplicam-se também as notícias sobre os deslocamentos de cangaceiros pelos limites do estado do Ceará e sua intensificada ação nos sertões. A seguir, discorreremos sobre as múltiplas possibilidades que o espaço de fronteira significou para estes sujeitos e suas práticas criminosas.

---

<sup>601</sup> Nos ocuparemos com mais detalhes sobre este aspecto no sexto capítulo.

<sup>602</sup> O MOSSOROENSE 1927, 13/07/1927, p. 02.

<sup>603</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011.

<sup>604</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

<sup>605</sup> Além disso, aponta para sua fortificação como atividade que caminhava para na direção de empresa capitalista consolidada, com mercado editorial coeso e a consolidação de um público leitor fiel.

## 4.2 Deslocamentos: fugas e outras possibilidades

(...) é sempre nos sertões cearenses que se refugiam os bandoleiros batidos e perseguidos no território parahybano.<sup>606</sup>

Ao se investigar a atuação de indivíduos em um espaço fronteiriço, é preciso ter em mente a sempre presente “noção de que existe o ‘outro lado’ para onde se pode fugir e esconder a si ou o objeto do roubo”.<sup>607</sup> Os limites interestaduais destacavam-se pela prática de crimes diversos, como o contrabando de armas e munições, os assaltos, os incêndios e os assassinatos, além das negociações com pessoas de relevo da sociedade, fora do alcance das forças policiais. E este elemento será constantemente mobilizado pelos vários grupos que atuaram nos sertões, haja vista que, conforme G. Sarmiento (2019), “Sem fronteiras estabelecidas e ações circunstanciais, a morada do bandoleiro era embaixo de suas próprias armas.”<sup>608</sup>

Foi possível, a partir das dicas metodológicas de C. de Vito (2018), mapear a área de atuação dos vários grupos de cangaceiros a partir das menções a seus deslocamentos nas fontes até o momento analisadas. Levamos em conta as cidades que mais aparecem listadas nos documentos oficiais e na imprensa desses estados para elaborarmos, ainda que de forma não muito precisa, a ambiência, as redes de relações e as estratégias no tecido social que envolveram os sujeitos. É no sertão, especificamente nas cidades próximas às fronteiras interestaduais, o cenário mais propício para a prática de crimes, como assaltos, incêndios, assassinatos, sequestros, estupros e outros.

Sem cair em generalizações, é possível afirmar que os bandos menores tinham uma área de atuação mais delimitada, no interior e próxima à proteção de potentados importantes, os quais poderiam recorrer quando necessário. Nesse sentido, seguindo as observações de J. M. Villela (1999), a atuação dos grupos correspondia, em geral, a “uma comarca, um município, uma zona administrativamente demarcada”.<sup>609</sup> A própria organização espacial está ligada aos alvos estabelecidos pelos cangaceiros, diz o autor. Esta noção vai ser extrapolada pelo cangaço lampeônico e pela ampliação do seu raio de atuação, bem como dos seus subgrupos. A seguir,

<sup>606</sup> O JORNAL, 21/03/1924, p. 03.

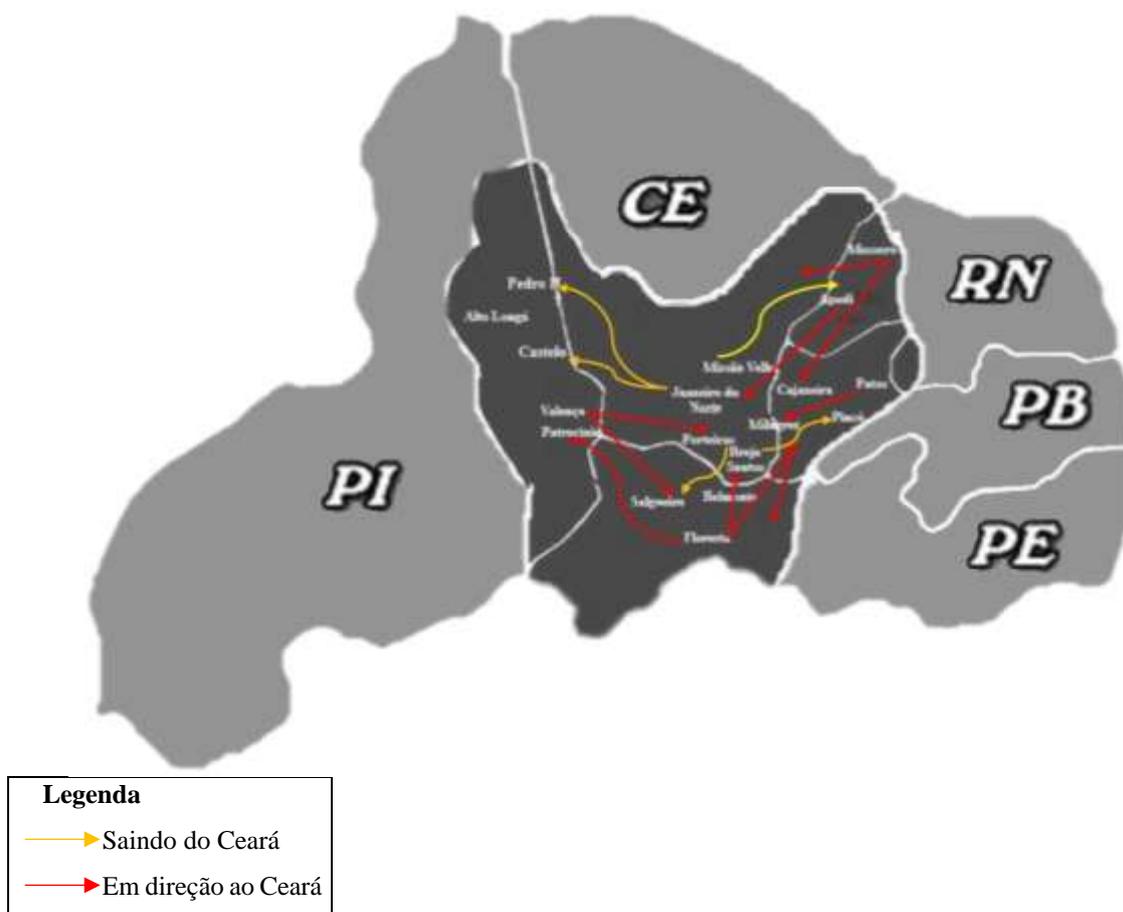
<sup>607</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteiras**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 106.

<sup>608</sup> SARMENTO, G. T. A. **Virgulino cartografado**: relações de poder e territorializações do cangaceiro Lampião (1920-1928). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019, p. 150.

<sup>609</sup> VILLELA, J. L. M. Cangaço: banditismo Nômade. In : MARQUES, A.; BROGNOLI, F. F; VILLELA, J. L. M. (Orgs.) **Andarilhos e Cangaceiros**. Itajaí: EdUNIVALI, 1999. Cap 03, p. 169.

na figura 3, temos uma ideia melhor desta movimentação, observando as principais cidades cearenses de deslocamento de cangaceiros e aquelas das quais saíam em direção ao Ceará.

**Figura 3**  
**Principais cidades e deslocamento de cangaceiros**



**Fonte:** EPE, adaptada pelo autor.

Nos jornais do Ceará, sobressaem-se notícias referentes às cidades do correspondente à atual mesorregião do sul cearense (principalmente o interior), como Missão Velha, Juazeiro do Norte, Aurora, Brejo Santo, Porteiras e Milagres, no primeiro decênio do século passado (como podemos observar na figura 3). Na década seguinte, cidades como Limoeiro, Morada Nova, Laranjeiras, Quixadá, Senador Pompeu, Cachoeira e Riacho do Sangue, atual Sertão Central e Vale do Jaguaribe também se destacaram como rota do cangaço. Seguindo esta lógica, podemos também ter uma visão mais ampla dos crimes praticados pelos cangaceiros e os demais sujeitos envolvidos nas ações. Com destaque para os crimes de mortes/assassinato (com 78 menções), roubo (70), incêndio (26) e sequestro (25).

Em Pombal, na Paraíba, um grupo de cangaceiros atacou e matou um velho de oitenta anos e incendiou as casas de seus familiares.<sup>610</sup> No Ceará, é a vez das cidades de Milagres e Brejo dos Santos serem ameaçadas por um grupo de cangaceiros que atacaram Belmonte, em Pernambuco, “havendo muitos mortos e feridos”.<sup>611</sup> As narrativas de crimes seguem a mesma linha nos anos seguintes, como notícia *A Imprensa* de Sobral, ao mencionar que o grupo de “Lampeão atacou Catingueiras (...), onde roubou, incendiou e fez diversas mortes”.<sup>612</sup> Mais tarde, o já célebre cangaceiro sequestra Antonio Gurgel durante o assalto a Mossoró-RN. O ancião é obrigado a “escrever ao prefeito do município, pedindo quatrocentos contos de reis, para resgatar a vida”.<sup>613</sup>

Uma vez perpetrada toda sorte de crimes, havia o espaço fronteiro para onde se dirigir dificultando a caçada. Como aponta Thompson Flores (2019b), “(...) numa fronteira essa fuga assume outra conotação na medida em que, nesse contexto, se está lidando com diferentes soberanias, sendo que, em muitos casos, ainda não vigoram tratados sobre como lidar com estas questões”<sup>614</sup>, indicando para o deslocamento como uma estratégia. O periódico *A União* já alertava para a vida nômade “das maltas dos cangaceiros” e seu conhecimento dos limites interestaduais, fazendo uso deles durante as perseguições. Segundo a folha, “não ignoram esses homens o benefício do regime federativo, que impede a policia de um Estado, na perseguição de criminosos, invadir o território do Estado limítrofe”.<sup>615</sup>

A constituição brasileira de 1981, aos moldes da carta norte-americana, instituiu o federalismo, o presidencialismo como sistema político. No entanto, como observou Maria Oliveira (2018), o “(...) dispositivo legal que forjava a república do Brasil mostrava-se distante da realidade específica do país”.<sup>616</sup> Nos sertões, em especial, a concentração fundiária e a disputa entre as autoridades locais davam a tônica, realidade partilhada por outros estados da federação.<sup>617</sup> Era justamente a noção de autonomia na gestão dos territórios estaduais que favorecia o trânsito de criminosos nos limites dos estados brasileiros.<sup>618</sup>

---

<sup>610</sup> O NORTE, 17/09/1918.

<sup>611</sup> A LUCTA, 25/10/1922.

<sup>612</sup> A IMPRENSA, 11/11/1925, p. 01

<sup>613</sup> A ORDEM, 23/06/1927, p. 02.

<sup>614</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. Bandidos de Fronteira: o fluxo de criminosos num espaço limítrofe. In: FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil**: novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019b, p. 126.

<sup>615</sup> A UNIÃO, 25/04/1908.

<sup>616</sup> OLIVEIRA, M. R. ‘Sherlock Holmes no Brasil’: Elyσιο de Carvalho e o primeiro convênio policial brasileiro (1912). **Claves. Revista de Historia**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 9–37, 2018, p. 25.

<sup>617</sup> CARVALHO, M. A. R. A crise e a refundação republicana em 1930. In: CARVALHO, M. A. R. (Org). **A República no Catete**. Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

<sup>618</sup> OLIVEIRA, M. R. ‘Sherlock Holmes no Brasil’: Elyσιο de Carvalho e o primeiro convênio policial brasileiro (1912). **Claves. Revista de Historia**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 9–37, 2018.

O *Código do Processo Penal do Estado do Rio Grande do Norte* sancionado na lei n 449 de 30 de novembro de 1918 é um bom exemplo da justaposição de leis que regularizavam e legitimavam a ação policial em cada território. O Artigo 76 explicita que a prisão do delituoso “só é exequível no districto da jurisdição do juiz que o expediu”. No entanto, caso o “delinquente” estivesse “(...) fóra do Estado, será requisitada a extradicação na forma do Dec. 39 de 30 de janeiro de 1922 (AL-RN, 1918, p. 43).

O deslocamento de cangaceiros e a necessidade de proteção dos limites interestaduais também foram motivos de preocupação por parte dos periódicos. Nos jornais analisados, a relação entre as notícias sobre o cangaço e a preocupação com a defesa das fronteiras expressam melhor equilíbrio n’*O Sitiá*, com um equivalente a 35%. Em seguida, vem *A Ordem* e *A Lucta*, ambos de Sobral, com 15,5% e 13,6 %, respectivamente, seguidos pelos jornais *A Imprensa* (6,8%) e *A Esquerda* (6,4%).<sup>619</sup> As notícias que se dedicavam aos limites apresentaram queda na década de 1920, com leves elevações em alguns momentos. Nesse período, são as notícias de violências e medo que sobressaem nas matérias.

Os documentos oficiais e as notícias na imprensa indicam as noções que o cangaceiro tem das fronteiras e de suas possibilidades, em especial a fuga das investidas policiais. Aqui é possível pensar nestes usos nos termos propostos por Thompson Flores (2014), isto é, a ideia de “fronteira manejada”. Para a autora, o ponto de partida para se compreender este conceito é entender o “paradoxo original” da fronteira: um espaço contíguo de separação e contato.<sup>620</sup> Esta noção nos permite observar as práticas dos sujeitos que recorriam aos espaços limítrofes como estratégia válida para obter êxito em suas fugas. Antes dos acordos, a força legal que estava em perseguição aos criminosos não poderia adentrar ao território vizinho sem ferir a sua soberania territorial.

Nos aproximamos da noção de “fronteira manejada” por percebermos, no contato com as fontes, a tática adotada por alguns grupos de atravessar os limites do seu estado para o vizinho como estratégia, com a noção bem demarcada de que, ao cruzar os limites políticos, diferentes questões serão mobilizadas. Não ignoramos que o conceito cunhado por Thompson Flores (2014) diz respeito a questões específicas do contexto de formação da fronteira meridional brasileira, mas notamos, a partir da documentação que dispomos, a recorrente prática de transpor os limites do estado na qual o crime foi cometido como maneira de atender a interesses imediatos, como a fuga e/ou ao julgamento no estado do delito.

---

<sup>619</sup> Com o diferencial de que as matérias d’*A Esquerda* referem-se apenas ao ano de 1928.

<sup>620</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteiras**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

Exemplos presentes nos jornais da Paraíba e Pernambuco nos permitem perceber esta estratégia. Em perseguição ao cangaceiro Vicente Bello e seu bando, o oficial da polícia, tenente Francelino, informa que “os bandoleiros (...) fugiram em tempo, homisiando-se [no] Rio Grande do Norte”.<sup>621</sup> A crítica na imprensa se acentua: “Até agora, quando se perseguem os bandidos no Ceará, elles logo transpõem a fronteira e vão acoitar-se, sob a protecção de chefes parahybanos, riograndenses ou pernambucanos”.<sup>622</sup> No ano seguinte, o desembargador Silva Rego, chefe da polícia de Pernambuco, é informado por telegrama da fuga de Antonio Rosa e seu bando, evadindo-se em “direcção fronteira Parahyba”.<sup>623</sup> Em 1927, após o malfadado ataque à cidade de Mossoró e a fuga dos cangaceiros, os telegramas dão conta que Lampião e seu bando seguiram para o município de Apodi, “podendo facilmente inter[nar]-se no Ceará pela fronteira [de] Jaguaribe ou Pereiro”.<sup>624</sup>

Nesta perspectiva, nos aproximamos dos esforços metodológicos propostos pela Micro-História, que nos ajudam a melhor entender o posicionamento destes sujeitos, formada a partir do entrelaçamento de experiências diversas na constituição de um quadro singular.<sup>625</sup> A decisão de optar por determinada ação, e não outra, opera em meio a inúmeras variáveis de possibilidades, que levam em conta as suas consequências a partir das informações que dispõem. Estas estratégias não são livres, mas estão ligadas a valores, cercadas por limitações. Assim posto, a racionalidade será “limitada”, “seletiva” e cheia de “incertezas”.<sup>626</sup>

É necessário o olhar para a singularidade deste espaço, encarando-o não como um simples “pano de fundo dos fenômenos”, mas como “resultado de dinâmicas relacionais, quer internas, quer externas às suas fronteiras geográficas”<sup>627</sup>, evidenciando a produção histórica e social dos lugares. Logo, é preciso estudá-los “(...) desde una perspectiva relacional los conflictos, las alianzas, y las redes que atraviesan la frontera”.<sup>628</sup> Esta noção já torna particular as relações sociais ali estabelecidas, mas ainda ganha ainda maior peso especialmente ao pensarmos na atuação dos cangaceiros por sua vida nômade e seus constantes deslocamentos.

---

<sup>621</sup> JORNAL DO RECIFE, 16/12/1919, p. 03.

<sup>622</sup> O NORTE, 21/03/1922, p. 02.

<sup>623</sup> JORNAL PEQUENO, 09/07/1923, p. 02.

<sup>624</sup> A ORDEM, 23/06/1927, p. 02.

<sup>625</sup> BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

<sup>626</sup> LEVI, G. Sobre a micro-história In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.

<sup>627</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 104.

<sup>628</sup> “De uma perspectiva relacional, os conflitos, alianças e redes que cruzam a fronteira”. GRIMSON, A. **La Nación en sus límites**. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina/Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003, p. 24.

Como observamos, o deslocamento é uma constante na atividade cangaceira. Esta movimentação faz parte da vida de muitos indivíduos que vivem nos sertões, uma vez que são muitas as condições que podem levar o sujeito a deslocar-se de um espaço a outro a longo ou curto prazo, como as secas, ou as mudanças de gado para uma área de pastagem, a busca por trabalhos, as fugas etc., no entanto, convém lembrar que esta não é uma condição da população pobre, visto que a pequena elite rural também vivia em trânsito pelos sertões, como os almocreves, negociantes, dentre outras profissões, chegando até os grandes centros do agreste ou das matas, cruzando os sertões, observou L. Barros (2018). Ainda segundo a autora, uma

Expressão muito sertaneja é “*anoiteceu e não amanheceu*”, para designar a velocidade com que determinadas pessoas podiam se locomover pelos atalhos, aproveitando a noite para encurtar distancias, percorrendo um mapa só conhecido pelos sertanejos mais sagazes, dotados de mobilidade e abertura de mundo, totalmente desconhecidas ela população acomodada na vida rotineira.<sup>629</sup>

É esta movimentação que faz estampar na edição de março de 1928 d’*A Esquerda* em letras garrafais a pergunta: “Afiml, onde está Lampeão?”<sup>630</sup> O cangaceiro sempre desaparece ao ingressar o território cearense por contar com a benéfica ajuda de pessoas poderosas da região, entre os quais, o presidente do estado, diz o jornal. Munida de argumentos semelhantes, podemos ler a mesma tônica em outra folha da capital ao sentenciar que “Lampeão, quando entra no Ceará se evapora”.<sup>631</sup>

Seguindo esta mesma linha, Francisco Ramos de Almeida, o cangaceiro “Mormaço”, recolhido na cadeia do Crato, Ceará, quando de sua prisão em setembro de 1927, nos fornece mais uma ideia de suas movimentações:

No Estado de Pernambuco continuou o grupo a sua viagem, indo homislar-se na fazenda “Patos”, no município de Princesa, do Estado da Parahyba, de propriedade do Coronel Marcolino, residente em Princesa, que o coronel Marcolino é protector de Lampeão e de Sabino Gomes; que o grupo demorou-se na fazenda “Patos”, por essa epoca cerca de quinze dias; que dali seguiu o grupo para a fazenda “Poço do Ferro”, para a casa do coronel Angelo da Gia, onde demorou-se mais de um mez, porque naquelle local Lampeão é bem recebido e não teme ataques de forças, por ser o coronel Angelo pessôa influente e chefe dos lugares.<sup>632</sup>

---

<sup>629</sup> BARROS, L. O. C. **A Derradeira Gesta:** Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão. 3ª edição, Rio de Janeiro: MAUAD X Ed, 2018, p. 98.

<sup>630</sup> A ESQUERDA, 06/03/1928, p. 01.

<sup>631</sup> O CEARÁ, 05/04/1928, p. 01.

<sup>632</sup> JORNAL DO RECIFE, 13/09/1927, p. 01.

O trecho aponta que os deslocamentos possibilitavam a formação de várias alianças e o estabelecimento de relações igualmente diversas, desde aquelas com sujeitos mais simples do meio sertanejo até as formadas com pessoas de maior vulto na sociedade, como fazendeiros poderosos e políticos. O quadro a seguir traz alguns nomes de acusados de proteção ao banditismo na região.<sup>633</sup>

**Quadro 4**  
**Acusados de associação ao cangaço<sup>634</sup>**

Nome do acusado	Estado	Cargo/função
Ângelo da Gia	Pernambuco	Fazendeiro
Antonio Ferreira	Rio Grande do Norte	Comerciante
Antonio Teixeira Leite	Ceará	Fazendeiro
Decio Holanda	Ceará	Fazendeiro
Francisco Chicote	Ceará	Fazendeiro
Francisco M. Pinheiro	Ceará	Coronel-Fazendeiro
Isaias Arruda	Ceará	Prefeito
Joaquim Cyrillo Andrade	Rio Grande do Norte	Comerciante
João Macedo	Ceará	Delegado de polícia
José Barreira	Ceará	Tenente da polícia
josé Cardoso	Ceará	Fazendeiro
José Ferreira Magalhães	Ceará	Prefeito
José Inácio	Ceará	Major
José Juvino	Pernambuco	Vaqueiro do major
Manuel Ignacio	Pernambuco	Vaqueiro do major
Marcolino	Paraíba	Coronel-Fazendeiro
Miguel	Ceará	Vaqueiro
Miguel Julio	Ceará	Comerciante
Moreira da Rocha	Ceará	Presidente do Estado
Numeriano	Pernambuco	Major
Padre Cicero	Ceará	Prefeito Juazeiro
Pedro da Luz	Pernambuco	Coronel
Theophanes Torres	Pernambuco	Major
Tibertino	Pernambuco	Major

**Fonte:** BNDigital, elaborado pelo autor.

<sup>633</sup> É importante mencionar que o quadro é composto de acusações elaboradas em circunstâncias diversas e, assim como há discussões sobre a aproximação com os cangaceiros, há várias matérias e telegramas compostas pelas falas dos acusados, defendendo-se e apontando os acusadores como caluniadores. Estas denúncias também são frequentes em momentos de pleito, o que aponta para os usos políticos das notícias sobre o cangaço na imprensa cearense e, também, em seus estados limítrofes.

<sup>634</sup> O quadro foi construído a partir das denúncias presentes na imprensa, algumas levantadas por cangaceiros que, quando presos, forneceram entrevistas, ou o repórter teve acesso ao inquérito policial. Também nos valem da *Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Ceará (IBGE/1920)*, disponível no site <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17714.pdf>, de onde pudemos ter uma dimensão dos domínios de alguns dos sujeitos citados.

As relações estabelecidas com estes sujeitos tiveram contribuição de relevo na perpetuação do cangaço no Nordeste. Há também uma boa quantidade de menções a políticos que atuaram fornecendo armamento e munição aos bandos nos sertões. Nesse sentido, o espaço de fronteira expressa mais uma de suas possibilidades de experiências e de negociações, através das quais os grupos de criminosos recebem, compram e negociam armas e munições.

Mormaço, inquirido pelas autoridades, forneceu vários nomes de sujeitos que proviam alimentos, acoitamento e fortaleciam o poder bélico dos cangaceiros de Lampião, mostrando os “segredos do *bas fond* do banditismo no Nordeste e, principalmente, no Ceará”.<sup>635</sup> O *Jornal do Recife*, em tom de pergunta, denuncia a presença de “Protectores e socios” do bandoleiro em três estados que celebravam há poucos meses um convênio interestadual contra o banditismo, a saber: Ceará, Pernambuco e Paraíba. Todavia, abre espaço para a dúvida quanto ao depoimento do cangaceiro: “Serão verdadeiras as informações do bandido? Não o podemos assegurar”.<sup>636</sup> A notícia publicada na folha pernambucana é transcrita da edição matutina do jornal *O Nordeste*, do Ceará, que, por sua vez, a compõe a partir de colaboração do jornal *Gazeta do Cariry*, o que nos aproxima da circularidade da notícia.

O supracitado jornal do Crato, em edição do ano seguinte, publica um telegrama vindo de Brejo dos Santos com o título “Proteção ao Banditismo”. Nele podemos ler que Firmino Ignácio, filho do Major José Ignácio do Barro, havia fornecido “munição e generos alimenticios” a Lampião.<sup>637</sup> Poucos dias depois, repete-se a tônica no mesmo jornal, comentando a incursão nos limites cearenses de 14 bandidos, descansando no sítio Poço, e que lá receberam cereais, roupa e munição.<sup>638</sup>

Estes arranjos e rearranjos são típicos de relações políticas estabelecidas no período da chamada Primeira República (1889-1930), quando os potentados rurais tentam a manutenção do seu poder e prestígio no novo sistema vigente, o federalismo. Mediante seu declínio econômico, muitos fazendeiros buscaram a aproximação e barganhas com o governo, encarnando, assim, uma das expressões do coronelismo. Segundo V. Leal (2012), são estes dois fatores, o político (federalismo) e o econômico (em decadência), que datam historicamente ao coronelismo.<sup>639</sup>

---

<sup>635</sup> O NORDESTE, 24/08/1927, p. 01.

<sup>636</sup> JORNAL DO RECIFE, 13/09/1927, p. 01.

<sup>637</sup> GAZETA DO CARIRY, 18/03/1928.

<sup>638</sup> GAZETA DO CARIRY, 22/03/1928.

<sup>639</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

M. de Carvalho (1997) traça uma valiosa discussão acerca dos conceitos e teorias importantes para compreensão dessa fase na história nacional. A primeira distinção levantada é sobre o mandonismo, classificando-o não como um sistema, mas como uma “característica da política tradicional”.<sup>640</sup> Ele se refere a uma forma de poder personalizada, local e de estrutura oligárquica que busca exercer controle. O coronelismo aparece, pois, como um “momento particular” do mandonismo, quando seu enfraquecimento.<sup>641</sup>

A outra distinção é sobre o conceito de clientelismo. Para o autor, este conceito “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.<sup>642</sup> O conteúdo do clientelismo varia ao longo dos anos e de acordo com os interesses e recursos dos atores políticos. Estes sujeitos fazem e desfazem alianças com diferentes atores e, na luta pela manutenção do poder, grupos de cangaceiros poderiam oferecer vantagens que governos não poderiam proporcionar.

Angelo da Gia é outro importante *coiteiro*<sup>643</sup> que se destaca na proteção de cangaceiros, em especial Lampião. É ainda por meio das declarações de Mormaço que sabemos da estratégia de Angelo, que, além de ser “um dos maiores fornecedores de munição a Lampeão”, quando o bandoleiro chega em suas terras “(...) elle telegrapha dando um roteiro muito diferente, desorientando assim as forças que perseguem o grupo”.<sup>644</sup> Dessa forma, não seria exagero afirmar que, sem a participação do coiteiro, o cangaço estaria muito mais debilitado. A verdade é que estas alianças ofereciam vantagens que possibilitaram a manutenção e a permanência da vida cangaceira.<sup>645</sup>

As relações não são forjadas apenas por situações de ameaças, de imposições, ou medo, elas precisam ser observadas dentro do jogo de interesses, benefícios, perdas e ganhos, isto é, interdependência. Não é apenas o temor à destruição das propriedades que faz alguns fazendeiros oferecerem apoio a cangaceiros em fuga. A possibilidade de contar com seus serviços não pode ser descartada. Da mesma forma ocorre do outro lado: o cangaceiro sabe que determinados sujeitos podem melhor fornecer proteção e armamentos. Estas relações foram

---

<sup>640</sup> CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dado, Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 2, 1997, p. 03. [on-line]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>641</sup> *Idem*, p. 03.

<sup>642</sup> *Idem*, p. 03.

<sup>643</sup> Indivíduos que ofereciam ajuda a cangaceiros (esconderijo, armamento, munição, etc.).

<sup>644</sup> O NORDESTE, 17/08/1927, p. 01.

<sup>645</sup> A edição de 07 de janeiro de 1928 do jornal *O Ceará*, ao comentar a morte do cangaceiro João 22 (João Marcelino) em confronto com a polícia cearense, publica um conjunto de cartas que supostamente foram encontradas em poder do bandido. Endereçada a proprietários de renome da região, as cartas pediam dinheiro como forma de garantir a proteção do destinatário e de sua propriedade.

estabelecidas em todos os espaços por onde se deslocaram os cangaceiros. O que nos leva a pensar, nesse sentido, em histórias conectadas, direcionando o olhar para a singularidade de contextos distintos, buscando perceber a sua ligação com outros locais.<sup>646</sup>

Ademais, boa parte das relações não se formam ao acaso. José Ignácio do Barro, por exemplo, apontado como um dos maiores coiteiros do Cariri cearense, já mantinha relações com Luiz Padre e Sinhô Pereira, com quem guardava parentesco.<sup>647</sup> Os irmãos Marcelino eram trabalhadores de longa data na fazenda do abastado Coronel João Coelho, em Baralha.<sup>648</sup> Todos esses indivíduos se encontraram e construíram laços ao longo dos anos, entrelaçando as suas biografias. Logo, o importante é “(...) interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais”<sup>649</sup>, em vez de defini-las *a priori*.

Tampouco as relações estabelecidas foram homogêneas. Houve vários pontos de ruptura entre cangaceiros e coronéis durante todo o período estudado. Interesses e alianças mudam de lugar com o tempo em cada local, o que implica dizer que “toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.<sup>650</sup> Assim, podemos tentar uma reconstrução das ações e significados elaborados pelos próprios atores sociais (de seus fracassos e seus êxitos) e a importância das redes de relações e contatos dentro de um espaço que se transforma constantemente.<sup>651</sup>

Ao observarmos por este ângulo, podemos tensionar algumas certezas como as que afirmam que todo cangaceiro sempre pertenceu às camadas sociais mais baixas. Algumas das redes de relações já existiam mesmo antes do indivíduo abraçar a vida cangaceira, e muitos dos mais célebres chefes de cangaço pertenciam à pequena elite rural, como Jesuíno Brilhante e Antonio Silvino, sujeitos que provinham de famílias abastadas. O próprio Sinhô Pereira também era de origem “nobre” e sua família era dona de latifúndios no Cariri cearense.<sup>652</sup> Devemos, portanto, entender estas relações dentro de suas contradições, tentando entrever as

---

<sup>646</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G.; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

<sup>647</sup> NETO, S. **José Inácio do Barro e o cangaço**. Cajazeira: Real, 2011.

<sup>648</sup> NEVES, N. T. **Cariri: cangaço, coiteiros e adjacências**. Crônicas cangaceiras. Brasília: Thesaurus, 2009.

<sup>649</sup> CERUTTI, S. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, J. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183.

<sup>650</sup> LEVI, G. Sobre a micro-história In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 135.

<sup>651</sup> GRIBAUDI, M. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I. (orgs). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

<sup>652</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

margens da liberdade dos indivíduos, os arranjos e os desarranjos dentro dos sistemas sociais com as normas que os regem. Para Villela (1999),

As relações com os coiteiros importante, como coronéis ou policiais, eram entendidas como alianças que cobravam seu preço: uma morte, um serviço de encomenda, uma “lição”, alguns votos até. Mas trazia também compensações financeiras para os coiteiros soba forma de venda de armas e acima de tudo de munições.<sup>653</sup>

Estas relações não eram horizontalizadas, mas, principalmente com o *cangaço independente*, podemos falar de relações que não sejam tão verticais. Logo, é “(...) preciso desviar a atenção em direção às formas – e aos lugares – de encontro e de negociação”<sup>654</sup>, uma vez que o poder alcançado por alguns grupos põe um peso a mais na balança das relações desiguais estabelecidas até então. A noção de chefe e submissão no *cangaço* é diferente da ideia que guardava o capanga ou jagunço, por exemplo.<sup>655</sup> Mesmo mantendo relações com outros poderosos, o que caracteriza o *cangaço independente* é a possibilidade de romper a qualquer instante a aliança estabelecida e tecer novas em outros espaços.

Assim posto, cada um dos espaços estudados deve ser entendido em sua singularidade e complexidade das relações ali estabelecidas e (re)construído pelas múltiplas conexões que se fizeram presente durante todo o período. Enfatizamos as zonas de contato entre cada sujeito e lugares<sup>656</sup>, evidenciadas principalmente por meio da circulação (cangaceiros, volantes e ideias).

### 4.3 Topografias da morte

Ninguém, no Ceará, ignora a tragédia do Alto do Leitão. Nesse recanto do Cariry, formados em linha, depois de cavarem as próprias sepulturas, alguns bandidos do terrível grupo dos “Marcelinos” foram summariamente fuzilados por um contingente de nossa milícia. A imprensa do Rio, apesar de esquecida dos assumptos do Norte, escandalizou-se com o selvagem acontecimento, transladando-o (...), para as suas columnas.<sup>657</sup>

<sup>653</sup> VILLELA, J. L. M. *Cangaço: banditismo Nômade*. In: MARQUES, A.; BROGNOLI, F. F; VILLELA, J. L. M. (Orgs.) **Andarilhos e Cangaceiros**. Itajaí: EdUNIVALI, 1999. Cap 03, p. 176.

<sup>654</sup> CERUTTI, S. “A Contrapelo”: diálogo sobre o método. In: CARNEIRO, D. F; VENDRAME, M. I. (orgs). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 79.

<sup>655</sup> GRUNSPAN-JASMIN, E. **Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

<sup>656</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

<sup>657</sup> A ESQUERDA, 31/01/1928, p. 01.

Se, de um lado, os espaços limítrofes ofereciam as possibilidades de fuga e favoreciam a perpetração de crimes, de outro, podia acontecer também o contrário: as fronteiras podiam ser um espaço de morte para estes sujeitos. Isto porque, ao estudarmos estes limites interestaduais, temos que tentar perceber os múltiplos aspectos que envolve seus usos, as estabilidades e as desestabilidades para este ou aquele grupo, uma vez que os efeitos produzidos pelas fronteiras podem mudar com o tempo, invertendo-se.<sup>658</sup> Boa parte das mortes, seja de cangaceiros, seja da força policial, aconteceu durante os embates e os confrontos travados entre policiais e bandoleiros, mas não apenas. Chama-nos especial atenção os casos de fuzilamento de bandidos que ocorreram nos sertões, que, em sua maior parte, os indivíduos já se encontravam em poder da justiça e recolhidos à cadeia pública.

A morte de presos nos espaços analisados nunca foi uma surpresa, sendo, maiormente, recebida com entusiasmo por uma parcela da população. Recuando um pouco na história do Brasil, percebemos alguns exemplos de pessoas em poder do Estado que foram executadas, algumas em praças públicas.<sup>659</sup> No período estudado, as articulações políticas envolvendo os poderosos da região não podem passar despercebidas. O fato é que o espaço fronteiriço que tanto favoreceu os cangaceiros em suas fugas emblemáticas, quanto colocou a polícia de quatro Estados em descrédito, trazendo, em momentos distintos ao longo do tempo, intranquilidades para os bandidos, o que aponta para as discontinuidades no espaço e no tempo e evidencia os interesses imediatos e as conexões específicas engendrados entre os contextos.<sup>660</sup>

O jornal *O Nordeste*, em 1924, chamava atenção para as “scenas horripilantes” que se desenrolavam no sul do Ceará. O artigo assinado pelo padre M. Feitosa, transcrito do jornal *A Região*, do Crato, denunciava os excessos cometidos pelos soldados da polícia e clamava “providencias energicas por parte dos poderes publicos”. Sem negar os desastres que o banditismo tem causado na região, o reverendo comenta que o transporte de presos tem significado um perigo para a vida daqueles “decahidos”. Os soldados que conduzem os

---

<sup>658</sup> RICCI, M. L. de R; MEDRANO, L. I. Z de. El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil sureño con el Estado Oriental del Uruguay: 1850-1880. In: VII encuentro Nacional y V Regional de Historia, Anales, Montevideo, 1990. Ver também THOMPSON FLORES, M. F. da C. Espaço manejado: uma forma de compreender a fronteira. BRITO, A. J. I; BASTOS, C. A.; (Orgs). **Entre Extremos**: Experiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do Rio Amazonas e do Rio da Prata - América Latina, séculos XVI-XX. Curitiba: CRV, 2018. Cap. 02, p. 37-56.

<sup>659</sup> Para ficarmos em apenas três exemplos, destacamos o ano de 1695, quando da destruição do Quilombo dos Palmares, as autoridades mataram Zumbi, o degolaram e exibiram sua cabeça publicamente; outro exemplo foi Tiradentes, enforcado e esquartejado em 1792, que teve as partes de seu corpo espalhadas por Minas Gerais; já em 1854, Lucas da Feira, conhecido bandoleiro que assombrou a Bahia, teve o seu cadáver desenterrado e a sua cabeça cortada para que servisse aos estudos frenológicos. Ver JASMIN (2016) e PERICÁS (2010).

<sup>660</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

malfeitores até a cadeia são incumbidos de usarem a força em caso de revolta dos prisioneiros, recorrendo, inclusive, ao fuzilamento. O que o padre ressalta é que “os soldados acham melhor fingir uma resistência dos presos e fusila-los do que entregá-los na mão da justiça”.<sup>661</sup> Assim posto, continua M. Feitosa:

A policia já sabe, por experiências repetidas, que esta ordem é um mandado de assassínio. E é por isso que os presos são levados de um lugar para outro sempre se revoltam e são assassinados. Estas considerações foram nos suggeridas pelo facto canibalesco que há poucos dias se deu, ocorrido com uns infelizes que eram conduzidos do Joazeiro para aqui [Crato]. (...) depreheende-se do facto de terem tomado a estrada de rodagem, menos frequente do que a estrada comum. Ao transporem os limites do municipio do Joazeiro, houve a planejada revolta dos presos, sendo este fusilados dentro de terrenos já pertencentes ao Crato.<sup>662</sup>

O repúdio do reverendo chega ao ápice com a condenação da “selvageria” com a qual agiram os soldados, carregando os cadáveres em cangalhas e, na cidade do Crato, atirando-lhes “ao chão como se fossem animaes, proferindo insultos offensivos à moral pública”.<sup>663</sup> O padre reclama ao chefe de polícia uma reparação diante da ofensa feita ao povo do Crato. O caso repetiu-se nos limites de Porteiras, quando quatro presos foram fuzilados “sob o fútil pretexto que alguém tentou libertá-los”, como podemos ler em matéria presente n’ *O Nordeste*.

Quatro dias mais tarde, o já citado jornal publicou uma carta na qual um de seus leitores comentava os últimos acontecimentos anteriormente narrados por aquele periódico. O missivista elenca uma série de fuzilamentos que ocorreram no interior do município de Senador Pompeu, no Ceará, além dos saques, incêndios e mortes em Sousa, na Paraíba, lembrando ainda as mortes de presos durante o governo de Ildefonso Albano.<sup>664</sup> O correspondente assinalou que o “banditismo dos nossos sertões” e os crimes que os assombram “tem origem essencialmente política” e no “mandonismo da tyrania local, enorme defeito que não se corrigirá tão cedo”.<sup>665</sup>

Ocorre que a defesa do padre Feitosa em socorro dos presos está diretamente ligada à conjuntura política na qual a região sul do estado, especialmente Juazeiro do Norte, estava inserida. O chefe da cidade, o padre Cícero Romão Batista, estava completamente envolvido na política (partidária) local, fortalecendo a simbiose com o movimento religioso. No entanto, o

<sup>661</sup> O NORDESTE, 05/09/1924, p. 01.

<sup>662</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>663</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>664</sup> Ildefonso Albano (1885- 1957) foi eleito vice-governador do estado do Ceará, assumindo o cargo principal em 12 de junho de 1923, após o afastamento de Justiniano Serpa para cuidar de sua saúde. Ver ARAGÃO, R. B. **História do Ceará** – volume 4. 2 ed. Fortaleza: Ed do Autor, 1998.

<sup>665</sup> O NORDESTE, 09/09/1924, p. 01.

padre estava suspenso de ordem desde 1894, acusado de profanar os ensinamentos da Igreja e apontado como protetor de cangaceiros. Por ter adotado um tom “neutro” e “conciliador” nos conflitos desde 1911, estas características serviram para alimentar as críticas.<sup>666</sup>

Desde o final de 1924, a cruzada de fuzilamentos aos grupos de cangaceiros presos no Ceará vinha pintando com as cores rubras do sangue as letras da imprensa. O jornal *O Ideal* condenava tal atitude, ao passo que o periódico *Gazeta do Juazeiro* foi fundado para defender os interesses políticos de Floro Bartolomeu. A primeira folha levantava que quase uma dúzia de presos seriam levados da cadeia pública para serem fuzilados pela polícia, tudo isso com a anuência do governador Moreira da Rocha. O presidente do estado, em mensagem à Assembleia Legislativa, negava veementemente “que fosse conivente nas mortes de presos verificadas na rodagem de Joazeiro”.<sup>667</sup> Esta batalha no campo das ideias alimentava os ânimos de toda a região e suscitava censuras e aplausos.

O padre Manoel Macedo empenhou duras críticas ao “patriarca de Joazeiro” e, como representante do clero, se lançava como possível nome para a reestruturação moral e civilização da cidade.<sup>668</sup> Todavia, alguns jornalistas, como J. Matos Ibiapina, não viam em Macedo “o homem indicado para a apregoada campanha de regeneração social”.<sup>669</sup> Para o jornalista, as críticas de Macedo ao padre Cícero e a Floro Bartolomeu eram movidas com fins políticos. Ele escreveu em seu jornal, *O Ceará*, que “o governo atual, os governos passados, organizaram conferencias estaduais para combinar o fuzilamento dos cangaceiros e os padres *Macedos* de todos os tempos assistiram indiferentes à chacina dos infelizes que hoje despertam tanta piedade”.<sup>670</sup>

Os conflitos constantes e imbricados entre as estratégias individuais e coletivas, somados às estruturas às quais se engendram, podem oferecer desvios e regularidades. São elas que tornam possíveis a ordenação e a organização dos dados empíricos por parte dos pesquisadores.<sup>671</sup> Nesse sentido, recorrendo aos periódicos, nos deparamos com 40 matérias sobre fuzilamentos (de cangaceiros e outros sujeitos), a maior parte nos anos de 1927 e 1928, sobressaindo-se 31 menções sobre a morte de cangaceiros presos, equivalente a 77,5% das notícias referentes aos fuzilamentos. No Ceará, os jornais da capital foram os que apresentaram

<sup>666</sup> DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>667</sup> AL-CE, 01/07/1925.

<sup>668</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

<sup>669</sup> *Idem*, p. 371.

<sup>670</sup> O CEARÁ, 25/09/1925.

<sup>671</sup> DE VITO, C. G. History without scale: the micro-spatial perspective. **Past and Present**, v. 242, Supplement 14, 2019.

os maiores números de menções, expressando seu repúdio e apelo à civilização como os contidos na fala do já mencionado padre Feitosa. A tabela a seguir nos oferece uma dimensão da espacialização destas notícias.

**Tabela 5**  
**Menções ao fuzilamento de cangaceiros (1920-1928)**

JORNAL	Estado onde se deu o fuzilamento				
	Ceará	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte
A Esquerda	06				
Jornal do Recife			01		
O Ceará	14				02
O Jornal		03			
O Nordeste	05				
<b>TOTAL</b>			<b>31</b>		

**Fonte:** (BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE), organizada pelo autor.

Como podemos observar na tabela 5, o trucidamento de presos foi praticado em vários estados, encontrando ecos na imprensa. Da Paraíba, sabemos, através d’*O Jornal*, do “desenrolar de uma serie de horripilantes crimes”, dentre eles, “os fuzilamentos da Lagôa”.<sup>672</sup> Na sua crítica, ao comentar “os sucessos de Pombal”, pode-se ler que o juiz de direito da comarca assiste a estes crimes “mudo e quedo”. Semelhante ao que se lê na imprensa cearense, a folha acusa o governo de envolvimento na trama da morte de seus presidiários, relatando a “gradação assombrosa” de “fusilamentos em emboscadas simuladas e, alfim, o massacre de presos algemados”.<sup>673</sup> Meses depois, a partir das matérias da supracitada folha, percebemos como esta prática tem se espalhado. *O Jornal* noticia que “Foram repetidos os fuzilamentos premeditados friamente e executados em diversos municipios do sertão”.<sup>674</sup>

De Pernambuco, o *Jornal do Recife* condena o último relatório do presidente Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto<sup>675</sup> apresentado à Assembleia Legislativa. A folha criticava o

<sup>672</sup> O JORNAL, 24/01/1924, p. 01.

<sup>673</sup> O JORNAL, 18/01/1924, p. 01.

<sup>674</sup> O JORNAL, 22/10/1924, p. 01.

<sup>675</sup> Sérgio Loreto (1867-1937) nasceu em Águas Belas, Pernambuco e formou-se pela Faculdade de direito de Recife. Membro do Partido Republicano Conservador (PRC), ficou à frente do governo de Pernambuco de outubro de 1922 até outubro de 1926.

silenciamento diante de uma série de crimes praticados pela polícia em sua gestão, chamando atenção em especial para o caso “(...) do pobre rapaz que foi retirado da cadeia de Floresta para ser fusilado summariamente ás portas da rua”<sup>676</sup>, reforçando como esta prática era recorrente nos sertões, conectando os lugares e transformando-os em espaços de morte.

O jornal *O Ceará* relembra que Chá Preto e Ferrugem foram “fusilados em 1915 no governo Benjamin Barroso”.<sup>677</sup> A letalidade da polícia cearense encontra equivalência na polícia potiguar.<sup>678</sup> Não é demais lembrar o caso de José Leite de Santana (Jararaca). Preso e interrogado depois do malfadado ataque à cidade de Mossoró, o cangaceiro foi fuzilado em 17 de junho de 1927 no cemitério público da supracitada cidade. Além dele, podemos citar também o caso de Casca Grossa, que desertou e se entregou à polícia de Pernambuco. Em 20 de fevereiro de 1928, ele foi levado para o Rio Grande do Norte para depor e foi executado pela polícia a caminho da capital, Natal<sup>679</sup>. Há também os cangaceiros Bronzeado e Mormaço. Em 13 de maio de 1928, eles são capturados e mandados para a cadeia de Mossoró, mas não chegam ao destino previsto, sendo assassinados a caminho de Natal.<sup>680</sup>

A expressiva quantidade presente na tabela 5 está relacionada a dois casos com maior repercussão na imprensa do Ceará: o fuzilamento dos “Marcelino”, executado pela polícia cearense nas fronteiras da região sul<sup>681</sup>, e a ameaça de levar ao mesmo fim os cangaceiros “Cansação” e “Balão”, integrantes do bando de Lampião, encarcerados na penitenciária de Fortaleza, mas seriam transferidos para o interior do estado.<sup>682</sup> Na mesma data, *O Ceará* escreve em sua primeira página: “os facínoras ameaçados de fusilamento”.<sup>683</sup>

Os Marcelino, como era conhecido o grupo composto pelos irmãos João Marcelino, o João 22; Manoel Marcelino, o Bom de Veras, e o mais moço, Marcelino Fernandes da Silva, o Lua Branca, atuavam principalmente entre Crato e Barbalha. Um telegrama publicado no jornal *A Ordem*, de Sobral, informa que “os bandoleiros haviam atacado o estafé dos Correios no logar Baixios, a 1/2 légua do Crato, tendo roubado, no mesmo local, cerca de 30 pessoas que se dirigiam para feira do Crato”.<sup>684</sup> A estrada que ligava as duas cidades era evitada, e o serviço do Correios não chegava mais por ali. Ademais, os habitantes que margeavam as rodagens

---

<sup>676</sup> JORNAL DO RECIFE, 16/09/1926, p. 01.

<sup>677</sup> O CEARÁ, 19/02/1928, p. 06.

<sup>678</sup> Cabe ressaltar que ainda estamos coletando informações presentes na imprensa do Rio Grande do Norte.

<sup>679</sup> ARAÚJO, I. **No rastro dos cangaceiros**. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

<sup>680</sup> *Idem*.

<sup>681</sup> O CEARÁ, 07/01/1928.

<sup>682</sup> A ESQUERDA, 10/02/1928.

<sup>683</sup> O CEARÁ, 10/02/1928, p. 01.

<sup>684</sup> A ORDEM, 07/09/1927, p. 03.

abandonavam suas casas e os donos de sítios mudavam-se para a sede dos municípios, como informa *O Ceará* em dezembro de 1927.

Atuando nos limites do Araripe e se valendo da sua serra, os bandidos podiam exercer a prática do crime e se homiziar em lugar de difícil acesso, bem como transitar entre o Ceará e Pernambuco. Em telegrama vindo de Salgueiro (PE), comerciantes pediam autorização para entrar no Ceará e perseguir o grupo, “que roubava mercadorias do Crato e destinadas aquela região”.<sup>685</sup> *A Ordem* menciona ainda que “O audacioso grupo de bandoleiros chefiados pelos irmãos Marcelinos continua a praticar os mais audaciosos crimes no Cariry, de onde, todos os dias, chegam notícias de suas façanhas”.<sup>686</sup>

Missão Velha e Jardim também eram áreas de atuação do grupo, que passou a exigir uma quantia em dinheiro por cada carga dos viajantes e, em alguns casos, a quantia “por cabeça”. No jornal *O Ceará*, pode-se ler que “A mais importante colheita feita pelos bandidos foi a do representante da *Standart Oil Company Of Brazil*<sup>687</sup>, vindo de Jardim, que “Traspunha o Araripe, acompanhado por mais quatro pessoas quando foi na estrada, inopinadamente, assaltado por três cangaceiros dos Marcelinos”.<sup>688</sup> Camilo Borges teria entregado 300\$000 aos bandoleiros. Do cimo da Chapada do Araripe, os Marcelino organizaram seu raio de atuação em crimes que incluíam saques nas proximidades da Serra de Barbalha e Jardim, sequestros de fazendeiros com exigências de resgastes e roubos às cargas de tecido de lojistas.<sup>689</sup>

Na mesma edição do *O Ceará*, sabemos da morte de João Marcelino<sup>690</sup>, o João 22, em confronto com a polícia, comandado pelo sargento José Antônio, no Ceará. A folha menciona também a prisão de Marcelino Fernandes (Lua Branca) e sua condução para a cadeia pública de Barbalha. “O fim dos Marcelinos”, publicou o jornal em letras garrafais, seguido do subtítulo que promete dar conta dos “pormenores da lucta” que liquidou o “famoso Vinte e

---

<sup>685</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 396.

<sup>686</sup> A ORDEM, 07/09/1927, p. 03.

<sup>687</sup> *Standard Oil Company Of Brazil*, nome anterior da *Exxon Mobil*, companhia de óleo e gás situada no Brasil em 1912, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 9335 de 17/01/1912, do então presidente da República Hermes da Fonseca, em janeiro do mencionado ano. Para mais informações, consultar o *site* da empresa <<https://corporate.exxonmobil.com/locations/brazil?content-lang=pt>> Acesso em 03 mai. 2022. E, também, o Portal de Legislação: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/171053-concede-a-standard-oil-company-of-brasil-actual-denominauuo-da-empresa-industrial-de-petroleo-autorizauuo-para-continuar-a-funcionar-na-republica.html>> Acesso em 03 mai. 2022.

<sup>688</sup> O CEARÁ, 07/01/1928, p. 04.

<sup>689</sup> NEVES, N. T. **Cariri**: cangaço, coiteiros e adjacências. Crônicas cangaceiras. Brasília: Thesaurus, 2009.

<sup>690</sup> Antes de João 22, seu irmão Manoel Marcelino (Bom de Veras), também havia perecido em confronto com a polícia de Serrita, Pernambuco, em dezembro de 1926.

Dois”, morto com um tiro no estômago no confronto com a polícia<sup>691</sup>, e inicia a matéria dizendo que “o Cariry vae agora dormir socegado, livre do seu pezadello sinistro”.<sup>692</sup>

Uma vez efetuada a prisão, seguiu-se o interrogatório, colhendo, assim, o depoimento do cangaceiro. “Antes de ser fusilado”, escreve-se no jornal *O Ceará*, o cangaceiro “prestou perante as autoridades policiaes longo e impressionante depoimento, do qual acabamos de adquirir uma copia, que hoje offerecemos aos nossos leitores”.<sup>693</sup> No jornal, pode-se ler uma série de declarações de cangaceiros como as de Marcelino Fernandes (Lua Branca), João Palmeira (Balão), Manoel Mauricio (Cansanção), Antonio Joaquim da Costa (Rouxinol) e Antonio Luiz Tavares (Asa Branca), obtidas por meio do acesso aos inquéritos policiais, ou mesmo por entrevistas *in loco* efetuadas pelos jornalistas.

O primeiro depoimento que nos interessa é o de Lua Branca, o mais moço dos irmãos e integrante do grupo dos Marcelino. O cangaceiro encontrava-se recolhido na cadeia do pública de Barbalha e, em depoimento, contou pormenores da sua vida cangaceira, revelando quais crimes teria “tomado parte”, bem como apontou nomes de sujeitos importantes da sociedade cearense como seus protetores, destacando o prefeito de Missão Velha, Isaias Arruda. Lua Branca informou que “varias vezes passaram por dentro das ruas de Missão Velha, quando guiados por um parente de Izaias Arruda, de nome José Gonçalves, delegado de policia de Missão Velha”.<sup>694</sup> Junto de Lua Branca, também estavam encarcerados os indivíduos de nome João Gomes, Manoel Toalha, Joaquim Gomes e Pedro Miranda.<sup>695</sup>

Os cinco presos, sob o pretexto de serem transferidos da cadeia pública de Barbalha para a capital do estado, deixaram o cárcere. No caminho, em 05 de janeiro de 1928, Lua Branca e os quatro indivíduos supracitados foram fuzilados pela força policial cearense, comandada pelo sargento José Antônio no Alto do Leitão, Barbalha. Justamente “no mesmo lugar e hora em que haviam, mezes atrás, assassinado os soldados da milicia cearense, invocando-se assim, na pessoa d'elles, a antiga pena de Talião”.<sup>696</sup> Dando ares ainda mais dramáticos ao

---

<sup>691</sup> SANTOS, V. M. L. dos. **Os fuzilados do Leitão**: uma revisão histórica. 2ed. Juazeiro do Norte, CE: REAL, 2012.

<sup>692</sup> O CEARÁ, 07/01/1928, p. 04.

<sup>693</sup> O CEARÁ, 21/07/1928, p. 04.

<sup>694</sup> O CEARÁ, 21/07/1928, p. 04.

<sup>695</sup> Napoleão Tavares Neves (2009) assegura que apenas Lua Branca era de fato cangaceiro e componente do bando dos Marcelino, sendo os demais, quando muito, aparvalhados e moleques de recados. Enquanto Vilma Maciel Santos (2012) informa que, dos cinco, de acordo com os depoimentos, apenas Pedro Miranda não era cangaceiro. Os jornais da época também levantam dúvidas e chegam a escrever, em 17 de fevereiro de 1928, que “com os bandidos, fuzilam-se inocentes”. Na matéria do jornal *O Combate* de São Paulo, reproduzida pelo *O Ceará* em 17 de fevereiro de 1928 (p. 11), pode-se ler que “Dois individuos presos não são cangaceiros e estavam fazendo parte do grupo á força”.

<sup>696</sup> O CEARÁ, 12/01/1928, p. 04.

acontecimento, lemos em primeira página na *A Esquerda* que os bandidos foram “(...) obrigados a cavar no chão, com a enxada, a propria sepultura”.<sup>697</sup>

Nas folhas, inúmeras são as conjecturas que justificavam a eliminação dos cangaceiros, desde matérias que debatiam a defesa aberta de “pena de morte para os bandidos profissionais”, como a *Gazeta do Cariry*, jornal do Crato<sup>698</sup>, ao crime como uma possibilidade de afastar para longe as acusações direcionadas a autoridades reputadas. Uma matéria d’*A Esquerda* sugere que o presidente do estado do Ceará, Moreira da Rocha, teria sido conivente com os fuzilamentos do Alto do Leitão “Temendo as revelações sensacionais de cinco temerosos bandidos, s. ex. aprovou o fusilamento summario dos mesmos, calando assim a bala os mais feios e horripilantes crimes”.<sup>699</sup> Ou seja, como uma premeditada queima de arquivo e silenciamento.

Entendendo o espaço como fruto das relações ali estabelecidas e das estratégias desenvolvidas pelos seus agentes, isto é, como pensa Certeau (2004), como um lugar praticado, o conjunto de valores simbólicos constituídos ao longo do tempo é fundamental no seu desenvolvimento.<sup>700</sup> Assim, o espaço é construído e mediado pelo vivido, pelo experimentado e pelos sentimentos. É, pois, também, um suporte material de memórias.<sup>701</sup> A imprensa cearense atua pela repetição e reatualização do debate sobre os fuzilamentos na (re)elaboração de memórias individuais e coletivas sobre os sujeitos e os espaços descritos nas matérias. Assim, o Alto do Leitão passa a ser cartografado pela imprensa como um lugar de morte, caos e barbárie.

Com matérias sobre os fuzilamentos entre os dias 12 de janeiro a 08 de agosto de 1928, presentes no jornal *O Ceará*, e as que figuraram entre os dias 31 de janeiro e 28 de julho estampadas no jornal *A Esquerda*, podemos argumentar com Tuan (2013) que a lembrança de determinado lugar não necessita estar organizada, mas ressurgue a partir do momento em que elementos do presente a chamam, bastando que existam fragmentos que possibilitem a associação.<sup>702</sup> Nesse sentido, estes espaços são (re)significados através dos documentos, paisagens e memórias daqueles que presenciaram (ou não os eventos), (re)construindo-os por meio de narrativas orais, leituras e/ou fotografias.<sup>703</sup> Mediante atuação da imprensa, podemos

<sup>697</sup> A ESQUERDA, 31/01/1928, p. 01.

<sup>698</sup> O CEARÁ, 13/01/1928, p. 01.

<sup>699</sup> A ESQUERDA, 11/02/1928, p. 02.

<sup>700</sup> CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>701</sup> TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

<sup>702</sup> TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

<sup>703</sup> COSTA, A. P. R. da. **Lugar e memória: narrativas da trajetória do bando dos Marcelinos em Barbalha-CE**. 2020. 212f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

pensar, então, neste espaço, o “(...) renomado Alto do Leitão”, como um “sítio nada poetico, de liquidações summarias”.<sup>704</sup>

Assim como o próprio sítio, os caminhos que o cruzam também ganham contornos associados aos fuzilamentos. As rodagens também ficaram marcadas pelos eventos e foram (re)significadas pela imprensa e pelos sujeitos que consumiam tais notícias. Mais uma vez, o espaço rural aparece como elemento da barbárie. Nas palavras de A. Costa (2020), agora aquele caminho “era apontado como um espaço onde eram praticados crimes à mando do Estado, escondendo sua real motivação”.<sup>705</sup> As estradas ameaçadoras, quando da ação dos bandos nos sertões, agora conduziam os criminosos ao seu fim trágico: “a rodagem e o Alto do Leitão, são lugares sisudos de eliminações ‘pacificas’”<sup>706</sup>, servindo, pois, a configurações outras, onde a linha entre crime e ordem é bem tênue, revelando a complexidade das relações.

Conforme discutimos anteriormente, as relações estabelecidas não são simétricas, de modo que alguns indivíduos podem ter maior peso que outros no embate de forças. Os Marcelino foram executados como forma de silenciá-los diante das suas declarações comprometedoras a pessoas de relevo, “os poderosos e tranquilos mandantes dessas tropelias dos cangaceiros”<sup>707</sup>, como insinuava a imprensa. Por isso, houve uma tentativa de assegurar a vida de Cansação e Balão, os dois recolhidos à penitenciária de Fortaleza. Para os jornais da capital, ao governo, interessava a morte desses cangaceiros e mais cedo ou “mais tarde, dentro de uma semana talvez, a tragédia do Alto do Leitão ter-se-á repetido”.<sup>708</sup>

Diante disso, o diretor do *O Ceará*, Matos Ibiapina, achou-se no dever de solicitar que o governo oferecesse as devidas garantias aos presos, evitando que estes tivessem o mesmo fim que os fuzilados do Alto do Leitão. Em telegrama enviado ao presidente do estado, o desembargador Moreira da Rocha, o jornalista diz estar

Seguramente informado bandidos Cansação, Balão que se acham presos incomunicaveis cadeia desta capital foram ouvidos hoje autoridade policial quem fizeram declarações importantes comprometedoras. Consequencia disso consta cogitar-se enviar presos para interior fim fuzila-los. Apello vossa autoridade ouvir presos e fazer cessar injusticável incomunicabilidade (...). Fuzilamento esses criminosos após declarações representa acto crueldade além traduzir interesse governo em fazê-los calar.<sup>709</sup>

<sup>704</sup> A ESQUERDA, 14/02/1928, p. 02.

<sup>705</sup> COSTA, A. P. R. da. **Lugar e memória**: narrativas da trajetória do bando dos Marcelinos em Barbalha-CE. 2020. 212f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020, p. 96.

<sup>706</sup> A ESQUERDA, 14/02/1928, p. 02.

<sup>707</sup> O POVO, 14/01/1928, p. 01.

<sup>708</sup> A ESQUERDA, 10/02/1928, p. 01.

<sup>709</sup> O CEARÁ, 10/02/1928, p. 02.

Há um duplo apelo na mensagem, isto é, o pedido para a manutenção da vida daqueles sujeitos e o desejo de ouvi-los e ter acesso às suas declarações “importantes” e “comprometedoras”, face também de uma imprensa que explorava os sentidos e as sensações. As palavras dos cangaceiros poderiam ser, inclusive, usadas para desqualificar adversários dentro da arena política. A prática de escrita violenta e a agressão pessoal direta são características de um estilo de argumentação.<sup>710</sup> Nomes de relevo, em especial da região sul do estado, teriam sido mencionados pelos prisioneiros. Mais uma vez, Isaías Arruda aparecia como um dos principais coiteiros da região. Enquanto o chefe político de Missão Velha desmentia os bandidos, eles repetiam calmamente que tudo se tratava da “mais completa verdade”.<sup>711</sup>

No mesmo dia, no jornal fortalezense *A Esquerda*, podemos ler que, se o governo desejar, com apenas um aceno, “Ter-se-ia a oportunidade magnífica de desvendar-se o mysterio que envolve, em nossa terra, a historia do cangaço”.<sup>712</sup> Ao contrário, o jornal critica o isolamento e o possível remanejamento dos cangaceiros para o interior, afastando os ouvidos da sociedade dos “labios cheios de palavras comprometedoras” dos bandidos, como escreve o jornal. Afinal, para muitos chefes locais, “as declarações de ‘Cansação’ e ‘Balão’, com certeza, desagradam a gente oficial”.<sup>713</sup>

O presidente do estado prontamente respondeu ao diretor d’*O Ceará*, garantindo que não havia intenção de exterminar os cangaceiros, reforçando que eles seriam mandados ao interior para serem julgados. No dia seguinte, o jornal estampava em primeira página a resposta de Moreira da Rocha.

(Off.) — MAJOR MATOS IBIAPINA  
 Redação do “O CEARÁ” Fortaleza  
 Fortaleza - nº 415 - pls. 43\45 - data 10 - horas 12.  
 Bandidos Cansação, Balão, grupo Lampeão, foram capturados Arneiroz e deverão seguir Barbalha, onde estão pronunciados, a fim serem julgados. Nunca houve proposito governo fuzilar bandidos, que seguirão cervados todas garantias. Saudações.<sup>714</sup>

Apesar de todas as garantias que ofereceria o chefe do estado, a população murmurava que os cangaceiros pagariam com a vida pelas declarações o seu último crime: identificar os seus protetores.<sup>715</sup> Cercados por 30 praças fortemente armados, os prisioneiros

<sup>710</sup> CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-152, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003> Acesso em: 03 mai. 2023.

<sup>711</sup> O CEARÁ, 12/01/1928, p. 04.

<sup>712</sup> A ESQUERDA, 10/02/1928, p. 01.

<sup>713</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>714</sup> O CEARÁ, 11/02/1928, p. 01.

<sup>715</sup> A ESQUERDA, 10/02/1928.

foram conduzidos até a Estrada de Ferro de Baturité. *O Ceará* descreve a imagem, mais uma vez, mesclando a arte de compor notícias, valendo-se das sensações e com elementos romanescos dos folhetins:

Foi uma scena inedita em Fortaleza. Os dois companheiros de “Lampeão”, fortemente amarrados, pelos braços e todo o corpo, tendo livres apenas, os movimentos das pernas, seguiram, rua a fóra (...). Na estação ferro-viaria, até o momento do trem partir, a curiosidade geral foi attrahida para aquelle quadro impressionante (...). Os silvos da locomotiva perdiam-se no espaço e todos repetiam, convencidos: ‘aquelles desgraçados vão morrer’.<sup>716</sup>

Em Barbalha, os cangaceiros foram submetidos ao júri e condenados por crime de morte a 30 anos de prisão. Em início de abril, os dois foram remetidos para a Casa de Detenção de Fortaleza, onde, finalmente, foram ouvidos demoradamente pelos jornalistas. O capitão Álvaro de Oliveira levou o colaborador d’ *O Ceará* até a cela de nº 21, no térreo. O jornal soube tirar bastante proveito do fato, para além das declarações sobre os protetores de Lampião no território cearense, mobilizando o que seria a sua missão principal, ou seja, servir de olhos e ouvidos para a sociedade e porta-voz daqueles que não possuem quem possa falar por eles.<sup>717</sup> A folha atribuiu aos bandoleiros a declaração que coloca o jornal como o salvador de suas vidas. Ao ser apresentado aos cangaceiros e anunciar-se como representante d’ *O Ceará*, os presos responderam uníssonos: “A gente já sabe. Foi o jornal que não deixou mattarem a nós. Nós não sabe lê, mas todo mundo nos diz isso”.<sup>718</sup>

João Palmeira, o Balão e Manoel Mauricio, o Cansanção, eram ex-integrantes do bando de Lampião e estavam presos na cadeia pública da capital cearense. Balão é descrito por sua musculatura forte, sua estatura mediana, seus “cabellos duros” e sua pele morena “quase prêta”, e consta ter 19 anos. Já Cansanção, aos 22 anos, é apresentado como “um rapaz branco” e de “physionomia rustica”, pouco mais alto que Balão.<sup>719</sup> Os dois escaparam do mesmo fim que tiveram os irmãos Marcelino: o fuzilamento perpetrado pelas forças legais do estado em um lugar ermo. Quando questionados, ao fim da entrevista, se não preferiam ter morrido, o cangaceiro Balão respondeu que, para ele, daria no mesmo: “a gente tem sempre que morrer”. Cansanção, por sua vez, disse ao repórter que preferia viver, pois “com a vida a gente consegue tudo”.<sup>720</sup>

<sup>716</sup> O CEARÁ, 12/02/1928, p. 1-2.

<sup>717</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>718</sup> O CEARÁ, 03/04/1928, p. 01.

<sup>719</sup> *Idem*, p. 01-02.

<sup>720</sup> *Idem*, p. 02.

O decorrer das demais menções aos fuzilamentos chama atenção para a impunidade dos acusados de envolvimento com cangaceiros mencionados pelos prisioneiros. A balança pendia sempre para o lado de lá, o que reforçava o entrelaçamento entre os homens públicos, os poderosos chefes locais e o sistema de justiça do período, “tendo-se em maior conta a fallencia da Republica de 89, suas leis, e as idéas civicas do paiz”.<sup>721</sup> Este modelo de luta pela manutenção do poder através de barganhas entre os coronéis e o governo.<sup>722</sup>

São estas relações que garantem, na parte de baixo do tabuleiro, o poder dos coronéis sobre dependentes e adversários, afiançando o controle de cargos públicos “desde o delegado de polícia até a professora primária”<sup>723</sup>, retribuído em forma de apoio ao governo principalmente com votos. As marchas dos Marcelino pelas ruas de Missão Velha teriam sido guiadas por José Gonçalves, delegado de polícia da cidade e parente de Isaias Arruda, como assegura Lua Branca em seu depoimento.<sup>724</sup> São estas conexões que desequilibram a balança. E, no melhor estilo retórico, é a elas que se refere uma matéria do jornal *A Esquerda*: “Que ‘excesso’ de equidade nesta justiça do Brasil!... justiça caôlha, deleteria, justiça que só enxerga os miseraveis, por isto é que eu te escrevo com letra minuscula, desmoralizada!”<sup>725</sup>

Muitos discursos presentes nos jornais colocaram os jornalistas como verdadeiros arautos do progresso<sup>726</sup>, exercendo, através das folhas, o seu poder de crítica diante dos problemas da jovem República. A crônica *Política & Medalhões*, publicada no jornal *A Ordem*, nos dá uma imagem do movimento das ideias de grandes nomes e defensores do republicanismo e sua crítica ao sistema. O texto cita a fala do senador amazonense Joaquim Saldanha Marinho como fonte de apreciação à desordem que se instalava no país, onde se pode ler que “‘não era esta a Republica que eu sonhava’” profetizando com tais palavras “a ruina das instituições”<sup>727</sup>, comparando ainda o regime republicano a uma *casa de Orates*.<sup>728</sup>

<sup>721</sup> O CEARÁ, 12/01/1928, p. 04.

<sup>722</sup> CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dado, Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 2, 1997 [on-line]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>723</sup> *Idem*, p. 02.

<sup>724</sup> O CEARÁ, 21/07/1928, p. 04.

<sup>725</sup> A ESQUERDA, 14/02/1928, p. 02.

<sup>726</sup> VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo** –vol. 2. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>727</sup> A ORDEM, 04/12/1924, p. 01.

<sup>728</sup> Uma *Casa de Orates* é frequentemente relacionado a um hospital psiquiátrico, um manicômio, um hospício. O termo aparece na obra *O Alienista* (1882), de Machado de Assis, com discussão que debate a delicada e estreita fronteira entre loucura e racionalidade. Possivelmente foi a partir do texto machadiano que o termo se popularizou. É interessante perceber a alusão que se faz entre a República brasileira e um hospício, na forma de criticar a caótica situação nacional. Ver: ASSIS, M. de. *O Alienista*. In: GLEDSON, J. (Org.) **50 Contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Diante das acusações de ineficiência dos governos e do sistema republicano, os sertões são cartografados como inóspitos e perigosos, e seus habitantes, como bárbaros e violentos. Conforme observamos, os jornais ajudaram a criar uma política do medo, onde eram fomentados constantemente o sentimento de insegurança e o perigo de ser atacado a qualquer momento pelos grupos de cangaceiros que andavam pelos sertões. Com isso, a imprensa ajuda a disseminar a sensação de que o medo está em tudo e em todos os lugares, operando, assim, uma espacialização do medo na construção de identidades. Partindo da imagem constantemente replicada pela imprensa através das “notícias de sensação”, procuramos, no capítulo seguinte, cartografar as narrativas de medo presentes na imprensa e traçar um mapa do temor elaborado pelos jornais, uma vez que há a gestação de uma sociedade paranoica, onde todos temem e fazem temer.

## 5 OUTRAS FACES DO MEDO: A REPRESSÃO AO BANDITISMO NOS SERTÕES

### 5.1 Força Pública: organização e policiamento nos limites interestaduais

Os deputados Tertuliano Potyguara, Mattos Peixoto e Deoclecio Duarte, na última sessão da Câmara dos deputados, falaram sobre o cangaceirismo apresentando um projecto que autoriza a localização de cinco batalhões do exército no interior dos Estados do Nordeste.<sup>729</sup>

As mensagens dos presidentes de estados enviadas à Assembleia Legislativa são compostas de riquíssimas informações que nos indicam os problemas enfrentados anualmente durante a gestão de cada presidente. Nelas temos uma visão geral de como estes sujeitos percebiam a ordenação social do período sob o seu comando. Nos anos iniciais de cada gestão, são elencadas as demandas decorrentes da administração anterior, servindo como uma defesa do trabalho atual e atestando contra a condução da máquina pública pelo seu precedente, sendo estratégia retórica seguida nas mensagens dos presidentes dos anos subsequentes.

Mesmo diante de toda a turbulência no final do mandato do governo Accioly, o seu sucessor, Antônio Frederico de Carvalho Mota<sup>730</sup>, afirmava, que apesar de algumas “ameaças de perturbações provenientes de lutas partidárias ainda em rescaldo” serem notadas, “nenhuma alteração de graves conseqüências ocorreu neste período”. O governante arremata informando que tomou as devidas providências e que “(...) tudo voltou ao estado normal”.<sup>731</sup> O documento, contudo, não deixa de apontar contradições. Destacando sua boa administração e o bom andamento na ordem pública, sem tropelias ou exageros, sempre enfatiza o avanço e a ameaça que o cangaço representou durante os anos.

As lideranças responsáveis pela gestão do estado perceberam a importância das fronteiras para os cangaceiros, como observamos no capítulo anterior. Era pelo espaço de fronteira que as mais emblemáticas fugas se gestavam e que se procediam os contrabandos de armas e munições, e era neste espaço que se davam as muitas mortes e algumas prisões. Nesse caminho, os acordos interestaduais e a formação da polícia volante foram um dos conjuntos de estratégias estabelecidas visando a ordem social nos sertões para que o Ceará, em pouco tempo, voltasse à “sua tradicional existência de segurança, e o povo, tranquilo, na labuta da vida, a

<sup>729</sup> A ORDEM, 07/09/1927, p. 03.

<sup>730</sup> Era vice-presidente do estado do Ceará na gestão de Nogueira Accioly, assumindo o cargo principal após a deposição do mandatário. Mota ficou no poder até 12 de julho de 1912, quando Franco Rabelo assumiu.

<sup>731</sup> AL-CE, 01/07/1912, p. 07.

colher, sazoados, os fructos do seu labor”<sup>732</sup>, como afirmava o presidente do Ceará, Benjamin Barroso, em sua mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Ceará em julho de 1915.

Nas mensagens dos presidentes de estados, tornou-se obrigatório dedicar tinta e espaço aos comentários sobre a “ordem social”, o banditismo e seu combate e as “forças públicas” e sua atuação nos sertões. Após as discussões sobre os usos dos espaços de fronteiras pelos cangaceiros, analisaremos os múltiplos significados sobre a força policial nos sertões do Ceará, em especial o deslocamento e a atuação da polícia volante nos limites do estado posterior aos grandes acordos interestaduais estabelecidos entre 1912 e 1926. A imprensa cearense e jornais dos estados vizinhos debateram constantemente o combate ao banditismo narrando as práticas adotadas na perseguição e captura de cangaceiros. Neste capítulo, analisamos outras faces do medo, agora a partir da ação das forças de repressão do estado.

A historiografia brasileira apresenta inúmeros e bons trabalhos sobre a polícia e o policiamento que contemplam espaços e tempos distintos. São textos que discutem desde a figura dos policiais, como as instituições e as práticas punitivas, oferecendo uma cartografia das polícias no Brasil. M. Bretas e A. Rosemberg (2013) comentam que, a partir da implantação da República, houve uma renovação nos estudos sobre este tema ao longo dos anos 1980. Os autores citam uma gama de trabalhos que voltaram sua atenção sobretudo para o espaço urbano<sup>733</sup>, chamando atenção para a necessidade de se investigar “sobre o interior, onde as configurações policiais são muito diversas, entre coronéis e o banditismo”.<sup>734</sup>

O debate quanto ao espaço de atuação da força policial cearense no início da República, com as suas contradições e incertezas, se estende desde o início do período republicano, tensão que pode ser percebida nas mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Ceará. Seguiu-se a lógica da “Política dos Estados”, elaborada por Campos Sales, conhecida, posteriormente como “Política dos Governadores”, estabelecendo o “compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a possibilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, visando a dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo”<sup>735</sup>, experiência que fortaleceu as oligarquias, as fraudes e a violência.

---

<sup>732</sup> AL-CE, 01/07/1915, p. 10.

<sup>733</sup> Nos trabalhos que discutiram o policiamento no Ceará durante a Primeira República, percebemos ainda a prevalência dos estudos sobre o espaço urbano. Privilegiando os sertões e o combate ao cangaço, ressaltamos o texto de Henrique Barbosa (2014) como pesquisa que apresenta com fôlego, a partir de fontes diversas, a organização e a atuação policial entre os anos 1889 e 1930.

<sup>734</sup> BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. História da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul. 2013, p. 171.

<sup>735</sup> RESENDE, M. E. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 104.

H. Barbosa (2014) explica que a polícia cearense era organizada em polícia civil estadual, polícia militar estadual (Força Pública do Ceará – FPC) e polícias municipais (guardas locais).<sup>736</sup> Enquanto as polícias civil e militar eram organizadas pelo estado, as guardas locais eram de responsabilidade dos prefeitos. Assim, a Força Pública do Ceará possuía uma formação híbrida<sup>737</sup>, com estrutura militar e funções policiais<sup>738</sup> e cabia a ela policiar o território cearense.

Lembremos que, em 1892, a Constituição Estadual estabelecia que caberia aos municípios a organização e a manutenção das polícias locais.<sup>739</sup> Isso favoreceu o surgimento de grupos armados pelos potentados sertanejos.<sup>740</sup> O que estava em jogo, no entanto, era a possibilidade do controle sobre o território cearense, e o governo pretendia que ficasse a cargo de uma força policial estadual. O governo do estado defendeu a substituição das guardas locais pelos soldados da força pública, mas os chefes locais resistiam a essa ideia e lutavam para manter o controle sobre o recrutamento e armamento de homens para a manutenção de seus interesses políticos e privados.

A não interferência fazia parte do jogo político, afinal, era preciso a boa relação entre estado e município.<sup>741</sup> Todavia, as guardas locais foram extintas em 1903 pelo presidente Pedro Borges, que estabeleceu que a força pública era a responsável pelo policiamento a partir de então.<sup>742</sup> Assim, “a defesa da ordem social, dos poderes constituídos e o policiamento geral das cidades do interior tornaram-se obrigações da ‘milícia do Estado’, ou seja, da Força Pública”.<sup>743</sup> Esta postura, no entanto, não era ingênua, mas guardava contornos bem delimitados.

Ganha força, nesse período, o discurso de que esta era a principal solução para se exterminar os grupos de criminosos que grassavam os sertões. O discurso reclamando a

---

<sup>736</sup> Em Fortaleza, chama-se de Guarda Cívica e a responsabilidade da organização e do custeio cabia ao estado.

<sup>737</sup> Segundo Barbosa (2014), hierarquia, disciplina, treinamentos e regulamentos deveriam buscar exemplo no Exército.

<sup>738</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

<sup>739</sup> POMPEU, G; FREITAS, I; VIEIRA, S. (Orgs.). **Constituição estadual de 1892**. Fortaleza: INESP, 2005. (Coleções constituições cearenses, v. 2).

<sup>740</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

<sup>741</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>742</sup> Mesmo diante da sua extinção, os chefes locais continuaram arregimentando e armando sujeitos para compor suas guardas.

<sup>743</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 48.

necessidade de se incorporar o sertão à nação e de civilizar o seu povo passam diretamente pelo combate ao banditismo. Caberia, portanto, ao aparato policial contribuir para alcançar o alardeado desejo de progresso, “visando acima de tudo os altos interesses da comunhão social”, como se escreveu no *Diário do Piauí* em novembro de 1912. Nesse sentido, a polícia é representada “(...) como agente produtor de uma modernidade pela força.”<sup>744</sup>

Os dados de 1912 indicam a criação de um batalhão militar<sup>745</sup>, composto de “um effectivo de 21 officiaes e 300 praças, alem da Companhia Volante que se acha distribuída pelos municipios mais importantes da região do Carirv, e cujo effectivo é actualmente de 190 praças”.<sup>746</sup> Esta estratégia, informa Antônio Frederico de Carvalho Mota, resultou em economia de grandes somas para os cofres do estado. Em 1915, sob o comando de Benjamin Barroso, a força pública é reorganizada com a defesa da necessidade de se reduzir os gastos. Assim, ficaram “(...) arregimentados apenas dous dos batalhões com o effectivo de 603 praças e respectiva officialidade. A guarda civil também foi reduzida a 120 guardas”.<sup>747</sup>

Entre 1916 e 1919, houve uma nova reestruturação. A partir desse momento, a Força Policial do Ceará era composta

(...) de um regimento, denominado Regimento Militar do Estado e de uma Guarda Civica, sendo esta destinada exclusivamente ao policiamento da Capital. O Regimento é constituído de dois corpos com as denominações de 1º e 2º Batalhão. Ao 1º se acham actualmente commettidos os encargos propriamente de caserna e a guarda das repartições estaduaes; o 2º tem por missão o policiamento do interior do Estado, achando-se acantonadas as tres companhias que o compõem nas cidades de Sobral, Iguatú e Crato.<sup>748</sup>

Nos documentos oficiais, sobressai o discurso idealizado da polícia como uma instituição respeitável e ordeira, projetando-a como responsável por promover a ordem social, a segurança e o bem-estar da população assistida. Como afirma João Thomé de Saboya e Silva, a força pública cearense, “instituída para manter a ordem e tornar effectivo o principio de autoridade (...), vem preenchendo satisfactoriamente os seus fins”.<sup>749</sup> Entretanto, cabe destacar que a polícia na Primeira República é marcada por alguns vícios, disputas e interesses, inclusive

<sup>744</sup> BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. História da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul. 2013, p. 165.

<sup>745</sup> Posteriormente volta-se à organização em dois batalhões divididos em quatro regiões policiais, situadas em Fortaleza, Sobral, Iguatu e Crato, além das Companhias da Força Pública do Ceará. Ver H. Barbosa (2014).

<sup>746</sup> AL-CE, 01/07/1912, p. 12.

<sup>747</sup> AL-CE, 01/07/1915, p. 19.

<sup>748</sup> AL-CE, 01/07/1917, p. 42.

<sup>749</sup> *Idem*.

políticos. Não raro ela poderia servir como braço armado de políticos locais, ficando incumbida de fazer valer os interesses do governante.

Ao analisarmos mais atentamente os documentos oficiais e cotejarmos estas informações com as matérias de jornais sobre o policiamento nos limites do estado na repressão ao banditismo, encontramos indícios sobre a formação, o treinamento, a remuneração e as motivações para o ingresso na força policial. Além disso, com o passar do tempo, percebemos uma ampliação no número de policiais sob a justificativa de combater o banditismo nos sertões, em especial na região sul do estado. As cidades limítrofes receberam maior concentração da força visando o constante deslocamento de cangaceiros naqueles espaços.

Percebemos também o aumento das despesas do estado com a força pública ao longo dos anos, com algumas oscilações. Nas mensagens enviadas para a Assembleia Legislativa, quase sempre o valor pago ultrapassava a quantia que inicialmente foi destinada, coincidindo com a agudização do problema e os pedidos de socorro presentes nos documentos. Na tabela a seguir, podemos ter uma ideia desta movimentação.

**Tabela 6**  
**Despesas do estado do Ceará com a força pública (1917-1928)<sup>750</sup>**

PERÍODO	IMPORTÂNCIAS DAS DESPESAS (MIL-RÉIS)
1917	910:105\$514
1918	951:953\$003
1919	1093:376\$604
1924	1466:195\$308
1925	1467:529\$027
1926	1610:564\$691
1927	1628:962\$158
1928	1767:795\$974

**Fonte:** AL-CE, BNDigital, elaborada pelo autor.

Os dados apontam o crescimento constante das despesas do governo cearense com a força pública ao longo dos anos. Além dos valores mencionados na tabela 6, ao longo dos anos, outros montantes poderiam ser acrescidos (por meio de leis e decretos), como gastos extras, por exemplo, em 1925, quando houve um acréscimo de 40:305\$693 em créditos

<sup>750</sup> Nos documentos anteriores, não há o detalhamento das despesas, de forma que não foi possível observar os gastos destinados à força pública entre os anos 1912 e 1916. Há, com frequência, o discurso da necessidade de se cortar despesas e equilibrar os cofres públicos, o que explica, em partes, as oscilações nos valores destinados ao policiamento.

extraordinários destinados à repressão ao banditismo e manutenção da ordem pública. No ano seguinte, em 1926, o acréscimo foi de 387.965\$403, equivalentes a despesas extraordinárias pela Secretaria do Interior e da Justiça com a força pública e a manutenção da ordem. Este aumento coincide com o período do novo acordo interestadual firmado naquele ano. No ano de 1927, pela mesma secretaria, foram acrescentados 57:326\$878 em despesas extraordinárias. E, no ano de 1928, houve a implementação de mais de 200 contos com gastos suplementares, sendo 73:819\$401 direcionados para as despesas com o material destinados à força pública, coincidindo, portanto, com o momento de intensificação no combate ao cangaço naquele ano.

O discurso dos impressos e o discurso oficial se encontram na necessidade de proteção das fronteiras – espaço de circulação, de mobilidade – e no imperativo de ampliar a força pública e seu raio de ação. No Piauí, por exemplo, o presidente Eurípedes Clementino de Aguiar comentava sobre a “situação de insegurança que se encontrava uma vasta zona do extremo sul”<sup>751</sup> do estado. Era necessário intervir para que se terminassem “as perturbações da ordem pública”.<sup>752</sup> No entanto, para o governo, a intervenção significava a possibilidade de maior controle por meio do exercício da força de repressão estatal, afinal, dentro desse sistema, a polícia ganhou contornos partidários e passou a ser “utilizada como instrumento habitual de ação política”.<sup>753</sup>

Há uma distância entre discurso e prática, haja vista que o policiamento não conseguiu dar conta do número de cangaceiros, que cresceu bastante nas décadas de 1920 e continuou com suas ações. Nas páginas do *Jornal de Recife*, questionou-se este descompasso: como é possível que a polícia de Pernambuco, tão “numerosa no seu effectivo” e dispondo “talvez hoje não tanto, de bons armamentos e munição a granel”<sup>754</sup>, não consiga resultados positivos na luta contra o cangaço? Isto posto, havia uma linha tênue que separava a polícia idealizada e as ações que se desenrolavam nos espaços limítrofes dos sertões. No entanto, não se pode perder de vista a estratégia adotada pelo governo, que “tinha ao seu dispor um poderoso arsenal de argumentos que legitimava o controle policial militar sobre os municípios”.<sup>755</sup>

O contingente de homens da capital armados e uniformizados com fardas cáquis e quepe, ambos de cor cinza, foi incorporado como parte da paisagem sertaneja, tornando-se

---

<sup>751</sup> AL-PI, 01/07/1919, p. 12.

<sup>752</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>753</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 190.

<sup>754</sup> JORNAL DO RECIFE, 20/06/1926, p. 01.

<sup>755</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 66.

presença no cotidiano. No entanto, o contingente policial destinado à perseguição dos bandoleiros raramente conseguia êxito em suas empreitadas, em primeiro lugar, porque, normalmente, não conhecia bem a região onde atuava. Era preciso aptidão física para encarar os vários dias de perseguição, resistência para andar nas matas em dias de calor ou em tempos de chuva, além de conhecimento da geografia sertaneja para caçar com mais ímpeto os cangaceiros. Com o tempo, houve a incorporação de pessoas de região para compor a polícia, em especial as companhias volantes.<sup>756</sup>

Além disso, o “manejo” das fronteiras volta à discussão no jornal *O Nordeste*, afinal, “(...) o bandoleiro audaz, que não conhece limites à sua sanha, assola determinado município e, si, acaso, for perseguido, está seguro da impunidade, penetrando as fronteiras de outro”.<sup>757</sup> Situação que prometia ser controlada a partir das medidas reforçadas pelo novo acordo interestadual estabelecido em finais do ano de 1926. Por isso, era necessário adotar o caráter de “guerra móvel” para combater com mais eficácia e arregimentar pessoas conhecedoras dos sertões. Com o passar do tempo, policiais e cangaceiros compunham-se, em sua maioria, da mesma massa sertaneja, mudança que ofereceu alguma vantagem para a polícia no combate.

A polícia adotou no interior, sem um centro de operações fixo, o sistema de tropas volantes, mais indicado e esperava-se ser o mais eficiente na perseguição e combate dos bandos nos sertões, ação intensificada com os acordos interestaduais. No quadriênio do governo de Moreira da Rocha, empenhava-se no combate a Lampião um efetivo de composto por 403 praças e outros dez oficiais.<sup>758</sup> Havia ainda os casos de fazendeiros que reuniam “os seus apaniguados e se apresentava à polícia, formando assim uma volante que permanecia sob seu comando”.<sup>759</sup>

Os múltiplos fracassos que a polícia acumulou fez com que se repensasse logística e militarmente a sua atuação no interior. Em Pernambuco, por exemplo, “chegou-se à conclusão que seria fundamental colocar em combate indivíduos que estivessem adaptados aos Agreste e Sertão”.<sup>760</sup> A partir do momento que essa mudança ocorreu, percebeu-se uma ligeira eficiência

---

<sup>756</sup> Termo utilizado para se referir à unidade de polícia móvel que seguia no encalço dos cangaceiros no interior do estado. Geralmente andava a pé, visando ter a mesma mobilidade daqueles que perseguiam e era chefiada por um sargento ou tenente, seguindo as diretrizes superiores. Ver: OLIVEIRA, B. M. de. **Forças Volantes!:** os homens que combateram Lampião de A à Z. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora LTDA, 2022. Conferir também: QUEIROZ, M. I. P. de. **História do cangaço.** São Paulo: Global, 1982. (História popular).

<sup>757</sup> O NORDESTE, 29/11/1927, p. 04.

<sup>758</sup> HOLANDA, J. X. de. **A Polícia Militar do Ceará em Meio Século de República (1889 a 1939).** Fortaleza: INESP, 2003.

<sup>759</sup> QUEIROZ, M. I. P. de. **História do cangaço.** São Paulo: Global, 1982. (História popular), p. 35.

<sup>760</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros:** ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 94.

nos combates.<sup>761</sup> Todavia, talvez por sua extensa rede de coiteiros, o cangaço continuava a galgar espaço. É daí que vem a crítica do jornal paraibano *O Norte*, pois, para o articulista “enquanto não retirarem ao banditismo o apoio que alguns lhe emprestam, elle há de campear em nossos sertões, fiado na protecção e rindo dos dinheiros publicos gastos na sua perseguição”.<sup>762</sup>

Em segundo lugar, pelos baixos salários, o fraco treinamento e a discrepância militar e armamentista existente entre os policiais e cangaceiros. As motivações para ingressar nas forças podiam ser variadas, mas, sem dúvida, a possibilidade de se resolver antigos desafetos entre famílias, “(...) a destruição do patrimônio, dentre os símbolos de ofensa a honra”<sup>763</sup>, ou a fuga de cangaceiros inimigos era uma delas.<sup>764</sup> Havia, certamente, aqueles que buscavam ascensão social, mas o baixo soldo não era um fator de relevo.<sup>765</sup> O quadro a seguir nos aponta os valores relativos aos vencimentos para cada patente da força pública estadual.

**Quadro 5**  
**Vencimentos da Força Pública do Ceará (1918)**

PATENTE	VENCIMENTOS (MIL-RÉIS)
<b>Coronel Comandante (Superior)</b>	<b>750\$000 (gratificação)</b>
<b>Tenente Coronel (Superior)</b>	<b>600\$000</b>
<b>Major (Superior)</b>	<b>450\$000</b>
<b>Capitão (Intermediário)</b>	<b>330\$000</b>
<b>1º Tenente (subalterno)</b>	<b>255\$000</b>
<b>2º Tenente (subalterno)</b>	<b>222\$000</b>
<b>1º Sargento (inferior)</b>	<b>90\$000</b>
<b>2º Sargento (inferior)</b>	<b>84\$000</b>
<b>3º Sargento (inferior)</b>	<b>78\$000</b>
<b>Cabo (Graduado)</b>	<b>72\$000</b>
<b>Anspçada (Praça)</b>	<b>66\$000</b>
<b>Corneteiro (Praça)</b>	<b>66\$000</b>
<b>Soldado (Praça)</b>	<b>60\$000</b>

**Fonte:** *Livros de Leis do Ceará* (Lei n° 1622, de 29/10/1918 *apud* BARBOSA, 2014, p. 109).

<sup>761</sup> OLIVEIRA, B. M. de. **Forças Volantes!**: os homens que combateram Lampião de A à Z. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora LTDA, 2022.

<sup>762</sup> O NORTE, 22/30/1924, p. 03.

<sup>763</sup> OLIVEIRA, G. S. da S. **Nazarenos**: alistamento e conflitos no sertão pernambucano nos anos de 1923 a 1928. 154f. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024, p. 56.

<sup>764</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>765</sup> Não eram raros os casos de espólios quando se abatia um cangaceiro, visto que o montante em dinheiro e as joias que carregavam consigo poderiam representar um ganho real em comparação aos salários e a difícil jornada de trabalho.

A título de comparação, para termos uma noção sobre o poder de compra de um praça no período estudado, observemos o mercado de gêneros alimentícios de Quixadá em 1924. O preço do quilo da carne, segundo o jornal *O Sitiá*, custava 2\$400, enquanto o valor pago por duzentos litros de feijão era de 75\$000, e a saca de sessenta quilos de arroz chegava a 62\$000; na farinha de mandioca, na mesma quantidade, pagava-se 30\$000.<sup>766</sup> O jornal *O Nordeste* de 1927 publicou uma tabela mais detalhada sobre estes gêneros. Na folha, o litro do arroz de primeira custava 1\$400, e o quilo do café em pó de primeira 4\$800; o litro do feijão custava em média 1\$200.<sup>767</sup> Dependendo do produto ou serviço, os valores podiam ser muito altos para quem vivia dos soldos provenientes do trabalho na força pública.<sup>768</sup>

Na vida cultural, no Teatro São João, de Sobral, o ingresso para assistir ao filme “The Big Parade” sobre a “Grande Guerra da Europa”, conforme anuncia-se no jornal *A Ordem*, custava 3\$000 nas fileiras de cima e plateia e o filme era dividido em 13 partes.<sup>769</sup> A assinatura semestral ou anual de um jornal, por exemplo, também consumia parte considerável do ordenado de um sargento. No interior do estado, para se obter a assinatura d’*O Nordeste* era necessário dispor de 30\$000 em 1924; já para o jornal *A Esquerda*, o valor chegava a 40\$000 no início de 1928.

Reclamações quanto ao valor destinado aos agentes da força pública foram elencadas durante todo o seu período de atuação<sup>770</sup>, especialmente diante das condições de trabalho e da carestia da vida. Havia a possibilidade de subir hierarquicamente e, com isso, desfrutar de remuneração e de espaços sociais impensáveis para parte da população da qual vieram.<sup>771</sup> Observando a importância destinada as praças e inferiores, percebemos a diferença para seus oficiais, sendo, assim, pouco atrativo o ingresso na polícia. Isto posto, muitos tentavam se favorecer e tirar vantagens de todas as situações possíveis, desde o espólio de pertences de cangaceiros após sua morte, até o contrabando de armas e munições “de quem recebiam dinheiro ‘grosso’”.<sup>772</sup>

Os sujeitos do interior do estado que ingressaram na polícia não recebiam o treinamento militar adequado, quando muito, algumas explicações sobre as táticas de

---

<sup>766</sup> O SITIÁ, 1926.

<sup>767</sup> O NORDESTE, 1927.

<sup>768</sup> Durante uma “grande baixa de preços” de tecidos na loja A Pernambucana, o metro das chitas chegou ao valor de 1\$500, e o de algodão alvejado, 1\$900, o mesmo pago por tecidos zéfiros xadrez, cachemiras e brins grossos. Fora do valor promocional, a variação de preço era de 2\$200 a 2\$800, conforme observamos em *O Sitiá* (1926).

<sup>769</sup> A ORDEM, 1928.

<sup>770</sup> Estes valores eram estabelecidos pelo estado e fixados por lei. Ver H. Barbosa (2014).

<sup>771</sup> ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

<sup>772</sup> A ESQUERDA, 19/04/1928, p. 02.

perseguição. B. Pericás informa que houve casos de pessoas que se apresentaram à polícia e, no dia seguinte, partiram para o combate.<sup>773</sup> Destoava também o armamento que usavam<sup>774</sup>: enquanto os cangaceiros usavam “(...) pistolas e fuzis modernos, desviados, é claro, do Exército Nacional ou dos Batalhões Patrióticos” a polícia volante “em distintas ocasiões, ainda carregavam as velhas e obsoletas carabinas”.<sup>775</sup>

Vem dessa estrutura falha a contundente crítica publicada no *Jornal do Recife* na edição de junho de 1927, que desnuda o discurso de disciplina e ordem constantemente projetado pelos governadores à força pública. “Esta polícia que se proclama”, pode-se ler na folha, “que se alardeia como existente entre nós, é falsa, não existe, é uma ficção, por isso faz-se preciso mostrá-la ao povo nos justos limites do seu mérito, do seu próprio valor (...). Abaixo pois o misticismo policial, se confesse o fracasso e se peça sem demora, a intervenção federal”.<sup>776</sup>

A crítica se estendia aos sujeitos que ingressavam na polícia, não raro com formação bastante heterogênea, especialmente quando se pensa na incorporação de pessoas da região. Os documentos apontam muitos casos de homens que trocaram o chapéu de couro pelo quepe. Fiapo e Clementino, por exemplo, foram cangaceiros antes de vestir a farda da força pública.<sup>777</sup> O jornal *A Esquerda* não deixa de pontuar que “as milícias nordestinas quase sempre acolhem no seu grêmio elementos tirados à malta de bandoleiros celebrados”.<sup>778</sup> No mesmo caminho, encontram-se nos grupos de cangaceiros sujeitos que antes foram policiais, Jararaca, Açucena, Jurema e Mormaço, por exemplo, chegaram no bando de Lampião “após terem abjurado a farda”.<sup>779</sup>

Não se pode esquecer que os chefes políticos locais também podiam interferir na composição da força pública. G. Barroso afirmou que cangaceiros, religiosos e jagunços que lutaram na Sedição de Juazeiro sob o comando de Floro Bartholomeu foram incorporados ao 2º Batalhão de Polícia.<sup>780</sup> Não foram poucos os casos em que a polícia foi mobilizada no interior

<sup>773</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>774</sup> Vale lembrar que Lampião e seu bando, após a visita a Juazeiro do Norte, sob o convite de ingressar no Batalhão Patriótico para combater a Coluna Prestes, deixaram a cidade com armas novas e muita munição.

<sup>775</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 95.

<sup>776</sup> JORNAL DO RECIFE, 16/06/1927, p. 02.

<sup>777</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

<sup>778</sup> A ESQUERDA, 25/07/1928, p. 01.

<sup>779</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 85.

<sup>780</sup> BARROSO, G. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012.

para desarticular os centros de apoio dos partidos de oposição.<sup>781</sup> O jornal *Unitário* dizia que a polícia de Franco Rabelo agia apenas contra seus opositores. *A Esquerda e O Ceará* denunciavam o emprego da polícia contra eleitores do partido rival durante o governo de Moreira Rocha, expondo as relações personalistas e de mandonismo.

Os espaços de fronteiras eram a principal preocupação, dada a intensa mobilidade de cangaceiros. Em jornais do Ceará e de estados vizinhos, era constante o apelo para um melhor cuidado com as populações do interior, largadas à toda de infortúnios, contando com parco policiamento e entregue à fúria e ao medo que representava o cangaço. Esta tensão crescia largamente quando das ações do bando de Lampião. O *Jornal do Recife* lamentava severas críticas diante da ineficácia da polícia na perseguição ao cangaceiro, sendo a maior vergonha para o município o fato do “salteador Lampeão e seu negregado bando” procurarem “refugio, exactamente, em territorio nosso, quando severamente acossados pelas forças policiaes dos Estados limitrophes”.<sup>782</sup>

Na imprensa cearense, ecoavam as mesmas preocupações com os limites estaduais. N’*O Nordeste*, por exemplo, o apelo é para que uma força das companhias volantes patrulhe as fronteiras, “unico meio habil de impedir as incursões de cangaceiros”.<sup>783</sup> Mais tarde, insiste que o policiamento na fronteira sul é insuficiente, pois o destacamento policial de Milagres é constituído por apenas 30 praças. “Urge a remessa de (...) grupos volantes de forças para mais efficiencia do combate aos bandoleiros”<sup>784</sup>, arremata a matéria.

Data desse período a presença na imprensa cearense do posicionamento de políticos, de intelectuais e de chefes de polícia apontando as melhores estratégias para policiar os sertões e proteger as fronteiras de ações dos cangaceiros, haja vista a ampliação dos bandos e sua constante e eficaz mobilidade pelos espaços fronteiriços. Merece destaque a ideia do escritor Xavier de Oliveira, que, em carta aberta aos presidentes dos estados do Nordeste e campanha na imprensa, defendia que batalhões do exército fossem estacionados estrategicamente em pontos limítrofes do interior, na sede dos bispados. Segundo ele, para civilizar o sertão, precisaria de fé e lei, as “duas forças que governam o mundo”.<sup>785</sup>

O autor defendia a instalação de um único meio viável para a extinção do “cangaceirismo”, justificando os termos da sua equação com o exemplo dos ataques da polícia

---

<sup>781</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

<sup>782</sup> JORNAL DO RECIFE, 20/06/1926, p. 01.

<sup>783</sup> O NORDESTE, 12/10/1922, p. 03

<sup>784</sup> O NORDESTE, 21/12/1922, p. 02.

<sup>785</sup> O NORDESTE, 03/09/1927, p. 01

interestadual e seus constantes insucessos.<sup>786</sup> Para Xavier de Oliveira, era preciso um apelo coletivo de todos os estados “vítimas dos cangaceiros” ao presidente da República, Washington Luiz. Ainda na edição de setembro de 1927 do jornal *O Nordeste*, o escritor aplaudiu a atitude do deputado Deoclécio Duarte pela elaboração de um projeto que visava a efetivação da sua proposta.

Naquele mesmo mês, uma edição d’*A Ordem* comentava o projeto de Deoclécio apresentado juntamente dos deputados Tertuliano Potyguara e Mattos Peixoto, na última sessão da câmara. O projeto pedia autorização para “a localização de cinco batalhões do exercito no interior dos Estados do Nordeste”.<sup>787</sup> O documento previa o aumento de 100 contos de réis para seu custeio, verba que seria direcionada também para a criação de escolas profissionais para os soldados. O principal caminho argumentativo percorrido pelos congressistas foi apontar “as vantagens do mesmo entre outras a da instrução civica dos sertanejos e a extinção dos cangaceiros que infestam o Nordeste”.<sup>788</sup>

Na edição de 1 de setembro de 1927, podemos ler no jornal *O Nordeste* alguns dos artigos do projeto, dos quais destacamos dois deles, estabelecendo que “Na composição dos referidos batalhões, serão aproveitados de preferencia, os filhos dos proprios Estados em que os mesmos forem situados”. E ainda que o governo poderá “despender até 1500 contos de réis na construcção dos respectivos quartéis”<sup>789</sup>, ressaltando, assim, a importância da utilização de sujeitos experimentados na vida sertaneja. Além disso, não se pode perder de vista a possibilidade de promoção da bancada nordestina na câmara e, com este discurso, solicitar recursos para os cofres públicos. O cangaço, assim como a seca, poderia servir muito bem como estratégia privilegiada de desvio de verbas.<sup>790</sup>

Os jornais trazem algumas percepções acerca da recepção da proposta, celebradas por uns e desacreditadas por outros. A polícia seguia desacreditada por muitos setores e os ecos dessa insatisfação ganhavam amplitudes na imprensa cearense. Jornais do interior e da capital publicaram grandes somas de notícias sobre os excessos cometidos pela força policial em inúmeras ocasiões. Percebemos sua atuação atrelada diretamente a serviço dos interesses de

---

<sup>786</sup> O NORDESTE, 1927.

<sup>787</sup> A ORDEM, 07/09/1927, p. 03.

<sup>788</sup> *Idem*, p. 03.

<sup>789</sup> O NORDESTE, 01/09/1927, p. 01.

<sup>790</sup> No sistema coronelista, o uso da polícia e o discurso sobre o combate ao cangaço eram, inclusive, “um trunfo importante na luta econômica”. Conferir CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dado, Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 2, 1997 [on-line]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021, p. 07.

chefes locais aliados ao governo e grupos políticos situacionistas. Nos ocuparemos deste aspecto com mais detalhes na seção a seguir.

## 5.2 Faces da repressão: ordem pública e violência policial

Mas a Força do Estado estranho, sob o futil pretexto de se haver dado guarida e homisio a Lampeão, commeteu algumas tropelias. Houve, é facto, espancamento infelizmente de consequencias lamentaveis, de sorte que se respirava uma atmospherá de terror com a permanencia daquella força alli cujos soldados parece não terem nenhuma noção de disciplina militar.<sup>791</sup>

Os discursos dos presidentes dos estados indicavam, com frequência, os louros das conquistas das suas respectivas forças públicas no combate ao banditismo nos sertões. A perfeita harmonia da “ordem pública” e o bom andamento da administração estavam de mãos dadas aos discursos oficiais. Mesmo diante das agitações das lutas partidárias nos municípios, das deposições no sul do estado ou das secas, repetem-se que “todo o Estado se mantém em plena paz”<sup>792</sup> e que “nenhuma alteração de graves cosequencias”<sup>793</sup> ocorreu nesses períodos no Ceará, que desfrutava “presentemente de inteira calma”<sup>794</sup>, reforçando sempre o importante papel da polícia, especialmente no interior.

A retórica mantém-se nos demais estados vizinhos na análise das mensagens enviadas à Assembleia Legislativa em cada administração. João Luiz Ferreira, do Piauí, ressaltou que, após assumir, “(...) o governo, não houve, felizmente, nenhuma alteração, de vulto, na ordem publica, aqui [capital] ou no interior do Estado”.<sup>795</sup> Juvenal Lamartine afirmou que, no Rio Grande do Norte, a ordem pública “tem sido rigorosamente mantida, de modo que a nossa população sertaneja sente-se absolutamente garantida”<sup>796</sup>, apesar das tropelias de cangaceiros e do episódio de 1927.

O governo da Paraíba reconheceu as anormalidades durante o ano de 1920, atribuindo-as aos desarranjos da seca do ano precedente. Entretanto, não se demorou em afirmar que a polícia agiu rápido e que tudo foi controlado “Graças a todas as providencias tomadas a tempo”.<sup>797</sup> José Rufino Cavalcanti relatou semelhante conduta, mas enfatizou a eficácia policial

<sup>791</sup> A ESQUERDA, 24/05/1928, p. 01.

<sup>792</sup> AL-CE, 01/07/1912, p. 10.

<sup>793</sup> AL-CE, 01/07/1913, p. 05.

<sup>794</sup> AL-CE, 01/07/1919, p. 46.

<sup>795</sup> AL-PI, 01/07/1921, p. 30.

<sup>796</sup> AL-RN, 01/10/1928, p. 88.

<sup>797</sup> AL-PB, 01/03/1920, p. 08-09.

na repressão ao banditismo e não hesitou informar que goza “(...) igualmente de perfeita ordem dentro de Pernambuco, até mesmo na zona sertaneja”.<sup>798</sup>

Observamos que o cangaço é mencionado com frequência nas mensagens, reforçando a necessidade do combate ao banditismo sertanejo. Com efeito, as fronteiras aparecem como principal rota de fuga e, portanto, merecedora de atenção e de eficiente policiamento. Não nos esqueçamos que os espaços de fronteira aparecem como principal zona de contatos e são descritos pelo “manejo” que os cangaceiros faziam em seu favor. Conforme o exposto, os limites interestaduais oferecem possibilidades de vida e de morte e novas modalidades de poder.<sup>799</sup>

O discurso oficial, como observamos, prima pelo equilíbrio e pela aparente sensação de segurança e ordem.<sup>800</sup> O que nos interessa ressaltar são as fissuras e contradições ali presentes. A imagem de uma polícia disciplinada, forte, ordeira e exemplar não ultrapassou as “(..) linhas dos discursos de seus idealizadores”.<sup>801</sup> Na verdade, ao analisarmos com distanciamento estes documentos, podemos notar outras nuances emergirem, nos possibilitando fazer diferentes leituras na dinâmica da atuação da força pública, expondo novas faces do medo presentes nos sertões.

Nos discursos dos impressos, no entanto, aparecem denúncias do uso de força desmedida e outras arbitrariedades cometidas por policiais em nome do combate ao banditismo sertanejo. Ao analisarmos de forma mais vertical os excessos cometidos pela força de repressão estadual, podemos notar as intrínsecas relações existentes, os interesses de chefes locais e as violências perpetradas pelas companhias de forças volantes na tentativa de se perpetuarem no poder. Evidenciamos a dimensão política que envolve a polícia nesse período, e a sua atuação foi marcada por interesses próprios, intrigas, vinganças pessoais e desmandos cometidos pelos próprios comandantes, distanciando-se, assim, dos propósitos que apregoavam, ou seja, o seu compromisso com a proteção da população.

Observar os comentários tecidos sobre a violência policial presente na imprensa requer o olhar atento para as disputas políticas, os posicionamentos e as filiações partidárias dos sujeitos envolvidos na produção dos noticiários, afinal, o jornal, como um documento,

---

<sup>798</sup> AL-PE, 06/03/1921, p. 05.

<sup>799</sup> GUAZZELLI, C. A. B. Fronteiras: dos horizontes platinos aos espaços amazônicos. Prefácio. In: BRITO, A. J. I; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. (orgs). **Limites fluentes: fronteiras e identidades na América Latina** (séculos XVII-XXI). Curitiba: CRV, 2013. p. 09-15.

<sup>800</sup> FRANÇA, R. F. **Controle de fronteiras no Brasil**. São Paulo: Novo século, 2018.

<sup>801</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 167.

“pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas”<sup>802</sup>, fruto de práticas e interesses diversos. Assim, é necessário que o historiador, alerta Hobsbawm (2013), se municie de conhecimento e imaginação no momento de nos aproximarmos de comportamentos e sentimentos durante a construção do nosso texto.<sup>803</sup> Logo, nos foi possível uma análise concreta calcada nas práticas sociais e suas múltiplas redes e significados elaborados pelos impressos.<sup>804</sup>

O *Unitário* e a *Folha do Povo*, por exemplo, travaram constante de discussões trocando acusações durante os anos 1912 e 1913. Além do combate ao banditismo durante o governo de Franco Rabelo, os abusos da força policial ganharam ênfase noticiosas em ambas as folhas. A *Folha* tentou afastar qualquer indício de indisciplina, defendendo “As providencias que a gravidade do momento pode comportar, por parte das autoridades, foram dadas”. É de fácil compreensão, diz a matéria, “(...) que o governo não mandaria atirar contra o povo mesmo porque esta não é a missão da força policial”.<sup>805</sup> Segundo o jornal, a polícia agia em nome da moral e da manutenção da ordem pública.

O *Unitário* é conciso em suas denúncias contra as violações de direitos e as selvagerias nas ações policiais, entrando em embate com a última declaração do jornal situacionista: “Mas, si o *Povo da Folha* diz ser tudo mentira, fique por isso mesmo, como os crimes mais atrozes do mundo que a policia e o governo com suas patranhas, tem justificado ou esquecido (...)”.<sup>806</sup> Para João Brígido, seu diretor, o elo entre política e polícia era prejudicial ao bom andamento da tarefa de captura dos criminosos. Para ele, “cada destacamento deveria ser comandado por oficial alheio às paixões políticas”.<sup>807</sup>

As narrativas dos exageros cometido pelas polícias se estendeu pelas décadas de 1910 e 1920. Ainda em 1915, *A Lucta* comentava as tropelias cometidas pela força pública no Ipu. O jornal rebatia as afirmações do *Diário do Estado*, que, durante o governo de Benjamin Barroso, glorificava a campanha de combate aos cangaceiros “quando o Ceará em peso conhece as scenas de canibalismo commetidas no Ipu pela policia do sr. Benjamin”<sup>808</sup>, atacando a casa de pessoas do partido da oposição e aterrorizando a população.

<sup>802</sup> CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 24-25.

<sup>803</sup> HOBBSAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>804</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>805</sup> FOLHA DO POVO, 07/01/1913, p. 01.

<sup>806</sup> UNITÁRIO, 29/01/1913, p. 02.

<sup>807</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 334.

<sup>808</sup> A LUCTA, 07/07/1915, p. 02.

Em 1927, o jornal *O Ceará* comentava acerca de alguns excessos cometidos pela polícia cearense, enfatizando o espancamento de populares e de jornalistas nos sertões e na capital. Podemos ler em suas páginas que “(...) a ação da força policial que infesta os nossos sertões é a mais revoltante ou mesmo criminosa que se possa imaginar”.<sup>809</sup> O jornal *O Povo* também registrou atos que feriam a ordem pública. Um exemplo foi o espancamento do jornalista Demócrito Rocha, atacado pelos oficiais de polícia do governo Moreira da Rocha, na Praça do Ferreira.<sup>810</sup> *O Povo* publicou uma matéria lembrando o acontecimento, estampando em primeira página uma fotografia dos policiais, que, após o crime, foram até um “atelier photographico”.<sup>811</sup>

Mais contundente é o que se publicou n’*A Esquerda*, ao comentar a proximidade do pleito daquele ano. O jornal descreveu o clima de insegurança e de “a anarquia reinante” no interior, “onde tudo corre á revelia do governo e ao bel prazer dos senhores chefes de cangaço” e, também, na capital, onde delitos “hediondos têm sido perpetrados, sem que ao menos a policia chegue a conhecer os seus autores”.<sup>812</sup> A inércia do governo do estado e a violência policial são pautas de discussão no jornal dirigido por Jáder de Carvalho. Para o articulista, o que se via era “(...) o governo pagar, com o dinheiro arrecadado ao povo, typos degradantes, da peor especie, aos quaes são delegados poderes discricionarios de espancar e matar”.<sup>813</sup>

Semelhante conduta se nota nos discursos dos jornais dos estados vizinhos. *O Norte*, da Paraíba, ressaltou alguns episódios de violência policial cometidas no estado. A força volante comandada pelo delegado Antonio Marinho teria praticado invasões de lares, prisões descabidas, ameaças e espancamentos. O periódico lamenta aquelas atitudes e sentencia: “acreditamos que as ordens sejam dadas para perseguir os *cangaceiros* e não para tornar *cangaceiras* as populações”.<sup>814</sup> *O Jornal do Recife* comentou a indisciplina de soldados pernambucanos, denunciando que eles “implantaram o terror onde chegam, apoderando-se dos animaes que encontram nos caminhos, invadem as casas e conduzem tudo quanto encontram e depois espancam os proprietários”.<sup>815</sup>

O medo, portanto, figura também no outro polo, isto é, nas ações em nome da lei. Há uma continuidade do terror dos atos dos cangaceiros narrada cotidianamente pela imprensa,

---

<sup>809</sup> O CEARÁ, 12/01/1927.

<sup>810</sup> O fato ocorreu no ano de 1927, mas a matéria que comentou a violência policial do governo é do ano seguinte, quando o jornal começou a circular.

<sup>811</sup> O POVO, 18/09/1928, p. 01.

<sup>812</sup> A ESQUERDA, 07/04/1928, p. 01.

<sup>813</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>814</sup> O NORTE, 21/07/1913, p. 01.

<sup>815</sup> JORNAL DO RECIFE, 12/06/1927, p. 01.

todavia, é o representante legal da ordem em nome do estado quem comete as violências, evidenciando a distribuição desigual do poder no espaço e sua complexidade.<sup>816</sup> Um bom exemplo apareceu no jornal *A Esquerda*. O major Moysés de Figueiredo, integrante das forças responsáveis pelo cerco ao grupo de Lampeão após o ataque a Mossoró, comenta a estadia da força pública paraibana em Limoeiro do Norte nos seguintes termos:

A cidade de Limoeiro formigava de soldados Parahybanos (...). Mas a força do Estado estranho, sob o fútil pretexto de se haver dado guarida e homisio a Lampeão, commeteu algumas tropelias. Houve, é facto, espancamento infelizmente de consequencias lamentaveis, de sorte que se respirava uma atmospheria de terror com a permanencia daquella força alli cujos soldados parece não terem nenhuma noção de disciplina militar. Fil-os sahir desse proposito e conseguir com um pouco de energia leval-os a comprehender sua missão.<sup>817</sup>

A mobilidade e o “manejo” dos limites interestaduais, somados aos múltiplos crimes cometidos pelos cangaceiros que não se sentiam desencorajados com a ação policial, davam corpo ao fantasma da barbárie, servindo para justificar o uso da força e das armas em nome da civilização.<sup>818</sup> Desse modo, a população mais pobre foi quem mais sofreu no conflito entre cangaceiros e as forças volantes, enfrentando violências vindas dos dois lados.<sup>819</sup> N’*O Ceará*, podemos ler que, se Lampeão comete “alguma arbitrariedade nos logares por que passa, as forças que lhe vem no encalço as completam...”<sup>820</sup>, expondo a intranquilidade de parte das gentes dos sertões.

Vinha dessa percepção a crítica presente no *Jornal do Recife* que via os acordos interestaduais como “um vergonhoso fracasso” que “criou para a população das fronteiras do Estado, uma situação mais alarmante, mais perigosa, mil vezes pior do que a que lhes resulta da acção nefasta dos bandoleiros”.<sup>821</sup> Diante da terrível sensação de insegurança, o jornal cravou, em um tom entre o irônico e o desencanto, que os sertanejos chegam a preferir o cangaço para lidar com uma só praga, “pelo menos estes não praticam o crime em nome da lei”.<sup>822</sup>

Fonteles Neto (2005), ao analisar a atuação policial em Fortaleza, alerta para a dificuldade em se identificar um padrão na análise das ações policiais por conta da “diversidade

<sup>816</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>817</sup> A ESQUERDA, 24/05/1928, p. 01.

<sup>818</sup> SAMPAIO, C. N. **Canudos: cartas para o barão**. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>819</sup> G. Sarmiento (2019) observa que isso não exclui a hipótese de, em algum momento, conseguir lucrar com informações e serviços prestados aos cangaceiros.

<sup>820</sup> O CEARÁ, 02/11/1928, p. 06.

<sup>821</sup> JORNAL DO RECIFE, 12/06/1927, p. 01.

<sup>822</sup> *Idem*, p. 01.

das circunstâncias e clientela”. O autor observa o uso da violência como mecanismo para a dissolução dos conflitos ou recurso para obter informações sem perder de vista as negociações e apropriações de “outros elementos para a resolução de problemas”<sup>823</sup>, como as propinas ou outras gratificações escusas. Os impressos apontam o uso da farda e da autoridade para transgredir a lei como estratégia recorrente nos sertões.<sup>824</sup> A violência policial, portanto, não era apenas despreparo, mas, sim, um método.

Em contraponto, o *Diário do Piauí* constrói sua narrativa tecendo, em várias matérias, notícias elogiosas sobre a atuação da polícia no combate ao banditismo. O órgão do governo, em discurso que enaltece a atual administração, descreve o aumento do efetivo e a benevolência das campanhas contra o armamento nos sertões, arrematando dizendo que “quem se recorda da policia bisonha de annos atraz e vê, hoje, a sua brilhante officialidade e as suas praças disciplinadas e garbosas, pode attestar os reaes progressos destes ultimos tempos”.<sup>825</sup>

Vertente semelhante se percebe na imprensa do Rio Grande do Norte após o ataque de Lampião à cidade de Mossoró, cuja “população civil em cooperação com a polícia mostrou e afirmou a punjança de Mossoró”.<sup>826</sup> Ao noticiarem sobre a captura e, posteriormente, a morte do cangaceiro Jararaca, “nas primeiras reportagens, nada aparece que comprometa os policiais. O respeito aos membros da força policial era inquestionável”.<sup>827</sup> A “minha polícia”, afirmou Juvenal Lamartine em entrevista ao jornal *O Ceará*, “é ordeira e disciplinada”.<sup>828</sup> O discurso endossava a exaltação da resistência ao assalto na cidade, “nenhum fato poderia manchá-la ou tirar-lhe o brilho”.<sup>829</sup> Assim, nos sertões e na atuação da Força Pública Cearense, a distância entre ordem e desordem é bem tênue.

Esta ideia é reforçada por G. Barroso (2012), que descreve a força policial com “cangaceiros de fardas” diante das inúmeras tropelias que ela causou nos sertões. Para o autor, por causa das “conveniências políticas” de cada momento, torna-se inútil na missão que deveria

---

<sup>823</sup> FONTELES NETO, F. L. **Vigilância, impounidade e transgressão**: Faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930). 2005. 125f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2005, p. 69.

<sup>824</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>825</sup> DIÁRIO DO PIAUHY, 14/12/1913, p. 01.

<sup>826</sup> CORREIO DO POVO, 19/06/1927.

<sup>827</sup> FALCÃO, M. L. **Uma morte muito aperreada**: Memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. 2011. 181f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011, p. 25.

<sup>828</sup> O CEARÁ, 11/04/1928, p. 01.

<sup>829</sup> FALCÃO, M. L. **Uma morte muito aperreada**: Memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. 2011. 181f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011, p. 25.

cumprir: “as polícias nos Estados do Brasil são tudo, menos polícias”<sup>830</sup>, sentencia.<sup>831</sup> Outro intelectual que seguiu a mesma linha argumentativa foi Rodolfo Teófilo (1969). Lamentando a composição policial durante a Sedição de Juazeiro, ele atribuía a esse “bando de malfeitores”<sup>832</sup> a serviço dos chefes políticos as depredações cometidas naquele período.

O descompasso na atuação da polícia transforma o sertão em espaço topofóbico e leva à construção do imaginário marcado pelo signo do medo, espaço em que os próprios agentes da ordem provocavam os tumultos. É importante ressaltar que, uma vez inseridos nos sertões, os agentes da força volante passariam a integrar também o jogo político engendrado dentro do sistema dos municípios, ajudando políticos locais favoráveis ao governo e reprimindo políticos da oposição.<sup>833</sup> Desse modo, o interior pouco interessava aos governos, “a não ser para manter seus contatos com os chefes políticos locais, que davam seus votos à máquina política estadual”.<sup>834</sup> O combate ao cangaço ficava em suspenso, atrelado aos interesses dos poderosos.

M. Bretas (1997) observou que o estabelecimento do serviço policial, ressaltando seu lugar como parte da máquina pública (responsável pela repressão de protesto e de crimes), coloca-se em questão dentro do “controle político da polícia”. Para o governo, “(...) tornava-se politicamente interessante administrar os trabalhos policiais e definir as populações alvo de repressão”.<sup>835</sup> A relação entre política e polícia evidencia inúmeras nuances, como as atividades ilegais ou manipulações durante as eleições, cabendo ao pesquisador se aproximar dessa complexa rede de interesses.

Isto posto, outro constante tipo de excessos da polícia comentado pela imprensa refere-se aos momentos de pleito. A participação de policiais em questões políticas está intimamente ligada às imagens de truculências, em especial nos sertões, agindo como sustentáculos das facções locais. As forças públicas estaduais, observa H. Barbosa (2014), foram utilizadas “para garantir os interesses dos líderes políticos da situação”.<sup>836</sup> Esta estreita

---

<sup>830</sup> BARROSO, G. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012, p. 55.

<sup>831</sup> Leonardo Mota (2002) também registrou os abusos da força. Na transcrição da fala de um vaqueiro para o livro *No tempo de Lampião*, sobressai o terror dos civis em meio as batidas policiais, que “(...) açoitam, prendem, judiam, desonram, matam, tocam fogo, roubam fazem tudo quanto é espritação do demônio”. MOTA, L. **No tempo de Lampião**. 3<sup>o</sup>. ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC, 2002, p. 42).

<sup>832</sup> TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969, p. 125.

<sup>833</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>834</sup> CHANDLER, B. J. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns**: a História de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil - 1700 – 1930. Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980a, p. 59.

<sup>835</sup> BRETAS, M. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 30.

<sup>836</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policinando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa

simbiose parece esmaecer ao observarmos os discursos oficiais, mas ganha bastante relevo no discurso jornalístico, principalmente na imprensa dita “independente” e “apartidária”.

O número de denúncias de violências cometidas pelas forças policiais ganha grande amplitude na década de 1920, chegando a 10,5% do total de notícias sobre a atuação policial nos sertões. Nos jornais analisados, destacam-se *O Ceará* e *A Esquerda* com maior quantidade de notícias. Estas folhas dedicaram-se a comentar as eleições na capital e no interior do estado, clamando por garantias de vidas e pelo bom andamento na condução do pleito.<sup>837</sup> Tomando o número de notícias coletadas sobre os abusos da polícia, 2% delas são referentes aos períodos de eleições no território cearense.

*O Ceará*, por exemplo, em edição de novembro de 1926, expôs a situação do estado em meio às violências e instabilidades durante as eleições daquele ano, experiência traumática que se repetia. Conforme o periódico,

O que se vem passando no Ceará, nestes últimos dias, é de envergonhar a todos os que acreditam na possibilidade da moralisação das nossas praticas políticas. Violências policiaes têm sido commetlidas, em vésperas do pleito, em mais de um governo. Nunca, porem, ellas assumiram uma feição tão desbragada, tão ás escancarar, como actualmente.<sup>838</sup>

O trecho corrobora com o que observou V. Leal (2012), isto é, que a função das polícias não se limitou à manutenção da ordem, sua função “como parte do aparelhamento policial, na preparação das campanhas eleitorais é da maior importância e sobreleva, muitas vezes, sua atribuição regular de manter a ordem”.<sup>839</sup> Portanto, nesse momento de pleito, conforme a folha, “foi a policia, desrespeitando a lei e os bons costumes, que venceu a eleição de 15 de novembro”.<sup>840</sup>

O mesmo jornal, ao comentar as eleições para prefeitos no estado, informa que sempre esteve do “lado das victimas das violencias officiaes”, condenando “com energia à attitude dos conservadores locaes que, aliados a elementos da policia d'aqui, procuraram perturbar o pleito no municipio”.<sup>841</sup> *A Esquerda* clama, com a proximidade das eleições para a presidência do estado, ao candidato Mattos Peixoto, que traga, se eleito, “uma policia decente

---

Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 49.

<sup>837</sup> Resultado semelhante se nota nos jornais dos estados vizinhos com uso da polícia para controlar as eleições.

<sup>838</sup> O CEARÁ, 18/11/1926, p. 01.

<sup>839</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 91.

<sup>840</sup> O CEARÁ, 18/11/1926, p. 01.

<sup>841</sup> O CEARÁ, 27/01/1928, p. 01.

e disciplinada, para segurança do Estado e não para fazer eleições sob o regimen da pressão e do pneu”<sup>842</sup>, como era frequente em outros governos.

No interior do estado, a situação era semelhante. Os excessos da força pública são mencionados e a eles é acrescido um novo elemento: o cangaço. Não é exagero dizer que a polícia “poderiam garantir nas urnas mandatos de grupos políticos municipais”.<sup>843</sup> Na disputa pela manutenção do poder nos sertões, os chefes políticos locais laçam mão de todo o aparato disponível a seu favor. *A Imprensa*, de Sobral, narrou o clima de pânico na cidade Crateús.<sup>844</sup> A supracitada folha informa que, na “vespera da eleição, no dia 14 a policia e cangaceiros fizeram cerrado tiroteio dentro desta cidade (...). As eleições, aqui tiveram o comparecimento de eleitores, da policia desenfreiada e da capangagem vinda dahi e do Ipù.<sup>845</sup>

A associação pela imprensa entre policiais e cangaceiros evidencia o funcionamento do poder naquele período. A. Montenegro (2011) chamou atenção para o elemento de sustentação do cangaceirismo sertanejo: o cangaceiro. Explica o autor que “existe em função do coronel e o coronel domina em função do cangaceiro”.<sup>846</sup> Mesma lógica se estende ao policiamento nos sertões. Conforme H. Barbosa (2014), “os destacamentos policiais espalhados pelas cidades do sertão foram importantes esteios de sustentação dos presidentes que se encontravam no governo do Estado”<sup>847</sup>, perseguindo opositorista, protegendo situacionistas e lutando em prol dos chefes políticos de relevo dominante nas eleições.

O combate efetivo ao banditismo foi cobrança persistente presente na imprensa, exigindo medidas mais enérgicas e eficazes. Mapeamos, ao longo dos anos 1912 a 1928, os momentos em apareceram notícias sobre as operações policiais e seu enfrentamento aos grupos de cangaceiros. O número de matérias desse tipo foi reduzido, haja vista outras demandas que os periódicos priorizavam ao noticiar sobre a expansão do cangaço, eleita como “a maior praga, a maior epidemia, a mais tremenda gafe que pode infelicitar um povo”.<sup>848</sup>

---

<sup>842</sup> A ESQUERDA, 09/05/1928, p. 01.

<sup>843</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 181.

<sup>844</sup> O jornal fez uma cobertura das eleições nos municípios e, na maior parte deles, foram registradas violências.

<sup>845</sup> A IMPRENSA, 24/11/1926, p. 04.

<sup>846</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 347.

<sup>847</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 49.

<sup>848</sup> A REPÚBLICA, 06/09/1927, p. 01.

Na década de 1910, as notícias sobre o combate ao banditismo foram espaçadas, concentrando em alguns jornais da região sul do estado e na capital cearense, principalmente em defesa de Franco Rabelo e do novo governo instituído. Com exceção da *Folha do Povo* (apoiadora do mandatário cearense), dentre os periódicos analisados, apenas os jornais *A Lucta*, de Sobral, e o *Unitáio*, da capital, trouxeram notas sobre o combate e a captura de cangaceiros.<sup>849</sup> Ganharam destaque, nesse período, as múltiplas menções à prisão do “decantado e temeroso cangaceiro Antonio Silvino”.<sup>850</sup>

Na década seguinte, temos um aumento nas investidas da polícia. Nos impressos, passam a circular com maior frequência notícias que informavam aos leitores as ações policiais, seus sucessos e, também, os fracassos. Ora, os maiores noticiadores dos crimes no período eram os grandes jornais em circulação. Os periódicos contribuía para a criação e a disseminação de uma visão de crime e, também, de uma visão da polícia, na maioria das vezes, descrita como fraca, indisciplinada e sem controle diante do crescimento do banditismo.<sup>851</sup> A tabela a seguir mostra a movimentação das notícias sobre o combate ao cangaço no Ceará<sup>852</sup> dos anos 1920.

**Tabela 7**  
**Notícias sobre a atuação policial no combate ao banditismo (1920)**

JORNAIS	PERÍODO (1921-1928)								SUBTOTAL
	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	
A Lucta		04	02	01					07
A Ordem					01		02	01	04
O Sitiá					01	04	03		08
A Imprensa					01	01	01		03
O Nordeste									
O Ceará								11	11
A Esquerda								06	06
<b>Total</b>									<b>39</b>

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE, elaborada pelo autor.

<sup>849</sup> O maior destaque coube às mensagens dos presidentes, que insistiam na eficácia do policiamento nos sertões e que a malta de bandidos presentes no território cearense provinha dos municípios limítrofes.

<sup>850</sup> A LUCTA, 24/12/1914, p. 02

<sup>851</sup> FONTELES NETO, F. L. A Revista Policial do Ceará: Edição e Circulação 1929-1938. In: GALEANO, D; BRETAS, M. (Org.). **Polícias escritores, delitos impresos**: Revistas policiales en América del Sur. 1ed. Buenos Aires: Teseo, 2016.

<sup>852</sup> Foram contabilizadas notícias que falavam de confrontos entre a força volantes e os cangaceiros durante 1920.

Ao compararmos o número de notícias sobre o cangaço na imprensa cearense com as menções à ação da polícia em combate aos cangaceiros, percebemos a diferença quantitativa entre elas. É bem verdade que, ao se noticiar sobre o cangaço, os jornais priorizaram as “notícias de sensação”<sup>853</sup>, entre outras coisas, com o intuito de chamar atenção para a venda das folhas, afinal, notícias de crimes e notas sobre a violência, a dor e o medo se mostraram potencialmente lucrativas. Nesse sentido, uma parte das notícias sobre a atuação policial também procurou explorar o sensacional: são notícias que narraram os pormenores das mortes em confronto, e as emboscadas sinistras permaneciam “ensopando de sangue o solo daquela terra”.<sup>854</sup>

Outras notícias comentaram os sucessos nos combates, narrando a quantidade de baixas que a força pública conseguiu imprimir aos grupos de cangaceiros. Algumas delas exultam a bravura e a inteligência dos comandantes das polícias volantes, pedindo ou noticiando prêmios e promoções por sua colaboração. Um exemplo recorrente felicita o sargento José Antonio pela morte de integrantes do grupo dos Marcelino. O telegrama narra com satisfação a “(...) diligencia [do] bravo sargento José Antonio coroada êxito (...), resultando morte João 22 e ferimentos outros bandidos (...). Justa promoção José Antonio sua nomeação delegado.”<sup>855</sup>

Caminho contrário percorre o jornal *A Esquerda*, enfatizando que o sargento “José Antonio, autor conhecido de dezenas de homicídios, na zona sul do Estado”, fuzilou os cangaceiros “da forma mais selvagem”<sup>856</sup>, em uma crítica ao que chamou de pena de morte e queima de arquivo.<sup>857</sup> Estes elementos evidenciam, mais uma vez, as tensões que envolvem a fabricação das notícias: elas “externam opiniões e juízos de valor sobre o acontecimento que se antepôs às suas narrativas”<sup>858</sup>, suscitando múltiplos posicionamentos e variadas chaves de leituras ao leitor.

Há ainda um conjunto de notícias que narram os combates e enfatizam o fracasso das forças de repressão, apontando falhas no comando das volantes, expondo as malogradas estratégias, descrevendo com desdém as fugas de policiais durante as batalhas e a precariedade do policiamento com pouco pessoal e munição defasada. Uma notícia publicada n’*A Ordem* expõe possíveis problemas logísticos, pois, durante uma investida contra Lampião e seu grupo, a “falta de munições da policia impediu que o famoso bandido fosse preso”.<sup>859</sup> Pericás (2010)

<sup>853</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>854</sup> A ORDEM, 25/04/1928, p. 01.

<sup>855</sup> O NORDESTE, 28/12/1927, p. 04.

<sup>856</sup> A ESQUERDA, 31/01/1928, p. 01.

<sup>857</sup> Posição semelhante pode ser encontrada no jornal *O Ceará*, que, conforme apontado no terceiro capítulo, pedia pela vida dos cangaceiros para ouvi-los no intento de chegar aos seus protetores.

<sup>858</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 51.

<sup>859</sup> A ORDEM, 15/09/1928, p. 04.

afirma que as forças volantes “faziam o possível para economizar balas”<sup>860</sup>, evidenciando a precariedade durante as perseguições.

A baixa quantidade de notícias sobre os combates nos jornais do Ceará também pode ser lida pela possível menor existência, de fato, de batalhas entre policiais e cangaceiros. O enfrentamento era, muitas vezes, desencorajado. Algumas notícias, reproduzindo telegramas enviados pelos superiores, dando conta das suas ações no encalço dos bandidos, informam que seguiram as pistas, mas perderam o seu rastro. Existia, além da colaboração em troca de grandes somas capitais, a “embromação pura e simples, havia o medo. Espesso. Viscoso. Sobretudo de cair ferido em combate. E de vir a ser sangrado a punhal lentamente”.<sup>861</sup> Na seção a seguir, analisamos mais demoradamente como o medo aparece durante as ações de policiamento nas fronteiras interestaduais, atuando, inclusive, como um impedimento no combate ao cangaço.

### 5.3 A polícia sertaneja entre o medo, a morte e a esperança

A policia fugiu (...), deixando uma população indefesa, onde avultam mulheres, velhos, crianças, entregues a sanha tigrina de um bando de malfeitores (...).<sup>862</sup>

A epígrafe que abre esta seção nos indica os caminhos percorridos pelas forças de repressão do estado, evitando, quando possível, o embate com os cangaceiros. A imprensa apresentou os problemas para uma atuação efetiva do policiamento nos limites do estado. Como observamos, as intempéries já se iniciam na instituição, na formação e na cooptação dos soldados que formavam a força volante. A baixa remuneração, o armamento deficitário e a falta de garantias levavam à busca de outras formas de sobrevivências através de espólios e negociações escusas. Os sertões se convertem em espaços topofóbicos e de morte também para os policiais. Assim, o medo fundamental (medo da morte) espreitava as caatingas, as gotas e as estradas.

Imagem bem diferente aparece nos discursos oficiais. Nos telegramas enviados pelos comandantes da força volante aos seus superiores, era constante o ímpeto de bravura que coroava as batidas policiais nas fronteiras. Na medida em que se davam os confrontos e escapavam os cangaceiros, imediatamente telegrafavam, informando as novas diligências e as

<sup>860</sup> PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 96.

<sup>861</sup> MELLO, F. P. de. **Benjamin Abrahão**: entre anjos e cangaceiros. São Paulo: Escrituras 2012, p. 157.

<sup>862</sup> O SITIA, 30/05/1926, p. 01.

novas batida em seu encalço.<sup>863</sup> No jornal *O Nordeste*, há dezenas de notas nesse sentido. Quando o grupo de Massilon Leite foi atacado, por exemplo, se noticiou que “Os bandidos fugiram a pé, seguindo-lhe as pisadas a policia e alguns civis”.<sup>864</sup>

Os presidentes do Ceará e Rio Grande do Norte justificavam em seus discursos a composição dos seus respectivos contingentes policial. João Tomé descreve que os “vários officiaes (...) hão revelado bravura e disciplina na chefia das forças volantes, que, sujeitos a riscos de toda especie, commandam nos confins do Estado”.<sup>865</sup> Juvenal Lamartine, por seu turno, informa que “nas fileiras da Força Pública (...) não ingressão senão homens de bons costumes e antecedentes. As qualidades de energia, coragem e operosidade dos officiaes merecem absoluta confiança”.<sup>866</sup>

A imprensa, no entanto, traça o perfil da força volante, descrevendo-a como violenta e indisciplinada para com a população civil e, algumas vezes, amedrontada diante das ações dos cangaceiros, narradas por suas crescentes crueldades. Desse modo, tem lugar nos impressos notícias que apontam outras faces do medo, ridicularizando e pondo à prova a coragem dos agentes que os perseguiam. O descrédito e as pilherias a eles dirigidos somavam-se a todas os outros infortúnios, sendo mais um indicativo do descontentamento de como o combate ao cangaço estava se dando nos sertões.

No jornal *O Sitiá*, por exemplo, na edição de maio de 1926, publicou uma carta onde comentavam-se os horrores da passagem de Lampião no interior de Pernambuco. Saques, atentados contra a honra de senhoras, mortes e outros desagrvos são descritos com detalhes pelo missivista. A polícia, que deveria protegê-los, “fugiu (...), deixando uma população indefesa, onde avultam mulheres, velhos, crianças, entregues a sanha tigrina de um bando de malfeitores”.<sup>867</sup> Mesmo diante do equilíbrio numérico, continua o autor da carta, não houve reação das volantes, que “fugiram ao compromisso do dever, mentiram á bravura, ao valor dos soldados de Pernambuco, tantas vezes comprovada”.<sup>868</sup>

Obras de memorialistas também indicam que o medo era corriqueiro na atividade policial nas caatingas. J. Lira, que atuou na polícia volante, comentou em suas memórias que Antonio Ferreira, irmão de Lampião, zombava da polícia de Recife, chamando-a de “pés de pele” e dizia que os policiais não brigavam, deitavam-se no chão e atiravam para cima: “suas

---

<sup>863</sup> Telegramas desse tipo aparecem em maior número e frequência no jornal *O Nordeste*, especialmente na cobertura dos caminhos dos cangaceiros em fuga após o ataque à cidade de Mossoró.

<sup>864</sup> O NORDESTE, 05/11/1927, p. 01.

<sup>865</sup> AL-CE, 01/07/1920, p. 47.

<sup>866</sup> AL-RN, 01/10/1928, p. 46.

<sup>867</sup> O SITIA, 30/05/1926, p. 01.

<sup>868</sup> O SITIA, 30/05/1926, p. 01.

balas não ofendiam a ninguém”.<sup>869</sup> Evitar ou adiar ao máximo o confronto era uma forma de prolongar a vida, de não cair no risco de ser sangrado lentamente e de ouvir insultos. “Todo esse receio povoava a mente dos soldados. Agitava-lhe os sonhos. Não era outra coisa o que desejava o bando: combater homens trêmulos”.<sup>870</sup>

Em março de 1926, quando da estadia de Lampião e seu grupo em Juazeiro do Norte, veiculou-se pelo jornal *O Ceará*, uma entrevista cedida pelo cangaceiro ao médico do Crato, Otacílio Macedo.<sup>871</sup> Em seu depoimento, Lampião contava os motivos de sua entrada no cangaço, os grupos nos quais atuou e as classes pelas quais tinha simpatia. Nesse ponto, o cangaceiro é taxativo: “só uma classe eu detesto é a dos soldados que são os meus constantes perseguidores”.<sup>872</sup>

N’*O Sitiá*, ao se comentar a entrevista, criticou-se duramente as falas dirigidas ao contingente da policial, em especial ao tenente Optato Gueiros e ao coronel João Nunes, “dois officiaes dos mais briosos e distintos da policia pernambucana”.<sup>873</sup> Referindo-se ao primeiro, o cangaceiro teria falado que

- O tenente é um “corredor”, elle nunca fez dilligencia de se encontrar “com nós”; nós é que lhe matemos alguns soldados mais afoitos...
- E do coronel João Nunes, comandante geral da policia de Pernambuco, que também já esteve no seu encalço perguntaram-lhe:
- Ah! Este é um “velho frouxo”, peor do que os outros.<sup>874</sup>

Não se pode descartar a ideia da incredibilidade diante das ações policiais que tais notícias representam. Lampião, seu principal adversário, insultava oficiais e declarava publicamente que o brio desses combatentes era tingido também pela palidez do medo. Suas falas veiculadas por uma imprensa que, geralmente, criticava os rumos da atuação da polícia volante ganhavam contornos de prova da incompetência da polícia. Havia, certamente, exceções, conforme salientou P. de Mello (2012): José Caetano de Melo, Hercílio de Souza Nogueira, Manuel de Souza Neto, Arlindo Rocha, Davi Jurubeba, Luís Mariano da Cruz, José

<sup>869</sup> LIRA, J. G. de. **Lampião**: memórias de um soldado de volante. v. 1 Pernambuco: TODA Editora, 2022, p. 215.

<sup>870</sup> MELLO, F. P. de. **Benjamin Abrahão**: entre anjos e cangaceiros. São Paulo: Escrituras 2012, p. 158.

<sup>871</sup> *O Jornal Pequeno*, de Pernambuco, transcreveu, em 22 de março de 1926, parte da entrevista publicada n’*O Ceará* naquele mesmo mês. Outro periódico cearense, *O Sitiá*, também trouxe informações sobre a matéria.

<sup>872</sup> JORNAL PEQUENO, 22/03/1926, p. 03.

<sup>873</sup> *O SITIA*, 21/03/1926, p. 01.

<sup>874</sup> *Idem*, p. 01.

Saturnino, José Lucena de Albuquerque Maranhão<sup>875</sup> “(...) todos com sangue no olho. (...). Mais alguns. Poucos. Bem poucos”.<sup>876</sup>

As notícias de motes de policiais não são tão abundantes, mas povoaram o imaginário com suas descrições nos impressos, chamando atenção para o sensacional e o mistério. Boa parte aparece a partir da quarta página do jornal, mais frequentemente nos telegramas, disputando espaço com outras notícias. Algumas aparecem ainda em reportagens geralmente associadas ao êxito que o cangaço galga em oposição aos assomados fracassos que a imprensa imputa às forças volantes. Tomando o número de menções aos combates presentes nos jornais (tabela 7), os assassinatos corresponderam a 3,9% do seu total.<sup>877</sup>

O jornal *O Nordeste* noticiou um roubo à casa comercial de Luiz Gonzaga, importante comerciante de Belmonte, Pernambuco. Após a morte do proprietário, houve tiroteio entre cangaceiros “e os poucos soldados na localidade”. Desse confronto, foi morto na luta “(...) o soldado Heleno de tal, afóra outros feridos”.<sup>878</sup> Da Paraíba, segue um telegrama endereçado a Mozart Catunda, então secretário da Segurança Pública do Ceará, informando que o ‘criminoso de morte’ Antonio Souto “(...) assassinou, numa noite de festa, em plena rua da cidade de Pombal, o cabo de policia parahybana, Benedicto”.<sup>879</sup>

A imprensa destaca-se como peça-chave para a construção do medo. No exceto anterior, publicado n’*O Nordeste*, temos um bom exemplo da Espacialização do Medo, quando os lugares de divertimento também se convertem em espaços de morte. O sertão topofóbico cresce aos olhos do leitor que, somado às demais notícias veiculadas, amplia seu arsenal de memórias que “indicam uma paisagem social extremamente insegura, na qual violência, injúria, e morte inesperada eram marcas permanentes”<sup>880</sup>, inclusive para os agentes de defesa do Estado.

Outros exemplos apareceram em diversos jornais. *A Lucta*, por exemplo, noticiou um combate com “grande tiroteio” que ocorreu na Serra do Araripe “entre as forças da policia e um grupo de bandoleiros”. O chefe dos cangaceiros sucumbiu e a “força publica perdeu um cabo e teve diversos feridos”.<sup>881</sup> *O Sitiá*, comentando outro confronto, agora em Riacho do Sangue, mencionou que quatro soldados morreram no combate e “se não fosse uma feliz

<sup>875</sup> L. Barros (2018) menciona a tenaz perseguição que Lampião sofreu por parte dos Nazarenos, inimigos de longa data, que, conforme W. Dutra (2011), organizaram volantes para combaterem o cangaceiro.

<sup>876</sup> MELLO, F. P. de. **Benjamin Abrahão**: entre anjos e cangaceiros. São Paulo: Escrituras 2012, p. 158.

<sup>877</sup> As notícias sobre as baixas nos grupos de cangaceiros também aparecem nos impressos equilibrando o jogo macabro. Estas matérias ora são comemoradas, ora são lamentadas, haja vista que, mortos, os indivíduos não poderiam acusar “gente de relevo” dos sertões cearenses e adjacências.

<sup>878</sup> O NORDESTE, 14/11/1922, p. 04.

<sup>879</sup> O CEARÁ, 24/08/1928, p. 06.

<sup>880</sup> TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: EDUNESP, 2005, p. 215.

<sup>881</sup> A LUCTA, 28/05/1924, p. 02.

retaguarda feita, nesse momento pelo tenente Germano, talvez que as baixas policiaes fossem maiores”.<sup>882</sup>

A *Ordem* trouxe notícias das tensões políticas em Crateús, onde um cangaceiro “saccando de um punhal vibrou quatro punhaladas” no anspessada Cumieira. Ainda tratando do conflito na cidade, a referida folha informa aos seus leitores que, no combate, “(...) cahiu varado pelas balas dos cangaceiros um outro policial de nome Canan”.<sup>883</sup> Alguns meses depois, o periódico publicou sobre o ataque de cangaceiros em Senador Pompeu. A ofensiva durou várias horas e, quando “os atacantes cessaram fogo”, percebeu-se “(...) que já havia duas baixas no contingente da policia – do aspeçada João José Alexandre e da praça Cicero Carlos Peixoto. Em virtude disso, o contingente recuou”.<sup>884</sup>

Como se observa, o interior do estado é descrito pelas constantes lutas políticas, e os veículos noticiadores estão imersos nessa conjuntura. Convém lembrar que o periódico era veiculado ao Partido Republicano Conservador (PRC), travando inúmeras críticas àqueles que compunham a agremiação rival, o Partido Republicano Democrata (PRD). Não à toa *A Ordem* chamou atenção para a morte dos policiais em ambos os casos, haja vista que os cangaceiros estariam à serviço de Zeca Chaves, um chefe democrata local em Crateús. O outro conflito envolvia o coronel Zequinha das Contendas, mais um chefe político ligado ao PRD no município de Senador Pompeu.

A operacionalização da noção de Espacialização do Medo também é perceptível na mídia “apartidária” e “noticiosa”, a partir das notícias de morte de policiais. *O Ceará* transcreveu um depoimento do cangaceiro “Balão”, recluso na capital, no qual o cangaceiro comenta os tiroteios que presenciou, como os de “Alto Alegre, (Parahyba) onde morreram dois praças” e Sabão, também na Paraíba, “onde morreram 9 praças e os bandidos Manoel Nogueira e Joaquim, alagoano”. Além destes, o cangaceiro mencionou os combates em “Leitão, (Ceará), entre Crato e Barbalha, commandados por João 22, onde morreram 3 praças e uma moça (...)”.<sup>885</sup>

Como ponto singular, verificamos o discurso veiculado pelo jornal *A República*, órgão oficial do governo. Enquanto o cangaço avançava em terror nos demais estados, no Rio Grande do Norte, “nunca as populações sertanejas gozaram de tanta tranqüilidade e confiança nos seus direitos de vida e propriedade, como na actual administração do Estado”<sup>886</sup>, em efusiva

<sup>882</sup> O SITIÁ, 10/07/1927, p. 01.

<sup>883</sup> A ORDEM, 25/04/1928, p. 01.

<sup>884</sup> A ORDEM, 24/11/1928, p. 01

<sup>885</sup> O CEARÁ, 14/01/1928, p. 01.

<sup>886</sup> A REPÚBLICA, 29/07/1923, p. 01.

referência ao governo de Antônio José de Melo e Sousa. Anos depois, a ênfase foi dada à heroica defesa de Mossoró, guardando para a cidade outras relações nos impressos, gestando a fabricação de discursos de comemoração da resistência a Lampião.<sup>887</sup>

Recorrendo aos dados da tabela 7, percebemos que o ano de 1928 apresentou maior quantidade de notícias de confrontos entre as forças volantes e os cangaceiros. Encontramos também maior presença de matérias sobre a morte de soldados nas “batidas” nos sertões. Da capital, vem a notícia da morte de dois soldados durante o último cerco comandado pelo sargento Gouvêa, nas proximidades de Conceição de Piancó.<sup>888</sup> *A Esquerda* trouxe a fala do Major Moysés de Figueiredo<sup>889</sup> sobre os policiais mortos na perseguição aos cangaceiros que fugiram de Mossoró. Segundo o militar, “jazem naquelle solo da aurora (...) esquecidos á sombra de uma cruz tôska e rude os restos mortaes dos milicianos valentes e briosos, sacrificados pela impericia do tenente Manoel Firmo”.<sup>890</sup>

Conforme se pode notar, a partir das notícias, foi possível traçar uma cartografia do medo e da morte, ainda que imprecisa, e dos lugares onde membros da força pública sucumbiram em combate e/ou emboscadas. Operando com a noção de Espacialização do Medo, verificamos os elementos de construção do espaço através imagens que remetem à violência e à morte, cartografando topofobicamente os sertões. Destacam-se os municípios da região sul do estado, como Aurora, Crato e Barbalha; da região do sertão central, como Senador Pompeu e Riacho do Sangue, além de Jaguaribe (no Vale do Jaguaribe) e Crateús (nos Sertões de Crateús).<sup>891</sup>

Estas notícias evidenciam ainda a eficácia da dominação espacial do cangaço, possível e eficaz a partir do terror e pela dispersão do medo que consegue “(...) neutralizar tanto a repressão policial quanto a judiciária. Botando soldados para tremer e testemunhas para recusar o papel que delas se espera em qualquer processo”.<sup>892</sup> Coube à imprensa valer-se dos

---

<sup>887</sup> FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.

<sup>888</sup> O CEARÁ, 01/09/1928.

<sup>889</sup> Esta notícia faz parte da defesa do aludido maior, acusado de ter facilitado a fuga de Lampião. Ele escreveu um livro expondo “a verdade dos factos”, no qual informa, entre outras coisas, que o tenente Manoel Firmo “assumiu o commando exclusivo do cerco de Lampeão na serra da Macambira”, conforme se lê no jornal *A Esquerda*, de 26/05/1928.

<sup>890</sup> A ESQUERDA, 31/05/1928, p. 01.

<sup>891</sup> Há ainda outros municípios com menor incidência. No entanto, em todas as regiões onde se deram combate, há pelo menos uma notícia de mortes de policiais.

<sup>892</sup> MELLO, F. P. de. **Benjamin Abrahão**: entre anjos e cangaceiros. São Paulo: Escrituras 2012, p. 173.

imaginários que circulavam na sociedade, calculando cuidadosamente as expectativas diante das informações.<sup>893</sup>

No entanto, não existem relações fundadas apenas no medo de que se estabeleçam plenamente. O poder não se sustenta apenas com o medo e a força. Desse modo, Safatle (2018) argumenta que não há medo sem esperança.<sup>894</sup> Em diálogo com Spinoza e Lacan, segundo o autor, é necessário que exista equilíbrio entre ambos para a manutenção do poder. Em um horizonte estrutural, esperança e medo aproximam-se, uma vez que elas experimentam o tempo em um horizonte de expectativas, “mesmo que se trate de procurar, dependendo do caso, sinais futuros negativos ou positivos”<sup>895</sup> que representem a possibilidade de exterminar o inimigo.

Seguindo o discurso da imprensa, para o Ceará daquele período, a esperança parecia esvai-se, vista a pesada (re)afirmação do império do cangaço conforme as tristes notas nos impressos. Embora esperança não seja o mesmo que certeza, “a imaginação traz para o presente o passado e o futuro, excluindo imagens de tudo quanto possa impedir essa presença”.<sup>896</sup> Há, pois, durante o final da década de 1920, dois elementos que acendem uma centelha, mantendo viva a expectativa de mudanças para melhor. O primeiro deles foi o fracasso do assalto a Mossoró, e o segundo é os acordos sobre o próximo nome para a presidência do estado do Ceará, que levou ao poder Matos Peixoto, marcando o fim do governo de Moreira da Rocha. Observemos, pois, cada um deles.

B. J. Chandler (1980) aponta duas versões para o ataque a Mossoró. Uma delas diz que partiu de Massilon Leite a ideia, pois, segundo ele, conhecia bem o local. A outra, que o autor diz ser mais verossímil, coloca Isaias Arruda – chefe de Aurora e coiteiro de Lampião – como o responsável. Isaias ofereceu a “sua ajuda para que pudesse recrutar mais homens, e concordou em lhe fornecer armas e munições, além de prometer-lhe uma enorme quantia em dinheiro”.<sup>897</sup> O grupo deixou Aurora com numeroso reforço e bem municiado, chegando ao Rio Grande do Norte na tarde do dia 10 de junho. No caminho, atacaram e incendiaram fazendas e fizeram de reféns a senhora Maria José Lopez e o comerciante Antônio Gurgel, exigindo a quantia de 400:000\$000 como pagamento do resgate.

Um telegrama publicado na edição de 16 de junho no jornal *A Ordem* informou que “Lampião mandou um dos seus ‘embaixadores’ intimidar o prefeito Municipal de Mossoró a

<sup>893</sup> CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>894</sup> SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

<sup>895</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>896</sup> CHAUI, M. Sobre o medo. In: NOVAES, A. (Org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 63-64.

<sup>897</sup> CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 108.

pagar, como contribuição de guerra, a quota de 400 contos, para não atacar a cidade”.<sup>898</sup> *O Sitiá*, em uma longa matéria sobre o ataque, publicou que, em resposta, o prefeito escreveu não conseguir a soma e que a cidade não se entregaria diante da ameaça: “Estamos dispostos a acarretar com tudo o que o Sr. queria fazer contra nós. A cidade acha-se inabalável na sua defesa confiando na mesma”.<sup>899</sup>

Foi em uma tarde chuvosa, em 13 de junho, que se deu a investida. Lampião e os demais atacantes foram recebidos a balas vindas dos pontos defendidos pelos cidadãos e, após o combate de cerca de meia hora, sem obter sucesso em desfazer a defesa, o grupo tentou atacar a prefeitura, obtendo novo fracasso.<sup>900</sup> Nesse episódio, José Leite de Santana, o cangaceiro Jararaca, ficou ferido e foi capturado e interrogado pela polícia norte-rio-grandense.<sup>901</sup> O malfadado ataque a Mossoró é colocado pela historiografia do cangaço como a maior derrota na biografia de Lampião.<sup>902</sup> Fuga e fracasso, para os cangaceiros, resistência e heroísmo para a cidade, esta é a memória da batalha que o povo guarda, como L. Barros (2018) conta ter ouvido de um entrevistado seu: “Minha senhora, no Rio Grande do Norte cabra ruim só dança [sic] pulando debaixo de bala”.<sup>903</sup>

Este também é o discurso fabricado pela imprensa do estado. *O Mossoroense*, por exemplo, eleva a defesa da cidade como expoente triunfante da ordem, do progresso e da civilização<sup>904</sup>, em oposição ao caos e à barbárie que o cangaço e Lampião encarnavam, envolvendo “(...) violência, selvageria e ignorância produzidas no interior de um espaço calcinado por males há muito denunciados na imprensa”.<sup>905</sup> A partir desse episódio a imprensa mobilizou elementos articulando a fabricação de uma memória oficial em torno da resistência.<sup>906</sup> A vitória representou uma sobreposição da esperança ao medo, abrindo um novo horizonte de expectativas.

---

<sup>898</sup> A ORDEM, 16/06/1927.

<sup>899</sup> O SITIÁ, 26/06/1927, p. 01.

<sup>900</sup> SANTOS, F. W. M. A Espacialização do Medo nos jornais do Ceará: os caminhos dos cangaceiros após o ataque à cidade de Mossoró (1927). In: SANTOS, E. dos. (Org.). **História dos Sertões**: Brasil profundo. 1ed. Aracaju, SE; Caicó, RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023, p. 167-182 (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n. 5).

<sup>901</sup> “Jararaca” acusou o major Teófanos Torres de ser um grande protetor de Lampião. Posteriormente, o cangaceiro veio a óbito, caindo sobre a polícia a principal suspeita.

<sup>902</sup> CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>903</sup> BARROS, L. O. C. **A Derradeira Gesta**: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão. 3ª edição, Rio de Janeiro: MAUAD X Ed, 2018, p. 49.

<sup>904</sup> O MOSSOROENSE, 03/07/1927.

<sup>905</sup> FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018, p. 60.

<sup>906</sup> M. Falcão aponta o papel do jornal *O Mossoroense* na inserção do 13 de junho no calendário cívico e “todo o esforço consiste em mantê-lo como referência a esse passado glorioso”. FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018.

Após o desastroso assalto, esfacelado e atordoado, o bando bateu em retirada em direção ao território cearense, “escolhendo o baixo Jaguaribe como rota de fuga, descendo em direção a Limoeiro do Norte”.<sup>907</sup> Esta é uma singularidade que merece destaque na construção das memórias sobre o cangaço no Ceará a partir dos impressos. Ora, de um lado, Rio Grande do Norte reforçava o papel positivo das administrações anteriores ao cuidar “com o máximo interesse do difícil problema”, levado adiante e “(...) sendo afinal concluído pelo actual governo de nossa terra”.<sup>908</sup>

Do outro, a Paraíba colhia os louros por sua campanha contra o cangaço, evidenciando “os propósitos enérgicos e decisivos do exmo. Sr. dr. João Suassuna em dar constantemente caça aos bandoleiros”<sup>909</sup>. No entanto, escreve o colaborador Draurio Barreira Cravo que o Ceará destacou-se negativamente como cúmplice e simpático ao banditismo. Em seu território, a “columna sinistra” que atacou Mossoró “troça da policia e faz o que entende impunemente”.<sup>910</sup> Com a mesma contundência, *O Ceará* afirmou categoricamente que “Pernambuco e o Ceará impedem a extinção do banditismo”.<sup>911</sup>

A crítica anteriormente descrita foi endereçada ao governo de Moreira da Rocha, cujo quadriênio é mencionado na imprensa como a fase áurea do cangaceirismo, especialmente pela inércia do mandatário. N<sup>o</sup> *A Esquerda* reforçou-se a mesma ideia, pois, durante a sua administração, vigorou o cangaço “infrene que campeia em todos os pontos do interior”, em especial, continua a folha, “(...) nestes quatro annos de mandato do desembargador José Moreira da Rocha os crimes se multiplicaram”.<sup>912</sup> Residia em sua má gestão e insistia com veemência na imprensa da capital, o ponto nodal do fracasso do combate ao banditismo.

Durante o ano de 1928, os sucessos da atuação das policiais volantes no combate ao cangaço ganham mais evidência nos impressos. Os discursos esperançosos que se observam na imprensa estão intimamente ligados à chegada de Matos Peixoto ao poder daquele ano.<sup>913</sup>

---

320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018, p. 66.

<sup>907</sup> SANTOS, F. W. M. A Espacialização do Medo nos jornais do Ceará: os caminhos dos cangaceiros após o ataque à cidade de Mossoró (1927). In: SANTOS, E. dos. (Org.). **História dos Sertões**: Brasil profundo. 1ed. Aracaju, SE; Caicó, RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023, p. 171 (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n<sup>o</sup> 5).

<sup>908</sup> A REPÚBLICA, 29/07/1923, p. 01.

<sup>909</sup> O SITIÁ, 20/12/1925, p. 01.

<sup>910</sup> A ORDEM, 23/06/1927.

<sup>911</sup> O CEARÁ, 24/04/1928, p. 01.

<sup>912</sup> A ESQUERDA, 24/05/1928, p. 04.

<sup>913</sup> Por consenso entre os partidos políticos do estado, Matos Peixoto foi escolhido para governar o Ceará no período 1928-1932. O presidente da República, Washington Luiz, enviou telegrama ao ainda governador Moreira da Rocha, dizendo-se feliz “pelo evidente acerto dessa escolha, que causou aqui a melhor impressão em todos os nossos amigos”, conforme matéria publicada n<sup>o</sup> *A RUA*, de 05/02/1927. Seu governo foi posteriormente interrompido em 1930, com a chegada de Vargas ao poder, colocando Manuel Fernandes Távora no cargo durante

Moreira da Rocha tirou uma licença em maio de 1928 e o governo passou a ser comandado interinamente por Eduardo Henrique Girão, assumindo a titularidade pouco depois, permanecendo no cargo até 12 de julho. Isto porque, o desembargador formalizou sua renúncia.<sup>914</sup>

Convém lembrar que Matos Peixoto atuou como secretário do Interior e Justiça no governo anterior e talvez por isso sua indicação como substituto de Moreira da Rocha tenha sido recebida com certo receio por alguns jornais.<sup>915</sup> Na verdade, o que mais se reclamou na imprensa foi o fato de não haver consulta pública sobre sua indicação, “e agora que elle se acha nomeado para tão elevadas funcções, em virtude de um conchavo indecoroso, a alma deste povo não pode vibrar, porque o esbulharam de um direito que lhe assistia”.<sup>916</sup> A esperança em dias melhores com a nova administração não foi descartada. *A Esquerda* diz esperar dias melhores e menos amargos que os vividos nos últimos anos.

Seu primeiro discurso evidencia como a bandeira do combate ao banditismo era excelente propaganda política. O novo presidente do estado falou da necessidade de se reorganizar a força pública e, sem tratá-la como uma “força reserva do Exército, deve ser comandada por oficial a este pertencente, como dispõe a legislação do Estado (...). Isso contribuirá para desenvolver na força pública o espírito militar numa direção toda pessoal, superior às competições partidárias”.<sup>917</sup> E assim o fez nomeando para o comando da força o capitão do Exército Edgard Facó, militar que via como máximo problema “as relações políticas que os policiais estabeleciam com as facções partidárias no Estado e a falta de ‘espírito militar’ de inferiores e de oficiais”.<sup>918</sup>

Além disso, em seu governo Matos Peixoto, criou a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, sancionada pela Lei nº 2.673 de 23/07/1928, melhorando, inclusive, o nível da polícia militar, contando com a instrução e a cooperação direta do exército. Seria, pois, uma forma de acentuar em seu mandato o combate ao banditismo, “flagello mais gunesto que o das secas”.<sup>919</sup> Com esta contribuição, os impressos começaram a tecer notas mais elogiosas ao

---

o governo provisório. Ver BARROS, L. “Os presidentes do Ceará de Franco Rabelo até 1930”. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial – 1º Centenário do Instituto do Ceará, 1987.

<sup>914</sup> ARAGÃO, R. B. **História do Ceará** – volume 4. 2º ed. Fortaleza: Ed do Autor, 1998.

<sup>915</sup> Ele também foi um dos idealizadores do projeto natimorto que pedia a fixação do exército nos sertões para combater o cangaço.

<sup>916</sup> A ESQUERDA, 09/05/1928, p. 01.

<sup>917</sup> O CEARÁ, 11/07/1928, p. 03.

<sup>918</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 293.

<sup>919</sup> O CEARÁ, 11/07/1928, p. 01.

mandatário, contrapondo sempre o seu governo ao do seu predecessor. O cangaceirismo agora, pode-se ler n’*O Ceará*, estava “luctando, agora, com um campo positivamente ruim”.<sup>920</sup>

Este período, aliás, foi marcado pela amplitude de notícias sobre as prisões de cangaceiros, como observamos na tabela abaixo. Os dados presentes na tabela 8 nos ajudam a perceber a movimentação das notícias, a pensarmos até que ponto elas se ligam efetivamente às medidas tomadas por Matos Peixoto e onde iniciam discursos de críticos ao quadriênio anterior duramente atacando pela imprensa. Interessa-nos observar os “efeitos de verdade”<sup>921</sup> produzidos pelos jornais cearenses no primeiro ano de governo do novo presidente do estado.

**Tabela 8**  
**Quantidade de notícias sobre a prisão de cangaceiros na década de 1920**<sup>922</sup>

JORNAIS	PERÍODO (1921-1928)								SUBTOTAL
	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	
A Lucta			01						01
A Ordem							01	02	03
O Sitiá					01		01		
O Nordeste							03	05	08
O Ceará								11	11
A Esquerda								06	06
<b>Total</b>									<b>29</b>

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE), elaborada pelo autor.

Fazendo uma rápida comparação no aumento das notícias sobre as prisões de cangaceiros na imprensa cearense, cabe destacar o momento em que Franco Rabelo chegou ao poder e a esfuziante campanha levantada pela *Folha do Povo* em finais de 1912 e no ano de 1913. O referido jornal publicou telegramas que elogiavam com muita satisfação os “amigos leaes benernerito governo cel. Franco Rabello” pelas medidas adotadas para a “extinção cangaço com a prisão criminosos”.<sup>923</sup> Mais tarde, em fevereiro de 1913, outra publicação enaltecia o “brilhante programma” do “honrado e valoroso governo” e seu combate ao cangaço,

<sup>920</sup> O CEARÁ, 21/07/1928, p. 03.

<sup>921</sup> CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>922</sup> Os dados coletados referem-se à quantidade de notícias sobre as prisões, e não ao número de cangaceiros presos. Há notícias, por exemplo, que informam que mais de 30 bandoleiros foram encarcerados em poucos meses de governo de Matos Peixoto.

<sup>923</sup> FOLHA DO POVO, 07/11/1913, p. 01.

informando aos leitores que “já avultado é o numero de criminosos capturados em diversas localidades”.<sup>924</sup>

No *Unitário*, publica-se notícia antagônica ao trazer a opinião de colaboradores de jornais de outras partes do país. A repressão ao banditismo, na visão da imprensa do Rio de Janeiro, era de descrença. Franco Rabelo, pode-se ler no jornal dirigido por João Brígido, “ao contrario de resolver o problema do banditismo, systematizou-o, convertendo-o numa instituição legal”.<sup>925</sup> Do interior do estado, uma carta clama o olhar atento para sua situação calamitosa, questionando o programa do governo e sua eficácia. Ali, “o banditismo vae tomando maiores proporções, os criminosos de morte e cangaceiros campeam livremente pelas ruas”.<sup>926</sup>

De um lado, a *Folha do Povo* dava ênfase às diligências policiais e ao combate ao banditismo, do outro, o *Unitário* numerava o crescente avanço de bandos pelos sertões. O relatório dirigido ao chefe de polícia informa que ainda “perdurava a proteção aos criminosos, mesmo diante da ação dos magistrados e da polícia”.<sup>927</sup> A disputa nos impressos se acirrava ano após ano, tal qual as lutas entre políticos locais, buscando cada qual legitimar-se enquanto efeito de verdade a partir de estratégias diversas. Justamente por isso este discurso político “divide, separa, atiça as rivalidades e constrói as oposições”.<sup>928</sup>

Este efeito de verdade, nos diz Charaudeau (2010), surge da subjetividade dos sujeitos, está ligada mais à ideia de “acreditar ser verdadeiro” do que “ser verdadeiro” e está baseada na convicção.<sup>929</sup> Segundo o autor, o efeito de verdade necessita de um dispositivo enunciativo de uma influência psicossocial, onde os envolvidos na comunicação “dê sua adesão a seu universo e pensamento e de verdade”.<sup>930</sup> Buscam-se, portanto, a credibilidade e a validade do que está sendo emitido. É esta dialética que se observa na imprensa cearense quando se trata do combate ao cangaço.<sup>931</sup>

---

<sup>924</sup> FOLHA DO POVO, 10/02/1913, p. 01.

<sup>925</sup> UNITÁRIO, 02/04/1913, p. 01.

<sup>926</sup> UNITÁRIO, 03/05/1913, p. 02.

<sup>927</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 351.

<sup>928</sup> AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018, p. 229.

<sup>929</sup> CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>930</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>931</sup> Embora os combates estivessem dando resultado, como sugere a imprensa, as notícias sobre as ameaças do cangaço continuavam em evidência, o que aponta a permanência da vida armada os sertões, pois a “existência dos grupos de cangaceiros dependia de uma rede complexa instituída pela política local nos municípios”. BARBOSA, C. H. M. **Policinando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 63.

Anos mais tarde, durante o governo Matos Peixoto, o combate ao banditismo ganha novos ares de esperança na imprensa citadina. O jornal *O Nordeste* celebra o êxito da “ação saneadora da policia”, graças às medidas do mandatário. A mencionada folha publicou que “ainda hontem (...) os tenentes Antonio Santos e Cesar Borges haviam prendido, em Aurora, mais 11 cangaceiros”.<sup>932</sup> E, apenas sete dias depois, estampou outra notícia trazendo informes sobre a prisão de mais oito criminosos.<sup>933</sup> O chefe máximo do estado teria agido acertadamente ao nomear novos delegados e destituir do cargo vários sujeitos no interior do estado, em especial em Missão Velha.<sup>934</sup> *O Ceará* também comenta o feito apontando que, após a desistência do decreto do presidente, em Aurora, “(...) teve todas as suas antigas autoridades policiaes demittidas”.<sup>935</sup>

Na mesma matéria do dia 21 de julho daquele ano, intitulada “Tempo ruim para Cangaceiro”, *O Ceará* informa que mais quatro criminosos do sul do estado foram enviados para a capital. Em 15 de agosto, a tônica é a mesma: novos cangaceiros foram capturados nos sertões.<sup>936</sup> Diante dos sucessos alcançados, a folha diz esperar que a “policia os faça desaparecerem por completo, esperando-se que o mesmo aconteça aos chefes de cangaço que lhes favorecem a estadia pelo interior do Estado”.<sup>937</sup> A imprensa cearense, mesmo que momentaneamente, operou com a ideia de que havia esperança de fim do banditismo no novo mandado, apelando para a elaboração de efeitos de verdade a partir de uma série de prisões veiculadas em suas páginas.

Retomando os dados da tabela 8, evidenciamos que os maiores noticiadores das prisões de cangaceiro foram os jornais da capital. Há um aumento considerável desse tipo de notícia no jornal *O Ceará*, quase triplicando em relação ao total noticiado durante o governo de Moreira da Rocha. Embora se comparado ao quadro geral de notícias sobre o cangaço, este número se torna diminuto, e talvez este movimento (a intensificação dos combates e o êxito no restabelecimento da ordem) possa ser lido como um indício de sobreposição da esperança, dirimindo, mesmo que minimamente, o medo.

Partindo da imagem constantemente replicada pela imprensa, podemos traçar um mapa do medo elaborado pelos jornais. O contato com as fontes nos ajuda a tecer uma ideia

---

<sup>932</sup> O NORDESTE, 10/07/1928, p. 05.

<sup>933</sup> O NORDESTE, 17/07/1928.

<sup>934</sup> O NORDESTE, 19/07/1928

<sup>935</sup> O CEARÁ, 21/07/1928, p. 03.

<sup>936</sup> A intensificação do combate teria feito com que Lampião passasse a operar do outro lado do Rio São Francisco, circulando por outros espaços. No entanto, outros movimentos nos anos seguintes recolocaram o cangaço nas primeiras páginas da imprensa cearense.

<sup>937</sup> O CEARÁ, 15/08/1928, p. 08.

dessa construção, elaborada, primeiro, a partir do sertão e dos seus espaços limítrofes. Os sertões são cartografados como espaço de perpetração do incivilizado e do caos e, ao transpor estas fronteiras, os sujeitos que ali habitam ameaçam tudo o que foi arduamente construído na cidade (representante do moderno e da civilização). Como espaços permeados pela criminalidade, os sertões são inseridos dentro de uma “geografia do crime” e a imprensa ajuda na elaboração de imaginários, construindo um conjunto de mapas do medo, como discutiremos no capítulo a seguir.

## 6 “ESPAÇOS IMAGINADOS”: UMA CARTOGRAFIA DO MEDO NA IMPRENSA

### 6.1 O sertão e a geografia do medo: singularidades e conexões

Aliás, não raro é que reportem factos alarmantes e que recrudesça a acção dos cangaceiros pelo centro sertanejo, onde normalmente elless campeiam. Basta isso para que perdure, no interior, atmosfera de terror e panico, com as mais serias consequencias depressivas na organização econômica do Ceará.<sup>938</sup>

Ao longo do nosso trabalho, argumentamos e apontamos como a imprensa ajudou na construção e na consolidação de determinadas imagens sobre os sertões do Ceará e suas adjacências calcadas no medo, no caos e no terror. Mais do que isso, nesta seção, discorreremos sobre a construção de uma “geografia do crime” pela imprensa, atentando para a descrição dos espaços e a relação estabelecidas entre os sujeitos que ali habitaram. A partir dos discursos sobre o cangaço materializados nos impressos, tivemos como intuito oferecer, de forma mais palpável, o mapa imaginário do medo espacializado, elaborado nos impressos por meio das notícias sobre os deslocamentos dos cangaceiros pelos sertões do Ceará.

Poderíamos iniciar explorando a cobertura midiática sobre os territórios da região do Cariri cearense, com as descrições elaboradas na imprensa a respeito dos municípios de Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Crato, Jardim, Missão Velha ou Juazeiro do Norte, mas a historiografia já ofereceu numerosos exemplos do poder régulo familiar do início do século XIX e do recrudescimento do banditismo na região ao longo das primeiras décadas do século seguinte. J. Macedo (1990), por exemplo, comentou sobre o “regime do terro no Crato”, o “conflito em Lavras” e, em Jardim, o “cerco de Várzea Alegre”.<sup>939</sup>

M. I. de Queiroz teve o mérito de apontar os arranjos e desarranjos que confluíram para o surgimento de grupos independentes, demorando-se em episódios da vida de Cabeleira, João Calangro, Antonio Silvino, Lampião e Corisco, como exemplos de sujeitos adestrados “no manejo rápido do rifle e do revólver” que apareceram “de chofre, nos sertões, cometendo os maiores desatinos”.<sup>940</sup> Estes, todavia, são tão somente os chefes de grupos mais conhecidos com atuação nos espaços que delimitamos para estudo, todavia, o número era bem maior.

<sup>938</sup> O NORDESTE, 29/11/1927, p. 04.

<sup>939</sup> Ver mais detalhes em: MACEDO, J. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. 3ed. Fortaleza: UFC, 1990.

<sup>940</sup> QUEIROZ, M. I. P. de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 59.

Nesse sentido, ainda sobre a expansão do “cangaceirismo”, P. de Mello (2011) descreveu a ampliação dos grupos armados nos sertões cearenses e suas fronteiras, destacando as figuras de Antônio Jerimum, no sertão do Ceará; Chico Pereira e Ulisses Liberato, que atuaram nos sertões da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte; os já mencionado Marcelino, com atuação nas zonas da Serra do Araripe e fronteira entre Pernambuco e Ceará, para ficarmos em apenas alguns exemplos.<sup>941</sup> Reforçamos aqui a ampla movimentação de grupos diversos pelas fronteiras interestaduais.

Na imprensa dos estados limítrofes, foram correntes as menções ao aumento de cangaceiros em atividade nos sertões. O *Jornal*, da Paraíba, em descontentamento, afirmava que a insegurança era a norma naquele momento, visto que “vez por outra, aparecem hordas dos terríveis bandoleiros, vindos agora de Pernambuco, fazendo os maiores estragos”.<sup>942</sup> O *Jornal do Recife* também estampou, em dezembro de 1927, uma matéria em que lamentava o problema do cangaço em Pernambuco, assolado e devastado por inúmeros “bandos armados”, que “(...) fartamente municados”, seguem “arrasando tudo nas suas passagens sinistras”.<sup>943</sup>

Nos jornais do Ceará também circularam inúmeras notícias que davam conta da movimentação dos cangaceiros e suas violentas incursões, “perturbando a ordem publica e levando a desolação e a dôr ao seio das famílias”<sup>944</sup> nas vilas por onde passavam. A epígrafe que abre esta seção é ilustrativa desta tensão, prevalecendo no interior uma “atmosfera de terror e pânico”<sup>945</sup>, de modo que o espaço percorrido pelos grupos era aludido na imprensa circunscrito pelo caos, desordem, violência e medo, peça-chave mobilizada pelos impressos para a elaboração da cartografia dos espaços sertanejos.

A elaboração destas notícias dá ênfase aos detalhes e às singularidades. No momento em que particulariza o espaço sertanejo, “o narrador constrói uma sequencia textual onde o leitor também pode se visualizar”<sup>946</sup> e, por intermédio do texto, ele se familiariza com a geografia do local, os esconderijos, as matas e as serras de difícil acesso, sentindo o medo e a apreensão. O contato mediado pelos repórteres e colaboradores das mais diversas cidades e as notícias forneciam aos leitores um mapa do medo sobre os sertões e suas fronteiras. Nessa dialética, estabelecem-se as distintas representações dos espaços, se direcionando para um

---

<sup>941</sup> O autor enumera que, com segurança, é possível citar 44 desses grupos entre os anos de 1919 e 1927, “designados quase todos pelo nome dos seus chefes”. Para mais detalhes conferir MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 191-193.

<sup>942</sup> O JORNAL, 07/03/1924, p. 04.

<sup>943</sup> JORNAL DO RECIFE, 05/12/1926.

<sup>944</sup> A IMPRENSA-CE, 12/01/1927, p. 01.

<sup>945</sup> O NORDESTE, 29/11/1927, p. 04.

<sup>946</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 55.

sertão cujos contornos são tracejados com a cor rubra do sangue e descritos como território da criminalidade.

Visando ampliar as discussões sobre a atuação dos vários grupos de cangaceiros que passaram pelos sertões e, assim, contribuir para os estudos dos espaços na rota do cangaço, decidimos atentar, em especial, às regiões que correspondem aos atuais Vale do Jaguaribe e Sertão Central cearense. Quixadá, Quixeramobim, Riacho do Sangue, Cachoeira Laranjeira e Morada Nova, por exemplo, foram constantemente mencionadas pela intensa mobilidade de cangaceiros e por seus limites pouco explorados na historiografia. Assim, apontamos também para uma cartografia do medo construído pelos impressos que ultrapassam a região sul do estado, mostrando que boa parte da população cearense se encontrava imersa em um sentimento de insegurança constante, de angústia e de ansiedade, “estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo”.<sup>947</sup>

Para tal, retomamos a perspectiva micro-espacial de C. De Vito (2023), pensando não apenas na construção textual e na elaboração do mapa do medo a partir dos impressos, mas também nos cangaceiros como modeladores destes espaços mediante a sua movimentação, primeiro elemento da Espacialização do Medo.<sup>948</sup> De Vito chama atenção para a dialética entre singularidade e conectividade na análise de cada lugar<sup>949</sup>, encaradas, conforme L. Matheus (2011), como “valores que podem tanto unir quanto separar”<sup>950</sup>, colocando em confronto os espaços reais e os imaginados. Os sertões, portanto, foram descritos como perigosos e lar dos “mais terríveis cangaceiros” responsáveis pelos “mais horríveis crimes”.<sup>951</sup>

Se tomarmos para análise o deslocamento de cangaceiros no Vale do Jaguaribe, é perceptível que os espaços demarcados são cartografados em constante estado de sítio, observando como as matérias indicavam uma cartografia do medo dentro de uma “geografia do crime”, suplantando a segmentação e unindo sertão e cidade em um único território: o da criminalidade. O ponto de conexão nesse encontro é o medo crescente cotidianamente presente nos impressos. Das inúmeras notícias que se veiculam sobre a região, é unânime a apreensão da

<sup>947</sup> DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 23.

<sup>948</sup> Lembremos que a noção de Espacialização do Medo parte de três elementos: os deslocamentos dos cangaceiros, a circulação, e a repetição das notícias (ver Fluxograma da Espacialização do Medo no capítulo 3, p. 132).

<sup>949</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (Orgs). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>950</sup> MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 23.

<sup>951</sup> O CEARÁ, 18/07/1928, p. 02.

população da cidade e dos sertões (em especial, quem tem mais recursos), que, “abandonadas sem protecção dos governos”<sup>952</sup> e “apavorada, está abandonando às pressas os seus lares”.<sup>953</sup>

Antes de detalhar a rota por onde passaram os cangaceiros, é importante que conheçamos como se apresenta a divisão territorial do período. A região do Vale do Jaguaribe, descrita como “zona tradicionalmente pacata, onde de raro em raro se apontam actos de lesa-civilização”<sup>954</sup>, composta hoje por 15 municípios, foi assolada pela incursão de Massilon Leite e seu grupo durante década de 1920, com maior ênfase em 1927. Após o frustrado ataque à cidade de Mossoró, Massilon, Lampião, Sabino Gomes e outros cangaceiros fugiram em direção ao território cearense, entrando, pelas fronteiras do Rio Grande do Norte, em Limoeiro. Além da mencionada cidade, nas fontes, aparecem também Riacho do Sangue (Jaguaribara, Jaguaretama), Cachoeira (Solonópole), Jaguaribe-Mirim (Jaguaribe), Morada Nova, Russas, Palhano, Iracema e Pereiro, com maior ênfase nos quatro primeiros municípios.

Jaguaretama, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi criado como distrito batizado “pelas águas calmas do velho Riacho do Sangue”<sup>955</sup> em 1784 e elevado à categoria de município em 1833. Já no século XX, pela Lei nº 1794, de 09/10/1920, seu território volta ao status de distrito, agora anexado ao município de Jaguaribe-Mirim. Seis anos depois, é dele desmembrado e elevado à município com a denominação de Riacho de Sangue.<sup>956</sup> Nesse mesmo percurso, Jaguaribara aparece como distrito de Jaguaretama, sendo promovido à município apenas em 1957, pela Lei de nº 3.550 de 9 de março daquele ano.<sup>957</sup> Portanto, data da década de 20 a maior menção ao deslocamento de cangaceiros pelas suas cercanias na imprensa cearense, narrando as “scenas horrorosas de selvageria” ali praticadas.<sup>958</sup>

Outro importante polo que figurou como rota de cangaceiros, Jaguaribe-Mirim foi elevado à categoria de vila com sede em Riacho de Sangue através da Resolução Provincial de 06/05/1833. No ano de 1850, pela Lei nº 518, sua sede passa para o núcleo de Cachoeira. Na década de 1920, momento em que há uma ampliação das notícias sobre o cangaço na região, Jaguaribe-Mirim já se configurava como município, elevado a esta categoria pela Lei estadual

---

<sup>952</sup> A ESQUERDA, 05/03/1928, p. 02.

<sup>953</sup> O NORDESTE, 18/08/1927, p. 04.

<sup>954</sup> O NORDESTE, 19/08/1927, p. 01.

<sup>955</sup> PONTES, R. P; BRITO, J. J. B. **Do Riacho do Sangue a Jaguaretama: registros biográficos** [eBook Kindle]. Fortaleza: Premium, 2022, posição 48.

<sup>956</sup> Mais informações na página virtual do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaretama/historico>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>957</sup> No *site* do IBGE, é possível acessar a informações mais completas sobre o histórico da cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribara/historico>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>958</sup> O NORDESTE, 19/08/1927, p. 01.

nº 1532 de 12 de agosto de 1918.<sup>959</sup> Nos jornais do Ceará, quando o assunto era o cangaço, o município aparecia como foco “dessa endemia social das mais graves”.<sup>960</sup>

A formação administrativa de Cachoeira tem início com a Resolução Provincial nº 1.093, que cria o distrito de mesmo nome, elevado posteriormente à categoria de vila com a denominação homônima em 1870, ano em que foi desmembrada de Jaguaribe-Mirim. No ano de 1892, a vila é extinta e seu território volta ao supracitado município. Em 1911, já como município desde a Lei estadual nº 67, de 09/08/1893, Cachoeira contava com três distritos denominados: Cachoeira, São Bernardo e Flores Novas.<sup>961</sup> O município só passou a se chamar Solonópole em 1943, em homenagem a Manoel Solon Rodrigues Pinheiro.<sup>962</sup> Os jornais destacam, na década de 1920, o clima de pânico na cidade, com policiamento diminuto e, como informava *O Nordeste*, a “situação da população é afflictiva”.<sup>963</sup>

Enquanto jornais do interior do Ceará, como *O Sitiá*, de Quixadá, e *A Ordem*, de Sobral, exploraram o deslocamento do “grupo sinistro de LAMPEÃO”<sup>964</sup> em fuga de Mossoró e sua incursão nas terras cearense, dando nota sobre o “possível dar cêrco aos bandidos”<sup>965</sup>, o jornal *O Nordeste*, da capital do estado, debruça-se em inúmeras edições, buscando oferecer detalhes na “descrição da rota seguida pelos malfeitores”.<sup>966</sup> Na verdade, observamos que, durante o ano de 1927, boa parte do leste do sertão central cearense, na fronteira com o Vale do Jaguaribe e a porção sul, foi cruzada pelos cangaceiros, onde efetuaram “saques e roubos nas cidades fronteiriças entre o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte”.<sup>967</sup> Massilon, por exemplo, promoveu ataques a inúmeras cidades da zona jaguaribana.

O jornal *O Nordeste* seguiu a estratégia adotada em outros impressos da época com a descrição que acompanha o apelo às “notícias de sensação”, explorando os detalhes e o sentimento do público. A “empreitada sinistra” de Massilon na região do Jaguaribe, com

---

<sup>959</sup> Conferir *site* do IBGE disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribe/historico>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>960</sup> O NORDESTE, 29/11/1927, p. 04.

<sup>961</sup> Ver IBGE, Cidades, História & Fatos, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/solonopole/historico>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>962</sup> Atuou como deputado provincial e, também, como jornalista em Fortaleza. Solon Pinheiro nasceu na Fazenda Monte-Mor, território que corresponde hoje a Solonópole. Mais informações no *Anuário do Ceará* (2023-2024). Disponível em: <https://www.anuarioceara.com.br/guia-das-cidades/fichas-dos-municipios/solonopole/>. Acesso em: 10 jun. 2024. Vem também o trabalho de PINHEIRO, F.D. **Solonópole**. Fortaleza: ABC Editora, 2009.

<sup>963</sup> O NORDESTE, 20/09/1927, p. 01.

<sup>964</sup> O SITIÁ, 10/07/1927, p. 01, (destaque do jornal).

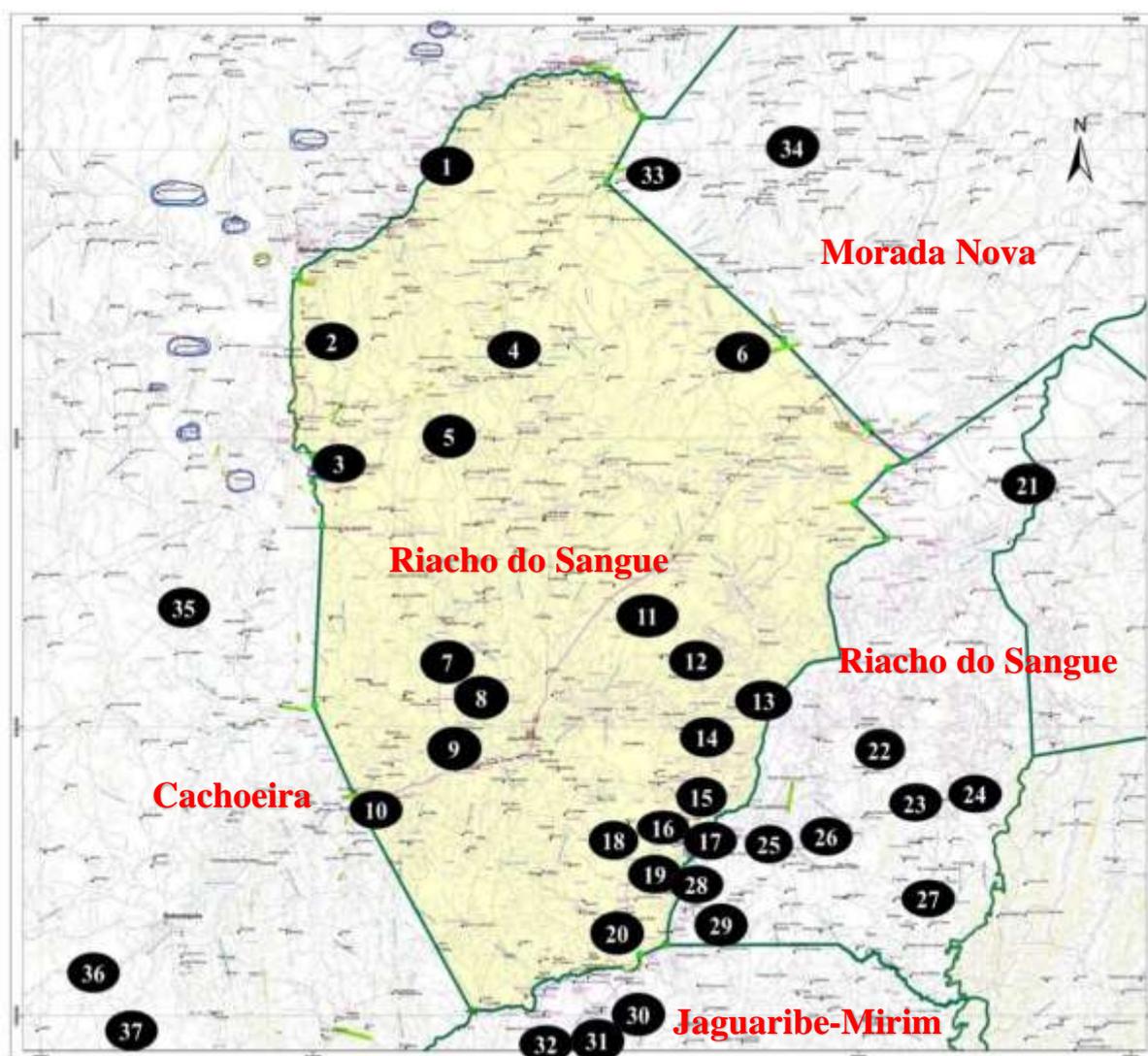
<sup>965</sup> A ORDEM, 30/06/1927, p. 01.

<sup>966</sup> O NORDESTE, 25/08/1927, p. 05.

<sup>967</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930)**. 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, 274-275.

passagem no “sítio Grossos”<sup>968</sup> e depois “na região de Riacho do Sangue”, nas proximidades da fazenda “Timbauba”<sup>969</sup>, foi narrada chamando atenção para a violência e o medo em suas ações. Em sua passagem pela “fazenda “Michaela”, os cangaceiros “roubaram e destruíram o que era útil”.<sup>970</sup> A seguir, elaboramos um mapa dessa movimentação a partir das notícias do jornal *O Nordeste*.

**Figura 4**  
**Deslocamento de cangaceiros no Vale do Jaguaribe (1927)<sup>971</sup>**



Fonte: IPECE, 2019, adaptada pelo autor.

<sup>968</sup> O NORDESTE, 19/08/1927, p. 01.

<sup>969</sup> O NORDESTE, 21/08/1927, p. 01.

<sup>970</sup> O NORDESTE, 25/08/1927, p. 05.

<sup>971</sup> Tomamos como referência Jaguaretama (Riacho do Sangue) para detalhar as fazendas. A sequência numérica não representa a ordem dos ataques.

Ao todo, são apontadas 37 localidades na região do Vale do Jaguaribe na rota dos cangaceiros, “praga terrível que se está extendendo e cada dia mais avulta no Ceará”<sup>972</sup>, como podemos ler na edição de 20 de agosto daquele ano no jornal *O Nordeste*. Abaixo, detalhamos, no quadro 6, a lista das fazendas mencionadas nos impressos cearenses. Boa parte dessas fazendas foi citada na fuga dos cangaceiros após o fracasso do ataque a Mossoró.

### Quadro 6

#### Lista das fazendas rota de cangaceiros no Vale do Jaguaribe (1927)<sup>973</sup>

<b>Riacho do Sangue (Jaguaretama)</b>		
1 – Carnaubinha	8 – Monte Pedral	15 – Campo Alegre
2 – Cachoeira	9 – Rio Branco	16 – São José
3 – Serra do Mato	10 – São Pedro	17 – Saco
4 – Juiz	11 – Feiticeiro	18 – Sítio
5 – Primavera	12 – Cruz	19 – Lagamá
6 – Barbatão	13 – Grossos	20 – Ipueiras
7 – Timbaúba	14 – Santa Maria	
<b>Riacho do Sangue (Jaguaribara)</b>		
21 – Sítio Umari		26 – Recanto
22 – Gado Bravo		27 – Flores
23 – Residência		28 – Juá
24 – Micaela		29 – Carnaúbas
25 – Água Fria		
<b>Jaguaribe-Mirim (Jaguaribe)      Morada Nova      Cachoeira (Solonópole)<sup>974</sup></b>		
30 – Logrador	33 – Cachoeira	35 – Encanto
31 – Palha	34 – Calçada	36 – Logradouro
32 – Santa Rita	37 – Penedo	

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará; BECE, organizada pelo autor.

<sup>972</sup> O NORDESTE, 20/08/1927, p. 05.

<sup>973</sup> Neste quadro, constam apenas as localidades referentes ao mapa anterior (figura 4, p. 215). As matérias elencam outras localidades menores (que não aparecem no mapa, ou que podem ter mudado de nome) e proprietários de fazendas cujos nomes não foram mencionados no jornal. Assim, acreditamos que este número deve ser bem maior.

<sup>974</sup> Por questões metodológicas e de melhor organização do mapa, optamos por incluir Cachoeira nesta divisão.

A leitura do mapa aponta o uso recorrente das fronteiras como estratégia de fuga adotada pelos cangaceiros, e uma parte considerável das localidades listadas encontram nos limites municipais, como as fazendas Carnaubinha (1), Grossos (13) e Sacos (17), por exemplo. Já as fazendas Monte Pedral (7), Timbaúba (8) e outras que aparecem mais afastadas das fronteiras, são mencionadas nos jornais como esconderijo e seus proprietários são indicados como “protectores que tem facilitado as tropelias de Massilon”.<sup>975</sup> Evidenciamos também que estas notícias parecem apontar o fracasso dos últimos convênios interestaduais (1922 e 1926), visto que “distribuir forças volantes ao longo das fronteiras, pareciam não funcionar”<sup>976</sup>, pois, frequentemente, noticiava-se que as “forças perderam a pista dos bandidos”.<sup>977</sup>

*O Nordeste* cobrava uma ação enérgica das volantes e a atitude igualmente decidida dos poderes públicos, pois já passava da hora do governo agir “(...) com urgência e com eficacia, ou o banditismo continuará a frutificar”.<sup>978</sup> Na imprensa, noticiava-se quase diariamente a movimentação dos cangaceiros e os seus possíveis “acoitamentos”. Nas páginas do jornal católico, sabia-se, pela profusão das “notícias telegraphicas”, que “o grupo de Maissilon, segundo as informações procedentes de Riacho do Sangue, continuava na fazenda Timbaúba, daquele município, onde descansa e se refaz”.<sup>979</sup> No dia seguinte, na edição da manhã, um paradeiro novo sugere que a força os procure em Monte Pedral, “distante meia légua de Timbaúba, lugar onde se supõe que estejam acampados os bandidos”.<sup>980</sup>

O deslocamento de cangaceiros pelo Vale do Jaguaribe apropriando-se dos espaços de fronteira, ora como espaço de fuga e espalhando o terror por onde passavam, ora como instrumento de ocultação, descanso e organização, demonstra, mais uma vez, o caráter fluido das fronteiras, isto é, sua capacidade de atualizar-se através de práticas diversas.<sup>981</sup> Nesse sentido, a noção de Espacialização do Medo, ao ser somada a este elemento, nos oferece chaves

---

<sup>975</sup> O NORDESTE, 20/08/1927, p. 08.

<sup>976</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, p. 275.

<sup>977</sup> O NORDESTE, 18/08/1927, p. 04

<sup>978</sup> O NORDESTE, 21/08/1927, p. 01.

<sup>979</sup> O NORDESTE, 19/08/1927, p. 01

<sup>980</sup> O NORDESTE, 20/08/1927, p. 08.

<sup>981</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. Bandidos de Fronteira: o fluxo de criminosos num espaço limítrofe. In: FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil**: novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019b.

de leituras para o conjunto de conexões criadas pelas interações entre os cangaceiros, os impressos, o público e os espaços.<sup>982</sup>

Além da mobilidade dos sujeitos, os discursos de violência e o medo na imprensa ajudaram na fixação da imagem aterrorizante dos sertões, visto que a cobertura jornalística “apresenta (ou não) provas, impõe ou orienta conclusões, conferindo ao acontecimento um valor simbólico”<sup>983</sup>, fabricando, portanto, um mapa para este espaço, cuja cartografia é mediada pelo horror. Desse modo, cartografar os sertões por meio da imprensa “parte de um sistema de signos políticos” que fornecem mapas criados e guiados “pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual”.<sup>984</sup>

A noção de Espacialização do Medo nos ajuda ainda a compreender “o monopólio de sentidos” que se constrói na imprensa sobre os sertões, mobilizando, com frequência, o binômio cidade/interior, e civilização/barbárie.<sup>985</sup> Não era exagerada a afirmação do jornal *O Ceará* de agosto de 1928, visto que “os crimes se sucediam, em uma sequencia tão apavorante, que, o cearense, ao acordar, procurava saber curioso o nome da ultima victima”.<sup>986</sup> Portanto, a quantidade de notícias corroboram uma instabilidade não apenas no Vale do Jaguaribe, mas em todo o Ceará. O sertão central, por exemplo, foi outro espaço cartografado topofobicamente.

A região que corresponde hoje ao sertão central cearense é formada por 13 municípios, dentre os quais, pela movimentação de cangaceiros, destacam-se Quixadá, Laranjeiras (Banabuiú) e Senador Pompeu, cidades descritas como reféns da “sanha perversa de malfeitores, que, nem a honra respeitam”.<sup>987</sup> São sobre estes três municípios a maior ênfase noticiosa sobre o cangaço, especialmente entre a segunda metade de 1927 e o primeiro semestre de 1928, momento em que o “Estado atravess[ou] uma phase de insegurança nunca vista”.<sup>988</sup>

Quixadá era, pela Lei Provincial nº 1.305, em 1869, subordinado ao município de Quixeramobim. No ano seguinte, 1870, foi levado à categoria de vila e desmembrado de Quixeramobim e, pela Lei Provincial nº 2.166, de 17-08-1889, de acordo com a

<sup>982</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (Orgs). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>983</sup> EMEDIATO, W. A argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, I. L; MELLO, R. de (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2010, p. 79.

<sup>984</sup> HARLEY, B. Mapas, Saber e Poder. **Confins On-line**, [S. l], n.5, p. 1-24, set., 2009, p. 20. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>985</sup> ALVES, E. P. M. Violência e masculinidade: o sertão nordestino e a construção de um monopólio de sentido. In: LIMA, Caroline de Araújo; BRITTO, C. C. B; MOREIRA, J. dos S. P. **Outros Olhares sobre o Sertão Nordestino: Gênero, Masculinidades e Subjetividades**. Salvador: EDUNEB, 2020.

<sup>986</sup> O CEARÁ, 02/08/1928, p. 04.

<sup>987</sup> A ORDEM, 20/08/1927, p. 04.

<sup>988</sup> A ESQUERDA, 07/04/1928, p. 01.

contextualização histórica do IBGE, Quixadá foi evado à categoria de cidade.<sup>989</sup> O município localiza-se em um “(...) num vasto altiplano, a 190 m de altitude, à margem esquerda do rio Sitiá”<sup>990</sup> e é cercado por monumentais monólitos, responsáveis por sua paisagem característica. Em 1926, pela Lei Estadual nº 2.392, Quixadá anexou Laranjeiras ao seu território como distrito. No jornal que se editava na cidade, liam-se os clamores pelo rigoroso combate ao cangaço, pois a cidade estava desguarnecida e “(...) até então a mercê dos desatinos de u’a [sucia] de malfeitores dos mais terríveis”.<sup>991</sup>

Situação semelhante podia-se observar em Laranjeiras, atual Banabuiú. Elevado à vila em 1919, período em que foi desmembrado do Quixadá. Entretanto, pela Lei estadual nº 2392, de 08/09/1926, o município é extinto e anexado novamente ao território quixadaense.<sup>992</sup> Quanto à nomenclatura atual, o “topônimo Banabuiú só aparece denominando a sede da região no ano de 1943, por meio do decreto-lei estadual nº 114, de 30 de dezembro de 1943, mas ainda como distrito de Quixadá”.<sup>993</sup> O município de Laranjeiras, conforme aparece nas fontes, é mencionado tanto como espaço de refúgio para Massilon e seu grupo, que “antes de começar as suas correrias estacionava”<sup>994</sup> no município, quanto como alvo de saques e pilhagens e “(...) as maiores atrocidades”<sup>995</sup>, registrados na imprensa em letras de forma.

Jornais da capital e do interior não pouparam tinta às menções ao cangaço na cidade de Senador Pompeu. Erguida às margens do Rio Codiá, foi elevada à condição de cidade pela Lei estadual nº 659, de 22-08-1901.<sup>996</sup> Anteriormente denominada de Humaitá e afastada cerca de 273 quilômetros da capital do estado, a cidade de Senador Pompeu era composto, até o ano de 1933, por cinco distritos: Senador Pompeu (distrito-sede), Girau<sup>997</sup>, Miguel Calmon<sup>998</sup>, Pedra Branca<sup>999</sup> e Tróia<sup>1000</sup>. Seus municípios limítrofes são: Quixeramobim, ao norte; Pedra Branca,

<sup>989</sup> Ver mais detalhes em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/quixada/historico>. Acesso em: 12 mai. 2024.

<sup>990</sup> SOUSA, J. B. de. **Quixadá de fazenda a cidade**: 1755-1955. Rio de Janeiro: CNE, 1960, p. 79.

<sup>991</sup> O SITIÁ, 21/02/1926, p. 01.

<sup>992</sup> Mais informações em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/banabuiu/historico>. Acesso em: 12 jun. 2024.

<sup>993</sup> GONÇALVES, E. L. S. **As toponímias indígenas do Sertão de Quixeramobim**: um estudo linguístico-histórico-cultural. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2019, p. 64.

<sup>994</sup> O NORDESTE, 19/08/1927, p. 01.

<sup>995</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>996</sup> Conferir o *site*: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/senador-pompeu/historico>. Acesso em: 12 jun. 2024.

<sup>997</sup> Distante quase 300 km da capital Fortaleza, a cidade conhecida como Girau, hoje Piquet Carneiro, era parte do território de Senador Pompeu e tornou-se município em 12/07/1957 pela lei estadual nº 3685.

<sup>998</sup> Hoje Miguel Calmon corresponde ao distrito Ibicuã e pertencente ao município de Piquet Carneiro, situado aproximadamente a 290 km de Fortaleza.

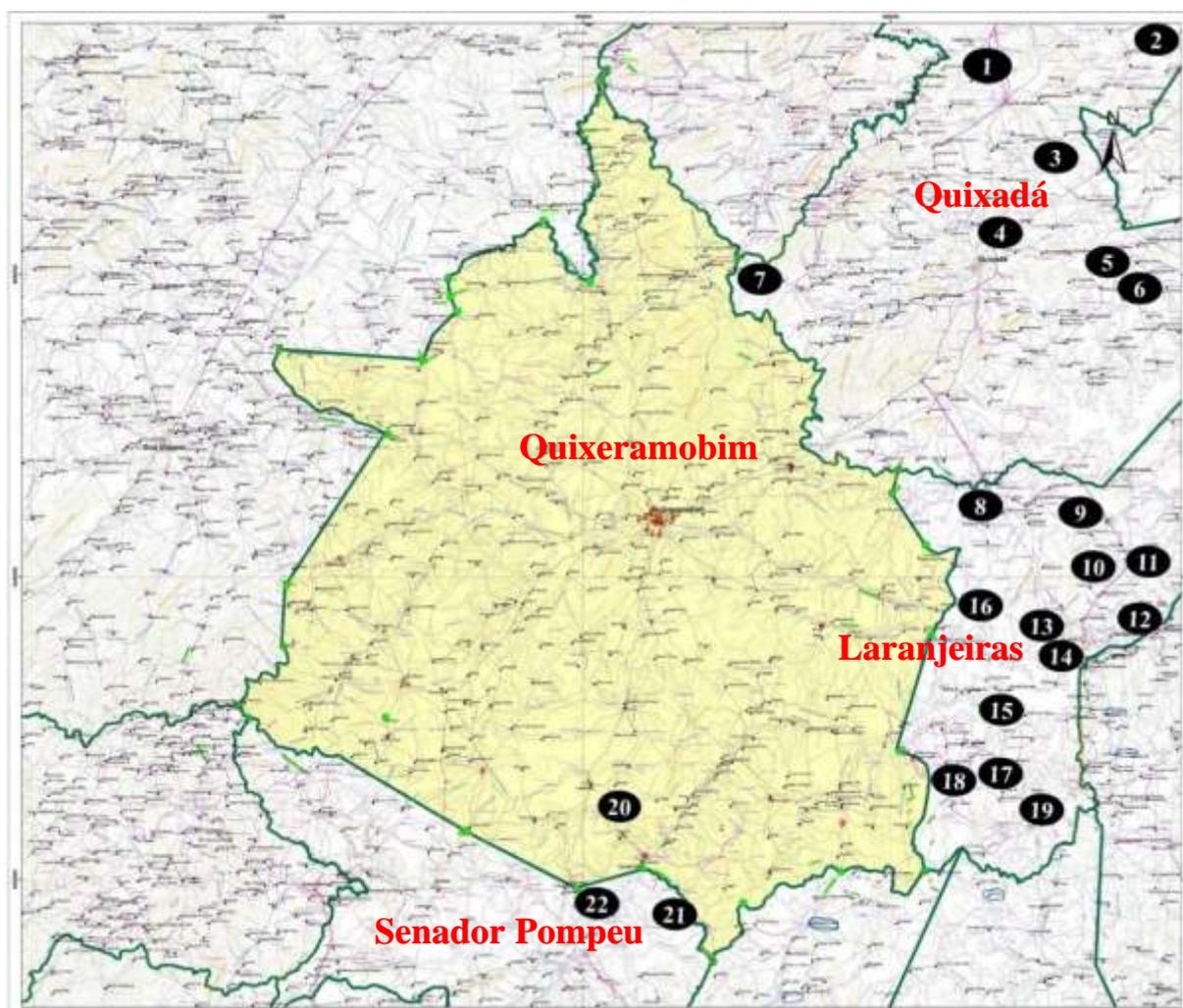
<sup>999</sup> Pela Lei nº 1.769 de 24 de setembro de 1920, Pedra Branca foi elevada à condição de cidade. Posteriormente, foi rebaixada a povoado (Decreto nº 193 de 20/05/1931) e anexada como distrito de Senador Pompeu (Decreto nº 1.156 de 04/12/1933).

<sup>1000</sup> Mais tarde, pelo Decreto nº 1540, de 03/05/1935, Tróia e Pedra Branca são desmembradas de Senador Pompeu e formam um novo município, Pedra Branca.

a oeste; Cachoeira (Solonópole), ao leste, e, mais ao sul, Maria Pereira (hoje Mombaça). Senador Pompeu é descrito como refúgio dos “bandidos profissionais” que causam “toda a sorte de depredações e crimes” nas “cercanias de Miguel Calmon”.<sup>1001</sup>

Com base nas notícias referentes à passagem de cangaceiros por estas cidades, elaboramos um mapa para melhor compreensão do domínio espacial do cangaço em 1927. Na figura 5, a seguir, é possível ampliar nossa percepção da movimentação dos cangaceiros por alguns municípios do sertão central cearense.

**Figura 5**  
**Deslocamento de cangaceiros no Sertão Central do Ceará (1927)**



Fonte: IPECE, 2019, adaptada pelo autor.

<sup>1001</sup> A ESQUERDA, 13/03/1928, p. 01.

Ao todo, nos jornais consultados, foram mencionadas 21 localidades na rota de Massilon, Lampião e Sabino Gomes pelos sertões da porção central do território cearense, compondo o mapa do medo elaborado a partir dos discursos nos periódicos. A seguir, no quadro 7, apresentamos o detalhamento das fazendas por onde transitaram os cangaceiros.

### Quadro 7

#### Lista das fazendas rota de cangaceiros no Sertão Central (1927)<sup>1002</sup>

<b>Quixadá</b>	
1 – Umari	5 – São Pedro
2 – Boa Esperança	6 – Monte verde
3 – Flora	7 – Jurema
4 – Bolívia	
<b>Laranjeiras (Banabuiú)</b>	
8 – Riacho dos Porcos	14 – Tapuio
9 – Santa Rita	15 – Malhada Grande
10 – Primavera	16 – Boa Água
11 – Croatá	17 – São Bento
12 – Laranjeira	18 – São José
13 – Grossos	19 – Pimenta
<b>Quixeramobim                      Senador Pompeu</b>	
20 – Primavera	22 – Amanaju
21 – Varzinha	

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE, organizado pelo autor.

Consoante ao que pode ser observado no mapa sobre as incursões no Vale do Jaguaribe, a movimentação pelo sertão central do Ceará segue caminho análogo. Nos impressos, as localidades mencionadas nas proximidades das fronteiras referem-se a fazendas atacadas ou sob ameaça, como quando Massilon, transitando pelo município de Quixadá, teria

<sup>1002</sup> Constam no quadro apenas as localidades referentes ao mapa anterior e às notícias de 1927 (ver figura 5, p. 220). Os jornais mencionam outras localidades que não aparecem no mapa, ou que podem ter mudado sua nomenclatura. Assim, acreditamos que este número deve ser ainda maior. Miguel Calo, por exemplo, é apontado como grande “reducto de cangaceiros” pela imprensa, mas não aparece neste quadro.

declarado “(...) numa fazenda ali situada, que pretendia visitar os donos de sítios abastados da Serra de Baturité”.<sup>1003</sup> Notícias como estas deixava parte da população em desespero, levando muitos a deixarem a cidade. O prefeito municipal Manuel Freire, em telegrama ao presidente do estado, pedia “promptas providencias do governo” a fim de assegurar o “sossego das famílias e garantias das propriedades”.<sup>1004</sup>

A maior incidência de menções a localidades no território de Laranjeiras (pertencente a Quixadá) explica-se também pela sua proximidade com Riacho do Sangue, na região do Vale do Jaguaribe, por onde os cangaceiros também transitaram com frequência, como observamos anteriormente.<sup>1005</sup> Segundo as notícias do *O Nordeste*, Massilon fez prisioneiros, atacou a fazenda “São José, saqueando essa povoação” e se dirigiu “depois para São Bento”.<sup>1006</sup> A insistência nas notícias de proteção aos cangaceiros aparece como um indicador do fracasso das batidas policiais, como as realizadas pelo tenente Germano, que “se achava lados Laranjeiras não tendo podido descobrir verdadeiro paradeiro grupo Massilon”.<sup>1007</sup> É justamente a proteção aos “profissionais do crime”, escreve o jornal, sem “qualquer acção repressiva” eficaz, que perpetua o cangaço nos sertões.<sup>1008</sup>

Este tipo de denúncia se estendeu à cidade de Senador Pompeu, terceiro município que se destaca na cartografia do medo que compomos a partir dos jornais. N’*O Sitiá*, afirmava-se que “a bocca do Cariry era Senador Pompeu”, indicando que, nesta cidade, “(...) começava o domínio pleno do cangaceirismo”.<sup>1009</sup> Perspectiva que foi delineada também no jornal *O Nordeste*, pois podia-se ler em suas páginas que “de Senador Pompeu para lá é o estado do Cariri, e começa o plano inclinado da morte”.<sup>1010</sup> As imagens topofóbicas sobre Senador Pompeu são definidas não tanto pelas andanças dos cangaceiros pelos seus limites, mas pelo abrigo a eles dispensados onde cometem “as maiores atrocidades aos indefesos”, ou aos opositores a mando de seus protetores, “(...) principalmente se o coronel estava do lado do governo”.<sup>1011</sup>

Exemplo de organização e proteção ao cangaço em Senador Pompeu foi o coronel José Ferreira Magalhães. Membro da elite rural e expoente de relevo político, “Zequinha das

<sup>1003</sup> O NORDESTE, 23/09/1927, p. 06.

<sup>1004</sup> O NORDESTE, 29/09/1927, p. 01.

<sup>1005</sup> Há ainda as referências aos esconderijos situados nas serras da região, mas que não exploramos nesse mapa.

<sup>1006</sup> O NORDESTE, 21/09/1927, p. 01.

<sup>1007</sup> O NORDESTE, 01/09/1927, p. 01.

<sup>1008</sup> O NORDESTE, 13/09/1927, p. 04.

<sup>1009</sup> O SITIÁ, 06/08/1926, p. 19.

<sup>1010</sup> O NORDESTE, 06/05/1927, p. 05.

<sup>1011</sup> PINTO, R. do N. **Coronéis-cangaceiros – os donos do Sertão**: Senador Pompeu (1914/1925/1928-1930). 1998. 94f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 1998.

Contendas” residia em “Contendas” (São Bento), Miguel Calmon, e tinha como irmãos Ananias, Fenelon e Philemon Magalhães, sujeitos que se tornaram chefes políticos de prestígio na região.<sup>1012</sup> O coronel era apontado na imprensa como “chefe de cangaço” no município e como homem truculento e versado no uso da violência para a resolução dos conflitos.<sup>1013</sup> Não são poucas as matérias narrando as ações de “Zequinha com o seu sequito sinistro”.<sup>1014</sup>

No mapa do medo elaborado pela imprensa, há inúmeras associações entre cangaço, medo e violência nos sertões, valendo-se de estratégias retóricas e estéticas que se repetem para a composição das notícias e chamando atenção para os detalhes das “scennas de revolante vandalismo” diuturnamente “praticadas na cidade de S. Pompeu, á luz do dia”.<sup>1015</sup> Estas notícias, muitas vezes, eram narradas, ora com detalhes folhetinesco, ora complementadas com depoimentos de pessoas “insuspeitas” ou “idôneas”. Em alguns casos, são os boatos e rumores que abalizam a “marcha dos bandidos”, ampliando a sensação de medo e perigo constante. A seguir, discutimos com mais detalhes a construção dos boatos e suas implicações no período.

## 6.2 A produção social do boato: do visível ao invisível do medo

Na noite do mesmo dia continuando os boatos, ainda mais alarmantes, o sr. Prefeito transmittiu um segundo telegramma concebido nestes termos: “Desembargador Presidente do Estado – Fortaleza – Confirmadas noticias achar-se grupo Lampeão Limoeiro – Estamos possibilidade ser atacados face audacia recente ataque Mossoró (...)”.<sup>1016</sup>

Os espaços sertanejos são produtos de tramas tecidas em meio a um conjunto de práticas entrelaçadas e saberes que implicam relações de poder.<sup>1017</sup> E é nesse emaranhado de saberes e práticas que se inserem os discursos da imprensa cearense. Nesse caminho, as chamadas eram compostas por letras enormes e apelos emocionais clamavam pela atenção do leitor, que talvez lesse com certo temor uma página em que se falava da “columna sinistra” que

<sup>1012</sup> Zequinha foi prefeito de Senador entre os anos de 1922 e 1926 e apoiou o seu filho, Franco Magalhães, para a gestão seguinte em disputa nas eleições de 1926 com Philemon Benevides Magalhães, seu sobrinho. Ambos de facções políticas rivais, Philemon Magalhães saiu vitorioso. Talvez este fato tenha intensificado algumas das animosidades entre os irmãos.

<sup>1013</sup> SANTOS, F. W. M. dos. “Desarmado, desonrado e humilhado”: Zequinha das Contendas e as tramas do poder local (Senador Pompeu-CE, 1928). *Revista Escrita da História*, [S. L.], Ano IX, vol. 9, n. 18, p. 1-18, jul./dez. 2022.

<sup>1014</sup> A ESQUERDA, 08/03/1928, p. 01.

<sup>1015</sup> O CEARÁ, 02/08/1928, p. 06.

<sup>1016</sup> O SITIÁ, 19/06/1927, p. 01. Grifo nosso.

<sup>1017</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. *Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

“aterra os sertões” em “incursão pela Zona Jaguaribana”<sup>1018</sup>, colocando em risco sua terra. O espaço percorrido pelos cangaceiros era mencionado na imprensa circunscrito pelo caos, pela desordem, pela violência e pelo medo.

Com a sensação de medo espacializado, a necessidade de defesa das cidades era tema constantemente mobilizado pela imprensa, pois havia o medo dos grupos de cangaceiros transporem as fronteiras e atacá-las. Nesse caso, destaca-se a cobertura jornalística que apela para o sentimento de insegurança e o perigo de ser atacado a qualquer momento. Diante do medo de sucumbir ante as “bárbaras ações” dos cangaceiros, as cidades aparecem sempre em alerta máximo, contrapondo a agilidade do crime – e da notícia – e a lentidão da ordem. Notamos que o clima de medo é alimentado pela imprensa e ampliado em notícias, potencializadas também pelas técnicas, pelo tempo, pelo espaço e pela velocidade de sua produção<sup>1019</sup>, reforçando o seu papel como agente na elaboração de memórias coletivas.<sup>1020</sup>

Pensar no potencial da imprensa como amálgama de dadas realidades sociais nos faz observar com atenção outros elementos que, com frequência, foram recorrentes nos jornais do Ceará e nas folhas de estados vizinhos, como o boato e o rumor. Em meio às notícias diárias, telegramas, reportagens e outras menções dando conta da impressionante mobilidade e aparente invencibilidade dos cangaceiros, descritas com detalhes em sua crueza e violência, havia espaço para o horror sobrenatural, o impossível, o improvável e toda sorte de notas envolvendo a temática do cangaço. Assim, o caráter ficcional da imprensa, mais uma vez, faz-se notar na elaboração de identidades e visualidades para este espaço e os sujeitos que o habitam.

A historiografia apresenta excelentes reflexões sobre as notícias falsas, os rumores, os boatos em tempos distintos e comunidades diversas, de modo que recorrer a este tema relacionado ao cangaço, com rigor metodológico, é uma forma de tentar entrever outros elementos do imaginário social da época em que estas notícias foram fabricadas. Afinal, conforme percebeu Marc Bloch (1998) em um ensaio sobre as notícias falsas sobre a guerra, “o erro só se propaga, só se amplia, só vive com uma condição: encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável”.<sup>1021</sup> Portanto, nos impressos analisados, percebemos, no jogo dialógico e incompleto entre o fato e a linguagem<sup>1022</sup>, a presença da circulação de

<sup>1018</sup> O SITIÁ, 21/06/1927, p. 01.

<sup>1019</sup> MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: EdUNESP, 2006. (Paradidático. Cultura).

<sup>1020</sup> CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>1021</sup> BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, M. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p. 180.

<sup>1022</sup> ORLANDI, E.P. Boatos e Silêncios: Os Trajetos dos Sentidos, os Percursos do Dizer. In: ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005.

informações correntes, porém, não confirmadas (e que podiam não ser verdadeiras), os rumores, a publicação de notícias com informações falsas e os boatos.

Os boatos e os rumores aparecem com muito mais frequência durante os pontos de ebulição social. Esta é a linha seguida pelo telegrama enviado pelo prefeito de Quixadá após a fuga de Lampião e do grupo de Mossoró e que abre esta seção. Os “boatos, ainda mais alarmantes”, davam conta das “possibilidades de incursão do famanaz bandoleiro por outras localidades da região, quiza da nossa”.<sup>1023</sup> O que nos leva a pensar, conforme alertou Jean Delumeau em *História do medo no Ocidente* (2009), que “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidos num diálogo permanente com o medo”.<sup>1024</sup>

Um exemplo ao longo da história está apresentado em *O grande Medo de 1789*, de Georges Lefebvre (1979), no capítulo dedicado aos rumores e ao medo de ataques dos bandidos à capital francesa e seus arredores. Os jornais da época os descreviam pela sua alta periculosidade, o que levou, de acordo com Lefebvre, o rei a se apropriar dos rumores para justificar o uso de tropas e formação de milícias em seu combate<sup>1025</sup>, evidenciando razões políticas, uma vez que os bandidos “eram na verdade, (...) composta por trabalhadores desempregados”.<sup>1026</sup> Guardada as devidas ressalvas, boatos e rumores envolvendo o medo de sucumbir ante a ação dos cangaceiros foram mobilizados pela imprensa cearense.

Assim como Lefebvre adverte para o papel dos rumores na elevada tensão durante o “Grande Medo” na França revolucionária, Arlette Farge (1994) também comentou a importância dos boatos e sua interferência, construção e gestão de uma atmosfera de insegurança e medo em momentos de instabilidade política.<sup>1027</sup> Na imprensa cearense, há alguns momentos em que se sobressaem os rumores e boatos diante da atuação de cangaceiros nos sertões do Ceará e suas adjacências, muitos deles associados aos deslocamentos destes sujeitos pelas fronteiras interestaduais.

A produção dos boatos enquadra-se no segundo elemento da Espacialização do Medo, a circulação das notícias. Conforme discutimos ao longo dos últimos capítulos, a vasta gama de colaboradores apontava para a circulação jornais da capital do estado no interior e algumas folhas dos municípios também chegavam à sede. O jornal *O Nordeste*, por exemplo,

---

<sup>1023</sup> O SITIÁ, 19/06/1927, p. 01.

<sup>1024</sup> DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 12.

<sup>1025</sup> LEFEBVRE, G. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>1026</sup> *Idem*, p. 121.

<sup>1027</sup> FARGE, A. *Subversive Words: public opinion in Eighteenth-century France*. Pennsylvania State University Press, 1994.

mandava vendedores de sua confiança para fazer “a venda de todos os jornaes da terra, excepto ‘O Ceará’<sup>1028</sup>, nos trens da Baturité e ao preço de 300 réis”.<sup>1029</sup> Assim, as notícias sobre o cangaço correspondem a um uma *formação discursiva*<sup>1030</sup> instituída pelo medo e estão imersas em “redes de comunicação”.<sup>1031</sup> Na tabela a seguir, oferecemos a distribuição dos boatos e dos rumores presentes nas folhas analisadas.

**Tabela 9**  
**Boatos e rumores sobre o cangaço publicados na imprensa cearense (1922-1928)**

JORNAIS	PERÍODO (1922-1928)							SUBTOTAL
	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	
A Esquerda							10	10
A Imprensa				2	1	1		4
A Ordem		1		1	1	2	1	6
A Lucta	2	1						3
O Sitiá					4	1		5
O Ceará							3	3
O Nordeste	2	1	1		2	26	3	35
<b>Total</b>							<b>66</b>	

**Fonte:** BNDigital; Instituto do Ceará, e BECE, organizado pelo autor.

A partir deste mapeamento foi possível inferir que a maior incidência de boatos e de rumores partiu de impressos da capital e refere-se ao ano de 1927, momento de agudização das matérias sobre o cangaço na imprensa do Ceará.<sup>1032</sup> Percebemos, ao observar os dados da tabela 9, que a maior quantidade desse tipo de notícia foi publicada no jornal *O Nordeste* (53%), especialmente no período da cobertura do deslocamento dos cangaceiros pelas fronteiras interestaduais após a fuga de Mossoró.<sup>1033</sup> Em seguida, também da capital do estado, A

<sup>1028</sup> N’ *O Ceará*, atacado pelo jornal *O Nordeste* por ser frequentemente associado aos ideais comunistas, pode-se ler, na edição de 03 de março de 1927, que “tem a responsabilidade dos jornaes vermelho”.

<sup>1029</sup> O NORDESTE, 18/07/1928, p. 03.

<sup>1030</sup> FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>1031</sup> DARNTON, R. *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>1032</sup> Como notamos, os anos 1920 destacam-se pela quantidade de notícias falsas publicadas na imprensa. Na década anterior, entre os anos 1912 e 1919 e no início do decênio seguinte (1920-1921), verificamos a presença dos rumores e boatos ligados a temas como eleições, manutenção da ordem, entre outros. No entanto, não encontramos notícias dessa natureza relacionadas ao cangaço.

<sup>1033</sup> Conforme já apontamos, *O Nordeste* possuía duas edições diárias e é a folha com maior quantidade de páginas preservadas à qual tivemos acesso. Assim, estes elementos podem contribuir para o número expressivo de notícias.

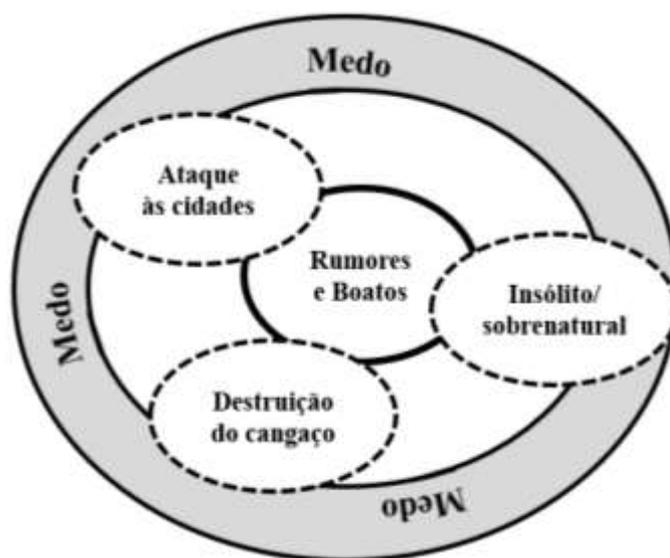
*Esquerda* foi responsável pela circulação de cerca de 15% das notícias falsas e, do interior, destacamos as publicações d'*A Ordem* (9%), seguidas pelas matérias do jornal *O Sitiá* (7,5%).

Partindo da percepção de que o imaginário coletivo sobre determinado período histórico indicava condições de fabricação das notícias falsas, nos foi possível notar alguns sentidos formulados a partir delas. Assim como os boatos durante a Grande Guerra, afirma Bloch (1998), “ora sobreexcitavam” ou “perturbavam os espíritos” e “abatiam as coragens”<sup>1034</sup>, verificamos também, diante da sua variedade, a força dos boatos e dos rumores na sociedade cearense da década de 1920 quando o assunto era a atuação de cangaceiros pelos sertões.<sup>1035</sup> Bloch não deixa de chamar atenção para a análise dos boatos na imprensa, lembrando que ela é fabricada e “forjada pela mão do artífice com um desígnio determinado”.<sup>1036</sup>

Com base nos dados apresentados na tabela anterior (tabela 9), existem pelo menos três fios temáticos que interligam os boatos e rumores à teia de significados materializados nos impressos cearenses. A figura 6, a seguir, apresenta um esquema visual que expressa os sentidos formulados nestas matérias: o medo de ataque às cidades; o insólito/sobrenatural nas ações, e a esperança de eliminação do cangaço.

**Figura 6**

**Tipologia dos assuntos dos boatos e rumores presentes nos jornais do Ceará**



**Fonte:** BNDigital; Instituto do Ceará, BECE. Elaborada pelo autor.

<sup>1034</sup> BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, M. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p. 181-182.

<sup>1035</sup> Apesar de aparecer em menor número, a presença de rumores e boatos também se nota nos jornais dos estados vizinhos, distribuídos da seguinte forma: no Piauí – *A Imprensa* (01); na Paraíba – *O Norte* (02); *O Jornal* (02), e em Pernambuco – *Jornal Pequeno* (03); *Jornal do Recife* (03).

<sup>1036</sup> BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, M. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p. 182-183.

A maioria esmagadora das notícias coletadas refere-se aos rumores de ataque às cidades. Este temor foi ampliado com a larga movimentação dos cangaceiros na década de 1920. Em 1922, por exemplo, *A Lucta*, de Sobral, valeu-se deste componente, trazendo “Boatos” como título de uma de suas matérias. Logo no início do texto jornalístico, o leitor é informado de que, na “Quinta-feira ultima foi a cidade alarmada pelo impressionante boato de que um grupo de cangaceiros daquelles do sul do Estado, acossados pelas polícias de Parahyba, Pernambuco, Rio Grande do Norte”<sup>1037</sup> estavam por ali. Ao continuar a leitura, percebemos os elementos elencados pelo periódico que sustentam as suspeitas, visto que, “considerando que os bandoleiros cearenses, parahybanos, pernambucanos e riograndenses, cercados pelos Estados limitrophes não podiam fugir para o sul, fomos uns dos que deram credito ao boato, mas receiosos de um ataque a esta cidade”<sup>1038</sup> Diante da possível ameaça, o articulista escreve que, na redação, correu para “limpar e embalar um rifle que por aqui temos”.<sup>1039</sup>

Notemos que, para além de uma sociedade paranoica e amedrontada, há elementos que direcionados aos sujeitos gestados também pela violência, afinal, parecia natural a presença de um rifle na oficina, gesto repetido, segundo desconfia a matéria, por muita gente da cidade. Nas duas edições seguintes, o jornal desmente o boato, informando que não se tratavam e cangaceiros: as pessoas pertenciam a um grupo de operários. Observamos o clima de medo alimentado pela imprensa em notícias como estas e seu papel como importante agente atuante na elaboração de memórias coletivas. Desse modo, de acordo com Ploux (2000), o “boato espalha informações certamente falsas, mas muitas vezes plausíveis, e que, sobretudo, se limitam aos campos da política e das relações entre as classes sociais”.<sup>1040</sup>

No sul do estado, os rumores “de pretendido assalto de cangaceiros” à cidade de Milagres também foram recorrentemente noticiados pelo jornal *O Nordeste* em setembro de 1922. A população da cidade, pode-se ler na matéria, “viu-se alarmada, no começo da semana corrente, ante a noticia de que grupos de cangaceiros (...), tencionavam atacar aquella localidade”.<sup>1041</sup> Nesse mesmo decênio, *O Sitiá* noticiou que, em Quixadá, “circularam boatos descontraídos, chegando-se a formular a hypotese de uma invasão da horda de sicários”.<sup>1042</sup>

---

<sup>1037</sup> A LUCTA, 29/03/1922, p 01.

<sup>1038</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1039</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1040</sup> No original: “La rumeur propage une information certes fausse, mais souvent vraisemblable, et qui, surtout, se limite aux domaines de la politique et des relations entre les classes sociales”. Ver: PLOUX, F. L'imaginaire social et politique de la rumeur dans la France du XIX e siècle (1815- 1870). *Revue Historique*, T. 302, Fasc. 2 (614), Avril/Juin, p. 395-434, 2000, p. 397.

<sup>1041</sup> O NORDESTE, 28/09/1922, p. 01.

<sup>1042</sup> O SITIÁ, 19/06/1927, p. 01.

Em Morada Nova, publicou *O Nordeste*, o medo também era constante, especialmente “por se espalhar que os bandidos ameaçavam as fazendas “Calçada” e Barbatão, daquele município”.<sup>1043</sup>

A difusão dos boatos tem um potencial importantes nas notícias de medo e insegurança em uma sociedade que era informada continuamente sobre o fracasso da Polícia Volante no combate ao banditismo, que, “zombando das forças” continuava em ação praticando “depredações e roubos nos municípios” vizinhos, como fazia Massilon, Lampião, Sabino Gomes e outros.<sup>1044</sup> Diante disso, rumores contando da possibilidade de um ataque dos “cruéis bandoleiros” eram completamente assimilados pela população. Assim, uma de suas vantagens é que não dependem exclusivamente dos meios de massa para sua disseminação, mas podem ser difundidos e potencializados por eles. Sua difusão é favorecida pela circunstância que a sociedade cearense estava experimentando “uma atmosfera de medo e incerteza” provocada em tempos de crise.<sup>1045</sup>

Os momentos de agitação e de desarranjos sociais são terrenos fértil para a propagação de notícias falsas e, em suas multiplicidades de formas, expandem-se no emaranhado da vida humana, ganhando contornos mais completos. Os boatos e os rumores disseminados na imprensa cearense podem ter afetado, de forma direta e indireta, a vida prática da população sertaneja daquele período. Ora, mesmo sendo de existência imaginária, a eficácia material do boato não é comprometida, porque ele é “margem opaca onde o dizer não está estabelecido em sua positividade e nem por isso deixa de existir, de fazer sentir seus efeitos”.<sup>1046</sup>

São os telegramas que apontam os efeitos imediatos dos boatos de ameaças de ataques às cidades a partir do deslocamento de cangaceiros pelo território cearense de forma mais precisa. De Morada Nova, um telegrama informava que foi “visto um grupo de dez homens armados” supostamente pertencentes ao grupo de Massilon próximo à cidade. No despacho pode-se ler que a “população, apavorada, está abandonando às pressas os seus lares. Na hora em que telegrapho, está se retirando da cidade a última família”.<sup>1047</sup> Rumores semelhantes são narrados nas cidades de Cascavel e Aracati. O prefeito de Cascavel telegrafou à capital pedindo providências, uma vez que, diante de tais notícias, a população encontrava-se

<sup>1043</sup> O NORDESTE, 24/08/1927, p. 05.

<sup>1044</sup> O NORDESTE, 20/09/1927, p. 01.

<sup>1045</sup> BURKE, P. **Boato forte**. Folha de São Paulo, caderno Mais!, p. 3, 29/11/2004. Ver também: MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 63.

<sup>1046</sup> ORLANDI, E.P. Boatos e Silêncios: Os Trajetos dos Sentidos, os Percursos do Dizer. *In*: ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005, p. 131.

<sup>1047</sup> O NORDESTE, 18/08/1927, p. 04.

alarmada e as “famílias [estavam] retirando-se”.<sup>1048</sup> Em Miguel Calmon, Senador Pompeu, abastados comerciantes e industriais eram obrigados a “retirar-se, abandonando todos os haveres e propriedades”.<sup>1049</sup>

A mobilidade e o medo estão presentes na configuração dos boatos materializados pelos impressos. O exemplo a seguir, ao explorar as possibilidades de incursão de Massilon Leite e Décio Holanda desde Quixadá a Fortaleza, ilustra bem o efeito da Espacialização do Medo:

Um dia destes, o bandido teria transitado pelo município de Quixadá, onde declarou, numa fazenda ali situada, que pretendia visitar os donos de sítios abastados da Serra de Baturité. De Quixadá á Serra são apenas alguns passos. E da Serra a Fortaleza vence-se em poucas horas de automóvel. Porque não virá Décio á Capital, imitando alguns dos seus comparsas, façanhudos protectores do cangaceirismo? Talvez não lhe custasse mais caro que o preço do automóvel...<sup>1050</sup>

Na escalada dos deslocamentos e das ações de cangaceiros em sua travessia pelos sertões, os boatos e os rumores foram usados para ligar os traços descontínuos na composição das notícias na falta de informações oficiais. Um bom exemplo pode ser visto com *O Nordeste*, ao noticiar a passagem de Lampeão e seu grupo por Lavras, no Ceará. Assim podemos ler nesta folha da capital:

As 19 horas de hontem, a estação de Lavras informava o seguinte sobre a marcha de Lampeão no território cearense: (...) o grupo de Lampeão foi visto passando em Bordão do Velho. Os bandoleiros conduziam dois comparsas feridos dentro de redes ensanguentadas. Bordão do Velho fica na divisa com Aurora. Não houve, no entanto, confirmação alguma dessa notícia.<sup>1051</sup>

Nota-se o apelo ao sensacional na construção da notícia e o exagero dramático na condução dos feridos em redes ensanguentadas. Todavia, a notícia era extraoficial, o que não quer dizer que os cangaceiros não tenham passado pela região, aproveitando-se dos limites do município, visando lograr êxito em sua fuga, uma vez que o policial das fronteiras interestaduais eram ainda mais debilitantes.<sup>1052</sup> Isto se repete quando *O Sitiá* noticiou “o encontro de Lampeão com as forças policiais em ‘Gato Bravo’”, complementando que as informações foram dadas

<sup>1048</sup> O NORDESTE, 23/08/1927, p. 08.

<sup>1049</sup> O NORDESTE, 22/09/1927, p. 01.

<sup>1050</sup> O NORDESTE, 23/09/1927, p. 06.

<sup>1051</sup> O NORDESTE, 02/07/1927, p. 01.

<sup>1052</sup> SANTOS, F. W. M. A Espacialização do Medo nos jornais do Ceará: os caminhos dos cangaceiros após o ataque à cidade de Mossoró (1927). In: SANTOS, E. dos. (Org.). **História dos Sertões**: Brasil profundo. 1ed. Aracaju, SE; Caicó, RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023, p. 167-182. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n. 5).

pelo senhor Francisco Alves Teixeira, “encarregado da conservação do Açude Velame”, nas proximidades de Riacho do Sangue, portanto, escreve o jornal, um “testemunho insuspeito”<sup>1053</sup>, respaldando a informação. O jornalista executava o seu labor com as letras e precisava entregar ao leitor um texto com o máximo de informações possíveis.

Um telegrama enviado de Quixeramobim ilustra bem a importância do testemunho oral para a validação da notícia; “segundo informações que merecem fé”, pode-se ler na folha, “um grupo de cangaceiros anda espreitando as fazendas próximas a esta cidade”.<sup>1054</sup> No entanto, apesar do anonimato, há elementos construtivos da probidade do informante, pessoa “insuspeita” e “idônea”, quase um timbre de valor oficial que referenda a informação. Quanto a este recurso, a menção a testemunhos de pessoas “respeitáveis” e que não são “dadas a mentiras” dos quais os jornais do Ceará lançaram mão era uma herança do “império imaterial da oralidade, da palavra empenhada, do compromisso de honra, num quadro somente compreensível em etapas menos complexas da vida social, quando o fio do bigode valia por promissória escrita”.<sup>1055</sup>

Estas relações de troca entre pessoas “tornam fácil a comparação entre os diferentes relatos”, por isso mesmo, “acredita-se firmemente no narrador que vem com grandes intervalos de regiões distantes ou tidas como tais, por caminhos difíceis”.<sup>1056</sup> Contudo, em dado momento, os testemunhos apontam singularmente para “a criação e expansão das falsas notícias”<sup>1057</sup>, alerta Bloch (1998), merecendo atenção e criticidade, visto que a linha que separa o fato e a ficção pode ser tênue durante a fabricação da notícia. Nesse ponto, alguns elementos do insólito e do sobrenatural podem aparecer, desencadeando os imaginários sociais, “mas estas agitações só tem lugar porque as imaginações estão já preparadas e fermentam surdamente”<sup>1058</sup>

Os boatos abrem espaço para o insólito, o sobrenatural e o fantástico, associando-os como explicação possível diante do insucesso da polícia, das fugas impensáveis, ou mesmo da inquebrantável resistência aos ferimentos de bala.<sup>1059</sup> Não foram raras as vozes que atribuíram sua invencibilidade “ao poder de proteções mágicas e de orações específicas e à sua capacidade de aparecer e desaparecer como por encanto”<sup>1060</sup>, ou ainda, conforme Gustavo

<sup>1053</sup> O SITIÁ, 10/07/1927, p. 01.

<sup>1054</sup> O NORDESTE, 22/09/1927, p. 01.

<sup>1055</sup> MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 50.

<sup>1056</sup> BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, M. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p. 193.

<sup>1057</sup> *Idem.*

<sup>1058</sup> *Idem.*, p. 191.

<sup>1059</sup> Folha do Povo, 25/02/1913.

<sup>1060</sup> GRUNSPAN-JASMIN, E. **Lampião, senhor do sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 242.

Barroso (1912), que atribuiu uma espécie de fusão entre o homem e a natureza, na qual o cangaceiro surge e ressurgue como os fenômenos naturais.<sup>1061</sup>

Os elementos da natureza, aliás, também são mencionados como mote explicativo para a fuga do cangaceiro. Abre-se, portanto, na narrativa espaço, a fundamentação pelo insólito.<sup>1062</sup> Uma matéria do jornal *O Ceará* explica o motivo do insucesso da última investida policial chefiada pelo tenente Eurico, comandante de um dos destacamentos cearenses, contra Lampião. A matéria, uma transcrição da *Gazeta do Cariry*, periódico responsável por atualizar sobre as façanhas do cangaceiro, informa que o contingente

(...) abeirouse da toca de Lampeão. Era noite alta, tudo escuro como breu. Nas margens de um açude, a força fez alto; estava proxima da toca almejada. Dois comparsas de Lampeão dirigiam-se em busca da outra margem do açude a procura d'agua; neste momento, um relampago cortou o espaço, clareando o betume da noite: os cangaceiros viram a polícia e gritaram: "inimigo!"<sup>1063</sup>

O portador da notícia, “pessoa respeitável”, narrou ao redator do jornal, sugere à matéria todos os pormenores desse episódio fantástico informando ainda que, após acirrado tiroteio, o grupo conseguiu evadir-se, entranhando-se pela caatinga. Com a chuva, ironiza *O Ceará*, “o rasto de Lampeão, mais uma vez desapareceu...”, restando desse encontro “tão somente a historia patusca deste episodio”.<sup>1064</sup> Estas narrativas demonstram que a composição do insólito parte de elementos do real, “destacando o estreito vínculo entre ambos ao mesmo tempo que evidencia a excepcionalidade da própria realidade”<sup>1065</sup>, podendo, assim, ser historicizadas e analisadas.

Ainda atrelada ao imaginário sobrenatural, em março de 1927, uma publicação d’*O Sitiá* trouxe também elementos do insólito.<sup>1066</sup> A matéria comentava a formação de uma lenda em torno do “inqualificável bandido”, Lampião e sua “actuação maléfica”.<sup>1067</sup> A última e larga coluna explanava a notícia de uma mulher em plena madrugada que “trazia o mais evidente

<sup>1061</sup> BARROSO, G. **Terra de Sol**. 8 ed. Apresentação de Braga Montenegro. Rio-São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2006.

<sup>1062</sup> GAMA-KHALIL, M. M. Imagens insólitas de um crime em *Nós Três*, de Lygia Bojunga. **Aletria**, [S. L], v. 20, n. 3, p. 118-126, set/dez., 2010.

<sup>1063</sup> O CEARÁ, 10/04/1928, p. 04.

<sup>1064</sup> *Idem*, p. 04.

<sup>1065</sup> ZARATIN, D. A. P; TREVISAN, A. L. Imagens do insólito e da historicidade em *Chicos que Vuelven* (2011) e *Nuestra Parte de Noche* (2019), de Mariana Enríquez. **Revista (Entre Parênteses)**, Alfenas, MG, v. 10 n. 2 1-24, 2021, p. 01.

<sup>1066</sup> Para mais detalhes sobre as várias notícias sobre Lampião n’*O Sitiá*, ver: SANTOS, F. W. M. dos. “O poder de todos os grupos de cangaceiros”: o discurso sobre lampião nas páginas do jornal *O Sitiá* (1924-1927). In: Busetto, Á; Palha, C. R. L; Vieira, J. R. (Org.). **Imagens Midiáticas e Mdiatizadas: Temporalidades e Historicidades**. 1ed. Londrina: LEDI, 2022, v. 1, p. 131-148.

<sup>1067</sup> O SITIÁ, 16/03/1927, p. 01.

signaes dos maus tractos recebidos da horda feroz”<sup>1068</sup>, teria avisado de porta em porta o que estaria para acontecer no pequeno vilarejo de Entre Montes, Alagoas. A população correu e transpôs o Rio São Francisco, buscando apoio nos povoados vizinhos. Contou-se que todos se salvaram, mas, desse dia em diante, ninguém mais viu a tal mulher. A população teria sido salva da ferocidade do bandoleiro por uma “aparição sobre natural”.<sup>1069</sup>

A imagem da invencibilidade foi forjada ao longo dos anos e especialmente após os sucessos do cangaceiro Lampião nos combates contra a força volante. Quando o grupo saiu de Limoeiro do Norte em direção a Aurora, buscando o apoio do coronel Isaías Arruda, em sua perseguição, encontravam-se as polícias do Rio Grande do Norte, da Paraíba e, também, do Ceará. Aconteceu, em 20 de junho, um confronto com a tropa triestadual, travando-se demorado tiroteio. Quando o “fogo” parecia menos intenso, o bando conseguiu livrar-se do cerco, porém, perdendo montarias, munições e alimentos, restando apenas aquelas que carregavam consigo.<sup>1070</sup>

No dia seguinte, houve um novo ataque da polícia e feridos dos dois lados. Finalmente, um grande conflito ocorreu na Serra da Macambira. Estima-se, pelos relatos da imprensa que menos de 50 cangaceiros enfrentaram cerca de 400 soldados. O jornal *A Ordem*, por exemplo, publicou um telegrama do tenente Firmo endereçado ao desembargador Moreira, informando: “Nossas forças bem collocadas. Lampeão não poderá romper o cerco. Nestes dois dias daremos fim terrível bando sinistro. Saudações”.<sup>1071</sup> Foi um verdadeiro desastre para a polícia cearense, e o major Moysé de Figueiredo, responsável pelas tropas, foi duramente criticado, “principalmente pela imprensa, que já tinha dado notícia de que a polícia do Ceará tinha cercado os cangaceiros e que eles não poderiam escapar”.<sup>1072</sup>

Em julho de 1927, ao recorrer mais uma vez a Isaías Arruda, Lampeão acabou caindo em uma armadilha. O coiteiro teria entregado o seu esconderijo para a polícia que cercou a fazenda, atirando e ateando fogo na mata para isolar os cangaceiros. A fumaça favoreceu os cangaceiros, que conseguiram romper o cerco e evadir-se. O major Moysés de Figueiredo foi outra vez criticado e acusado de facilitar a fuga, pois, por duas vezes, parecia ter o grupo em suas mãos, e ele misteriosamente conseguiu fugir. Todas essas proezas noticiadas pelos jornais acabaram por aumentar a fama do cangaceiro.

---

<sup>1068</sup> O SITIÁ, 16/03/1927, p. 01.

<sup>1069</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1070</sup> SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938)**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a.

<sup>1071</sup> A ORDEM, 30/06/1927, p. 01.

<sup>1072</sup> CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 115.

Outros boatos frequentes dizem respeito à quantidade de homens chefiados por Lampião. Telegramas do Cariri cearense, publicados n’*A Ordem*, circularam informando que Lampião faria uma “declaração de guerra oficial aos Estados de Parahyba e Pernambuco”<sup>1073</sup> e estaria por ali para recrutar gente, pois seu plano era o de “formar um grupo de 1000 homens, estando o seu estado maior já estabelecido, figurando elle no posto de coronel”.<sup>1074</sup> Ainda em Sobral corria a notícia do ataque de Lampião a Villa Bella, Pernambuco, “aonde está acampado com 400 cangaceiros”.<sup>1075</sup> Semelhante caminho é feito diante das primeiras notícias do ataque de Lampião a Mossoró, dando asas aos rumores de que “300 bandoleiros”<sup>1076</sup> foram mobilizados para o assalto. Nos impressos, a mensagem é direta: só com o “extermínio do famanaz Lampeão e seu renomado grupo” é que terá tranquilidade a “população indefesa, até hoje a mercê dos desatinos de uma súa de malfeitores dos mais famigerados”.<sup>1077</sup>

Retomando a perspectiva apontada por Safatle (2018), o horizonte de expectativa que aproxima esperança e medo na busca de sinais, sejam eles positivos, sejam negativos, faz parte das relações de poder, aqui compreendido como “promessas de êxtase e de superação de limites”<sup>1078</sup>, entreabrindo as portas para algum tipo de gozo. Aproximando das experiências daqueles que viveram o período áureo da violência cangaceira, a esperança se materializa nos impressos a partir dos boatos sobre a destruição e/ou o fim do cangaço, expressos nas notícias sobre as supostas mortes de Lampião.

A primeira delas aparece como epígrafe em 21 de fevereiro de 1926, publicada n’*O Sitiá*, e falava da “morte do renomado bandoleiro” depois do confronto com a volante de Optato Gueiros.<sup>1079</sup> A matéria atribuiu ao suposto feito como “u’a pagina de elevada significação histórica para dois governos (Pernambuco e Parahyba do Norte)”.<sup>1080</sup> O articulista agradece aos responsáveis “ante a realidade do máximo acontecimento que é, sem duvida, a morte do maior bandido de nossos dias, foura o incommensuravel feito”.<sup>1081</sup> Boato, inclusive, que foi divulgado pelo próprio presidente da Paraíba, publicando vários telegramas nos jornais situacionistas.<sup>1082</sup>

---

<sup>1073</sup> A ORDEM, 19/11/1925, p. 01.

<sup>1074</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1075</sup> A IMPRENSA, 05/01/1927, p. 01.

<sup>1076</sup> A ORDEM, 16/06/1927, p. 01.

<sup>1077</sup> O SITIÁ, 26/06/1927, p. 01.

<sup>1078</sup> SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 21.

<sup>1079</sup> Ferreira Neto menciona que os primeiros boatos da morte do cangaceiro aparecem em agosto de 1924. No entanto, não encontramos, nas nossas fontes, referências acerca do assunto. Para mais detalhes, ver: FERREIRA NETO, C. **A misteriosa vida de Lampião**. 2ed. Fortaleza, Premius, 2016.

<sup>1080</sup> O SITIÁ, 21/02/1926, p. 01.

<sup>1081</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1082</sup> FERREIRA NETO, C. **A misteriosa vida de Lampião**. 2ed. Fortaleza, Premius, 2016.

Naquela mesma edição, na seção denominada *Retalhos*, o ar de esperança e de júbilo parece tomar conta de todos que acompanhavam “sua quasi interminável série de crimes”.<sup>1083</sup> Apesar de informar que “são desconhecidos até agora os pormenores da morte de LAMPEÃO”<sup>1084</sup>, na matéria, transparece o sentimento de justiça, alcançada apenas pela penalidade máxima da morte: “Ainda bem que a sua punição tardou mais chegou”<sup>1085</sup>, lia-se n’*O Sitiá*.

Dias depois, “A morte de Lampeão” é o título da matéria publicada em 28 de fevereiro, agora já trazendo algumas dúvidas diante das informações, mas as duas últimas colunas da primeira página foram destinadas aos comentários sobre “o alardeante facto”<sup>1086</sup> com transcrições de telegramas do jornal *A União*, órgão oficial da Paraíba, e de um trecho de publicação do *Diário de Pernambuco*. Mesmo sem confirmação oficial do combate ou de seu desfecho, o jornal sentencia que “pela fonte de onde provieram tais notícias, é de crer-se na sua veracidade”.<sup>1087</sup> Agarrar-se nesse fio, ainda que de frágil sustentação, podia ser um alento, pois, se confirmada “a morte de Lampeão, ficam livres os Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará de um criminoso dos mais temíveis, que, pelos atentados, transformara num verdadeiro flagello para as populações sertanejas”.<sup>1088</sup>

Mais tarde, em 14 de março, podemos ler uma espécie de “errata”, informando que *O Sitiá* não foi o único jornal a noticiar a morte do “célebre bandoleiro”.<sup>1089</sup> De fato, ainda no mês de fevereiro, *A Imprensa*, de Sobral, também havia noticiado a suposta morte do cangaceiro por meio de um “Telegrama procedente de Recife”, no qual dizia “que perseguido pela polícia pernambucana foi morto o bandido Lampeão”.<sup>1090</sup> Para a infelicidade do povo sertanejo, “o facto é inverídico”, diz a matéria encabeçada pelo título “Lampeão não morreu”. Uma coluna inteira traz informações sobre o equívoco e ainda apresenta trechos de “interessante quadrinha cantada em Água Brancas (Alagôas)”<sup>1091</sup>, cuja autoria é atribuída ao cangaceiro.

Ainda no ano de 1926, Lampeão foi novamente “enterrado” pelo governo e pelos jornalistas<sup>1092</sup>. Dessa vez, foi o jornal *O Nordeste* que publicou o boato. Segundo esta folha, corria, mais uma vez “o boato, com algum fundamento, da morte de Lampeão, em consequência de ferimentos recebidos em luta”.<sup>1093</sup> Com uma cobertura menor do que a feita pelo *O Sitiá*, *O*

---

<sup>1083</sup> O SITIÁ, 21/02/1926, p. 01.

<sup>1084</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1085</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1086</sup> O SITIÁ, 28/02/1926, p. 01.

<sup>1087</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1088</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1089</sup> O SITIÁ, 14/03/1926, p. 01.

<sup>1090</sup> A IMPRENSA, 20/02/1926, p. 01.

<sup>1091</sup> O SITIÁ, 14/03/1926, p. 01.

<sup>1092</sup> FERREIRA NETO, C. **A misteriosa vida de Lampeão**. 2ed. Fortaleza, Premium, 2016, p. 88.

<sup>1093</sup> O NORDESTE 11/10/1926, p. 04.

*Nordeste* volta ao assunto perguntando, em quase retórica, “Lampeão ainda está vivo?”<sup>1094</sup> O prefeito do Araripe teria telegrafado, pedindo reforços ao chefe de polícia para combater o cangaceiro, evidenciando “por ahi, quão infundadas são as noticias sobre a morte ou ferimentos (...) do terrível facínora que anda impune pelos sertões, a espalhar o terror no seio das populações do interior”.<sup>1095</sup>

Os rumores e boatos, portanto, não são falas desinteressadas, uma vez que fazem parte das disputas pelo poder, pelo imaginário e por suas significações. O burburinho, o contraditório, o alarde do disse-me-disse e a “renovação prodigiosa da tradição oral, mãe antiga das lendas e dos mitos”<sup>1096</sup>, materializados nos jornais, também ampliam a circulação de ideias, caracterizada, pois, pela “notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação”.<sup>1097</sup> Nesse sentido, “a zona de sombra criada pelo medo é parte da vida social e política”<sup>1098</sup> e aponta indícios de práticas e representações dos indivíduos em múltiplos contextos.<sup>1099</sup>

Do lado oficial, nos telegramas enviados pelos comandantes das forças volantes, os boatos são elencados como partes responsáveis pelo insucesso da força pública no combate ao cangaço. O delegado polícia de Aracati, Abel Ferreira Dantas, informou que a cidade estava calma e que eram infundados os “boatos alarmantes [sobre o] cangaceirismo”<sup>1100</sup> no município. Nessa mesma edição, o telegrama do sargento Soulner, comandante da força volante, solicitava sua ida para “Riacho do Sangue onde consta estarem bandidos”<sup>1101</sup>, visto que os boatos alarmantes de cangaceiros em Cascavel eram sem fundamentos.

Em setembro, o chefe de polícia de Jaguaribe informou não ter “nenhum fundamento [as] noticias [de] incêndios feitos aquelle município”.<sup>1102</sup> O tenente Porfírio, vendo os pedidos de ajuda e a mobilização das tropas para atenderem falsas ocorrências, disse estar “indignado precipitação noticias mentirosas”.<sup>1103</sup> No mês seguinte, Geminiano Nobre, delegado polícia, e o tenente Germano, contam terem averiguado e percorrido os municípios de Quixadá e Cedro, respectivamente “não tendo encontrado roteiro bandidos”.<sup>1104</sup> Pelos despachos, os

<sup>1094</sup> O NORDESTE 13/10/1926, p. 04.

<sup>1095</sup> *Idem*, p. 04.

<sup>1096</sup> BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. *In*: BLOCH, M. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p. 192.

<sup>1097</sup> ORLANDI, E.P. Boatos e Silêncios: Os Trajetos dos Sentidos, os Percursos do Dizer. *In*: ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005, p. 134.

<sup>1098</sup> NOVAES, A. Políticas do medo. *In*: NOVAIS, A. **Ensaio sobre o Medo**. São Paulo: Senac, 2007. p. 09.

<sup>1099</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). *In*: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

<sup>1100</sup> O NORDESTE, 23/08/1927, p. 08.

<sup>1101</sup> *Idem*, p. 08.

<sup>1102</sup> O NORDESTE, 26/09/1927, p. 01.

<sup>1103</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1104</sup> O NORDESTE, 01/10/1927, p. 03.

leitores se acercam de que tais notícias, em sua “maioria boatos são creados por pessôas sem responsabilidades e aprovadas pelas noticias mentirosas”<sup>1105</sup>, dificultando o trabalho da polícia.

Toda a amplitude que os boatos e rumores publicados na imprensa cearense ganham aponta a amplitude da circulação das notícias, operando, assim, a Espacialização do Medo. A persistência dos boatos indica também a transformação do território em espaço político, reivindicado e cartografado por meio da linguagem pleno de significações, que não é fruto apenas de traços naturais, mas também culturais, e o medo parece ser fundante neste processo. O clima de tensão é reforçado pelos impressos em cada chamada e, quando não é o cangaceiro Lampião o alvo das notícias (falsas ou não), outros membros do grupo são mencionados, carregando consigo a sombra e a ameaça de morte. Apostava-se, assim, em uma memória do medo, presentificando-o. A seguir, discutimos a sensação de um presente expresso e *continuum* nas formas de sentir e narrar o tempo pela imprensa.

### 6.3 Narração e repetição: tempos e memórias do medo

Todo telegramma, toda noticia referente ás nossas cousas e os nossos homens hão de trazer, forçosamente, o sello da politicagem ou do cangaço (...). É bem verdade que a gleba cearense atravessa uma phase de insegurança e anarchia.<sup>1106</sup>

Observamos que as transformações técnicas ocorridas nas décadas iniciais do século XX aqui analisadas, somadas aos apelos estéticos e linguísticos incorporados no jornalismo cearense, foram importantes para se delinear, com maior precisão, o que chamamos de Espacialização do Medo. Com a incorporação do telégrafo e do telefone, por exemplo, o tempo entre o evento e a notícia foi encurtado, implementando recursos de instantaneidade para a transmissão entre os pontos. Apesar de seus limites, seu efeito social e cultural criou sentidos de “recenticidade” e “brevidade” na produção das notícias.<sup>1107</sup> Desse modo, os recursos mobilizados a partir das narrativas ajudaram a dar sentido ao tempo, a sua experimentação e às sensações.

<sup>1105</sup> O NORDESTE, 01/10/1927, p. 03.

<sup>1106</sup> A ESQUERDA, 05/03/1928, p. 01.

<sup>1107</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

Na perspectiva micro-espacial, o tempo não é previsível, nem linear, o que nos possibilita observar as “continuidades e descontinuidades históricas no espaço e no tempo”<sup>1108</sup>, ressaltando ainda múltiplas temporalidades simultaneamente. Assim, a análise dos jornais do Ceará e de estados limítrofes indica um complexo “jogo de temporalidades” em suas páginas ao noticiar sobre o cangaço. Conforme aponta De Vito, “o reconhecimento das interações em temporalidades plurais permite entender a mudança histórica como desigual e combinada entre e dentro de regiões”.<sup>1109</sup>

Podemos, assim, falar de sertões temporais articulados narrativamente. Isto implica dizer que o medo presente nas folhas constrói um presente espesso, *continuum*, incessante, em uma suspensão temporal. Esta estratégia discursiva ajuda na permanência do fluxo do medo, traço responsável pela experimentação de terror presente nas páginas dos periódicos, assimilado pela arquitetura da notícia. As chamadas alarmantes, dando ênfase à “descomunal epopéia do terror”<sup>1110</sup>, às “scenas de vandalismo e de horror” e aos “negregados crimes”<sup>1111</sup> do bando “de malfeitores que até hoje, tudo vai levando de vencidas honras, vidas, propriedades”<sup>1112</sup>, têm seu lugar no jornalismo de sensação.<sup>1113</sup> Os elementos linguísticos e estéticos, o apelo às sensações e aos sentimentos, e a repetição foram correntes na elaboração da maior parte das notícias analisadas, construindo tempos e memórias do medo.

Cabe nesta discussão um breve diálogo com o filósofo francês P. Ricoeur e seu *Círculo Hermenêutico*<sup>1114</sup>, pois, na tentativa de compreender o mundo como narrativa, ou seja, dependente das interpretações, das leituras do que se está vivendo, imersos nas relações de poder, é que podemos, nesse sentido, elaborar e reelaborar o tempo. Nas palavras de Ricoeur (2010), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal”.<sup>1115</sup> Desse modo, o tempo como o concebemos é um tempo *idealizado* e construído,

<sup>1108</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 265.

<sup>1109</sup> DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 263.

<sup>1110</sup> A LUCTA, 24/07/1920, p. 01.

<sup>1111</sup> O SITIÁ, 21/02/1926, p. 01.

<sup>1112</sup> O SITIÁ, 30/05/1926, p. 01.

<sup>1113</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>1114</sup> Em seu livro *Tempo e Narrativa*, Ricoeur propõe três estágios, ou seja, três *mímesis* para a compreensão e a recriação do tempo através das narrativas dentro do *Círculo Hermenêutico*: a *mímesis I* seria a referência ao que antecede a configuração textual, ou seja, o vivido, a realidade e suas mediações simbólicas; a *mímesis II* configura-se como o momento da composição, da criação textual e da materialização, dito de outra forma, é a configuração de um discurso devolvendo para o mundo uma narrativa, e a *mímesis III* engloba as várias interpretações da narrativa consolidada.

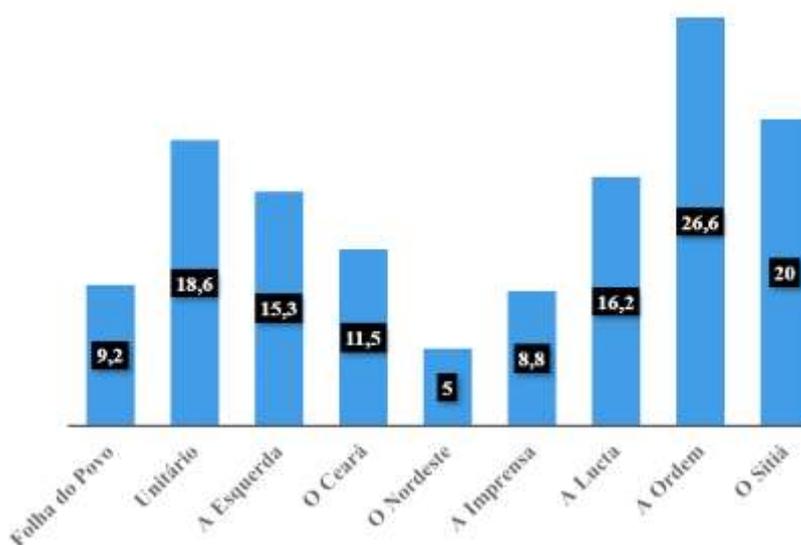
<sup>1115</sup> RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. (Tomo I). São Paulo: Martins Fontes. 2010, p. 17.

uma vez que os sujeitos imaginam o passado, o presente e o futuro. É, portanto, dentro do “jogo de temporalidades” que situamos as notícias sobre o cangaço e a espessa atmosfera de medo que as envolviam.

Após a análise da rede de comunicação que se formou com a presença dos periódicos, seu impulsionamento e a circulação das notícias sobre o cangaço, ampliadas com o deslocamento de cangaceiros pelas fronteiras interestaduais, destacamos aqui o terceiro elemento do medo especializado que se percebe a partir das folhas analisadas: a repetição. Partindo das narrativas de violência e medo, discutimos como a repetição interfere nas formas de sentir e narrar o tempo. Nesta seção, o nosso objetivo foi analisar como os jornais jogam com as temporalidades, atentando para sua materialidade, para a repetição e para a replicação de outras folhas em jornais diários, semanais e bissemanais. O gráfico a seguir indica o percentual de replicações presentes nos jornais do Ceará.

**Gráfico 3**

**Percentual de notícias sobre o cangaço reproduzidas de outros jornais pela imprensa cearense (1912-1928)**



**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE, elaborado pelo autor.

Percebemos que esta era uma prática bastante comum, refletida no expressivo o número de notícias transcritas. No entanto, cabe destacar as particularidades dos contextos que favoreceram as replicações das informações sobre o cangaço. Os jornais do interior, por

exemplo, reproduziram com frequência, notícias de jornais da capital.<sup>1116</sup> Como *A Ordem*, que recorre a esta estratégia para orientar seus leitores “sobre as audaciosas empresas do celeberrimo facinora Virgulino Ferreira da Silva, por alcunha o Lampeão, e o seu bando sinistro”.<sup>1117</sup> Ou *O Sitiá*, que comenta a estadia de Lampeão em Juazeiro e a sua “entrevista concedida a um representante d’*O Ceará* e que foi divulgada por esse brilhante colega”.<sup>1118</sup>

Já os jornais da capital recorreram a muitas transcrições de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo como forma de apresentar a situação do Nordeste narrada pela imprensa de outros estados do país, e, também, de forma expressiva, aos jornais do Cariri cearense, para apresentar “as últimas notícias” sobre os cangaceiros e suas ações nos sertões. Muitas notícias replicadas de jornais da capital da República reclamavam da inércia dos governos e da inoperância da polícia, enquanto as notícias transcritas do interior buscavam apresentar os pormenores da “indústria do banditismo”<sup>1119</sup>, como apresentados pelo “ultimo numero da ‘Gazeta do Cariry’, jornal sempre bem informado sobre esses assumptos”.<sup>1120</sup>

O jornal *O Nordeste* possui uma particularidade neste processo: apesar da baixa quantidade de notícias reproduzidas de outras folhas, ele republica inúmeras notícias de outras edições suas. Assim, uma notícia publicada na edição da manhã pode aparecer novamente na edição da tarde dias depois. É importante nos situarmos sobre estas dinâmicas para compreendermos que os jornais articulam tempo cronológico e não cronológico<sup>1121</sup>, mesclando o tempo contado e o tempo do contar, indo e vindo narrativamente no tempo.

As dinâmicas do “jogo de temporalidades” estão atreladas à periodicidade do jornal analisado, de modo que um jornal diário, semanal ou bissemanal dialoga distintamente com a experiência temporal. Além disso, compete-nos afirmar que o jornal comporta múltiplas temporalidades, muitas vezes em conflito, em suas páginas. No entanto, segundo C. Franciscato (2005), o presente se estabelece como uma dimensão essencial no jornalismo.<sup>1122</sup> Nos jornais analisados, não estão materializadas apenas narrativas sobre os cangaceiros e suas ações, estes relatos, na verdade, se produzem imersos na construção das experiências sociais do presente, sendo estas definições sobre os modos de se experimentar o tempo.

---

<sup>1116</sup> Jornais da Paraíba, como *O Jornal*, e o *Diário de Pernambuco* e *Jornal Pequeno*, de Pernambuco, também tiveram matérias transcritas pela imprensa cearense, quando se avultavam as ações de cangaceiros em seus territórios.

<sup>1117</sup> A ORDEM, 23/06/1927, p. 02.

<sup>1118</sup> O SITIÁ, 21/03/1926, p. 01.

<sup>1119</sup> O NORDESTE, 09/10/1927, p. 04.

<sup>1120</sup> O CEARÁ, 05/04/1928, p. 01.

<sup>1121</sup> RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. (Tomo I). São Paulo: Martins Fontes. 2010.

<sup>1122</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

Tomamos emprestado de L. Matheus a ideia de se pensar nas espessuras do presente, focando na articulação narrativa e, também, no “ritmo com que essas histórias são disponibilizadas e apropriadas”.<sup>1123</sup> Assim, podemos falar em um “tempo linear”, quando o leitor acompanha as notícias e os desdobramentos das ações dos cangaceiros e as investidas da polícia volante de forma cronológica, e, também em um “tempo cíclico”, que reatualiza e mantém, a partir da estrutura das notícias, um vaivém no tempo que transpõe o modelo linear, relembrando outros episódios e sujeitos ao longo das matérias, apontando, assim, um presente espesso, denso e de medo contínuo.<sup>1124</sup>

Partindo da análise das notícias sobre o cangaço catalogadas, o jornal *O Nordeste* sobressai-se no “jogo de temporalidades”, presentificando o medo na narrativa jornalística. O periódico possuía ampla circulação e, como se pode ler em suas páginas, afirmava ser o “Diário de maior assinatura do Estado”<sup>1125</sup>, com duas edições diárias a partir de 1927 (manhã e tarde), logo, percebemos sua solidificação e a exploração das “notícias de sensação” como triunfo das vendas. De fato, como se pode observar, temos os dados da tabela 3, que expressa, em números, que a sua cobertura sobre o cangaço foi superior aos outros jornais analisados. Além de inseridos em uma ampla rede de circulação, com representantes em vários pontos do estado, estes dados apontam indicam sua consolidação entre os grupos letrados.

*O Nordeste* dedicou especial atenção à “marcha dos bandidos” e aos “Ecos da passagem do grupo”<sup>1126</sup> pelo território cearense. É em suas páginas que melhor se pode ter noção do presente contínuo. No início do mês de julho ainda ecoavam as notícias do deslocamento dos cangaceiros após o malfadado ataque à cidade de Mossoró. As chamadas davam conta da urgência das notas: “Últimas notícias de Lampeão”, lê-se em destaque na primeira página do jornal. Ao despistar a polícia de três estados, “O bandoleiro chega, afinal, aos seus acostumados valhacoitos”<sup>1127</sup>, nas proximidades da Serra do Araripe, informa o periódico.

---

<sup>1123</sup> MATHEUS, L. C. **Comunicação, Tempo, História**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011, p. 131.

<sup>1124</sup> O “jogo de temporalidades” muda ao longo do tempo, atrelado aos interesses dos jornais. Nas primeiras décadas do século XX, apontamos, conforme Franciscato, a predominância do presente como temporalidades essencial. No entanto, A. Rego indica que, atualmente, o protagonismo do presente está superado, e futuro é o novo horizonte de busca nas folhas. Para mais detalhes, ver: REGO, A. R. Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez. 2018/mar. 2019. Desse modo, é possível pensarmos em uma gama de possibilidades para se trabalhar as temporalidades a partir dos impressos. Focamos, no entanto, nas narrativas produzidas pelo jornal *O Nordeste* por sua inserção cultural, ampla circulação e ênfase dada à cobertura sobre o cangaço.

<sup>1125</sup> O NORDESTE, 03/05/1927, p. 01.

<sup>1126</sup> O NORDESTE, 04/07/1927, p. 01.

<sup>1127</sup> O NORDESTE, 03/07/1927, p. 01.

No dia seguinte, em 04 de julho, uma pessoa de Limoeiro, de passagem pela capital, informou ao redator que “recebeu comunicação dali dizendo que Sabino Gomes, á frente de 5 cangaceiros, mandou avisar ao povo daquela cidade que iria fazer um ataque á mesma”.<sup>1128</sup> No dia 05 daquele mês, a chamada do jornal dizia que “‘Sumiu-se’, no Cariri, o bando sinistro”.<sup>1129</sup> As aspas indicam que este “sumiço” pode ter se dado pela ineficácia policial, ou ao grande apoio de chefes locais que o bando recebia em todos os estados limítrofes. A sensação, com as notas diárias sobre o deslocamento dos cangaceiros, era de que o medo se espalhava largamente por toda parte.

No “jogo de temporalidades”, o jornal *O Nordeste* mobiliza, dada a sua circulação e inserção cultural, quase completamente, as cinco categorias elencadas por C. Franciscato (2005), a saber: a instantaneidade, a simultaneidade, a periodicidade, a novidade e a revelação pública.<sup>1130</sup> A instantaneidade reforça a noção de predominância do presente, do agora, criando um sentido de brevidade e de instante na produção da notícia. Muitas matérias marcam temporalmente as narrativas, informando, além da data da edição estampada no frontispício de sua página de abertura, outras expressões, como “A ultima hora”<sup>1131</sup>, ou “Os nossos telegrammas de hoje”<sup>1132</sup>, que “surgem para reforçar e qualificar tanto o sentido de imediatez ou rapidez de uma ação quanto de veiculação de um intervalo ínfimo de tempo”.<sup>1133</sup>

Quanto à simultaneidade<sup>1134</sup>, busca-se conduzir o leitor à ideia de que os tempos da narrativa e das ações são quase inseparáveis. Neste caso, esta noção, além de depor em favor das novas tecnologias, agem como forma de alargar o presente espacialmente.<sup>1135</sup> Assim, *O Nordeste* extrapola a experiência física ao noticiar sobre “a actuação do banditismo em vários pontos do interior do Estado”.<sup>1136</sup> Isto é, na tentativa de sincronizar ou descrever vários ambientes, o tempo presente se adensa e se multiplica, podendo ser experimentado por distintos grupos em diferentes espaços.<sup>1137</sup>

<sup>1128</sup> O NORDESTE, 04/07/1927, p. 01.

<sup>1129</sup> O NORDESTE, 05/07/1927, p. 01.

<sup>1130</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

<sup>1131</sup> O NORDESTE, 05/01/19127, p. 01.

<sup>1132</sup> O NORDESTE, 08/07/1927, p. 01.

<sup>1133</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005, p. 113-113.

<sup>1134</sup> Há aqui que se fazer um adendo, visto que, mesmo com as tecnologias e os múltiplos colaboradores a seu alcance, nem todos os jornais das primeiras décadas do século XX conseguiram, efetivamente, articular, de forma satisfatória, a noção de simultaneidade. No entanto, o telégrafo fez com que a aprimorassem bastante.

<sup>1135</sup> KERN, Stephen. **The Culture of Time and Space 1880-1918**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.

<sup>1136</sup> O NORDESTE, 19/08/1927, p. 01.

<sup>1137</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

No jornalismo, a periodicidade se constitui como forma de ordenar o tempo social, controlar e normatizar processos internos e externos em um movimento complexo de harmonia e conflito. O intervalo entre as edições surge para demarcar a linha tênue da atualidade dos eventos. Nesse caso, *O Nordeste*, com duas edições diárias, alimenta o ar de urgência diante dos temas tratados.<sup>1138</sup> O jornal fragmenta e opera cortes em algumas narrativas sobre o cangaço, interferindo no ritmo da vida cotidiana, garantindo “continuidade ao noticiário” através do “perpétuo adiamento de todas as explicações. O fluxo do medo sobrevive exatamente do fornecimento de conclusões parciais a cada nova edição”.<sup>1139</sup>

A novidade é a matéria-prima do jornalismo e está associada à modernidade, à velocidade e à inovação, marcando uma forma específica da temporalidade jornalística. Esta categoria busca descrever as expectativas de ampliação do tempo presente experimentada socialmente, produzindo, assim, “um relato padronizado sobre novas ações, situações, debates e opiniões, entre outros, que tenham relevância para uma coletividade”.<sup>1140</sup> Os títulos das matérias publicadas n’*O Nordeste* apontam a urgência e a renovação “Ainda do roubo do correio de Barbalha”<sup>1141</sup>; das “novas ameaças dos bandidos”<sup>1142</sup>, e dos “Novos pormenores do monstruoso atentado”<sup>1143</sup>, que parecem atualizar os eventos e ampliam os ecos do medo. A percepção de novidade está também na permanente relação “do leitor com a narrativa do jornalismo, ou seja, com a inserção periódica do jornal no cotidiano”<sup>1144</sup> e das expectativas criadas pela própria sociedade.

A revelação pública, por fim, busca, por meio da apuração jornalística, revelar e publicizar fatos, conferindo-os atualidade “no momento em que (...) desfaz barreiras de ‘segredo’ e veicula esses conteúdos para informação e debate público”.<sup>1145</sup> É o que se observa n’*O Nordeste*, insistindo que o fracasso das batidas policiais se dava porque “o grupo tem protectores que o auxiliam a fugir da policia”<sup>1146</sup>. Em seguida, em letras garrafais, estampa que

---

<sup>1138</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

<sup>1139</sup> MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 75.

<sup>1140</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005, p. 147.

<sup>1141</sup> O NORDESTE, 01/09/1927, p. 04.

<sup>1142</sup> O NORDESTE, 27/09/1927, p. 01.

<sup>1143</sup> O NORDESTE, 05/11/1927, p. 01.

<sup>1144</sup> MATHEUS, L. C. **Comunicação, Tempo, História**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011, p. 138.

<sup>1145</sup> FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005, p. 159.

<sup>1146</sup> O NORDESTE, 21/08/1927, p. 01.

foram “Denunciados, os protectores do bando sinistro”.<sup>1147</sup> Depois de muitas denúncias e investigações, o jornal anuncia que Matos Peixoto, já no início de seu governo, demitia diversas autoridades de Aurora e Missão Velha, iniciando, assim, “o seu programma de moralização, negando-se a qualquer contacto directo ou indirecto com os chefes de cangaço”.<sup>1148</sup>

Esta dinâmica ajuda a sedimentar o tempo presente simbolicamente. Para Franciscato, o discurso jornalístico interfere diretamente na construção do tempo enunciado, visto que a própria estrutura da notícia apresenta elementos que dão sentido ao presente por meio das suas regras discursivas. As lacunas entre os eventos foram preenchidas por outros periódicos de periodicidade distintas, o que ajuda a ampliar a espessura do presente, garantindo a sensação de continuidade do medo. A linguagem escolhida e os termos adotados, além da estrutura e o local ocupado pela notícia, remetem a ideologias materializadas nos impressos. Estes escritos fornecem uma imagem que envia e recebe mensagens “ao mesmo tempo em que reproduz e comunica um poder político”<sup>1149</sup>, influenciando diretamente no entendimento sobre a sociedade. Portanto, a quantidade de notícias tem efeito direto na consolidação da memória do medo.

Os jornais agendam e rememoram acontecimentos, e estabelecem relações com o presente, com os interesses de seu tempo, inserindo-os nas disputas políticas locais, estaduais e federais, além de apontar para múltiplas construções da memória do medo nos periódicos, evidenciando as suas singularidades.<sup>1150</sup> Ora, enquanto os jornais do Ceará e Paraíba mencionavam as ações violentas dos cangaceiros e a eminência de morte que eles carregavam, os jornais do Rio Grande do Norte inverteram a narrativa ao longo de 1927, passando não somente a falar de Lampião como a “majestade do crime e do terror” de “alma diabólica de pervertido”<sup>1151</sup>, mas também sobre a “bravura dos nossos civis!” e as “trincheiras heroicas” que repeliram o “maior grupo de cangaceiros do Nordeste”.<sup>1152</sup> O grupo, “destroçado após 4 horas de renhida lucta”<sup>1153</sup>, foi expulso da cidade e buscou asilo no território cearense. Assim, o jornal reforçava a imagem da resistência mossoroense e, no jogo político, indicava o Ceará como refúgio do banditismo.

---

<sup>1147</sup> O NORDESTE, 23/08/1927, p. 01.

<sup>1148</sup> O NORDESTE, 19/07/1928, p. 04.

<sup>1149</sup> FINATTO, R. A; FARIAS, M. I. A Cartografia Social como recurso metodológico para o ensino de Geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 25, p. 1-28, jan./mai, 2021, p. 7-8.

<sup>1150</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). *Micro-Spatial Histories of Global Labour*. London: Palgrave, 2018.

<sup>1151</sup> O MOSSOROENSE, 19/06/1927, p. 01.

<sup>1152</sup> CORREIO DO POVO, 19/06/1927, p. 01.

<sup>1153</sup> *Idem*, p. 01.

A memória do medo mediante os acontecimentos narrados pelos impressos une diferentes grupos em torno de uma representação comum em um permanente esforço interpretativo social centrado nas ações dos cangaceiros, ampliando o sentimento de ansiedade e desamparo. Telegramas enviados de Acarati e de Jaguaribe indicam que o “terror apoderouse das famílias” e que a população estava “alarmada deante de tão horrível situação”.<sup>1154</sup> As memórias do major Moisés Figueiredo, publicadas em sua defesa sobre a campanha de 1927, descrevem a situação da cidade de Limoeiro: “O panico, actuando fortemente em seus habitantes fel-os fugir. Em toda a cidade, é um facto presenciado por muitos, não havia mais de dez pessoas”.<sup>1155</sup> Desse modo, “o jornal ancora sua narratividade nos acontecimentos e a própria narrativa se torna um novo acontecimento, ou seja, torna-se nova prefiguração de um novo circuito de comunicação”<sup>1156</sup> do círculo hermenêutico.<sup>1157</sup>

A memória do medo é, portanto, forjada na tensão entre o presente *continuum*, ou, para usarmos as palavras de W. Benjamin, o passado carregado de agoras.<sup>1158</sup> Assim, este “passado-presente”, como um conjunto de experiências acumuladas e um espaço composto pelas coisas já conhecidas<sup>1159</sup>, isto é, as múltiplas narrativas de violência e medo associadas ao cangaço, tensiona as expectativas de futuro diante dos eventos narrados pelos jornais. O “jogo de temporalidades” articulado nos impressos aponta uma sociedade paranoica e desamparada, e exprime as crises entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”.<sup>1160</sup>

Partimos, dessa maneira, da ideia de que a experiência se refere ao “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”<sup>1161</sup>, mesclando as elaborações racionais e, também, as inconscientes, sendo, assim, “transmitida por gerações e instituições”<sup>1162</sup> (como os jornais, por exemplo), pois, nela, há e conservam-se experiências sociais coletivas. A expectativa se relaciona a sensações que buscam o futuro, projetando anseios, medos e esperança, logo, percebe-se um passado que não quer passar materializado nas folhas analisadas. As projeções que aparecem nos jornais indicam um “horizonte de

---

<sup>1154</sup> O NORDESTE, 16/08/1927, p. 01.

<sup>1155</sup> A ESQUERDA, 22/05/1928, p. 01.

<sup>1156</sup> MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 76.

<sup>1157</sup> RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. (Tomo I). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

<sup>1158</sup> BENJAMIN, W. **O Anjo da História**. Organização e tradução de João Barreto. 2 ed. 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

<sup>1159</sup> BARROS, J. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

<sup>1160</sup> KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, EdPUC-Rio, 2006.

<sup>1161</sup> *Idem*, p. 309.

<sup>1162</sup> *Idem*, p. 309-310.

expectativa” levado ao longo dos anos e das demais administrações, ao mesmo medo, experimentado cotidianamente. Ao comentar a situação do Cariri cearense, *O Nordeste* é categórico: “Restará ainda para o futuro esta pagina de sangue para insuflar a propensão do jovem para a vindicta, uma vez que os governos não tomam as medidas que o caso requer”.<sup>1163</sup>

As narrativas de violência na construção das notícias sobre o cangaço dão corpo e continuidade ao medo durante todo o segundo semestre de 1927. Telegramas vindos de Limoeiro do Norte informavam que muitas fazendas nos arredores da cidade foram saqueadas e que “o panico vae augmentando cada vez mais”.<sup>1164</sup> Por onde passavam os cangaceiros, apenas medo e destruição restavam. “E as providências do governo?”<sup>1165</sup>, questionava o jornal, diante da ineficácia da força pública que os perseguia. Talvez por isso a permanência da atividade cangaceira que permitia Massilon continuar “impune e desembaraçadamente” a “obra começada por Lampeão” no baixo Jaguaribe.<sup>1166</sup>

O medo continua a ser operacionado, indicando a sensação de insegurança que acompanhava as notícias, adensando o presente e implodindo o “horizonte de expectativa”. Os telegramas diziam que vários fazendeiros foram saqueados no município de Riacho do Sangue pelo grupo de Massilon, entre eles, Néas Ribeiro, José Nogueira, José Abrahão, Antonio Calisto e Maria da Raiz. No município de Jaguaribe, Manoel Marques, Manoel Barbosa e Francisco Miá foram roubados, segundo *O Nordeste*.<sup>1167</sup> Dias mais tarde, o jornal repetiu as notícias que lamentavam o “êxodo das famílias de Jaguaribe para a capital e outros pontos do Estado”<sup>1168</sup>, cobrando providências do governo. A imprensa atacava os governantes em matérias que questionam a sua associação com cangaceiros: “Protectores e socios do bandoleiro no Ceará, Pernambuco e Paraíba?”.<sup>1169</sup> A denúncia era, pois, uma forma de cobrar maior efetivo policiamento na sociedade moderna que se pretendia pacífica e ordeira, mas que definhava “sem garantias, entregue à sanha dos bandoleiros”.<sup>1170</sup>

A memória do medo construída pela imprensa ultrapassou o noticiário, os rápidos telegramas, ou o artigo mais demorado, pois se adensa a partir de outros elementos presentes nos jornais, como as fotografias e as cartas enviadas por seus leitores. A fotografia é parte do elo construtivo de identidades sociais, consolidando e preservando memórias individuais e

---

<sup>1163</sup> O NORDESTE, 04/01/1923.

<sup>1164</sup> O NORDESTE, 11/08/1927, p. 04.

<sup>1165</sup> O NORDESTE, 16/08/1927, p. 01.

<sup>1166</sup> *Idem*, p. 01

<sup>1167</sup> O NORDESTE, 17/08/1927, p. 01.

<sup>1168</sup> O NORDESTE, 20/08/1927, p. 05.

<sup>1169</sup> O NORDESTE, 23/08/1927, p. 04.

<sup>1170</sup> O NORDESTE, 31/08/1927, p. 01.

coletivas.<sup>1171</sup> Conforme observou M. Pollak (1992), podemos falar, portanto, de uma estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade, ou seja, o sentimento da imagem de si em jogo nesta construção. Neste processo, destacam-se três elementos: a unidade física; a continuidade dentro do tempo, e o sentimento de coerência, operando na construção de identidade de uma imagem de si, para si e para os outros. Entrementes, memórias e identidades são valores em disputas e tensões negociadas e, portanto, não essencializadas. Estes conflitos se fazem presentes também em memórias constituídas de grupos mais organizados (grupos políticos, sindicatos) ou informais<sup>1172</sup>, além da imprensa.

Nos deparamos, diante do material analisado, com algumas fotografias de cangaceiros na imprensa cearense, destacando os jornais *O Nordeste*, com uma imagem em 1927, e *O Povo*, com uma fotografia em 1928.<sup>1173</sup> Nos jornais dos estados vizinhos, elas começam a aparecer antes, como o *Jornal Pequeno*, que traz uma imagem em 1914, outra em 1925, três em 1926, e três em 1928. Além destas, as fotografias também estão presentes em folhas do Rio Grande do Norte, como *O Mossoroense* de 1927. A tabela a seguir nos oferece uma dimensão visual da distribuição das imagens.

**Tabela 10**

**Fotografias de cangaceiros publicadas em jornais do Ceará e de estados vizinhos**

JORNAL	ESTADO				
	Ceará	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte
O Nordeste	1		6		3
Jornal Pequeno					
Correio do Povo					
O Povo	1				
<b>TOTAL</b>			<b>12</b>		

**Fonte:** BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE, elaborada pelo autor.

<sup>1171</sup> Pensar em “identidade cultural” ou “identidades coletivas”, segundo J. Candau, é ter o cuidado para não extrapolar esta noção, apontando como se a unidade partilhasse deste estado e, ao mesmo tempo, o cuidado ao definir como marcas da protomemória, haja vista que há inúmeras estratégias identitárias adotadas pelos membros de uma sociedade do que, mera e passivamente, a reprodução de hábitos incorporados passivamente. Ver: CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>1172</sup> POLLAK, M. Memória e identidade nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 200-212, 1992.

<sup>1173</sup> As folhas do Ceará apresentam uma quantidade maior a partir de 1930. Isso se dá graças ao sucesso da empreitada de Benjamin Abrahão, filmando e fotografando Lampião e seu grupo.

Atuando como uma perpetuadora de memórias, “o espaço recortado, fragmentado” e “o tempo paralisado” surge em “uma fatia de vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem”<sup>1174</sup>, as fotografias suscitam múltiplas leituras.

Essa perpetuação só é possível quando “(...) os conteúdos fotográficos são reproduzidos de alguma forma”, preservando a “memória visual de microaspectos do passado”.<sup>1175</sup> Estratégia mobilizada pelos impressos, conforme observamos na figura a seguir. Esta fotografia apresenta Antônio Silvino descabelado e com a barba por fazer, “photographado (...) na Casa de Detenção”<sup>1176</sup> de Recife para o *Jornal Pequeno*. Esta imagem mostra o cangaceiro com aspecto frágil, apesar do texto chamar atenção para a robustez de seus “traços physiomicos”.<sup>1177</sup>

**Figura 7**

**Antonio Silvino fotografado na Casa de Detenção de Recife**



**Fonte:** JORNAL PEQUENO (01/12/1914, p. 01).

<sup>1174</sup> KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, p. 133.

<sup>1175</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>1176</sup> JORNAL PEQUENO, 01/12/1914, p. 01.

<sup>1177</sup> *Idem*, p. 01.

Após esta publicação, temos um enorme hiato até a segunda imagem: em matéria de 1925, os leitores são informados que a fotografia foi encontrada pelo tenente Germano Solon de França, da polícia cearense, após combate e fuga dos bandidos “em desordenada carreira”.<sup>1178</sup> No ano seguinte, a mesma fotografia volta a aparecer, dessa vez informando que ela foi produzida “quando os bandidos estavam reunidos por ocasião de uma festa em Patos”.<sup>1179</sup> Nesta edição noticia-se a morte do já célebre cangaceiro, elogiando a “actuação eficiente da brava força pernambucana” e informando o “ajuntamento de numerosas pessoas em frente às redacções dos jornaes”<sup>1180</sup> ávidas por novidades sobre o assunto.

### Figura 8

#### Lampeão e outros cangaceiros posam para fotografia<sup>1181</sup>



Fonte: JORNAL PEQUENO (03/07/1925, p. 03).

<sup>1178</sup> JORNAL PEQUENO, 03/07/1925, p. 03.

<sup>1179</sup> JORNAL PEQUENO, 13/02/1926, p. 03.

<sup>1180</sup> *Idem*, p. 03.

<sup>1181</sup> Na fotografia há uma legenda apontando os sujeitos presentes na imagem: “1 – Virgulino Ferreira da Silva, vulgo LAMPEÃO, chefe do bando sinistro. 2 – Antonio Ferreira da Silva, irmão de Lampeão. 3 – Antonio Roseo, assassinado por Livino, irmão de Lampeão, no lugar Cipó, em Pajehú (Pernambuco). 4 – Triburtino, filho de José Ignácio, do sitio Barro. 5 – Bandido conhecido por Cajueiro. 6 – José Dedé, morto por ocasião do trucidamento do Cel. Gonzaga, em Belonte (Pernambuco). 7 – Bandido conhecido por Meia-Noite, morto no ataque da cidade de Patos (Parahyba). 8 Antonio Taruga, vulgo CHÁ PRETO, morto em lucta no lugar Gangorra, próximo da cidade de Milagres (Ceará), pela força sob o commando do tenente Germano, em 18 de abril de 1925. 9-10-11 – Os três Virgílios. 12 – Bandido conhecido por GRAVETO, morto por MEIA-NOITE. 13 – Bandido conhecido por MOURÃO. 14 – Antonio Saturnino. 15-16-17 – Ignoram-se os nomes”. Ver Jornal Pequeno, de 03 de julho de 1925, p. 03.

Ainda em 1926, em 30 de março, é estampada fotografia de Lampião e seu irmão, Antônio, quando de sua estadia em Juazeiro do Norte.<sup>1182</sup> No mês seguinte, um “interessante documento autographo do cerebre faccinora”<sup>1183</sup> é replicado do *Correio do Ceará*, mostrando o cangaceiro vestindo o uniforme do Batalhão Patriótico.

**Figura 9**

**Lampião seu irmão, Antônio (1926)**



Fonte: JORNAL PEQUENO (30/03/1926, p. 03).

**Figura 10**

**Lampião em Juazeiro (1926)**



Fonte: JORNAL PEQUENO (10/04/1926, p. 03).

As fotografias foram produzidas por ocasião da estadia de Lampião em Juazeiro, informa o jornal, mencionando, ainda, a entrevista que o “representante d’*O Ceará*, no Joazeiro, obteve do bandoleiro”.<sup>1184</sup> A folha aproveita para criticar o padre Cícero, que além de suspenso de ordem, não repeliu ou mandou prender o cangaceiro, que estaria ali “com intuítos patrióticos”.<sup>1185</sup> A publicação de 10 de março estampou a imagem da direita em suas páginas,

<sup>1182</sup> JORNAL PEQUENO, 30/03/1926, p. 03.

<sup>1183</sup> JORNAL PEQUENO, 10/04/1926, p. 03.

<sup>1184</sup> JORNAL PEQUENO, 30/03/1926, p. 03.

<sup>1185</sup> *Idem*, p. 03.

seguida pela transcrição da entrevista, um “interessante documento autographo do célebre faccinora”.<sup>1186</sup>

A edição de março de 1927 traz a imagem do cangaceiro Beija-Flor, “uma energia moça a serviço do cangaço”<sup>1187</sup>, recolhido na Penitenciária de Recife. Um ano depois é a foto de Gavião, o cangaceiro que “só brigava cantando”<sup>1188</sup>, no alto de seus dezoito anos.<sup>1189</sup> conforme se nota nas figuras 11 e 12.

**Figura 11**

**Beija-Flor na Penitenciária de Recife**



Fonte: JORNAL PEQUENO (16/03/1927, p. 03).

**Figura 12**

**Fotografia de João Donato, o Gavião**



Fonte: JORNAL PEQUENO (01/03/1928, p. 01).

As duas últimas datam de dezembro de 1928, sendo a primeira composta de 16 pessoas posando em frente à Casa de Detenção sem os característicos trajes de guerra<sup>1190</sup> (conforme observa-se na figura 13, a seguir), e a segunda é uma imagem de Lampião já

<sup>1186</sup> JORNAL PEQUENO, 10/04/1926, p. 03.

<sup>1187</sup> JORNAL PEQUENO, 16/03/1927, p. 03.

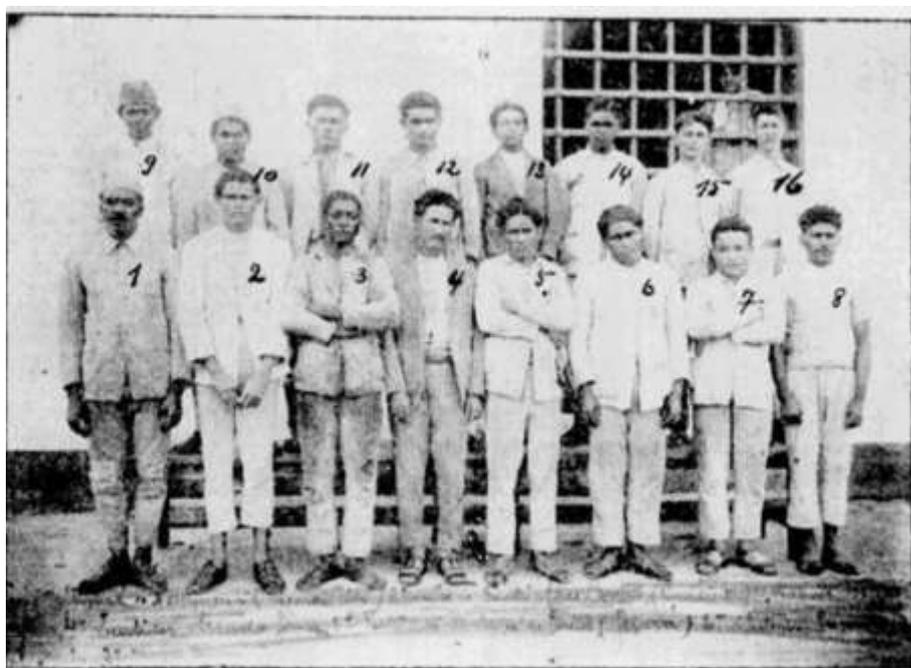
<sup>1188</sup> JORNAL PEQUENO, 01/03/1928, p. 01.

<sup>1189</sup> As edições de abril e outubro de 1928 trazem fotografias da Força Volante do capitão Nelson Leobaldo e do tenente Arlindo Rocha, respectivamente, ambas em primeira página, com destaque ao combate ao cangaço.

<sup>1190</sup> JORNAL PEQUENO, 20/12/1928, p. 01.

publicada anteriormente, mas agora com um recorte contendo apenas o cangaceiro sem seu irmão, fazendo referência às suas ações na Bahia.<sup>1191</sup>

**Figura 13**  
**Cangaceiros em frente à Casa de Detenção<sup>1192</sup>**



Fonte: JORNAL PEQUENO (20/12/1928, p. 01).

O texto da matéria informa que depois de um longo período “implantando o terror e a anarquia por todos os recantos da zona sertaneja” o grupo foi “desbaratado” graças a “atitude enérgica e decisiva da policia”.<sup>1193</sup> Os cangaceiros foram julgados e condenados em comarca distante de “onde praticaram os crimes revoltantes, acobertados por um proteccionismo indecoroso”.<sup>1194</sup> Reforça-se, a partir destes exemplos, a ideia de que as fotografias, que a evidência fotográfica serve a interesses diversos, sejam eles da imprensa, da

<sup>1191</sup> JORNAL PEQUENO, 27/12/1928, p. 01.

<sup>1192</sup> Ao fim da matéria são apresentados os cangaceiros presentes na imagem. São eles: 1 – Francisco Miguel do Nascimento, vulgo “Passaro preto”; 2 – Antonio Quelé Alves Bezerra, vulgo “Candieiro”; 3 – Manoel Torquato de Amorim; 4 – Euclides Arsenio Gomes; 5 – Torquato Domingos de Farias, vulgo “Guará”; 6 – Antonio Gregorio da Silva, vulgo “Braúna”; 7 – João Donato Rodrigues, vulgo “Gavião”; 8 – José Agostinho Netto, vulgo “José RRufino”; 9 – Domingo dos Anjos Oliveira, vulgo “Serra Uman”; 10 – Genezio Vaqueiro de Souza, vulgo “Mourão”; 11 – Isaias Vieira de Souza, vulgo “ZabelÊ”; 12 – Benedicto Domingos de Farias; 13 – Manoel Soares Calda, vulgo “Ventania”; 14 – Ruffino dos Anjos Oliveira; 15 – Camillo Domingos de Farias, vulgo “Pirulito” e 16 – Arthur Gomes da Silva, vulgo “Beija-Flor”. Ver Jornal Pequeno, edição de 20 de dezembro de 1928, p. 01.

<sup>1193</sup> JORNAL PEQUENO, 20/12/1928, p. 01.

<sup>1194</sup> *Idem*, p. 01.

polícia ou do estado.<sup>1195</sup> Cabe ao historiador encará-la como uma evidência aceitável<sup>1196</sup>, um documento-monumento que decomposto, nos oferecem pistas de sua produção.<sup>1197</sup>

Do Rio Grande do Norte, destacamos as fotografias que aparecem no jornal *Correio do Povo* (1927). O periódico publicou duas fotos do “asqueroso bandido José Leite de Sant’anna, vulgo Jararaca”<sup>1198</sup> em junho daquele ano. Além destas duas imagens, publicou também uma terceira: a fotografia do bando de Lampião tirada em Limoeiro, cuja notícia mencionava “ainda o frustrado ataque de Lampião a Mossoró”.<sup>1199</sup> Esta mesma foto aparece no jornal cearense *O Nordeste* em agosto de 1927, com o título “O bando de Massilon em ação”.<sup>1200</sup> Destacamos, portanto, o processo de construção da memória do medo incluso na fotografia presente no jornal *O Nordeste*.<sup>1201</sup>

### Figura 14

#### Fotografia do bando de Lampião em Limoeiro



Fonte: O NORDESTE (17/08/1927, p. 01, edição da tarde).

<sup>1195</sup> KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

<sup>1196</sup> BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

<sup>1197</sup> LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

<sup>1198</sup> CORREIO DO POVO, 26/06/1927. Uma análise dos discursos produzidos sobre o cangaceiro “Jararaca” pode ser lida na tese de Cid Augusto da Escóssia Rosado (2021). Ver: ROSADO, C. A. da E. **Poder, mídia e discurso na "canonização" do cangaceiro Jararaca**. 2021. 208f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>1199</sup> CORREIO DO POVO, 26/06/1927, p. 02.

<sup>1200</sup> O NORDESTE, 17/08/1927, p. 01.

<sup>1201</sup> Há também uma foto, em 1928, de cangaceiros perfilados junto da força pública, “antes da partida para o Alto do Leitão, onde foram os criminosos fuzilados e sepultados”. Ver a edição de 14 de janeiro do jornal *O Povo*.

A fotografia ilustra um telegrama contendo uma extensa lista de fazendeiros de Riacho do Sangue que foram saqueados pelos cangaceiros, além de mencionar os prisioneiros que seguiam com o grupo. O texto chama atenção para o perigo já anunciado tantas vezes, porém, sem a devida atenção das autoridades. Após a imagem, a legenda inserida situa os leitores: “Os bandoleiros por ocasião da sua passagem no Limoeiro (16 -VI – 1927)”.<sup>1202</sup> A fotografia foi tirada por Chico Ribeiro no dia 15 de junho daquele ano, em Limoeiro do Norte, e revelada em Mossoró. Há um hiato de dois meses entre o fato e a publicação da foto e não há menção do responsável pela fotografia na matéria, aparecendo ali como uma ilustração da notícia.

O periódico indica que, na imagem, “Massilon é o 4º no primeiro plano, a contar do lado esquerdo. – Lampeão é o 6º. Na mesma fila, tem-se que “Mormaço”, preso ultimamente no Crato, é o que está tocando corneta”.<sup>1203</sup> Devemos lembrar que a população cearense era, em sua maioria, analfabeta, de modo que “a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação através da imagem”.<sup>1204</sup> Afinal, a imagem é também uma forma de leitura.

Observando a fotografia conforme esta aparece no jornal, podemos dialogar com o que Boris Kossoy (2016) chamou de *primeira e segunda realidade*. Lembramos que a fotografia é um recorte, parte de escolhas e interesses presentes desde o posicionamento da câmera. Assim, atentamos para o processo de montagem, de pose com as ornamentações e de construção cênica, o que equivale, dessa maneira, à *primeira realidade*.<sup>1205</sup> Após este momento, a fotografia ganha outra dimensão e significados, englobando uma leitura múltipla, oferecendo interpretações e expectativas. É a *segunda realidade*.<sup>1206</sup> É este o sentido de interpretação que a foto publicada n’*O Nordeste* sugere ao alertar para o perigo do grupo e a destruição que eles estariam causando, o que nos permite traçar uma cartografia do medo.

A imagem como instrumento documental da realidade também produz narrativas e memórias, oferecendo elementos para pensar no tempo em que ela foi construída.<sup>1207</sup> Ademais, ela carrega múltiplas leituras e está imersa em tensões entre os interesses de sua produção e

<sup>1202</sup> O NORDESTE, 17/08/1927, p. 01.

<sup>1203</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>1204</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 32.

<sup>1205</sup> KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 5 ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2016.

<sup>1206</sup> *Idem*.

<sup>1207</sup> MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

divulgação. Qualquer texto (ou imagem) passa pelo que P. Ricoeur chamou de refiguração, isto, é, vai da configuração interna ao alcance que exerce fora dele, produzindo novos sentidos.<sup>1208</sup>

A fotografia presente no *Correio do Povo* é apresentada chamando atenção para o fracasso do ataque de Lampião à cidade de Mossoró”.<sup>1209</sup> O sentido que ela busca imprimir é de vitória da urbe civilizada contra os representantes do caos e do entrave à civilização.<sup>1210</sup> Já no jornal *O Nordeste*, podemos ler a fotografia dos cangaceiros em Limoeiro como um agravador do medo, pois aponta a perpetuação da violência associada ao cangaço ao mencionar a ação do bando de Massilon, ampliando as figuras de sujeitos representantes da desordem.<sup>1211</sup> Além disso, outra leitura possível a partir desta fotografia é observá-la como uma resposta de Lampião àqueles que pensavam que a fuga de Mossoró levaria ao esfacelamento do grupo. Com a foto tirada em Limoeiro, o cangaceiro pôde produzir um contradiscurso, mostrando que ele e “seus rapazes” estavam bem vivos, armados e organizados.

Esta estratégia, como bem salienta J. Carlos Reis (2013) ao citar Nietzsche, consiste na necessidade da não subordinação diante de todo o passado.<sup>1212</sup> Assim, “o presente deve escolher passado que deseja lembrar”. Isso implica dizer que, no presente, as ações do passado são ressignificadas de acordo com os interesses do tempo presente. Reis afirma que “(...) o presente não pode se deixar dominar pelo passado ‘tal como passou’, mas apropriar-se dele, para ter dele uma lembrança eficiente no presente”.<sup>1213</sup> Assim, é complexa a experiência temporal tecida nas páginas dos jornais, adensando a sensação de *continuum* do presente, visto que as “fotografias não são de instantes passados, são do agora em que se destaca a preocupação com o medo”.<sup>1214</sup>

A construção da memória do medo mescla informação e sensação, ficção e realidade. Mesmo aqueles que não experimentaram os eventos traumáticos e as violências cometidas pelos cangaceiros tomam emprestadas memórias a partir das narrativas dos impressos, que passam a ser incorporadas em suas experiências. Esta tensão é agudizada no dia a dia por meio da angústia, da lentidão da ordem (no fracasso da polícia no combate ao

<sup>1208</sup> RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. (Tomo I). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

<sup>1209</sup> CORREIO DO POVO, 26/06/1927.

<sup>1210</sup> SANTOS, F. W. M. dos. “O regime do terror” e o insulto à civilização: notícias sobre o cangaço na imprensa cearense (1920-1930). **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 14, n. 26, p. 171–191, 2020.

<sup>1211</sup> O NORDESTE, 17/08/1927.

<sup>1212</sup> NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

<sup>1213</sup> REIS, J. C. **História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea**: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 164.

<sup>1214</sup> MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 87.

cangaço), da agilidade do crime (pelo deslocamento dos cangaceiros) e das sensações ampliadas pela pressa da notícia, pela atualização do caos e pela presentificação do medo. Conforme P. Ricoeur, citando Heidegger, “o agora essencial é o presente da preocupação”, é um tempo em suspenso, “é um tornar-presente, inseparável de um ‘esperar’ de um ‘reter’”.<sup>1215</sup>

Além das fotografias, as cartas enviadas aos jornais apresentam a construção do medo e sua dimensão nos horrores cotidianos. Conforme apontamos anteriormente, a defesa da honra familiar, da propriedade privada e da propriedade fundiária era o elo narrativo que encorpava as missivas, ecoando a voz da pequena elite rural do período. O jornal *A Ordem*, por exemplo, expressa, de forma categórica, ao mencionar a situação de Crateús, que ali encontrava-se “uma cidade anarchisada, onde não se respeita os direitos políticos e privados, nem a propriedade, nem o lar, nem a família de ninguém”.<sup>1216</sup> Cabe lembrar que a célula municipal mantinha, como mostrou V. Nunes Leal, a base do controle político.<sup>1217</sup> Desse modo, as narrativas geradas durante a ampliação dos bandos pelos sertões e alimentadas pelos boatos eram mobilizadas de forma quase palpável na arena política e na disputa pelo poder.<sup>1218</sup>

*A Imprensa* reproduz cartas chegadas de Iboassú, Granja, no Ceará, informando o ataque de um grupo de cangaceiros à residência de um eleitor democrata. Na missiva, podemos ler que é “uma verdadeira situação de terror em todo o districto de Iboassú d'onde estão se retirando diversas famílias, receiando maiores attentados sem ter para quem apelar”.<sup>1219</sup> *O Sitiá* adensa ainda mais esta sensação de insegurança e impotência ao apontar a mácula da honra das famílias sertanejas, enfatizando os crimes praticados por Lampião e seu grupo. Segundo a carta enviada pelo colaborador ao jornal, “os mais bárbaros [crimes] são exercidos contra a honra das moças e senhoras casadas, violentadas e escarnecidas com toda sorte de humilhações e vexames”, fazendo os familiares assistirem “(...) arruinados ou focalizados pelas armas dos bandidos, a esses actos dantescos”.<sup>1220</sup> Tempos depois, o mesmo colaborador voltou a mencionar os horrores praticados pelo “mais perigoso e mais perverso” cangaceiro:

“Lampeão” não só rouba, não só espanca e mata. Vae muito além. Estupra donzellas, senhoras e até crianças. Fal-as dançar, despidas, entre os homens da sua tropa e ante o cadaver dos paes, maridos ou irmãos, ou ainda á vista de entes queridos, algemados,

<sup>1215</sup> RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. (Tomo I). São Paulo: Martins Fontes. 2010, p. 112.

<sup>1216</sup> A ORDEM, 25/04/1928, p. 01.

<sup>1217</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>1218</sup> SAMPAIO, C. N. **Canudos**: cartas para o barão. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>1219</sup> A IMPRENSA, 29/12/1926, p. 01.

<sup>1220</sup> O SITIÁ, 15/11/1925, p. 03.

[manietados]. Atira brazas dentro das redes, onde dormem criancinhas de tenra idade, para a satisfação, para o goso satânico e bestial de ver soffrer os innocentes.<sup>1221</sup>

Assim, se o apelo para as forças públicas volantes e o clamor aos governantes pareciam insuficientes para dar fim às atrocidades do cangaço, restava, então, nos “sertões cearenses, onde predomina o espirito religioso”<sup>1222</sup>, recorrer ao poder divino para pedir proteção contra as “horriveis depredações” e os “crimes inomináveis”<sup>1223</sup> praticados pelos cangaceiros. Em Ipueriras, Ceará, na fronteira de Pernambuco, era o que fazia a família de um abastado sertanejo. Entretanto, o patriarca da família teve sua casa saqueada por Lampião e seu grupo e viu “os bandidos violentaram duas filhas moças e a esposa”.<sup>1224</sup> Quando os cangaceiros deixaram a cena do crime, o homem, munido de um “(...) pesado pedaço de sabiá”, foi em direção ao seu “bonito santuario repleto de santos” e teria proferido as seguintes palavras:

“– Passei a vida inteira rezando para vocês e no unico momento em que precisei dos seus serviços, não contei com nenhum.  
Agora mettam-se em pau”.  
Acto continuo, desandou o pau no santuario, quebando todos os santos.<sup>1225</sup>

O medo, a sensação de insegurança, o caos e o desamparo também estão espacializados nas narrativas jornalísticas. Nesta cartografia do medo, inúmeros pontos, como a violentação das mulheres, os espancamentos, os incêndios e a violação das propriedades, são elos narrativos que unem e que conectam singularmente cada história, compartilhando uma memória do medo ao avançar ou retroceder na flecha do tempo organizado pelos discursos jornalísticos.

---

<sup>1221</sup> O SITIÁ, 02/05/1926, p. 01.

<sup>1222</sup> O CEARÁ, 29/04/1928, p. 06.

<sup>1223</sup> *Idem*, p. 06.

<sup>1224</sup> *Idem*, p. 06.

<sup>1225</sup> *Idem*, p. 06.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos trabalhos na historiografia brasileira têm se detido na tarefa de descortinar as relações e ampliar as discussões sobre violência, criminalidade e mídia. Novas perguntas, outras sugestões metodológicas e fontes outras contribuíram para a História Social do Crime e para a História Cultural do Crime, campos de estudos consolidados. A imprensa cearense, portanto, torna-se um espaço privilegiado para tais estudos, uma vez que dedicou papel e tinta às notícias de violência e medo, em especial sobre o cangaço, publicando centenas de matérias. Nesse sentido, buscamos inserir nossa contribuição a partir do trabalho com a imprensa e a análise das notícias sobre o cangaço.

Destacamos a imprensa como fonte e/ou objeto valiosos para a compreensão do período estudado. A partir dos jornais, podemos identificar, mapear e compreender tensões, processos, projetos e lutas sociais com detalhes que talvez não fossem possíveis de serem encontrados em outros documentos. Guardadas suas particularidades, os impressos nos possibilitaram problematizar práticas, representações, costumes, economia, religiosidade, políticas em debates de diferentes níveis espalhados nas colunas e páginas que formam os jornais.<sup>1226</sup>

Além de proporcionar a circulação de ideias, muitos temas e discussões da sociedade da época foram materializados nos discursos presentes nos impressos da época. Não devemos esquecer que estes discursos foram produzidos seguindo um formato, uma periodicidade, os valores e as paixões de quem estava envolvido na sua fabricação. Isto posto, o potencial político deste veículo deve ser sempre observado, pois seu poder de atuação foi fundamental na construção de memórias individuais e coletivas.<sup>1227</sup> Os grupos políticos e membros da pequena elite controlavam e disseminavam, através das folhas, seu projeto de poder. Inúmeros grupos não mediram esforços para fazerem circular seus ideais e projetos através da palavra escrita.

A partir da análise das fontes coletadas, observamos que, durante as décadas 1910 e 1920, assistimos à multiplicação de jornais e de suas tiragens e à ampliação do público leitor, consequência do barateamento dos custos de produção e do novo trato da imprensa com a

---

<sup>1226</sup> LEITE, C. H. F. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Revista Escritas*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 03–17, 2015.

<sup>1227</sup> LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil*. 2 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

notícia, explorando questões mais mundanas, como os *fait divers*.<sup>1228</sup> Percebemos ainda, através da crescente quantidade de matérias, a atenção que temáticas ligadas ao crime e à violência ganharam na imprensa de todo o país, indicando que os impressos estabelecem novas relações sociais na vida dos cidadãos, proporcionando a circulação de novas redes de comunicações nos sertões e nas cidades.

Ao se trabalhar com as narrativas de crime na imprensa, o historiador precisa estar atento aos interesses em jogo e se questionar por que estas notícias foram publicadas em detrimento de outras.<sup>1229</sup> O cangaço e a exploração da violência que o envolviam podem ter contribuído para prender leitores e ampliar a venda das folhas do Ceará e de estados vizinhos em um momento de exploração das “notícias de sensação”.<sup>1230</sup> Diante do contexto de crescente aparição de grupos de cangaceiros nos sertões, a constante publicação de notícias sobre o cangaço pode ir além do enfoque financeiro, mobilizando-as para atingir fins políticos, morais e civilizantes.

Entre os vários exemplos, destacamos os debates que se iniciaram na década de 1910, com os fortes embates travados por H. Firmeza e João Brígido nos jornais *Folha do Povo* e *Unitário*, respectivamente, sobre o combate ao cangaço. As discussões, levantadas no momento de transição política no Ceará, foram marcadas pelo forte teor político que envolviam os partidos aos quais as folhas eram ligadas. Enquanto o jornal dirigido por Firmeza aplaudia o novo governo pelo combate aos cangaceiros, Brígido acusava, nas páginas de seu jornal, a administração de perseguição política.<sup>1231</sup>

Esta dinâmica, que converteu os periódicos em campos de batalha, permaneceu ao longo dos anos, como se verificou também na década de 1920. Aqui, cabe o destaque para a aparição de outras entidades e sujeitos envolvidos nas discussões sobre o cangaço e sua perpetuação na sociedade sertaneja. Jornais religiosos entram em cena, apontando que um dos problemas estava na má conduta religiosa, culpando, inclusive, o Padre Cícero por contribuir com a permanência do cangaço nos sertões. Jornais de estados vizinhos também seguiram esta tônica, acusando o Ceará de ser um estado simpático ao banditismo. Some-se a crítica tecida pelos jornais independentes, que atacavam não apenas o governo, mas o sistema republicano, encarado-o como falho e responsável pela existência do cangaço.

<sup>1228</sup> GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013. Ver também FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

<sup>1229</sup> CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>1230</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>1231</sup> MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

Outra contribuição do nosso texto foram os importantes avanços nas discussões sobre Espaço e História. Logo, apontamos, a partir da desnaturalização, sua historicidade e construção social, ultrapassando a noção de que os espaços são estáticos, dados, naturais, ou simples pano de fundo do decorrer das ações. Os espaços, como construções, são perceptíveis através de seus usos e os discursos elaborados. Ora, a imprensa difundiu constantemente as imagens do sertão com marcas discursivas que remetiam ao caos, ao atraso e à necessidade de civilização. Imagem que também foi estendida e projetada para os sujeitos que o habitavam, indicando a figura do cangaceiro como principal representante destes estigmas.<sup>1232</sup>

Diante disso, é possível pensarmos na permanência do banditismo nos sertões do Ceará, nas articulações para sua perseguição e extermínio e, nos significados e nos usos dos espaços limítrofes. De um lado, a fronteira e suas possibilidades manobradas pelos criminosos e, do outro, por seu caráter inviolável, como se pensava nos ditames da lei da época, com a necessidade de se estabelecerem acordos interestaduais para a tentativa de captura dos bandidos. Observamos os espaços a partir de sua prática e das relações estabelecidas, percebendo as ligações entre eles, ao mesmo tempo em que constroem as suas distinções. Assim, os espaços ganham significados mediante as necessidades de quem os usa e por elas são (re)construídos. Este conjunto de práticas nos ajudou a compreender as dinâmicas da produção dos espaços em uma perspectiva micro-espacial.<sup>1233</sup>

A História Micro-espacial nos possibilitou analisar as localidades (os espaços de fronteiras praticados no deslocamento de cangaceiros e os discursos da imprensa) em suas particularidades, sem perder de vista as conexões em múltiplos tempos. A combinação de práticas historiográficas da Micro-História na análise dos fenômenos históricos, associadas ao olhar para as espacialidades, potencializou a apreciação das práticas sociais em lugares singulares, mas conectados.<sup>1234</sup> Este enfoque nos permitiu observar melhor os contrastes, o anômalo, as tensões e as estratégias que emergiram das dinâmicas territoriais quando as olhamos sob perspectiva microanalítica. Assim, nos foi possível estudar as práticas dos sujeitos de forma integrada em curtas, ou em longas distâncias, ou em espaços em áreas amplas. Estes

---

<sup>1232</sup> ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008. Ver também: ALBUQUERQUE JR, D. M. de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, mai/nov. 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. p. 21-35.

<sup>1233</sup> DE VITO, C. G. História sem escala: a perspectiva microespacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História: o macro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>1234</sup> DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.

aspectos apontaram a complexidade e toda a potencialidade epistemológica da integração entre a Micro-História associada à sensibilidade espacial.

\*\*\*

O uso das fronteiras se acentua com o passar dos anos, em especial com o fortalecimento de uma forma de banditismo, que opera de forma mais flexível e autônoma, não necessariamente ligada aos mandos dos grandes chefes locais, executando os crimes, considerando cada vez mais os interesses próprios. Com o recrudescimento do chamado *cangaço independente*, as noções de chefe e patrão são reelaboradas, eclipsando a relação entre alguns grupos de cangaceiros e potentados rurais até então parcialmente estáveis.<sup>1235</sup> Há, durante toda a década de 1910, inúmeras batalhas travadas entre polícias e cangaceiros e entre os presidentes dos estados e a imprensa sobre o combate ao banditismo nos sertões do Ceará e suas adjacências.

O deslocamento pelas fronteiras e a noção dos cangaceiros de que adentrar no território vizinho dificultava a perseguição (seja pelo baixo contingente policial, seja pela legislação que impedia a força de adentrar rapidamente no estado limítrofe) levou o poder público a traçar estratégias para se perseguir estes sujeitos sem violar a soberania de cada estado. Diante da constante preocupação com a “repressão ao banditismo” em nome da “ordem social” e do controle das fronteiras, entre os anos 1912 e 1926, foram elaborados acordos interestaduais visando maior eficiência no combate ao cangaço.<sup>1236</sup>

Os acordos firmados, todavia, não foram suficientes para frear a mobilidade dos cangaceiros e seus deslocamentos pelas fronteiras interestaduais, tendo um efeito mais satisfatório em alguns momentos, reprimindo grupos menores e menos estruturados. Os mais célebres mantiveram-se atuando nos sertões, principalmente por conta das redes de relações estabelecidas ao longo dos anos nos espaços analisados. As múltiplas redes de relações eram bastante comuns, uma vez que os laços eram importantes para a sobrevivência de ambos os grupos. A maioria dos chefes cangaceiros provinha de uma classe social que gozava de certos prestígios. Além disso, boa parte guardava relações de proximidade e amizade com os poderosos da região. Assim, perpetuava-se a simbiose que mantinha as garantias de manutenção do poder, eclipsadas a partir do final da década de 1920.

---

<sup>1235</sup> THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteiras**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<sup>1236</sup> SANTOS, F. W. M. dos. Medo e (des)ordem nas fronteiras: convênios contra o banditismo nos limites do Ceará (1912-1926). In: DARÓZ, C. R. C; CARVALHO, K. de B; SILVA FILHO, E. G.da. (Org.). **Fronteiras e Nações**: estudos sobre migração, segurança e defesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Igualdade, 2024.

Eclipsadas, sim, porém jamais de todo apartadas. Esta associação, direta ou indireta, entre os poderosos da região e cangaceiros foi marca da Primeira República, interferindo, como vimos, nos processos eleitorais e advogando em prol da manutenção e/ou deposição do poder. Esta dinâmica dificultava ainda a perseguição e o extermínio do cangaço. No entanto, não se pode pesar a carga de culpa apenas nesta relação de cumplicidade. As forças de repressão do estado, como apontamos, e a situação do efetivo policial nos estados estudados, com armamento debilitado, baixa remuneração e soldo deficitário, levaram ao uso da força, da violência e do abuso de poder. Nos discursos da imprensa, a linha que separava a ordem pública dos excessos em nome da lei era bastante tênue.<sup>1237</sup>

A soma dos supracitados elementos nos possibilitou uma ampla visão das muitas estratégias vigentes durante as décadas de 1910 e 1920. Além do apelo à violência como forma de ampliação das vendas dos jornais e a crítica estabelecida aos governos e ao sistema republicano, por exemplo, o aumento das notícias de violência e o medo também ajudaram na construção e na consolidação de identidades regionais, cartografando os sertões como espaço circunscrito pelo terror. Desse modo, foram mobilizados, nos impressos, discursos que utilizaram o medo como estratégia política de definição dos espaços, das práticas e dos sujeitos, marcando a cor e a classe da ameaça em potencial descrita naquelas páginas. A análise dos discursos, somada à perspectiva micro-espacial, ajudou a delinear melhor a noção de Espacialização do Medo, visto que percebemos que o medo parece presente dos sertões às cidades, povoando imaginários e inscrevendo-se nas práticas e nos sujeitos, construindo identidades espaciais.

A política do medo elaborada na imprensa cearense ganha maiores contornos quando é materializada também pelos jornais de estados vizinhos. Com a Espacialização do Medo, a imagem constantemente replicada pelos discursos nos impressos insere os sertões em uma “geografia do crime”, elaborando imaginários que construíram um conjunto de mapas do medo. Este modelo de notícias, que se vale da repetição e circularidade e da construção social do boato presente nas matérias, ajudou na elaboração de memórias do medo que se estendem além da topografia das fronteiras. Há uma sensação de um presente *continuum* nas formas de sentir e narrar o tempo quando se pensa nos sertões.

\*\*\*

---

<sup>1237</sup> BARBOSA, C. H. M. **Policinando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

Um passo importante que pode ser dado em direção à continuidade da pesquisa diz respeito às análises mais verticalizadas da relação entre imprensa e Estado durante a década de 1930, observando os projetos de poder do “pós-revolução” e as articulações do primeiro governo Vargas com os impressos. Apesar da repressão e da censura que se estabeleceram ao longo dos anos, percebemos, neste momento, que, se aproximar e compactuar com o governo, podia ser vantajoso, visto que, além de evitar um conflito com o Estado, era uma possibilidade de manter as vendas das suas folhas e tentar alcançar alguma posição no jogo de poder.

A ditadura varguista estabelecida com o Estado Novo (1937-1945) também é outro ponto que merece atenção, pois, no ano seguinte à sua instauração (1938), a fase do “cangaço lampiônico” chega ao fim com a morte de Maria Bonita, Lampião e outros nove cangaceiros na Grota de Angicos, Sergipe e, posteriormente, as entregas de outros cangaceiros. Esse período foi marcado pelas estratégias culturais elaboradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), mais coesos e organizados no trato com a opinião pública. Notamos, neste momento, o estreitamento dos laços entre intelectuais e o governo.<sup>1238</sup> Assim, a narrativa jornalística (em meio à repressão) passou a tratar os cangaceiros como “bandidos comuns”, amenizando as narrativas de violência e medo, sendo talvez uma estratégia buscada para abafar todas as desordens e atrocidades que envolviam o cangaço, maculando a imagem do Brasil de “cartão postal”, isto é, como país civilizado.<sup>1239</sup>

Ainda na esteira de se tentar compreender o “fim do cangaço” e sua relação com o contexto histórico de fins dos anos 1930, é possível traçar um paralelo entre a violência oficial do estado a partir da fotografia das cabeças cortadas expostas na escadaria da Prefeitura de Piranhas (AL) produzida em 1938 e cristalizada no imaginário nacional. Os despojos dos 11 indivíduos foram recolhidos como troféus macabros, representando o triunfo da violência oficializada do Estado Novo varguista (1937-1945). Nesse sentido, a violência perpetrada pelos agentes do Estado pode ser minimizada, justificada ou esquecida? Ao longo da história do Brasil, a repressão violenta foi o caminho seguido como forma de perpetuação da sua soberania

---

<sup>1238</sup> VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In.*: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo** – vol. 2. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. cap. 05, p. 147-177.

<sup>1239</sup> Há concepções que caminham na contramão da ideia exposta acima. Para Jorge Villela (1997) a participação do Estado Novo foi menor na morte de Lampião, cabendo mais destaque à luta pela honra da polícia volante de João Bezerra, João Gomes de Lira e Manuel Neto, por exemplo. Pernambucano de Mello (2012), no entanto, acredita que, ao insultar o Estado Novo, Benjamin Abrahão (responsável pelas fotografias e filmagens do cangaceiro e seu bando) cavou a sua própria sepultura. Estas tensões merecem, a nosso ver, maior atenção. Para mais detalhes ver VILLELA, J. L. M. O advento do Estado Novo, a morte de Lampião e o fim do cangaço. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 09, p. 81-94, 199. Conferir também: MELLO, F. P. de. **Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros**. São Paulo: Escrituras 2012.

e para a manutenção do poder estabelecido. É possível conciliar violência e mutilação de corpos em nome da paz, da ordem e do trabalho?

A década de 1930 é especialmente importante ainda para quem desejar ampliar as discussões sobre a participação feminina no cangaço. A historiografia registra esse período como marco do ingresso das mulheres nos bandos, seja por vontade própria, seja, uma das mais frequentes formas de entrada, por meio da violência, com os sequestros e a imposição de tornar-se companheira do cangaceiro que a raptou. Tomando a imprensa como fonte, notamos a presença diminuta de trabalhos dedicados à análise dos impressos e das notícias sobre as mulheres nos bandos.<sup>1240</sup> Os jornais do Ceará apresentam matérias que podem ser melhor estudadas, fornecendo mais informações e tensionando o debate em torno desta rica temática.<sup>1241</sup>

Nossa tentativa foi ampliar as discussões, partindo de reflexões epistemológicas e metodológicas ancoradas na História Micro-espacial e de uma análise quantitativa que considera os nomes dos sujeitos envolvidos na produção e circulação de ideias no mundo letrado do período. Desse modo, buscamos seguir os rastros, valorizando as particularidades, mas sem perder de vista as conexões, ao analisarmos os discursos qualitativamente.<sup>1242</sup> Talvez o maior impasse tenha sido estabelecer uma análise equilibrada e dialética entre as singularidades e as conectividades.<sup>1243</sup> As fontes analisadas foram os jornais cearenses que começam a se destacar e ganhar mais durabilidade nos anos 1910 a 1920, período em que encontramos periódicos preservados.

Além disso, o impasse gerado pela pandemia de covid-19 impossibilitou que nossas viagens aos arquivos, a fim de coletar mais material e melhor tensionar o debate, se dessem de maneira mais fluída. Boa parte das fontes analisadas foi colhida em meio digital, o que facilitou a coleta e o uso de impressos diversificados. Outra parte foi fotografada, catalogada e organizada durante nossas buscas nos arquivos públicos.<sup>1244</sup> Sem negar a importância de se buscar *in loco* as fontes analisadas, não podemos deixar de mencionar o fundamental papel de

---

<sup>1240</sup> Um trabalho que merece destaque é a dissertação de Ana Paula Freitas (2005) sobre as práticas e representações das mulheres no cangaço nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* entre os anos 1930 e 1940. Para mais detalhes ver FREITAS, A. P. S. de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)**. 2005. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005.

<sup>1241</sup> Em nossa dissertação analisamos, de forma tímida, a movimentação das notícias sobre as mulheres no cangaço noticiadas pela imprensa do Ceará., aspecto que merece, sem dúvidas, uma pesquisa à parte.

<sup>1242</sup> DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

<sup>1243</sup> DE VITO, C. G. História sem escala: a perspectiva microespacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>1244</sup> Esperamos, futuramente, disponibilizar todo o material em formato de e-book gratuitamente.

preservação e organização que muitas instituições tiveram ao digitalizar e disponibilizar de forma gratuita um acervo gigante de fontes impressas, proporcionando a democratização do acesso a este material.

## FONTES

### **a) Jornais Consultados**

*A Esquerda* (1928), Ceará.  
*A Imprensa* (1912), Paraíba.  
*A Lucta* (1914-1924), Ceará.  
*A Ordem* (1916-1928), Ceará.  
*A República* (1923-1929), Rio Grande do Norte.  
*A União* (1912-1928), Paraíba.  
*Correio do Povo* (1927), Rio Grande do Norte.  
*Diário de Natal* (1906), Rio Grande do Norte.  
*Diário de Pernambuco* (1912-1938), Pernambuco.  
*Diário do Piahuí* (1912), Piauí.  
*Folha do Litoral* (1919), Ceará.  
*Jornal do Recife* (1913), Pernambuco.  
*O Apostolo* (1910), Piauí.  
*O Ceará* (1925-1928), Ceará.  
*O Echo* (1912), Rio Grande do Norte.  
*O Imparcial* (1927), Ceará.  
*O Jornal* (1923-1927), Paraíba.  
*O Mossoroense* (1912-1928), Rio Grande do Norte.  
*O Nordeste* (1922-1929), Ceará.  
*O Povo* (1928), Ceará.  
*O Sitiá* (1924-1927), Ceará.

### **b) Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros para a Assembleia Legislativa**

*Mensagem do Governadores do Estado do Ceará – 1903, 1913-1929*  
*Mensagem do Governadores do Estado da Paraíba – 1904-1926*  
*Mensagem do Governadores do Estado do Pernambuco – 1916, 1918-1928*  
*Mensagem do Governadores do Estado do Piauí – 1918-1928*  
*Mensagem do Governadores do Estado do Rio Grande do Norte – 1922-1928*

### **c) Revistas**

*Revista do Instituto do Ceará* (ANNO LXI – 1947);  
*Anuário Estatístico do Ceará* (1917, 1925, 1928 e 1929);  
*Anuário Estatístico de Pernambuco* (1927 a 1928)

### **d) Recenseamento de 1920**

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. **Recenseamento Geral do Brasil 1920** - vol. IV – 4º parte – População. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Topografia da Estatística, 1929. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

## Acervos e Jornais

### I – CEARÁ

#### a) *Biblioteca Pública do Estado do Ceará/Fortaleza*

*Diário do Ceará* (1915)

#### b) *Instituto do Ceará/ Fortaleza*

*O Nordeste* (1922-1928)<sup>1245</sup>

*O Sitiá* (1924-1927)

#### c) *Instituto Cultural do Cariri/Crato*<sup>1246</sup>

*Gazeta do Cariry* (1917-1918, 1928)

#### d) *Hemeroteca Nacional Digital* (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

*A Esquerda* (1928)

*A Imprensa* (1924-1928)

*A Lucta* (1914-1924)

*A Ordem* (1916-1928)

*O Ceará* (1925-1928)

*O Imparcial* (1927)

#### e) *Arquivo Público do Estado do Ceará*

*O Povo* (1928), Fortaleza (setor de microfilmagem);

### II – PARAÍBA

#### a) *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)*

*A União*<sup>1247</sup> (1912-1928)

#### b) *Hemeroteca Nacional Digital* (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

*O Norte* (1912-1922)

*O Jornal* (1923-1924)

### III – PERNAMBUCO

#### a) *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano*<sup>1248</sup>

<sup>1245</sup> Boa parte das edições estão disponíveis também no *site* <https://www.ceara.pro.br/jornais.php>.

<sup>1246</sup> Av. Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes, 1 - Gizélia Pinheiro (Batateiras), Crato - CE, 63113-755; página da *web*: (<https://institutoculturaldocariri.com.br/jornais/>).

<sup>1247</sup> É possível encontrar a referida folha também *online*, na página do acervo digital do jornal disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao>

<sup>1248</sup> Encontramos parte do acervo em formato digital disponível em: [http://memoria.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/ia\\_vdados.php?cd=meb000000488&m=4191&n=anuario1927pe](http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000488&m=4191&n=anuario1927pe). Acesso em: 12 jun. 2021.

*Anuário Estatístico de Pernambuco (1927-1929)*

**b) Hemeroteca Nacional Digital**

*Diário de Pernambuco (1912-1928)*

*Jornal do Recife (1913-1928)*

**IV – PIAUÍ**

**a) Hemeroteca Nacional Digital (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)**

*A Imprensa (1926-1928)*

*Diário do Piahy (1912-1913)*

**b) Memória do Jornalismo Piauiense (<http://memoriadojornalismopi.com.br/>)**

*Diário do Piahy (1914)*

**V – RIO GRANDE DO NORTE**

**a) Museu Municipal Lauro da Escóssia (Mossoró)**

*O Mossoroense (1912-1928)*

*Correio do Povo (1924-1927)*

**b) Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**

*A República (1923-1928)*

**VI – Rio de Janeiro**

**a) Biblioteca Nacional**

*Unitário (1912-1913)*

*Folha do Povo (1912-1913)*

**VII – Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros para a Assembleia Legislativa**

**a) Hemeroteca Nacional Digital (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)**

*Mensagem do Governadores do Estado do Ceará – 1903, 1913-1928;*

*Mensagem do Governadores do Estado da Paraíba – 1904-1926;*

*Mensagem do Governadores do Estado do Pernambuco – 1916, 1918-1928;*

*Mensagem do Governadores do Estado do Piauí – 1918-1928;*

*Mensagem do Governadores do Estado do Rio Grande do Norte – 1922-1928;*

## REFERÊNCIAS

- ABREU, P. V. de. **Os Dramas Dolorosos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1930.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nordestino, uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013a.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. “**O morto vestido para o ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5º edição, São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, mai/nov. 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. p. 21-35.
- ALENCAR, J. J. G. **Intelectuais no Sertão: O Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910)**. 1ed. Fortaleza: Quitanda Soluções Criativas, 2021.
- ALMEIDA, É. de. **Lampeão, sua história**. (1926) 2ª ed. Natal, Sebo Vermelho, 2013. Edição facsimilar de 1926.
- ALMEIDA, J. A. de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ed. João Pessoa: A União, 1980.
- ALMEIDA, J. A. de. **Novelas de José Américo de Almeida: Reflexões de um Cabra, O Boqueirão e Coiteiros**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- ALVES, E. P. M. Violência e masculinidade: o sertão nordestino e a construção de um monopólio de sentido. In: LIMA, Caroline de Araújo; BRITTO, C. C. B; MOREIRA, J. dos S. P. **Outros Olhares sobre o Sertão Nordestino: Gênero, Masculinidades e Subjetividades**. Salvador: EDUNEB, 2020.
- AMADO, J. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.
- AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, jan., 1995.
- AMARAL, E. L. G. **Retóricas do atraso e da crise. Ceará (1916 -1930)**. 2018. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, A. M. T. **Deslocamento e denúncia no romance Sua Majestade, o Juiz, de Jäder de Carvalho**. 2012. 191f. – Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza (CE), 2012.

ARAGÃO, R. B. **História do Ceará** – volume 4. 2º ed. Fortaleza: Ed do Autor, 1998.

ARARIPE, J. C. A. Jornais e associações de imprensa no Ceará. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45-52, jan., 1971.

ARAÚJO, A. A. C. de; ARAÚJO, C. E. C. **Lampião**: Herói ou Bandido? São Paulo: Claridade, 2009.

ARAÚJO, A. A. C. de; FERREIRA, V. **O espinho do quipá**: Lampião, a história. São Paulo: Oficina Cultural Monica Buonfiglio Ltda., 1997.

ARAÚJO, F. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**: dados históricos e técnicos. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, I. **No rastro dos cangaceiros**. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

ARIÉS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ASSIS, M. de. O Alienista. *In*: GLEDSON, J. (Org). **50 Contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BACZKO, B. **Los imaginarios sociales**: memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.

BAPTISTA, P. **Cangaceiros do Nordeste**. Paraíba do Norte: Livraria São Paulo, 1929.

BARBOSA, C. H. M. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930). 2014. 324f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, S de F. P. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. *In*: BRAGANÇA, A; ABREU, M (orgs). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros bralheiros. São Paulo: Unesp, 2010. p. 205-220.

BARROS, E. **“Uma cidade muda não muda”**: mulheres, *graffitis* e espaços urbanos hostis. 2020. 360 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

BARROS, J. D'A. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARROS, J. D'A. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, L. "Os presidentes do Ceará de Franco Rabelo até 1930". In: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial – 1º Centenário do Instituto do Ceará, 1987.

BARROS, L. O. C. **A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão**. 3ª edição, Rio de Janeiro: MAUAD X Ed, 2018.

BARROSO, G. **Almas de lama e de aço: lampião e outros cangaceiros**. Fortaleza: ABC, 2012.

BARROSO, G. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917.

BARROSO, G. **Terra de Sol**. 8ed. Apresentação de Braga Montenegro. Rio-São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENJAMIN, W. **O Anjo da História**. organização e tradução de João Barreto. 2 ed. 4 reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2021.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, v. I, 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. cap. 14, p. 213-240.

BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, M. **História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 177-198.

BONATO, T. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)**. 2010.190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

BRETAS, M. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

BRETAS, M. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. História da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul. 2013.

BRITO, B. R. B. de. **(Ser)tão diplomático**: por uma história da memória do cangaço em Limoeiro do Norte – CE (1977-2017). 2024. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

BURKE, P. **Boato forte**. Folha de São Paulo: caderno Mais!, p. 3, 29/11/2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2811200404.htm>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

CALISTO, JUNIOR, J. T. **Vida e morte de Isaías Arruda**: Sangue dos Paulinos, abrigo de Lampião. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CÂNDIDO, T. A. P.; NEVES, F. de C. (Orgs.) **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAREZIA, R. M. **Ícones da vida moderna**: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955). 2002, 147f. Dissertação (Mestrado História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CARNEIRO, D. F.; DIAS, D. R. B. **A Forma e o Tempo**: decifrando Carlos Ginzburg. São Paulo: Alameda, 2022, p. 219.

CARNEIRO, D. História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos. In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. (orgs). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015.

CARVALHO, J. M. de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. *In*: CARVALHO, J. M. de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2021.

CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-152, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003> Acesso em: 03 mai. 2023.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dado, Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 2, 1997 [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CARVALHO, M. A. R. A crise e a refundação republicana em 1930. In: CARVALHO, M. A. R. (Org). **A República no Catete**. Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

CASCUDO, L. da C. Natal. EMERENCIANO, J.G.D. (Org). **Natal Não-Há-Tal**: Aspectos da História da Cidade do Nata Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

CASCUDO. L. da C. **História da cidade do Natal**. Natal: Edição Instituto Histórico e Geográfico (RN), 1999.

CASTRO, C. **A Coluna Prestes no Piauí**: (a república do vintém). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. (Edições do Senado Federal; v. 90).

CAVALCANTE, C. C. dos S. P. Crime no sertão cearense: política, narrativas e assassinato (Sobral 1910-1924). *In*: **ANAIS do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis –SC, 2015.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERUTTI, S. “A Contrapelo”: diálogo sobre o método. *In*: CARNEIRO, D. F; VENDRAME, M. I. (orgs). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CERUTTI, S. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. *In*: REVEL, J. **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHAGAS, V. **Extra! Extra!** Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios. Tese (doutorado) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2013.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 21-24.

CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHANDLER, B. J. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns**: a História de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil - 1700 – 1930. Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980a.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARTIER, R. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, jan, 1995.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. *In*: NOVAES, A. (Org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHIAVENATO, J. J. **Cangaço, a milícia do coronelismo**. São Paulo: Noir, 2020

- CHIAVENATO, J. J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CONCEIÇÃO, F. C. da. Qual a cor da imprensa? In: OLIVEIRA, Djaci Daid de. *et al.* (Orgs). **A cor do medo**. Brasília: EdUNB; Goiânia: EdUFG, 1988.
- CORRÊA, F. B. **Imaginário do medo**: imprensa e violência urbana. Rio de Janeiro: Multifoco, 2009.
- COSTA, A. P. R. da. **Lugar e memória**: narrativas da trajetória do bando dos Marcelinos em Barbalha-CE. 2020. 212f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- COSTA, L. da. **Clero, nobreza e povo de Sobral**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.
- CRUZ, A. K. da S. **As mulheres no cangaço nordestino (1916-1938)**: um manual pedagógico para o ensino de história. 2024. 163f. Dissertação (mestrado profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2024.
- CRUZ, H. de F. PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007.
- CUNHA, E. da. **Os Sertões**. (Edição Especial). São Paulo: Martin Claret, 2016.
- DANTAS, S. A. de S. **Lampião entre a Espada e a Lei**: considerações biográficas e análise crítica. Natal: Cartgraf, 2008.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DARNTON, R. **Poesia e Polícia**: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DE VITO, C. G. Connected Singularities: Convict Labour in Late Colonial Spanish America (1760s–1800). In: DE VITO, C. G; GERRITSEN, A. (orgs). **Micro-Spatial Histories of Global Labour**. London: Palgrave, 2018.
- DE VITO, C. G. History without scale: the micro-spatial perspective. **Past and Present**, v. 242, Supplement 14, 2019.
- DE VITO, C. G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.
- DE VITO, C. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A. (orgs). **Territórios da História**: o mrcro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023.
- DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução De Maria Yedda Linhares. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAIS, A. **Ensaio sobre o Medo**. São Paulo: Senac, 2007.

DIAS, A. B. **Em nome do poder, da força e da honra**: banditismo e violência nos confins do sertão sul piauiense. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

DIRSCHNABEL, L. **Domínio de Cidades**: uma abordagem a partir do maior roubo a banco em Santa Catarina. 2023 204f. Dissertação (Mestrado Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

DÓRIA, C. A. **O cangaço**. 2ed, São Paulo: Brasiliense, 1981

DUTRA, W. R. **Nas trilhas do “rei do cangaço” e de suas representações (1922 – 1927)**. 2011. 176f. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DUTRA, W. R. **Teses e valores constitutivos da imagem pública do cangaço e de Lampião entre 1876 a 1953**. 2022. 344f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2022.

EL FAR, A. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, A; ABREU, M (orgs). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros bralheiros. São Paulo: Unesp, 2010. p. 89-99.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 01, p. 83-102.

EMEDIATO, W. A argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, I. L; MELLO, R. de (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2010, p. 79.

FACÓ, R. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FALCÃO, M. L. **No labirinto da memória**: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.

FALCÃO, M. L. **Uma morte muito aperreada**: Memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. 2011. 181f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011.

FARGE, A. **Subversive Words**: public opinion in Eighteenth-century France. Pennsylvania State University Press, 1994.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 3º ed. atual. ed. ampl. São Paulo: Edusp, 2015.

FERNANDES, C. D. **Os Cangaceiros**: romance de costumes sertanejos. 2. ed. Patos-PB: Fundação Ernani Sátiro, 1997.

FERRAZ, S; BARBOSA, B. F. **Sertão**: fronteira do medo. Recife: EDUFPE, 2015.

FERREIRA, M. de M; SÁ PINTO, S. C. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. *In.*: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – vol. 1. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 275.

FERREIRA NETO, C. **A misteriosa vida de Lampião**. 2ed. Fortaleza, Premium, 2016.

FERREIRA, R. R. dos S. **Figurações do Traumático**: reflexões sobre o trauma e a traumatização psicológica. 2021. 188 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FINATTO, R. A; FARIAS, M. I. A Cartografia Social como recurso metodológico para o ensino de Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, p. 1-28, jan./mai, 2021.

FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil**: novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

FONTELES NETO, F. L. A Revista Policial do Ceará: Edição e Circulação 1929-1938. *In.*: GALEANO, D; BRETAS, M. (Org.). **Policías escritores, delitos impresos**: Revistas policiales en América del Sur. 1ed. Buenos Aires: Teseo, 2016.

FONTELES NETO, F. L. **Crimes impresos**: uma História Social dos noticiários criminais em Fortaleza nos anos 1920. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015a.

FONTELES NETO, F. L. O lugar do crime na imprensa brasileira. *In.*: CARNEIRO, D.; BRETAS, M. L; ROSEMBERG, A. (orgs). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015b.

FONTELES NETO, F. L. **Vigilância, impunidade e transgressão**: Faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930). 2005. 125f.- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANÇA, R. F. **Controle de fronteiras no Brasil**. São Paulo: Novo século, 2018.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FREITAS, A. P. S. de. **A presença feminina no cangaço**: práticas e representações (1930-1940). 2005. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005.

GALENO, J. **Cenas populares**. 4ed. Fortaleza: Secult, 2010.

GALVÃO, A. M. de O. (ORG). **História da cultura escrita**: séculos XIX e XX. Autêntica, 1 ed. Coleções: Linguagem e educação, UFMG, 2008.

GALVÃO, W. N. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

GAMA-KHALIL, M. M. Imagens insólitas de um crime em *Nós Três*, de Lygia Bojunga. **Aletria**, [S. L], v. 20, n. 3, p. 118-126, set/dez. 2010.

GASTÃO, P. M. O cangaço no Piauí: em busca das “navegações”. Mossoró, RN: SBEC, 2015.

GAUDÊNCIO, B. R. de A. A palavra impressa: uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de Campina Grande (1913-1953). In. **Anais...** XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. Campina Grande, 2014. p. 255-267.

GOMES, P. I. J. **Reação social e vitimização em Montes Claros/MG**: um diagnóstico do perfil das vítimas de crime e da subnotificação entre junho de 2008 e julho de 2009. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Unimontes. Montes Claros, 2010.

GONÇALVES, A. BRUNO, A. (Org.). **O Trabalhador Gráfico**. Edição fac-similar. Fortaleza: Editota UFC, 2002.

GONÇALVES, A. SILVA, E. J. (Org.). **A Imprensa Libertária no Ceará 1908 -1922**. São Paulo: Imaginário, 2000.

GONÇALVES, E. L. S. **As toponímias indígenas do Sertão de Quixeramobim**: um estudo linguístico-histórico-cultural. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2019.

GRIBAUDI, M. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, D. F; VENDRAME, M. I. (orgs). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

GRIMSON, A. **La Nación en sus limites**. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina/Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

GRUNSPAN-JASMIN, E. **Lampião, senhor do sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GUAZZELLI, C. A. B. Fronteiras: dos horizontes plainos aos espaços amazônicos. Prefácio. In: BRITO, A. J. I; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. (orgs). **Limites fluentes**: fronteiras e identidades na América Latina (séculos XVII-XXI). Curitiba: CRV, 2013. p. 09-15.

GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013.

HARLEY, B. Mapas, Saber e Poder. **Confins Online**, [S. l], n.5, p. 1-24, set., 2009, p. 20. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 19 ago. 2021.

HOBBSAWM, E. **Bandidos**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. (recurso digital).

HOBBSAWM, E. **Rebeldes Primitivos**: estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. 3º ed., Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 1983.

HOBBSAWM, E. **Bandidos**. São Paulo: Forense, 1975.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, J. X. de. **A Polícia Militar do Ceará em Meio Século de República (1889 a 1939)**. Fortaleza: INESP, 2003.

IRFFI, A. S. C. “Cabra assassino de profissão, matador”: mobilidade e poder nos sertões da (des)ordem. IRFFI, Ana Sara Cortez. [et. al.] (Orgs). **Sertões da (des)ordem**: crimes, revoltas e outras agências. [livro eletrônico]. Ananindeua, PA: Cabana, 2023. Cap. 01. pp. 15-38.

IRFFI, A. S. C. Na contramão do Império do Brasil: o sertão do Cariri cearense e a invenção do “cabra”. In: CÂNDIDO, T. A. P; NEVES, F. de C. **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de leitura Editorial, 2017. cap. 04, p. 74-87.

IRMÃO, J. B. L. **Lampião a raposa das caatingas**. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2014.

KALIFA, D. **A tinta e o Sangue**. Narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque. São Paulo: UNESP, 2019.

KAPPLER, C. **Monstros, Demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KERN, S. **The Culture of Time and Space 1880-1918**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, EdPUC-Rio, 2006.

KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 5 ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2016.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

LEFEBVRE, G. **O Grande Medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

LEITE, C. H. F. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 03–17, 2015.

LESSA, R. Campos Sales e a rotinização da República. *In*: BACHA, E. *et. al.* **130 Anos: em busca da República**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

LESSA, R. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. 3ed. Rio de Janeiro: topbooks, 2015.

LEVI, G. Micro-história e história global. VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.

LEVI, G. Sobre a micro-história *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, J. L. F. de. **Cultura letrada e caminhos da memória: intelectuais, leitura, imprensa e memória na Zona Norte do Ceará (1870-1890, 1907-1932, 1984-2003)**. 2018. 262f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

LIMA, J. L. F. ESPECTROS DE LUTADORES: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. **Outros Tempos**, Maranhão: v. 13, n. 21, 2016 p. 65-83. jan. 2016.

LIMA, S. F; CARVALHO, V. C. Fotografia: usos da Sociais e Historiográficos. *In*: **O Historiador e Suas Fontes** (org.) PINSKY, C. B; LUCA, T. R. de. Contexto, São Paulo, 2012. cap. 03, p. 29-60.

LIRA, J. G. de. **Lampião: memórias de um soldado de volante**. v. 1 Pernambuco: TODA Editora, 2022.

LUCA, T. R de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio de periódicos. *In*. PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 05, p. 111-153.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. Parte II, cap. 04, p. 149-175.

MACEDO, F. C. de. **Jáder de Carvalho e o Nordeste: literatura, jornalismo e região.** Fortaleza: EdUECE, 2019.

MACEDO, J. **Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense.** 3ed. Fortaleza: UFC, 1990.

MACÊDO, N. **Capitão Virgolino Ferreira: Lampião.** 4ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

MACHADO, C. M. **As táticas de guerra dos cangaceiros.** Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

MÄDER, M. E. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 3, p. 262-270, Set/Dez, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS FILHO, A; AGUIARNA, O. Eusébio de Sousa. *In: Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza. Acervo do Instituto do Ceará - ANNO LXI – 1947.

MARTINS, A. L; LUCA. T. R. de. **Imprensa e cidade.** São Paulo: EdUNESP, 2006. (Paradidático. Cultura).

MATHEUS, L. C. **Comunicação, Tempo, História: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensação além do sensacionalismo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUAD, A. M. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. *In: NEVES, L. M. B. P. das; MOREL, M; FERREIRA, T. M. B. da C. (Orgs.). História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

MELLO, F. P. de. **Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros.** São Paulo: Escrituras 2012.

MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil.** São Paulo: A Girafa, 2011.

MELLO, F. P. de. **Quem foi Lampião.** Recife: Editora Stahlí, 1993.

MELO, C. A. de; SANTOS, J. A. S; SOUZA, K. S. F. de. Alba Valdez na imprensa brasileira. *In: Jangada*, Viçosa-MG, v. 1, n. 16, jun/dez, 2020.

MELO, M. R. de. **Dicionário da imprensa do Rio Grande do Norte (1909-1987).** São Paulo, Natal: Cortez, 1987.

- MENDONÇA, E. G de. **Literatura, História e Ciência no século XIX**: a visão naturalista de Rodolfo Teófilo sobre o povo cearense. 2020. 163f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2020.
- MENDONÇA, S. R. de. **O Ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MENEZES, D. **O outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.
- MILLER, C. R. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis 1994. p. 23-42. (Originalmente publicado em: Quarterly Journal of Speech, v. 70, p. 151-167, 1984).
- MONTENEGRO, A. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.
- MONTENEGRO, A. **Júlio de Mattos Ibiapina**: um pioneiro da sociologia regional no Ceará. Fortaleza: Casa de José de Alencar (UFC), 2002.
- MONTENEGRO, A. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980.
- MOTA, A. República: Partidos políticos do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. ANNO CXIX, Fortaleza, Ceará, 2000.
- MOTA, L. **No tempo de Lampião**. 3°. ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC, 2002.
- MOTA, L. **Sertão Alegre**. 3ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976 [1928].
- MOTA, L. **Violeiros do Norte**. 3ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962 [1925].
- MOURA, C. A. S. de. Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920 – 1937). **Resgate**, v. XX, n. 23, p. 97-107, jan./jun. 2012.
- MURARI, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.
- NASCIMENTO, L. do. **Historia da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)** Diários do Recife (1901-1954). V. III. Recife: Imprensa Universitária, 1967.
- NASCIMENTO, L. do. **Historia da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)** Periódicos do Recife (1901-1915). V. VII. Recife: Imprensa Universitária, 1975.
- NETO, S. **José Inácio do Barro e o cangaço**. Cajazeira: Real, 2011.
- NEVES, F. de C. O Nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr./out. 2012.
- NEVES, N. T. **Cariri**: cangaço, coiteiros e adjacências. Crônicas cangaceiras. Brasília: Thesaurus, 2009.
- NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

NOBRE, G. da S. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

OLIVEIRA, B. M. de. **Forças Volantes!**: os homens que combateram Lampião de A à Z. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora LTDA, 2022.

OLIVEIRA, G. S. da S. **Nazarenos**: alistamento e conflitos no sertão pernambucano nos anos de 1923 a 1928. 154f. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

OLIVEIRA, M. R. ‘Sherlock Holmes no Brasil’: Elysio de Carvalho e o primeiro convênio policial brasileiro (1912). **Claves. Revista de Historia**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 9–37, 2018

OLIVEIRA, X. de. **Beatos e cangaceiros**: História real, observação pessoal sobre e impressão psicológica de alguns dos mais célebres cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro, 1920.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2005a.

ORLANDI, E.P. Boatos e Silêncios: os trajetos dos sentidos, os percursos do dizer. *In*: ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005b.

OTTONI, A. V. “**O paraíso dos ladrões**”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

PARAÍSO, R. **A Esquina do Lafayette e Outros Tempos do Recife**. Recife: Rostand Paraíso, 2001.

PARGA, F. R. Católicos em ação: Imprensa Católica Militante – Fortaleza: 1922-1930. *In*: **ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina de Prado Galvão. 3ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO FILHO, C. **História da Imprensa no Piauí**. 3ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

PINHEIRO, F.D. **Solonópole**. Fortaleza: ABC Editora, 2009.

PINTO, R. do N. **Coronéis-cangaceiros – os donos do Sertão**: Senador Pompeu (1914/1925/1928-1930). 1998. 94f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 1998.

PLOUX, F. L'imaginaire social et politique de la rumeur dans la France du xix e siècle (1815-1870). **Revue Historique**, T. 302, Fasc. 2 (614), Avril/Juin, p. 395-434, 2000.

POLLAK, M. Memória e identidade nacional. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 5, n. 10, 200-212, 1992.

POMPEU, G; FREITAS, I; VIEIRA, S. (Orgs.). **Constituição estadual de 1892**. Fortaleza: INESP, 2005. (Coleções constituições cearenses, v. 2).

PONTES, R. P; BRITO, J. J. B. **Do Riacho do Sangue a Jaguaratama: registros biográficos** [eBook Kindle]. Fortaleza: Premiums, 2022.

PRADO, M. L. C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e Textos**. São Paulo: Edusp, 1999. 228 p.

QUEIROZ, M. I. P. de. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1982. (História popular).

QUEIROZ, M. I. P. de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

REGO, A. R. Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez. 2018/ mar. 2019.

REGO, J. L. do. **Menino de engenho**. 100ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.

REGO, J. L. do. **Pedra Bonita**. 14ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2010.

REIS JR, D. de O. As “classes perigosas” no sertão dos Oitocentos: justiça, conflitos sociais e violência. In: CÂNDIDO, T. A. P; NEVES, F. de C. **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de leitura Editorial, 2017. cap. 05, p. 91-103.

REIS JR, D. de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

REIS, C. A. A caminho do progresso: raça e identidade nacional no Brasil. In: IX Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF, 2008, FRANCA. **ANAIS** do IX Encontro de pesquisadores do Uni-FACEF. Franca: Centro Universitário de Franca, 2008.

REIS, J. C. **História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RESENDE, M. E. L de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RICCI, M. L. de R; MEDRANO, L. I. Z de. El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil sureño con el Estado Oriental del Uruguay: 1850-1880. *In*: VII encuentro Nacional y V Regional de Historia, Anales, Montevideo, 1990.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. (Tomo I). São Paulo: Martins Fontes. 2010.

ROSADO, C. A. da E. **Poder, mídia e discurso na "canonização" do cangaceiro Jararaca**. 2021. 208f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ROSEMBERG, A. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

SÁ, M. E. N. O sertão: território da imaginação social do Brasil. *In*: BOTELHO, A; STARLING, H. **República e Democracia**: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 299-316.

SÁ, M. E. N de. **Civilização e barbárie**: a construção da ideia de nação – Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SAMPAIO, C. N. **Canudos**: cartas para o barão. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTOS, F. W. M. dos. Medo e (des)ordem nas fronteiras: convênios contra o banditismo nos limites do Ceará (1912-1926). *In*: DARÓZ, C. R. C; CARVALHO, K. de B; SILVA FILHO, E. G.da. (Org.). **Fronteiras e Nações**: estudos sobre migração, segurança e defesa. 1ed. Rio de Janeiro: igualdade, 2024.

SANTOS, F. W. M. dos. Ofício de historiador: apontamentos sobre Micro-História e Espacialidade. **Ofício. Revista de história e interdisciplina**, México, n. 19, p. 263–278, jul./dez., 2024.

SANTOS, F. W. M. A Espacialização do Medo nos jornais do Ceará: os caminhos dos cangaceiros após o ataque à cidade de Mossoró (1927). *In*: SANTOS, E. dos. (Org.). **História dos Sertões**: Brasil profundo. 1ed. Aracaju, SE; Caicó, RN: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n. 5). p. 167-182.

SANTOS, F. W. M. dos. “O poder de todos os grupos de cangaceiros”: o discurso sobre lampião nas páginas do jornal *O Sitiá* (1924-1927). *In*: Busetto, Á; Palha, C. R. L; Vieira, J. R. (Org.). **Imagens Midiáticas e Mdiatizadas**: Temporalidades e Historicidades. 1ed. Londrina: LEDI, 2022, v. 1, p. 131-148.

SANTOS, F. W. M. dos. **Narrativas de violência e medo**: o cangaço e a imprensa no Ceará (1909-1938). 2020. 150f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, 2020a.

SANTOS, F. W. M. dos. A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 588-602, jan./abr. 2020b

SANTOS, F. W. M. dos. “O problema do cangaço”: explicações e soluções na imprensa cearense (1920-1930). **Revista outras fronteiras**, Cuiabá, n. 1, v. 7, p. 36–55, jan\jul, 2020c.

SANTOS, F. W. M. dos. “O regime do terror” e o insulto à civilização: notícias sobre o cangaço na imprensa cearense (1920-1930). **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 14, n. 26, p. 171–191, 2020d.

SANTOS, F. W. M. dos. “Desarmado, desonrado e humilhado”: Zequinha das Contendas e as tramas do poder local (Senador Pompeu-CE, 1928). **Revista Escrita da História**, [S. L.], Ano IX, vol. 9, n. 18, p. 1-18, jul./dez. 2022.

SANTOS, J. L. L. de P. Tensões e diálogos entre a experiência e a estrutura na História Vista de Baixo. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 14 n. 1, Jan/ago., p. 477-491, 2022.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, V. M. L. dos. **Os fuzilados do Leitão**: uma revisão histórica. 2ed. Juazeiro do Norte, CE: REAL, 2012.

SARMENTO, G. T. A. **Virgulino cartografado**: relações de poder e territorializações do cangaceiro Lampião (1920-1928). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SCHWARCZ, L. M. STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERJE, M. **El revés de la nación**: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.

SILVA, J. P. da. **Um Brasil em pílulas de 1 minuto**: História e cotidiano nas publicidades das décadas de 1960-80. 2009. 237f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOARES, G. A. D. O Sentimento de Insegurança: teorias, hipóteses e dados. *In*: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 108-125.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, E. de. A Imprensa do Ceará dos seus primeiros dias ao atuais. *In*. **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

SOUSA, E. de. A Imprensa do Ceará em 1918. *In*: **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XXXIII. Fortaleza, Ceará, 1919.

SOUSA, J. B. de. **Quixadá de fazenda a cidade: 1755-1955**. Rio de Janeiro: CNE, 1960.

SOUSA, J. B. **Quixadá & Serra do Estêvão**. Fortaleza: UFC / Casa José de Alencar, 1997.

SOUSA, J. P. **Fotojornalismo**: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na Imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUZA, L. de M. e. **Desclassificado do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, V. da S. **As divisas interestaduais brasileiras**: uma análise sobre a permanência do litígio territorial entre o Ceará e o Piauí. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

STUDART, G. de. Catálogo de Jornaes de grande e pequeno porte publicados no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, ANNO XVIII. Fortaleza, Ceará, 1904.

STUDART, G. de. Para uma História do Jornalismo Cearense (1924-1932). **Revista do Instituto do Ceará**, Ano XLVII. Fortaleza, Ceará, 1933.

TÁVORA, F. **O Cabeleira**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

TEÓFILO, R. **Libertação do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TEÓFILO, R. **Os Brilhantes**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

TEÓFILO, R. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969.

THOMPSON FLORES, M. F. da C. Bandidos de Fronteira: o fluxo de criminosos num espaço limítrofe. *In*: FONTELES NETO, F. L.; BRETAS, M. L.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. **História do Banditismo no Brasil**: novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019b.

THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteiras**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

THOMPSON FLORES, M. F. da C. Espaço manejado: uma forma de compreender a fronteira. *In*: BRITO, A. J. I; BASTOS, C. A; (Orgs). **Entre Extremos**: Experiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do Rio Amazonas e do Rio da Prata - América Latina, séculos XVI-XX. Curitiba: CRV, 2018. Cap. 02, p. 37-56.

THOMPSON FLORES, M. F. da C. O conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. *In*: ROMANI, C; MENEGAT, C; ARANHA, B. **Fronteiras e Territórios**: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, 2019a.

TORRE, A. Comunidade e Localidade. *In*: VENDRAME, M. I; KARSBURG, A (orgs). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 147- 186.

TORRE, A. **Production of Locality in the Early Modern and Modern Age**: Places. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2020.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: EDUNESP, 2005.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – vol. 2. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

VERÍSSIMO, R. da S. **Espaço Público e Segurança Pública**: duas abordagens teóricas de prevenção do crime e da violência. 2012. 235 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), 2012.

VIEIRA, L. S. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método. **Revista de recensões de comunicação e cultura**, [S. l.], 2013.

VILLELA, J. L. M. O advento do Estado Novo, a morte de Lampião e o fim do cangaço. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 09, p. 81–94, 199.

VILLELA, J. L. M. Cangaço: banditismo Nômade. *In* : MARQUES, A.; BROGNOLI, F. F; VILLELA, J. L. M. (Orgs.) **Andarilhos e Cangaceiros**. Itajaí: EdUNIVALI, 1999. Cap 03, p. 159-233.

VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte, Ed. Arte, 2001.

VITORIANO, L. da S. **Visões da natureza**: a paisagem ambiental de Quixadá na década de 1920. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2023

VOVELLE, M. **Imagens e imaginário na história**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

VOVELLE, M. **Le mort et l'Occident de 1300 à nos jours**, à paraître fin 1982, Gallimard, Paris, 1982.

WIESEBRON, M. L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 24, n. Z p. 417-444, jul/dez., 1996.

WILLIAMS, R. A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.35, p. 15-26, dez. 2007.

ZANIBONI, I. de L. **Sertão e Sertanejos em Gustavo Barroso: o controle de espaços e sujeitos**. 2023. 202 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, Caicó, 2023.

ZARATIN, D. A. P; TREVISAN, A. L. Imagens do insólito e da historicidade em *Chicos que Vuelven* (2011) e *Nuestra Parte de Noche* (2019), de Mariana Enríquez. **Revista (Entre Parênteses)**, Alfenas, MG, v. 10 n. 2 1-24, 2021.

## APÊNDICE A – Detalhamento das Folhas Analisadas

### CEARÁ

Periódico	Cidade	Caráter	Órgão do (a)	Fundação	Periodicidade	Quantidade de Notícias*
<b>O Araripe</b>	Crato	Independente	J Alves de Figueiredo	1919	Semanal	05
<b>Gazeta do Cariry</b>	Crato	Noticioso, recreativo e independente	Bruno Menezes	1917	Semanal	17
<b>A Lucta</b>	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Democrata	1914	Semanal (1916), Bissemanal (1921 -1923)	25
<b>A Ordem</b>	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Conservador	1916	Semanal	71
<b>A Imprensa</b>	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Democrata	1924	Semanal	26
<b>O Sitiá</b>	Quixadá	Apartidário Noticioso	Independente	1924	Semanal	20
<b>O Nordeste</b>	Fortaleza	Noticioso	Arquidiocese de Fortaleza	1922	Diário	337
<b>A Esquerda</b>	Fortaleza	Político	Independente	1928	Diário	78
<b>O Ceará</b>	Fortaleza	Noticioso	Independente	1925	Diário	113
<b>O Unitário</b>	Fortaleza	Político	Independente	1903	trissemanal	107
<b>Folha do Povo</b>	Fortaleza	Partidário	Partido Republicano Democrático	1912	Diário	140
<b>TOTAL</b>						<b>939</b>

\* Reflete o número de notícia coletadas e transcritas do material que tivemos acesso.

**PARAÍBA**

<b>Periódico</b>	<b>Cidade</b>	<b>Caráter</b>	<b>Órgão do (a)</b>	<b>Fundação</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Quantidade de Notícias*</b>
<b>O Jornal</b>	João Pessoa	Político Noticioso	Joaquim Pessoa C. de Albuquerque	1923	Diário	30
<b>O Norte</b>	João Pessoa	Político Noticioso	Oscar e Orris Eugênio Soares	1908	Diário	172
<b>TOTAL</b>						<b>202</b>

**PERNAMBUCO**

<b>Periódico</b>	<b>Cidade</b>	<b>Caráter</b>	<b>Órgão do (a)</b>	<b>Fundação</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Quantidade de Notícias</b>
<b>Jornal Pequeno</b>	Recife	Noticioso	(?)	1899	Diário	106
<b>Jornal do Recife</b>	Recife	Literário Noticioso	Independente (?)	1859	Diário	180
<b>TOTAL</b>						<b>286</b>

**PIAUI**

<b>Periódico</b>	<b>Cidade</b>	<b>Caráter</b>	<b>Órgão do (a)</b>	<b>Fundação</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Quantidade de Notícias</b>
<b>Diário do Piahy</b>	Teresina	Político	Órgão oficial do Estado	1911	Diário	07
<b>A Imprensa</b>	Teresina	Noticioso	Diógenes de Mello Filho	1925	Saía a cada dois dias	30
<b>TOTAL</b>						<b>37</b>

\* Reflete o número de notícia coletadas e transcritas do material que tivemos acesso.

## RIO GRANDE DO NORTE

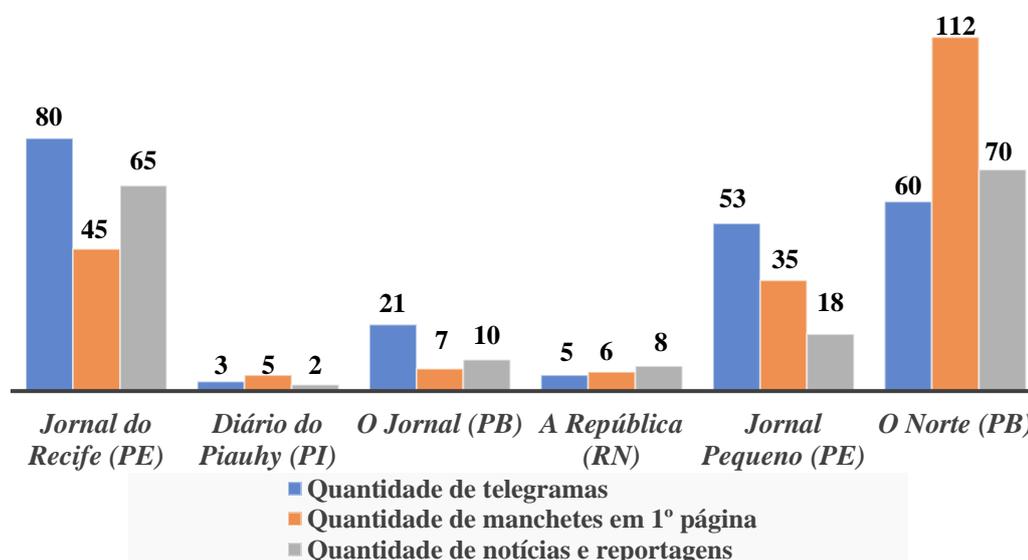
Periódico	Cidade	Caráter	Órgão do (a)	Fundação	Periodicidade	Quantidade de Notícias*
<b>Correio do Povo</b>	Natal	Religioso	Centro de Imprensa Católica	1924	Diário	11
<b>A República</b>	Natal	Político	Partido Republicano Federal	1889	Diário (a partir de 1897)	19
<b>O Mossoroense</b>	Mossoró	Comercial Noticioso Antijesuítico	Partido Liberal (1º fase) Partido Republicano Federal (2º fase)	1872	Semanal	20
<b>TOTAL</b>						<b>50</b>

\* Reflete o número de notícia coletadas e transcritas do material que tivemos acesso.

**APÊNDICE B – Percentual das notícias sobre o deslocamento de cangaceiros e policiamento (Ceará e Estados vizinhos)**

**Gráfico 1**

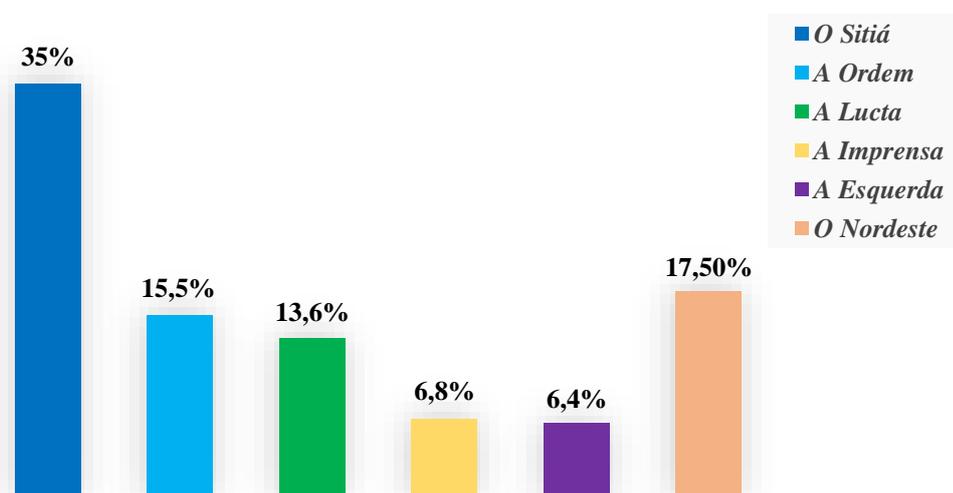
**Distribuição das notícias sobre o cangaço na imprensa dos Estados limítrofes (1912-1928)**



Fonte: BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE. Elaborado pelo autor.

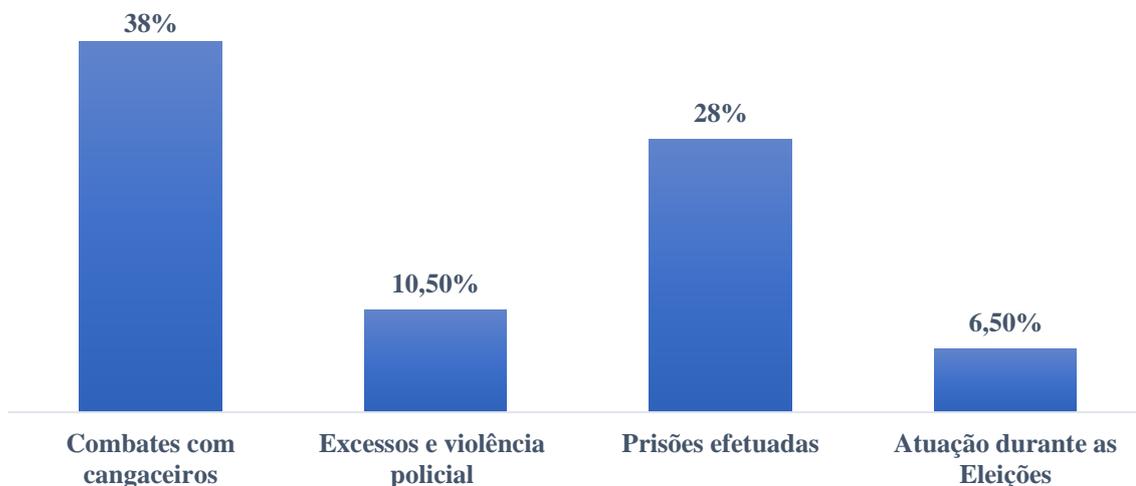
**Gráfico 2**

**Percentual das notícias sobre o cangaço e a preocupação com o deslocamento de cangaceiros pelas fronteiras nos jornais cearenses (1914-1928)**



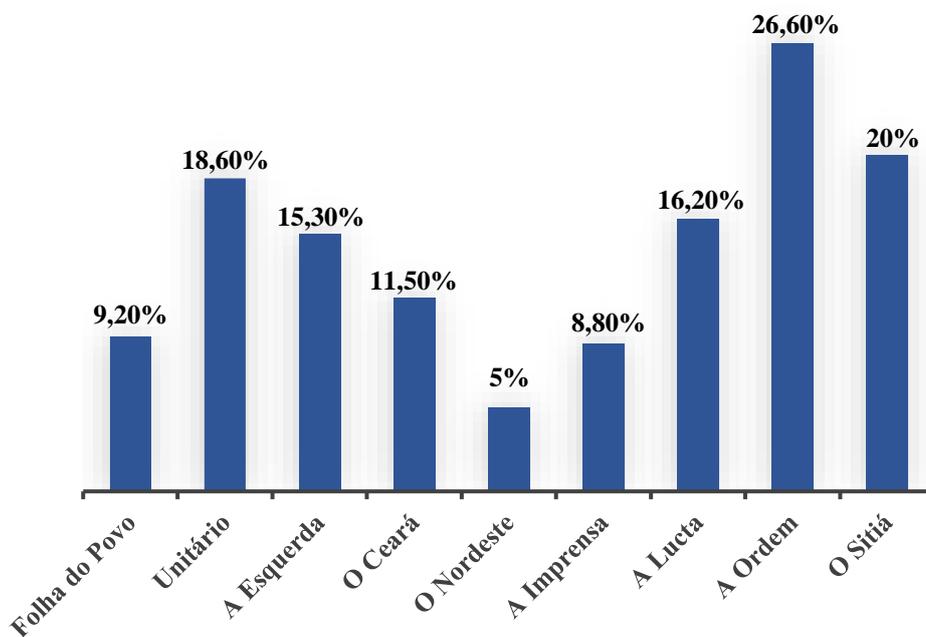
Fonte: BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 3**  
**Percentual das notícias sobre o policiamento nos sertões (1920)**



Fonte: BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 4**  
**Distribuição percentual de notícias sobre a atuação policial na imprensa cearense (1912 - 1928)**



Fonte: BNDigital; Instituto Cultural do Ceará, e BECE. Elaborado pelo autor.

## ANEXO A

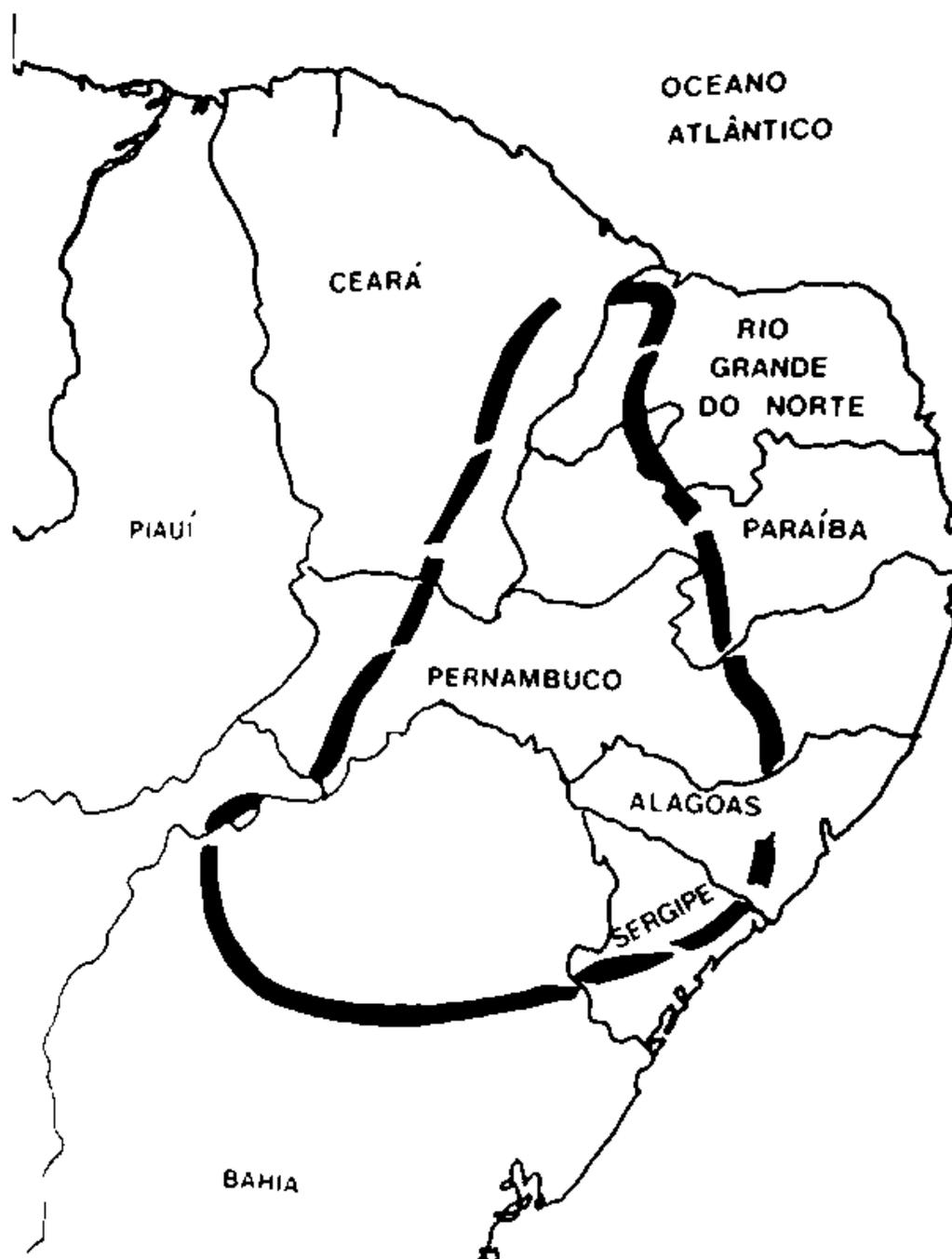
## Mapa da área de atuação de Lampião e seu grupo (1920-1928)



Fonte: Mello, 1993 *apud* Sarmiento, 2019, p. 190.

## ANEXO B

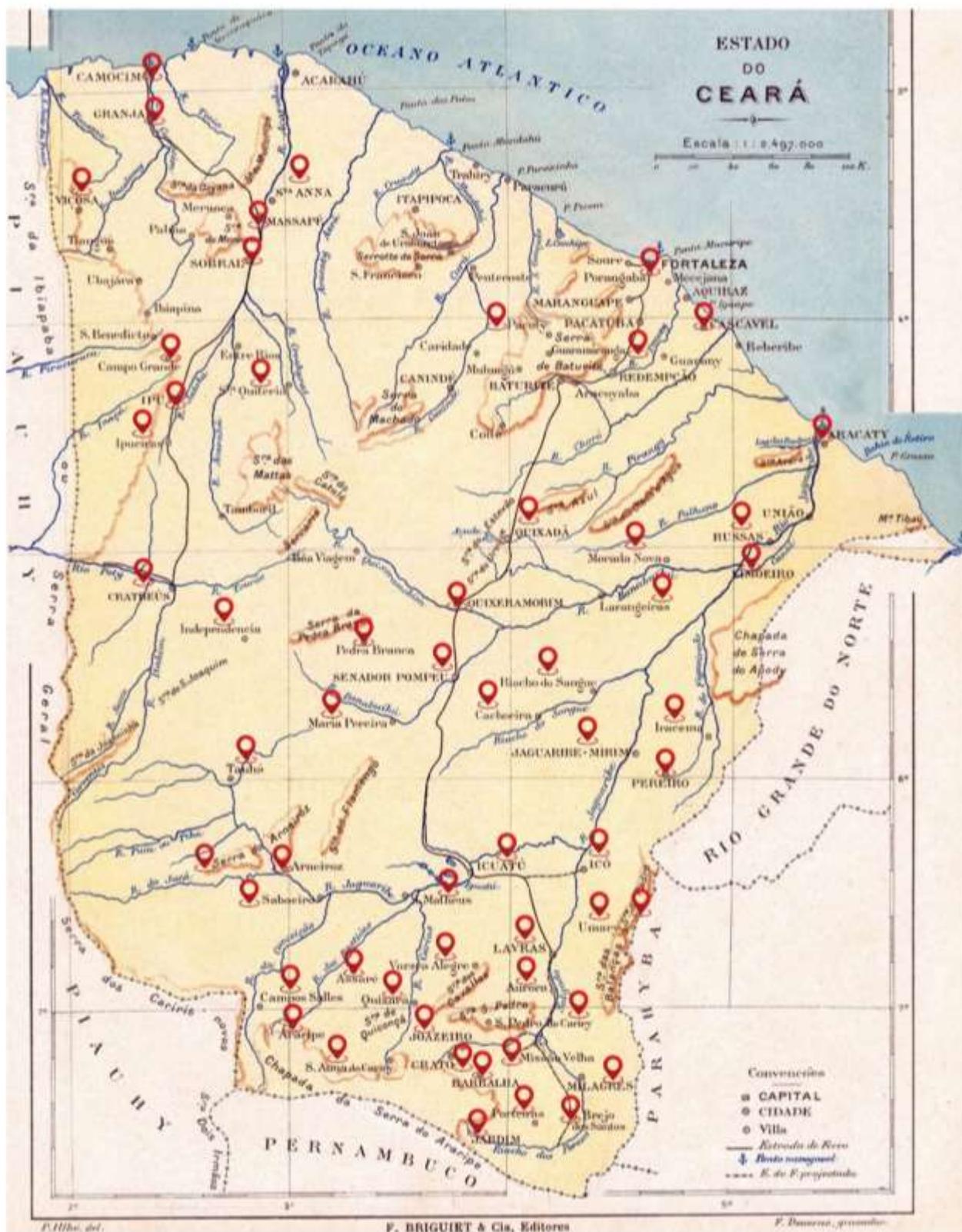
Mapa baseado nos registros policiais das operações contra o cangaço



Fonte: Blog do Mendes, 2025. Disponível em: <https://blogdomendesemendes.blogspot.com/2014/09/mapa-baseado-nos-registros-policiais.html>. Acesso em 28 fev. 2025.

## ANEXO C

## Mapa com as cidades cearenses ameaçadas pelo cangaço (1912-1928)



Fonte: Ceará Antigo – Mapa de 1923. Adaptado pelo autor

## ANEXO D

## Quadro de despesas do Ceará com a Força Pública (1917-1928)

— 79 —

## DESPESA DO ESTADO DO CEARÁ EM 1917

(INCLUSIVE O PERIODO ADICIONAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1918.)

TITULOS DA DESPESA	IMPORTANCIAS DA DESPESA		DIFFERENÇAS	
	FIXADA	REALIZADA	Para mais	Para menos
DESPESA ORDINARIA				
Assembléa Legislativa.....	79.186\$666	127.347\$245	48.160\$579	.....
Governo do Estado.....	72.240\$000	76.718\$751	4.478\$751	.....
Secretaria do Interior e da Justiça.....	120.532\$500	138.474\$502	17.942\$002	.....
Inspectoria de Hygiene.....	42.015\$000	47.361\$582	5.346\$582	.....
Faculdade de Direito.....	116.630\$000	112.237\$990	.....	4.392\$010
Lyceu.....	106.090\$000	104.053\$705	.....	2.036\$295
Escola Normal.....	101.210\$000	102.372\$550	1.162\$550	.....
Grupos escolares da capital.....	78.229\$999	79.308\$622	1.078\$623	.....
Grupo escolar de Maranguape.....	13.507\$500	13.737\$343	229\$843	.....
Ensino primario.....	555.633\$998	557.377\$149	1.743\$151	.....
Junta Commercial.....	11.415\$000	13.809\$477	2.394\$477	.....
Directoria de Obras Publicas.....	18.600\$000	18.599\$999	.....	\$001
Colonia Christina.....	6.600\$000	10.810\$000	4.210\$000	.....
Theatro «José de Alencar».....	5.500\$ 00	4.993\$228	.....	506\$772
Bibliotheca Publica.....	4.695\$000	13.336\$286	8.641\$286	.....
Magistratura.....	564.840\$000	523.497\$151	.....	41.342\$849
Secretaria do Tribunal da Relação.....	15.795\$000	14.397\$218	.....	1.397\$782
Chefatura de Policia.....	63.537\$500	54.528\$509	.....	9.008\$991
Delegacias de Policia da capital.....	15.920\$000	18.845\$721	2.925\$721	.....
Policia do Porto.....	10.690\$000	9.388\$900	.....	1.301\$100
Cadeia da capital.....	25.400\$000	27.959\$385	2.559\$385	.....
<b>Força publica.....</b>	<b>880.937\$000</b>	<b>910.105\$514</b>	<b>29.168\$514</b>	.....
Iluminação da capital.....	160.000\$000	142.279\$599	.....	17.720\$401
Credores de «Exercicios findos».....	5.000\$000	5.082\$160	82\$160	.....
Subvenções.....	109.600\$000	109.600\$000	.....	.....
Conservação de obras publicas.....	50.000\$000	50.222\$447	222\$447	.....
Aluguel do predio para audiencias do Fóro	2.400\$000	2.400\$000	.....	.....
Eventuaes.....	20.000\$000	27.931\$307	7.931\$307	.....
Secretaria da Fazenda:				
Emprestimo externo.....	647.120\$320	645.998\$282	.....	1.132\$038
Vencimentos do pessoal e expediente.....	122.610\$000	131.300\$356	8.690\$356	.....
Recebedoria do Estado:				
Vencimentos do pessoal e expediente.....	75.840\$000	81.569\$649	5.729\$649	.....
Mesas de Rendas e Collectorias:				
Vencimentos do pessoal e porcentagens.....	257.900\$000	348.679\$172	90.779\$172	.....
Pessoal inactivo.....	289.402\$000	300.018\$215	10.616\$215	.....
Diversas despesas da Fazenda.....	27.000\$000	34.118\$721	7.118\$721	.....
	<b>4.676.077\$483</b>	<b>4.858.450\$735</b>	<b>182.373\$252</b>	.....

Fonte: (BNDigital, 1918).

## DESPESA DO ESTADO DO CEARÁ EM 1918

(INCLUSIVE O PERIODO ADICIONAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1919)

TITULOS DA DESPESA	IMPORTANCIAS DA DESPESA		DIFERENÇAS	
	FIXADA	REALIZADA	PARA MAIS	PARA MENOS
DESPESA ORDINARIA				
Assembléa Legislativa .....	81:046\$666	145:071\$337	64:024\$671	
Governo do Estado .....	81:960\$000	79:969\$556		1:990\$444
Secretaria do Interior e da Justiça .....	129:395\$000	148:706\$611	19:311\$611	
Directoria Geral de Hygiene .....	87:300\$000	72:541\$329		14:758\$671
Faculdade de Direito .....	122:692\$500	124:924\$931	2:232\$431	
Lycceu .....	111:330\$000	110:168\$015		1:161\$985
Escola Normal .....	97:130\$000	115:253\$920	18:123\$920	
Inspectoria Geral de Instrução Publica .....	51:200\$000	13:050\$664		38:149\$336
Grupos Escolares da Capital .....	80:566\$666	77:112\$354		3:454\$312
Grupo Escolar de Maranguape .....	13:807\$500	14:164\$661	357\$161	
Ensino primario:				
vencimentos .....	494:819\$996	570:262\$675	75:442\$679	
alugueis de casas .....	58:388\$000	57:056\$033		1:331\$967
expediente .....	14:726\$000	15:030\$610	304\$610	
illuminação .....	600\$000	739\$060	139\$060	
material escolar .....	40:000\$000	53:127\$900	13:127\$900	
Directoria de Obras Publicas .....	120:700\$000	379:102\$005	258:402\$005	
Junta Commercial .....	13:715\$000	14:657\$084	942\$084	
Theatro «José de Alencar» .....	6:595\$000	4:981\$156		1:613\$844
Colonia Christina .....	6:600\$000	3:681\$612		2:918\$388
Bibliotheca e Archivo Publico .....	33:675\$000	28:554\$321		5:120\$679
Magistratura .....	554:160\$000	561:522\$239	7:362\$239	
Secretaria do Tribunal da Relação .....	16:395\$000	16:040\$822		354\$178
Chefatura de Policia .....	57:015\$000	60:381\$413	3:366\$413	
Delegacias Regionaes .....	23:600\$000	11:298\$477		12:301\$523
Delegacias de Policia da Capital .....	15:920\$000	20:227\$258	4:307\$258	
Policia do Porto .....	10:690\$000	11:553\$396	863\$396	
Cadeia da Capital .....	25:900\$000	28:114\$599	2:214\$599	
<b>Força Publica .....</b>	<b>883:277\$000</b>	<b>951:953\$003</b>	<b>68:676\$003</b>	
Illuminação da Capital .....	160:000\$000	148:060\$891		11:939\$109
Subvenções .....	159:900\$000	149:300\$000		10:600\$000
Soccorros publicos .....	20:000\$000	129:744\$651	109:744\$651	
Eventuaes .....	20:000\$000	54:587\$591	34:587\$591	
Secretaria da Fazenda:				
Emprestimo externo .....	631:200\$850	650:009\$616	18:808\$766	
Vencimentos do pessoal e expediente .....	124:210\$000	136:590\$004	12:380\$004	
Recebedoria do Estado:				
Vencimentos do pessoal e expediente .....	86:082\$500	91:381\$179	5:298\$679	
Mesas de Rendas e Collectorias:				
Vencimentos do pessoal e porcentagens .....	274:300\$000	412:504\$780	138:204\$780	
Pessoal inactivo .....	289:402\$224	287:796\$416		1:605\$808
Diversas despesas da Fazenda .....	41:000\$000	64:345\$219	23:345\$219	
A transportar .....	5.039:299\$902	5.813:567\$388	774:267\$486	

## DESPEZA DO ESTADO DO CEARÁ EM 1919

(INCLUSIVE O PERIODO ADICIONAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1920)

§§	TITULOS DA DESPEZA	IMPORTANCIA DA DESPEZA		DIFFERENÇA	
		FIXADA	REALIZADA	Para mais	Para menos
1.º	Assembléa Legislativa . . . . .	100:380\$000	115:209\$307	14.829\$307	
2.º	Governo do Estado . . . . .	85:760\$000	92:678\$973	6.918\$973	
3.º	Secretaria dos Negocios do Interior e da Justiça . . . . .	142:896\$666	114:534\$813		28.361\$853
4.º	Directoria Geral de Hygiene . . . . .	92:180\$000	69:768\$509		22.411\$491
5.º	Faculdade de Direito . . . . .	124:186\$500	145:313\$426	21.126\$926	
6.º	Lyceu . . . . .	125:496\$666	124:016\$767		1.479\$899
7.º	Escola Normal . . . . .	125:310\$000	132:621\$073	7.311\$073	
8.º	Inspectoria Geral de Instrucção Publica . . . . .	48:800\$000	31:063\$852		17.736\$148
9.º	Curso Secundario de Sobral . . . . .	36:210\$000	24:118\$570		12.091\$430
10.º	Curso Secundario do Crato . . . . .	33:210\$000	14:163\$161		19.046\$839
11.º	Primeiro Grupo Escolar . . . . .	20:175\$000	16:357\$343		3.817\$657
12.º	Segundo Grupo Escolar . . . . .	21:225\$000	14:237\$999		7.987\$001
13.º	Terceiro Grupo Escolar . . . . .	20:915\$000	14:951\$626		5.963\$374
14.º	Quarto Grupo Escolar . . . . .	20:805\$000	11:988\$887		5.816\$113
15.º	Grupo Escolar de Maranguape . . . . .	14:707\$500	11:558\$938		3.148\$562
16.º	Ensino Primario :				
	Vencimentos do professorado . . . . .	658:163\$329	708:815\$304	50.651\$975	
	Aluguis de predios . . . . .	58:728\$000	58:182\$598		545\$402
	Expediente . . . . .	15:765\$000	15:849\$020	84\$020	
	Iluminação . . . . .	600\$000	633\$031	33\$231	
	Material Escolar . . . . .	60:000\$000	27:295\$300		32.704\$700
17.º	Directoria de Obras Publicas . . . . .	177:060\$000	466:031\$053	288.971\$053	
18.º	Junta Commercial . . . . .	15:615\$000	14:397\$985		1.217\$015
19.º	Theatro José de Alencar . . . . .	6:595\$900	11:357\$589	4.062\$589	
20.º	Colonia Christina . . . . .	8:600\$000	1:000\$000		7.600\$000
21.º	Bibliotheca e Archivo Publico . . . . .	35:145\$000	30:476\$541		4.668\$459
22.º	Magistratura . . . . .	566:700\$000	585:413\$784	18.713\$784	
23.º	Secretaria do Tribunal da Relação . . . . .	16:395\$000	15:275\$698		1.119\$302
24.º	Chefatura de Policia . . . . .	60:615\$000	69:245\$892	8.630\$892	
25.º	Delegacias Regionaes . . . . .	24:500\$000	9:661\$770		14.838\$230
26.º	Delegacias de Policia da Capital . . . . .	17:520\$000	18:350\$875	830\$875	
27.º	Policia do Porto . . . . .	10:690\$000	11:394\$266	704\$266	
28.º	Cadeia da Capital . . . . .	31:400\$000	33:640\$737	2.240\$737	
29.º	Força Publica . . . . .	1.027:169\$600	1.093:376\$604	66.207\$004	
30.º	Serviço de Agricultura e Pecuaria . . . . .	85:872\$500	92:098\$470	6.225\$970	
31.º	Titulos diversos :				
	Iluminação da Capital . . . . .	160:000\$000	69:783\$924		90.216\$076
	Subvenções e Auxilios . . . . .	265:600\$000	110:300\$000		155.300\$000
	Socorros Publicos . . . . .	20:000\$000	32.713\$850	12.713\$850	
	Eventuaes (Secretaria do Interior e da Justiça . . . . .	20:000\$000	63.780\$045	43.780\$045	
32.	Secretaria dos Negocios da Fazenda . . . . .	135:310\$500	139.708\$656	4.398\$656	
33.	Recebedoria do Estado . . . . .	10:952\$500	95.912\$931		6.039\$569
34.	Mesas de Rendas e Collectorias . . . . .	349:300\$000	387.271\$426	37.971\$426	
35.	Pessoal inactivo . . . . .	295:053\$913	311.823\$925	16.770\$012	
36.	Emprestimo Externo . . . . .	631:200\$850	522.453\$600		108.747\$250
37.	Emprestimo Interno . . . . .				
	Resgate de apolices de 5 % . . . . .		69.300\$000		
	Idem idem de 8 % . . . . .		12.000\$000		
	Juros de apolices de 5 % . . . . .	172:115\$000	67.469\$510	154.648\$560	
	Idem idem de 8 % . . . . .		173.394\$050		
	Idem de outras operações de credito . . . . .		4.600\$000		

**QUADRO COMPARATIVO ENTRE A DESPESA FIXADA PARA O EXERCÍCIO  
DE 1924 E A DESPESA PAGA**

Parágrafo	TÍTULOS DA DESPESA (Lei n. 2.136, de 21 de dezembro de 1923, art. 1º)	Credito orçamentario	Importancia paga	DIFERENÇA	
				Para mais	Para menos
<b>DESPESA ORDINARIA</b>					
1	Assembleia Legislativa—Pessoal	122,6127000	201,7615353	79,1488353	
	—Material	16,6647400	24,7055250	8,0407850	
2	Presidencia do Estado—Pessoal	61,2907000	79,4895999	18,2088999	
	—Material	22,0487000	84,1357920	62,0870920	
3	Secretaria do Interior—Pessoal	96,5257000	103,6827044	7,1570444	
	—Material	47,5837200	66,8857710	19,3020510	
4	Directoria de Hygiene—Pessoal	10,2007000	10,4167129	2167129	
	—Material	2,2007000	6,2547000	4,0540000	
5	Bibliotheca—Pessoal	10,6377500	10,6377500		
	—Material	6,3007000	2447456		6,0559544
6	Faculdade de Direito—Pessoal	131,7777500	131,7327250		4555250
	—Material	8007000	1,5185800	7187500	
7	Lyceu—Pessoal	121,8777500	114,2787190		7,5990394
	—Material	1,0447000	2,1007800	1,0560800	
8	Escola Normal—Pessoal	81,9637000	72,0677793		9,8959207
	—Material	1,5007000	7,9617600	6,4610600	
9	Directoria G. da Instrução Publica—Pessoal	32,4007000	28,3047969		4,0959031
	—Material	8,6007000	12,5047994	3,9040994	
10	Ensino Primario—Pessoal	1,006,9207000	1,009,7915746		2,8717746
	—Material	128,3247000	92,0267979		36,2977021
11	Directoria de Obras Publicas—Pessoal	21,6007000	6,1807819		15,4199181
	—Material	41,2587200	106,1987857	64,9390657	
12	Junta Commercial—Pessoal	6,0007000	6,0007000		
	—Material	6,0007000	6,7517800	1517800	
13	Theatro José de Alencar—Pessoal	2,4007000	2,4007000		
	—Material	1,0007000	337000		667000
14	Colonia Christina—Pessoal	1,8007000	1,8007000		
15	Magistratura—Pessoal	581,8807000	703,4727096		68,4079094
	—Material	6,9007000	6,6727044	8727044	
16	Justiça Militar—Pessoal	17,4007000	17,9467771	5467771	
17	Sec. do Superior Tribunal de Justiça—Pessoal	22,1967875	20,9577748		1,2390127
	—Material	1,2047400	2,4767300	1,0819900	
18	Chefatura de Policia—Pessoal	38,5187770	40,8087796	2,2890026	
	—Material	16,9517000	53,8327600	36,8787600	
19	Gabinete de Identificação e Estatística—Pessoal	11,0407000	11,0307670		9330
	—Material	2,0407000			2,0407000
20	Delegacia de Policia da Capital—Pessoal	11,4007000	11,8657000	4657000	
	—Material	1,0387600	3,5077250	2,4689650	
21	Policia do Porto—Pessoal	14,5207000	14,5207500		
	—Material	1,7007000	1,6307600		697100
22	Cadeia Publica—Pessoal	1,2007000	1,2007000		
	—Material	10,1947400	6,0297084		3,4950316
23	Força Publica—Pessoal	1,036,4207000	1,304,1067508	245,6860508	
	—Material	162,0887800	234,7227434	72,6339634	
24	Títulos diversos :				
	N. 1 Illuminação da Capital—Pessoal	3,0007000	3,0007000		
	—Material	300,0007000	235,3887983		64,6117017
	2 Subvenções	191,0007000	185,0007000		6,0000000
	3 Penões	22,3447000	21,3137221		1,0307779
	4 Profissional contratado para plantio do fumo	3,0007000	1,4927190		1,5077810
	5 Zeladores de açudes	5,8407000	3,4167000		2,4240000
	6 Almanach do Ceará	2,0007000	2,0007000		
	7 Aluguel do prédio onde funciona a Directoria de Hygiene	4,0807000			4,0807000
	8 Premios á agricultura, industria e pecuaria	50,0007000	189,7007780	139,7007780	
	9 Eventuaes	60,0007000	591,8067876	531,8067876	
	10 Quotas de loterias federaes	40,0007000			40,0007000
25	Prophylaxia Rural	60,0007000			60,0007000
26	Secretaria da Fazenda—Pessoal	174,3307833	177,4877018	3,1569185	
	—Material	15,7837200	29,0007285	10,4267085	
27	Recebedoria—Pessoal	123,4807000	123,8037982	3237982	
	—Material	11,5587600	18,8637220	7,3049620	
28	Meras de Rendas e Collectorias—Pessoal	493,3007000	702,7107465	209,4107465	
29	Pessoal Inactivo—Pessoal	543,7047382	525,7857361		17,9190021
30	Emprestimo Externo :				
	Franco de 1910—juros	543,1047550	728,4397865		
	Idem, idem despesas geraes		1,0177860		243,6167825
	Americano de 1922:				
	Juros		744,0007000		
	Amortização	1,074,4007000	175,0007000		727,3617000
	Comissão aos banqueiros		8,0007000		
	Despesas geraes		17,0007000		
31	Emprestimo Interno :				
	Apolices 5%—resgate	40,0007000	244,3007000	204,3007000	
	Juros	64,4507000	6,1877500		58,2629500
	Apolices 8%—resgate	24,0407000	355,0007000	330,9607000	
	Juros	93,1007000	15,9207000		80,2107000
	Apolices uniformizadas—resgate	60,0007000	226,9007000	166,9007000	
	Juros	5,0007000			5,0007000
	Emprestimo do Banco do Brazil—juros	88,0007000	84,8807280		3,1197720
	Amortização	300,0007000	100,0007000		200,0007000
32	Credores de exercicios findos	80,0007000	465,1917664	385,1917664	
33	Diversas :				
	Livros e talbes para escripturação da Fazenda e respectivas estações fiscaes	12,0007000	27,9567550	15,9560550	
	Custas de execuções em favor da Fazenda	5,0007000	11,4897612	6,4897612	
	Expedição de telegrammas	4,0007000	4,6237380	6237380	
	Restituições e reposições	5,0007000	3,5437172		1,4569828
	Eventuaes	8,0007000	14,7597670	6,7590670	
		9,257,2477290	10,288,8557925	2,700,7285630	1,669,1147925

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO DO CEARÁ NO EXERCÍCIO DE 1925

N.º III

TÍTULOS DA DESPESA (*)	C R E D I T O S			TOTAL	DESPESA EFECTUADA		TOTAL	D I F E R E N Ç A S	
	Ordinarias	Leis ou decretos	Supplementares		Paga	Restos por pagar		Para pagar	Para menos
<b>DESPESA ORDINARIA</b>									
1--Assemblea Legislativa	148.412.000	L. 2276, 2290, 2296	90.720.000	239.132.000	237.940.149	\$	237.940.149		1.191.851
2--Presidencia do Estado	16.894.400	L. 2280, 2296, 2347	33.600.000	50.494.400	49.448.110	\$	49.448.110		5.046.290
3--Secretaria do Interior e Justiça	29.280.000		79.200.000	108.480.000	76.840.000	\$	76.840.000		31.640.000
4--Diretoria de Hygiene	41.648.000	L. 2349	8.000.000	49.648.000	34.302.350	\$	34.302.350		15.345.650
5--Biblioteca Publica	104.925.000	D. 896	12.000.000	116.925.000	103.111.828	\$	103.111.828		13.813.172
6--Faculdade de Direito	49.983.200		18.000.000	67.983.200	56.185.300	\$	56.185.300		11.797.900
7--Lyceu	18.000.000	D. 878, 903	17.970.000	35.970.000	20.278.500	\$	20.278.500		15.691.500
8--Escola Normal	21.164.800		5.000.000	26.164.800	11.164.000	\$	11.164.000		15.000.800
9--Diretoria Geral de L. Publica	134.172.500	D. 887	6.000.000	140.172.500	134.723.800	\$	134.723.800		5.448.700
10--Ensino primario	144.000.000		1.440.000	145.440.000	142.641.873	\$	142.641.873		2.798.127
11--D.O. Publicas(Repert. Cassamit.)	123.872.500	L. 2327, 2329, 17.887	6.769.173	130.641.673	133.826.850	\$	133.826.850		6.814.823
12--Junta Commercial	1.194.400		80.145.000	81.339.400	78.341.500	\$	78.341.500		3.000.000
13--Theatro Jose de Alencar	80.145.000		35.640.000	115.785.000	35.273.894	\$	35.273.894		80.511.106
14--Colonia Christina	4.394.400		12.731.600	17.126.000	11.676.900	\$	11.676.900		5.449.100
15--Magistratura	35.640.000	L. 2257	4.113.600	39.753.600	33.648.000	\$	33.648.000		6.105.600
16--Justica Militar	8.000.000		1.263.473.000	1.271.473.000	1.175.169.293	\$	1.175.169.293		100.303.707
17--Secretaria da S. T. de Justica	121.880.000	D. 893	480.000	122.360.000	121.880.000	\$	121.880.000		480.000
18--Chefatura de Policia	21.600.000	D. 853	147.980.000	169.580.000	169.580.000	\$	169.580.000		0
19--Gabinete de Identificao	41.459.200	D. 839, 871, 877, 919	909.000.000	950.459.200	841.459.200	\$	841.459.200		109.000.000
20--Delegacia de Policia da Capital	6.000.000		6.000.000	12.000.000	6.000.000	\$	6.000.000		6.000.000
21--Policia do Porto	2.400.000		2.400.000	4.800.000	2.400.000	\$	2.400.000		2.400.000
22--Cadeia Publica da Capital	2.400.000		2.400.000	4.800.000	2.400.000	\$	2.400.000		2.400.000
23--Forca Publica	1.800.000		7.200.000	9.000.000	6.190.000	\$	6.190.000		2.810.000
24--Titulos diversos	768.640.000	L. 2218, 2286	4.924.203	773.564.203	742.339.098	\$	742.339.098		31.225.105
Iluminacao da Capital	18.000.000		18.000.000	36.000.000	36.000.000	\$	36.000.000		0
Subvencoes	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
Pensoes	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
Zeladores de aqued. e	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
Fiscalizacao de collegios	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
Fiscalizacao de usinas	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
Gratificao a um ex-talidao	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
Eventos	2.000.000		2.000.000	4.000.000	2.000.000	\$	2.000.000		2.000.000
25--Servico Retardado de algodao	120.000.000	D. 883, 904, 922	175.000.000	295.000.000	254.911.802	\$	254.911.802		40.088.198
26--Contribucao para o S. P. Rural	224.000.000		224.000.000	448.000.000	448.000.000	\$	448.000.000		0
27--Secretaria dos N. da Fazenda	200.000.000	D. 885	56.770.000	256.770.000	256.770.000	\$	256.770.000		0
28--Recebedoria do Estado	60.000.000		60.000.000	120.000.000	120.000.000	\$	120.000.000		0
29--Mezra de rendas e collectorias	214.510.813	D. 908	2.891.214	217.402.027	217.402.027	\$	217.402.027		0
30--Personal inactivo	124.180.000	D. 894, 903	250.000.000	374.180.000	374.180.000	\$	374.180.000		0
31--Emprestimos externos	590.310.000	D. 843, 860-b, 879	15.693.878	606.003.878	606.003.878	\$	606.003.878		0
32--Emprestimo interno	528.402.217		528.402.217	1.056.804.434	1.056.804.434	\$	1.056.804.434		0
Apoices provisoria--resgate	542.914.172		542.914.172	1.085.828.344	1.085.828.344	\$	1.085.828.344		0
—juros	1.698.180.000		1.698.180.000	3.396.360.000	3.396.360.000	\$	3.396.360.000		0
Apoices nominativas--resgate	19.000.000		19.000.000	38.000.000	38.000.000	\$	38.000.000		0
—juros	35.580.000		35.580.000	71.160.000	71.160.000	\$	71.160.000		0
Apoices uniformizadas--12219	14.480.000		14.480.000	28.960.000	28.960.000	\$	28.960.000		0
—Em 1922 e 1924--resgate	37.920.000		37.920.000	75.840.000	75.840.000	\$	75.840.000		0
Apoices uniformizadas--11219	100.000.000	D. 894, 903	200.000.000	400.000.000	400.000.000	\$	400.000.000		0
—Em 1922 e 1924--juros	3.483.000		3.483.000	6.966.000	6.966.000	\$	6.966.000		0
Emprestimo do Banco de Brasil--juros	80.000.000		80.000.000	160.000.000	160.000.000	\$	160.000.000		0
amortizacao	300.000.000		300.000.000	600.000.000	600.000.000	\$	600.000.000		0
33--Problemas de exercicios findos	300.000.000		300.000.000	600.000.000	600.000.000	\$	600.000.000		0
34--Premios a industrias	100.000.000	D. 894	40.000.000	140.000.000	140.000.000	\$	140.000.000		0
35--Depositos	215.250.000		215.250.000	430.500.000	430.500.000	\$	430.500.000		0
Executivos--custas	27.622.814		27.622.814	55.245.628	55.245.628	\$	55.245.628		0
Diversos origens	80.000.000		80.000.000	160.000.000	160.000.000	\$	160.000.000		0
26--Diversos da Fazenda:						\$			
Livros e taloes	30.000.000		30.000.000	60.000.000	60.000.000	\$	60.000.000		0
Publicacao de relatorios	6.000.000		6.000.000	12.000.000	12.000.000	\$	12.000.000		0
Custas de exec. a fav. Fund.*	15.000.000		15.000.000	30.000.000	30.000.000	\$	30.000.000		0
Telegrammas	3.000.000		3.000.000	6.000.000	6.000.000	\$	6.000.000		0
Impressao de arbores e apoices	40.000.000		40.000.000	80.000.000	80.000.000	\$	80.000.000		0
Restituicoes e reposicoes	12.000.000		12.000.000	24.000.000	24.000.000	\$	24.000.000		0
Juros de fianca em dinheiro	2.000.000		2.000.000	4.000.000	4.000.000	\$	4.000.000		0
Eventos	12.000.000	L. 2333	2.000.000	14.000.000	14.000.000	\$	14.000.000		0
Acquisicao de machinas e arch.	20.000.000		20.000.000	40.000.000	40.000.000	\$	40.000.000		0

(\*) Lei n.º 2.244, de 10 de Dezembro de 1924, corrigida pelo art.º 5.º da lei n.º 2.249 de 7 de Novembro de 1925.

Fonte: (BNDigital, 1926).

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO DO CEARÁ NO EXERCÍCIO DE 1926

TÍTULOS DA DESPESA	CREDITOS			TOTAL	DESPESA EFFECTUADA		TOTAL	DIFFERENÇAS	
	Ordinarios	Leis ou Decretos	Supplementares		Pagas	Restos por pagar		Para mais	Para menos
<b>Art. 2.º DESPESA ORDINARIA</b>									
1—Assembleia Legislativa .. . . .	151.062\$000	L. 2.393, 2.411	90.000\$000	241.062\$000	240.725\$666	\$	240.725\$666	\$	336\$334
2—Presidência do Estado .. . . .	29.172\$800	L. 2.393, 2.411, 2.444	23.300\$000	52.472\$800	46.374\$325	\$	46.374\$325	\$	6.098\$475
3—Secretaria da Interc. e Justiça	48.336\$800	D. 944	667\$791	49.004\$591	48.036\$800	\$	48.036\$800	\$	967\$791
4—Biblioteca Pública .. . . .	67.218\$400	D. 950	15.300\$000	82.518\$400	82.518\$400	\$	82.518\$400	\$	\$
5—Faculdade de Direito .. . . .	143.417\$500			143.417\$500	143.417\$500	\$	143.417\$500	\$	\$
6—Lycée .. . . .	142.641\$875			142.641\$875	129.372\$463	\$	129.372\$463	\$	13.269\$412
7—Escola Normal .. . . .	3.194\$400			3.194\$400	2.514\$054	\$	2.514\$054	\$	680\$346
8—Direcção de Instrução Pública	4.294\$400			4.294\$400	3.024\$600	\$	3.024\$600	\$	1.269\$800
9—Escolas primarias .. . . .	21.672\$800			21.672\$800	19.935\$800	\$	19.935\$800	\$	1.737\$000
10—Directoria de Hygiene .. . . .	12.004\$000			12.004\$000	11.614\$458	\$	11.614\$458	\$	389\$542
11—Serviço de Saneamento e P. Rural	133.540\$000			133.540\$000	120.600\$000	\$	120.600\$000	\$	12.940\$000
12—Repartição de S.ª e O. Publicas	562.000\$000			562.000\$000	562.000\$000	\$	562.000\$000	\$	\$
13—Junta Commercial .. . . .	240.992\$000	L. 2.416	16.000\$000	256.992\$000	257.634\$134	\$	257.634\$134	\$	357\$866
14—Theatro José de Alencar .. . . .	60.000\$000	L. 2.416	30.000\$000	90.000\$000	66.598\$333	\$	66.598\$333	\$	23.401\$667
15—Serviço Estadual do Algodão .. . . .	65.000\$000			65.000\$000	65.000\$000	\$	65.000\$000	\$	\$
16—Colônia Christina .. . . .	80.000\$000			80.000\$000	80.000\$000	\$	80.000\$000	\$	\$
17—Magistratura .. . . .	200.000\$000			200.000\$000	25.779\$150	\$	25.779\$150	\$	174.220\$850
18—Secretaria do S. T. de Justiça	16.000\$000			16.000\$000	6.922\$220	\$	6.922\$220	\$	9.077\$780
19—Justiça Militar .. . . .	2.400\$000			2.400\$000	2.200\$000	\$	2.200\$000	\$	200\$000
20—Chafariz de Polícia .. . . .	7.200\$000			7.200\$000	7.200\$000	\$	7.200\$000	\$	\$
21—Delegacia de Polícia da Capital	231.011\$163			231.011\$163	228.985\$281	\$	228.985\$281	\$	2.025\$882
22—Guarda Civil .. . . .	68.988\$837			68.988\$837	64.534\$990	\$	64.534\$990	\$	4.453\$847
23—Gabinete de I. e Estatística .. . . .	1.300\$000			1.300\$000	1.300\$000	\$	1.300\$000	\$	\$
24—Cadeia Pública .. . . .	1.300\$000			1.300\$000	1.300\$000	\$	1.300\$000	\$	\$
25—Polícia Maritima .. . . .	15.532\$800			15.532\$800	12.725\$760	\$	12.725\$760	\$	2.807\$040
26—Força Pública .. . . .	32.000\$000	D. 938	3.600\$000	35.600\$000	35.600\$000	\$	35.600\$000	\$	\$
27—Iluminação da Capital .. . . .	1.019.898\$000	L. 2.433, 2.441	81.500\$000	1.101.398\$000	1.101.398\$000	\$	1.101.398\$000	\$	\$
28—Fiscalização .. . . .	300.000\$000			300.000\$000	241.036\$928	\$	241.036\$928	\$	58.963\$072
29—Subvenções .. . . .	3.600\$000			3.600\$000	3.600\$000	\$	3.600\$000	\$	\$
30—Pensões .. . . .	264.000\$000			264.000\$000	241.500\$000	\$	241.500\$000	\$	22.500\$000
31—Zeladores de açudes .. . . .	5.840\$000			5.840\$000	20.482\$663	\$	20.482\$663	\$	14.642\$663
32—Fiscalização de collegios equit.	4.800\$000			4.800\$000	3.588\$000	\$	3.588\$000	\$	1.212\$000
33—Fundo de C. "Alfonso e Orens"	1.800\$000			1.800\$000	4.393\$173	\$	4.393\$173	\$	2.593\$173
34—Contribuição a um estabelecido	7.200\$000			7.200\$000	7.200\$000	\$	7.200\$000	\$	\$
35—Substituição de funcionários .. . . .	80.000\$000			80.000\$000	33.541\$563	\$	33.541\$563	\$	46.458\$437
36—Eventos .. . . .	80.000\$000	L. 2.414	60.000\$000	140.000\$000	135.743\$844	\$	135.743\$844	\$	4.256\$156
<b>Art. 4.º</b>									
1—Secretaria da Fazenda .. . . .	217.890\$833			217.890\$833	195.541\$683	\$	195.541\$683	\$	22.349\$150
2—Recebeitoria do Estado .. . . .	33.756\$000			33.756\$000	30.358\$486	\$	30.358\$486	\$	3.397\$514
3—Mesa de Rendas e Collectorias	123.035\$000			123.035\$000	130.980\$053	\$	130.980\$053	\$	7.945\$053
4—Serviço de fiscalização da renda	23.664\$000			23.664\$000	21.957\$650	\$	21.957\$650	\$	1.706\$350
5—Liquidação da dívida activa .. . . .	596.300\$000			596.300\$000	694.323\$061	\$	694.323\$061	\$	98.023\$061
6—Passal inactivo .. . . .	3.600\$000			3.600\$000	3.377\$650	\$	3.377\$650	\$	222\$350
7—Emprestimo externo de 1910 .. . . .	26.000\$000	D. 907, 908, 912, 913, 919, 928, 938, 941-A, 941-A, 943-B	23.100\$000	49.100\$000	46.440\$462	\$	46.440\$462	\$	2.659\$538
8—Emprestimo interno .. . . .	500.045\$889			500.045\$889	20.279\$435	\$	20.279\$435	\$	479.766\$454
9—Exercicios findos .. . . .	452.751\$844			452.751\$844	82.603\$200	\$	82.603\$200	\$	370.148\$644
10—Premios a industriaes .. . . .	1.681.211\$600			1.681.211\$600	1.039.010\$100	\$	1.039.010\$100	\$	642.201\$500
11—Depositos .. . . .	100.000\$000	D. 935, e 945	200.000\$000	300.000\$000	294.800\$000	\$	294.800\$000	\$	5.200\$000
12—Juros, idem, idem .. . . .	2.586\$000			2.586\$000	1.682\$720	\$	1.682\$720	\$	903\$280
13—Juros, idem, idem .. . . .	90.600\$000			90.600\$000	61.234\$000	\$	61.234\$000	\$	29.366\$000
14—Resgato, idem, idem .. . . .	28.000\$000			28.000\$000	36.000\$000	\$	36.000\$000	\$	8.000\$000
15—Emprestimo Il. Brasil — juros .. . . .	80.000\$000			80.000\$000	80.000\$000	\$	80.000\$000	\$	\$
16—Exercicios findos .. . . .	100.000\$000	D. 943	250.000\$000	350.000\$000	381.689\$832	\$	381.689\$832	\$	31.689\$832
17—Premios a industriaes .. . . .	215.350\$000			215.350\$000	185.347\$500	\$	185.347\$500	\$	30.002\$500
18—Depositos .. . . .	70.000\$000			70.000\$000	32.441\$500	\$	32.441\$500	\$	37.558\$500
19—Livros e talha .. . . .	40.000\$000			40.000\$000	39.792\$500	\$	39.792\$500	\$	207\$500
20—Publicações de relatorios .. . . .	10.000\$000			10.000\$000	5.064\$000	\$	5.064\$000	\$	4.936\$000
21—Custas de execuções .. . . .	15.000\$000			15.000\$000	15.994\$781	\$	15.994\$781	\$	994\$781
22—Telegrammas .. . . .	5.000\$000			5.000\$000	4.772\$280	\$	4.772\$280	\$	227\$720
23—Impressões de livros, etc. .. . . .	20.000\$000			20.000\$000	29.816\$000	\$	29.816\$000	\$	9.816\$000
24—Restituições e reposições .. . . .	12.000\$000			12.000\$000	3.552\$500	\$	3.552\$500	\$	8.447\$500
25—Juros de fianças .. . . .	2.000\$000			2.000\$000	1.313\$300	\$	1.313\$300	\$	686\$700
26—Trabalho em serviço fiscal .. . . .	10.000\$000			10.000\$000	6.258\$000	\$	6.258\$000	\$	3.742\$000
27—Eventos .. . . .	15.000\$000			15.000\$000	15.779\$495	\$	15.779\$495	\$	779\$495
28—Atropellos de machonas, etc. .. . . .	20.000\$000			20.000\$000	19.231\$000	\$	19.231\$000	\$	769\$000
<b>TOTAL</b>	<b>12.362.844\$967</b>		<b>818.472\$796</b>	<b>13.181.317\$763</b>	<b>10.546.262\$956</b>	<b>113.387\$607</b>	<b>10.659.650\$563</b>	<b>431.607\$470</b>	<b>2.885.479\$000</b>

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO DO CEARÁ NO EXERCÍCIO DE 1926 (Continuação)**

TÍTULOS DA DESPESA	CREDITOS				TOTAL	DESPESA EFFECTUADA		TOTAL	DIFERENÇAS	
	Ordinarios	Leis ou Decretos	Especiaes	Supplementares		Paga	Restos por pagar		Para mais	Para menos
<b>DESPESA EXTRAORDINARIA</b>										
<i>Pela Secretaria dos Negocios do Interior e da Justiça:</i>										
Recepção ao Dr. Washington Luiz .....	\$	D. 959	23:660\$900	\$	23:660\$900	23:660\$900	\$	23:660\$900	\$	\$
Serviço d'agua e esgotos .....	\$	L. 2.416	452:956\$547	\$	452:956\$547	257:819\$188	\$	257:819\$188	\$	195:137\$359
Auxilio por conta das quotas das loterias ..	\$		\$	\$	\$	17:656\$000	\$	17:656\$000	\$	\$
Emprestimo francez — defesa do Estado ..	\$	D. 917, 924, 925	33:500\$000	\$	33:500\$000	32:165\$000	\$	32:165\$000	\$	1:335\$000
Assembléa — mobiliario e decoração .....	\$	D. 884 (saldo)	45:841\$270	\$	45:841\$270	3:337\$400	\$	3:337\$400	\$	42:503\$870
Força Publica — abonos .....	\$		\$	\$	\$	67:500\$000	\$	67:500\$000	\$	\$
Guarda Civil — abonos .....	\$		\$	\$	\$	15:167\$000	\$	15:167\$000	\$	\$
Força Publica — manutenção da ordem .....	\$	D. 906, 930	400:000\$000	\$	400:000\$000	387:965\$403	\$	387:965\$403	\$	12:034\$597
Serviço d'agua e esgotos — adiantamentos ..	\$		\$	\$	\$	67:482\$320	\$	67:482\$320	\$	\$
Auxilio ao Instituto do Ceará .....	\$	D. 916	3:000\$000	\$	3:000\$000	3:000\$000	\$	3:000\$000	\$	\$
Reconstrução da ponte metallica .....	\$	D. 945	200:000\$000	\$	200:000\$000	195:764\$595	\$	195:764\$595	\$	4:235\$405
Serviço Estadual do Algodão .....	\$	(P/c aux. G. Fed.)	150:000\$000	\$	150:000\$000	135:020\$538	\$	135:020\$538	\$	14:979\$462
Taxa escolar .....	\$		5:262\$000	\$	5:262\$000	5:250\$000	\$	5:250\$000	\$	12\$000
Gratificação ao pessoal do departamento do Interior e Justiça, nos termos da lei 2.215 ..	\$	D. 934, 957	33:495\$000	\$	33:495\$000	33:495\$000	\$	33:495\$000	\$	\$
Directoria de Hygiene .....	\$	D. 952	12:600\$000	\$	12:600\$000	12:600\$000	\$	12:600\$000	\$	\$
Dr. Mauricio Graccho Cardoso .....	\$	D. 954	4:500\$000	\$	4:500\$000	4:500\$000	\$	4:500\$000	\$	\$
<i>Pela Secretaria dos Negocios da Fazenda:</i>	\$		1.364:815\$717	\$	1.364:815\$717	1.262:383\$344	\$	1.262:383\$344	\$	167:805\$320
Adiantamentos e empréstimos .....	\$		\$	\$	\$	85:292\$162	\$	85:292\$162	\$	\$
Idem a industriaes .....	\$		\$	\$	\$	32:719\$200	\$	32:719\$200	\$	85:292\$162
Fiscalização de casas de penhores .....	\$		600\$000	\$	600\$000	900\$000	\$	900\$000	\$	\$
Gratificação ao pessoal do departamento da Fazenda, nos termos da lei n.º 2.215 ..	\$	D. 934, 941, 957	43:822\$482	\$	43:822\$482	43:822\$482	\$	43:822\$482	\$	\$
Mesas de Rendas e Collectorias .....	\$	D. 943-A	1:480\$500	\$	1:480\$500	1:480\$500	\$	1:480\$500	\$	\$
Exercicios findos:	\$			\$			\$		\$	
Francisco Silverio .....	\$	D. 911	143\$000	\$	143\$000	143\$000	\$	143\$000	\$	\$
Diversos .....	\$	L. 2.345	30:309\$917	\$	30:309\$917	18:378\$160	\$	18:378\$160	\$	11:931\$757
Idem .....	\$	L. 2.366	644\$000	\$	644\$000	644\$000	\$	644\$000	\$	\$
Idem .....	\$	L. 2.457	11:350\$344	\$	11:350\$344	10:355\$629	\$	10:355\$629	\$	994\$715
Idem .....	\$	L. 2.380	4:852\$300	\$	4:852\$300	4:852\$500	\$	4:852\$500	\$	\$
Idem .....	\$	L. 2.390	430\$000	\$	430\$000	430\$000	\$	430\$000	\$	\$
Idem .....	\$	L. 2.432	10:052\$000	\$	10:052\$000	10:052\$000	\$	10:052\$000	\$	\$
Idem .....	\$	D. 942	458\$059	\$	458\$059	458\$059	\$	458\$059	\$	\$
Idem .....	\$	D. 949	1:200\$000	\$	1:200\$000	1:200\$000	\$	1:200\$000	\$	\$
Edith Costa Braga .....	\$		105:342\$802	\$	105:342\$802	210:727\$692	\$	210:727\$692	\$	\$
<b>RESUMO:</b>										
Despesa ordinaria .....	\$		\$	\$	818:473\$396	13.121:322\$363	10.546:262\$586	113:187\$647	10.659:450\$233	\$
Despesa extraordinaria .....	\$		1.470:158\$519	\$	1.470:158\$519	1.473:111\$036	\$	1.473:111\$036	\$	2.461:872\$130
	\$		12.302:848\$967	\$	12.302:848\$967	14.591:480\$882	\$	12.132:561\$269	\$	\$
	\$		1.470:158\$519	\$	818:473\$396	14.591:480\$882	\$	113:187\$647	\$	2.458:919\$613

Secretaria dos Negocios da Fazenda do Ceará, em 20 de maio de 1927.

**ANTONIO MENDES**  
Contador Geral

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO DO CEARA' NO EXERCICIO DE 1927

TITULOS DA DESPESA	CREDITOS			TOTAL	DESPESA EFFECTUADA		TOTAL	DIFERENÇAS	
	Ordinaria	Leis ou decretos	Supplementares		Pagos	Restos por pagar		Para mais	Para menos
Art. 2. <sup>a</sup> DESPESA ORDINARIA									
1-Assembleia Legislativa	156.300.000	L. 2.345, 2.537, 2.495	91.200.000	247.500.000	248.154.000		248.154.000		
2-Presidencia do Estado	84.440.000	L. 2.517, 2.545, 2.477	47.800.000	132.240.000	132.240.000		132.240.000		
3-Secretaria do Interior e Justiça	30.209.600	L. 2.522	1.200.000	31.409.600	31.409.600		31.409.600		
4-Bibliotecas Publicas	71.518.400	D. 963	2.000.000	73.518.400	73.518.400		73.518.400		
5-Faculdade de Direito	155.412.500	L. 2.491	3.000.000	158.412.500	158.412.500		158.412.500		
6-Lyceu	144.641.800	L. 2.510, 2.491	3.900.176	148.541.976	148.541.976		148.541.976		
7-Escola Normal	81.985.000	L. 2.499	400.000	82.385.000	82.385.000		82.385.000		
8-Directoria da Instrucao Publica	36.842.000			36.842.000	36.842.000		36.842.000		
9-Ensino Primario	1.281.675.000	L. 2.534	1.500.000	1.283.175.000	1.283.175.000		1.283.175.000		
10-Directoria de Higiene	114.096.000	L. 2.531	840.000	114.936.000	114.936.000		114.936.000		
11-Servico de San.* e P. Rural	12.000.000			12.000.000	12.000.000		12.000.000		
12-Reparticao de Sonzamentos e Obras Publicas	133.540.000			133.540.000	133.540.000		133.540.000		
13-Junta Commercial	416.081.500	L. 2.162, 2.511	330.000.000	746.081.500	746.081.500		746.081.500		
14-Theatro Jose de Alencar	16.600.000			16.600.000	16.600.000		16.600.000		
15-Servico Estadual de Algodao	2.400.000			2.400.000	2.400.000		2.400.000		
16-Colonia Christina	218.923.000			218.923.000	218.923.000		218.923.000		
17-Magistratura	1.800.000			1.800.000	1.800.000		1.800.000		
18-Secretaria do Sup. T. de Justiça	787.000.000	L. 2.510, D. 1.003, 1.009	12.603.540	799.603.540	799.603.540		799.603.540		
19-Justica Militar	15.720.000	D. 999, L. 2.534	2.000.000	17.720.000	17.720.000		17.720.000		
20-Chefatura de Policia	21.277.500	L. 2.490, 2.534	900.000	22.177.500	22.177.500		22.177.500		
21-Delegacia de Policia da Capital	14.400.000	D.1.011	460.000	14.860.000	14.860.000		14.860.000		
22-Guardia Civil	300.000	L. 2.478	2.040.000	2.340.000	2.340.000		2.340.000		
23-Gabinete de Identificacao e Estatistica	41.378.750			41.378.750	41.378.750		41.378.750		
24-Cadeia da Capital	43.980.840			43.980.840	43.980.840		43.980.840		
25-Policia Maritima	13.200.000			13.200.000	13.200.000		13.200.000		
26-Força Publica	4.370.200	L. 2.490, 2.534, 2.551	6.200.000	10.570.200	10.570.200		10.570.200		
27-Illuminacao da capital	11.725.000	D. 1.008	21.55.000	33.275.000	33.275.000		33.275.000		
Subvenções	1.400.000	L. 2.534	1.600.000	3.000.000	3.000.000		3.000.000		
Pensões	1.337.432.000	L. 2.490, 2.534, D. 965	16.000.000	1.353.432.000	1.353.432.000		1.353.432.000		
Zeladores de aqued. e collectorias	340.000.000	D. 1.006, 1.007	10.000.000	350.000.000	350.000.000		350.000.000		
Fiscalizacao de colligios agric.	1.600.000			1.600.000	1.600.000		1.600.000		
Fiscalizacao de usinas	5.600.000			5.600.000	5.600.000		5.600.000		
Zacharias Gonçalves da Silva	4.000.000			4.000.000	4.000.000		4.000.000		
Eventuais	7.200.000			7.200.000	7.200.000		7.200.000		
Substituicao de funcionarios	80.900.000	L. 2.562	10.000.000	90.900.000	90.900.000		90.900.000		
Art. 4. <sup>a</sup>	40.300.000			40.300.000	40.300.000		40.300.000		
1-Secretaria dos N. da Fazenda	217.000.000	D. 963	3.000.000	220.000.000	220.000.000		220.000.000		
2-Recebedoria do Estado	26.716.000	D. 1.028	2.200.000	28.916.000	28.916.000		28.916.000		
3-Messa de rendas e collectorias	117.935.000	D.1.011	1.329.623	119.264.623	119.264.623		119.264.623		
4-Servico de Fiscalizacao das rendas	32.344.000			32.344.000	32.344.000		32.344.000		
5-Cobrança da divida activa	732.329.000			732.329.000	732.329.000		732.329.000		
6-Pessoal inactivo	4.200.000			4.200.000	4.200.000		4.200.000		
7-Emprestimos externos	64.000.000			64.000.000	64.000.000		64.000.000		
8-Emprestimos internos	28.000.000			28.000.000	28.000.000		28.000.000		
Resgate de apolices de 1/2%	524.944.195			524.944.195	524.944.195		524.944.195		
Juros s/ apolices 5%, 8%	1.072.000.000			1.072.000.000	1.072.000.000		1.072.000.000		
Resgate de apolices 5%, 8%	134.000.000			134.000.000	134.000.000		134.000.000		
Juros emprestimos Banco do Brasil	17.000.000			17.000.000	17.000.000		17.000.000		
Amortizacao, item, item	17.000.000			17.000.000	17.000.000		17.000.000		
Exercicios finitos	17.000.000			17.000.000	17.000.000		17.000.000		
10-Premio a industrias	100.000.000	L.2.478	1.000.000	101.000.000	101.000.000		101.000.000		
11-Depositos	100.000.000			100.000.000	100.000.000		100.000.000		
Executivos eustas	215.510.000			215.510.000	215.510.000		215.510.000		
De outras origens	24.000.000			24.000.000	24.000.000		24.000.000		
11-Livros e talles	46.000.000			46.000.000	46.000.000		46.000.000		
Punicoes de reitorias	40.000.000			40.000.000	40.000.000		40.000.000		
Contas de execucao da Fazenda	10.000.000			10.000.000	10.000.000		10.000.000		
Telegrammas	15.000.000			15.000.000	15.000.000		15.000.000		
Impressao de sellos e apolices	30.000.000			30.000.000	30.000.000		30.000.000		
Restituicoes e reposicoes	12.000.000			12.000.000	12.000.000		12.000.000		
Juros de fianças em dinheiros	1.000.000			1.000.000	1.000.000		1.000.000		
Transporte	10.000.000			10.000.000	10.000.000		10.000.000		
Eventuais	15.000.000			15.000.000	15.000.000		15.000.000		
Acquisicao de machinas, etc	12.000.000	L. 2.533	8.000.000	20.000.000	20.000.000		20.000.000		
TOTAL	11.682.848.543		6.791.928.827	18.474.777.370	18.474.777.370		18.474.777.370		

Fonte: (BNDigital, 1928).

## Quadro demonstrativo da Despesa do

Art. 2.º	TÍTULOS DA DESPESA	CREDITOS	
		Ordinarios	Leis ou Decretos
1.º	Assembléa Legislativa	Pessoal 163:309\$000	L. 2572, 2590, D. 1025
		Material 32:472\$000	L. 2572, 2590
2.º	Presidencia do Estado	Pessoal 84:440\$000	L. 2573, D. 1113
		Material 50:209\$600	D. 1097, 1245
3.º	Secretaria do Int. e da Justiça	Pessoal 98:640\$000	D. 1105, 1126
		Material 69:118\$400	D. 1245
4.º	Bibliotheca Publica	Pessoal 8:160\$000	
		Material 9:600\$000	
5.º	Faculdade de Direito	Pessoal 161:421\$000	D. 1111, 1117, 1125, 1133, 1135, 1141, 1160, 1161, 1168, 1171, 1177, 1200, 1219, 1245
		Material 2:000\$000	D. 1245
6.º	Lyceu	Pessoal 150:404\$875	D. 1150, 1149, 1158, 1170, 1176, 1203, 1245
		Material 4:194\$400	D. 1076, 1114, 1245
7.º	Escola Normal	Pessoal 80:391\$000	D. 1129, 1173, 1237
		Material 5:494\$400	
8.º	Directoria de Instr. Publica.	Pessoal 36:840\$000	D. 1102
		Material 21:672\$800	D. 1096, 1127, 1245
9.º	Ensino primario	Pessoal 1.274:910\$000	D. 1027, 1073, 1106, 1246
		Material 122:736\$000	D. 1245 e arrecadação taxa escolar
10.º	Directoria de Hygiene	Pessoal 12:000\$000	D. 1124
		Material 8:600\$000	D. 1223, 1245
11.º	Serviço de San. e P. Rural	133:540\$000	D. 1064
12.º	Repartição O. P. A. e Esgoto	Pessoal 446:420\$000	D. 1148
		Material 739:100\$000	D. 1078, 1245
13.º	Junta Commercial	Pessoal 11:000\$000	
		Material 18:200\$000	
14.º	Theatro José de Alencar	Pessoal 2:400\$000	
		Material 7:200\$000	D. 1245
15.º	Serviço Estadual do Algodão	Pessoal 244:251\$163	D. 1245
		Material 55:748\$837	D. 1245 e auxilio G. Federal
16.º	Colonia Christina	Pessoal 1:800\$000	
17.º	Magistratura	Pessoal 750:080\$000	D. 1010, 1022, 1028, 1053, 1100
		Material 16:220\$000	D. 1084, 1099, 1245
18.º	Secretaria do Sup. T. Justiça	Pessoal 21:277\$500	D. 1095, 1117
		Material 10:183\$200	D. 1245
19.º	Justiça Militar	Pessoal 14:400\$000	D. 1012
		Material 300\$000	
20.º	Chefatura de Policia	Pessoal 45:418\$750	
		Material 62:988\$400	
21.º	Delegacia de Policia	Pessoal 13:200\$000	
		Material 14:307\$200	
22.º	Guarda Civil	Pessoal 212:160\$000	D. 1245-A
		Material 42:916\$000	D. 1245-A
23.º	Gabinete de Identificação	Pessoal 12:504\$000	
		Material 6:000\$000	D. 1245-A
24.º	Cadeia Publica	Pessoal 4:320\$000	
		Material 34:572\$600	D. 1245-A
25.º	Policia Maritima	Pessoal 27:480\$000	
		Material 19:788\$800	D. 1081, 1245-A
26.º	Força Publica	Pessoal 1.335:212\$000	D. 1146, 1181, 1245-A
		Material 257:943\$000	D. 1082, 1091, 1122, 1245-A
27.º	Títulos diversos:		
	Iluminação da capital	340:000\$000	D. 1157, 1245
	Fiscalização	3:600\$000	
	Subvenções	363:000\$000	
	Zeladores de açudes	6:570\$000	
	Pensões	28:744\$000	
	Fiscalização de collegios equiparados	4:800\$000	Contribuição para fiscalização
	Fiscalização de usinas	5:400\$000	
	Substituição de funcionarios	30:000\$000	
	Eventuaes	50:000\$000	D. 1048, 1088, 1104, 1109, 1138, 1245
Art. 3.º	—		
1.º	Secretaria dos N. da Fazenda	Pessoal 218:005\$833	D. 1107, 1246
		Material 26:716\$000	D. 1139
2.º	Recebedoria do Estado	Pessoal 134:042\$000	D. 1101, 1112, 1159, 1246
		Material 22:164\$000	D. 1085, 1246
3.º	Mesas de Rendas e Collectorias	Pessoal 736:300\$000	D. 1011, 1012, 1020, 1032, 1154, 1163, 1246
		Material 6:900\$000	D. 1011, 1012, 1016, 1014, 1035
4.º	Serv. de fiscalização das Rendas	64:000\$000	D. 1075, 1246
5.º	Cobrança da divida activa	30:000\$000	D. 1246
6.º	Pessoal inactivo	522:177\$545	D. 1001, 1037, 1041, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1098, 1140, 1167, 1246-A
7.º	Emprestimo externo	Juros 1.280:000\$000	D. 1246
		Amortização 160:000\$000	
		Commissões 14:400\$000	
		d. geraes 16:000\$000	

## ANNEXO N. 2

## Estado do Ceará no Exercício de 1928

Supplementares	TOTAL	Despesa effectuada			Differenças	
		Paga	Restos por pagar	TOTAL	Para mais	Para menos
90:800\$000	254:109\$000	250:041\$999	—	250:041\$999	—	4:067\$001
30:600\$000	63:072\$000	45:390\$698	53\$654	45:444\$352	—	17:627\$648
8:084\$342	92:524\$342	92:005\$612	—	90:005\$612	—	518\$730
15:174\$350	65:383\$950	61:014\$442	3:680\$886	64:695\$328	—	688\$622
1:695\$016	100:335\$016	98:539\$821	—	98:539\$821	—	1:795\$195
754\$850	69:873\$250	65:110\$034	129\$600	65:239\$634	—	4:633\$616
—	8:160\$000	8:160\$000	—	8:160\$000	—	—
—	9:600\$000	2:308\$900	143\$400	2:452\$300	—	7:147\$700
36:623\$829	198:044\$829	172:738\$579	—	172:738\$579	—	25:306\$250
382\$500	2:382\$500	2:382\$500	—	2:382\$500	—	—
9:569\$044	159:973\$919	159:973\$919	—	159:973\$919	—	—
1:921\$414	6:115\$814	5:668\$900	85\$314	5:754\$214	—	361\$600
1:950\$000	82:341\$000	81:178\$407	—	81:178\$407	—	1:162\$593
—	5:494\$400	5:113\$628	47\$154	5:160\$782	—	33\$618
600\$000	37:440\$000	37:403\$381	—	37:403\$381	—	36\$619
2:230\$000	23:902\$800	18:830\$700	293\$200	19:123\$900	—	4:778\$900
219:220\$429	1.494:130\$429	1.493:469\$312	50\$000	1.493:519\$312	—	611\$117
10:114\$000	132:850\$000	105:726\$866	1:103\$200	106:830\$066	—	26:019\$934
1:400\$000	13:400\$000	13:326\$617	—	13:326\$617	—	73\$333
5:238\$700	13:838\$700	8:640\$000	5:179\$100	13:819\$100	—	19\$600
100:000\$000	233:540\$000	233:540\$000	—	233:540\$000	—	—
5:000\$000	451:420\$000	409:971\$178	—	409:971\$178	—	41:448\$822
186:000\$000	925:100\$000	507:472\$110	246:447\$478	753:919\$588	—	171:180\$412
—	11:000\$000	11:000\$000	—	11:000\$000	—	—
—	18:200\$000	10:257\$720	489\$000	10:746\$720	—	7:453\$280
—	2:400\$000	2:400\$000	—	2:400\$000	—	—
5\$000	7:205\$000	4:269\$500	339\$200	4:608\$700	—	2:596\$300
5:631\$350	249:882\$513	222:946\$139	—	222:946\$139	—	26:936\$374
179:631\$663	235:380\$500	235:380\$500	—	235:380\$500	—	—
—	1:800\$000	1:800\$000	—	1:800\$000	—	—
129:600\$000	879:680\$000	844:336\$053	—	844:336\$053	—	35:343\$947
8:899\$900	25:119\$900	24:345\$631	—	24:345\$631	—	774\$269
1:327\$500	22:605\$000	22:155\$914	—	22:155\$914	—	449\$096
247\$700	10:430\$900	6:247\$700	150\$000	6:397\$700	—	4:033\$200
3:000\$000	17:400\$000	17:400\$000	—	17:400\$000	—	—
—	300\$000	—	—	—	—	300\$000
—	45:418\$750	23:666\$994	—	23:666\$994	—	21:751\$756
—	62:988\$400	25:571\$076	117\$500	25:688\$576	—	37:299\$824
—	13:200\$000	5:720\$965	—	5:720\$965	—	7:479\$035
—	14:307\$200	3:030\$700	—	3:030\$700	—	11:276\$500
40:141\$104	252:301\$104	252:301\$104	—	252:301\$104	—	—
140\$000	43:056\$000	41:713\$406	183\$200	41:896\$606	—	1:159\$194
—	12:504\$000	12:355\$275	—	12:355\$275	—	148\$725
323\$164	6:323\$164	5:546\$596	—	5:546\$596	—	776\$568
—	4:320\$000	4:270\$973	—	4:270\$973	—	49\$127
11:857\$240	46:429\$840	42:757\$142	2:769\$058	45:526\$200	—	903\$640
—	27:480\$000	26:387\$400	—	26:387\$400	—	1:092\$600
2:841\$600	22:630\$400	15:262\$500	685\$500	15:948\$000	—	6:682\$400
130:410\$339	1.465:622\$339	1.465:622\$339	—	1.465:622\$339	—	—
73:819\$401	331:762\$401	301:358\$235	815\$400	302:173\$635	—	29:588\$766
89:257\$919	429:257\$919	388:106\$536	41:151\$383	429:257\$919	—	—
—	3:600\$000	3:600\$000	—	3:600\$000	—	—
—	363:000\$000	357:000\$000	6:000\$000	363:000\$000	—	—
—	6:570\$000	4:401\$000	—	4:401\$000	—	2:169\$000
—	28:744\$000	22:947\$545	—	22:947\$545	—	5:796\$455
2:400\$000	7:200\$000	4:700\$000	1:500\$000	6:200\$000	—	1:000\$000
—	5:400\$000	3:000\$000	600\$000	3:600\$000	—	1:800\$000
—	30:000\$000	26:822\$088	—	26:822\$088	—	3:177\$912
133:354\$570	183:354\$570	177:585\$937	5:768\$633	183:354\$570	—	—
397\$419	218:403\$252	214:665\$237	—	214:665\$237	—	3:738\$015
12:000\$000	38:716\$000	35:834\$400	205\$900	36:040\$300	—	2:675\$700
16:046\$437	150:088\$437	149:960\$109	—	149:960\$109	—	128\$328
2:161\$000	24:325\$000	21:370\$040	596\$100	21:966\$140	—	2:358\$860
32:825\$447	769:125\$447	769:125\$447	—	769:125\$447	—	—
4:387\$195	11:287\$195	9:198\$980	—	9:198\$980	—	2:088\$215
67:938\$376	131:938\$376	127:643\$707	2:790\$391	130:434\$098	—	1:504\$278
10:458\$215	40:458\$215	31:110\$918	—	31:110\$918	—	9:347\$297
45:705\$744	567:883\$289	556:690\$469	—	556:690\$469	—	11:192\$820
58:400\$300	1.338:400\$300	1.338:400\$300	—	1.338:400\$300	—	—
—	160:000\$000	—	—	—	—	160:000\$000
—	14:400\$000	13:372\$640	—	13:372\$640	—	1:027\$360
—	16:000\$000	—	—	—	—	16:000\$000

(Continúa)